C 2-20

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

2ª Edição
2002

C 2-20

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

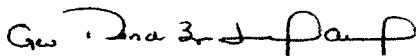
REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

2ª Edição
2002

Preço: R$

CARGA

EM.................

PORTARIA Nº 085-EME, DE 30 DE OUTUBRO DE 2002

Aprova o Manual de Campanha C 2-20 - Regimento de Cavalaria Mecanizado, 2ª Edição, 2002.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 113 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA A CORRESPONDÊNCIA, AS PUBLICAÇÕES E OS ATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO EXÉRCITO, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 041, de 18 de fevereiro de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha **C 2-20 - REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO**, 2ª Edição, 2002, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar o Manual de Campanha **C 2-35 - REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO**, 1ª Edição, 1982, aprovado pela Portaria Nº 055-EME, de 17 de agosto de 1982.

Gen Div RICARDO BARBALHO LAMELLAS
Chefe Interino do Estado-Maior do Exército

NOTA

Solicita-se aos usuários destas instruções provisórias a apresentação de sugestões que tenham por objetivo aperfeiçoá-la ou que se destinem à supressão de eventuais incorreções.

As observações apresentadas, mencionando a página, o parágrafo e a linha do texto a que se referem, devem conter comentários apropriados para seu entendimento ou sua justificação.

A correspondência deve ser enviada diretamente ao EME, de acordo com o artigo 108 Parágrafo Único das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA A CORRESPONDÊNCIA, AS PUBLICAÇÕES E OS ATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO EXÉRCITO, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 041, de 18 de fevereiro de 2002.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

ARTIGO I

GENERALIDADES

1-1. FINALIDADE

Este manual destina-se a estabelecer os fundamentos doutrinários do emprego operacional do Regimento de Cavalaria Mecanizado (R C Mec), orgânico das Brigadas de Cavalaria Mecanizadas (Bda C Mec) e das Divisões de Exército (DE), bem como orientar o comandante de unidade (Cmt U) e seu estado-maior (EM) no planejamento, execução, coordenação e sincronização das operações conduzidas pelo regimento em campanha.

ARTIGO II

MISSÕES, CARACTERÍSTICAS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

1-2. MISSÕES DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

a. O R C Mec é organizado, equipado e instruído para cumprir, principalmente, missões de reconhecimento e segurança.

b. O regimento (Rgt) realiza, também, operações ofensivas e defensivas, no cumprimento de suas missões de reconhecimento e segurança ou como elemento de economia de forças.

c. Dentre as operações ofensivas, o R C Mec é mais apto para realizar missões de aproveitamento do êxito e de perseguição, tendo em vista as características do material de que é dotado.

d. O R C Mec, para efeito de planejamento e emprego operacional, deve ser considerado como uma unidade blindada leve.

1-3. CARACTERÍSTICAS DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

a. Mobilidade - Resultante da grande velocidade em estrada, da possibilidade de deslocamento através campo, da capacidade de transposição de obstáculos e do raio de ação de suas viaturas, parte das quais são anfíbias.

b. Potência de fogo - Assegurada pelo seu armamento orgânico, notadamente os canhões, os morteiros, as armas automáticas (metralhadoras e lança-granadas) e os mísseis anticarro.

c. Proteção blindada - Proporcionada, em grau relativo, pela blindagem de parte de suas viaturas, que resguardam as suas guarnições contra os fogos de armas portáteis, fragmentos de granadas de morteiros e de artilharia, e contra o efeito de armas nucleares.

d. Ação de choque - Resultante do aproveitamento simultâneo de suas características de mobilidade, potência de fogo e proteção blindada.

e. Sistema de comunicações amplo e flexível - Proporcionado, particularmente, pelos meios de comunicações de que é dotado, que asseguram ligações rápidas e flexíveis com o Esc Sp e os elementos subordinados.

f. Flexibilidade - Decorre da sua instrução peculiar, da sua estrutura organizacional e das características de seu material, que lhe permitem uma composição de meios adequada a cada tipo de operação. É resultante ainda de sua mobilidade, potência de fogo, proteção blindada e sistema de comunicações, que lhe confere a capacidade de mudar rapidamente de frente e formação, como também um rápido desengajamento em combate.

1-4. POSSIBILIDADES DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

a. O R C Mec é uma unidade dotada de meios suficientes para períodos limitados de combate. Quando reforçado com elementos de combate, apoio ao combate (Ap Cmb) e apoio logístico (Ap Lg), sua atuação é mais duradoura.

b. Suas possibilidades são:

(1) realizar qualquer tipo de reconhecimento em largas frentes e grandes profundidades;

(2) cumprir missões de segurança;

(3) realizar operações de contra-reconhecimento;

(4) realizar operações ofensivas e defensivas;

(5) realizar ligações de combate;

(6) ser empregado na segurança da área de retaguarda - SEGAR;

(7) realizar operações de junção;

(8) realizar incursões;

(9) realizar a transposição imediata de cursos de água com as viaturas anfíbias;
(10) executar ações contra forças irregulares; e
(11) cumprir missões num quadro de garantia da lei e da ordem.

1-5. LIMITAÇÕES DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

As principais limitações do R C Mec são:

a. vulnerabilidade aos ataques aéreos;

b. sensibilidade ao largo emprego de minas AC e aos obstáculos naturais;

c. mobilidade limitada fora de estrada, principalmente em terrenos montanhosos, arenosos, pedregosos, cobertos e pantanosos;

d. reduzida capacidade de transposição de cursos de água, pois parte de suas viaturas não são anfíbias;

e. sensibilidade às condições meteorológicas adversas, que reduzem a sua mobilidade;

f. necessidade de volumoso apoio logístico, particularmente dos suprimentos de classe III, V e IX;

g. dificuldade em manter, por longo prazo, o terreno conquistado, em razão do limitado efetivo de fuzileiros (Fuz); e

h. redução da potência de fogo quando desembarcado, em razão de parte de seu armamento ser fixo às viaturas.

1-6. O COMBATE MODERNO E O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

a. No final do século XX surgiu nos campos de batalha um novo tipo de combate, em função do grande desenvolvimento tecnológico aplicado à arte da guerra. Esse novo combate, que se convencionou chamar de "combate moderno", é caracterizado pelo(a):
(1) combate ofensivo, com grande ímpeto e valorização da manobra;
(2) ação simultânea em toda a profundidade do campo de batalha e combate não-linear;
(3) busca do isolamento do campo de batalha com ênfase na destruição do inimigo;
(4) priorização das manobras de flanco;
(5) máximo poder relativo de combate no momento e local decisivo;
(6) combate continuado com a máxima utilização das operações noturnas e de ataque de oportunidade;
(7) valorização da infiltração como forma de manobra;
(8) busca da iniciativa, da rapidez, da flexibilidade, agressividade e da

sincronização das operações;

(9) valorização dos princípios do objetivo, ofensiva, manobra, massa, surpresa e unidade de comando;

(10) mínimo de perdas para as nossas forças e para a população civil envolvida;

(11) decisão da campanha no mais curto prazo; e

(12) ênfase no contra-reconhecimento e operações de inteligência de combate.

b. As seguintes características do combate moderno deverão ter influência significativa no emprego operacional dos R C Mec:

(1) não-linearidade do combate e a ação simultânea em toda a profundidade do campo de batalha: essas características criarão, com maior freqüência, defesa em todas as direções, situações nas quais, o R C Mec poderá ter de atuar isoladamente;

(2) ênfase ao combate continuado: essa característica exigirá um maior adestramento do R C Mec no combate noturno;

(3) grande importância atribuída às ações de contra-reconhecimento nas operações de segurança: exigirá a adoção de uma série de medidas e ações destinadas a destruir ou neutralizar os elementos de reconhecimento do inimigo por meio de ações ofensivas ou defensivas.

c. O manual de campanha C 100-5 - OPERAÇÕES, detalha os conceitos operacionais que norteiam o planejamento e a execução do combate em todos os escalões.

ARTIGO III

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1-7. CONSTITUIÇÃO DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Os R C Mec de Bda C Mec e de DE possuem a seguinte estrutura organizacional básica (Fig 1-1):

a. Comando e Estado-Maior; (Cmdo e EM);

b. 1 (um) Esquadrão de Comando e Apoio; (Esqd C Ap); e

c. 3 (três) Esquadrões de Cavalaria Mecanizados. (Esqd C Mec).

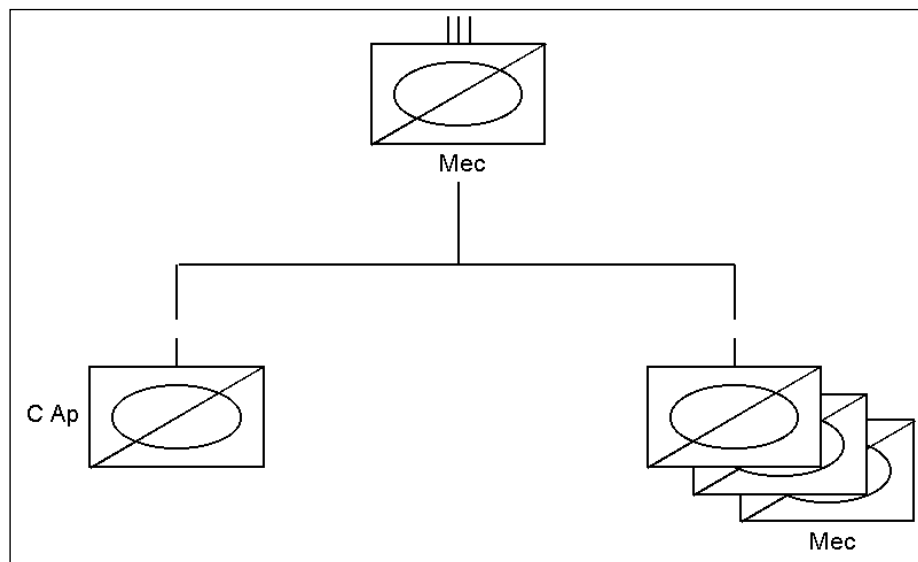



Fig 1-1. Estrutura organizacional básica do R C Mec

1-8. COMANDO E ESTADO-MAIOR

a. O Cmdo do R C Mec é constituído pelo Cmt da U e seu EM.

b. O Cmt, assessorado pelo EM, planeja, organiza, coordena e controla as atividades da unidade.

c. O subcomandante (Sub Cmt) do R C Mec é o substituto eventual do comandante da unidade e o chefe do estado-maior do regimento.

d. O estado-maior da unidade compreende:

(1) o estado-maior geral, constituído pelo Sub Cmt, oficial de pessoal (S1), o oficial de inteligência (S2), o oficial de operações (S3), o adjunto do S3 (oficial de apoio de fogo do regimento, também oficial de ligação com a F Ae/Av Ex e S3 do Ar), o oficial de logística (S4) e o adjunto do S4 (oficial auxiliar de logística);

(2) o estado-maior especial, composto pelo oficial de saúde (Cmt Pel Sau e Adj S1), o oficial de DQBN (Cmt Pel Cmdo e Adj S3), o oficial de comunicações (Cmt Pel Com e Adj S3), o oficial de manutenção (Cmt Pel Mnt e Adj S4), o oficial de suprimento (Cmt Pel Sup e Adj S4) e o oficial aprovisionador (S Cmt Pel Sup e Adj S4).

e. Os deveres e responsabilidades do Cmt, Sub Cmt e do EM, assim como a documentação existente em cada seção de estado-maior, são tratados em manuais específicos e nas Normas Gerais de Ação (NGA) da U.

1-9. ELEMENTOS SUBORDINADOS

a. Esquadrão de Comando e Apoio (Esqd C Ap) (Fig1-2)

(1) O Esqd C Ap destina-se a apoiar o comando da unidade com os meios necessários à conduta das operações de combate e prestar o apoio logístico e de fogo às operações do Rgt.

(2) O comandante do Esqd C Ap, além de suas atribuições normais de comandante de subunidade, também é o responsável pela supervisão das instalações, segurança, deslocamento e funcionamento da(s) Área(s) de Trens da unidade. (ATU)

(3) O Esqd C Ap é constituído pelos seguintes elementos:

(a) comandante e subcomandante.

(b) seção de comando. (Sec Cmdo);

(c) pelotão de comando. (Pel Cmdo);

(d) pelotão de morteiros pesados. (Pel Mrt P);

(e) pelotão de comunicações. (Pel Com);

(f) pelotão de suprimento. (Pel Sup);

(g) pelotão de manutenção. (Pel Mnt); e

(h) pelotão de saúde. (Pel Sau)

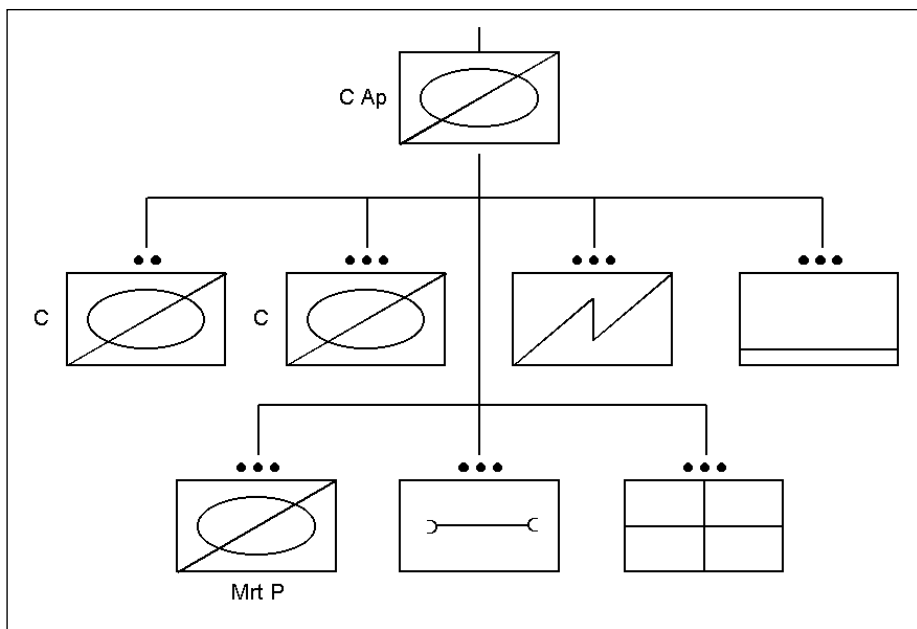



Fig 1-2. Esquadrão de Comando e Apoio

(4) Sec Cmdo - Reúne os meios e o efetivo necessários para apoiar o comando da subunidade em suas missões, realizar o controle dos efetivos e do material, supervisionar a distribuição de suprimento às frações e coordenar a manutenção do material, armamento e viaturas do esquadrão.

(5) Pel Cmdo - Enquadra o efetivo e os meios de todas as frações que apoiam diretamente o Cmt, o Sub Cmt e as seções do estado-maior da unidade no desempenho de suas funções. A Seção de Viaturas Blindadas de Reconhecimento apoia o Cmt Rgt, quando seus deslocamentos ou sua intervenção no combate necessitarem do emprego de VBR. A Seção de Vigilância Terrestre e a Seção de Mísseis AC operam em proveito do regimento, de acordo com ordens específicas.

(6) Pel Mrt P

(a) É o elemento de apoio de fogo orgânico do regimento, por meio do qual o comandante pode intervir no combate pelo fogo.

(b) Os morteiros são empregados, principalmente, para bater alvos a distâncias reduzidas ou médias, em ângulos mortos do terreno, em apoio à progressão das subunidades, desarticulando o ataque do inimigo, destruindo posições fortificadas, batendo posições de armas anticarro e obstáculos. São empregados também para cegar observadores e forças inimigas com fumígenos, facilitando o movimento das peças de manobra da unidade.

(c) O Pel Mrt P é empregado, normalmente, sob o comando do regimento. A unidade de emprego de Mrt P é o pelotão; contudo, em situações táticas específicas, o pelotão poderá ser fracionado e ser empregado por seções.

(7) Pel Com - Instala e opera o sistema de comunicações do regimento. Realiza, ainda, a manutenção de 2º escalão dos equipamentos de comunicações.

(8) Pel Sup - Provê a maior parte do apoio logístico ao regimento, transportando e distribuindo os suprimentos das classes I, III e V. Enquadra as turmas de aprovisionamento, responsáveis pelo preparo e distribuição da alimentação ao efetivo da unidade.

(9) Pel Mnt - Realiza a manutenção de 2º escalão e a evacuação das viaturas e do armamento do regimento. Enquadra as turmas de manutenção que apoiam as peças de manobra na manutenção de suas viaturas. Realiza o suprimento de classe IX e de produtos acabados de motomecanização e armamento.

(10) Pel Sau - Presta o apoio de saúde ao efetivo do regimento, tratando e evacuando as baixas. Realiza o suprimento de classe VIII.

b. Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Fig 1-3)

(1) Dotado de boa mobilidade através campo, potência de fogo, relativa proteção blindada de parte de suas viaturas e múltiplos meios de comunicações, constitui-se no elemento de manobra do comandante do regimento.

(2) Cada Esqd C Mec é constituído pelos seguintes elementos:

(a) comando;

(b) seção de comando;

(c) seção de morteiros médios; e

(d) 3 (três) pelotões de cavalaria mecanizados.

(3) O comando da subunidade é composto pelo Cmt e pelo Sub Cmt do esquadrão.

(4) A seção de comando reúne os meios necessários ao exercício do comando, ao controle do pessoal e material, à execução da manutenção e à

distribuição do suprimento para a subunidade. Sua estrutura organizacional possui um grupo de comando (Gp Cmdo) e um grupo de logística (Gp Log). Esta estrutura poderá ser reforçada por meios de manutenção, saúde e aprovisionamento do Esqd C Ap, conforme o planejamento da manobra logística do S4.

(5) A seção de morteiro médio (Sec Mrt Me) é o elemento de apoio de fogo indireto à disposição do Cmt Esqd. Tem por missão proporcionar contínuo apoio de fogo indireto aos pelotões. A Sec Mrt Me é constituída de comando, grupo de comando e 03 (três) peças de Mrt Me. No grupo de comando estão reunidos os meios em pessoal e material necessários à condução do tiro.

(6) O pelotão de cavalaria mecanizado (Pel C Mec) é o elemento básico de emprego do esquadrão. É a menor fração de emprego da cavalaria mecanizada. O pelotão está organizado com: grupo de comando, grupo de exploradores, seção de viaturas blindadas de reconhecimento, grupo de combate e peça de apoio.

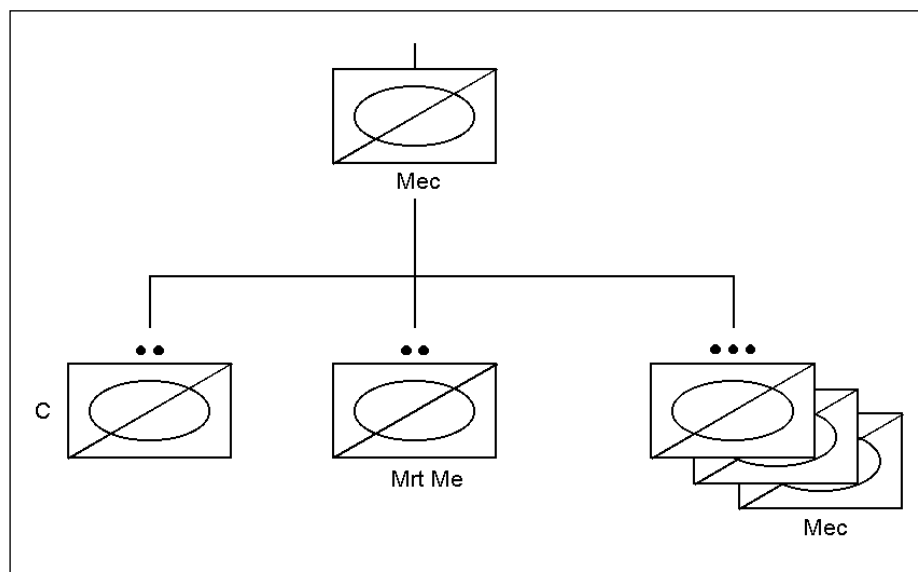



Fig 1-3. Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

ARTIGO IV

ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

1-10. GENERALIDADES

a. O emprego tático do R C Mec, normalmente, é feito no quadro de emprego das DE ou das Bda C Mec.

b. O Cmt R C Mec organiza a unidade para o combate, de acordo com os meios orgânicos disponíveis e aqueles recebidos do escalão superior(Esc Sp), com base nas conclusões do estudo de situação.

1-11. ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

a. Em princípio, o Cmt R C Mec empregará sua U organizada em Esqd C Mec, estruturados em Pel C Mec. Entretanto, a missão atribuída ao Rgt, o terreno onde irá operar e o inimigo poderão impor a necessidade de serem modificadas as estruturas básicas da unidade e / ou dos esquadrões, reforçando-os ou retirando-lhes Pel, ou ainda, organizando-se SU e Pel com estruturas provisórias.

b. Normalmente, a dosagem de elementos de combate e apoio ao combate recebidos pelo R C Mec, seja na situação de reforço ou de integração, será da seguinte ordem: de valor Pel quando se tratar de elemento de engenharia; de valor subunidade quando se tratar de elemento Fuz, CC ou Art; ou de valor Pel ou subunidade quando se tratar de elemento C Mec.

d. Ao organizar a U para o combate, o Cmt deve guardar a flexibilidade necessária para influir nas ações, designando elementos em reserva (constituída ou hipotecada), ou em 2º escalão. Na situação de reserva hipotecada, as frações das Su de 1º escalão permanecem sob o comando do Cmt Su, que só poderá empregá-las com autorização do comandante do regimento.

e. A Bda ou a Div poderão organizar o R C Mec como força-tarefa (FT) a fim de possibilitar que a unidade cumpra com maiores possibilidades de êxito determinadas missões de combate. Para constituir uma FT R C Mec, o regimento poderá receber um ou mais das seguintes subunidades:

(1) Esqd CC;
(2) Esqd Fuz Bld;
(3) Cia Fuz Bld;
(4) FT Esqd CC;
(5) FT Esqd Fuz Bld;
(6) FT Cia Fuz Bld;
(7) excepcionalmente, Cia Fuz Mtz.

1-12. ESTRUTURAS PROVISÓRIAS

a. Apesar de não se constituírem na forma normal de organização para o emprego dos R C Mec e Esqd C Mec, as estruturas provisórias devem ser consideradas como uma possibilidade dessas OM para melhor adaptarem-se a situações especifica do combate.

b. A missão recebida pela OM, o terreno e o tempo disponível para o cumprimento da missão poderão levar o R C Mec (ou o Esqd C Mec) a adotar estruturas provisórias em determinada fase da operação ou no cumprimento de uma missão específica.

c. A adoção de uma estrutura provisória poderá conduzir à necessidade de se reorganizar as estruturas de apoio do regimento, em função das novas implicações de caráter logístico (mudanças de efetivo, necessidades de suprimento classe III, classe V, tipos de Pac Log e Mnt) e de coordenação e controle (IEComElt) da OM.

d. Os esquadrões e pelotões provisórios poderão ser organizados com frações homogêneas de exploradores (Exp), de fuzileiros blindados (Fuz Bld), de viaturas blindadas de reconhecimento (VBR) ou de morteiros ou, com uma composição desses tipos de frações.

ARTIGO V

SISTEMAS OPERACIONAIS

1-13. GENERALIDADES

O sistema de combate do R C Mec poderá ser integrado por sete subsistemas operacionais: Comando e Controle; Manobra; Apoio de Fogo; Inteligência; Defesa Antiaérea; Mobilidade; Contramobilidade e Proteção e Apoio Logístico, que devem ser integrados para apoiar a manobra do regimento. O funcionamento de cada subsistema requer a coordenação de todos os elementos do Rgt.

1-14. SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE

a. O Cmt deve se posicionar no campo de batalha onde melhor possa controlar suas subunidades e expedir as ordens necessárias para influir no combate. Seus subordinados devem ter conhecimento de sua localização no campo de batalha.

b. A coordenação realizada através do contato pessoal deve ser preferida às realizadas através de qualquer outro meio de comunicações.

c. A atuação dos meios de guerra eletrônica (GE) sobre as comunicações no campo de batalha passará a exigir que os comandantes estejam preparados para prosseguir no combate sem ligação com o escalão superior. O perfeito entendimento da “intenção do comandante” sobre a missão e a forma de cumpri-la passa a ter uma dimensão maior. O perfeito conhecimento da intenção do comandante e do conceito da operação permitem que as ações dos subordinados possam ser realizadas com maior iniciativa e menor dependência das comunicações.

1-15. SISTEMA DE MANOBRA

Através da manobra, as SU Mec do Rgt cumprem as suas missões. Todos os demais meios do R C Mec são utilizados para apoiar os elementos de manobra.

1-16. SISTEMA DE APOIO DE FOGO

a. O Cmt do R C Mec planeja e coordena seu apoio de fogo para neutralizar ou destruir o inimigo. O Adj S3, Oficial de Apoio de Fogo do Rgt, assessora o comandante da unidade e o S 3 no planejamento e na coordenação do apoio de fogo. Em complemento aos fogos orgânicos de morteiro e dos mísseis anticarro, o regimento poderá receber apoio de fogo da artilharia de campanha, da força aérea (F Ae) e da aviação do exército (Av Ex).

b. O Pel Mrt P provê apoio de fogo indireto orgânico para o regimento, contribuindo para a destruição ou neutralização do inimigo e favorecendo a manobra das SU.

c. A Sec Msl AC provê apoio de fogo direto anticarro a longa distância para o Rgt, complementando e aprofundando os fogos de canhão das VBR dos Esqd C Mec.

d. A artilharia de campanha (Art Cmp) pode prover o apoio de fogo cerrado à manobra da U, bem como desencadear fogos a à média e longa distâncias.

e. O apoio de fogo da força aerotática provê fogo adicional aos meios terrestres. O R C Mec normalmente receberá um controlador aéreo avançado (CAA), quando apoiado por meios da F Ae.

1-17. SISTEMA DE INTELIGÊNCIA

a. Todas as U possuem a responsabilidade de transmitir informes sobre o inimigo e o terreno para o Esc Sp. Quando o R C Mec cumpre missões de reconhecimento e segurança, essa responsabilidade cresce de importância.

b. Meios de GE podem apoiar a manobra do escalão superior, ampliando a capacidade de busca de informes sobre o inimigo e a disponibilidade desses informes para o Rgt.

c. A Sec Vig Ter constitui-se em importante elemento de busca de informes do R C Mec, complementando e apoiando as ações realizadas pelas subunidades mecanizadas.

1-18. SISTEMA DE DEFESA ANTIAÉREA

a. O R C Mec não possui elementos orgânicos de defesa antiaérea, entretanto poderá ser apoiado por seção de artilharia antiaérea (AAAe), dotada de mísseis e / ou canhões antiaéreos .

b. Dispondo do apoio de AAAe ou não, o Rgt deverá adotar medidas passivas de autodefesa, tais como a camuflagem, a dispersão e o fogo das armas individuais, das metralhadoras e lança-granadas veiculares ou sob reparos terrestres. O canhão das VBR poderá ser empregado contra alvos aéreos, particularmente contra helicópteros inimigos.

c. A coordenação e o uso do espaço aéreo é realizado entre o Centro de Controle Aerotático (CCAT) e o COT Ex Cmp. Este último difunde as diretrizes e medidas de coordenação do uso do espaço aéreo para os Centros de Operações Antiaéreas (COAAe) das defesas antiaéreas desdobradas na Z Aç do Ex Cmp e para os COT das DE e CCAF das brigadas, através do canal de comando.

d. Os procedimentos para a coordenação do espaço aéreo são aplicados na unidade pelo Adj S3, também S3 do Ar, em coordenação com o oficial de defesa antiaérea. O S3 do Rgt deve assegurar-se de que essas medidas complementem o plano de operações.

1-19. SISTEMA DE MOBILIDADE, CONTRAMOBILIDADE E PROTEÇÃO

a. Todas as U têm possibilidades limitadas de cumprirem as missões de preparação do terreno e lançamento de minas, normalmente atribuídas à engenharia.

b. A engenharia de combate provê apoio adicional de mobilidade, contramobilidade e proteção para o R C Mec. Esse apoio é normalmente executado por meio da construção de obstáculos, lançamento e limpeza de campos de minas, preparação de destruições, melhoramento de estradas e lançamento de pontes.

c. Normalmente, o Rgt recebe do escalão superior um pelotão de engenharia de combate. O comandante da unidade será assessorado no emprego da engenharia pelo comandante do Pel E Cmb.

1-20. SISTEMA DE LOGÍSTICA

a. O Ap Log no escalão é o conjunto de medidas e ações que sustentam a capacidade combativa dos elementos de manobra. Esse apoio está relacionado basicamente ao transporte, à distribuição de suprimentos, à manutenção do material e à saúde dos combatentes.

b. O S4, Oficial de Logística do Rgt, é o responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de todas as atividades logísticas. Para o cumprimento de suas missões, o S4 é auxiliado pelo S1, Adj S4, Cmt e S Cmt Esqd C Ap, Cmt e S Cmt (Of Aprov do regimento) Pel Sup, Cmt Pel Mnt e Cmt Pel Sal.

1-21. O ELEMENTO HUMANO

a. Embora não seja um sistema operacional, o ELEMENTO HUMANO é um componente crítico das operações do R C Mec. As missões no campo de batalha são cumpridas por soldados, seres humanos, e não por sistemas de armas.

b. A coesão da U deve ser mantida a todo custo, para que a confiança dos soldados em seus comandantes e nas suas frações e subunidades seja maximizada.

c. Os Cmt devem considerar a experiência e o adestramento de seus homens no planejamento operacional da U, bem como estimulá-los para que desenvolvam suas qualidades individuais.

d. Planos para o repouso da tropa, para a segurança individual e coletiva e para a manutenção da disciplina devem receber a atenção dos Cmt em todos os níveis.

e. Atenção especial deve ser dada para os aspectos relacionados com a manutenção do vigor físico e com o estado sanitário dos homens, bem como para aspectos que visem o seu conforto e a manutenção ou melhoria de seu moral, como a distribuição de rações quentes, banho e troca de fardamento.

f. O Cmt deve assegurar-se de que todas as medidas estão sendo tomadas para fortalecer o moral, a saúde, o bem estar e o adestramento para o combate do Rgt.

g. As modernas viaturas blindadas, incorporaram nas últimas décadas um grande número de equipamentos de elevada tecnologia e grande sofisticação. Esta variada gama de sensores, computadores de tiro, equipamentos de visão noturna, navegação terrestre, telêmetros laser, sistemas de defesa QBN, sistemas de alerta e sistemas de tiro estabilizado passaram a exigir guarnições de blindados muito mais adestradas e com maior nível intelectual, trazendo para os comandantes mecanizados uma grande preocupação com a capacitação técnica e tática de seus homens.

h. Somente guarnições bem adestradas poderão utilizar em sua plenitude os recursos disponíveis nos modernos blindados, empregando-os com eficiência e eficácia. Essa necessidade de uma maior capacitação técnica e tática das guarnições e de um maior adestramento das frações mecanizadas deverá ser atendida através de um programa inteligente de instrução, desenvolvido permanentemente, nos momentos estáticos do combate, nas zonas de reunião (Z Reu) e, principalmente, nos períodos em que a U não estiver empregada no combate. Este programa de instrução deverá proporcionar às guarnições e frações mecanizadas a possibilidade de uma reciclagem periódica, através de uma análise critica dos erros cometidos e dos ensinamentos adquiridos, enfocando a utilização dos equipamentos, da viatura.

CAPÍTULO 2

COMANDO E CONTROLE

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

2-1. GENERALIDADES

Comando e Controle (C^2) é um processo através do qual o Cmt assessorado pelo EM planeja as atividades do R C Mec são planejadas, coordenadas, sincronizadas e conduzidas para o cumprimento da missão. Esse processo abrange o pessoal, equipamento, comunicações, instalações e procedimentos necessários para obter e analisar as informações, para planejar, expedir ordens e planos e para supervisionar a execução das operações.

ARTIGO II

RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS DE COMANDO E CONTROLE

2-2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE (Fig 1-1)

a. O Cmt Rgt é o responsável pelo C^2 dos elementos orgânicos, dos elementos em reforço e em apoio e pela sincronização das operações.

b. Uma efetiva liderança é o instrumento que irá assegurar uma vitória decisiva. O Cmt que desejar liderar sua U deverá possuir um sistema de Cmt e controle confiável, seguro e eficiente. Esse sistema deve ser capaz de continuar a funcionar, expedindo ordens, coordenando os apoios e proporcionando diretrizes para o Rgt, apesar das interferências do inimigo, da perda de instalações de comando e de elementos chave na cadeia de comando.

c. O sistema de (C^2) do R C Mec deve ser mais ágil e eficiente que o do inimigo. Isso permitirá que o comandante do Rgt receba, processe informações e expeça ordens de modo que a unidade reaja com mais rapidez que seu oponente.

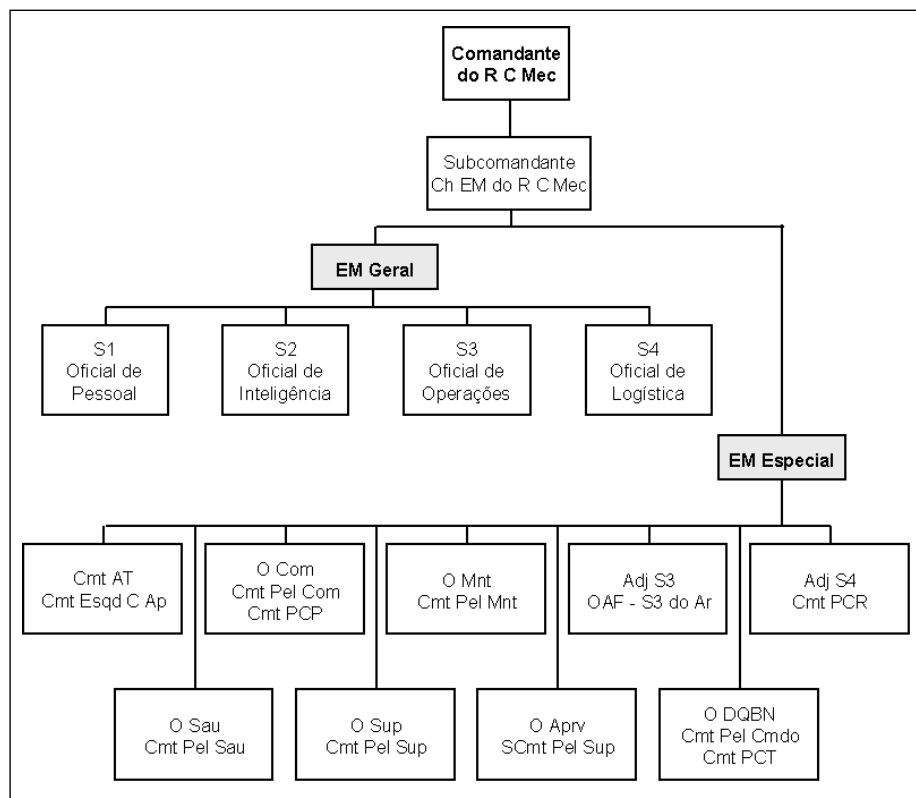



Fig 2-1. Comando e Estado-Maior do R C Mec

2-3. RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS

a. Comandante do R C Mec - O Cmt exerce sua ação de comando sobre todos os elementos orgânicos, em apoio e em reforço. Ele provê seus subordinados com missões, tarefas, diretrizes e uma orientação clara de suas intenções. O Cmt deve permitir que seus subordinados tenham liberdade de ação para implementarem suas ordens.

b. Subcomandante

(1) O Sub Cmt é o principal assessor do Cmt Rgt. Ele é o chefe do EM da unidade e o substituto eventual do Cmt. O Sub Cmt é o principal responsável pela sincronização da manobra, do apoio ao combate e do apoio logístico. Na ausência do Cmt, ele o representa e conduz as operações, de acordo com a

orientação e determinações do Cmt.

(2) Durante o combate, normalmente, o Sub Cmt permanecerá no Posto de Comando Principal (PCP), de onde supervisionará as operações, manterá o Esc Sp informado da situação, manter-se-á a par da situação dos elementos vizinhos e superiores, sincronizará o apoio ao combate e o apoio logístico com a manobra e iniciará o planejamento das operações futuras.

c. Estado - Maior Geral

(1) Oficial de Pessoal (S1)

(a) O S1 é o principal assessor do Cmt nos assuntos de Pessoal. Compete ao Oficial de Pessoal o planejamento, a coordenação e a sincronização de todas as atividades logísticas e administrativas referentes ao pessoal.

(b) As atividades do S1 abrangem o controle de efetivos, o recompletamento dos claros, a manutenção do moral, o apoio de saúde (localização e funcionamento do PS, apoio de saúde às SU, evacuação de feridos e verificação das condições sanitárias da tropa), o planejamento da evacuação dos mortos, a disciplina e a Justiça Militar, a assistência ao pessoal (assistência religiosa, serviço especial, serviço postal, banho e lavanderia) e prisioneiros de guerra (coleta, segurança e processamento) além de outras atividades da área de pessoal. Em função dos reflexos da alimentação no moral da tropa, compete ao S1 a verificação da qualidade da alimentação fornecida à tropa.

(c) O S1 é o oficial de EM responsável pela escolha da localização e funcionamento do PC Recuado(PCR), auxiliado pelo Adj S4 (comandante do PCR). É, também, o assessor e substituto do S4 no que se refere às operações e ao controle do centro de operações logísticas (COL) e da área de trens de combate. Normalmente, cumpre suas missões no PCR.

(2) Oficial de Inteligência (S2)

(a) O S2 é o principal assessor do Cmt na área da inteligência de combate. Compete ao Oficial de Inteligência o planejamento, a coordenação e a sincronização das atividades de inteligência no Rgt, em especial as operações de reconhecimento e contra-reconhecimento, a produção e utilização do conhecimento obtido sobre o terreno, o inimigo e as condições meteorológicas, a distribuição de cartas e fotografias aéreas. Ele participa do estudo de situação continuado junto com o S3 e o subcomandante da unidade e auxilia e orienta os oficiais do estado-maior geral e especial no trato e produção de informações em suas áreas funcionais. O S2 propõe o plano de emprego da Sec Vig Ter em consonância com o planejamento de operações do S3.

(b) O S2 é o oficial do estado-maior geral responsável pela escolha da localização e funcionamento do Posto de Comando Principal, auxiliado pelo O Com (comandante do PCP). É, também, responsável pelo funcionamento do centro de operações táticas (COT). Realiza a supervisão da instalação, operação, segurança e deslocamento do PCP. Normalmente, executa suas missões no PCP.

(3) Oficial de Operações (S3)

(a) O S3 é o principal assessor do Cmt na área das operações e emprego do Rgt. Compete ao Oficial de Operações o planejamento, a coordenação e a sincronização das operações de combate da U e dos elementos em apoio e em reforço. Ele coordena com o S2, com o Adj S3 com o O Lig da artilharia, com o CAA e com outros elementos de planejamento do apoio ao combate, a expedição de ordens e planejamentos operacionais para o Rgt.

(b) O S3 é o responsável pela integração do apoio ao combate nas operações da FT. Ele assessora e auxilia o Cmt na condução das operações de combate. Normalmente, o S3 atua à frente, junto com o Cmt do Rgt, dedicando particular atenção às operações desenvolvidas nos setores secundários da Z Aç da unidade, que nas operações em AOC e no combate não-linear poderão passar a constituir-se na Z Aç Pcp do regimento com grande rapidez.

(4) Oficial de Logística (S4)

(a) O S4 é o principal assessor do Cmt para as atividades da Logística do Material e o coordenador da Manobra Logística do Rgt. Ele é o responsável pela integração dos planejamentos das 1ª e 4ª Seções do estado-maior geral e da logística com a manobra e o apoio ao combate.

(b) O Oficial de Logística mantém estreita e contínua coordenação com o E4 do escalão superior, com o Cmt do B Log que apóia a unidade e com todos os demais oficiais responsáveis pelas operações de apoio logístico ao regimento. O S4 orienta e auxilia os demais oficiais do EM sobre assuntos de natureza logística, em suas respectivas áreas de responsabilidade.

(c) Como responsável pela previsão e provisão do suprimento, manutenção, transporte e outras tarefas de apoio logístico no Rgt, deve manter-se continuamente a par da situação logística dos elementos subordinados, em reforço e em apoio ao Rgt.

(d) O S4 é o oficial de EM responsável pela operação e controle do PCR e do COL e pela supervisão da instalação, operação, segurança e deslocamento dos trens do Rgt.

d. Estado - Maior Especial

(1) Adjunto do S3 - Oficial de Apoio de Fogo - S3 do Ar e Oficial de Ligação com a F Ae e Av Ex - É o assessor do S3 para os assuntos de apoio de fogo orgânico, controle do espaço aéreo e ligação com a Av Ex e força aérea. Realiza o planejamento do apoio de fogo orgânico, em estreita ligação com o O Lig da artilharia e os comandantes do Pel Mrt P, da Sec Msl AC e das SU conforme diretriz do S3. Planeja os pedidos de apoio da Av Ex e da F Ae, em ligação com o CAA e de acordo com a orientação do S3. Auxilia, também, o Oficial de Operações no planejamento, coordenação e supervisão das operações de combate e no controle da 3ª Seção. Seu substituto eventual no CCAF é o Cmt Pel Mrt P.

(2) Adjunto do S4 - Oficial Auxiliar de Logística e Cmt do PCR

(a) Auxilia o S4 no planejamento das atividades da Logística do Material, na coordenação e supervisão das atividades de suprimento e manutenção e no controle da 4ª Seção. É o encarregado do planejamento e supervisão das operações de Pac Log.

2-4

(b) É o Cmt do PCR, assessorando o S1 na sua localização, sendo responsável pela sua instalação, segurança e deslocamento.

(3) Cmt do Esqd C Ap - Cmt dos Trens do Rgt - O Cmt Esqd C Ap é o principal assessor do S4 na execução da Manobra Logística e no controle dos trens do Rgt. É o Cmt dos trens da unidade, responsável pela sua instalação, segurança, deslocamento e operação. Quando o Rgt desdobrar somente uma AT, o Cmt Esqd C Ap será o seu Cmt. É o Cmt da ATE quando os trens não estiverem reunidos.

(4) SCmt do Esqd C Ap - Cmt ATC (quando desdobrada) - Quando o Rgt desdobrar uma ATC o SCmt Esqd C Ap será o seu Cmt, integrando, provisoriamente, o EM Especial da OM. Auxilia o S4 na supervisão dos trabalhos desenvolvidos na ATC e realiza o planejamento e a execução da segurança, instalação e deslocamentos dessa área. Auxilia o Cmt Esqd C Ap no controle dos elementos da SU desdobrados na ATC.

(5) Oficial de Comunicações - Cmt do PCP e do Pel Com

(a) É o principal assessor do Cmt e do estado-maior quanto às comunicações. Além de Cmt Pel Com, exerce supervisão técnica sobre o sistema de comunicações, as instalações de comunicações e o pessoal de comunicações do Rgt. Seu trabalho é diretamente supervisionado pelo S2 (segurança) e pelo S3, de quem é adjunto para assuntos de comunicações e eletrônica, cabendo-lhe o planejamento do emprego e a segurança das comunicações na unidade. É o Cmt do PCP, assessorando o S2 na sua localização, sendo responsável pela sua instalação, segurança e deslocamento. Ele orienta o S1 no PCR quanto ao assunto comunicações.

(b) É também assessor do S4 no planejamento, coordenação e execução das atividades de manutenção e suprimento do material de comunicações do Rgt.

(6) Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear, Cmt do PCT e Cmt Pel Cmdo - É o principal assessor do Cmt e do EM quanto à defesa química, biológica ou nuclear. Assessora o S3 no planejamento do emprego de fumígenos em apoio à manobra do Rgt e sobre os efeitos dos agentes QBN inimigos sobre as operações correntes e futuras da unidade. É o Cmt do PCT quando desdobrado.

(7) Oficial de Manutenção - Substituto eventual do Cmt da ATC e Cmt Pel Mnt

(a) É o assessor do Cmt e do S4 no planejamento, coordenação e execução das atividades de manutenção do material do Rgt (exceto material de saúde e de comunicações). É o Cmt Pel Mnt da unidade. É responsável pela operação e segurança das instalações de manutenção operadas pelo Pel Mnt e pela supervisão técnica dos trabalhos de manutenção nos Esqd.

(b) Na falta do S Cmt Esqd C Ap é o Cmt da área de trens de combate, assessorando o S4 e o Cmt do Esqd C Ap na sua localização.

(8) Oficial de Suprimento - Substituto eventual do Cmt da ATE e Cmt do Pel Sup.

(a) É o assessor do Cmt e do S4 no planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas ao suprimento (exceto da classe VIII).

(b) Na falta do Cmt do Esqd C Ap é o Cmt da ATE.

(c) Assessora o Cmt Esqd C Ap na localização da ATE e o S4 nas atividades relacionadas a suprimento em geral, nas ligações com o B Log e órgãos de apoio logístico do Esc Sp.

(d) É o responsável pela organização das operações de Pac Log.

(9) Oficial Aprovisionador - Sub Cmt Pel Sup

(a) É o assessor do Cmt e do S4 no planejamento, coordenação e execução das atividades suprimento classe I e no emprego das cozinhas de campanha.

(b) Assessora o S1 na verificação da qualidade da alimentação da tropa e na supervisão de sua distribuição às SU.

(10) Oficial Médico - Cmt Pel Sau

(a) É o assessor do Cmt e do S1 no planejamento, coordenação e execução das atividades de saúde no Rgt.

(b) Assessora o S4 quanto ao suprimento de classe VIII e à manutenção do material de saúde.

e. Outros elementos de comando e controle

(1) Oficial de Ligação da Artilharia - É o coordenador de apoio de fogo (CAF) do Rgt, integrando os fogos orgânicos da unidade com o apoio de fogo da artilharia e o aéreo. É o assessor do S3 no planejamento dos fogos em apoio à manobra do Rgt e dos elementos subordinados. O O Lig da artilharia é o coordenador do Centro de Coordenação de Apoio de Fogo (CCAF) no COT do Rgt, supervisionando o posicionamento do Pel Mrt P e o emprego dos fogos orgânicos da unidade. O O Lig opera do CCAF, no COT do PC Pcp ou à frente, junto ao Cmt Rgt.

(2) Oficial de Engenharia - É o Cmt da fração de engenharia em apoio ao R C Mec e o assessor do Cmt e do S3 para o apoio de engenharia.

(3) Oficial de Defesa Antiaérea - É o Cmt da fração de AAAe em apoio ao Rgt e o assessor do comandante e do S3 para assuntos de defesa antiaérea. Quando o Rgt não dispuser de fração de AAAe apoiando-a, o O Lig Art será o Of Def AAe do Rgt.

(4) Controlador Aéreo Avançado - É um oficial da F Ae, adido ao Rgt, que assessora o Cmt e o S3 quanto ao emprego do apoio aéreo. Mantém estreito contato com o Adj do S3 / S3 do Ar, o Cmt da fração AAe e com o O Lig, no COT do PCP. Exerce o controle sobre as missões de apoio de fogo da força aerotática.

ARTIGO III

POSTO DE COMANDO

2-4. GENERALIDADES

a. Posto de Comando (PC) é o local onde se instala o comando do R C Mec para planejar e conduzir as operações.

b. O PC reúne os meios necessários ao exercício do comando, incluindo a coordenação e o controle dos elementos de combate e de apoio.

c. No R C Mec, normalmente, o PC é desdobrado em outras instalações de Comando e Controle, a fim de facilitar o planejamento, acompanhamento e condução das operações táticas e logísticas. Estas instalações de C2 são:

(1) o Posto de Comando Tático (PCT): local de onde o Cmt Rgt, em princípio, deverá conduzir as operações. É instalado o mais à frente possível, orientado para a Z Aç da SU que realizar a ação principal.

(2) o Posto de Comando Principal (PCP): principal instalação de comando e controle do Rgt, onde são realizados os planejamentos operacionais, o estudo de situação continuado das operações e a sincronização da manobra, do apoio de fogo e da logística. No PCP, é instalado o Centro de Operações Táticas da unidade. É normalmente instalado entre as AT SU e a ATC, próximo da reserva e na parte central da Z Aç do Rgt.

(3) o Posto de Comando Recuado (PCR): instalação localizada, normalmente, na Área de Trens de Combate, onde é desdobrado o Centro de Operações Logísticas do Rgt.

d. O PCT e o PCR funcionam como postos de comando alternativos do Rgt. Os meios de comunicações e de C2 devem ser duplicados nesses PC para assegurar a sobrevivência do sistema de comando e controle da unidade, caso uma das instalações de comando e controle venha a ser destruída.

f. Para atender às necessidades de comunicações do PCP do Rgt, o Pel Com instala um Centro de Comunicações de Comando (C Com Cmdo). Este centro, normalmente, compreende um Centro de Controle do Sistema de Comunicações (CCSCom) da OM (dotado de meios rádio e meios informatizados com programas para processamento, criptografia e decriptografia de mensagens) e postos de outros meios de comunicações.

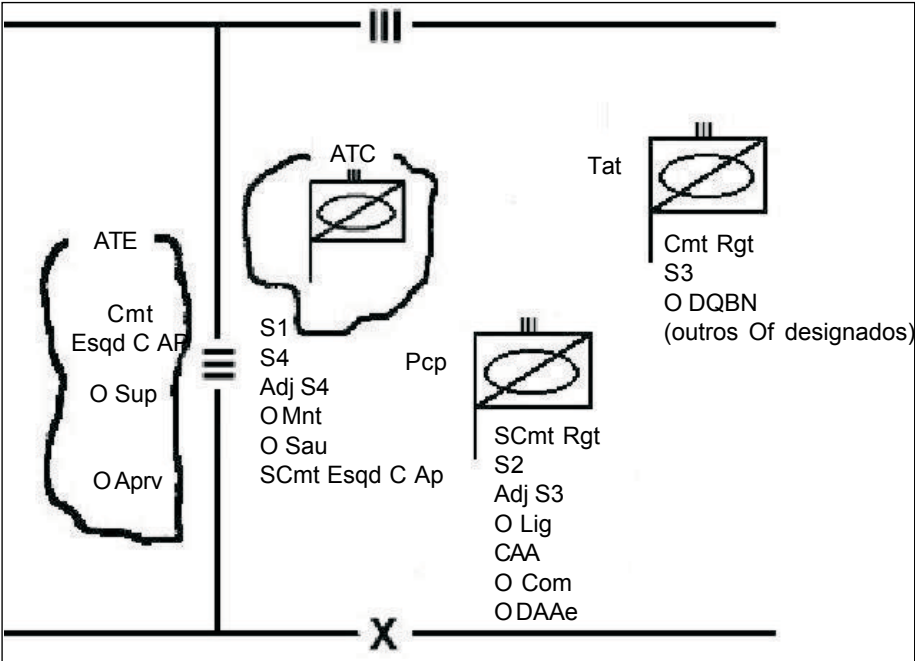



Fig 2-2. Desdobramento típico das instalações de comando e controle de um R C Mec.

e. O sistema de comando e controle do R C Mec normalmente se desdobra para mobiliar as seguintes instalações:

INSTALAÇÃO DE C2	FUNÇÃO	COMANDO E ESTADO-MAIOR	EFETIVOS
Posto de Comando Tático	- Comando e controle das operações correntes. - Apoio ao Cmt Rgt.	- Cmt Rgt - S3 - Of DQBN - outros elementos que se fizerem necessários.	- Elm 2ª e 3ª Seções - Elm Pel Cmdo - Elm Pel Com - outros elementos que se fizerem necessários.
Posto de Comando Principal	- Planejamento das operações. - Acompanhamento das operações correntes. - Sincronização da manobra, apoio ao combate e logística. - Centro de Operações Táticas.	- SCmt Rgt - S2 - Adj S3 (S3 do Ar e Oficial de Ap F) - O Lig (Artilharia) - CAA - O DAAe - O Com - outros elementos que se fizerem necessários.	- Elm 2ª e 3ª Seções - Elm Pel Com - Elm Pel Cmdo - Outros elementos que se fizerem necessários.

INSTALAÇÃO DE C2	FUNÇÃO	COMANDO E ESTADO-MAIOR	EFETIVOS
Posto de Comando Recuado	- Acompanhamento das operações correntes. - Planejamento e controle da manobra logística. - Centro de Operações Logísticas.	- S1 - S4 - Adj S4 - Cmt Trens Rgt (*)	- Elm 1ª e 4ª Seções - Elm Pel Cmdo - Elm Pel Com - outros elementos que se fizerem necessários.

(*) Presente no PCR durante a fase de planejamento da operação e, eventualmente, quando o S4 necessitá-lo como assessor. No restante do tempo estará, em princípio, executando as atividades logísticas na ATE.

2-5. LOCALIZAÇÃO DO POSTO DE COMANDO

a. A localização dos PC varia de acordo com o tipo de operação na qual o Rgt está engajado.

b. Os PC são localizados de modo a facilitar o controle da unidade. São fatores que influem na sua localização: situação tática, facilidades para as comunicações, segurança e terreno. As entradas de cidades e vilas, os cruzamentos de estradas e outros acidentes do terreno que possam atrair o fogo inimigo, devem ser evitados.

c. Nas operações ofensivas (Op Ofs), a localização inicial do PCP deve ficar o mais à frente possível, a fim de se evitar deslocamentos prematuros e para facilitar o controle. Nas operações defensivas (Op Def), o PCP é geralmente localizado na A Rg da área do regimento a fim de se evitar deslocamento prematuro, na eventualidade de uma penetração inimiga. Para obter segurança, o PCP normalmente é localizado próximo à reserva. A segurança local é obtida pelo estabelecimento de postos avançados guarnecidos pelo pessoal disponível e patrulhas. (Fig 2-3 e Fig 2-4)

d. A distância de segurança para a Loc do PCP, deve ser tomada a partir da LP/LC, nas Op Ofs e a partir da orla anterior dos últimos núcleos de aprofundamento, nas Op Def.

e. O S3 propõe a delimitação da área do PCP, após consultar o oficial de comunicações (que opina sob o aspecto das comunicações) e o S2 (que opina sob o ponto de vista das necessidades de distribuição interna e das possibilidades de atuação do inimigo). Uma vez aprovada pelo comandante do Rgt, caberá ao S2, juntamente com o oficial de comunicações, a escolha do local exato dos diversos órgãos.

f. O S4 propõe a delimitação da área do PCR, após consultar o oficial de comunicações (que opina sob o aspecto das comunicações) e o S1 (que opina sob o ponto de vista das necessidades de distribuição interna). Uma vez aprovada pelo comandante do Rgt, caberá ao S1, juntamente com o oficial de comunicações a escolha do local exato dos diversos órgãos competentes.

g. Os PC e seus sistemas de comunicações são alvos de elevada prioridade para o inimigo. Eles apresentam assinaturas de rádio freqüência, térmicas, acústicas e visuais facilmente detectáveis pelo inimigo. Em função desta vulnerabilidade, a localização dos PC deve ser objeto de cuidadosa análise, a fim de se reduzir o risco de sua destruição ou bloqueio por meios eletrônicos. Medidas de camuflagem devem receber prioridade na instalação dos PC. A localização do PC deve ser alterada após determinados períodos, em função da situação tática e dos meios de guerra eletrônica do inimigo, a fim de reduzir a possibilidade de ser descoberto e ser alvo da ação do inimigo.

Fig 2-3. Posto de Comando Principal (desdobrado em área segura)

2-6. DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE ÁREAS NO POSTO DE COMANDO

a. O PCP é normalmente integrado pelo Centro de Operações Táticas e pelo Centro de Comunicações de Comando do Rgt. Na área do PCP desdobram-se ainda o grosso dos elementos do Pel Cmdo e Pel Com. Os grupos de inteligência e de operações devem ficar em posição central e operar reunidos no COT.

b. O PCR é basicamente constituído pelo Centro de Operações Logísticas do Rgt. Desdobram-se em suas proximidades elementos do Pel Cmdo e do Pel Com. Os grupos de pessoal e logística devem operar reunidos no COL.

c. O S1 e o S2 são os responsáveis pela distribuição interna e planejamento da segurança das instalações do PCR e PCP, respectivamente. Para tal, servem-se da assessoria do O Com / Cmt PCP e do auxílio do Adj S4/ Cmt PCR.

d. O Cmt Esqd C Ap é o Cmt da AT do Rgt, cabendo-lhe a execução dos planos de segurança e de deslocamento da(s) área(s) de trens. É auxiliado pelo Sub Cmt Esqd C Ap no controle do efetivo e na execução da manobra logística para a subunidade. Quando os trens da unidade forem desdobrados em ATC e ATE, os Sub Cmt e Cmt Esqd Cmdo Ap serão os Cmt ATC e Cmt ATE, respectivamente.

e. Os planejamentos de segurança e deslocamento do PCR devem ser ajustados com os da ATC.

f. As estações de rádio devem ser localizadas de modo a permitir a melhor transmissão e recepção e não comprometer a segurança do PC.

g. O oficial de comunicações do Rgt liga-se com o S1, o S2 e com o comandante do PCR para a localização dos meios de comunicações. Tais meios devem ser integrados no plano de segurança do PCP e PCR.

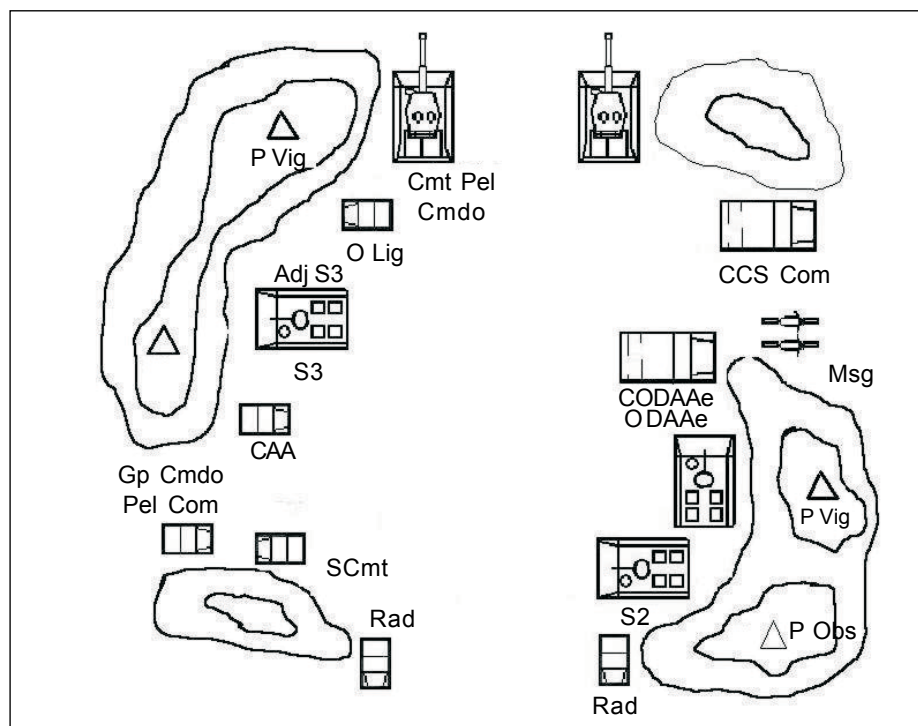



Fig 2-4. Posto de Comando Principal (desdobrado em área não segura)

2-7. OPERAÇÃO DO POSTO DE COMANDO

a. O PC é organizado para funcionar ininterruptamente. As seções do EM são organizadas em turmas que se revezam para assegurar a operação efetiva do PC durante as 24 horas do dia e para que o pessoal possa ter o repouso necessário.

b. O COT, o COL e o C Com Cmdo devem funcionar embarcados em suas viaturas, em condições de acompanharem a evolução da situação tática.

2-8. DESLOCAMENTO DO POSTO DE COMANDO

a. A situação tática, a segurança e os meios de comunicações, poderão impor a necessidade de deslocamentos freqüentes, que implicarão, normalmente, em declínio de eficiência e desgaste de pessoal e material. Em conseqüência, as seguintes considerações devem ser feitas para o PCP e PCR:

(1) buscar uma localização inicial que atenda, durante o maior tempo possível, as necessidades do comando;

(2) restringir ao mínimo os deslocamentos; e

(3) aproveitar, dentro do possível, os períodos em que houver uma redução no volume de tráfego de mensagens para realizar deslocamentos.

b. Quando é planejado um deslocamento, o S3 e o S4 propõem ao Cmt (ou ao Sub Cmt) a nova localização geral dos PC e a oportunidade para seu deslocamento. O S1 e o S2, encarregados da mudança dos PC, coordenam as seguintes medidas com os seguintes oficiais do EM:

(1) S3 - dispositivo da tropa, planos táticos, prioridade para utilização de estradas, hora de abertura do novo PC e fechamento do PC anterior;

(2) S4 - considerações logísticas, particularmente sobre transportes;

(3) O Com - assuntos de comunicações; e

(4) Cmt dos PC - deslocamento dos PC, providências sobre segurança, guias e hora de partida da turma de estacionadores.

c. O destacamento precursor, constituído pelo oficial estacionador de cada PC (S1 e S2), o elemento de segurança, os guias, o oficial de comunicações e praças auxiliares escolhidas, desloca-se para o novo local, onde o oficial estacionador escolhe a localização exata do PC. Escolhidos os locais, os oficiais estacionadores colocam guias para orientar os elementos que chegam para as respectivas áreas. Quando todas as providências tiverem sido tomadas os antigos PC devem ser notificados.

d. Os PC deslocam-se, normalmente, em dois escalões, a fim de assegurar um contínuo controle das operações. O primeiro desloca-se para a nova área e prepara-se para operar. O segundo escalão continua a funcionar sob o controle de um oficial do EM. O comando da Bda e os elementos subordinados e em apoio devem ser informados do exato local e da hora de abertura do novo PC. Quando este ficar pronto para operar, os oficiais do EM que permaneceram nos antigos PC devem ser informados. Os novos PC são abertos simultaneamente com o

fechamento dos antigos PC. O segundo escalão, então, reúne-se ao primeiro. Deve ser deixado um guia, nos antigos PC, durante um certo tempo, para informar onde se acham os novos PC.

e. Os PC podem deslocar-se como um todo, de uma só vez. Neste caso, o comando e o controle podem ser exercidos por meio de um grupo de comando, durante o movimento.

2-9. SEGURANÇA DO POSTO DE COMANDO

a. A segurança dos PC está relacionada com a localização das instalações, a segurança das comunicações e as normas e procedimentos gerais para operação dos PC.

b. No estabelecimento da segurança dos PC devem ser consideradas as seguintes medidas:

(1) desdobramento das instalações em locais abrigados e cobertos, que facilitem a defesa;
(2) máxima dispersão das instalações e viaturas;
(3) não indicar a localização dos PC por sinais detectáveis pelo inimigo;
(4) instalação de postos de segurança e áreas minadas;
(5) evitar a reunião de número significativo de viaturas próximo ao PC;
(6) camuflagem das instalações e viaturas;
(7) disciplina de luzes e ruídos; e
(8) reduzir ao máximo o deslocamento de pessoal entre as instalações dos PC.

c. A defesa do PCP é de responsabilidade do Sub Cmt Rgt, podendo ser delegada para o Cmt Pel Com / Cmt PCP. Esta responsabilidade inclui o emprego de meios recebidos, a segurança, o deslocamento, o apoio e a manutenção das instalações, viaturas e equipamentos.

d. O perímetro defensivo deve ser estabelecido em torno do COT no PC Pcp e COL no PCR. Este perímetro será mantido pelo pessoal do COT / COL e elementos de apoio a estas instalações. Ele deve incluir posições de tiro (armamento individual e coletivo), minas e, dependendo da operação e do tempo de permanência no terreno, obstáculos de arame. Nas operações continuadas, as áreas de descanso do pessoal devem ser localizadas de maneira que as equipes fiquem próximas de suas posições no perímetro defensivo. Todo o efetivo dos PC deve ter perfeita noção da missão a ser cumprida na defesa das instalações. Um sistema de alarme, postos e patrulhamento entre as posições deve ser estabelecido e treinamentos para a defesa dos PC devem ser realizados.

e. A prioridade dos trabalhos para segurança dos PC deve obedecer, em princípio, a seguinte ordem:

(1) estabelecimento de uma linha inicial de segurança;
(2) posicionamento do armamento coletivo e viaturas blindadas;
(3) localização do restante do pessoal e estabelecimento de patrulhamento;

(4) limpeza dos campos de tiro e observação;
(5) construção de obstáculos e lançamento de minas;
(6) preparação das posições de tiro;
(7) estabelecimento do sistema de comunicações fio;
(8) preparação de posições suplementares e de muda; e
(9) selecionar e preparar itinerários de suprimento e evacuação.

2-10. POSTO DE COMANDO TÁTICO

a. O PCT é uma instalação de comando e controle que apóia continuamente o Cmt Rgt e o grupo de comando, quando do seu afastamento do PCP.

b. O PCT pode servir como instalação temporária ou operar por longo período de tempo. Pode ser considerado como o escalão avançado do COT do PCP.

c. O grupo de comando utiliza o PCT como uma base de apoio, a partir da qual desenvolve o seu trabalho.

d. O PCT é comandado pelo Cmt Pel Cmdo e integrado por elementos dos grupos de inteligência e de operações do Pel Cmdo e por pessoal e meios de comunicações do Pel Com. A Sec VBR do Pel Cmdo integra o PCT.

e. Devem ser mantidas no PCT cartas de situação atualizadas a fim de apoiarem as decisões do Cmt Rgt, a coordenação do apoio de fogo e a correta expedição de ordens. O PCT pode funcionar como PC alternativo do Rgt.

f. Quando o PCT não é desdobrado, seus meios e efetivos passam a integrar o PCP.

2-11. GRUPO DE COMANDO

a. O Gp Cmdo não é uma organização permanente. Ele é composto por oficiais designados pelo Cmt Rgt. O Gp Cmdo opera de acordo com as determinações do Cmt e as necessidades das operações correntes.

b. Ele é constituído para assessorar o Cmt Rgt durante seus afastamentos do PCP. De composição variável, normalmente, além do comandante da unidade pode incluir o S2, o S3, o CAF e o controlador aéreo avançado (CAA), o pessoal de ligação e comunicações necessário. O grupo de comando mantém ligação contínua com o PCP, a fim de assegurar a troca oportuna de informações. Operando à frente do PC P com o grupo de comando, o Cmt do Rgt pode influir, mais eficientemente, nas operações de combate.

c. O Cmt Rgt, em princípio, só deverá permanecer no PCP da U durante o planejamento das operações de combate e nas situações estáticas do combate. Após concluído o planejamento da operação, o Cmt desloca-se com o seu Gp Cmdo para a Z Aç da SU que realiza o esforço principal, de modo a influir decisivamente no combate, com sua liderança e ação de presença.

d. Nas operações de alta mobilidade, o Gp Cmdo desloca-se em função do ritmo das operações, mudando freqüentemente sua localização.

e. O Cmt Rgt deve posicionar-se no campo de batalha de modo a poder observar o desenvolvimento das operações e a intervir no combate com rapidez e oportunidade. Quando as frentes forem muito extensas ou a situação for indefinida, o Cmt Rgt deverá posicionar-se no campo de batalha orientando-se para a Z Aç da SU da ação principal e o S3 deverá orientar-se para as Z Aç das SU da(s) ação(ões) secundária(s).

f. O CAA, quando acompanhar o Cmt Rgt, deverá posicionar-se de modo a poder observar a área de alvos e conduzir o apoio de fogo da força aerotática.

g. O Gp Cmdo é apoiado pelo PCT, que reúne as praças e o material necessário para apoiar o Cmt e o Gp Cmdo.

2-12. CENTRO DE OPERAÇÕES TÁTICAS (COT)

a. O COT é constituído de três áreas básicas: 2ª Seção (Inteligência), 3ª Seção (Operações) e Apoio de Fogo (CCAF). O COT opera sob o controle do Sub Cmt Rgt. Outros elementos podem ser organizados em torno destas áreas básicas, conforme os apoios recebidos pelo Rgt.

b. A organização interna do COT deve facilitar a coordenação do EM, prover adequado espaço para o trabalho e para as comunicações. Deve ser previsto um reduzido número de militares presentes no interior do COT, a fim de facilitar o trabalho de EM.

c. No COT é realizado o planejamento das operações, o acompanhamento das operações correntes e a sincronização da manobra, apoio ao combate e apoio logístico. O COT antecipa as necessidades futuras de apoio ao combate e apoio logístico, para que o planejamento seja realizado a tempo e o apoio esteja disponível no momento e local que se fizer necessário.

d. O COT realiza também a busca de informações, a coordenação das operações com elementos vizinhos e a monitoração da situação logística.

e. O Sub Cmt Rgt, na qualidade de chefe do EM da unidade, exercerá suas funções do COT no PCP do R C Mec, coordenando o estudo de situação continuado e sincronizando a manobra com o apoio de fogo e a logística interna da U. Deverá manter estreito controle das atividades do COL no PCR, devendo convocar o S1 e o S4 para o PCP durante o planejamento das operações ou sempre que se fizer necessário.

f. As funções básicas do COT de regimento são:

(1) receber informações

(a) receber mensagens e relatórios do(s) escalão(ões) superior(es) e subordinados;

(b) receber as ordens do(s) escalão(ões) superior(es);

(c) monitorar a situação tática;
(d) manter um registro de todas as atividades mais significativas;
(e) manter atualizada a localização do(s) Elm superior(es) e subordinado(s);
(f) monitorar a situação do inimigo; e
(g) acompanhar a situação das classes de suprimentos críticos.
(2) divulgar informações
(a) encaminhar relatórios ao(s) escalão(ões) superiores;
(b) operar como enlace de comunicações entre diferentes elementos;
(c) expedir ordens e instruções; e
(d) processar e divulgar informações aos elementos pertinentes.
(3) analisar informações
(a) consolidar relatórios;
(b) antecipar eventos e atividades, desenvolvendo as ações apropriadas;
(c) conduzir análise prognóstica baseada na situação tática;
(d) identificar informações que respondam aos EEI;
(e) conduzir o processo de tomada da decisão; e
(f) identificar as necessidades de executar decisões de conduta com base na situação corrente.
(4) propor linhas de ação de conduta - é função do COT propor linhas de ação de conduta ao Cmt Rgt com base nas informações disponíveis e na análise conduzida.
(5) integrar os meios disponíveis.
(6) sincronizar os sistemas operacionais envolvidos na Op.

2-13. CENTRO DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS (COL)

a. O COL é constituído de duas áreas básicas: 1ª Seção (Pessoal) e 4ª Seção (Logística). Ele opera sob o controle do S4. Outros elementos podem ser organizados em torno destas áreas básicas, conforme os apoios recebidos pelo Rgt.

b. A organização interna do COL deve facilitar a coordenação do EM, prover adequado espaço para o trabalho e para as comunicações. Deve ser previsto um reduzido número de militares presentes no interior do COL, a fim de facilitar o trabalho de EM.

c. No COL é realizado o planejamento das operações logísticas, o acompanhamento da situação logística corrente e todas as atividades logísticas desenvolvidas na ATC, na ATE e nas AT SU. O acompanhamento da situação logística do Esc Sp é realizada mediante ligações constantes com o EM e a A Ap Log da Bda.

d. O COL é a principal instalação do PCR do Rgt que, em princípio, desdobra-se na ATC, atuando também como Posto de Comando Alternativo.

e. No COL devem ser mantidas atualizadas cartas de situação, para facilitar o planejamento das operações logísticas e poder apoiar o Cmt Rgt, no caso deste passar a operar do PCR.

ARTIGO IV

SINCRONIZAÇÃO

2-14. GENERALIDADES

a. Sincronização é o arranjo das atividades de todos os sistemas operacionais no tempo, no espaço e na finalidade.

b. A sincronização inclui o efeito de emassar o poder de combate no ponto decisivo, embora não se limite a ele. Algumas atividades que o Cmt sincroniza em uma operação podem ocorrer antes do momento decisivo. A sincronização visa obter "poder de combate vencedor".

c. No ataque, um Cmt Rgt sincroniza seus fogos de apoio com a manobra ao levar os fogos de seus morteiros e os da artilharia a bater armas inimigas de fogo direto enquanto manobra suas SU rapidamente, em direção ao flanco ou à retaguarda do inimigo.

d. A sincronização, usualmente, requer estreita coordenação entre vários elementos e atividades que participam de uma operação. Contudo, por si só, essa coordenação não é garantia de sincronização, a não ser que o Cmt primeiro visualize os efeitos desejados e qual a seqüência de atividades que os produzirá. O EM precisa conhecer a intenção do Cmt, pois é o EM que faz uma grande parte do plano de sincronização acontecer. A sincronização deve estar sempre na mente dos comandantes e, a partir daí, no planejamento e coordenação de movimento, fogos e atividades de apoio. Ensaios são a chave para o êxito de operações sincronizadas.

e. O objetivo da sincronização é usar cada meio disponível onde, quando e da maneira que possa melhor contribuir para obter a superioridade no local e momento decisivos. A sincronização exige:

(1) o perfeito conhecimento dos efeitos produzidos pelos diversos meios de combate;

(2) o conhecimento da relação entre as possibilidades do inimigo e das forças amigas;

(3) o domínio perfeito das relações entre o tempo e o espaço; e

(4) a clara unidade de propósitos.

f. A sincronização acontece a partir da concepção da operação pelo comandante e seu estado-maior, quando estes planejam que ações realizar e como estas ações devem ocorrer no tempo e no espaço, para atingir seu objetivo. A sincronização visa fazer com que os efeitos da ação de diversas forças se façam sentir de maneira total no momento e no local desejados.

g. O resultado da sincronização efetiva é o máximo uso de todos os recursos para obter a máxima contribuição para o sucesso. Sincronização implica no julgamento e escolha entre atividades simultâneas e seqüenciais. O Cmt deixa claro para o seu EM e comandantes subordinados quando os efeitos de uma

atividade são pré-condição para uma ação subsequente. Atingir isto requer uma antecipação dos eventos que vem com o pensar em profundidade, com o domínio das relações de tempo e espaço e um completo conhecimento da interação das nossas possibilidades com as do inimigo. Acima de tudo, sincronização requer um claro estabelecimento da intenção do comandante.

h. A sincronização implica na judiciosa exploração do fator da decisão “tempo”.

i. A sincronização dos sistemas de combate do Rgt ocorre verticalmente, da Bda para o Rgt e através das SU e seus Pel. Ela ocorre também, horizontalmente, entre os sistemas operacionais do Rgt.

2-15. SINCRONIZAÇÃO NO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

Um R C Mec normalmente sincroniza suas operações:

a. assegurando-se que seus meios de inteligência de combate estão ajustados às necessidades de seu Cmt e que responderão a tempo de influenciarem nas decisões e na operação;

b. determinando qual será o esforço principal e carreando os meios necessários para este elemento;

c. coordenando a manobra com os meios de apoio ao combate e apoio logístico disponíveis;

d. utilizando a estimativa logística para assegurar-se que os meios necessários estarão disponíveis e alocados;

e. emassando rapidamente seu poder de combate no ponto decisivo para obter a surpresa, a massa e uma efetiva ação de choque, sem demoradas explanações e expedições de ordens;

f. planejando “à frente”, para explorar as oportunidades criadas pelo sucesso tático;

g. permitindo uma execução descentralizada das operações;

h. utilizando as ferramentas da sincronização; e

i. conduzindo ensaios de sincronização.

2-16. FERRAMENTAS DA SINCRONIZAÇÃO

a. Matriz de sincronização

(1) É um documento empregado pelo EM do Rgt na visualização e ensaio de todas as ações a serem realizadas antes, durante e após a operação.

(2) Este documento não é padronizado, podendo ser adaptado ao sistema de trabalho do EM do Rgt ou da operação a ser conduzida. Em princípio, constitui-se numa planilha de dupla entrada onde, na coluna vertical são lançados a data - hora estimada para os eventos e faseamento do combate, a situação do inimigo, todos os sistemas de combate, os meios disponíveis e ações com dissimulação e simulação previstas para a operação e, na coluna horizontal, são lançados o tempo ou o faseamento da operação.

(3) É feita uma interação destas duas colunas da planilha, reagindo-se cada sistema com o faseamento da operação/tempo, considerando-se a interferência do inimigo, do terreno, das condições climáticas, e de outros dados que poderão interferir no cumprimento da missão.

(4) A matriz de sincronização pode ser utilizada para suplementar o calco de operações e ordens verbais. O preenchimento da planilha não substitui a ordem de operações para o cumprimento da missão.

(5) A matriz de sincronização é elaborada com dados extraídos da fase da análise das linhas de ação opostas (jogo da guerra) e logo após a conclusão desta fase.

MATRIZ DE SINCRONIZAÇÃO (EXEMPLO)					
DADOS			**FASEAMENTO DA OPERAÇÃO**		
DATA/HORA DOS EVENTOS (PREVISÃO) OBJETIVOS OU FASES					
SITUAÇÃO DO INIMIGO					
SISTEMAS OPERACIONAIS DO CAMPO DE BATALHA	INTELIGÊNCIA	Terreno			
		Posições do inimigo			
		Obstáculos			
	MANOBRA	Frações			
		Z Aç Pcp			
		Área Rg			
		Profundidade			
	APOIO DE FOGO	Mrt			
		Art			
		Armt AC			
		Aéreo			
	ENGENHARIA	Mobilidade			
		Contramobilidade			
		Proteção			
	DEFESA ANTIAÉREA	Tubo			
		Msl			
		Sist Vig/Tiro			
		PCP			
	APOIO LOGÍSTICO	Ct civis e PG			
		Cl I			
		Cl III			
		Cl V			
		Cl IX			
		Mnt			
		Ap Saúde			
SIMULAÇÃO					
DISSIMULAÇÃO					
MEIOS		SU			
		Rgt			
		Bda			
NOTAS		Dados essenciais à operação			

b. Planilha de acompanhamento do combate

(1) É um documento de trabalho empregado pelas seções de EM e elementos de apoio ao combate e logístico.

(2) Cada seção de EM utilizará tantas planilhas quanto forem as ações a coordenar. Poderão ser montadas, também, planilhas para as informações e dados importantes para a operação.

(3) Nestas planilhas são sintetizadas as ações, atividades e atuações de cada sistema de combate, visando facilitar o acompanhamento das ações do combate e a realização do estudo de situação continuado e planejamentos dele decorrentes.

(4) O emprego destas planilhas permite maior rapidez na introdução de correções, no planejamento inicial, que se fizerem necessárias durante o combate.

PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO DE COMBATE (EXEMPLO)				
PODER DE COMBATE EXISTENTE	**FASE ________________**		**Grupo data-hora**	
SU / Frações	1º Esqd	2º Esqd	3º Esqd	Esqd C Ap
Pel C Mec				
Patr GE				
Sec VBR				
GC				
Pç Mrt Me				
Pç Mrt P				
Radar				
Msl				

2-17. PROCESSO DE SINCRONIZAÇÃO

a. A sincronização possui três fases distintas: a sincronização realizada durante o planejamento da operação, a sincronização do ensaio da operação (ensaio propriamente dito) e a sincronização durante o combate.

b. A sincronização da manobra, do apoio ao combate e do apoio logístico realizada durante a fase inicial de planejamento é conduzida pelo Cmt Rgt, auxiliado pelo seu EM. Nesta fase são planejadas as ações a realizar e como estas ações irão ocorrer, como os sistemas operacionais interagem. O produto final será a matriz de sincronização.

c. Encerrada a fase de planejamento e com a ordem de operações pronta, é realizado um ensaio da operação, conduzido pelo Sub Cmt e com a presença do EM, Cmt SU, Pel Mrt P e os elementos em apoio ou em reforço. Neste ensaio todas as ações previstas para o combate são interagidas com a provável atuação do inimigo, possibilitando a introdução de modificações que venham contribuir para a execução do planejamento inicial. A finalidade desse ensaio conduzido pelo Sub Cmt, além de ajustar o planejamento, é garantir que todos os elementos do EM, Cmt SU, elementos de apoio ao combate e apoio logístico conheçam a intenção do comandante, compreendam o conceito da operação, saibam o que fazer em todas as fases da operação, qual a missão de todos os elementos subordinados do R C Mec e qual a missão do escalão imediatamente superior.

d. O ensaio de sincronização tem início com o S2 expondo todas as informações disponíveis sobre o terreno, as condições meteorológicas e o inimigo e, de que forma se espera que interfiram na operação. Em seguida, e para cada fase da operação, os oficiais responsáveis pelos sistemas de combate (manobra, apoio de fogo, engenharia, comando e controle, logística e defesa antiaérea) e os Cmt subordinados expõem como o seu sistema / SU atuará durante a fase considerada. O S2 passa a atuar como se fosse o comandante inimigo (com base nas informações disponíveis sobre efetivos, equipamentos, doutrina, etc disponíveis), interferindo na explanação dos responsáveis pelos diversos sistemas, subunidades e frações, procurando neutralizar o planejamento apresentado, levando o estado-maior a buscar alternativas para a interferência inimiga, ajustando o planejamento inicial. Ao final do ensaio, e tendo certeza da viabilidade da operação e de que todos sabem o que fazer, o subcomandante dá por encerrada esta fase da sincronização. O Cmt Rgt, que acompanhou todo o ensaio, faz seus comentários finais e expede suas últimas diretrizes para o cumprimento da missão.

e. Ao iniciar-se o combate, o Sub Cmt passa a conduzir a terceira fase da sincronização, do COT do PCP. Ele mantém-se informado da situação tática e logística do Rgt, do Esc Sp e elementos vizinhos, realizando um estudo de situação continuado, com o apoio do S2 e dos demais elementos do EM, quando necessário. Com base neste estudo de situação ele introduz modificações no planejamento inicial, após contato com o Cmt Rgt, agilizando a resposta dos elementos necessários, face à mudança da situação tática ou logística. Os elementos representantes dos sistemas operacionais procuram antecipar os eventos futuros e fazer recomendações ao Cmt Rgt sobre as linhas de ação (LA) e condutas mais adequadas a serem adotadas.

ARTIGO V

LIGAÇÕES E COMUNICAÇÕES

2-18. LIGAÇÕES (Fig 2-5)

a. Ligações são as relações e contatos estabelecidos por meios diversos, pelo comando do regimento, de modo a coordenar esforços, com vistas ao êxito das operações.

b. Em cada situação tática, o comandante do Rgt avalia e determina as necessidades em ligações, as quais são estabelecidas, principalmente, através de contatos pessoais e pelo emprego de meios de comunicações.

c. No âmbito do Rgt, normalmente, as ligações necessárias são estabelecidas de modo a permitir a entrada na cadeia de comando do escalão imediatamente superior e a ligação com os elementos vizinhos, em apoio, apoiados e subordinados, inclusive reforços.

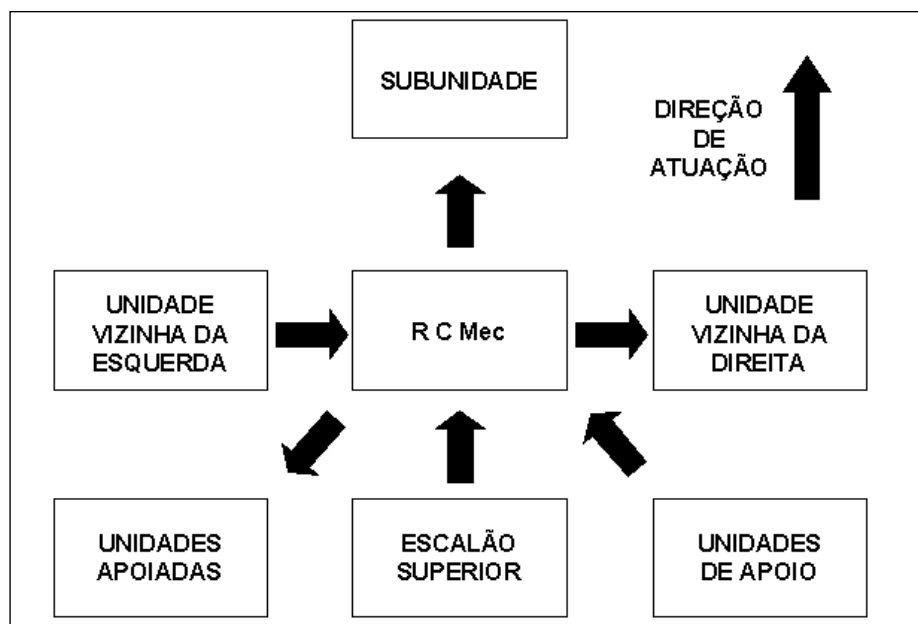



Fig 2-5. Ligações no R C Mec

2-19. COMUNICAÇÕES

a. O Cmt é o responsável pelo funcionamento do sistema de comunicações do Rgt. Incumbe-lhe, também, zelar para que as SU disponham de meios de comunicações adequados para fazer face às necessidades das operações.

b. O Cmt é auxiliado pelo oficial de comunicações (O Com) no cumprimento das suas atribuições.

c. O O Com é o principal assessor do Cmt e do EM em todos os aspectos relativos às comunicações. Ele planeja, coordena e supervisiona as atividades de comunicações de todos os elementos do Rgt.

d. As responsabilidades de comando sobre as comunicações são igualmente aplicadas a todos os comandantes subordinados, incluindo, também, os comandantes de viaturas blindadas e os chefes das demais viaturas onde estiverem instalados meios de comunicações.

e. Os diferentes meios de comunicações disponíveis do Rgt grupam-se de modo a constituírem conjuntos homogêneos, com características comuns. Estes conjuntos são chamados sistemas.

f. O Rgt dispõe basicamente do sistema rádio e de meios informatizados para estabelecer suas ligações de combate. Possui, também, meios suplementares de comunicações, empregados em situações especiais, como os mensageiros, meios acústicos, visuais e fio.

g. Estes sistemas, considerados em conjunto, constituem o sistema de comunicações do R C Mec. O sistema de comunicações do Rgt constitui parte do sistema de comunicações do Esc Sp e integra os sistemas dos elementos subordinados.

h. Cabe ao Pel Com, orgânico do Esqd C Ap, a missão de instalar, explorar e manter o sistema de comunicações do Rgt de modo a assegurar as ligações necessárias ao comando.

i. Sempre que possível, deve ser evitada a ligação por um único meio. O grau de confiança proporcionado pelo sistema de comunicações da U é aumentado pelo emprego de todos os meios disponíveis.

CAPÍTULO 3

APOIO AO COMBATE

ARTIGO I

APOIO DE FOGO

3-1. GENERALIDADES

a. O Cmt é o responsável pelo emprego eficiente de todo o apoio de fogo disponível. O apoio de fogo e a manobra devem ser intimamente coordenados, cabendo ao S3 a responsabilidade de EM por essa tarefa.

b. O principal meio de apoio de fogo orgânico do R C Mec é o Pel Mrt P. Os outros meios existentes na OM são:

(1) as seções de morteiros médios dos Esqd CMec;
(2) a Sec Msl AC do Pel Cmdo;
(3) os canhões Can e metralhadoras das VBR (eventualmente);
(4) as metralhadoras das VBTP (eventualmente); e
(5) as metralhadoras e lança-granadas de 40 mm dos grupos de exploradores dos Pel C Mec (eventualmente).

c. Normalmente, o R C Mec recebe apoio de fogo de artilharia do escalão enquadrante.

d. Os morteiros médios são de dotação do escalão Esqd. A sua forma normal de emprego é a ação de conjunto (apoio ao esquadrão como em todo) as peças de morteiro.

e. Dependendo do grau de descentralização da operação, médios poderão ser empregadas em apoio direto ou, execepcionamente em reforço aos pelotões.

3-2. ARTILHARIA DE CAMPANHA

a. Generalidades

(1) O R C Mec, normalmente, se beneficia do apoio de artilharia proporcionado pelo grupo orgânico da Bda. Os fogos desse grupo podem ser ampliados por outras unidades de artilharia (para o R C Mec divisionário o apoio será prestado pela AD).

(2) A artilharia poderá descentralizar seus meios, atribuindo a uma bateria a missão tática de apoio direto ao regimento. Poderão também ocorrer situações de descentralização dos meios e do comando, caso em que uma bateria será dada em reforço ao regimento.

(3) Quando um elemento de artilharia reforça o regimento, cabe ao Cmt R C Mec atribuir-lhe a missão tática, mediante proposta do Cmt da artilharia recebida em reforço.

(4) Os fogos de artilharia proporcionam ao comandante do regimento um poderoso meio para influir no curso do combate. Para tirar o máximo proveito desse meio, o Cmt R C Mec deve conhecer suas possibilidades, limitações e saber como planejar e obter os seus fogos.

b. Ligações

(1) A ligação do Rgt com a Art é estabelecida por esta, mediante o envio de um oficial de ligação (O Lig) e dos meios de comunicações necessários.

(2) A ligação do Cmt Rgt e seu EM com o O Lig é assegurada por contato pessoal ou rádio, através da rede de comando do regimento.

(3) A ligação com as SU é feita através dos observadores avançados (OA), fornecidos pela Art, os quais, normalmente, acompanham os comandantes de subunidade. O OA formula e transmite os pedidos de fogos do Cmt SU, bem como observa e ajusta o tiro de artilharia.

(4) O Oficial de Ligação (O Lig) da artilharia é o Coordenador de Apoio de Fogo do Rgt.

(5) O O Lig processa e encaminha os pedidos de apoio de fogo de Art. Mantém ligação com os observadores avançados, auxiliando-os, quando necessário, na transmissão dos dados da observação dos tiros para a central de tiro (C Tir).

(6) Os oficiais e praças do Rgt devem estar capacitados a pedir e ajustar o tiro de artilharia, pois nem sempre haverá, nas proximidades, um artilheiro credenciado para conduzir o tiro.

(7) Para maiores detalhes sobre o apoio de artilharia, consultar o manual de campanha que regula o emprego da artilharia e o que regula a ajustagem do tiro de artilharia pelo combatente de qualquer arma.

3-3. PELOTÃO DE MORTEIROS PESADOS

a. Generalidades

(1) O Pel Mrt P é o principal elemento de apoio de fogo indireto à disposição do Cmt Rgt. Tem como missão proporcionar apoio de fogo indireto e contínuo às peças de manobra do R C Mec.

(2) O pelotão é empregado, normalmente, centralizado sob o controle do comandante do R C Mec. Atua na base de fogos, em apoio às operações da unidade como um todo ou de qualquer de suas peças de manobra.

(3) O Pel Mrt P é constituído de comando, grupo de comando e 2 (duas) seções a 2 (duas) peças de morteiro. No grupo de comando, agrupam-se os meios em pessoal e material necessários à observação e condução do tiro do pelotão.

(4) Os fogos de apoio do pelotão serão integrados e estreitamente coordenados com os fogos de artilharia e com os fogos de morteiro das Sec Mrt Me dos Esqd C Mec.

(5) No planejamento dos fogos do Rgt deverá ser enfatizado o uso de fumígenos, lançados pelo Pel Mrt P, em apoio à manobra das SU, seja para cobrir o movimento cegando os observadores inimigos, seja na sinalização de objetivos e alvos.

b. Ligações - O Cmt Pel mantém ligação com o comando do Rgt e o O Lig por meio de contato pessoal ou pelo rádio, utilizando a rede de comando do regimento. As ligações com as SU de primeiro escalão são asseguradas pelos observadores avançados, enviados pelo Pel Mrt P, que utilizam a rede de comando do pelotão para estabelecer os contatos com as posições deste.

c. Observadores avançados

(1) A cada SU poderá ser fornecido um OA do Pel Mrt P, de acordo com a necessidade e mediante ordem do Cmt R C Mec. O OA, em princípio, acompanha o Cmt SU, a quem cabe o fornecimento de transporte, quando necessário.

(2) O OA formula e transmite os pedidos e realiza a ajustagem do tiro do morteiro. Esta ajustagem pode, também, ser feita pelo OA de artilharia.

(3) Todos os oficiais e praças do Rgt devem estar capacitados a pedir e ajustar os tiros, no caso de inexistência de OA. As técnicas para os pedidos, coordenação e ajustagem do tiro de morteiro são as mesmas usadas para os tiros de artilharia.

d. Formas de emprego

(1) A melhor forma de empregar o Pel Mrt P é a ação de conjunto (apoio ao regimento como um todo).

(2) Quando houver limitações de alcance dos morteiros, impossibilidade do Cmt Rgt exercer um controle efetivo ou outras dificuldades para o emprego centralizado do pelotão, as seções poderão ser empregadas em apoio direto ou, ainda, excepcionalmente, dadas em reforço às SU.

3-4. SEÇÃO DE MÍSSEIS ANTICARRO

a. Generalidades

(1) A seção de mísseis anticarro é orgânica do Pel Cmdo do Esqd C Ap.

(2) O Adj S3 é o assessor do Cmt Rgt para assuntos relacionados com a defesa anticarro.

(3) A localização e as missões da seção de mísseis anticarro são atribuídas pelo S3, após decisão do Cmt R C Mec e ouvido o Adj S3.

(4) A Seção de Mísseis Anticarro é constituída de duas peças de Msl AC.

b. Ligações - O Cmt Sec Msl AC mantém ligações com OAF (oficial de apoio de fogo) do regimento(Adj do S 3),e com as SU apoiadas (se for o caso), por meio rádio.

c. Formas de Emprego

(1) A Sec Msl AC é empregada, normalmente, centralizada (Aç Cj), sob o controle do Cmt Rgt, por intermédio do S3. A Sec AC pode, também, ser empregada descentralizadamente, em apoio direto (Ap Dto) às peças de manobra.

(2) Dependendo da situação, o Cmt Rgt pode reforçar uma de suas peças de manobra com a Sec AC ou aprofundar a defesa anticarro em proveito do regimento.

(3) A Sec Msl AC é uma fração de apoio de fogo, não uma peça de manobra. A Seção é o menor elemento de emprego de mísseis anticarro na Cavalaria e suas peças não devem ser empregadas descentralizadas. Deve-se, sempre, buscar o apoio mútuo entre as peças e o cruzamento de seus fogos, seja em operações ofensivas ou defensivas.

(4) Os fogos da Sec AC são eficientes contra viaturas blindadas do inimigo, fortificações, casamatas, etc.

(5) A Sec Msl AC (dotada de Vtr TNE 1t 4x4 ou com Vtr Bld), em princípio, não deverá acompanhar o escalão de assalto do Rgt ou Esqd num ataque. Como fração de apoio de fogo, integrará a base de fogos. Durante o ataque, a Sec Msl AC poderá apoiar a progressão escalão de assalto de uma única posição ou deslocar-se por lanços, ocupando outras posições, quando a situação o exigir. Após a conquista do objetivo, a seção deverá deslocar-se para o objetivo conquistado, contribuindo para a sua consolidação, batendo prováveis Via A de Bld Ini.

(6) Nas Op Def o efeito dos Msl será maximizado, já que o defensor poderá escolher sua posição e aguardar a aproximação do inimigo. O mesmo ocorrerá nas ações defensivas das operações de segurança. Os mísseis serão empregados em seu alcance máximo de utilização, batendo o inimigo antes que as VBR possam engajá-lo ou dando profundidade à defesa anticarro no interior da posição defensiva.

3-5. COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

a. Considerações gerais

(1) O apoio de fogo é um dos principais recursos de que dispõe o Cmt para intervir no combate. Para que possa empregá-lo onde, quando e como julgue mais conveniente, é indispensável uma adequada coordenação.

(2) A coordenação do Ap F visa a obter dos meios de apoio de fogo disponíveis o melhor rendimento possível, evitando duplicações de esforços, batendo os alvos com os meios mais adequados e realizando a integração dos fogos com a manobra concebida.

(3) No Rgt, a função de coordenador de apoio de fogo cabe ao oficial de ligação da artilharia.

(4) Nas SU, esta tarefa é desempenhada pelo seu próprio Cmt, assessorado pelos OA de artilharia e do Pel Mrt P.

b. Centro de Coordenação de Apoio de Fogo

(1) Conceituação - O CCAF é o órgão no qual os representantes de todos os meios de apoio de fogo, orgânicos ou não, trabalham juntos, no planejamento e coordenação dos fogos de apoio.

(2) Localização - O Cmt Rgt decide quanto à localização do CCAF, após considerar as propostas do seu EM e do CAF. Em princípio, o CCAF funciona no PC do Rgt, junto ao S2 e S3.

(3) Organização

(a) A organização do CCAF deve prover pessoal e material suficientes para uma perfeita coordenação dos meios de apoio de fogo, para o estabelecimento dos planos de apoio e para a elaboração e difusão de informações sobre alvos.

(b) Os quadros de organização não prevêem pessoal específico para o CCAF. Em princípio, todos os meios de apoio de fogo que atuem em proveito do Rgt devem estar representados e cada elemento exerce sua função no CCAF cumulativamente com a que lhe é normal.

(c) O CCAF do regimento compreende, normalmente, os elementos que se seguem:

1) O Lig Art (C A F);

2) Adj S/3 (Oficial de Apoio de Fogo e S3 do Ar do regimento);

3) Controlador Aéreo Avançado (CAA);

4) Oficial de Defesa Antiaérea (O DAAe - Cmt Sec AAe que apoia o Rgt);

5) Cmt Pel Mrt P;

6) Cmt Sec AC; e

7) representantes de outros meios de apoio de fogo, se for o caso (Ex: Seç Mrt Me dos Esqd).

(4) Atribuições do CAF

(a) Manter constantemente atualizada a situação e as possibilidades de todos os meios de apoio de fogo disponíveis.

(b) Coordenar o apoio de fogo sobre alvos terrestres, de acordo com a diretriz do Cmt Rgt:

1) analisando as listas de alvos remetidas pelos observadores

avançados de artilharia, integrando-as, eliminando duplicações, selecionando os alvos a serem batidos pelos morteiros orgânicos do Rgt e pela artilharia, remetendo à central de tiro do GAC orgânico o plano provisório de apoio de artilharia;

2) analisando os pedidos de apoio de fogo aéreo pré-planejados, oriundos de escalões subordinados, e encaminhando-os ao CCAF da brigada;

3) propondo as medidas de coordenação de apoio de fogo necessárias; e

4) decidindo, dentro dos limites da autoridade delegada pelo comandante do regimento, pelo atendimento do apoio de fogo solicitado por meio diferente do mencionado ou pela desaprovação de pedido de elemento subordinado.

(c) Solicitar apoio de fogo aos órgãos dos escalões superiores e coordenar o apoio de fogo necessário à manobra do Rgt.

(d) Assegurar a rápida tramitação dos pedidos de apoio de fogo imediato, oriundos das frações subordinadas, só intervindo quando alterações ou coordenação adicional forem necessárias.

(e) Coordenar a utilização do espaço aéreo sobrejacente à Z Aç da FT.

3-6. PLANO DE APOIO DE FOGO (PAF)

a. Generalidades

(1) O PAF é o documento que regula o emprego de todos os meios de apoio de fogo, sejam eles orgânicos, em apoio ou em reforço ao Rgt.

(2) Este plano complementa o conceito da operação do Cmt no que se refere ao emprego dos fogos e contém ordens e normas para a execução coordenada do apoio.

(3) O PAF é um anexo à ordem ou plano de operações do Rgt onde, em subparágrafos apropriados, são tratadas as particularidades dos diversos meios de apoio de fogo que devam ser do conhecimento geral.

(4) O plano de fogos de artilharia ou seu extrato constitui, em princípio, a base do plano de apoio de fogos do Rgt.

(5) Normalmente, o PAF do R C Mec será elaborado após a integração e coordenação dos planos de fogos das armas orgânicas, planos de fogos das armas que atuam em proveito do Rgt, plano de defesa anticarro e extrato do PFA (Plano de Fogos de Artilharia) da Bda. (Fig 3-1)

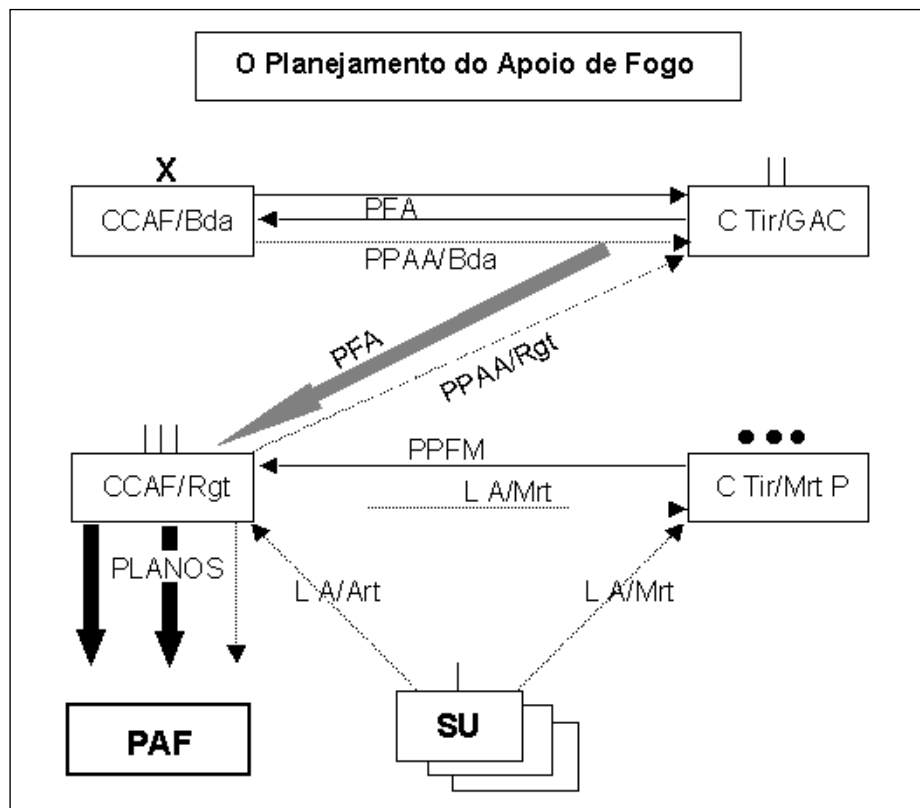



Fig 3-1. Planejamento do Apoio de Fogo

b. Execução do planejamento

(1) Considerações iniciais

(a) O planejamento do apoio de fogo, em termos gerais, começa logo que o comandante tenha concluído a análise da sua missão. Nessa oportunidade, sempre que possível, ele deve emitir uma diretriz sobre fogos, a fim de orientar o trabalho de planejamento.

(b) O planejamento efetivo e em termos objetivos, entretanto, começa quando o comandante toma a sua decisão e enuncia para o EM as linhas gerais de seu conceito da operação.

(c) O planejamento dos fogos de apoio é realizado simultaneamente, nos escalões SU e U e deve ser iniciado tão cedo quanto possível.

(2) Nas subunidades

(a) O Cmt SU, assessorado pelos OA da artilharia e do Pel Mrt P, levanta alvos e prevê concentrações, tendo em vista o apoio a sua manobra.

(b) Durante esse trabalho os OA preparam listas de alvos que, uma vez aprovadas pelo Cmt SU, são enviadas:

1) a de artilharia para o CCAF; (LA/Art) e

2) a de morteiros pesados para a central de tiro do Pel Mrt P. (LA/Mrt)

(c) A coordenação entre o Cmt SU e os OA de artilharia e de morteiro é muito importante e busca evitar duplicações e tornar mais eficiente o planejamento de fogos no escalão esquadrão. O Cmt SU faz o ajuste entre as concentrações de Mrt Me e as de Mrt P levantadas, dentro dos mesmos princípios de coordenação de fogos utilizados para os alvos de Art e Mrt P.

(3) No Pel Mrt P

(a) Na central de tiro (C Tir) do Pel Mrt P é preparado um plano provisório de fogos de morteiro (PPFM), resultado da consolidação das listas de alvos recebidas dos esquadrões e do CCAF(lista de alvos elaborada pelo comandante do Pel Mrt P). Neste plano, as concentrações são designadas de acordo com as NGA para o planejamento de fogos.

(b) O plano provisório é remetido ao CCAF do Rgt para aprovação, sendo os OA informados a respeito das designações dos alvos e de eventuais mudanças em suas listas.

(c) Entretanto, a C Tir do pelotão inicia, desde logo, a preparação das concentrações previstas no plano provisório.

(4) No CCAF

(a) Fogos de artilharia

1) O O Lig de artilharia prepara o plano provisório de apoio de artilharia (PPAA), coordenando-o com o plano provisório de fogos de morteiros, após o exame das listas de alvos dos OA. As necessidades do regimento incluem, normalmente, fogos contra alvos situados além dos objetivos das subunidades e de interesse do regimento como um todo. Nesse plano provisório, as concentrações são designadas de acordo com um sistema comum de numeração. Após, ser aprovado pelo Cmt Rgt, o plano provisório de apoio de artilharia é encaminhado à C Tir do GAC orgânico da brigada e os OA são informados a respeito da designação de alvos e sobre qualquer mudanças nas listas de alvos.

2) Na C Tir do GAC orgânico é organizado o PFA/Bda, como resultado da consolidação dos planos provisórios recebidos dos CCAF das U e da Bda.

3) Após aprovado, o PFA ou um extrato do mesmo é difundido para o Rgt, onde irá constituir-se na base do PAF.

(b) Coordenação final

1) A coordenação final do planejamento é feita no CCAF, após o recebimento do plano de fogos de artilharia e dos outros órgãos de apoio de fogo, que tenham missão de apoiar a U.

2) Cada um desses planos deve ser confrontado com os planos provisórios de artilharia, de morteiros, o plano de DAC e o esquema de manobra da U.

3) Após a coordenação final, são elaborados o plano de fogos de morteiro (definitivo) e o próprio plano de apoio de fogo do Rgt, que representa a síntese de todo o planejamento de fogos de apoio.

c. Aprovação e difusão - O PAF, após aprovado pelo Cmt, é difundido como um anexo à ordem ou plano de operações do R C Mec.

3-7. PEDIDOS DE APOIO DE FOGO

a. Fogos de artilharia

(1) O Cmt Rgt solicita apoio de fogo de artilharia por intermédio do respectivo oficial de ligação, que é o responsável pelas providências para a formulação do pedido e sua transmissão diretamente à C Tir do grupo de artilharia.

(2) Os Cmt SU solicitam apoio de fogo de artilharia por intermédio dos respectivos OA. Ao OA incumbe formular o pedido e transmiti-lo, diretamente à C Tir do grupo de artilharia, bem como realizar a ajustagem do tiro.

(3) O coordenador do apoio de fogo (O Lig) supervisiona a ação dos OA e pode interferir nos seus pedidos de apoio de fogo.

b. Fogos de morteiro - Os Cmt SU solicitam apoio de fogo de morteiro por intermédio dos respectivos OA, que desempenham atribuições idênticas às dos OA de artilharia.

c. Fogos anticarro

(1) Os fogos AC são coordenados pelo Cmt Sec Msl AC, quando esta atuar em proveito do Rgt.

(2) Quando a Sec AC reforçar uma peça de manobra ou for empregada em Ap Dto a ela, os fogos AC serão desencadeados mediante coordenação do Cmt SU apoiada.

d. Apoio de fogo da força aérea

(1) Considerações iniciais

(a) As missões de apoio de fogo da força aérea são:

1) pré-planejadas, executadas contra alvos fixos ou móveis, resultado de um planejamento detalhado;

2) imediatas, solicitadas quando a natureza do alvo e a situação tática exigirem que o mesmo seja atacado imediatamente.

(b) O R C Mec, normalmente, recebe um controlador aéreo avançado (CAA), que é um integrante do sistema de controle aerotático da força aérea. O CAA é o principal assessor do comando nas questões referentes ao apoio aéreo. Cabe ao S3 do Ar (Adj S/3) coordenar todos os assuntos referentes ao apoio aéreo, no regimento.

(c) Os pedidos de apoio aéreo são formulados, no Esc U, através do preenchimento de formulários próprios. Eventuais necessidades das subunidades são consideradas e englobadas no pedido do Rgt.

(2) Pedidos pré-planejados

(a) O Rgt apresenta seus pedidos de missões pré-planejadas diretamente à Bda. (Fig 3-2)

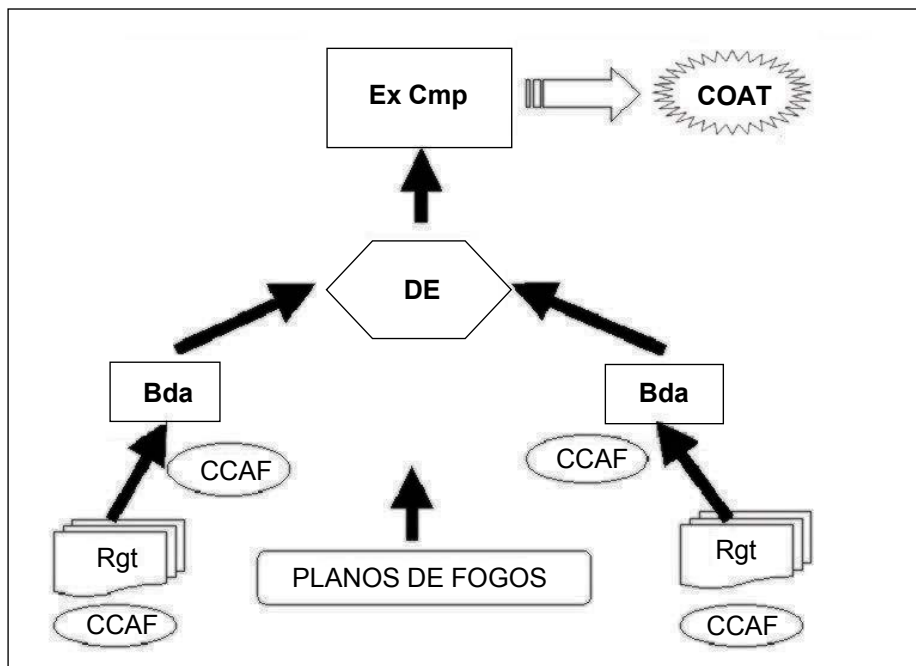



Fig 3-2. Pedidos pré-planejados

(b) Esse tipo de pedido é encaminhado através dos canais normais de comando até o Ex Cmp, tendo cada escalão consolidado, previamente, os pedidos dos seus subordinados. Cabe ao Ex Cmp apresentar à força aerotática, através do centro de operações aerotáticas (COAT),uma proposta de plano de fogo aéreo (PF Ae).

(c) Após a aprovação dos pedidos incluídos no PF Ae, os interessados são informados através dos canais de comando. Ao ser informado, pela brigada, da aprovação (ou não) dos seus pedidos pré-planejados, o comando do regimento fica em condições de elaborar um PF Ae, que será anexado ao PAF.

(3) Pedidos imediatos (Fig 3-3)

(a) O Rgt apresenta seus pedidos de apoio aéreo imediato diretamente ao centro de apoio aéreo direto (CAAD) da FAT, que funciona intimamente ligado ao centro de operações táticas do Ex Cmp. Os comandos da Bda e superiores permanecem na escuta e o silêncio significa aprovação do pedido.

(b) Esses pedidos são encaminhados pela rede de pedidos aéreos e, normalmente, formulados pelo CAA.

(c) Como o alcance das estações rádio das U e das Bda não permitem atingir diretamente o CAAD, cada DE, servindo de elo, instala e explora uma rede de pedidos aéreos (Fig 3-3), e da qual participam as U e Bda, com

estações rádio de média potência.

(d) Quando a Bda está diretamente subordinada ao Ex Cmp, ela mesma instala e explora a rede de pedidos aéreos e participa da rede do Ex Cmp.

(e) No Rgt, cabe ao S3 do Ar participar da rede de pedidos aéreos.

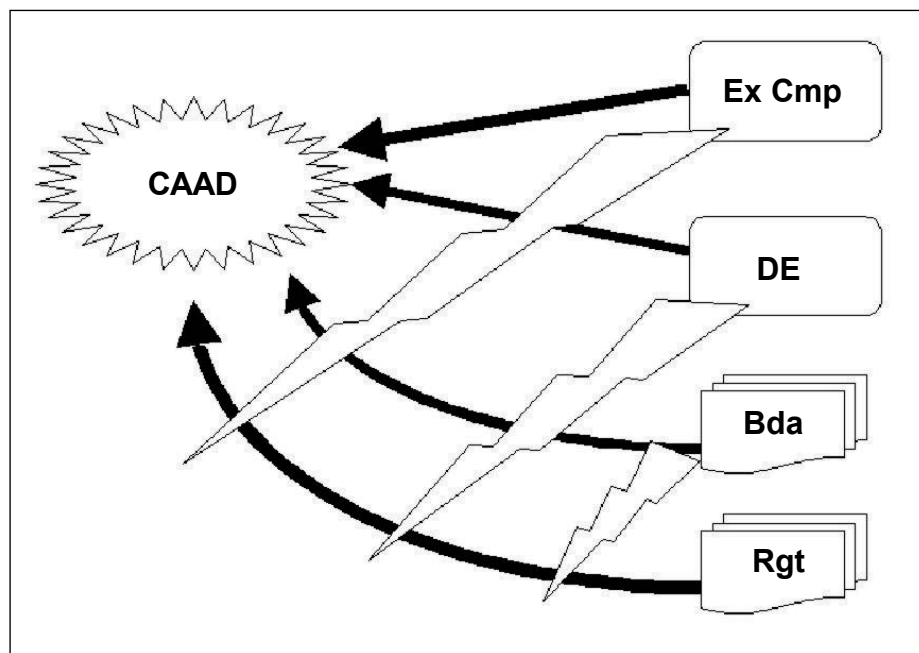



Fig 3-3. Pedidos imediatos

ARTIGO II

DEFESA ANTIAÉREA

3-8. GENERALIDADES

a. O Rgt não dispõe de elemento de AAAe orgânico. Este apoio será proporcionado pela AAe da Bda por intermédio de uma Sec AAe autopropulsada dotada de mísseis e/ou canhões.

b. A AAAe tem como missão impedir ou dificultar os reconhecimentos e os ataques aéreos do inimigo, a fim de permitir a liberdade de manobra para os elementos de combate, o livre exercício do comando e uma maior disponibilidade e eficiência doa elementos de apoio ao combate e apoio logístico.

c. O Cmt Sec AAe é o assessor do Cmt R C Mec para os assuntos de defesa antiaérea (DAAe) e coordenação do uso do espaço aéreo.

3-9. EMPREGO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA

a. A Sec AAe é empregada , normalmente, em apoio direto ao R C Mec. Caso os meios de comunicação não permitam este nível de centralização ou a incerteza da situação exigir uma maior flexibilidade tática, a Sec AAe será dada em reforço.

b. O Cmt R C Mec deve estabelecer as prioridades de defesa antiaérea. Para tal deve considerar os seguintes fatores: importância, vulnerabilidade, recuperabilidade e as possibilidades do inimigo aéreo.

c. As medidas de coordenação do espaço aéreo devem ser observadas por todos os integrantes do Rgt, a fim de reduzir a possibilidade de ataques e evitar a superposição de esforços.

d. A unidade de emprego da AAe é a Seção. Deve-se evitar a pulverização de seus meios. Entretanto, as unidades de tiro (UT) deverão estar articuladas na coluna de marcha do Rgt. Quando o R C Mec estacionar ou se encontrar em Z Reu, as UT serão desdobradas.

ARTIGO III

APOIO DE ENGENHARIA

3-10. GENERALIDADES

a. O R C Mec não dispõe de elemento de apoio de engenharia orgânico. Este apoio, quando necessário, é proporcionado pela engenharia da Bda (Eng Bda), por meio da execução de trabalhos de engenharia.

b. A Eng Bda presta apoio ao Rgt por intermédio de elementos constituídos e /ou elementos especializados. Normalmente, o pelotão de engenharia de combate mecanizado (Pel E Cmb Mec) é a menor fração para emprego junto ao regimento, contudo as necessidades em meios especializados de pontes e equipamentos mecânicos, por exemplo, podem exigir o emprego de elementos de maior valor. Uma seção de comando e três grupos de engenharia constituem um Pel E Cmb Mec. O Cmt Pel E Cmb Mec é o assessor do Cmt Rgt para assuntos de apoio de engenharia.

d. A engenharia é um fator multiplicador do poder de combate dos esquadrões. Suas principais missões são proporcionar a necessária mobilidade terrestre, assegurar a contramobilidade e contribuir para a proteção da tropa.

e. A MOBILIDADE é o conjunto dos trabalhos desenvolvidos com a finalidade de assegurar o movimento contínuo do Rgt.

f. A CONTRAMOBILIDADE é o conjunto dos trabalhos desenvolvidos a fim de retardar, deter ou canalizar o movimento das forças inimigas, bem como cooperar na sua destruição.

g. A PROTEÇÃO é o conjunto de trabalhos desenvolvidos com a finalidade de anular ou reduziras ações das intempéries ou do inimigo, proporcionando ao material e ao pessoal, abrigo, bem-estar e segurança.

3-11. EMPREGO DA ENGENHARIA

a. O Pel E Cmb Mec é empregado, normalmente, em apoio direto ao Rgt. Poderá ser empregado em reforço, quando o regimento realizar ações descentralizadas ou quando um efetivo controle não puder ser exercido pelo Cia E Cmb / Bda.

b. A pequena disponibilidade de meios de um Pel Eng Cmb determina que seu Cmt o empregue, normalmente, centralizado, realizando os trabalhos de interesse do regimento como um todo e segundo os princípios gerais de emprego da engenharia.

c. O Pel E Cmb pode realizar os seguintes trabalhos técnicos em proveito do Rgt:

(1) executar reconhecimentos especializados de engenharia;

(2) lançar pontes de pequenas brechas, desde que reforçado com equipamentos;

(3) lançar ou construir obstáculos, abrigos e outros trabalhos de organização do terreno que requeiram mão-de-obra e/ou equipamentos especializados;

(4) lançar e remover obstáculos, inclusive subaquáticos;

(5) realizar a abertura e o fechamento de passagens em obstáculos, inclusive campos de minas;

(6) desativar armadilhas e cargas explosivas preparadas pelo inimigo;

(7) balizar pistas e vaus;

(8) conservar e reparar estradas;

(9) classificar pontes, estradas e itinerários;

(10) melhorar vaus;

(11) lançar meios de transposição, desde que reforçado com material;e

(12) produzir cortina de fumaça, desde que reforçado com material.

d. Para maiores detalhes consultar o manual de campanha que regula o apoio de engenharia no escalão brigada.

3-12. EMPREGO DA VIATURA BLINDADA ESPECIAL - LANÇA PONTE

a. As VBE L Pnt são empregadas, prioritariamente, para a travessia de pequenas brechas pelos Esqd em primeiro escalão, durante as operações de reconhecimento e segurança. São, ainda, particularmente aptas para a travessia de cursos de água de pequeno porte, fossos anticarro, crateras, canais, pontes parcialmente destruídas e outros obstáculos similares, que diminuem a impulsão do ataque ou deslocamento do regimento. Os R C Mec recebem, normalmente em reforço, uma Turma de Pontes de Pequenas Brechas do Grupo

de Pontes de Pequenas Brechas, do Pel Eqp Ass da Cia Eng Cmb Mec das brigadas. O GPPB é constituído por três turmas de Pontes de Pequenas Brechas, cada uma conduzindo uma ponte (VBE - L Pnt), contando com mais três pontes na Cia Eng Cmb (Fig 3-4).

b. As VBE L Pnt podem ser empregadas em casos especiais como abaixo se discrimina:

(1) Nas áreas de retaguarda, quando surgem necessidades ocasionais de meios para transposição de pequenos obstáculos. A ponte de pequena brecha pode ser empregada imediatamente nessas situações, em virtude de possuir maior mobilidade e velocidade de lançamento do que outras pontes de equipagens do tipo biapoiada.

(2) Nos movimentos retrógrados, nas operações de reconhecimento e segurança, as pontes de pequena brecha podem ser usadas no lugar de pontes convencionais que tenham sido destruídas ou removidas. A ponte de pequena brecha pode ser removida sem que os membros da guarnição da VBE L Pnt fiquem expostos a tiros de armas portáteis. Se o tempo permitir, durante os movimentos retrógrados, a preparação do local de lançamento facilitará a recuperação da ponte.

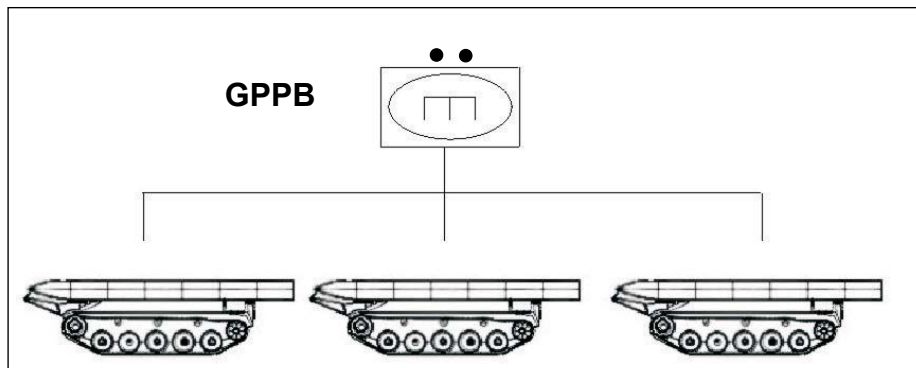



Fig 3-4. Grupo pontes de pequenas brechas

ARTIGO IV

EMPREGO DOS RADARES DE VIGILÂNCIA TERRESTRE

3-13. SEÇÃO DE VIGILÂNCIA TERRESTRE

a. A Sec Vig Ter é orgânica do Pel Cmdo do Esqd C Ap. O Cmt Pel Cmdo é o assessor do Cmt Rgt para os assuntos relacionados com a vigilância terrestre.

b. A localização e as missões da seção são atribuídas pelo S2, após decisão do Cmt Rgt e ouvido o Cmt Pel Cmdo. O emprego da Sec Vig Ter deve

constar do parágrafo 3º da O Op, no item ordem aos elementos subordinados.

c. A Sec Vig Ter é constituída de dois radares de vigilância terrestre que podem ser empregados juntos ou separadamente, de acordo com o plano tático. Em princípio, a Sec Vig Ter deverá operar sob coordenação do regimento. Dependendo da situação tática, a seção ou um de seus radares poderá ser empregada reforçando ou integrando um Esqd C Mec.

3-14. EMPREGO DA SEÇÃO DE VIGILÂNCIA TERRESTRE

a. Os radares de vigilância terrestre (RVT), mesmo quando montados em viaturas, não devem operar em deslocamento, a fim de obterem maior eficiência na varredura de determinada área ou ponto.

b. A necessidade de parar para operar não significa que os RVT só possam ser empregados em operações defensivas, onde em princípio, atuarão de forma mais estática. A exemplo do morteiro e de outras armas e sensores de apoio, seu emprego nas operações ofensivas será realizado com a Sec Vig Ter deslocando-se por lanços.

c. Nas operações ofensivas de elevada mobilidade o RVT será empregado para identificar o movimento e a presença de forças inimigas à frente da vanguarda, varrendo a zona que contém o eixo por onde se desloca a tropa que apoia ou o flanco da força protegida, deslocando-se por lanços e ocupando posições de onde possa melhor cumprir sua missão.

3-15. EMPREGO DOS RADARES DE VIGILÂNCIA TERRESTRE DO R C Mec

a. Os RVT são equipamentos eletrônicos empregados na vigilância de grandes áreas, basicamente para a localização de alvos, operando sob quaisquer condições meteorológicas e durante as 24 horas do dia.

b. Os RVT possuem capacidade para detectar alvos, identificá-los, analisá-los e acompanhar o seu movimento. Possuem, também, a capacidade para funcionar nos modos de localização automática de alvos, localização e acompanhamento de alvos selecionados e vigilância de uma zona restrita.

c. Os RVT do R C Mec possuem capacidade para detectar alvos fixos e móveis, nas seguintes distâncias:

(1) homem a pé, isolado: 10 Km;
(2) viatura leve: 20 Km;
(3) viatura pesada e carro de combate: 30 Km;
(4) comboio de viaturas: 35 Km;
(5) helicópteros a baixa altura: 20 a 40 Km.

d. Os RVT possibilitam a regulagem de tiro de morteiros e permitem observar o arrebentamento de granadas, na linha de visada do radar, com tempo bom e claro, sobre solo duro.

e. Os RVT do R C Mec são empregados nas operações ofensivas e defensivas, nas missões de segurança e de reconhecimento para:

(1) vigiar o campo de batalha, em 360º ou em setores definidos, para coleta de dados sobre as forças amigas, inimigas e na ajustagem do tiro de morteiros;

(2) complementar o trabalho dos observadores avançados de Mrt P ou da Art Cmp na localização, identificação e acompanhamento de alvos;

(3) vigiar áreas restritas;

(4) observar alvos-ponto, tais como pontes, entroncamentos, entrada e saída de desfiladeiro, etc..;

(5) na vigilância de rotas de aproximação de helicópteros e outras aeronaves inimigas, a baixa altura;

(6) aumentar a capacidade de reconhecimento e de vigilância dos exploradores e de patrulhas, pela observação de áreas além do alcance visual;

(7) auxiliar no controle das peças de manobra da unidade e de elementos vizinhos, especialmente em operações noturnas, localizando-as e alertando-as sobre atividades inimigas próximas às suas posições ou ao longo dos seus itinerários e eixos de progressão;

(8) auxiliar no reconhecimento de eixos, zonas e áreas, alertando os elementos de reconhecimento sobre a presença de forças inimigas e ajustando os fogos de apoio;

(9) complementar a observação visual das peças de manobra, durante o dia, detectando alvos parcialmente ocultos por neblina, fumaça, ofuscamento ou combinação desses fatores;

(10) determinar a velocidade e as coordenadas de um alvo;

(11) aumentar a eficácia do apoio de fogo pela localização mais precisa dos alvos, observação das atividades atuais do inimigo, determinação da melhor oportunidade de engajamento de alvos, indicação do meio mais adequado para engajamento de alvos e observação do tiro; e

(12) confirmar alvos detectados por outros meios de vigilância eletrônica e busca de alvos.

CAPÍTULO 4

RECONHECIMENTO

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

4-1. GENERALIDADES

a. Reconhecimento (Rec) é a operação conduzida em campanha, pelo emprego de meios terrestres ou aéreos, com o propósito de obter de informes sobre o inimigo e a área de operações.

b. Dos informes obtidos são produzidas informações de combate, as quais permitirão ao comando interessado o planejamento e a condução de sua manobra.

c. O R C Mec é a unidade mais apta para cumprir missões de reconhecimento em proveito do Esc Sp.

d. Quando empregado para coletar informes na zona de ação do Esc Sp, o Rgt determina a localização, valor, composição, dispositivo e a atitude do inimigo, inclusive a localização das reservas imediatamente à retaguarda da linha de contato. Também pode ser empregado para coletar informes específicos da área de operações.

e. O reconhecimento e a segurança se complementam e estão intimamente ligados. Uma missão de reconhecimento proporciona um certo grau de segurança, notadamente nas missões de reconhecimento que objetivem a busca de informes sobre o inimigo.

ARTIGO II

FUNDAMENTOS, CARACTERÍSTICAS E TIPOS DAS OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO

4-2. FUNDAMENTOS DO RECONHECIMENTO

O R C Mec e seus elementos de manobra, ao executarem uma missão de reconhecimento, devem observar os fundamentos das operações de reconhecimento, descritos a seguir.

a. Orientar-se segundo os objetivos de informações

(1) As U, executando reconhecimento, devem manobrar de acordo com localização ou o movimento dos objetivos de informações e não de acordo com a localização ou o movimento das forças amigas, como ocorre nas missões de segurança.

(2) Os objetivos de informações podem ser tropas inimigas ou acidentes do terreno.

b. Participar com rapidez e precisão todos os informes obtidos

(1) Para que os informes tenham valor para o comando, devem ser transmitidos na oportunidade de sua coleta e tal como foram obtidos, não devendo conter opiniões mas sim, fatos.

(2) Todos os elementos das unidades que executam missões de reconhecimento devem transmitir, com a máxima rapidez e precisão ao escalão imediatamente superior, os informes obtidos, tanto os positivos como os negativos.

(3) Alguns informes que parecem sem importância para um escalão de comando, quando considerados no conjunto de informes de outras fontes, podem ser valiosos para o escalão superior.

c. Evitar um engajamento decisivo - Uma força de reconhecimento procura manter sempre sua liberdade de manobra. As unidades somente se engajam em combate quando for indispensável à obtenção do informe desejado ou para evitar sua destruição ou captura.

d. Manter o contato com o inimigo

(1) O contato com o inimigo deve ser procurado o mais cedo possível e, uma vez estabelecido, somente poderá ser rompido com autorização do escalão superior.

(2) O contato pode ser mantido pela observação terrestre ou aérea.

e. Esclarecer a situação

(1) Quando o contato com o inimigo for estabelecido ou um objetivo de informações for atingido, a situação deve ser esclarecida rapidamente e tomada uma decisão visando às operações subsequentes.

(2) Estabelecido o contato com o inimigo, as ações a seguir, conhecidas como “ações durante o contato”, são executadas.

(a) Desdobrar e informar

1) Os elementos de reconhecimento deslocam-se imediatamente para posições das quais possam observar, atirar ou serem empregados contra o inimigo.

2) O Cmt informa ao Esc Sp fornecendo-lhe o máximo de pormenores possíveis.

(b) Esclarecer a situação

1) Um reconhecimento minucioso é realizado para que sejam determinados o valor, a localização, a composição, o dispositivo e a atitude do inimigo, devendo ser feito um especial esforço para determinar os flancos da posição inimiga.

2) Quando o terreno permitir, o reconhecimento deve ser realizado embarcado. Se o terreno restringir o movimento de viaturas, a posição inimiga é reconhecida por patrulhas a pé. As patrulhas, sejam a pé ou embarcadas, devem ser apoiadas em seu reconhecimento pelos demais elementos. Deve-se buscar o sigilo sem que se comprometa a eficiência do reconhecimento.

3) O reconhecimento pelo fogo pode ser empregado quando houver premência de tempo.

(c) Selecionar uma linha de ação

1) Após reconhecer a posição inimiga para obter o maior número possível de informes, o comandante deve selecionar uma L Aç compatível com a situação, visando o prosseguimento de sua missão.

2) Uma decisão de atacar, manter o contato com o inimigo ou desviar, deve ser tomada tão rapidamente quanto o reconhecimento permita.

3) A decisão (ou linha de ação) de desviar as resistências inimigas será adotada quando autorizada pelo Esc Sp e deverá prever-se o emprego de elementos que serão deixados para manter o contato com inimigo, vigiando-o e informando a sua atitude.

(d) Informar sobre a linha de ação selecionada - O Cmt deve transmitir ao comandante do Esc Sp os informes adicionais obtidos pelo reconhecimento e a linha de ação selecionada para o prosseguimento da missão.

4-3. CARACTERÍSTICAS DO RECONHECIMENTO

As operações de reconhecimento possuem as características básicas a seguir enumeradas:

a. planejamento centralizado e execução descentralizada.

b. atuação rápida e agressiva, evitando, tanto quanto possível, a interrupção do movimento.

c. segurança compatível, durante o movimento.

d. enfase na utilização da rede viária mais adequada.

e. máxima iniciativa dos comandos subordinados.

f. máximo acionamento dos órgãos de informações.

g. rápida transmissão ao escalão superior dos informes obtidos.

h. carência de informações sobre o inimigo.

4-4. TIPOS DE MISSÕES DE RECONHECIMENTO

a. Reconhecimento de eixo

(1) O reconhecimento de eixo é a busca de informes sobre o inimigo ou sobre as condições de utilização de um determinado eixo. Este tipo de reconhecimento impõe também o reconhecimento dos acidentes do terreno que, de posse do inimigo, possam dificultar ou impedir o movimento de tropas sobre o eixo (Fig 4-1).

(2) Na execução de um reconhecimento de eixo consome-se menos tempo que nos outros tipos. A velocidade média de trabalho utilizada como parâmetro para fins de planejamento da operação é de 15 km/h. Este tipo de reconhecimento é empregado quando:

(a) há premência de tempo;

(b) deseja-se informes mais gerais sobre o inimigo e o terreno;

(c) a localização do inimigo é conhecida;

(d) o terreno canaliza o movimento sobre um único itinerário.

(3) O R C Mec, como unidade, normalmente, não recebe do escalão superior a missão de reconhecimento de eixo. O Rgt empregará seus elementos subordinados para obter informes sobre o eixo reconhecendo a zona de ação do escalão superior (ou parte dela).

(4) Quando a situação for de contato iminente ou já se dispuser de informações sobre a presença do inimigo, as missões deverão ser dadas na base de um eixo principal para cada Esqd C Mec. Em condições favoráveis, um Esqd C Mec poderá reconhecer até três eixos secundários.

(5) Informes de natureza técnica sobre eixos, passagens de vau, pontes ou áreas minadas serão, em princípio, obtidos pelos elementos de engenharia que, com freqüência, reforçam os R C Mec. Entretanto, os Elm C Mec devem possuir a instrução e os documentos necessários que os habilitem a produzir dados semelhantes na ausência de reforço da engenharia de combate.

(6) Elementos aéreos, quando disponíveis, podem ser empregados à frente, nos flancos ou entre os esquadrões de cavalaria mecanizada. Esses elementos são empregados para reduzir o tempo necessário à execução do reconhecimento, ao mesmo tempo que aumentam as condições de segurança dos elementos terrestres. Normalmente, reconhecem as estradas laterais e o terreno adjacente ao eixo designado. Nesse caso, os elementos terrestres adotam o dispositivo em coluna e deslocam-se rapidamente para a frente, sobre os eixos determinados, reconhecendo os eixos laterais e acidentes do terreno que não possam ser adequadamente reconhecidos pelos meios aéreos. Os elementos aéreos fornecem aos terrestres informes sobre as posições inimigas e desfiladeiros, além de outros que permitam, em prazo razoável, a adoção de medidas e dispositivo para que a tropa amiga não seja surpreendida.

(7) A representação gráfica de um eixo de reconhecimento, num calco de operações, é uma linha que segue o traçado do eixo com uma seta colocada, na extremidade da linha, indicando a direção do reconhecimento e onde o mesmo se encerra (Fig 4-1).

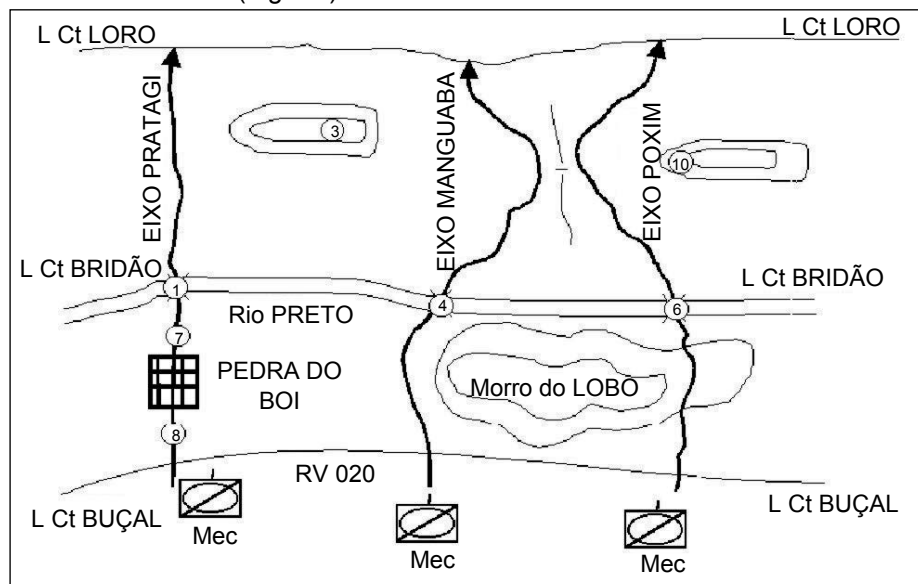



Fig 4-1. O R C Mec no Rec de eixo

(8) Quando dois eixos se aproximam, podendo gerar confusão quanto à responsabilidade pelo reconhecimento dos acidentes capitais que os dominam, deve ser estabelecido um limite entre os mesmos. Este limite não significa mudança na missão de reconhecimento de eixo para missão de reconhecimento da zona (Fig 4-1).

(9) Outras considerações são feitas no subparágrafo **b.** do § 4 -11.

b. Reconhecimento de zona

(1) O reconhecimento de zona é o esforço dirigido para obtenção de informes pormenorizados sobre os eixos, o terreno e as atividades das forças inimigas, dentro de uma zona definida por limites (Fig 4-2).

(2) Estes tipo de missão de reconhecimento é empregado quando:

(a) não se conhece a localização exata do inimigo, que poderá ser encontrado em deslocamento através do campo, por itinerários diversos ou, ainda, estacionado;

(b) o Esc Sp deseja selecionar itinerários para deslocar seu grosso;

(c) deseja-se informes pormenorizados; e

(d) o tempo disponível permite o reconhecimento através de um verdadeiro vasculhamento da área de operação.

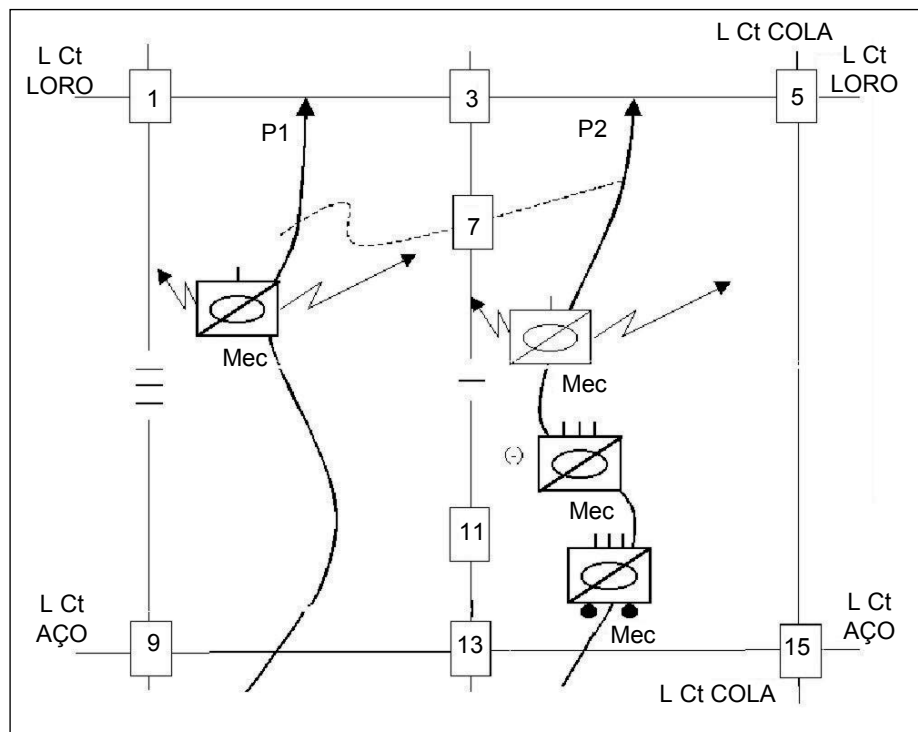



Fig 4-2. O R C Mec no Rec de zona

(3) O Rgt, conduzindo um reconhecimento de zona, opera mais detalhadamente do que realizando um reconhecimento de eixo. A velocidade média de trabalho utilizada como parâmetro para fins de planejamento da operação é de 8 a 12 km/h. O Cmt Rgt estabelece Z Aç para seus esquadrões, determinando-lhes limites que devem recair sobre acidentes do terreno facilmente identificáveis. Os esquadrões devem reconhecer, nas suas Z Aç, os objetivos de informações especificados em suas missões. O número de esquadrões a ser empregados em primeiro escalão, a frente e a profundidade da Z Aç a ser designada para cada esquadrão, depende dos informes desejados e dos fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo).

(4) Quando dispuser de elementos aéreos, o R C Mec empregará tais elementos sob seu controle operacional obtendo, com isso, maior capacidade de reconhecimento e liberdade de ação.

(5) O R C Mec (-) constituído dos elementos de combate e apoio ao combate não empregados em 1º escalão, desloca-se por lanços e, de preferência, no eixo que proporcione melhores condições de apoio e segurança.

(6) Outras considerações encontram-se no subparágrafo **b.** do item 4-11.

c. Reconhecimento de área

(1) O reconhecimento de área é o esforço dirigido para obtenção de informes pormenorizados dos eixos, do terreno e das forças inimigas de uma área específica, claramente definida e considerada de importância capital para sucesso das operações, tais como: uma localidade, regiões boscosas, regiões de passagens sobre um rio obstáculo, etc. (Fig 4-3).

(2) O deslocamento para a área a ser reconhecida é feito com a máxima rapidez e, no itinerário que a demanda, o elemento responsável limita-se a efetuar apenas os reconhecimentos necessários a sua segurança.

(3) A diferença básica de um reconhecimento de zona para um reconhecimento de área reside na técnica em se atingir a área a ser reconhecida, já que, nos demais aspectos, em tudo se assemelham.

(4) Quando, no itinerário de deslocamento para a área a reconhecer, houver interposição de forças inimigas, estas devem ser desbordadas, salvo ordem em contrário do Esc Sp. Na impossibilidade de serem desbordadas, pequenos efetivos deverão se infiltrar no dispositivo inimigo, buscando o cumprimento da missão. Não ocorrendo forte resistência do inimigo, os elementos C Mec procuram avançar, agressiva e audaciosamente, por todas as rodovias existentes.

(5) Próximo à área a ser reconhecida, a força de reconhecimento se desdobra no terreno, avança em larga frente e em uma formação que lhe proporcione adequada e contínua segurança.

(6) As áreas de responsabilidade dos esquadrões são definidas por limites, dentro da área do regimento (Fig 4-3).

(7) Dispondo do apoio de elementos aéreos, o regimento terá melhores condições para executar o reconhecimento de área, combinando o esforço dos esquadrões com a ação daqueles elementos, os quais, em princípio, são empregados sob o controle da U.

(8) Outras considerações sobre o reconhecimento de área são feitas no subparágrafo **b.** do § 4-11.

Fig 4-3. O R C Mec no Rec de área

ARTIGO III

PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO

4-5. FATORES DA DECISÃO

O estudo de situação nas operações de reconhecimento obedece à sistemática preconizada no manual específico. Entretanto, algumas peculiaridades devem ser observadas ao se analisar os fatores da decisão.

a. Missão

(1) Na missão de reconhecimento está imposto, ao elemento que a

cumpre, obter e fornecer todos os informes necessários ao comando da força que o destacou, para que esse comando possa conduzir suas operações.

(2) A missão de reconhecer está intimamente ligada à do Esc Sp. A força que receber uma missão de reconhecimento, normalmente, realizará esta operação numa faixa de terreno muito ampla, correspondente à Z Aç do Esc Sp.

(3) Em qualquer caso, deve o comandante da unidade, ao receber a missão, selecionar o tipo de reconhecimento que irá realizar - eixo, zona, área ou uma combinação desses tipos - o qual é transmitido ao seu EM quando da expedição de sua diretriz de planejamento.

b. Terreno - No planejamento de uma missão de reconhecimento, o estudo do terreno é semelhante ao que é realizado para qualquer tipo de operação. Entretanto, deve ser levado em conta que se trata de uma ação essencialmente móvel e conduzida em largas frentes. Assim, o estudo do terreno é, naturalmente, realizado de maneira ampla e global, dando ênfase ao estudo das vias de acesso e acidentes capitais. Os principais acidentes capitais a serem considerados são: compartimentos transversais, rios obstáculos, regiões que dominam os pontos críticos sobre os eixos, regiões pantanosas e de matas densas e regiões que caracterizam o cumprimento da missão. As principais vias de acesso selecionadas serão os eixos penetrantes e os transversais.

c. Inimigo

(1) No planejamento de uma operação de reconhecimento, obviamente, as informações disponíveis sobre o inimigo são vagas ou quase nulas. As possibilidades do inimigo são enunciadas em termos gerais. Consideram-se as linhas favoráveis do terreno e verificam-se as possibilidades que o inimigo tem de atingi-las com os primeiros elementos de suas forças conhecidas, ou seja, de “atuar” naquelas linhas.

(2) Em virtude da possibilidade do inimigo efetuar operações de contra-reconhecimento, é fundamental a realização de um estudo aprofundado do seu material, particularmente no que diz respeito à sua capacidade de observar e atirar em nossas forças.

d. Meios

(1) As frentes a serem atribuídas ao regimento de cavalaria mecanizado ou aos seus esquadrões serão decorrentes da análise dos fatores da decisão, da natureza dos informes desejados e, principalmente, da quantidade de elementos de manobra e dos meios que dispõem.

(2) Em terreno coberto, as dificuldades no cumprimento da missão determinarão a redução das zonas de ação, enquanto que em terreno descoberto, as frentes poderão ser mais amplas.

(3) O R C Mec pode reconhecer até três eixos principais, designando um eixo para cada Esqd C Mec. Cada subunidade poderá receber dois ou três eixos secundários.

(4) Não existem frentes específicas a serem reconhecidas. Apenas como parâmetro de planejamento pode-se considerar os dados abaixo.

(a) Pel C Mec: 4 Km (base teórica de 2 Km de frente por patrulha).

(b) Esqd C Mec: 8 a 12 Km (dois ou três Pel C Mec em 1º escalão).

(c) R C Mec: 16 a 32 Km (dois ou três Esqd C Mec em 1º escalão - considerando um Pel em reserva nessa última opção).

(5) para não perder a possibilidade de intervir nas ações, o Cmdo do R C Mec deverá manter elementos de combate deslocando-se em reserva ou designar frações das SU de 1º escalão, na situação de hipotecadas ao Cmdo do Rgt.

(6) Quando se buscam informes pormenorizados, a operação consumirá mais tempo e a frentes deverão ser mais estreitas do que quando os informes buscados são de ordem geral.

(7) Os meios aéreos, quando disponíveis, aumentam a velocidade, as frentes e a profundidade de reconhecimento.

e. Tempo - No planejamento de uma missão de reconhecimento, o tempo é fator decisivo, tendo influência em diversos aspectos:

(1) no tipo de reconhecimento;

(2) na determinação da linha de provável encontro (LPE);

(3) no planejamento da operação propriamente dita. e

(4) no prazo máximo para se transmitir os informes obtidos ao escalão superior, além do qual deixam de ter importância ou não contribuirão para a decisão daquele escalão.

4-6. DETERMINAÇÃO DO TIPO DE RECONHECIMENTO

O tipo de reconhecimento a ser realizado é determinado pelo comandante da força, após serem considerados os aspectos a seguir enumerados.

a. Natureza dos informes desejados, quando e onde obtê-los.

b. Conhecimento da situação do inimigo.

c. Características do terreno e condições meteorológicas existentes.

d. Composição e valor da força de reconhecimento.

e. Tempo calculado como necessário para obtenção dos informes desejados.

4-7. MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

a. Generalidades

(1) As medidas de coordenação e controle têm por finalidade assegurar os melhores resultados na obtenção dos informes e evitar a duplicação de meios, bem como proporcionar a utilização econômica dos elementos de reconhecimento.

(2) O reconhecimento exige planejamento altamente centralizado, embora suas ações sejam executadas descentralizadamente. Todos os meios de reconhecimento são controlados e coordenados até o final da missão, para

que possam ser aplicados adequadamente, para que sejam evitados choques entre forças amigas e para que regiões importantes não deixem de ser reconhecidas.

(3) As medidas de coordenação e controle devem impor o mínimo de restrição de forma a não impedir a iniciativa dos comandos subordinados. Assim, não é normal a marcação de objetivos intermediários ou finais, os quais são substituídos por linhas de controle. As ações a empreender, em fim de missão, poderão levar o comandante do R C Mec a marcar objetivos para suas peças de manobra. Normalmente, serão marcados objetivos para assegurar a posse das regiões de passagem de um rio obstáculo ou de um desfiladeiro, apoiar uma ultrapassagem, um investimento ou um lançamento de outra unidade ou grande unidade ou para garantir a posse de regiões do terreno que proporcionem segurança.

(4) O Cmt R C Mec controla e coordena a atuação de seu regimento de uma posição que possibilite a comunicação com os elementos subordinados. Deve ficar em condições de deslocar-se rapidamente para qualquer parte de sua Z Aç, bem como supervisionar e dirigir diretamente a ação de qualquer elemento do Rgt.

b. Medidas de coordenação e controle - As medidas de coordenação e controle mais comumente utilizadas nas missões de reconhecimento são a seguir enumeradas (Fig 4-4 e 4-5):

(1) Itinerário de progressão

(a) É a determinação do itinerário que o elemento subordinados deve percorrer para atingir a área a reconhecer.

(b) O elemento C Mec, ao percorrer um itinerário de progressão, executa, apenas os reconhecimentos necessários a sua própria segurança.

(2) Eixo de reconhecimento

(a) É a determinação no terreno, do eixo, que deve ser reconhecido pelo elemento subordinado na execução de sua missão.

(b) É utilizado em missão de reconhecimento de eixo, ou quando se pretenda particularizar a importância de determinado eixo, em missões de reconhecimento de zona ou de área.

(c) O elemento C Mec que recebe a missão de reconhecer um eixo, tem que percorrê-lo em toda a sua extensão. Os acidentes do terreno que de posse do inimigo, possam dificultar ou impedir o movimento de nossas tropas sobre o eixo, são também reconhecidos. Qualquer desvio, imposto pelo terreno ou pelo inimigo, somente será realizado mediante ordem do Esc Sp.

(3) Zona de ação

(a) É uma faixa do terreno, definida por limites ou L Ct, utilizada para atribuir responsabilidade.

(b) A Z Aç, além de definir responsabilidade, é uma medida restritiva ao movimento e ao fogo; um elemento somente poderá manobrar ou atirar na Z Aç de outro elemento, coordenando esta ação com o Esc Sp e com esse elemento.

(4) Linhas de controle

(a) São linhas do terreno facilmente identificáveis, tais como estra-

das, cursos de água e linhas de crista, em geral perpendiculares à direção de movimento.

(b) Permitem ao Cmt coordenar e controlar a progressão de suas peças de manobra. Os elementos subordinados não se detém nas linhas de controle; apenas informam quando as atingem, a não ser que recebam ordem em contrário.

(c) Quando houver dificuldade de as designar, determina-se que os elementos subordinados informem suas posições em espaços de tempo determinados (de meia em meia hora ou de hora em hora).

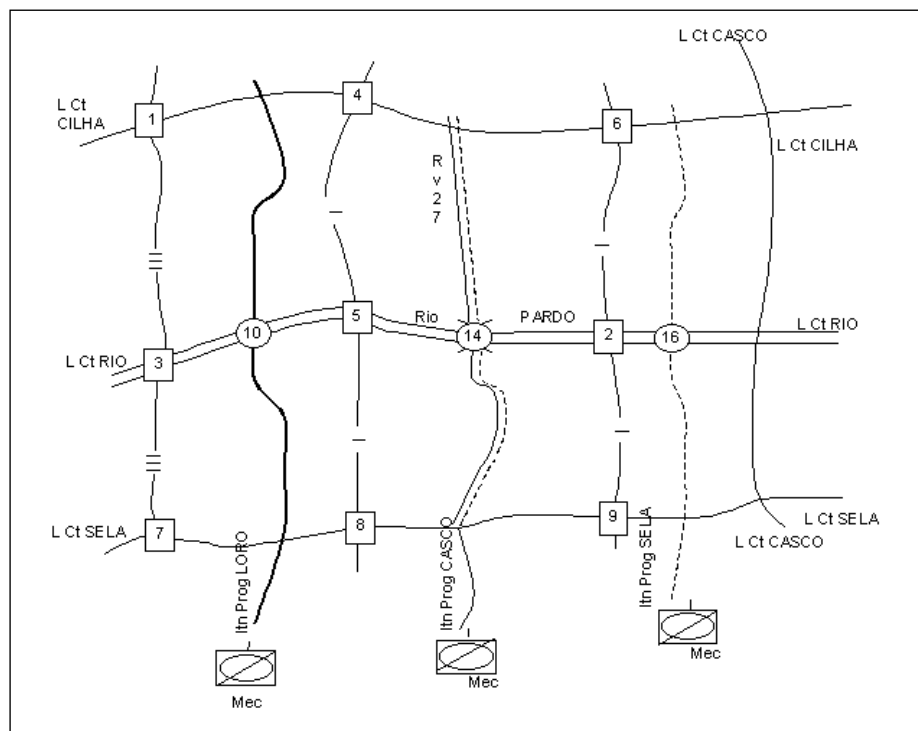



Fig 4-4. Medidas de coordenação e controle. O R C Mec no Rec de eixo e zona

(6) Ponto de ligação

(a) Ponto facilmente identificável no terreno onde dois ou mais elementos subordinados têm que estabelecer um contato físico para a troca de informes.

(b) Os elementos designados, ao estabelecerem o contato, informam ao Esc Sp. O contato só é desfeito com autorização da autoridade que o determinou.

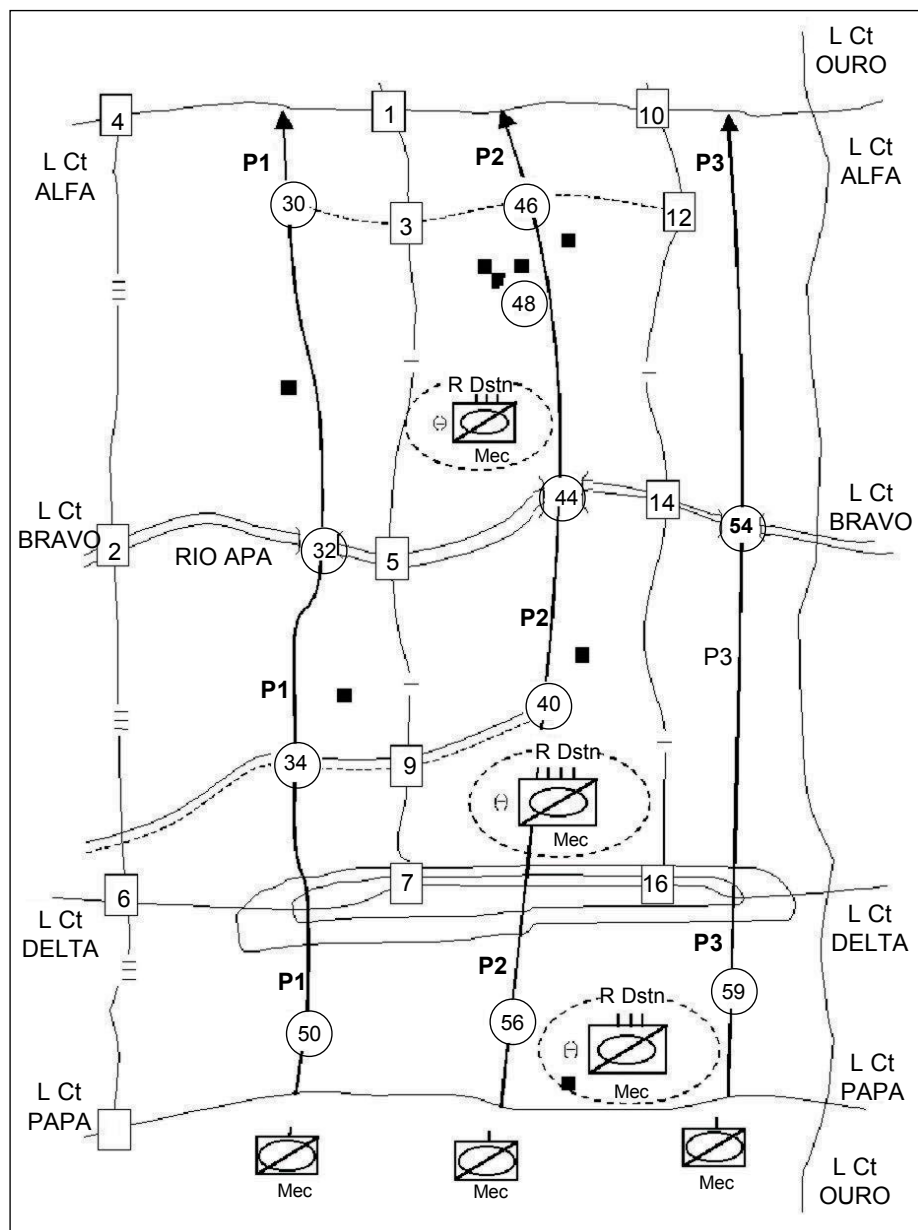



Fig 4-5. Medidas de coordenação e controle. O R C Mec no Rec de eixo e zona

(7) Região de destino

(a) Região para onde são deslocados os elementos não empregados em primeiro escalão. Devem ser previstas em locais que permitam apoiar as ações dos elementos empregados em 1º escalão. Serão ocupadas quando os elementos de 1º escalão estiverem a uma distância tal que garanta boas condições de segurança. Normalmente são marcadas L Ct que indicam essa distância.

(b) Normalmente, a cada linha de controle corresponde uma região de destino. O local deve estar dentro de uma distância que permita segurança, permitir dispersão, possuir rocadas para toda a Z Aç e ser localizado numa posição coberta, e se possível, abrigada.

4-8. ORDENS DE RECONHECIMENTO

a. Sempre que possível, os Cmt Esqd devem ser reunidos para receber uma ordem de operações, que poderá ser verbal ou escrita, podendo, esta última, ser apresentada sob a forma de um calco de operações ou esquema de manobra. Esta ordem de operações deve ser ensaiada, com base na matriz de sincronização, em terreno reduzido ou caixão de areia. Estes procedimentos asseguram o entendimento da operação e a coordenação das medidas relativas ao apoio de fogo e ao apoio ao movimento para o cumprimento da missão.

b. O Cmt R C Mec deve designar, além dos objetivos de informações, os eixos, zonas ou áreas a serem reconhecidas.

c. Após o início das operações, as ordens particulares, normalmente, são transmitidas pelo rádio. Outros meios, como mensageiro, oficiais de estado-maior do Rgt, oficiais de ligação e meios aéreos, são também utilizados.

d. As ordens de reconhecimento devem ser completas. Os aspectos mais importantes são:

(1) informes específicos desejados;

(2) eixo, zona ou área a ser reconhecido;

(3) normas para transmitir os informes (quando, onde e como), no caso de não constarem das NGA da unidade;

(4) hora do início e do término da missão;

(5) ações a realizar após o cumprimento da missão;

(6) informações sobre o inimigo e sobre as forças amigas;

(7) planos do escalão superior; e

(8) outras medidas de coordenação e controle necessárias ao cumprimento da missão.

ARTIGO IV

CONDUTA DAS OPERAÇÕES DE RECONHECIMENTO

4-9. GENERALIDADES

a. O reconhecimento é executado de uma maneira audaciosa e agressiva, fazendo-se o máximo emprego da mobilidade, potência de fogo e ação de choque do R C Mec.

b. O comandante do regimento coordena e dirige os esforços dos Esqd C Mec da unidade e dos elementos que estiverem em reforço.

c. Quando o contato é estabelecido, cada elemento do regimento esclarece a situação para determinar o valor, a localização, a composição, o dispositivo e a atitude do inimigo.

4-10. TRANSMISSÃO DE INFORMES

a. O Cmt R C Mec deve ter sempre presente que a finalidade da missão de reconhecimento é obter informes em proveito do Esc Sp. Assim sendo, deve empreender o máximo de esforço para que todos os informes, positivos e negativos, sejam prontamente transmitidos.

b. O emprego de formas e modelos padronizados facilita a transmissão e deve constar das NGA da unidade. A tropa deve ser instruída para a conveniente utilização dos mesmos.

4-11. RECONHECIMENTO DE UMA LOCALIDADE, OBSTÁCULO OU POSIÇÃO INIMIGA

a. No reconhecimento de uma localidade, obstáculo ou posição inimiga, o R C Mec deve utilizar, se possível, as vias de acesso que incidam sobre os flancos ou sobre a retaguarda do objetivo de reconhecimento. (Fig 4-6).

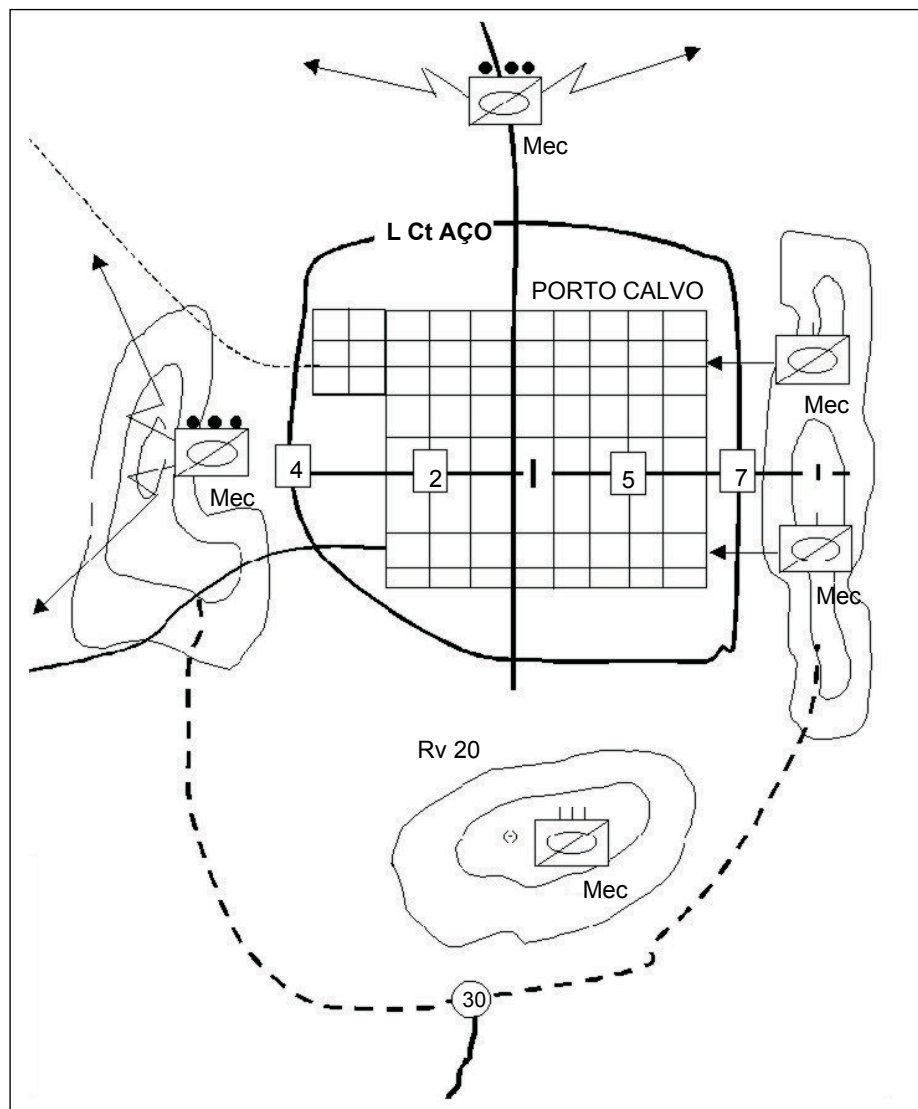



Fig 4-6. Reconhecimento de localidade

b. Uma observação cuidadosa precede o reconhecimento. Se o tempo for curto, deve-se permanecer embarcado. Dependendo da situação, este poderá ser realizado pelo fogo.

c. Quando houver tempo disponível, patrulhas a pé são lançadas à frente, apoiadas pelos demais elementos do R C Mec. O número de patrulhas depende do valor do objetivo, das vias de acesso e das cobertas e abrigos existentes. Se

as patrulhas atingirem as imediações do objetivo sem dificuldade, o restante da unidade se desloca para a frente. As patrulhas a pé prosseguem no reconhecimento acompanhadas, a uma distância de apoio, pelo restante do R C Mec.

d. Quando o reconhecimento for realizado embarcado, uma parte do regimento desloca-se rapidamente para frente, enquanto o restante permanece observando. Se, ao aproximar-se da região a ser reconhecida, não forem encontradas dificuldades, o restante do R C Mec se desloca para frente e o avanço continua. As viaturas se deslocam através da localidade por lanços em formação escalonada. Suas guarnições mantêm-se atentas, observando as edificações do lado oposto da rua.

4-12. RECONHECIMENTO DE UMA PONTE OU DESFILADEIRO

a. Antes de lançar patrulhas para atravessar uma ponte ou um desfiladeiro, deve ser executado um reconhecimento visual sobre as posições que as dominem. Quando se suspeita da existência de campos minados, armadilhas ou emboscadas, devem ser enviadas patrulhas, com apoio de engenharia, para reconhecer os acessos à ponte ou ao desfiladeiro.

b. As pontes devem ser vistoriadas para determinar a existência de minas, armadilhas ou cargas de demolição. Também é analisada a capacidade da ponte suportar o trânsito das viaturas do R C Mec e de outros elementos que possam vir a utilizá-la (elementos logísticos do escalão superior, artilharia, engenharia, etc). Uma placa de sinalização deve ser fixada nas proximidades da ponte, indicando sua classe.

4-13. TÉCNICAS ESPECIAIS DE RECONHECIMENTO

a. Reconhecimento pelo fogo

(1) O reconhecimento pelo fogo é executado atirando-se em posições inimigas, conhecidas ou prováveis, a fim de obrigá-lo a revelar sua presença.

(2) É utilizado quando houver premência de tempo, pondo-se em risco a perda do fator surpresa. Realizando-o, reduz-se a possibilidade de o regimento expor-se a quaisquer ações de surpresa por parte do inimigo.

(3) Se o inimigo responde ao fogo, o regimento esclarece a situação. Se o fogo não encontra resposta, a unidade prossegue no cumprimento da missão. Entretanto, todo cuidado deve ser tomado, pois o reconhecimento pode falhar contra tropas inimigas bem treinadas e com experiência de combate que, permanecendo ocultas, aguardarão o momento oportuno para agir de surpresa.

b. Reconhecimento noturno

(1) O reconhecimento noturno é uma operação vagarosa de difícil execução, em razão das dificuldades impostas pela escuridão. Estas dificuldades poderão ser atenuadas pelo emprego de equipamentos de visão noturna (individuais e veiculares). Esta operação, por vezes, limita-se ao patrulhamento a pé, à observação de estradas e caminhos e ao emprego de postos de escuta com a finalidade de:

(a) esclarecer a situação do inimigo;
(b) capturar prisioneiros;
(c) reconhecer itinerários;
(d) executar destruições no interior das linhas inimigas; e
(e) realizar ligações.

(2) Somente quando o terreno favorecer e o inimigo for fraco, é possível conduzir um reconhecimento noturno embarcado, sem que as viaturas sejam precedidas por patrulhas a pé.

(3) O deslocamento através do campo é mais difícil. O ruído do motor e do deslocamento das viaturas podem ser ouvidos a consideráveis distâncias. A observação é limitada, tornando as viaturas altamente vulneráveis a emboscadas, mesmo quando precedidas por patrulhas a pé. Os deslocamentos passam a ser realizados preferencialmente sobre os eixos.

c. Reconhecimento aéreo

(1) O emprego de meios aéreos é um excelente modo de complementar o reconhecimento terrestre.

(2) Quando não forem disponíveis elementos aéreos, os comandantes de unidades de cavalaria mecanizada devem envidar todos os esforços para obter estes meios do escalão superior.

(3) Os meios aéreos de reconhecimento são, normalmente, usados em conjunto e em apoio cerrado aos elementos terrestres, podendo ser empregados centralizadamente sob o controle do Rgt.

(4) O **Anexo "G"** aborda o emprego da Aviação do Exército em apoio às operações do R C Mec.

4-14. DECISÕES DE RECONHECIMENTO

a. Na decisão para o cumprimento de uma missão de reconhecimento, devem constar obrigatoriamente os seguintes itens:

(1) designação da unidade;
(2) hora do início e término da missão;
(3) tipo(s) de reconhecimento;
(4) L Ct que balizem o início e o fim da missão (ou outras medidas de coordenação e controle que a definam exatamente);
(5) como empregar as peças da manobra;
(6) objetivos de informação;
(7) o que fazer em fim de missão;
(8) itinerário de deslocamento da unidade (-), ou seja, dos elementos que não estiverem em primeiro escalão;
(9) regiões de destino sucessivas para o 2º escalão da unidade. Normalmente para cada L Ct é prevista uma R Dstn. É dispensável a especificação das R Dstn na decisão quando esta for acompanhada de calco.

b. Tipos de decisão - Ver os mementos apresentados no **Anexo "F"** - Decisões Reconhecimento.

CAPÍTULO 5

SEGURANÇA

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

5-1. GENERALIDADES

a. Segurança (Seg) é uma parte essencial de qualquer operação ofensiva ou defensiva.

b. A Seg compreende um conjunto de medidas tomadas pelo comando para proteger-se da surpresa, da espionagem, da sabotagem, da observação ou de qualquer forma de perturbação de suas atividades por parte do inimigo. A Seg tem por finalidade preservar o sigilo da operação e assegurar a liberdade de ação do Cmt.

c. Todos os escalões são responsáveis por sua própria Seg, mesmo que se beneficiem daquela proporcionada por outra força.

d. O Cmt não deve desviar, para o cumprimento de missões de Seg, um efetivo em pessoal e meios de tal ordem que possa prejudicar o poder de combate a ser aplicado na ação principal.

e. A Seg é obtida pela adoção de medidas eficazes para detectar a ameaça, propiciando tempo e espaço necessários para que a tropa protegida possa manobrar a fim de evitar, neutralizar ou destruir essa ameaça.

f. A Seg repousa:

(1) nas informações que recebe do Esc Sp e nos informes obtidos pelos seus próprios órgãos de reconhecimento;

(2) no emprego de forças de segurança (F Seg);

(3) no dispositivo adotado; e

(4) nas medidas contra a ação eventual da aviação e artilharia de longo alcance, contra os efeitos dos agentes QBN, contra os ataques blindados e contra as ações de GE.

g. Nas operações de segurança o R C Mec poderá ser reforçado por elementos de combate e apoio ao combate.

h. O R C Mec, cumprindo missões de Seg, adotará uma atitude ofensiva ou defensiva empregando os seus meios de acordo com os fatores da decisão. O estabelecimento de uma cortina de contra-reconhecimento destruindo ou repelindo, pela manobra ou pelo fogo, as forças de reconhecimento do inimigo é um dos objetivos das F Seg.

i. O emprego de meios da Av Ex e da F Ae integrados à manobra do Rgt possibilitará o aumento da frente e da profundidade da sua área de responsabilidade e da eficácia no cumprimento da missão.

j. A ligação entre a F Seg e o grosso é um dos pontos críticos das operações de segurança.

l. A extensão das frentes designadas ao regimento, em operações de segurança, depende de vários fatores, tais como:

(1) grau de segurança desejado;

(2) prazos impostos pela missão;

(3) possibilidades do inimigo;

(4) terreno (com ênfase nas vias de acesso do inimigo);

(5) condições meteorológicas;

(6) possibilidades do regimento; e

(7) apoio de elementos aéreos.

ARTIGO II

FUNDAMENTOS E GRAUS DE SEGURANÇA

5-2. FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA

Ainda que os fundamentos da Seg sejam perfeitamente atendidos, deve-se ter em mente que o mais importante na ação é fornecer informes precisos e oportunos sobre a ameaça inimiga a fim de garantir um espaço de manobra à tropa em proveito da qual se opera. Na execução de uma missão de segurança, o R C Mec deve observar os fundamentos da segurança, descritos a seguir:

a. Proporcionar um alerta preciso e oportuno ao escalão superior - A F Seg deve informar ao Esc Sp, precisa e oportunamente, sobre a localização ou movimento das forças inimigas que possam constituir uma ameaça à missão deste escalão. Somente pelo alerta oportuno e informações precisas, fornecidas pela F Seg ao Esc Sp, pode o Cmt deste decidir sobre a aplicação dos seus

meios, prazo e local para engajar-se com o inimigo e manobrar suas forças, a fim de obter a surpresa e vantagens táticas

b. Garantir espaço para a manobra - A F Seg deve operar suficientemente distante da tropa em proveito da qual opera, de modo a garantir a esta o prazo e o espaço suficientes para que possa manobrar, buscando ou evitando o contato com o inimigo. A distância, entre a F Seg e a tropa em proveito da qual opera, é função da análise judiciosa dos fatores da decisão.

c. Orientar a execução da missão em função da força em proveito da qual opera - Uma F Seg manobra de acordo com a localização ou movimento da tropa em proveito da qual opera, interpondo-se entre ela e a conhecida ou provável ameaça do inimigo.

d. Executar um contínuo reconhecimento - Toda F Seg deve executar um contínuo e agressivo reconhecimento. Este fornece ao comandante informes sobre o terreno e o inimigo em sua zona de ação e ainda possibilita a localização adequada da F Seg em relação à tropa, em proveito da qual opera, e à ameaça inimiga. O reconhecimento possibilita ao Esc Sp a segurança pela informação. Mantendo-o alertado sobre a localização e movimentos do inimigo e fornecendo outros dados obtidos com a manutenção do contato, elimina a possibilidade da força, em proveito da qual opera, vir a ser surpreendida.

e. Manter o contato com o inimigo - O contato com o inimigo deve ser mantido até que este não constitua mais uma ameaça ou que se afaste da Z Aç da tropa em proveito da qual a força opera. O Cmt de uma F Seg não pode, voluntariamente, romper o contato com o inimigo. Isto só ocorrerá por ordem superior. Deve-se impedir que a força inimiga surpreenda a força protegida. Se a força inimiga sai da Z Aç, deve-se informar à unidade vizinha, auxiliando-se esta a estabelecer o contato com o inimigo.

5-3. GRAUS DE SEGURANÇA

a. Cobertura - Cobrir é a ação que proporciona Seg a determinada região ou força, com elementos distanciados ou destacados, orientados na direção do inimigo e que procuram interceptá-lo, engajá-lo, retardá-lo, desorganizá-lo ou iludi-lo antes que o mesmo possa atuar sobre a região ou força coberta.

b. Proteção - Proteger é a ação que proporciona Seg à determinada região ou força, pela atuação de elementos no flanco, frente ou retaguarda imediatos, de forma a impedir a observação terrestre, o fogo direto e o ataque de surpresa do inimigo sobre a região ou força protegida.

c. Vigilância - Vigiar é a ação que proporciona segurança a determinada força ou região, pelo estabelecimento de uma série de postos de observação, complementados por adequadas ações, que procuram detectar a presença do inimigo logo que ele entre no raio de ação ou no campo dos instrumentos do elemento que a executa.

ARTIGO III

FORÇAS DE SEGURANÇA

5-4. FORÇAS DE SEGURANÇA

a. As missões de Seg são realizadas, basicamente, por forças de:
(1) cobertura (avançada, de flanco e de retaguarda);
(2) proteção (vanguarda, flancoguarda e retaguarda); e
(3) vigilância.

b. São incluídas também, entre as missões de Seg:
(1) o estabelecimento de uma ligação entre duas outras forças de maior valor, visando, principalmente, tamponar uma brecha;
(2) a Seg de área de retaguarda.

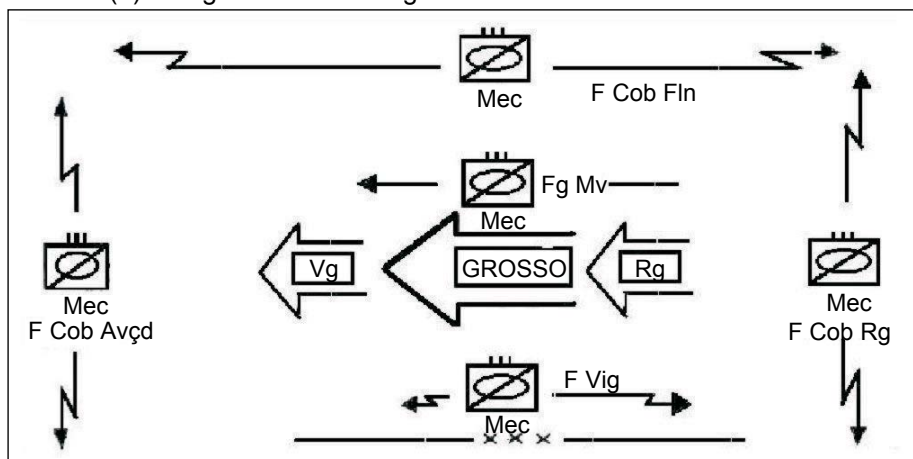



Fig 5-1. Forças de Segurança

5-5. MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

As medidas de coordenação e controle mais comumente utilizadas pelas F Seg são as seguintes:

a. Ponto de Controle - Nas Op Seg os P Ct devem ser marcados, obrigatoriamente, sobre o Itn Prog do Rgt nas seguintes regiões:

(1) entradas e saídas das P Blq;
(2) cruzamento do Itn Prog sobre Rio Obt;
(3) entrada e saída de localidades; e
(4) ponto de início ou término do Itn Prog através campo.

b. Linha de Controle - Em Op Seg as L Ct são traçadas com as seguintes finalidades:
(1) regular a Prog da F Seg;
(2) balizar uma possível posição de Rtrd ou Vig; e
(3) balizar a linha sobre a qual deverão ser marcadas as P Blq ou P Vig iniciais. Neste caso esta linha é imposta pelo Esc Sp e restringe o Mvt da F Seg.

c. Pontos de Ligação
(1) Os P Lig são marcados entre as P Blq com as seguintes finalidades:
(a) estender a observação à frente e nos Fln e
(b) definir a A Rspnl dos Esqd que as estiverem ocupando.
(2) Os P Lig impostos pelo Esc Sp a fim de coordenar a ligação da F Seg com o corpo principal balizam o limite da A Rspnl da F Seg.

c. Itinerário de Progressão - O Itn Prog da F Seg deverá possuir as seguintes características:
(1) interior às P Blq ou P Vig;
(2) afastado o suficiente para não interferir com a Man do corpo principal;
(3) permitir fácil acesso as P Blq ou P Vig;
(4) orientado para o Obj ou P Blq; e
(5) paralelo ao E Prog do corpo principal.

e. Posições de Bloqueio - As P Blq, sempre que possível, terão as seguintes características:
(1) domínio sobre as principais penetrantes do Ini;
(2) aproveitamento do terreno com boas características defensivas;
(3) paralelas ao E Prog da F Ptg ou Cob;
(4) afastadas suficientemente do corpo principal a fim de proporcionar tempo e espaço para a manobra; e
(5) dentro da distância de Ap Art.

g. Outras medidas de coordenação e controle - Além das já citadas, são muito utilizadas nas operações de Seg os objetivos, os limites e as regiões de destino.

5-6. FORÇAS DE COBERTURA

a. A força de cobertura (F Cob), normalmente uma Bda C Mec, é uma F Seg taticamente autônoma que opera à considerável distância, a frente, no flanco ou retaguarda de uma tropa amiga estacionada ou em movimento. É empregada quando a força em proveito da qual opera está engajada em operações ofensivas ou defensivas. A F Cob recebe, normalmente, missões de natureza ampla, que poderão incluir:

(1) esclarecimento da situação;
(2) desorganização e destruição da força inimiga;
(3) conquista de acidentes capitais do terreno; e
(4) retardamento do inimigo.

b. O R C Mec, eventualmente operando isolado como F Cob, como por exemplo um R C Mec divisionário, deverá ser reforçado com uma subunidade blindada (FT Esqd CC ou FT Cia/Esqd Fuz Bld), uma Bia O e um Pel E Cmb, além de ter a sua estrutura logística reforçada.

c. A dosagem dos meios em reforço ou integração será função de criteriosa análise dos fatores da decisão e da Z Aç atribuída a F Cob.

d. O R C Mec como F Cob engaja-se em qualquer ação, desde que necessária para o sucesso de sua missão. No entanto, não deve permitir que o engajamento seja decisivo de modo a possibilitar sua ultrapassagem ou envolvimento pelo inimigo.

e. Normalmente, no cumprimento da missão de F Cob o Rgt organiza as suas SU, em função da Z Aç recebida, do Ini, dos meios disponíveis e da rede de estradas.

f. O Rgt, normalmente, progride com seus Esqd C Mec adotando dispositivo que assegure uma cobertura completa da Z Aç, de modo a evitar a ultrapassagem de Elm Ini. Uma força, de valor adequado à operação e ao provável inimigo, deverá ser mantida em reserva, em local no dispositivo que possibilite seu rápido emprego pelo Cmt Rgt. A permissão do Esc Sp para desbordar uma força inimiga é indispensável

g. Cabe ao Cmt da força coberta a determinação da região ou tropa a ser coberta.

h. As forças que integram o 2º escalão da F Cob deslocam-se, em princípio, de região de destino em região de destino. Estas regiões localizam-se a cavaleiro do eixo que oferecer segurança e permitir as melhores condições de apoio aos elementos desdobrados em 1º escalão.

i. Nas operações ofensivas a F Cob opera à frente ou nos flancos do corpo principal e possui as seguintes atribuições:
(1) conduzir um contínuo reconhecimento ao longo do eixo de avanço da força coberta;
(2) negar ao inimigo informações sobre o dispositivo, valor, localização e composição do corpo principal;
(3) destruir ou repelir os elementos de reconhecimento do inimigo e/ou as suas forças de segurança;
(4) esclarecer a situação para determinar as possibilidades do inimigo;
(5) destruir, repelir ou fixar as forças inimigas determinadas pelo escalão superior; e
(6) explorar as oportunidades.

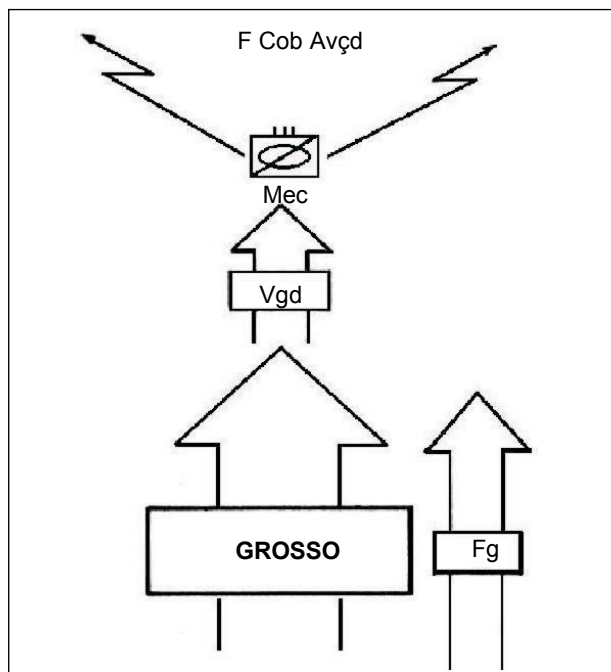



Fig 5-2. F Cob Avçd em Op Ofs

j. As força de cobertura avançada (F Cob Avçd) operam à frente do corpo principal e possuem um poder de combate suficiente para:

(1) localizar e penetrar na área de segurança de uma P Def; e

(2) destruir elementos de reconhecimento do inimigo, as suas vanguardas e o primeiro escalão de uma força inimiga em deslocamento.

k. Uma F Cob Avçd opera empregando técnicas de reconhecimento de zona.

l. A distância que o R C Mec se afasta da força coberta depende dos fatores da decisão e deve ser especificada pelo da força coberta.

m. O planejamento para uma missão de F Cob Avçd é semelhante, e emprega os mesmos dados médios de planejamento, ao de uma operação de reconhecimento de zona.

n. O R C Mec, como F Cob Avçd, adota um dispositivo linear, com a maioria de seus meios à frente e posiciona a sua reserva em uma posição orientada para a parte mais crítica da sua Z Aç. Esta reserva deve, caso o Rgt tenha recebido meios, ser forte em CC.

o. Ao estabelecer o contato com o inimigo o R C Mec procura fixá-lo ou destruí-lo através do fogo e da manobra. A resistência encontrada não pode ser desbordada sem autorização do Cmt da força coberta.

5-7

p. No caso da F Cob Avçd não conseguir prosseguir no seu deslocamento em decorrência da ação do inimigo o regimento ocupará uma posição no terreno de modo a apoiar a ultrapassagem do corpo principal. Nesta situação o R C Mec emprega os seus meios para levantar informações sobre o inimigo em contato a fim de orientar a ação da força coberta.

q. A força de cobertura de flanco (F Cob Fln) é uma F Seg que opera no Fln de uma força estacionada ou em movimento. Esta força é empregada quando existe a possibilidade de atuação do inimigo no Fln.

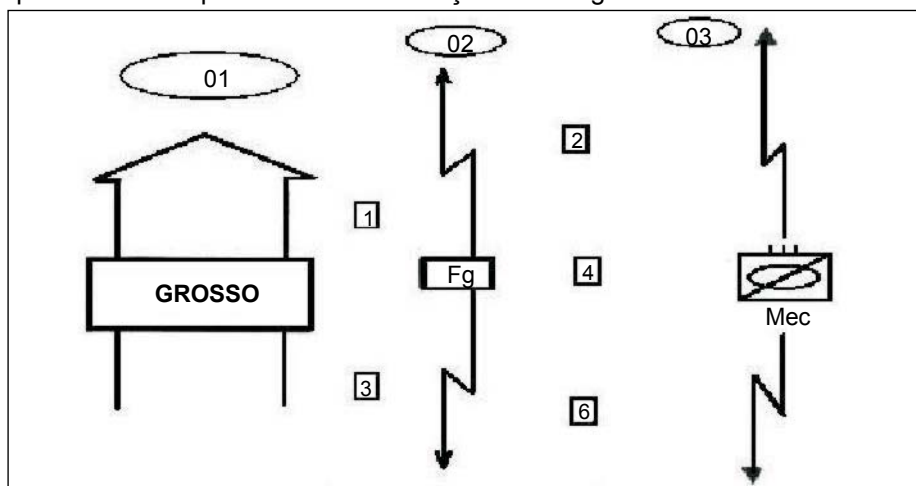



Fig 5-3. F Cob Fln

r. O R C Mec em uma missão de F Cob Fln operará de uma maneira semelhante a uma flancoguarda. A principal diferença entre essas duas forças é a distância que as mesmas se afastarão do força protegida.

s. Nas operações defensivas, a F Cob opera à frente, no flanco ou à retaguarda da força coberta. O objetivo principal desta F Cob é fazer com que o inimigo revele o seu esforço principal, perca a impulsão do seu ataque e a iniciativa das ações.

t. Quando empregada em proveito de uma força que conduz uma operação defensiva a F Cob tem as seguintes atribuições:

(1) realizar uma continuada vigilância sobre as principais vias de acesso do inimigo;

(2) destruir e repelir os elementos de reconhecimento e segurança do inimigo a fim de negar-lhes informações sobre a força coberta (contra-reconhecimento);

(3) determinar o esforço principal do inimigo;

(4) destruir o primeiro escalão das forças inimigas;

(5) obrigar que o inimigo empregue o seu segundo escalão; e

(6) canalizar o inimigo para o local onde possa ser destruído por nossas forças.

u. O comandante da força coberta determina o limite anterior (PIR) e posterior (LAADA do corpo principal) da Z Aç da F Cob através da marcação de linhas de controle. Os limites laterais da F Cob, normalmente, coincidem com os limites laterais do corpo principal.

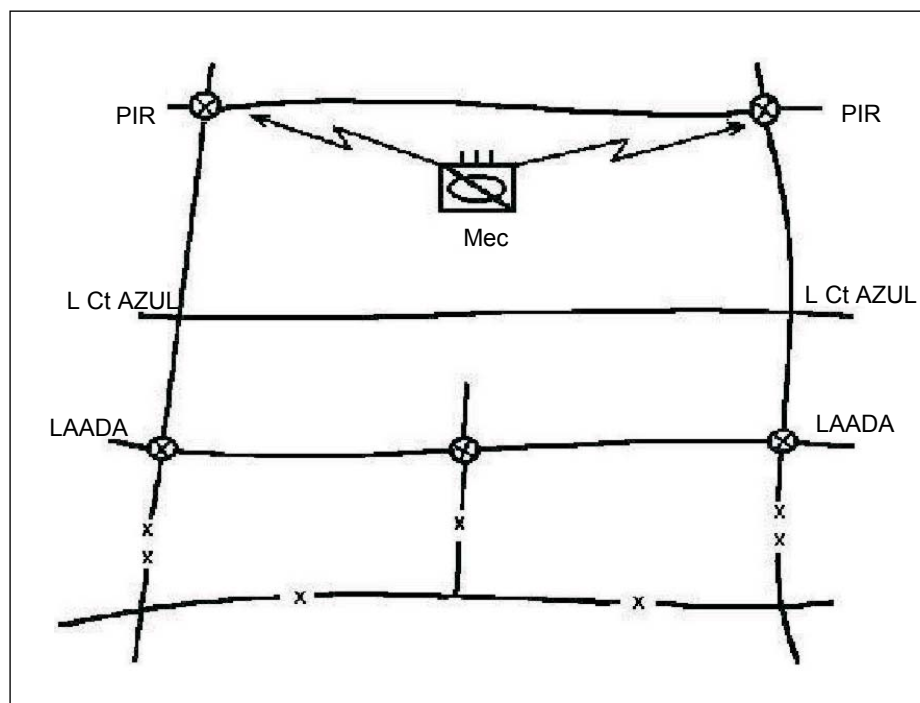



Fig 5-4. F Cob Avçd em Op Def

v. O R C Mec desloca-se até o limite anterior da sua Z Aç (PIR), empregando técnicas de reconhecimento de zona, levantando todas as informações sobre as possíveis posições de retardamento que poderá ocupar, quando passar a realizar uma Aç Rtrd. Durante este deslocamento o regimento destruirá as resistências inimigas que se apresentarem. Caso seja encontrada uma tropa inimiga que o R C Mec não tenha condições de destruir esta linha de contato será o novo limite anterior da Z Aç da F Cob. Para esta missão o regimento adota um dispositivo linear, com a maioria dos seus meios a frente, e mantém uma reserva posicionada em profundidade e em condições de reforçar ou substituir os elementos em 1º escalão e contra-atacar na Z Aç do Rgt.

w. Estabelecido o contato com o inimigo a F Cob passará a realizar uma ação retardatora (Aç Rtrd) até ser acolhida na P Def da força coberta.

x. O acolhimento da F Cob pelo corpo principal é uma tarefa complexa que exigirá um planejamento detalhado e centralizado com a participação de todos os elementos envolvidos na operação.

y. Nas operações defensivas, as F Cob Fln operam conforme o previsto nas letras **q.** e **r.** acima.

z. Normalmente, quando designado como F Cob de Retaguarda, o regimento operará em proveito de força que realiza um retraimento ou uma retirada. Nesta situação o R C Mec poderá usar a própria linha anteriormente ocupada pela tropa coberta, ou uma linha próxima, para estabelecer a sua posição inicial. As técnicas empregadas são semelhantes àquelas empregadas na ação retardadora.

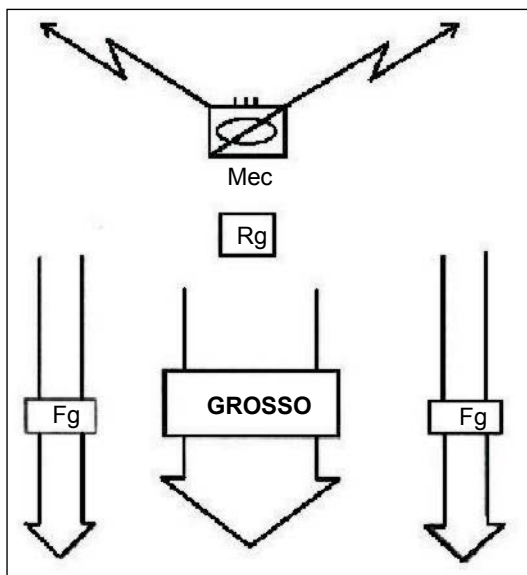



Fig 5-5. F Cob Rg

5-7. FORÇAS DE PROTEÇÃO

a. Generalidades

(1) A força de proteção (F Ptc) é uma F Seg que opera à frente, no flanco ou à retaguarda de uma força estacionada ou em movimento, a fim de protegê-la contra a observação terrestre, os fogos diretos e o ataque de surpresa do inimigo. Ela repele, destrói ou retarda, de acordo com suas possibilidades, os elementos inimigos que ameacem a força protegida. A F Ptc opera dentro dos fogos de apoio da força protegida.

(2) A F Ptc é constituída, normalmente, de elementos orgânicos da força protegida ou que a estejam reforçando. O R C Mec emprega, quando necessário, forças de proteção em seu próprio benefício.

(3) De acordo com sua posição em relação à força principal, a F Ptc denomina-se vanguarda, flancoguarda ou retaguarda.

(4) O Cmt da força protegida (F Ptg), normalmente, definirá em suas diretrizes o seguinte:

(a) poder de combate da F Ptç;
(b) responsabilidade e disponibilidade de Ap F para a F Ptç;
(c) área de responsabilidade da F Ptç;
(d) limite de Rg da F Seg; e
(e) engenharia disponível.

(5) Normalmente, o R C Mec em missões de Ptç receberá Elm Eng e Art em Ref ou Ap Dto. Estes meios de Ap Cmb deverão ter uma Mbld compatível com a do regimento.

(6) O Elm Art em Ref ou Ap Dto terá o seu Emp integrado ao Plj do regimento e o seu deslocamento será mediante Coor com o Cmt da F Seg.

(7) A dosagem básica de Ap Eng para o R C Mec é de um Pel E Cmb. O Cmt desta fração participará de todas as fases do Plj da F Seg a fim de assessorar o Cmt da força sobre qual o Ap Eng disponível, mais oportuno e eficiente para cada fase da manobra.

b. Vanguarda

(1) A vanguarda é uma força de proteção que opera à frente do grosso e atrás da F Cob (quando esta for empregada), dentro da distância de apoio da F Ptg e que tem por finalidade assegurar a progressão ininterrupta do grosso.

(2) A vanguarda possui as seguintes missões:

(a) conduzir um contínuo reconhecimento ao longo do eixo de avanço da F Ptg,
(b) destruir ou repelir os Elm de Rec e as F Seg do Ini; e
(c) impedir que o Ini atue com fogos observados sobre a F Ptg.

(3) A Vgd desloca-se a uma distância que proporcione ao Cmt da F Ptg liberdade de ação. Contudo ela não deve estar tão afastada que corra o risco de ser desbordada, nem destruída pelo Ini antes que o grosso possa lhe dar apoio.

(4) O R C Mec em uma missão de Vg adotará um dispositivo em coluna ou em linha de SU.

(5) A formação em coluna será empregada quando a F Ptg estiver se deslocando em apenas um E Prog e quando a situação do Ini for conhecida.

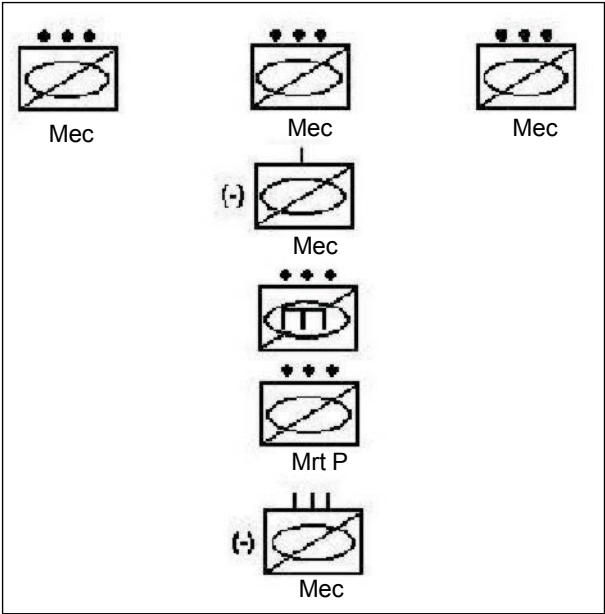



Fig 5-6. R C Mec em Cln

(6) Quando a situação do Ini for desconhecida e a F Ptg estiver se deslocando em mais de um E Prog o regimento adotará um dispositivo em linha.

(7) As SU que estiverem desdobradas deslocar-se-ão empregando técnicas de reconhecimento de zona.

(8) O Esqd testa do regimento Vgd, normalmente, terá a prioridade de fogos do Rgt.

(9) O quadro abaixo apresenta algumas características normais das formações do R C Mec em uma missão de Vgd.

CARACTERÍSTICAS DAS FORMAÇÕES DO R C Mec NA VANGUARDA		
Frações	**Regimento em coluna de Esqd**	**Regimento em linha de Esqd**
Elm Testa	- 01 (uma) SU Desd. Desloca-se Emp técnicas de Rec Zona.	- 02 (duas) ou mais SU Desd. Desloca-se Emp técnicas de Rec Zona.
Res ou 2º Esc	- 02 (duas) ou mais SU em 2º Esc.	- 01 (uma) SU eixada com a Z Aç Pcp.
Mrt P	- Desloca-se à Rg da SU testa.	- Desloca-se à Rg da SU que está na Z Aç Pcp. - Poderá ser rocado para o E Scd caso a Vgd receba Elm Art em Ap Dto/Ref.

CARACTERÍSTICAS DAS FORMAÇÕES DO RCMec NA VANGUARDA		
Frações	**Regimento em coluna de Esqd**	**Regimento em linha de Esqd**
Trens	- Desloca-se por lanços de R Dstn em R Dstn.	- Desloca-se por lanços de R Dstn em R Dstn.
PCT	- À Rg do Esqd testa.	- À Rg do Esqd testa do E Prog Pcp.
PC	- Desloca-se por lanços de R Dstn em R Dstn.	- Desloca-se por lanços de R Dstn em R Dstn.
Ap Eng (SFC)	- Desloca-se à Rg Esqd testa. - Elm Eng (GE) desloca-se junto com o Pel testa. - Eqp Mec Dsloc com os trens.	- Dsloc à Rg Esqd testa do E Prop Pcp. - Elm Eng (GE) desloca-se junto com o Pel testa. - Eqp Mec desloca-se com os Trens.
Ap Art (SFC)	- Desloca-se em Mvt Cotn a frente do último Elm Man. - Face à necessidade Ap, desloca-se por lanço de RPP em RPP.	- Dsloc em Mvt Cotn à frente do último Elm Man do E Prog Pcp. - Face à necessidade Ap, desloca-se por lanço de RPP em RPP.

(10) Ao estabelecer o contato com o Ini o R C Mec adota uma atitude agressiva para esclarecer a situação empregando todos os meios disponíveis a fim de determinar o dispositivo, o valor, a localização, a composição e a atitude do inimigo.

(11) Esclarecida a situação o Cmt Rgt deverá, sempre que possível, empregar as suas forças para fixar ou destruir a resistência Ini assinalada.

(12) Caso a Vg não consiga prosseguir no seu deslocamento face a ação do Ini o Rgt adotará uma atitude defensiva, ocupando uma posição no terreno em condições de Ap Ultr da F Ptg. Nesta situação, apesar de adotar uma atitude defensiva, as suas SU realizarão ações para levantar o dispositivo do inimigo a fim de orientar as Aç da F Ptg.

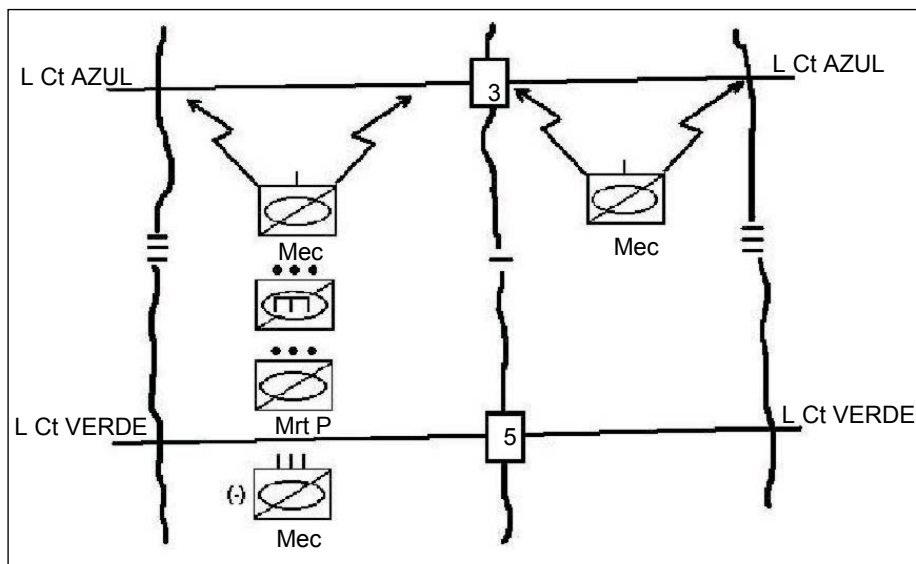



Fig 5-7. R C Mec vanguarda na formação em linha

(13) À noite, ou quando o contato com o inimigo é iminente, a velocidade de marcha deve ser ditada pela vanguarda, ao passo que em outras ocasiões, a Vgd se ajusta à velocidade do grosso.

(14) O elemento testa da Vgd é responsável por sua segurança à frente e nos flancos, devendo, para isso, observar em todas as direções, manter intervalos e distâncias adequadas, permanecer alerta e pronto para emprego, usar a técnica de reconhecimento pelo fogo, deslocar-se rapidamente e tomar medidas passivas de defesa aérea.

(15) A ordem para uma Vgd deve incluir: itinerário ou eixo de progressão do grosso, velocidade de deslocamento do grosso, apoio de fogo disponível, frente a ser ocupada, apoio aéreo disponível, situação tática e ação em fim de missão.

(16) A Vgd, em geral, ataca diretamente da coluna de marcha, para destruir as forças inimigas que tentem impedir sua progressão. O Cmt R C Mec deve estar atento para realizar ataques de oportunidade, sempre que a situação o permitir.

(17) Em uma Mis de Vgd a engenharia que Ap o R C Mec terá a sua prioridade de trabalho voltada para a realização de serviços que aumentem a mobilidade do Rgt.

(18) O apoio de fogo de artilharia para a Vgd poderá ser prestado pela F Ptg ou por uma Bia O/GAC em Ap Dto ou reforço.

(19) Caso o Rgt receba uma Bia O em Ap Dto ou reforço, o planejamento dos fogos deste Elm será a cargo da F Ptç.

c. Flancoguarda

(1) A flancoguarda é uma F Seg que opera no flanco de uma força estacionada ou em deslocamento, para protegê-la da observação terrestre, dos fogos diretos e de qualquer ataque de surpresa do inimigo. Ela destrói ou retarda o inimigo, de acordo com suas possibilidades.

(2) No cumprimento de sua missão, ela pode empregar tanto operações ofensivas como defensivas.

(3) Durante as operações ofensivas ou retrógradas, a flancoguarda é móvel, quando a força protegida está se deslocando. Quando a força protegida está conduzindo uma operação defensiva, a flancoguarda é normalmente fixa, mas deve estar preparada para conduzir uma ação de flancoguarda móvel, quando necessário.

(4) O R C Mec como Fg Mv

(a) O R C Mec, como Fg Mv de uma força em operações ofensivas ou retrógradas, protege o corpo principal através da ocupação de uma linha de P Blq sobre as principais penetrantes que incidem no flanco da F Ptg.

(b) A Fg Mv possui as seguintes missões:

1) manter uma contínua observação sobre as penetrantes que incidem no flanco da F Ptg;

2) reconhecer a zona entre a F Ptg e a linha de P Blq;

3) manter o contato com a retaguarda da unidade testa do grosso (F Ptç);

4) destruir ou repelir os Elm Rec do inimigo;

5) destruir, repelir ou fixar as forças terrestres inimigas antes que estas forças engajem com fogos diretos a F Ptg e

6) manter contato com a unidade retaguarda do grosso (F Ptç).

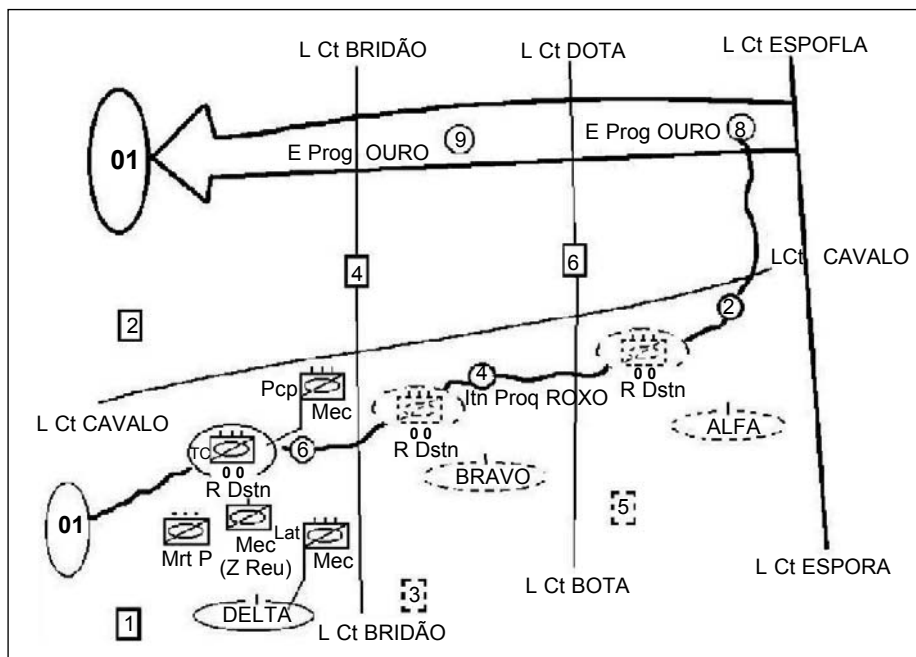



Fig 5-8. Eqm M do R C Mec como Fg Mv

(c) A flancoguarda regula sua velocidade de progressão pela do grosso. Deve estar suficientemente afastada do grosso, de modo a assegurar a este o tempo e o espaço necessário à manobra, para fazer face a uma ameaça inimiga. Esta distância não é fixa, e depende dos fatores da decisão (MITMT). Em princípio, quanto mais forte a flancoguarda, maior a distância do grosso em que ela poderá operar.

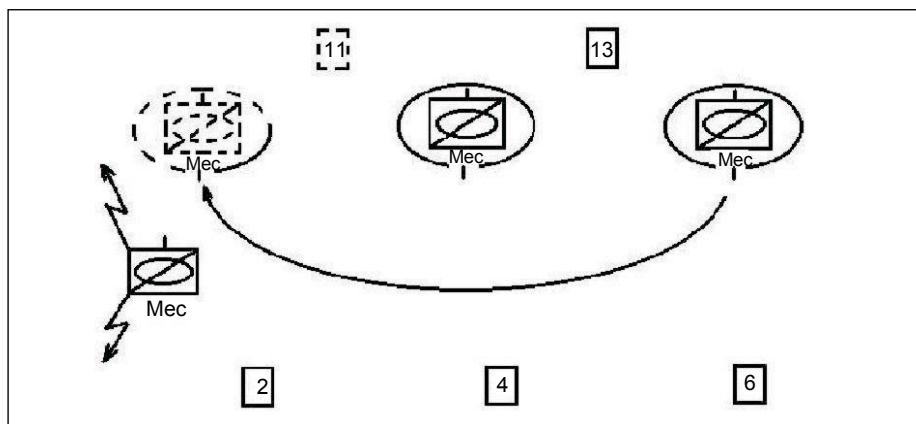



Fig 5-9. Fg Mv deslocando-se por Lç Altn

(d) Se a área a proteger tornar-se tão extensa que não possa ser protegida adequadamente, o comandante da flancoguarda deve pedir permissão ao Cmt do grosso para vigiar parte da mesma ou ser liberado da responsabilidade de segurança de parte da retaguarda da área.

(e) A flancoguarda deve se deslocar em uma direção paralela à do grosso, em condições de ocupar posições (P Blq) que barrem as vias de acesso que incidam no flanco da tropa protegida.

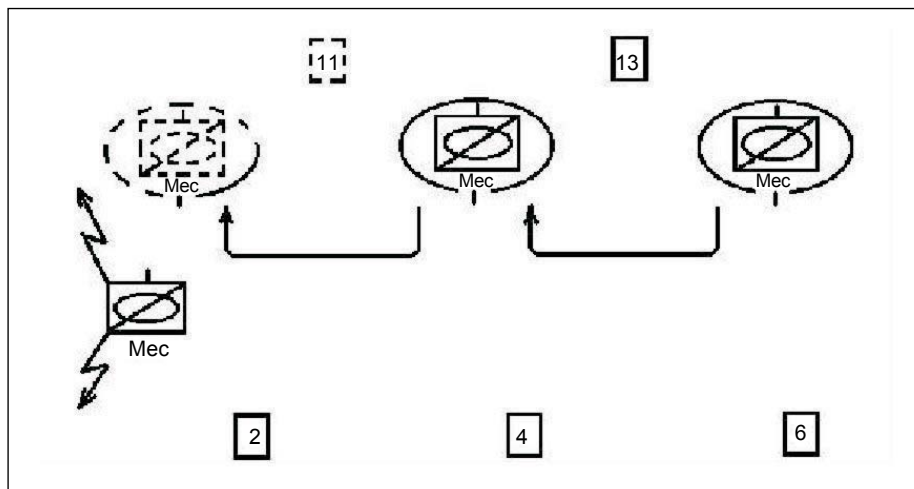



Fig 5-10. Fg Mv deslocando-se por lenços sucessivos

(f) Os processos básicos de deslocamento de flancoguarda móvel são: movimento contínuo e movimento por lanços (alternados e sucessivos). O comandante escolherá o mais adequado, levando em consideração, particularmente, a velocidade do grosso, o terreno e as possibilidades do inimigo.

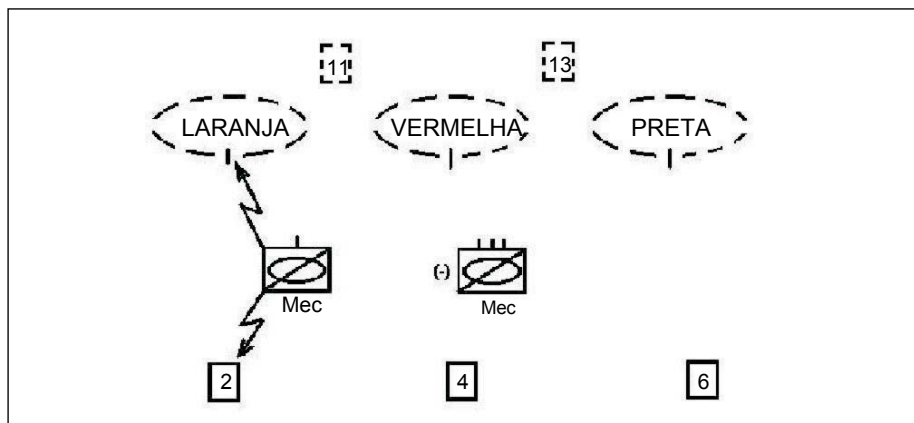



Fig 5-11. Fg Mv deslocando-se em Mvt Cont

(g) A progressão por lanços alternados é usada quando a força protegida avança com pouca velocidade e há possibilidade de forte ameaça inimiga.

(h) A progressão por lanços sucessivos é usada quando a força protegida faz altos freqüentes e curtos e não há previsão de forte ameaça inimiga.

(i) A progressão em movimento contínuo é usada quando a força protegida avança sem paradas e a possibilidade de atuação do inimigo no flanco é remota.

(j) O quadro abaixo apresenta um sumário de vantagens e desvantagens dos processos citados acima:

VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS PROCESSOS DE DESLOCAMENTO			
Obs	**Movimento por lanços**		**Movimento Contínuo**
	Lanços Alternados	**Lanços Sucessivos**	
Considerações sobre o Ini e F Ptg	Ação forte do Ini no flanco é esperada. - F Ptg desloca-se lentamente.	Ação fraca do Ini no flanco é esperada. F Ptg desloca-se com altos freqüentes e curtos.	Contato com o Ini não é esperado. F Ptg desloca-se em grande velocidade.
Vantagens	- Mais seguro.	- Menos seguro.	- Processo de deslocamento mais rápido.
Desvantagens	- Mais lento.	- Mais rápido.	- É o processo menos seguro.
Observações	- Durante os lanços haverá, sempre, uma SU em posição.	- Durante os lanços a desocupação e ocupação das P Blq será realizada pelas SU simultaneamente.	-

(k) No processo de deslocamento por movimento contínuo o emprego do Elm Ae realizando uma cortina de vigilância no Fln da F Seg contribuirá decisivamente para a segurança da F Ptç e da F Ptg.

(l) Caso não haja disponibilidade aérea e o movimento contínuo se fizer necessário os Esqd que estiverem em 2º Esc deverão realizar um patrulhamento até a linha de P Blq estabelecida a fim de estabelecer uma cortina de vigilância e evitar que a Fg seja surpreendida pela Aç do Ini.

(m) Ao receber uma missão de Fg Mv, o comandante do R C Mec deve tomar as seguintes providências:

1) estudar a situação na carta e selecionar as prováveis penetrantes que pelo Fln incidem na F Ptg;

2) escolher posições de bloqueio que barrem aquelas penetrantes. Estas P Blq devem ser localizadas em terreno com boas características

defensivas, dominar as penetrantes que incidam sobre o Fln da F Ptg e estar a uma distância do corpo principal de modo à proporcionar-lhe tempo e espaço para manobra;

3) selecionar o itinerário de progressão, caso não tenha sido determinado pelo escalão superior; este itinerário deve ser interior às posições de bloqueio e permitir fácil acesso às mesmas. Sobre este itinerário serão localizadas as regiões de destino;

4) elaborar um esquema de manobra prevendo:

a) a ocupação das posições de bloqueio selecionadas; e

b) a segurança da área entre o eixo de progressão da F Ptg e a linha de P Blq do regimento que realiza o flancoguarda. Esta frente é da responsabilidade da subunidade testa do regimento e deverá ser compatível com a capacidade de reconhecimento de zona do Esqd Vg.

5) determinar pontos de ligação à frente e entre as posições de bloqueio. Quando as P Blq são ocupadas os P Lig definirão a área de responsabilidade de cada SU;

6) selecionar uma linha de controle paralela ao Itn Prog do regimento, entre este e o E Prog da F Ptg. Esta L Ct balizará uma última linha de P Blq em condições de serem ocupadas pela Fg ainda no cumprimento da sua missão;

7) selecionar a formação a adotar. A formação selecionada, a sua organização para o combate e a integração dos elementos de apoio disponíveis são algumas de suas preocupações; e

8) coordenar o emprego de elementos aéreos, se disponíveis.

(n) A linha de P Lig, imposta pelo Esc Sp, localizada entre a F Ptç e a F Ptg baliza o limite da A Rspnl da Fg.

(o) A Z Aç balizada pela linha de P Lig, imposta pelo Esc Sp, e a linha de P Blq define a área de responsabilidade da Fg. Esta frente não deve exceder a capacidade de reconhecimento de uma SU.

(p) A SU testa de uma Fg Mv tem as seguintes missões:

1) atuar como vanguarda;

2) reconhecer a área entre o corpo principal e a linha de P Blq e

3) ligar-se com a Rg do Elm testa do corpo principal.

(q) A SU que se deslocar à retaguarda da Fg Mv deverá ligar-se com a Rg do elemento da retaguarda do grosso.

(r) Em uma missão de Fg Mv o R C Mec empregará para cruzar a L Ct que baliza o seu início os processos abaixo descritos:

1) 1º Processo - O Rgt cruza a L Ct no mesmo local que a F Ptg, incorporado ao seu dispositivo.

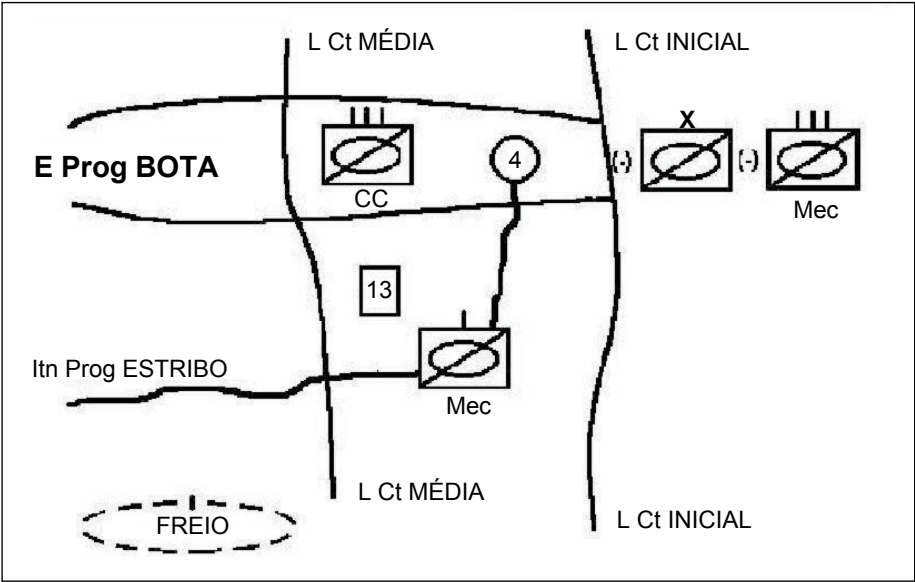



Fig 5-12. R C Mec incorporado à Cln da F Ptg.

2) 2º Processo - A F Ptç e a F Ptg cruzam a L Ct que baliza o início da missão simultaneamente e em locais diferentes.

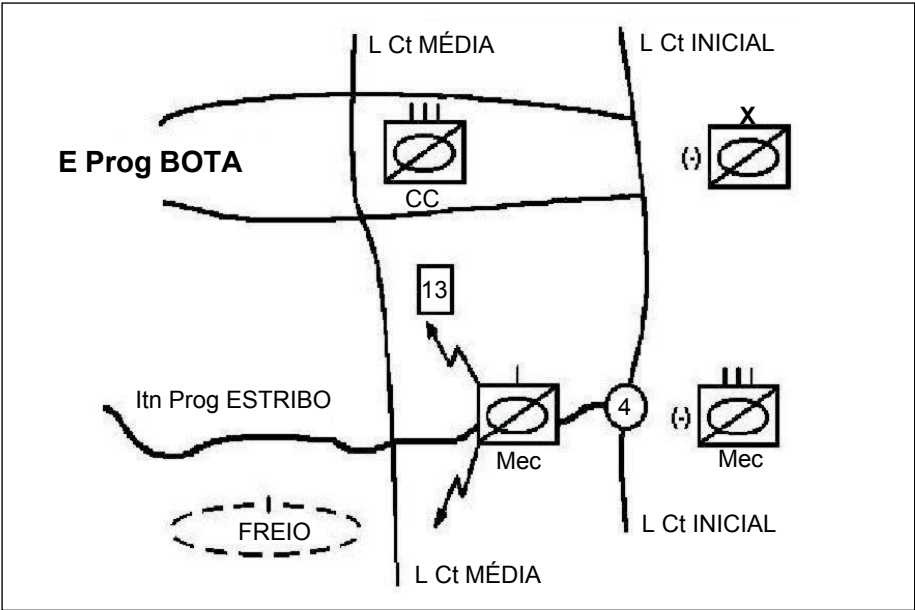



Fig 5-13. R C Mec e F Ptg em Cln independentes.

(s) O quadro abaixo apresenta algumas considerações, vantagens e desvantagens dos processos citados:

VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS PROCESSOS EMPREGADOS PELO R C Mec		
	1º Processo	**2º Processo**
Considerações	- Indicado para quando a F Ptg tiver que Rlz ou ultimar a Pntr.	- É indicado para quando o Ini tiver rompido o Ctt.
Vantagens	A Fg Apvt a Pntr Rlz pela F Ptg. A Fg não realiza a Ultr da Tr em Ctt.	Ptg o Esc Sp desde a L Ct inicial. A Man da Fg Mv não interfere e não é interferida pela Man da F Ptg. Contará com todos os seus meios mais rapidamente.
Desvantagens	A Fg interfece na Man da F Ptg. Inicia a sua Mis após o Elm testa da F Ptg. - O R C Mec demorará para estar com todos os seus meios ECD.	O Esqd Vgd poderá ser Engj em combate logo no In da missão. Rlz Ultr da Tr em Ctt.

(t) No caso do Esc Sp ter que realizar uma Ultr a fim de mudar o ritmo da operação (Apvt Exi) e o terreno impuser que a Fg Mv também a realize, apenas o Esqd Vgd estará desdobrado. O quadro abaixo apresenta algumas características da formações do R C Mec para o início da missão:

CARACTERÍSTICAS DAS FORMAÇÕES DO R C Mec PARA O INÍCIO DA MISSÃO		
Frações	**1º Processo**	**2º Processo**
Esqd Vg	Dsloc em Cln à Rg do primeiro Elm Man do Esc Sp. - Desdobrar-se-á após abandonar o Dspo da F Ptg.	Cruzará a L Ct inicial independente da F Ptg. Ultr a L Ct inicial desdobrado.
2º Escalão	- Dsloc desdobrado no interior do Dspo do Esc Sp ou à Rg do Ultm Elm Man da F Ptg.	- Seguirá à Rg Esqd Vg em Cln M.

(u) Após o cruzamento da L Ct que baliza o início da operação o Esqd Vgd, já desdobrado, cumprirá a sua missão empregando técnicas de reconhecimento de zona. Esta SU tem, também, a missão de realizar a ligação com a Rg do elemento testa da F Ptg.

(v) O 2º Esc do Rgt deslocar-se-á sobre o Itn Prog devendo ocupar as regiões de destino Mdt O. Os elementos de manobra que integram o 2º Esc

do Rgt deslocar-se-ão sobre o Itn Prog e ocuparão as P Blq, Mdt O, face a evolução da situação do Ini e da F Ptg.

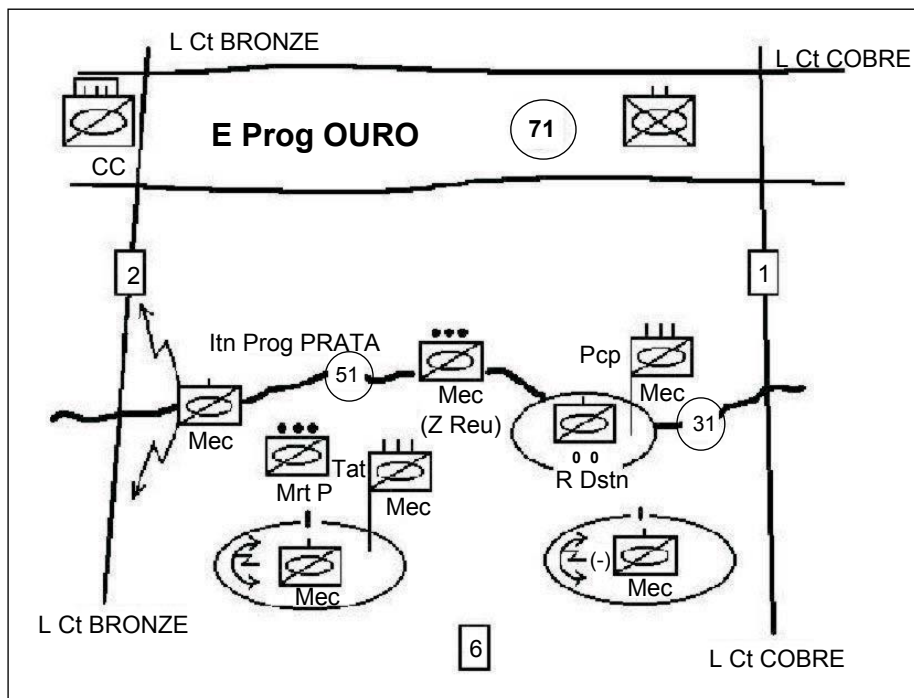



Fig 5-14. Dispositivo em final de missão da Fg Mv

(w) O R C Mec realizando uma Fg Mv não fará a previsão de uma reserva no seu planejamento inicial. A Res será estabelecida a partir do momento em que a ocupação de alguma P Blq se fizer necessária. Neste tipo de operação o Rgt, durante o seu deslocamento, empregará a maioria do seu poder de combate nas P Blq. Em conseqüência, durante o movimento por lanços, é normal o estabelecimento de uma reserva com o P Cmb de um Pel. Esta Res terá como principais atribuições reforçar os Elm de 1º Esc ou C Atc para desaferrá-los.

(y) Em final de missão a Fg Mv adotará um dispositivo de Fg Fix e ocupará P Blq que barrem as Pntr que incidam no Fln da F Ptg. Nesta situação a Res, em princípio, deverá ter P Cmb de uma SU. A Res em final de missão já será prevista no Plj In.

(x) O dispositivo e as ações em final de missão do Rgt serão previstas no Plj In.

(z) Em uma missão de Fg Mv, inicialmente, a Prio F será do Esqd Vgd. Esta Prio será alterada a partir do momento em que outras SU estabelecerem o Ctt com o Ini.

(aa) O apoio de engenharia terá a Prio dos seus trabalhos direcionada

para a execução de serviços que aumentem a mobilidade da Fg. Em situações estáticas, particularmente em final de missão, a engenharia apoiará o regimento através da realização dos serviços de OT e lançamento de obstáculos (contra-mobilidade). O Pel E Cmb que for apoiar o regimento neste tipo de operação deverá ser reforçado com equipamentos mecânicos. O emprego da VBLP é de grande utilidade para aumentar a mobilidade da Fg.

(bb) Em uma missão de Fg Mv o Ap F de artilharia poderá ser prestado pela Art da F Ptg ou por uma Bia O em Ap Dto ou Ref. É desejável que o Elm de artilharia que apóia esta manobra tenha a possibilidade de atirar em um setor de 360º pois a Fg Mv desdobra seus meios em duas direções divergentes.

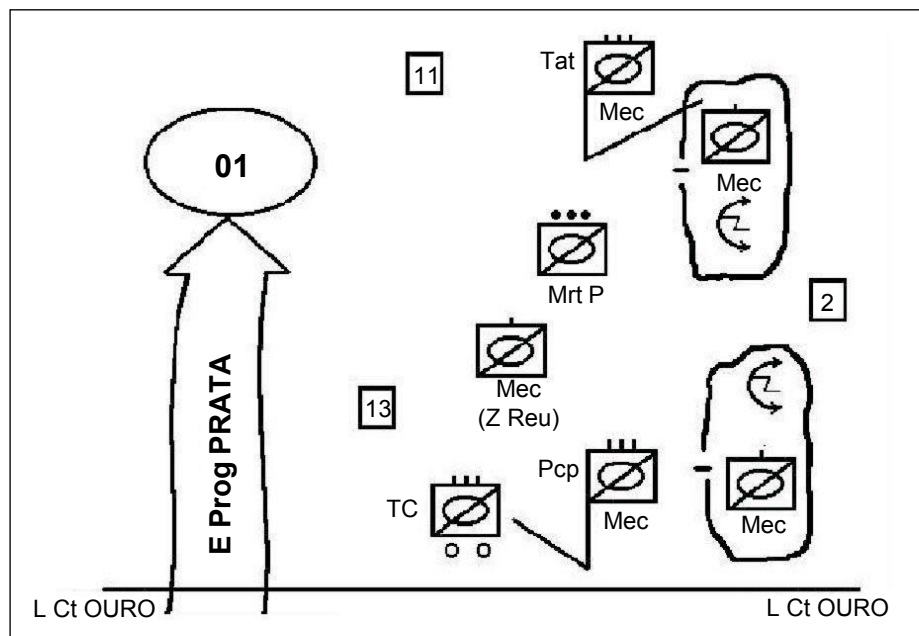



Fig 5-15. R C Mec Ocp O Blq

(cc) O caráter dinâmico da Op Fg Mv faz com que os elementos de apoio ao combate, artilharia e engenharia, sejam um fator multiplicador do P Cmb do Rgt. O pouco tempo disponível para a preparação das P Blq faz com que a integração dos fogos e das barreiras à manobra do regimento seja fundamental para o sucesso da operação.

(dd) Algumas peculiaridades do dispositivo do R C Mec em uma missão de Fg Mv serão apresentadas no quadro seguinte:

PECULIARIDADES DO DISPOSITIVO DO RCMec EM UMA MISSÃO DE Fg Mv			
	Mvt Cotn	**Mvt por lanços**	**Dspo em fim de Mis**
Esqd Vg	Desdobra-se empregando técnicas de Rec Zona. Lig com Rg do Elm testa do grosso.	Desdobra-se empregando técnicas de Rec Zona. Lig com Rg do Elm testa do grosso.	Conq Obj ou Ocp P Blq em fim de Mis. Lig com Rg do Elm testa do grosso.
Outros Elm Man	Compõe o 2º Esc regimento. Adota Mdd Seg no Fln. SU Rg do Dspo da Fg Lig com a Rg F Ptg.	Ocp P Blq e compõe a Res. SU Rg do Dspo Lig com a Rg da F Ptg.	Ocp P Blq e compõe a Res. SU Rg do Dspo Lig com a Rg da F Ptg.
Mrt P	- Desloca-se à Rg Esqd Vg.	- Ocp P Tir ECD Ap Esqd Ocp P Blq.	- Ocp P Tir ECD Ap SU da Fr Pcp.
Prio F	- Esqd Vg.	- Esqd em Ctt Ini.	- Esqd da Fr Pcp.
Reserva	- Não é o caso.	- Poder de combate de 01 (um) Pel. - Vocacionada para as P Blq.	- Poder de combate de 01 (uma) SU. - Ocp posição central ou vocacionada para a penetrante mais importante.
Elm Eng	- Dsloc à Rg Esqd Vg. - Ap a Mbld.	Dsloc à Rg Esqd Vg. Ap a Mbld e C Mbld.	- Ap a C Mbld e proteção.
Trens	- Dsloc.	- Ocp R Dstn.	- R Dstn em Pos central.
Meios Ae (Av Ex e F Ae)	- Vig Amv à Fr da linha de P Blq.	- Ap Ae Aprx às Aç nas P Blq. - Vig Amv à Fr da linha de P Blq.	- Ap Ae Aprx às Aç em fim de Mis. - Vig Amv à Fr da linha de P Blq.

(5) O R C Mec como Fg Fix

(a) O R C Mec, como Fg de uma força na defensiva, ocupa uma série de P Blq no Fln. As P Blq são localizadas em acidentes do terreno que dominam as prováveis penetrantes do Ini para o interior da A Rspnl do Rgt. No cumprimento da Mis, o R C Mec emprega táticas defensivas ou retrógradas. Se fortemente pressionado, conduz uma ação retardadora, proporcionando tempo e espaço para que o comandante que conduz a defesa possa reagir à ameaça inimiga.

(b) O Cmt da Fg Fix no seu planejamento selecionará posições, que deverão ser reconhecidas no terreno, entre a F Ptg e a linha de P Blq In a fim de realizar um combate retardador.

(c) O R C Mec em uma operação de Fg Fix desloca-se para a linha de P Blq In empregando técnicas de reconhecimento de zona afim de familiarizar-se com o terreno no qual combaterá.

(d) A Fg Fix possui as seguintes missões:

1) manter uma contínua observação sobre as Pntr que incidam no Fln da F Ptg;

2) destruir ou repelir as forças de reconhecimento do inimigo;

3) manter o contato com a F Ptg; e

4) destruir, repelir ou fixar as F Ter Ini antes que engajem com fogos diretos o corpo principal.

(e) O R C Mec, como Fg Fix, mantém uma reserva posicionada em profundidade e em condições de desaferrar, através de C Atq, elementos que estejam decisivamente engajados, reforçar os elementos em 1º Esc ou acolher, em uma Pos intermediária, os Elm de 1º Esc que estiverem mais pressionados.

(f) Em princípio, a Res de um R C Mec como Fg Fix terá o poder de combate de 01(uma) SU.

d. Retaguarda

(1) A Retaguarda é uma F Seg que opera à retaguarda de uma força principal, seja num movimento para a frente ou durante um movimento retrógrado.

(2) Durante o movimento para a frente, a retaguarda neutraliza ou retarda as forças inimigas que atacarem a retaguarda do grosso, protege os trens e realiza a coleta dos extraviados. A retaguarda marcha a uma distância prescrita pelo Cmt do grosso, no máximo na distância do apoio de artilharia do grosso e no mínimo de 3.000 m a 4.000 m da cauda do grosso.

(3) O R C Mec atuando como Rg desloca-se, em princípio, pelo mesmo eixo do grosso. O Cmt Rgt empregará suas SU como numa Aç Rtrd, atribuindo-lhes Z Aç e itinerários de retraimento, controlando o movimento por L Ct e P Ct.

(4) Durante um retraimento, a retaguarda assegura o desengajamento do grosso. Emprega tática de ação retardadora e retrai por lanços, baseando sua velocidade de deslocamento na do grosso ou deslocando-se de acordo com planos previamente estabelecidos. A retaguarda não deve permitir seu desbordamento pelo inimigo ou que este a force a cerrar sobre o grosso.

(5) Quando contra-ataca, a retaguarda, normalmente, não conta com o auxílio do grosso, a não ser o apoio de fogo. Destrói todo o material que não puder ser evacuado. Se dispuser de elementos de engenharia, este serão empregados para executar destruições e instalar campos minados e outros obstáculos, a fim de retardar ao máximo a progressão do inimigo.

(6) No planejamento de uma ação de retaguarda o seu comandante deve observar os seguintes passos:

(a) analisa o terreno, a fim de selecionar posições de retardamento;

(b) verifica os meios e adota a organização para o combate adequada ao tipo de missão;

(c) designa os elementos que receberão missões de reconhecimento e segurança, particularmente nos flancos da formação;

(d) determina as missões aos elementos de apoio, se houver;

(e) verifica os planos da força protegida e assegura a ligação contínua com o comandante dessa força;

(f) designa os elementos para o prévio reconhecimento das posições de retardamento; e

(g) prevê os deslocamentos e as localizações do PC e dos trens.

5-8. FORÇA DE VIGILÂNCIA

a. A Força de Vigilância (F Vig) é a F Seg que proporciona um alerta, o mais cedo possível, pela observação sobre uma área estendida à frente, no flanco ou à retaguarda de uma força estacionada ou em movimento.

b. A F Vig retrai quando pressionada e mantém o contato com o Ini, não tendo responsabilidade territorial entre ela e a tropa para qual opera.

c. As missões da F Vig têm por finalidade:

(1) proporcionar um alerta oportuno da aproximação do inimigo;

(2) obter e manter o contato visual com forças inimigas e informar sobre seu deslocamento;

(3) destruir ou repelir patrulhas inimigas;

(4) impedir o avanço das forças inimigas pelo emprego dos fogos de longo alcance, tanto os de apoio como os orgânicos.

d. Uma missão de vigilância é dada quando, por economia de meios, uma extensa área deve ser mantida sob observação e há poucos meios disponíveis para executar a missão. A missão se traduz no estabelecimento de uma “cortina de vigilância” (fixa ou móvel) que é executada pela instalação de uma série de postos de observação, que cobrem as vias de acesso do inimigo. Patrulhas a pé, motorizadas e aéreas reconhecem aquelas áreas que não podem ser observadas dos postos de observação.

e. Vigilância é o menor grau de segurança que pode ser proporcionado para uma força. Este grau de segurança permite que o Cmt Esc Sp economize meios em parte da frente e concentre o seu poder de combate na parte mais importante da Z Aç.

f. As operações de vigilância são de natureza defensiva porém possuem um caráter dinâmico. Postos de observação estáticos são apenas uma parte de todo o sistema de vigilância. Ações ofensivas por parte da Res, ocupação de linhas de vigilância subsequentes e a aplicação de fogos diretos e indiretos são ações que deverão ser executadas pelas F Vig.

g. O R C Mec pelas suas características é a unidade mais apta à realizar este tipo de operação. Dentre estas características ressaltam de importância a flexibilidade e as comunicações amplas e flexíveis.

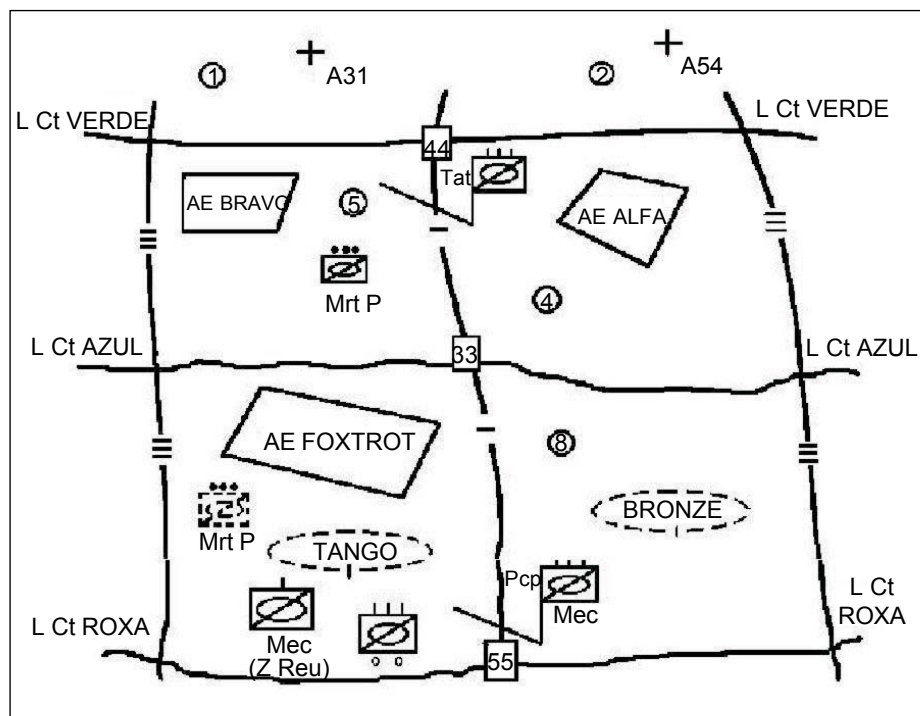



Fig 5-16. Eqm M do R C Mec como F Vig

h. A F Vig possui as seguintes missões:

(1) manter uma contínua observação sobre as penetrantes que incidem na Z Aç do Esc Sp e sobre os pontos críticos existentes no seu setor em todas as condições de visibilidade;

(2) dentro da sua capacidade e baseado nas diretrizes do Esc Sp destruir ou repelir os Elm Rec do Ini;

(3) localizar o elemento testa da formação Ini e determinar a sua direção de movimento;

(4) manter o contato com o Ini identificado; e

(5) proporcionar o alerta da aproximação do inimigo.

i. A extensão da frente a ser vigiada é definida pelo Esc Sp baseada nos fatores da decisão. Dentre estes fatores, em missões de Vig, o fator terreno é o preponderante pois da sua análise são levantados os corredores de mobilidade do Ini.

j. A linha de vigilância é materializada por uma L Ct imposta pelo Esc Sp e tem a característica restritiva de limitar o avanço da F Vig.

l. Em operações de vigilância a profundidade, isto é, a distância que a F Vig se afasta do corpo principal é definida pelo Cmt da força que a lançou.

m. O Esc Sp considera os seguintes fatores para definir a profundidade da missão de vigilância:

(1) manobra do Esc Sp;
(2) critérios para o engajamento e destruição do inimigo;
(3) critérios para desengajamento e mudança de posição;
(4) frente a vigiar;
(5) reforços disponíveis;
(6) apoio de fogo;
(7) penetrantes que incidem na força vigiada;
(8) meios aéreos disponíveis; e
(9) apoio de engenharia.

n. Na faixa de terreno existente entre a linha de vigilância e o corpo principal o R C Mec, a F Vig, manobrará para:

(1) destruir os elementos de reconhecimento inimigo;
(2) evitar que o Ini penetre na sua Z Aç facilmente;
(3) ocupar P Obs alternativos e
(4) manter o contato com o Ini.

o. O Cmt da força vigiada definirá, para o R C Mec F Vig, em suas diretrizes:

(1) traçado geral da linha de vigilância;
(2) a Z Aç do regimento (frente e profundidade);
(3) as unidades a serem vigiadas;
(4) a duração provável da missão;
(5) os critérios para engajamento e destruição do Ini;
(6) os critérios para desengajamento e mudança de posição;
(7) missões futuras do regimento.

p. Planejamento da Op Vig

(1) O Cmt do R C Mec, inicialmente, faz um reconhecimento na carta da área de operações e conclui sobre:

(a) as principais Via A do inimigo;
(b) os pontos críticos para a Força Ini em deslocamento;
(c) área de interesse e
(d) prováveis área de engajamento.

(2) Em decorrência da análise realizada acima e considerando os meios existentes o Cmt do Rgt divide a sua Z Aç entre as suas SU.

(3) Normalmente o Cmt do Rgt não define em seu Plj a posição dos P Obs porém áreas ou pontos, que requeiram uma atenção especial, deverão ser informados aos Cmt de SU.

(4) Pontos de ligação são estabelecidos pelo Cmt Rgt entre as Z Aç de suas SU. Um plano de patrulhamento detalhado a fim de vigiar os espaços vazios é confeccionado pelo Cmt da F Vig e complementado pelos Cmt SU.

(5) No caso de uma F Vig Mv o Itn Prog da F Seg será especificado pelo Cmt Rgt.

(6) O Cmt da F Seg seleciona L Ct paralelas à linha de vigilância inicial a fim de coordenar o retraimento do regimento e de servir como linhas de vigilância subsequentes.

(7) O poder de combate da Res do R C Mec será, em princípio, o de uma SU. Esta SU terá a missão de destruir pelo fogo e pela manobra os Elm de Rec Ini.

(8) Os Elm Ap F (Art, Mrt e F Ae) terão os seus planejamentos integrados à manobra do regimento. Fogos indiretos serão realizados para inquietar e desorganizar o Ini antes das linhas de vigilância e para destruí-lo no interior das áreas de engajamentos previstas.

(9) Caso a F Vig seja reforçada por Elm Eng a Prio de trabalho desta fração será de OT na preparação de P Obs e P Blq (proteção) e na construção de obstáculos para apoiar as ações de contra-reconhecimento (contra-mobilidade).

(10) O planejamento do emprego da Sec Vig Ter será orientado para aumentar a capacidade de vigilância sobre os principais corredores de mobilidade do inimigo.

(11) Os meios aéreos disponíveis serão empregados para aumentar a capacidade de vigilância do regimento à frente da linha de vigilância.

q. O Cmt da F Vig definirá em suas diretrizes os seguintes aspectos:

(1) Critérios de engajamento.

(a) Qual o poder de combate do Ini que deverá ser engajado pelos Esqd de 1º escalão?

(b) Onde os Esqd de 1º escalão realizarão o seu engajamento?

(c) Qual o poder de combate do Ini que será engajado pela Res?

(d) Onde a Res realizará os seus engajamentos?

(2) Critérios de desengajamento:

(a) Quais ao condições para o desengajamento dos Elm 1º escalão?

(b) Como será mantido o contato durante a mudança da linha de vigilância?

(3) Apoio de fogo.

(a) Qual é a Prio Ap F?

(b) Qual é o Ap F disponível?

(c) Como serão apoiados os engajamentos?

(d) Como serão apoiados os retraimentos?

r. As operações de vigilância, normalmente, desenvolvem-se em 04(quatro) fases:

(1) deslocamento e ocupação da linha de vigilância;

(2) observação e engajamento;

(3) mudança de posição e

(4) acolhimento pelo corpo principal.

s. O R C Mec desloca-se para a linha de vigilância inicial da seguinte forma:

(1) realizando uma marcha tática: o R C Mec realiza uma M Tat até uma região, próxima à linha de vigilância, onde desdobrará os seus meios a fim de

ocupar o seu dispositivo de vigilância. Este processo é o mais rápido porém o menos seguro. Ele é apropriado para situações em que o contato com o inimigo não é provável, o tempo para ocupação da linha de vigilância é reduzido e existem Elm Ae conduzindo Op Rec ou Vig Amv à frente da posição.

(2) realizando um reconhecimento de eixo: o R C Mec desloca-se para a linha de vigilância inicial empregando técnicas de Rec E. Este processo é mais lento do que a M Tat porém é mais seguro. Ele é apropriado para situações em que o contato com o inimigo é pouco provável, o tempo disponível é reduzido ou quando Elm Ae conduzem Op Rec Amv à frente da posição.

(3) realizando um reconhecimento de zona: o regimento desloca-se realizando um Rec da região existente entre a linha de vigilância e o corpo principal. A princípio este método é o mais adequado pois a F Vig reconhece o terreno no qual combaterá. É o processo mais seguro. Este processo é apropriado quando existe tempo disponível e a situação do inimigo é desconhecida.

t. Ao atingir a linha de vigilância inicial o regimento ocupa posição na linha de vigilância e inicia o cumprimento da missão.

u. Uma vez estabelecido o contato com o Ini, a F Vig procura determinar o seu valor, dispositivo e direção do movimento. Os P Obs mantêm o contato visual e a Res das SU em 1º Esc ou a Res do regimento, de acordo com os critérios de engajamento definidos, manobram para destruir os Elm Rec Ini nas áreas de engajamento selecionadas.

v. Fogos das armas de apoio são realizados, o mais à frente possível, para desorganizar o Ini. Nas áreas de engajamento são lançados fogos para destruir o Ini no seu interior.

w. Em presença de F Ini superiores, o R C Mec retrai e ocupa linhas de vigilância sucessivas. O regimento mantém o contato com o Ini durante o Ret. Os Elm AC e de Ap F são empregados para dificultar a progressão do Ini.

x. O R C Mec adota o procedimento previsto nas letras **s.**, **t.**, **u.** e **v.**, acima, de linha de vigilância em linha de vigilância, sucessivamente, até ser acolhido pelo corpo principal.

y. Sob determinadas circunstâncias a F Vig pode permitir a infiltração de Elm Rec com o objetivo de contatar o esforço principal Ini. Precauções devem ser tomadas para assegurar que os elementos que se infiltrarem não venham a comprometer a F Vig.

z. Quando o flanco de uma força em movimento deva ser vigiado, a missão é conduzida como uma operação de flancoguarda móvel, com as seguintes ressalvas:

(1) o R C Mec, normalmente, não tem responsabilidade pela área entre a força protegida e o regimento, como acontece com a flancoguarda;

(2) o R C Mec nem sempre estará dentro do alcance do apoio da força protegida;

(3) a F Vig ocupa postos de observação sucessivos, ao longo do flanco, em vez de posições de bloqueio.

5-9. LIGAÇÃO

a. A ligação é a ação que visa a ocupar um espaço vazio entre duas forças amigas, ou seja, tamponar uma brecha. Essa missão pode ser cumprida, pelo R C Mec, tanto em operações ofensivas, como em operações defensivas, particularmente pelos R C Mec.

b. A amplitude do intervalo entre as forças amigas, o terreno e as possibilidades do inimigo, condicionarão o dispositivo a adotar.

c. Em geral, cada regimento recebe um eixo de progressão. Há necessidade de manter o contato físico com os elementos vizinhos e o planejamento da força de ligação deve estar perfeitamente coordenado com esses vizinhos. Entre as subunidades do R C Mec, o contato poderá ser físico, visual ou pelo rádio.

d. Se houver possibilidade de se manter uma reserva, esta deverá ser forte em VBR.

e. A progressão dos elementos de primeiro escalão é controlada pelo comandante do regimento e é condicionada pela progressão das forças a serem ligadas.

f. Durante a progressão, todo o esforço deve ser feito para a destruição do inimigo encontrado. Caso isso não seja possível, o inimigo deve ser fixado até que se obtenha a permissão para desbordá-lo ou que se receba meios para sua destruição. Qualquer contato estabelecido com tropa inimiga deve ser imediatamente informado.

g. Na defesa, em geral, a missão de ligação será cumprida pela vigilância ou pelo retardamento na frente atribuída ao regimento.

ARTIGO IV

CONTRA-RECONHECIMENTO

5-10. GENERALIDADES

a. O contra-reconhecimento (C Rec) é um conjunto de medidas, ações e técnicas, utilizadas pela F Seg nas missões de cobertura, proteção e vigilância, destinadas a impedir pelo combate, que elementos de reconhecimento do inimigo obtenham informações sobre as nossas forças ou desdobrem meios que possam interferir no combate. O C Rec poderá ser conduzido por meio de ações ofensivas (C Rec Ofs) ou defensivas (C Rec Def).

b. O C Rec Ofs procura deliberadamente o contato com elementos de

reconhecimento do inimigo, destruindo-os ou neutralizando-os pelo combate à frente da linha de Pos Blq, de vigilância ou objetivos ocupados pela F Seg.

c. O C Rec Def procura evitar que elementos de reconhecimento do inimigo penetrem em determinadas áreas ou regiões da Z Aç da unidade ou do Esc Sp. Pode ser conduzido à retaguarda de obstáculos naturais ou artificiais. Procura canalizar as faixas de infiltração do Rec Ini para áreas de engajamento onde serão destruídos ou neutralizados.

d. Em princípio, não deverá ser criada uma força específica para a execução das medidas e ações de C Rec. Todos os elementos da F Seg devem estar comprometidos com o C Rec.

e. Os elementos que conduzirão as medidas e ações de C Rec devem ser escalonados em profundidade para terem maior eficiência e eficácia contra o Rec Ini, aproveitando o terreno para a montagem de emboscadas e para a destruição do inimigo dentro de áreas de engajamento.

f. O valor e a composição dos elementos que conduzirão o C Rec e a natureza do combate a ser realizado deverá ser previsto no planejamento da operação, em função do estudo dos fatores da decisão.

g. O apoio da Av Ex e da F Ae aumenta a eficácia do combate de C Rec, seja pela possibilidade de localização antecipada dos Elm Rec Ini e suas faixas de infiltração ou pela destruição deste Ini pelo fogo das Anv.

h. A utilização de equipamentos de visão noturna, individuais e veiculares, e de radares de vigilância terrestre aumentam muito a eficácia do contra-reconhecimento, tendo em vista que possivelmente o inimigo infiltrará os seus meios de reconhecimento à noite.

5-11. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRA-RECONHECIMENTO

a. As ações e medidas básicas de C Rec devem constar das NGA da unidade. Durante o planejamento das operações de segurança poderá surgir a necessidade de emprego de outras medidas e ações de C Rec não previstas nas NGA do regimento. Estas novas medidas deverão constar da O Op do R C Mec, nas prescrições diversas ou nas ordens aos elementos subordinados. A complexidade de uma determinada operação ou a intensidade da atuação do reconhecimento inimigo poderão exigir a elaboração de um anexo de C Rec à O Op ou uma Ordem de Contra-reconhecimento.

b. No C Rec o Rgt emprega elementos de combate (Pel ou Esqd), reforçados ou não por elementos de apoio ao combate, para detectar e destruir o reconhecimento inimigo.

c. A decisão de empregar ou não o C Rec obedece aos fatores da decisão, notadamente os meios, o tempo e o inimigo.

d. O S2 é o responsável pelo planejamento inicial do C Rec, em consonância com o planejamento tático do S3 e de acordo com as NGA e as diretrizes do Cmt regimento.

e. Uma ordem de C Rec deverá seguir o modelo da O Op, com ênfase nos parágrafos primeiro e terceiro.

f. O S2 prepara o parágrafo primeiro da ordem levantando, principalmente, a situação do inimigo, com as possibilidades do inimigo acompanhadas dos respectivos calcos. Nos calcos deverão constar, no mínimo, os supostos itinerários de infiltração, os locais de estabelecimento de P Obs, postos de escuta, radares e locais de interesse do Rec inimigo.

g. Da ordem de C Rec deverão constar:

(1) o elemento de combate que cumprirá a missão;

(2) o posicionamento dos radares de vigilância terrestre;

(3) os reforços, caso necessários, aos elementos de combate (observadores de Mrt e Art, radares, engenharia, armas anticarro e outros que se fizerem necessários);

(4) um completo estudo do inimigo, incluindo situação, possibilidades, armamento, equipamento e outros dados;

(5) o plano logístico de apoio (suprimento extra, estabelecimento de cachês ou outros meios);

(6) os itinerários de retraimento dos elementos de C Rec, se for o caso; e

(7) as medidas de coordenação e controle necessárias para a coordenação do movimento, fogos, apoio logístico e comunicações.

h. Caso os elementos de C Rec sejam empregados bem à frente do dispositivo amigo e excedam o alcance dos equipamentos de comunicações, deverão ser instalados postos de retransmissão.

i. Os Elm de C Rec poderão estar operando dentro do Ap F da força enquadrante ou poderão deslocar-se bem à frente sob o apoio de seu próprio apoio de fogo.

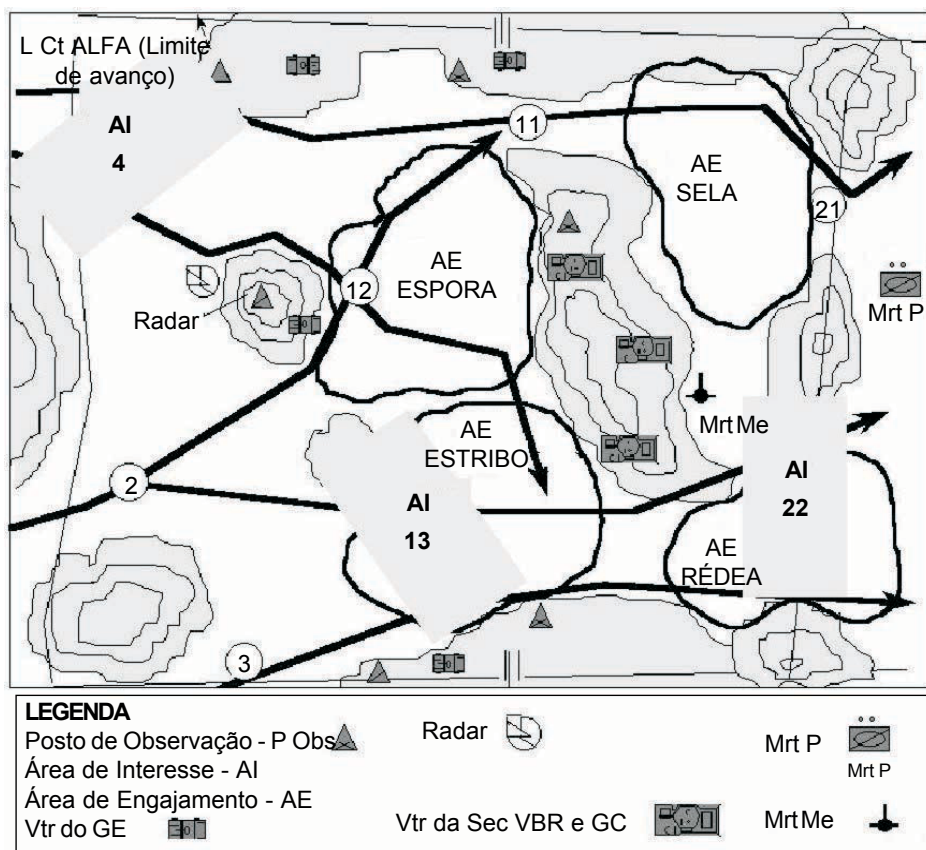



Fig 5-17. Um Pel C Mec como força de C Rec reforçado por Rdr e Mrt P

j. Seqüência para o Plj do C Rec:

(1) estudo do Rec Ini e levantamento gráfico de suas possibilidades (faixas e itinerários de infiltração, vias de acesso, regiões de interesse, prováveis P Obs, PE ou locais para condução de fogos). Definição do tipo de C Rec a ser executado: ofensivo, defensivo ou uma combinação de ações ofensivas e defensivas;

(2) definição das ações ofensivas à frente da linha de P Blq, vigilância ou objetivos ocupados pelo R C Mec. Onde? Quem? Como? Apoio de fogo e de engenharia? Itinerários de deslocamento? Acolhimento? ;

(3) definição das ações defensivas a serem executadas e a necessidade de apoio de engenharia para a canalizar o inimigo e o apoio de fogo necessário à sua destruição ou neutralização;

(4) marcação de (AI) areas de interesse sobre os Itn de Pntr do Rec Ini, com as finalidades de observar sua infiltração e reduzir o seu poder de combate pela aplicação de fogos diretos e ou indiretos);

(5) marcação de (AE) areas de engajamento para destruir o Rec Ini pelo fogo direto e indireto;

(6) marcação de outras Mdd Coor e Ct que permitam o retraimento e coordenação de fogos e movimento do Elm de C Rec;

(7) planejamento da localização dos radares de vigilância terrestre sobre as principais Via A ou Itn de infiltração do Rec Ini;

(8) planejamento do posicionamento dos exploradores (P Obs e PE), VBR, fuzileiros blindados, morteiros e outros Elm que reforcem o grupamento de C Rec;

(9) estabelecimento de uma L Ct que limite o avanço da força de C Rec Ofs e outra que balize seu retraimento (Ret se for o caso);

(10) planejamento do apoio logístico para as medidas e ações de C Rec;

(11) estabelecimento da ordem de movimento do Elm C Rec Ofs (normalmente por infiltração durante períodos de reduzida luminosidade ou à noite);

(10) complementar as normas gerais de ação da unidade com outras medidas de C Rec que se façam necessárias para as ações a serem desencadeadas, por exemplo:

(a) “cada VBR deve retrair para a posição ALFA quando destruir dois veículos do Ini“;

(b) “P Obs 1 somente ocupa posição alternativa se o Ini não aparecer até 0300 h“;

(c) “abrir fogo tão logo o veículo Ini entrar no alcance dos fogos diretos“;

(d) “as prioridades de engajamento são: viaturas radares, viaturas de exploradores, viaturas de engenharia e viaturas de detecção QBN“.

CAPÍTULO 6

OPERAÇÕES OFENSIVAS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

6-1. GENERALIDADES

a. As operações ofensivas (Op Ofs) são essenciais para se obter resultados decisivos. Elas visam basicamente a destruir o inimigo, conquistar o terreno, manter a iniciativa das operações, privar o inimigo de fontes de recursos, desviar a atenção do inimigo de outras áreas ou esclarecer determinada situação.

b. A ofensiva exige iniciativa na condução das operações. O Cmt do R C Mec mantém a iniciativa através de ações rápidas e agressivas, da exploração dos pontos fracos no dispositivo inimigo e de planos alternativos que permitam enfrentar, de imediato, as mais diversas situações. O espírito ofensivo inspira audácia, fortalece o espírito de corpo e motiva o combatente.

c. Nas operações ofensivas, o R C Mec é empegado no cumprimento das missões de reconhecimento e segurança ou como elemento de aplicação do princípio de economia de meios pelo escalão superior. Normalmente, opera sob o controle de uma Div ou Bda C Mec, podendo, também, reforçar outro tipo de Bda.

d. Como as operações táticas ofensivas normalmente expõem o atacante, elas exigem superioridade de poder de combate no local selecionado para o ataque. Esse fato, e a necessidade de contar com forças disponíveis para aproveitar o êxito, implicam na necessidade de aceitar riscos em outras partes não selecionadas da frente. O Cmt deve obter superioridade relativa de combate esmagadora em seu ataque principal, a fim de destruir o inimigo no momento e local escolhidos.

e. Na parte selecionada da frente, o Cmt deve evitar a parte mais forte do dispositivo inimigo, atraí-lo para fora de suas posições defensivas, isolá-lo de suas linhas de suprimento e forçá-lo a lutar numa direção não planejada e em terreno não preparado para a defesa. Agindo desta maneira, o inimigo ficará exposto e será surpreendido. Sempre que possível, deve-se procurar atuar sobre o flanco e a retaguarda do inimigo. Somente em situações excepcionais devem ser realizadas manobras frontais.

f. As operações táticas ofensivas são batalhas contínuas. Podem prolongar-se por semanas mantendo o inimigo sob pressão constante e deixando-lhe poucas opções. Por esse motivo, o comandante deve planejar sua operação como uma operação continuada, de longa duração, com pouco ou nenhum tempo para descanso. O repouso da tropa, principalmente dos elementos de comando e controle, deve ser previsto como parte importante do planejamento, bem como o emprego de tropas descansadas, a alternância ou combinação de diferentes formas de manobra ou tipos de operação, a substituição do escalão de ataque e o estabelecimento de esquemas de sono e rotação de funções. Estas medidas irão minorar os efeitos negativos da falta de sono no desempenho individual e coletivo.

6-2. FORMAS DE MANOBRA

a. Generalidades

(1) As formas de manobra tática ofensivas são cinco: penetração, ataque frontal, desbordamento, envolvimento e a infiltração tática. As formas de manobra são resultado de dois movimentos básicos: o movimento de flanco e o movimento frontal.

(2) Os movimentos de flanco são dirigidos no sentido de contornar o dispositivo inimigo e alcançar objetivos em sua retaguarda imediata ou em maiores profundidades. São executados, normalmente, para obrigar o inimigo a lutar em situação desfavorável. O desbordamento e o envolvimento são formas básicas de manobra utilizadas quando se executa um movimento de flanco, sendo os mais empregados pelo R C Mec.

(3) O movimento frontal é orientado diretamente à frente, conhecida ou suspeita, do inimigo. Geralmente, é executado quando a situação tática impede um movimento de flanco. As formas básicas de manobra utilizadas quando se executa um movimento frontal são: a penetração, o ataque frontal e a infiltração. Todos são movimentos frontais, a diferença entre eles está na finalidade e nas condições de execução destas formas de manobra. Este movimento será empregado em último caso pelo R C Mec.

(4) A forma de manobra tática ofensiva infiltração, normalmente não será realizada pelo R C Mec (como um todo). Esta forma de manobra é mais adequada para as unidades de infantaria leve ou motorizada. Em determinadas situações do combate o Cmt do R C Mec poderá formar esquadrões provisórios e, neste caso, o Esqd Fuz será a peça de manobra mais indicada para cumprir a missão.

b. Desbordamento

(1) O desbordamento é uma forma de manobra realizada quando a força principal do atacante contorna, por um ou ambos os flancos, a principal força de resistência do inimigo, para conquistar objetivos situados em sua retaguarda imediata. Dependendo dos flancos a serem contornados, o desbordamento poderá ser simples ou duplo. Qualquer escalão poderá realizar um desbordamento. O desbordamento é a forma de manobra mais indicada para o emprego do R C Mec, desde que o terreno permita o deslocamento dos meios mecanizados através do campo e que o poder de combate do R C Mec seja compatível com o do inimigo.

(2) Destruir forças inimigas, particularmente a reserva inimiga, instalações de comando e controle, logísticas, de artilharia de campanha ou antiaérea, na região escolhida pelo atacante, são as principais finalidades do desbordamento. A principal vantagem do desbordamento é que ele obriga o inimigo a combater numa direção em que está menos preparado, onde possui menor efetivo e menor número de armas anticarro.

(3) São condições favoráveis, porém não impositivas, à adoção de uma manobra de desbordamento, pelo R C Mec:

(a) existência de flanco vulnerável no dispositivo inimigo;

(b) possibilidade de obtenção da surpresa;

(c) disponibilidade de tempo para se efetuar o planejamento do ataque; e

(d) terreno que permita o deslocamento através do campo.

Fig 6-1. Manobra por desbordamento simples

(4) O desbordamento poderá, ou não, ser apoiado por uma ou mais ações secundárias que fixem o inimigo em parte da frente. A força desbordante atua no

flanco ou retaguarda do dispositivo adversário, dirigindo seu ataque a um objetivo situado na retaguarda imediata das principais forças inimigas.

(5) Quando o desbordamento é conduzido pela Bda, o Rgt pode constituir a força de fixação ou a força que desborda. Quando o desbordamento é conduzido pelo Rgt, uma ou mais SU atacam o inimigo para fixá-lo frontalmente enquanto o restante do regimento manobra para atacá-lo no flanco ou retaguarda. A força que ataca para fixar o inimigo deve ter suficiente poder de combate para mantê-lo decisivamente engajado, enquanto o desbordamento é realizado.

(6) O desbordamento deverá sempre que possível ser realizado embarcado. Poderá, entretanto, ser realizado desembarcado, dependendo do terreno e do estudo de situação realizado pelo EM do Rgt.

(7) Para as tropas mecanizadas, o desbordamento é a forma de manobra que maiores vantagens proporciona ao atacante, uma vez que:

(a) oferece melhores condições para obtenção da surpresa;
(b) ataca o ponto mais fraco do inimigo;
(c) diminui o número de baixas do atacante;
(d) proporciona resultados decisivos (destruição do inimigo);
(e) dificulta ao inimigo reagir frontalmente;
(f) obriga o inimigo a combater em mais de uma direção;
(g) impede o inimigo de retrair e apresentar nova defesa; e
(h) possibilita o cumprimento da missão em menor tempo.

c. Envolvimento

(1) No envolvimento, a força envolvente, realizando ou não a ação principal e operando independentemente da força encarregada de realizar a ação de fixação, contorna, por terra ou pelo ar, a posição inimiga para conquistar objetivos profundos em sua retaguarda. Isto forçará o inimigo a abandonar sua posição ou deslocar forças poderosas para fazer face à ameaça criada, aceitando o combate em região escolhida pelo atacante.

(2) O envolvimento, devido a sua finalidade, ao poder de combate empregado, ao grau de descentralização e à amplitude do movimento, é uma forma de manobra normalmente realizada pelo escalão divisão ou superior.

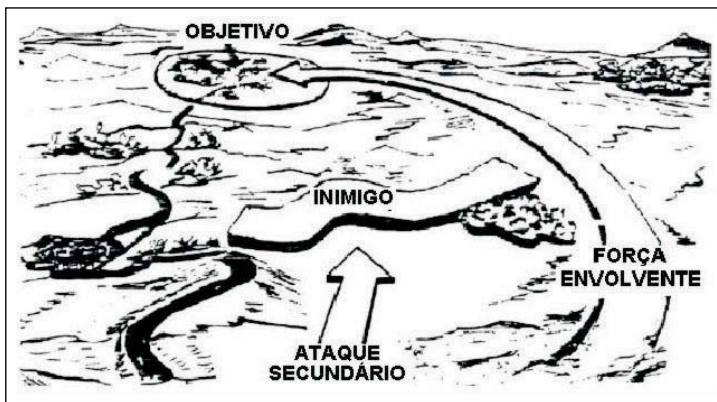



Fig 6-2. Manobra por envolvimento simples

d. Penetração

(1) Na penetração, a U atacante passa através da posição defensiva do inimigo. A finalidade da manobra é romper o dispositivo do adversário, dividi-lo e derrotá-lo por partes. Uma penetração, para ser bem sucedida, exige a concentração de forças superiores no local selecionado para romper a defesa do inimigo.

(2) A forma de manobra penetração só deverá ser empregada pelo regimento quando não for possível a realização de desbordamentos ou envolvimentos.

(3) A penetração é indicada quando os flancos do inimigo são inacessíveis, quando ele está desdobrado em larga frente, quando o terreno e a observação forem favoráveis e quando se dispõe de forte apoio de fogo.

(4) Se houver uma flagrante superioridade no poder de combate do atacante, uma múltipla penetração poderá ser realizada. Em tal caso, as forças atacantes podem convergir para um objetivo único e profundo ou conquistar objetivos independentes. Quando for impraticável prosseguir com mais de uma penetração, a que apresentar maior possibilidade de sucesso deve ser explorada.

(5) Depois do rompimento da posição avançada inimiga, forças são empregadas para alargar a brecha, destruir as guarnições da defesa e aproveitar o êxito por meio da conquista de objetivos vitais na retaguarda inimiga.

(6) O grupamento de forças empregado numa manobra de penetração será, normalmente, constituído de:

(a) um ataque principal orientado para o objetivo decisivo na posição defensiva inimiga;

(b) um ou mais ataques secundários capazes de facilitar as ações do ataque principal e de propiciar maior flexibilidade às forças atacantes;

(c) uma reserva constituída por forças capazes de manterem a impulsão do ataque, repelirem C Atq, alargarem a brecha e de serem empregadas para explorarem o êxito da operação; e de

(d) uma base de fogos capaz de apoiar as ações das forças que manobram e neutralizar os fogos da defesa inimiga.

(7) Numa penetração o Rgt concentra o seu poder de combate para romper a defesa inimiga numa parte selecionada da frente. A brecha criada deve ser ampliada, a fim de permitir a passagem do regimento, a destruição o inimigo em posição e a conquista de objetivos em profundidade.

(8) O sucesso da penetração dependerá da capacidade do Rgt obter a surpresa, neutralizar as armas anticarro do inimigo, concentrar forças no ponto de ataque e rapidamente passar força suficiente pela brecha. A rapidez do ataque poderá evitar que o inimigo tenha condições de deslocar sua reserva e bloquear o atacante.

(9) No planejamento de uma penetração, a U deve considerar a realização da operação em três fases:

(a) isolamento da área selecionada para a penetração. Posicionando forças num dispositivo de segurança em torno da força atacante, à frente da posição inimiga, de modo a permitir a realização da penetração sem interferência de outras forças inimigas, com o planejamento de fogos para bloquear reservas inimigas que possam interferir na operação e com o planejamento de contra-ataques para desaferrar a força atacante, caso seja necessário. (Fig 6-3)

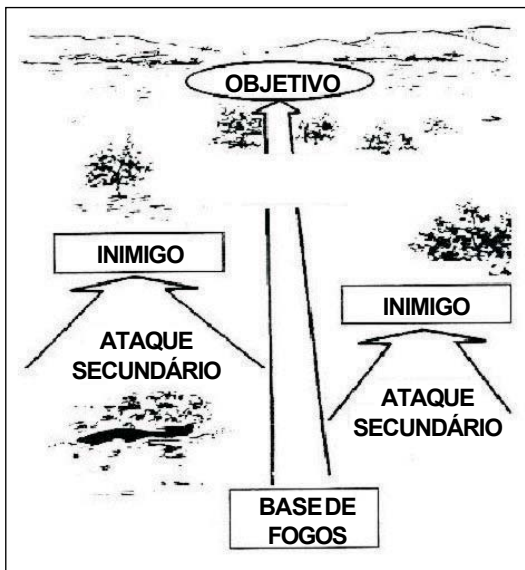



Fig 6-3. Manobra de penetração

(b) penetração inicial da posição inimiga. Normalmente uma SU é empregada para a abertura de uma brecha na posição defensiva. Esta SU amplia e mantém a brecha aberta. A penetração inicial é apoiada por todos os elementos da U;

(c) exploração da penetração inicial. As demais SU do Rgt passam pela brecha a fim de completar a destruição da posição inimiga ou deslocarem-se para seus objetivos em profundidade. Estes objetivos devem ser suficientemente profundos para permitir o desbordamento do restante da posição e bater pelo fogo a reserva inimiga, bloqueando seus itinerários de C Atq.

(8) Uma penetração bem sucedida cria, normalmente, condições que permitem ao escalão superior efetuar o Apvt Exi, lançando uma força profundamente na retaguarda do inimigo.

e. Ataque frontal

(1) No ataque frontal, o inimigo é pressionado igualmente ao longo de toda a frente, deixando, por conseguinte, de haver a caracterização de ataques principal e secundário. É empregado para destruir ou capturar forças inimigas reconhecidamente fracas ou para fixá-las em suas posições, mediante uma pressão contínua, a fim de evitar seu desengajamento. Sua profundidade é reduzida, devendo a força atacante possuir superioridade de meios.

(2) São condições para a execução do ataque frontal: a existência de inimigo reconhecidamente fraco, não possuindo forças concentradas à retaguarda e a determinação da conquista de objetivos pouco profundos e possuidores de mesma importância.

(3) Num ataque frontal, como numa penetração, as características e

possibilidades do R C Mec não são adequadamente exploradas. Esta forma de manobra só deverá ser adotada pelo regimento quando não for possível a realização de desbordamentos ou envolvimentos.

f. Missões do R C Mec num ataque conduzido pelo escalão superior - O R C Mec pode participar da execução de qualquer das formas de manobra ofensivas. Entretanto, suas missões normais, num ataque conduzido pelo escalão superior, são:

(1) conquistar um objetivo de segurança no flanco do inimigo para favorecer o ataque principal;

(2) executar um desbordamento, explorando um flanco vulnerável da posição defensiva inimiga;

(3) isolar determinada posição defensiva inimiga;

(4) constituir-se em reserva móvel do Esc Sp;

(5) fixar parte das forças inimigas em proveito do Esc Sp.

g. Formas de manobra mais adequadas ao emprego do R C Mec - As formas de manobra mais adequadas ao emprego do R C Mec no ataque são o desbordamento e o envolvimento, por permitirem explorar ao máximo as características das tropas mecanizadas, a obtenção de resultados mais decisivos e reduzirem as perdas em viaturas e vidas humanas.

6-3. TIPOS DE OPERAÇÕES OFENSIVAS

a. Os tipos de operações ofensivas são cinco: marcha para o combate, reconhecimento em força, ataque, aproveitamento do êxito e perseguição.

b. O R C Mec poderá conduzir ou participar de qualquer tipo de operação ofensiva.

6-4. FORMAÇÕES DE COMBATE

a. Considerações iniciais

(1) Na ofensiva, em terreno aberto, em princípio, a formação básica do R C Mec deverá ser a formação em cunha, pois é a que oferece boa potência de fogo à frente e nos flancos, segurança e facilidade para o comando e controle. Em determinadas situações, outras formações poderão ser empregadas, como as formações em coluna, particularmente em terreno restrito, em linha e variações dessas formações básicas.

(2) A formação de combate não é rígida. Freqüentemente, o inimigo ou o terreno irão impor modificações nas formações adotadas inicialmente.

(3) A natureza do terreno e a existência ou não de abrigos e cobertas influirão na posição de cada elemento dentro da formação. Em princípio, por segurança, a distância entre duas viaturas blindadas deverá ser em torno de 100 m.

b. Formação em cunha

(1) No combate moderno e não linear, em princípio, a U adotará a formação em cunha, como formação padrão para o deslocamento em terreno aberto. Normalmente, as SU adotarão a mesma formação da U.

(2) A formação em cunha possibilita o bom controle da U, dá profundidade ao dispositivo, possibilita boa proteção à frente e nos flancos e permite à U desdobrar-se rapidamente para fazer face às ameaças vindas de qualquer direção.

(3) Nesta formação, as SU que estão nos flancos podem ultrapassar ou contornar a da frente, quando necessário, permitindo ao comando: flexibilidade, manutenção da iniciativa e da impulsão do ataque e melhores condições de segurança nos flancos e retaguarda.

(4) As considerações que favorecem a adoção da formação em cunha são:

(a) combate não linear;

(b) situação tática podendo evoluir rapidamente;

(c) boa visibilidade;

(d) terreno aberto, possibilitando bastante espaço para a manobra da U; e

(e) poucas informações sobre a situação inimiga.

c. Formação em coluna

(1) A formação em coluna será adotada em situações especiais, particularmente quando a U progredir em terreno restrito. O regimento estará em coluna quando, na esteira da subunidade testa, progredirem, de forma sucessiva, as demais peças de manobra, independente da formação por elas adotadas. Quando o Cmt da U não especifica formação para as SU, seus Cmt poderão selecionar aquela que julgarem mais adequada.

(2) A formação em coluna possibilita o máximo controle da unidade, dá profundidade ao dispositivo e permite ao Rgt desdobrar-se rapidamente para fazer face às ameaças de flanco.

(3) Nesta formação, os elementos que estão à retaguarda podem ultrapassar ou contornar os da frente, quando necessário, permitindo ao comando boa flexibilidade, manutenção da iniciativa e da impulsão do ataque e melhores condições de segurança de flanco.

(4) As considerações que favorecem a adoção da formação em coluna são:

(a) visibilidade reduzida; e

(b) espaço restrito para manobra.

(5) O Cmt optará pela formação em coluna, particularmente, quando forçado pelo terreno e pela situação do inimigo. (Fig 6-4)

d. Formação em linha

(1) O Rgt estará em linha quando duas ou mais subunidades estiverem justapostas, em primeiro escalão, independente das formações adotadas pelas SU. Quando o Cmt da U não determinar a formação das peças de manobra, esta será estabelecida pelos Cmt SU.

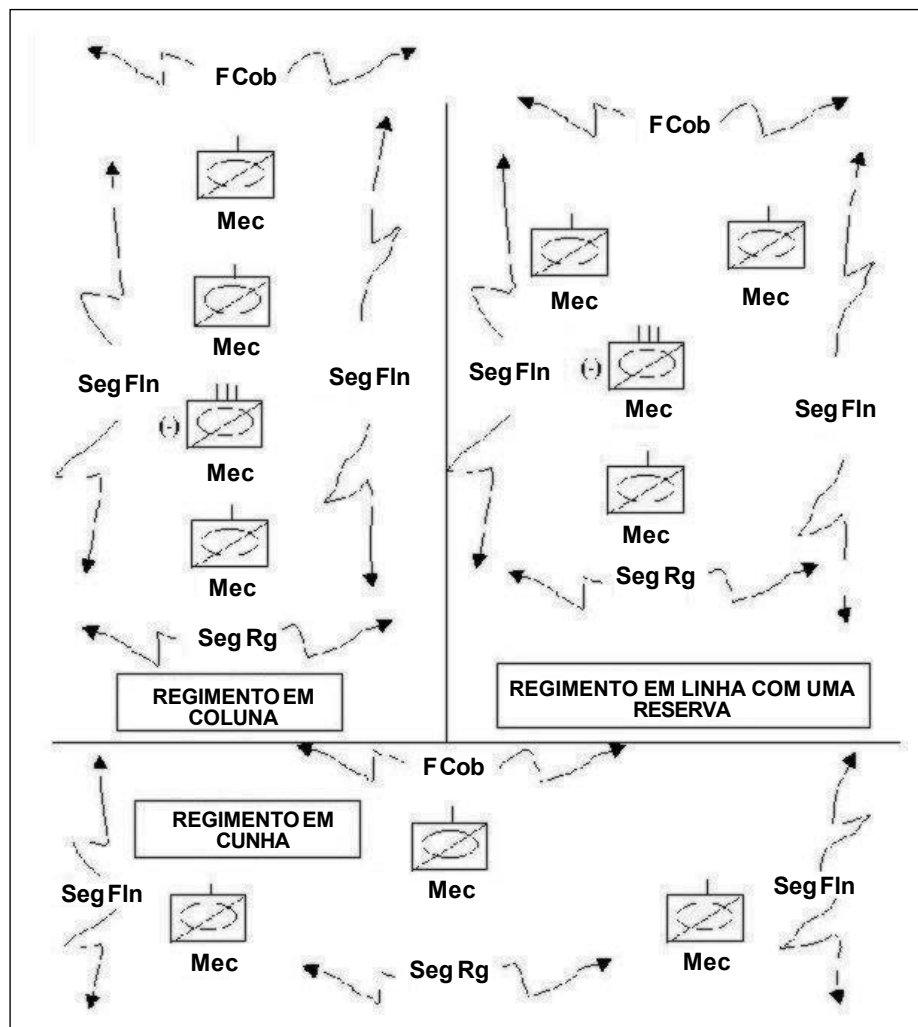



Fig 6-4. Formações do Rgt

(2) A formação em linha proporciona o emprego do máximo poder de combate à frente e maior rapidez nas ações. Deve ser empregada em ataques coordenados ou quando for necessário um rápido esclarecimento da situação.

(3) Na formação em linha, o controle e a coordenação são mais difíceis do que na formação em coluna.

(4) As considerações que favorecem a adoção da formação em linha são:

(a) espaço adequado para a manobra;

(b) necessidade de maior poder de combate à frente;

(c) necessidade de avanço rápido sobre uma frente ampla; e

(d) necessidade de esclarecimento rápido da situação. (Fig 6-4)

e. Formação dos elementos subordinados

(1) AS SU e os Pel, em princípio, deslocam-se na formação em cunha. Em determinadas situações poderão adotar as formações em linha, em coluna ou variações destas formações básicas.

(2) As SU não necessitam adotar, obrigatoriamente, a mesma formação empregada pela U. Assim, a U pode estar se deslocando em coluna e ter suas subunidades em linha ou vice-versa.

(3) Quando o Cmt SU não especificar a formação para um pelotão, o Cmt deste escolhe a que julgar mais apropriada.

e. Segurança

(1) A segurança deve ser uma preocupação constante do Cmt Rgt. Ela tem que ser observada desde a ocupação da zona de reunião até o final da missão da U.

(2) A segurança pode ser obtida pela atribuição de missões específicas a determinados elementos da unidade e pelo próprio dispositivo adotado.

(3) Um dispositivo em profundidade favorece a segurança, pois os elementos não engajados poderão desdobrar-se rapidamente para enfrentar ameaças inimigas.

(4) A segurança face a um flanco ameaçado poderá, também, ser proporcionada pelo escalonamento de um elemento no flanco.

6-5. COORDENAÇÃO E CONTROLE

a. A coordenação e o controle do regimento durante o ataque são assegurados pelo uso adequado e oportuno dos meios de comunicações disponíveis e pela adoção de medidas de coordenação e controle.

b. A consideração fundamental na seleção de medidas de coordenação e controle é que o mínimo de medidas restritivas deve ser usado, de modo a permitir a máxima liberdade de ação aos elementos subordinados. O Cmt seleciona apenas as que lhe assegurem o necessário grau de controle sem, entretanto, tolher a ação de seus subordinados.

c. Os elementos subordinados deverão conhecer perfeitamente a intenção do comandante superior. Isto permitirá que, mesmo com deficiências no sistema de comunicações, os Cmt subordinados prossigam e cumpram a missão recebida, com o máximo de liberdade de ação e iniciativa.

ARTIGO II

MARCHA PARA O COMBATE

6-6. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Conceito e características

(1) A marcha para o combate (M Cmb) é uma marcha tática na direção do inimigo, executada com a finalidade de obter ou restabelecer o contato com o mesmo e/ou assegurar vantagens que facilitem as operações futuras.

(2) O melhor aproveitamento do dispositivo no momento do contato é obtido pela apropriada organização do Rgt para o combate e pela manobra de seus componentes.

(3) As principais características da M Cmb são a incerteza do desenrolar da operação, evolução de ações descentralizadas para centralizadas, mudança rápida da extensão e profundidade do dispositivo.

(4) A M Cmb deve ser executada agressivamente, para se apossar do objetivo antes que o inimigo possa reagir.

(5) A M Cmb é, normalmente, realizada em colunas múltiplas. Os elementos subordinados empregam formações variadas, conforme a situação tática exigir.

b. Classificação

(1) Quanto à segurança

(a) Coberta - A marcha é coberta quando, entre o inimigo e a tropa que a realiza, existe uma força amiga capaz de lhe proporcionar a necessária segurança. À noite, preferencialmente, deve ser executada a marcha coberta.

(b) Descoberta - A marcha para o combate é descoberta quando não há tropa amiga interposta ou quando a segurança por ela proporcionada for suficiente. Normalmente executada durante o dia.

(2) Quanto ao dispositivo

(a) Coluna - Facilita o controle e proporciona flexibilidade, impulsão e segurança ao deslocamento. Admite, como variante, o dispositivo em escalão, o que favorece o desenvolvimento para o flanco.

(b) Linha - O dispositivo em linha dificulta as mudanças de direção e restringe a capacidade de manobra, mas aumenta a rapidez do deslocamento e permite atribuir à força um maior poderio de fogo à frente.

(3) Quanto à possibilidade do contato

(a) Contato remoto - Situação em que o inimigo terrestre não pode atuar sobre o Rgt.

(b) Contato pouco provável - É a fase de transição entre o contato remoto e o iminente. O término desta fase se dá quando o contato se torna iminente e se inicia o desdobramento do Rgt.

(c) Contato iminente - Situação em que o Rgt pode, a qualquer momento, sofrer ação terrestre do inimigo. O contato torna-se iminente a partir da linha de provável encontro (LPE), linha do terreno onde se estima que possa haver o encontro inicial ou o restabelecimento do contato com os primeiros elementos das forças inimigas.

c. Dispositivo e formação

(1) Qualquer dispositivo da tropa que proporcione o máximo de velocidade, controle e segurança, pode ser empregado no curso de uma M Cmb.

(2) Quando o contato é remoto, o movimento é feito em coluna de marcha, dispositivo em que as U não necessitam ser agrupadas taticamente e podem deslocar-se por vários meios e por diferentes itinerários. A integridade tática pode ser sacrificada em benefício da velocidade, das exigências logísticas e do conforto da tropa.

(3) Quando o contato é pouco provável, o movimento é feito em coluna tática. O Cmt da U conserva as vantagens do movimento em coluna e agrupa sua tropa taticamente, sem desdobrá-la. Isto é feito para facilitar o movimento e a ocupação, em ordem, de uma zona de reunião, ao mesmo tempo que facilita a rápida adoção de dispositivo para o combate, quando o contato torna-se iminente.

(4) Quando o contato é iminente, prevalecem as medidas táticas e o movimento é feito em marcha de aproximação, situação em que os elementos são agrupados taticamente e desdobrados. Pode ser adotado qualquer dispositivo desdobrado, inclusive o desdobramento em profundidade. A proteção proporcionada pelos elementos de primeiro escalão assegura um contato pouco provável para os demais elementos da tropa, que podem continuar o deslocamento em coluna tática.

d. Articulação

(1) Normalmente, uma força que executa uma M Cmb, articula-se em um grupamento principal ou grosso e forças de segurança (proteção ou cobertura).

(2) O grosso compreende a maioria do poder de combate da força, que deve ser preservado para o emprego imediato pelo comandante, além dos órgãos de apoio logístico. As peças de manobra do grosso são organizadas para o combate e colocadas em posição que lhes permitam o máximo de flexibilidade de emprego, tanto durante o deslocamento como após estabelecido o contato com o inimigo.

(3) As F Seg no nível U são constituídas pelas forças de proteção (vanguarda, retaguarda e flancoguarda) e F Vig.

(4) A articulação visa a proporcionar:

(a) avanço rápido e ininterrupto;

(b) segurança adequada em todas as direções e melhores condições para esclarecer a situação o mais cedo possível; e a

(c) manutenção da maioria do poder de combate em condições de pronto emprego.

(5) Na execução da marcha para o combate, enquanto os elementos desdobrados em primeiro escalão efetuam a devida proteção do grosso, este se desloca de região de destino em região de destino.

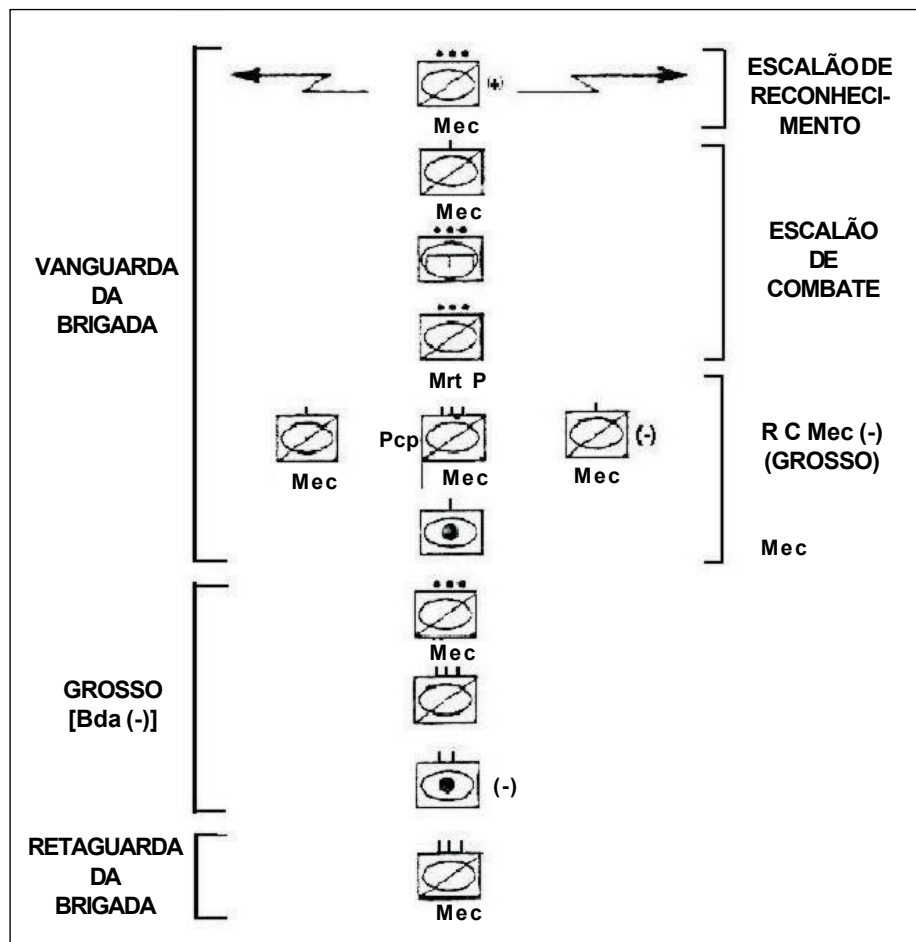



Fig 6-5. Organização do R C Mec na marcha para o combate

(6) As regiões de destino localizam-se, preferencialmente, em áreas capazes de proporcionar um mínimo de segurança contra ações inimigas e as melhores condições para o pronto emprego dos elementos de combate e de apoio.

e. Particularidades do estudo de situação - No estudo de situação de uma M Cmb o comandante do regimento deverá ter presente as considerações que se seguem:

(1) Missão

(a) A M Cmb, embora constitua um tipo de operação eminentemente ofensiva, poderá ser utilizada, num quadro de manobra concebido pelo Esc Sp, para cumprir uma fase de uma atitude ofensiva ou defensiva. Dessa forma, a tropa que a realiza, normalmente, em final de missão, conquista determinada região do terreno, visando facilitar o desenvolvimento das futuras operações. Os planeja-

mentos e a regulação deste tipo de operação são feitos até os objetivos finais.

(b) Assim, mesmo nas missões de natureza defensiva, não estará excluída a possibilidade de serem necessárias ações ofensivas para atingir a região a defender.

(c) A execução de uma M Cmb poderá determinar as seguintes medidas de coordenação e controle:

1) eixo (s) de progressão, para os elementos de 1º escalão;
2) itinerário de progressão, para o grosso;
3) objetivo (s);
4) hora de início de movimento;
5) linhas ou pontos de controle; e
6) regiões de destino, inicial e subseqüentes.

(2) Inimigo

(a) A possibilidade de interferência do inimigo durante a realização da marcha é sempre considerada; entretanto, a graduação dessa interferência variará de acordo com sua natureza e valor, no tempo e no espaço, condicionando de forma diferente a realização da marcha.

(b) O estudo do inimigo deverá ser conduzido objetivamente, no sentido de levantar:

1) as linhas ou regiões que ele poderá atingir;
2) as direções mais favoráveis para atingi-las;
3) o prazo em que poderá fazê-lo; e
4) a natureza e o valor da tropa com que poderá intervir.

(3) Determinação da LPE

(a) Do confronto do estudo da missão e do inimigo determina-se a linha de provável encontro (LPE).

(b) A LPE é a linha do terreno onde se admite o encontro dos primeiros elementos da nossa U com a vanguarda do inimigo.

(c) A velocidade desenvolvida pela unidade que realiza a M Cmb, será função:

1) das características das estradas;
2) da natureza do elemento amigo que opera à nossa frente; e
3) dos meios disponíveis.

(d) Quando se dispõe de F Cob, admite-se a hipótese mais desfavorável, isto é, do inimigo ter capacidade para recalcá-la.

(e) Calcula-se a distância (D) entre a linha a partir da qual a F Cob pode ser recalcada, ou aquela atingida pelo inimigo no momento em que foi obtida a informação por reconhecimento aéreo, e a atual Z Reu ou linha onde se encontra a tropa que irá realizar a M Cmb.

(f) Avalia-se, de acordo com a situação, a velocidade de retardamento da F Cob ou a velocidade de progressão dos primeiros elementos inimigos (V1) e a velocidade de marcha da tropa amiga (V2).

(g) Calcula-se a velocidade de aproximação horária (Va) entre as forças oponentes, isto é, o quanto, em uma hora, a distância entre as forças adversárias se reduzirá, somando-se ambas as velocidades avaliadas anteriormente (Va = V1 + V2).

(h) Calcula-se o tempo (t) que a tropa amiga consumirá para atingir a linha de provável encontro, dividindo-se a distância entre as forças (D) pela velocidade de aproximação horária (Va).

(i) Determina-se o afastamento da linha de provável encontro até a atual Z Reu ou linha onde se encontra a tropa que irá realizar a M Cmb, multiplicando-se o tempo (t) acima calculado pela velocidade de marcha da tropa amiga (V2).

6-7. DECISÃO

a. O Cmt Rgt normalmente decide sobre:
(1) dispositivo;
(2) objetivos de marcha;
(3) Itn de marcha e E Prog;
(4) direção (ões) de atuação;
(5) hora de início do movimento (se for o caso); e
(6) previsão de ações futuras.

b. As decisões tomadas poderão ser complementadas com as seguintes medidas, no todo ou em parte:
(1) formação de marcha a ser empregada, englobando os intervalos e as distâncias entre as subunidades;
(2) organização para o combate das subunidades;
(3) organização da coluna de marcha;
(4) missões aos elementos subordinados;
(5) medidas de coordenação e controle;
(6) medidas de segurança contra ataques terrestres e aéreos;
(7) apoio administrativo; e
(8) emprego das comunicações.

6-8. CONDUTA DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA MARCHA PARA O COMBATE

a. Generalidades

(1) A M Cmb é caracterizada pela ação rápida e agressiva. As forças de segurança devem esclarecer prontamente as situações surgidas em suas zonas de responsabilidade. Dentro das suas possibilidades, elas destroem as forças inimigas que possam interferir no movimento do grosso e detêm as que não puderem destruir.

(2) O Cmt emprega elementos do grosso, à medida que se torne necessário, para manter a impulsão. Todos os esforços são feitos para manter o inimigo desarticulado e impedir que pequenos elementos possam estabelecer uma defesa ou retardamento eficiente.

b. Conduta do R C Mec

(1) O R C Mec pode participar de uma M Cmb realizada pelo Esc Sp ou conduzir a sua própria marcha para o combate.

(2) Quando conduz sua própria M Cmb, ou quando participa da operação realizada pelo Esc Sp, porém marchando por um eixo diferente, o regimento normalmente emprega:

(a) uma SU como vanguarda;

(b) flancoguarda (s) de valor Pel;

(c) retaguarda de valor Pel.

(3) Quando participa de uma M Cmb no âmbito da DE, o R C Mec, normalmente, será empregado como F Seg. Neste caso, poderá ainda, desde que devidamente reforçado, executar missões de F Cob para o Esc Sp (Pag 5-6, Cap 5).

c. Forças de Segurança

(1) Vanguarda

(a) A Vgd Rgt numa M Cmb é constituída por uma SU. Sua missão é assegurar a progressão rápida e ininterrupta do grosso, resguardando-o da observação terrestre, dos fogos diretos e de ataques de surpresa do inimigo em sua frente.

(b) Normalmente, o dispositivo de uma Vgd inclui, da frente para a retaguarda:

1) escalão de reconhecimento;

2) escalão de combate;

3) reserva.

(c) As distâncias entre os diferentes escalões da Vgd variam de acordo com o terreno e as possibilidades de combate. Entre a vanguarda e o grosso deve haver espaço suficiente para preservar a liberdade de ação do comandante, mas não tão grande que exponha a Vgd a ser destruída antes que possa ser apoiada.

(d) A menos que exista ordem em contrário, a Vgd ataca as resistências inimigas que forem encontradas, a fim de abrir caminho para o grosso.

(e) Estabelecido o contato, a vanguarda procura esclarecer a situação utilizando fogo e manobra. Em presença de forças inimigas superiores, ocupa terreno que favoreça o emprego do grosso.

(f) Elementos de engenharia devem integrar a vanguarda da U, com prioridade de emprego para a mobilidade da Vgd e do Grosso. As VBE Lç Pnt, quando disponíveis, devem deslocar-se a retaguarda da Vgd, de modo a prover apoio à manobra do grosso.

(2) Flancoguarda

(a) A flancoguarda opera no flanco da força que a destacou, de modo a protegê-la contra a observação terrestre, os fogos diretos e os ataques de surpresa do inimigo.

(b) A segurança nos flancos do grosso do regimento é normalmente estabelecida com um Pel das SU do grosso, sob o controle de uma determinada SU.

(c) A flancoguarda pode ser fixa ou móvel, conforme cumpra a sua missão em posição ou em movimento. Uma flancoguarda fixa deve estar preparada para atuar como flancoguarda móvel, caso se torne necessário.

(d) A flancoguarda móvel pode se deslocar por lanços ou em um movimento contínuo, de acordo com a situação. A escolha do processo de deslocamento é condicionada pela velocidade da tropa protegida, pelo terreno e pelas possibilidades do inimigo.

(e) Os Pel da flancoguarda devem atuar a uma distância tal que permita ao grosso da U o tempo e o espaço necessário para manobrar e fazer face à ameaça em seu flanco. Em terreno aberto, esta distância pode estender-se a 5 Km ou mais do grosso, conforme a distância de apoio do Pel Mrt P ou Art.

(f) Fogos indiretos (Mrt e Art Cmp) devem ser planejados sobre as principais Via A que incidam nos flancos do E Prog / Z Aç da U.

(3) Retaguarda

(a) É a força de proteção que opera à retaguarda do grosso, de modo a protegê-lo contra a observação terrestre, os fogos diretos e os ataques de surpresa do inimigo orientados sobre a sua retaguarda.

(b) A última SU do regimento destaca um pelotão para compor a sua retaguarda. Este elemento deve permitir que a U possua o tempo e o espaço necessário para reagir às ameaças que incidam em sua Rg.

ARTIGO III

RECONHECIMENTO EM FORÇA

6-9. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. O reconhecimento em força (Rec F) é uma operação de objetivo limitado, executada por uma força ponderável, com a finalidade de revelar e testar o valor, a composição e o dispositivo do inimigo, ou para obter outras informações. Seu objetivo principal é o de esclarecer a situação, podendo ser conduzido no quadro de uma operação ofensiva ou defensiva. O Rec F não constitui um tipo de missão de reconhecimento.

b. O Rec F é uma operação típica de unidades blindadas. Estas U possuem uma grande mobilidade através do campo, grande capacidade para engajar-se e desengajar-se do combate pelos próprios meios e suas viaturas blindadas possuem grande poder de fogo e proteção blindada. Estas características asseguram ao RCC e ao RCB a possibilidade de executarem com êxito as missões de Rec F.

c. O R C Mec não possui estrutura organizacional nem viaturas blindadas que permitam o engajamento da U no combate em campo aberto com carros de combate inimigos. O emprego do Rgt neste tipo de operação deve ser considerado como uma solução extrema, ou em uma solução de conduta de combate, após haver sido realizada uma análise cuidadosa dos fatores da decisão e da importância dos resultados a serem obtidos para o escalão superior, de forma a justificar o emprego do R C Mec num Rec F.

d. Poderão ocorrer situações no combate em que um R C Mec, mesmo não sendo a U mais apta para realizar a missão, tenha que realizar um Rec F, seja por imposições do combate ou do Esc Sp. Neste caso, será conveniente que a unidade seja reforçada com CC além dos apoios de artilharia, engenharia e, se disponível, de meios aéreos.

e. O Rec F permite, normalmente, a obtenção de informes de forma mais rápida e pormenorizada. Entretanto, um Cmt ao decidir pela execução de um Rec F deverá considerar:

(1) o conhecimento que possui sobre a situação do inimigo, a urgência e importância das informações desejadas;

(2) a eficiência, rapidez e disponibilidade de outros órgãos de busca;

(3) até que ponto a realização do Rec F poderá comprometer o sigilo das operações de seu escalão e do superior; e

(4) a possibilidade de, com o reconhecimento em força, arriscar-se a um engajamento decisivo com o inimigo.

f. O valor da força de reconhecimento deve levar o inimigo a revelar a localização de suas forças em primeiro escalão, o seu dispositivo, valor e localização de suas reservas e fogos de apoio.

g. O Cmt Rgt planeja e conduz o Rec F como um ataque. Durante a execução da operação, deve conservar-se atento para evitar que a U venha a se tornar decisivamente engajada. Deve, também, manter-se em condições de explorar o êxito da ação, aproveitando, prontamente, qualquer vulnerabilidade inimiga que descubra ou manter o terreno conquistado.

h. Após completar a operação de Rec F, o Rgt poderá permanecer em contato, explorar um êxito alcançado, apoiar uma ultrapassagem ou retrair.

6-10. EXECUÇÃO DO RECONHECIMENTO EM FORÇA

a. O Rec F pode ser executado como:

(1) Um ataque com objetivo limitado - Neste caso, a ação pode ser dirigida exclusivamente, sobre uma determinada área a respeito da qual o comando deseja rápidas e precisas informações ou pode se traduzir em uma série de ataques, que não passem de sondagens agressivas, desencadeadas ao longo de toda a frente ou de grande parte da mesma. (Fig 6-6 e 6-7)

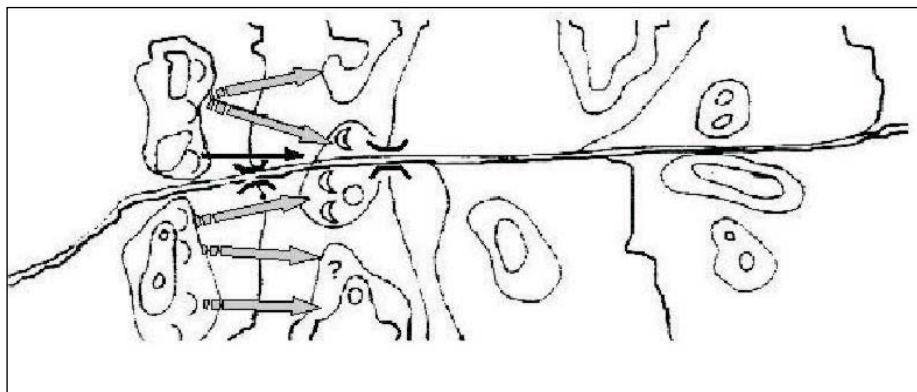



Fig 6-6. Reconhecimento em força (Atq com objetivo limitado sobre toda a frente)

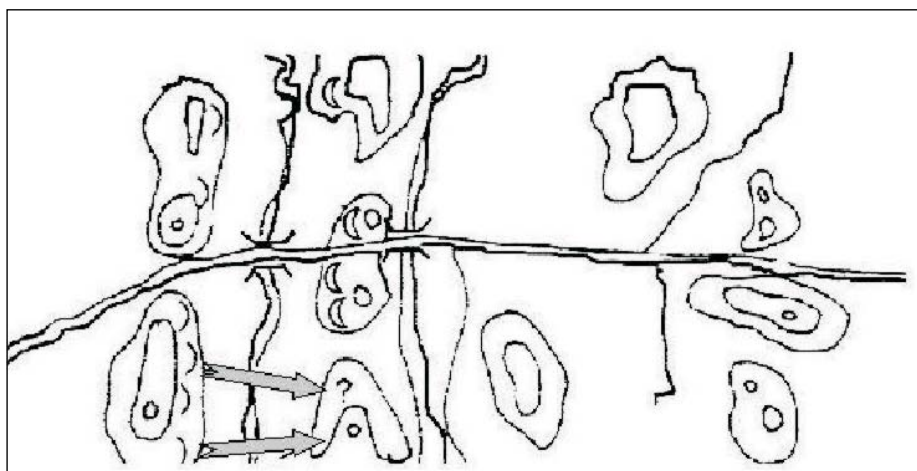



Fig 6-7. Reconhecimento em força (Atq limitado sobre determinada região)

(2) Uma incursão - Ao contrário da forma anterior, é uma ação desencadeada sobre uma posição inimiga, sem a idéia de conquistar ou de manter o terreno; consiste em introduzir no dispositivo inimigo uma força capaz de realizar uma ação rápida e violenta, cujo vulto seja suficiente para forçar o inimigo a revelar suas posições, o tempo de reação de suas reservas e seus planos de fogos. Após esta ação, segue-se também, um rápido retraimento para as linhas amigas. A incursão, conduzida pelo regimento, pode caracterizar-se por uma varredura com CC (em reforço) e VBR.

b. Quando são buscados dados sobre uma área particular, o reconhecimento em força é planejado e executado como um ataque com objetivo limitado. O objetivo deve ser de importância tal que, quando ameaçado, force o inimigo a reagir. Se a situação do inimigo ao longo de uma frente deve ser esclarecida, o Rec

F é um movimento para essa frente, empregando elementos de sondagem, fortes e agressivos, para a determinação dos pontos sensíveis ou vulneráveis.

c. A manutenção de um objetivo não é, por si só, uma finalidade do Rec F. A operação tem por finalidade obter o máximo de informes com relação ao inimigo. A profundidade de qualquer objetivo designado depende da finalidade do Rec F. Quando os dados (valor, dispositivo e linhas de ação prováveis do inimigo) são obtidos, pode ser dada outra missão à força de reconhecimento, tais como: retrair, manter o contato, realizar o aproveitamento do êxito ou apoiar a ultrapassagem de uma outra força.

ARTIGO IV

ATAQUE

6-11. GENERALIDADES

a. A finalidade do ataque é derrotar, destruir ou neutralizar o inimigo. A diferença entre o ataque coordenado e o ataque de oportunidade reside no tempo para planejamento, coordenação e preparação antes da execução, ou seja, na quantidade de tempo à disposição do comandante para essas atividades.

b. Normalmente, o objetivo atribuído ao R C Mec será uma força inimiga. Em função da localização dessa força, que poderá ser alterada pelo deslocamento do inimigo, o R C Mec deverá orientar seu ataque. A conquista de uma determinada região no campo de batalha poderá ser, eventualmente, atribuída ao R C Mec.

c. Existem dois tipos de ataque: o ataque de oportunidade e o ataque coordenado.

6-12. ATAQUE DE OPORTUNIDADE

a. Generalidades

(1) O ataque de oportunidade caracteriza-se pela imediata expedição de missões pela finalidade e de ordens fragmentárias, destinadas aos elementos de manobra e apoio de fogo, privilegiando a rapidez, a iniciativa e a manutenção da impulsão, buscando, em princípio, a execução de manobras desbordantes associadas à fixação do inimigo, com a finalidade da força prosseguir no cumprimento da sua missão. Apesar de ser um ataque possível de ser realizado por uma força de qualquer natureza, as tropas blindadas são as mais aptas para executá-lo. Deve ser realizado, em princípio, no escalão brigada e inferiores. O ataque de oportunidade pode ser executado na seqüência de um combate de encontro ou uma defesa com sucesso.

(2) É um tipo de operação ofensiva empregada eventualmente pelas tropas mecanizadas, para conquistar ou manter a iniciativa, ou para sustentar o ritmo das operações, por vezes dentro do quadro tático de um Rec, Seg ou Mvt Rtg.

(3) São características de um ataque de oportunidade:

(a) emprego simultâneo de todas as peças de manobra, podendo, em algumas situações, não constituir reserva. A U poderá ser totalmente desdobrada para o ataque. As peças de manobra são empregadas como um todo e não de forma parcelada;

(b) prazo reduzido para planejamentos e reconhecimentos;

(c) execução agressiva e rápida do ataque, sem dar tempo ao inimigo de reorganizar-se ou rocar meios;

(d) necessidade de abrir caminho para o prosseguimento na missão inicial, o mais rápido possível;

(e) expedição de missões pela finalidade e ordens fragmentárias; e

(f) inimigo fraco, sobre o qual se dispõe de suficientes informações para realizar o ataque.

(4) Existem duas categorias de ataques de oportunidade, dependendo da situação da força inimiga

(a) ataque contra uma força inimiga em movimento; e

(b) ataque contra uma força inimiga estacionada.

(5) Num ataque de oportunidade, o R C Mec distribui seus meios, normalmente, pelo escalão de assalto, base de fogos e reserva. Em função da situação tática e do estudo de situação realizado pelo comando da U, poderá não ser atribuída a missão de reserva, ao menos inicialmente, a nenhuma das peças de manobra.

b. Execução

(1) Na execução de um ataque de oportunidade, as seguintes ações devem ser realizadas pela U:

(a) reconhecer e determinar o valor, a composição, a atitude e a orientação da força inimiga;

(b) determinar se a força inimiga a ser atacada está apoiada por outras U próximas;

(c) encontrar uma via de acesso coberta, que incida no flanco do inimigo e possibilite o deslocamento em alta velocidade;

(d) deslocar parte dos CC (em Ref) e das VBR para uma posição dominante e atacar o inimigo pelo fogo;

(e) estabelecer uma base de fogos com o Pel Mrt P e a Sec Msl AC para destruir ou anular todas as armas AC de longo alcance, de tiro direto e indireto, do inimigo que possam ser observadas, antes que o escalão de ataque inicie seu ataque. As Seç Mrt Me dos Esqd também poderão ser centralizadas, de acordo com o estudo de situação;

(f) isolar a força inimiga que será atacada, de forma que outras forças inimigas não possam apoiá-la;

(g) atacar o inimigo pelo fogo ou pelo fogo e movimento; e

(h) imediatamente após o êxito do ataque, estabelecer posições de bloqueio e P Obs sobre as Via A que conduzam à posição conquistada.

(2) A sincronização destas ações é a chave do ataque de oportunidade. O sucesso deste ataque depende do sentimento do momento mais adequado, do correto esclarecimento da Sit e da habilidade do Cmt em empregar seus meios

de combate para cumprir as ações na seqüência correta. O Cmt e seu EM devem estar preparados para aplicarem o poder de combate da U contra o inimigo com rapidez, explorando as situações que se apresentarem buscando destruir rapidamente o inimigo sem lhe dar tempo para reagir. Ações ofensivas e defensivas são realizadas simultaneamente. Fogos de destruição e fogos de cegar devem ser aplicados no momento e local corretos.

(3) A decisão para conduzir um ataque de oportunidade é, normalmente, tomada após o reconhecimento mostrar que a vitória depende de um ataque rápido, com um mínimo de planejamento e preparação. As táticas para a condução do ataque devem observar três características comuns:

(a) conhecimento ou suspeita de que as armas AC inimigas estão anuladas ou destruídas pelo fogo direto e/ou indireto, antes do escalão de ataque ser empregado;

(b) o inimigo deve ser forçado a combater em duas direções; e

(c) perda da capacidade de reação por parte das forças inimigas.

c. Conduta

(1) Durante a execução de outras missões, elementos das forças de segurança, freqüentemente, estabelecerão contato com as forças inimigas. Ao esclarecer a situação, o Cmt do elemento em contato pode recomendar um ataque de oportunidade como uma linha de ação para o Cmt da U, que decide pela sua adoção ou não. Caso seja adotada, o Cmt Rgt atribui missões pela finalidade às suas peças de manobra e expede ordens fragmentárias para os elementos subordinados, que, rapidamente, posicionarão suas frações para executar um ataque de forma simples e no mais curto prazo possível.

(2) Os elementos em contato continuam esclarecendo a situação o mais à frente possível, progredindo agressivamente, procurando a presença de outras forças inimigas, para os flancos ou retaguarda, que possam apoiar o inimigo em contato.

(3) O Cmt deve se deslocar para uma posição dominante, de onde possa controlar todas as ações de seus elementos subordinados e expedir as ordens necessárias à luz do terreno, no menor prazo possível.

(4) O Pel Mrt P é desdobrado no terreno, prepara-se para bater pelo fogo as posições inimigas e isolar com fumaça o inimigo a ser atacado.

(5) Os trens de combate, com os elementos de saúde e manutenção de viatura cerram à frente, para prestar um apoio mais cerrado ao escalão de ataque.

(6) O escalão de ataque transpõe a linha de partida rápida e agressivamente. Todas as ações ofensivas seguem os mesmos fundamentos preconizados para o ataque coordenado.

(7) Peculiaridades do ataque contra uma força em movimento

(a) Quando duas forças oponentes deslocam-se de modo convergente, o lado que vence é, normalmente, aquele que manobra rapidamente e ocupa posições vantajosas para atacar o flanco do inimigo, obrigando-o a lutar em duas direções.

(b) Planejamentos para enfrentar situações inopinadas e normas para reação durante o contato, das NGA da OM, facilitam a realização de ataques de oportunidade pelo R C Mec.

(c) A Vgd da U atacará ou adotará uma postura defensiva, dependendo do valor e do dispositivo do inimigo. O Cmt Rgt manobra com o grosso da U contra o flanco ou retaguarda do inimigo, enquanto mantém o inimigo sob fogo para impedir que atue da mesma forma.

(d) Neste tipo de ataque são, normalmente, empregadas SU e /ou Pel provisórios de VBR e fuzileiros blindados ou os CC/Fuz Bld recebidos em reforço. Os Pel provisórios de fuzileiros blindados fixam o inimigo ou acompanham o ataque das VBR.

(e) Fumígenos e outros apoios de fogo podem ser utilizados para romper a manobra do inimigo e ou cobrir a manobra da U.

(f) A Vgd provê as informações iniciais sobre o inimigo e o desenvolvimento da situação.

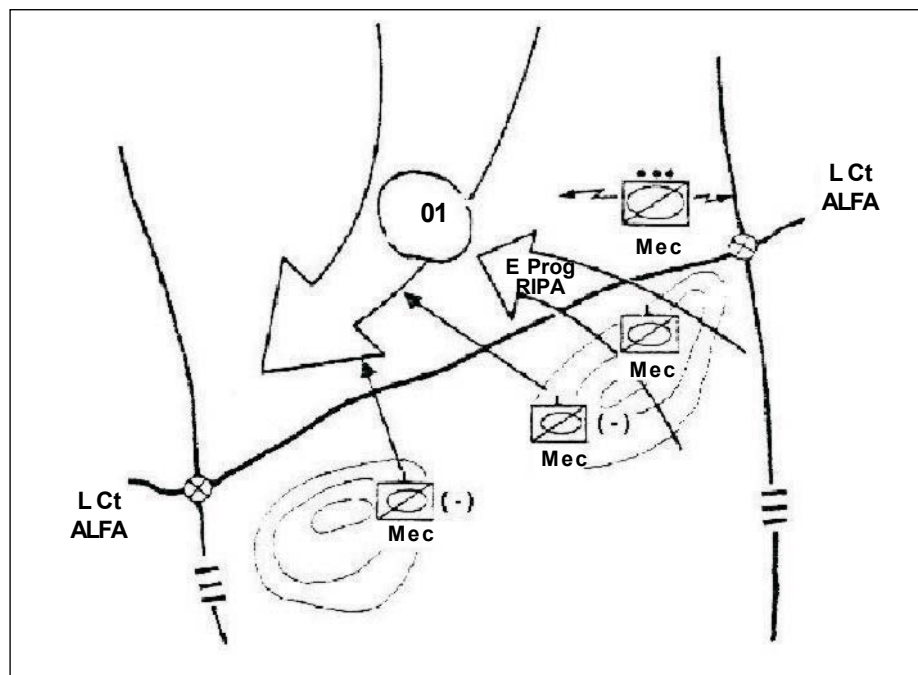



Fig 6-8. Ataque de oportunidade contra uma força em movimento

(8) Peculiaridades do ataque contra uma força estacionada

(a) Um ataque de oportunidade contra uma força estacionada é iniciado após a SU vanguarda realizar o reconhecimento da força inimiga para delimitar seus flancos e encontrar falhas no seu dispositivo que possam ser exploradas pela U. Esta busca de informações deve ser feita com rapidez para que a U não perca a iniciativa.

(b) O assalto será realizado sempre que possível embarcado.

(c) Em função do terreno ou da situação tática, um ataque embarcado poderá não ter condições de sucesso ou ser impraticável. Neste caso, um assalto

desembarcado dos Fuz Bld e exploradores será realizado para destruir o inimigo. As VBR e as demais viaturas blindadas apoiam pelo fogo o assalto dos fuzileiros, deslocando-se para o objetivo quando a consolidação for iniciada.

d. Fogos em apoio ao ataque de oportunidade

(1) Na execução do ataque de oportunidade a U deve combinar os fogos indiretos com os diretos. Os fogos indiretos devem complementar os planos de manobra.

(2) É importante que os fogos indiretos sejam controlados, a fim de se evitar fratricídio. O Cmt deve determinar:

(a) quem vai desencadear os fogos indiretos sobre o objetivo?

(b) quem irá transportar os fogos indiretos para alvos subseqüentes?

(c) qual será o sinal para o transporte dos fogos indiretos?

(d) existem medidas restritivas de fogo?

(3) O estudo dos fatores da decisão dará ao comandante as respostas que melhor atendam a cada item acima. O FATOR TEMPO possui elevada prioridade no planejamento do ataque de oportunidade.

(4) O Cmt deve usar os fogos indiretos disponíveis de morteiros e artilharia em apoio para:

(a) bater pelo fogo a posição inimiga enquanto os elementos em contato esclarecem a situação;

(b) ocultar das vistas do inimigo o escalão de ataque durante a preparação e, se possível, durante a condução do ataque de oportunidade (FUMÍGENOS);

(c) isolar as forças inimigas em contato, pelo emprego de munição auto explosiva e fumígena entre as suas posições e qualquer outra posição de onde forças inimigas possam apoiá-las; e

(d) alongar os fogos indiretos além do objetivo para bloquear os itinerários de retraimento do inimigo.

6-13. ATAQUE COORDENADO

a. Considerações Gerais

(1) Características

(a) O ataque coordenado é uma operação ofensiva que consiste na combinação do fogo, movimento e ação de choque contra uma resistência ou posição defensiva do inimigo, sobre o qual as informações disponíveis indicam a necessidade de um planejamento completo.

(b) Sua realização efetiva-se depois de um reconhecimento completo, de uma avaliação metódica do poder relativo de combate, da busca e levantamento de alvos e de uma análise sistemática de todos os outros fatores que influenciam a decisão.

(c) Exige um estudo de situação completo e minucioso. É, normalmente, empregado contra posições organizadas e requer apoio de fogo adequado.

(2) Distribuição de forças - O R C Mec no ataque coordenado, normalmente, constituirá três grupamentos de forças: base de fogos, escalão de ataque e reserva.

(a) Base de fogos

1) A missão da base de fogos é neutralizar ou restringir o efeito dos fogos inimigos e sua interferência na manobra do escalão de ataque, permitindo melhores condições à progressão dos elementos de manobra (escalão de ataque e reserva)

2) A base de fogos do R C Mec, normalmente, é constituída pelo Pel Mrt P, pela Sec Msl AC e outros meios de apoio de fogo disponíveis, em apoio ou reforço. Poderá ser integrada também, temporariamente, pelas VBR, pelas Seç Mrt Me dos Esqd e outras armas das SU, que por qualquer motivo, não participem do escalão de ataque.

3) As VBR não são incluídas, normalmente, na base de fogos, uma vez que este emprego não permite aproveitar adequadamente suas características. Contudo, quando o terreno, obstáculos e armas AC impeçam o seu emprego no escalão de ataque e as mesmas possam efetivamente auxiliar a fixar ou destruir o Ini, elas poderão integrar à base de fogos. As VBTP dos fuzileiros blindados, quando realizarem o ataque desembarcado, poderão, também, serem integradas à base de fogos.

4) A base de fogos recebe alvos específicos e áreas nos quais deverá atirar durante a progressão, o assalto e a consolidação do objetivo pelo escalão de ataque. Sinais para suspensão ou deslocamento dos fogos, devem ser estabelecidos previamente, assim como as condições para o ressuprimento de munição.

5) A base de fogos deve proporcionar apoio de fogo contínuo e cerrado ao escalão de ataque, desde a linha de partida até o objetivo. Para isto, ocupa as posições que forem necessárias sem que se perca a continuidade do apoio de fogo, realizando as mudanças de posição de forma fracionada. Tais posições devem possuir bons campos de tiro, cobertas e abrigos. Além disso, devem ser escolhidas posições de muda para todas as armas.

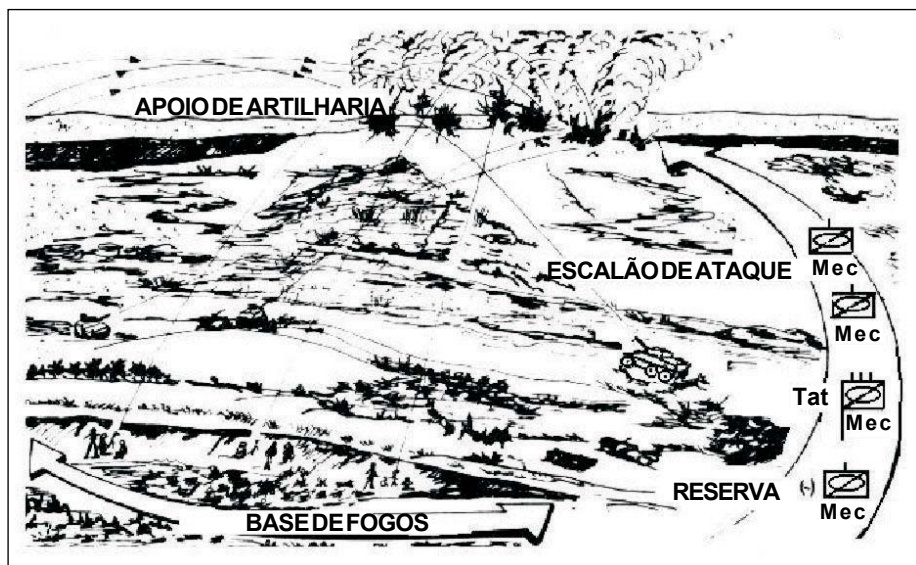



Fig 6-9. Distribuição de forças no ataque coordenado

(b) Escalão de ataque

1) A missão do escalão de ataque é cerrar sobre o inimigo e destruí-lo ou capturá-lo.

2) O escalão de ataque deve receber o maior poder de combate possível. Em princípio, deve ser integrado por elementos combinados de VBR e Fuz Bld, e pelos elementos CC/Fuz Fld recebidos em reforço, e disposto em uma formação que tenha massa e profundidade. O Cmt Esqd C Mec, normalmente realiza o ataque compondo Pel provisórios.

3) O escalão de ataque cerra sobre o inimigo o mais rápido e diretamente que possa, para aproveitar os efeitos da atuação da base de fogos. Deve procurar atacar o flanco do inimigo.

4) Após transporem a linha de partida, os elementos do escalão de ataque empregam o máximo de velocidade e de violência que forem capazes. A progressão desses elementos deve ser regulada, de modo que abordem o objetivo simultaneamente, possibilitando o apoio mútuo entre as VBR e os Fuz Bld.

5) Quando restrições, impostas pelo terreno ou pela defesa anticarro inimiga, impedirem que os elementos do escalão de ataque progridam emassados e continuamente, esses elementos empregarão a técnica de fogo e movimento.

6) Ao iniciar o assalto ao objetivo os fogos de todas as armas do escalão de ataque devem ser intensificados. Simultaneamente, a base de fogos transporta seus tiros para os flancos e para além do objetivo. Tiros de tempo da artilharia e de morteiro podem, também, ser empregados sobre as VBR e os fuzileiros blindados embarcados.

7) Em princípio, o desembarque dos Fuz Bld só deverá ser realizado no interior do objetivo, para realizar a limpeza das resistências remanescentes do inimigo ou, após ultrapassado o objetivo, quando realizarão o assalto na direção contrária ao movimento inicial, surpreendendo as resistências remanescentes do inimigo pela retaguarda, enfrentando menor número de obstáculos e armas automáticas com tiro ajustado (deve haver acréscimo de Mdd Coor Ct na proporção da profundidade do escalão de ataque para evitar o fratricídio). Somente quando a progressão das viaturas se tornar difícil ou muito lenta, quando for necessária a remoção de obstáculos ou, quando a segurança aproximada das VBR exigir a atuação dos Fuz desembarcados, em estreito contato com as VBR, nos níveis mais elementares da tropa (GC - Sec VBR), os fuzileiros deverão desembarcar antes do objetivo.

8) O combate embarcado dos Fuz Bld é realizado pelo emprego da metralhadora da VBTP. Somente em situações especiais os Fuz deverão expor-se aos fogos inimigos durante os deslocamentos embarcados, realizando o tiro com suas armas individuais, pelas escotilhas ou seteiras de tiro.

(c) Reserva

1) A reserva constitui-se na porção da força mantida sob o controle do comandante para emprego em qualquer local da Z Aç, a fim de que o Cmt U possa influir no combate. É, normalmente, empregada para:

a) explorar o êxito obtido pelas forças do escalão de ataque;
b) reforçar elementos de primeiro escalão;
c) substituir elementos de primeiro escalão;
d) manter ou aumentar a impulsão do ataque;
e) manter o terreno conquistado pelo escalão de ataque;
f) destruir os contra-ataques inimigos; e
g) proporcionar segurança nos flancos ou na retaguarda.

2) A reserva, em princípio, deve contar com VBR e Fuz Bld em sua composição. Um objetivo profundo, um limitado conhecimento do inimigo, a disponibilidade de meios ou a impossibilidade de visualizar o ataque até o objetivo final exigem a manutenção de reserva mais forte.

3) A decisão de empregar a reserva é da maior importância e exige exame judicioso de cada um dos fatores da decisão por parte do Cmt.

b. Planejamento de um ataque coordenado

(1) Generalidades

(a) O sucesso do ataque depende, em grande parte, de um planejamento judicioso. Planos bem concebidos e energicamente executados conduzirão ao sucesso no cumprimento da missão da U. (Fig 6-10)

(b) Após o recebimento de uma ordem de ataque, o Cmt da U, assessorado pelo seu EM, inicia, imediatamente, o estudo de situação, tendo em vista o planejamento para o ataque. Nesta fase, normalmente, o comando desenvolve as seguintes atividades:

1) análise da missão e de todas as informações pertinentes;
2) planejamento do emprego do tempo disponível;

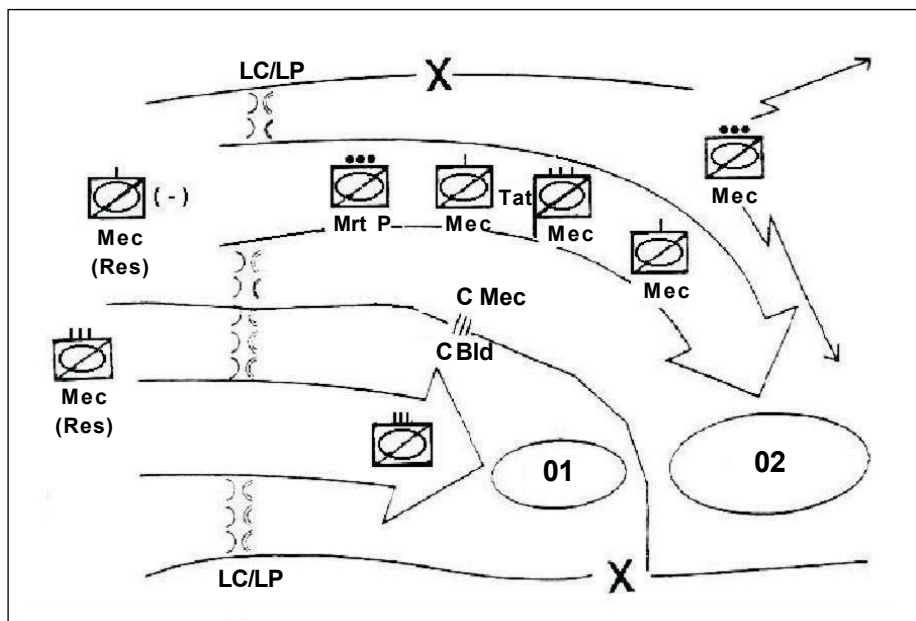



Fig 6-10. O R C Mec no ataque coordenado

3) expedição de diretrizes de planejamento para o estado-maior;

4) expedição de ordem preparatória para os elementos subordinados;

5) prosseguimento do estudo de situação do comandante e tomada de decisão na carta, quando for o caso;

6) estabelecimento das ligações necessárias, particularmente com as unidades a serem ultrapassadas e as vizinhas;

7) realização de reconhecimentos no terreno;

8) tomada da decisão final;

9) sincronização da manobra, apoio ao combate e apoio logístico (Sist Op);

10) preparação do plano de ataque; e

11) distribuição da ordem de operações para o ataque. Normalmente, as ordens são dadas verbalmente, sendo mais tarde confirmadas, por escrito.

(c) As atividades acima não são estanques, podendo duas ou mais serem realizadas simultaneamente.

(d) O estudo de situação do Cmt, sempre que possível, é realizado ou complementado à vista do terreno.

(e) Os reconhecimentos no terreno devem ser feitos de acordo com o planejamento prévio, que abrangerá, entre outros, os seguintes aspectos: horário, locais, itinerários, número de participantes, transporte, medidas de segurança e ligações. Deve ser confeccionado um anexo de reconhecimento à ordem de operações.

(f) Ordens fragmentárias são expedidas durante o processo de planejamento de modo a agilizar a execução das atividades de preparação e planejamento pelos subordinados.

(2) Ordem de Operações - A ordem de operações traduz a decisão pormenorizada do Cmt para efetivar a operação planejada. Integram a ordem de operações: o calco de operações (a nível U, normalmente traduz-se no esquema de manobra) da manobra a ser realizada, o plano de apoio de fogos e demais aspectos essenciais, relativos às informações e à segurança, às medidas de coordenação e de controle, ao apoio logístico e às comunicações.

(a) Esquema de manobra

1) O esquema de manobra é a representação gráfica dos elementos essenciais da linha de ação adotada para o cumprimento da missão da U.

2) O esquema de manobra deve ser simples e permitir uma visualização clara de como foi planejado o emprego da U, incluindo seu dispositivo, organização para o combate e a localização e previsão do movimento das suas peças de manobra até os objetivos a serem conquistados.

3) Um esquema de manobra, normalmente, inclui as seguintes medidas de coordenação e controle:

a) objetivos;
b) zona de ação (definida por limites);
c) linha de partida;
d) hora de ataque; e
e) outras necessárias.

(b) Plano de apoio de fogos

1) O plano de apoio de fogos regula o emprego coordenado de todos os fogos disponíveis. Sua execução deverá permitir a perfeita sincronização dos fogos com a manobra a ser realizada.

2) No planejamento dos fogos o Cmt R C Mec deve enfatizar o emprego de fumígenos em apoio à manobra das SU, analisando judiciosamente o quando e o onde empregá-los, de forma a poder tirar partido da cobertura proporcionada pelos fumígenos, cegando o defensor, dando maior velocidade ao deslocamento e diminuindo a probabilidade de perdas no ataque.

(3) Regulação da manobra

(a) O planejamento para a realização de um ataque coordenado é sempre efetuado até o final da missão. No entanto, para cumpri-lo, caberá ao comandante da força determinar, após um judicioso estudo de situação, qual será o tipo de regulação mais indicado à manobra.

(b) A manobra poderá ser regulada até o final da missão (regulação longa) ou necessitar de regulação curta. O que distingue os dois tipos de regulação da manobra é a possibilidade do Cmt poder ou não definir, desde logo, todos os aspectos indispensáveis de uma decisão, ou seja: o que, quem, o quando, o onde, o como e o para quê.

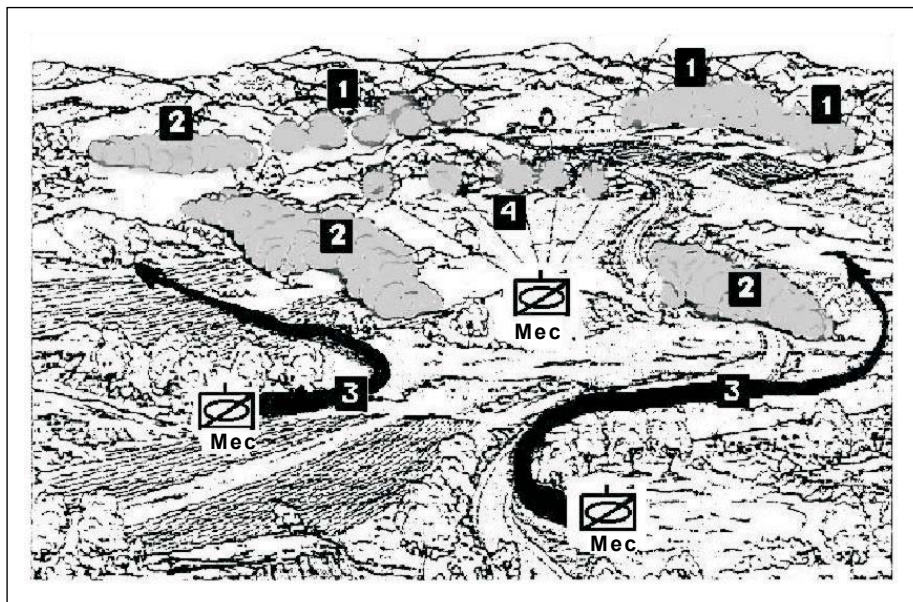



Fig 6-11. Emprego de fumígenos no Atq Coor, em apoio à manobra das SU

(c) Fatores que, normalmente, viabilizam a regulação longa:
1) escalão superior exige rapidez;
2) inimigo fraco;
3) dispositivo inimigo fraco em contato e forte em profundidade;
4) possibilidade do comandante visualizar o ataque até o objetivo final; e
5) disponibilidade de meios.
(d) Fatores que, normalmente, viabilizam a regulagem curta:
1) escalão superior não exige rapidez;
2) inimigo forte ou com situação indefinida;
3) dispositivo inimigo forte em contato e em profundidade;
4) o papel dissociador do terreno (existência de obstáculos e compartimentação)
5) possibilidade de ameaça nos flancos;
6) reduzida mobilidade de nossos meios e dependência das operações de elementos vizinhos; e
7) impossibilidade do Cmt visualizar o ataque até o objetivo final.
(4) Seleção de objetivos
(a) O objetivo do R C Mec será, normalmente, uma força levemente blindada ou mecanizada do inimigo. Poderá receber, também, como objetivo, posições defensivas de uma força de infantaria inimiga, regiões capitais do terreno, instalações de comando e controle ou instalações logísticas na retaguarda do inimigo. A missão da U poderá incluir a conquista de um ou mais objetivos.

(b) Uma área designada como objetivo deve ser conquistada e controlada. Para isto, entretanto, não é indispensável que ela seja totalmente ocupada. Tratando-se de uma área muito extensa, a U, freqüentemente, conquistará apenas os acidentes dominantes em seu interior e controlará o terreno restante pela observação e pelo fogo.

(c) Para o cumprimento da missão o Rgt emprega suas subunidades. Os objetivos designados para as SU devem, em seu conjunto, coincidir com o objetivo da U e serem claramente definidos.

(d) Um objetivo de SU deve ter as seguintes características:

1) ser facilmente identificável;

2) contribuir de modo marcante para o cumprimento da missão da U, inclusive facilitando as operações futuras; e

3) ser possível sua conquista pela subunidade, dentro das limitações de tempo e espaço impostas.

(e) Os objetivos podem ser de três naturezas:

1) intermediário;

2) final; e

3) decisivo.

(f) Objetivos intermediários, indispensáveis ao cumprimento da missão, são marcados para:

1) proporcionar segurança à manobra;

2) facilitar mudanças de direção, de dispositivo ou de ritmo;

3) obter unidade de esforços;

4) facilitar o controle durante o ataque;

5) proporcionar melhores condições de prosseguimento; e

6) devem ser designados o menor número possível de objetivos intermediários, tendo em vista não se reduzir a velocidade do ataque. A marcação de um objetivo impõe, à força que o atinge, a execução das ações de consolidação e de reorganização, acarretando, em conseqüência, uma maior permanência na região atingida.

(g) O objetivo final é aquele que se situa na região que caracteriza o cumprimento da missão. Se único, pode coincidir com o objetivo decisivo.

(h) O objetivo decisivo é aquele cuja posse mais facilita o cumprimento da missão, razão pela qual o ataque principal, normalmente, será orientado para ele.

(5) Valor do escalão de ataque

(a) Durante o seu estudo de situação, o Cmt procura determinar o valor que será necessário dar ao escalão de ataque, para a conquista do objetivo final da U.

(b) Pela análise dos fatores da decisão, ele conclui quanto à necessidade de empregar uma ou mais peças de manobra em primeiro escalão e sobre a composição e orientação da reserva.

(6) Ataques principal e secundário (s)

(a) Generalidades

1) Após a determinação dos meios necessários para o escalão de ataque conquistar o objetivo final, o comandante designa o ataque principal e o(s) ataque(s) secundário(s).

2) Se o ataque secundário estiver obtendo êxito e o ataque principal não, o comando poderá deslocar o peso do poder de combate disponível para o primeiro, transformando-o em ataque principal. Todavia, o sucesso do ataque principal não deve depender do sucesso do ataque secundário.

(b) Ataque principal - O ataque principal é dirigido contra o objetivo que melhor contribua para o cumprimento da missão (objetivo decisivo). Deverá utilizar a via de acesso que possibilite conquistar o objetivo com o menor número de baixas para o atacante e infligir maiores danos ao inimigo, em princípio, e possuir a mais alta prioridade de distribuição de poder de combate e de apoio de fogo. Deverá, ainda, beneficiar-se da localização da reserva, que deverá ser orientada na zona de ação da força que realiza o ataque principal. O Cmt deve ter em mente que, em princípio, a melhor Via A quanto ao terreno para o atacante será, também, aquela onde o inimigo irá concentrar seu poder de combate, a maioria de seus obstáculos e seus fogos ajustados. Em princípio esta Via A não deverá ser utilizada pelo ataque principal. O fundamento mais importante é atacar aonde o inimigo é mais fraco e se possam obter resultados decisivos.

(c) Ataque secundário

1) O(s) ataque(s) secundário(s) é(são) planejado(s) para auxiliar o ataque principal e contribui (em) para o sucesso deste pela execução de uma ou mais das seguintes missões:

a) conquistar e controlar terreno que facilite a manobra do ataque principal;

b) desgastar o inimigo;

c) proteger o ataque principal;

d) fixar forças inimigas em partes selecionadas da frente;

e) iludir o inimigo quanto à localização do ataque principal;

f) forçar o inimigo a empregar sua reserva, ou parte dela, prematuramente ou em áreas não decisivas;

g) impedir que sejam Ref os elementos inimigos que se defrontam com o ataque principal; e

h) permitir uma maior flexibilidade ao Cmt e maiores Altn para a Conq do objetivo decisivo.

2) O ataque secundário deve receber P Cmb suficiente para o cumprimento de sua (s) missão (ões).

(7) Dispositivo para o ataque

(a) O dispositivo para o ataque e as possibilidades de mudanças subseqüentes decorrem de um minucioso estudo de situação.

(b) As forças encarregadas dos ataques principal e secundário(s) poderão ser empregadas adotando dispositivos em linha ou em coluna.

c. Execução do ataque

(1) Conduta do ataque

(a) Da Z REu à LP

1) Antes do Atq as U ocupam locais dispersos à retaguarda da LP. O Dsloc para a LP é planejado de tal forma que os Elm do Esc de Atq a ultrapassem, na hora determinada e em movimento contínuo. As paradas nas P Atq se limitam ao tempo indispensável para a adoção das formações de ataque.

2) O movimento da P Atq para a LP pode ser protegido por uma preparação de artilharia. O Esc Sp cruza a LP durante ou após esta preparação.

(b) Da linha de partida ao objetivo

1) O Esc Atq, sempre que possível, desloca-se em massa da LP para o objetivo. Massa significa uma formação sem fragmentação, embora mantendo a dispersão apropriada da força e seus componentes. Este deslocamento em massa aproveita a potência de fogo e aumenta a ação de choque das VBR.

2) O Esc Atq deve cerrar sobre o objetivo no menor tempo possível. Quanto mais tempo ficar exposto aos fogos inimigos tanto maiores serão suas perdas. O movimento é realizado por itinerários que proporcionem cobertas e abrigos. O rápido movimento e o uso de todos os fogos disponíveis multiplicam a ação de choque do escalão de ataque. Se o Esc Atq tiver que empregar o fogo e o movimento para progredir, deve haver ação de comando para assegurar que os movimentos sejam executados rapidamente e que toda a força continue a avançar sobre o inimigo. Quando a situação permitir ou na preparação para o assalto, o avanço em massa é retomado.

3) O Esc Atq submete o Ini ao máximo de fogos tão logo este fique dentro do alcance eficaz de suas armas. O objetivo principal das VBR durante um ataque é a destruição das viaturas blindadas inimigas, à maior distância possível . Elas poderão dirigir seus fogos, também, sobre posições de armas anticarro e de outras armas coletivas, a fim de facilitar a progressão da U. Os fogos das VBR são reforçados por todas as armas de apoio disponíveis, impedindo o Mvt e a observação do inimigo e destruindo suas defesas. O máximo emprego de fumígenos deve ser realizado nesta fase do ataque para apoiar a manobra das SU.

4) As VBTP acompanham as VBR à uma distância que permita o apoio dos fuzileiros à essas viaturas, quando necessário. O armamento orgânico das VBTP deve ser utilizado durante o ataque, em reforço aos fogos das VBR, procurando bater viaturas, dotadas de blindagem leve ou não blindadas, equipes de armas anticarro, outras armas coletivas e a infantaria inimiga desdobrada no terreno.

5) O Cmt da U controla o Ap F e o deslocamento de seus elementos de manobra.

6) À medida que os elementos de primeiro escalão progridem, os fogos de apoio são suspensos ou transportados, normalmente pelos observadores avançados que acompanham as SU. Estas, deslocando-se em massa, cerram sobre o objetivo e o assaltam.

7) Durante o desenrolar do ataque, os elementos de primeiro escalão fazem o máximo emprego possível dos fogos de apoio. As armas de tiro indireto poderão se deslocar por escalões, a fim de proporcionar apoio de fogo contínuo ou, particularmente em operações móveis, continuar o movimento até que seu emprego se torne necessário.

8) A reserva desloca-se, se necessário e de acordo com os fatores da decisão, de modo que possa apoiar os elementos em primeiro escalão, proteger os flancos ou cumprir outras missões. Tão logo o primeiro escalão atinja seus objetivos, os elementos do segundo escalão poderão cerrar para outras posições que lhes permitam auxiliar na consolidação e repelir contra-ataques.

(2) Assalto ao objetivo

(a) Quando o Esc Atq se aproximar do objetivo os fogos de apoio da base de fogos são intensificados. Assim que os elementos de primeiro escalão atingem uma distância que permita o combate aproximado com o inimigo, o assalto é iniciado, e os fogos de apoio são transportados para além e para os flancos do objetivo, a fim de isolá-lo.

(b) As VBR assaltam a P Def Ini evitando constituir-se em alvos estáticos, progredindo em alta velocidade. Nesta fase do ataque é fundamental o apoio dos Fuz Bld às VBR, seja pelo fogo do armamento das VBTP destruindo as armas anticarro de curto alcance do inimigo e posições de metralhadoras, não destruídas ou ultrapassadas pelas VBR, seja pela ação dos Fuz desembarcados, empregando fogos de assalto e o combate corpo-a-corpo, destruindo ou capturando as guarnições dos blindados inimigos destruídos ou avariados, eliminando resistências remanescentes da P Def Ini nas trincheiras, abrigos e dobras do terreno ou removendo obstáculos que impeçam a progressão das viaturas blindadas.

(c) Sempre que a situação tática e o terreno permitirem, os Fuz Bld deverão cruzar o objetivo abrigados em suas viaturas blindadas, desembarcando após ultrapassá-lo e assaltando-o pela retaguarda, a fim de destruir as resistências inimigas e limpar o objetivo, contando com o fator surpresa e o efeito psicológico desmoralizante sobre os defensores.

(d) As VBR apoiam os Fuz Bld nas ações de limpeza do objetivo com extensa utilização de suas metralhadoras. Antes mesmo que estas ações estejam concluídas, estas viaturas deslocam-se para posições nos limites do objetivo ou à frente e afastadas deste, onde se preparam para fazer face a contra-ataques ou para o prosseguimento do ataque.

(3) Ações no objetivo

(a) Generalidades

1) A efetiva ocupação do objetivo é uma fase crítica do ataque. Além do controle tornar-se difícil, esta é a oportunidade mais favorável para um inimigo agressivo desencadear contra-ataques planejados, coordenados e apoiados por todos os seus fogos disponíveis.

2) Terminado o assalto, a U passa a executar as atividades denominadas de “ações no objetivo”, que são a consolidação da posse do terreno conquistado e a reorganização da unidade.

(b) Consolidação - A consolidação do objetivo compreende todas as medidas executadas para assegurar a sua posse e fazer face aos possíveis contra-ataques inimigos. Estas medidas podem variar desde o simples estabelecimento da segurança local até a completa organização da posição para a defesa e, normalmente, incluem:

1) segurança: proporcionada pelo estabelecimento de postos de observação e lançamento de patrulhas com a finalidade de eliminar núcleos remanescentes do inimigo;

2) reconhecimento: além dos necessários à efetivação da segurança, são realizados outros, visando ao aperfeiçoamento do dispositivo defensivo e ao cumprimento de missões imediatas e futuras;

3) tomada do dispositivo adequado para repelir C Atg: elementos

das SU ocupam posições para barrar as Via A favoráveis a ações inimigas, particularmente as apoiadas por blindados; e

4) apoio de fogo: deslocamento de meios, realização de fogos e preparação de planos de fogos das diversas armas para apoiar a manutenção do objetivo ou, se for o caso, o prosseguimento do ataque.

(c) Reorganização - A reorganização compreende as medidas destinadas a manter ou restabelecer a eficiência combativa e o controle da unidade. Deve ser contínua e compreende as medidas especificadas abaixo:

1) relatórios - a U recebe informações das SU e envia relatórios minuciosos ao EscSp sobre a situação tática e logística, informando-o a respeito da missão, situação da tropa, dos equipamentos e suprimentos;

2) recompletamentos - os pedidos de recompletamentos são remetidos ao Esc Sp o mais cedo possível;

3) suprimentos - as reservas e dotações orgânicas são recompletadas na medida do possível. Ressuprimentos, particularmente aqueles relativos a munição, equipamentos, combustível e lubrificantes, são efetuados;

4) evacuação - são tomadas providências destinadas à evacuação dos prisioneiros de guerra, material danificado e baixas; e

5) controle - neste setor, as providências necessárias podem abranger o deslocamento do posto de comando principal, o estabelecimento de ligações que tenham sido interrompidas e a revisão ou reformulação dos planos para o emprego das comunicações, buscando seu pleno restabelecimento.

(4) Prosseguimento do ataque

(a) Durante o ataque, uma das preocupações básicas do Cmt é manter a impulsão. As paradas em objetivos intermediários devem restringir-se ao tempo mínimo necessário para as ações de consolidação e reorganização. Se necessário, o comandante poderá liberar o elemento subordinado das ações no objetivo ou empregar a reserva, a fim de manter a impulsão do ataque.

(b) Não havendo imposição de manter um objetivo intermediário, a U deve prosseguir no ataque, logo que possível e sem perda de tempo, reorganizando-se durante o movimento. Para isto, é fundamental que os Cmt subordinados conheçam, perfeitamente, o conceito da operação e a intenção do Cmt, para que possam tomar a iniciativa de prosseguir no ataque, quando for o caso.

(c) Se o objetivo deve ser mantido, a unidade o consolida, reorganiza-se e somente prossegue no ataque mediante ordem.

c. Emprego das viaturas blindadas de reconhecimento e dos fuzileiros blindados

(1) Generalidades

(a) A U conduz as operações ofensivas, normalmente, empregando suas VBR e seus Fuz Bld, em princípio, combinados no escalão SU, formando pelotões provisórios. A chegada desses elementos ao objetivo deve ser regulada, de modo a se obter o máximo efeito da ação de choque e da potência de fogo protegida por blindagem, próprias do conjunto VBR - Fuz Bld.

(b) A escolha da formação de ataque para as VBR e Fuz Bld, é baseada na consideração da missão, situação do inimigo, terreno e meios, como também na potência de fogo, segurança e controle desejados pelo Cmt numa

determinada ação.

(c) Em situações de rápido movimento, o avanço das VBR e dos Fuz Bld deverá ser coordenado, combinando-se as formações de combate de cada elemento numa formação mutuamente apoiada. Em princípio, as VBR precedem os Fuz Bld, de modo que a força atacante desloque-se reunida, para a frente, como um todo.

(d) Em situações de menor mobilidade, quando as VBR avançam por lanços, os Fuz Bld se deslocam pelo mesmo processo, embarcados em suas viaturas. Caso os Fuz Bld tenham que desembarcar de suas VBTP, o deslocamento por lanços aumentará a segurança dos Fuz Bld e reduzirá o tempo em que ficarão expostos às armas de tiro direto. Neste caso, os Fuz Bld ocuparão, normalmente, uma posição desenfiada atrás dos elementos VBR mais à retaguarda. Em qualquer dos casos, a velocidade do movimento dos Fuz Bld deve ser regulada, pelo comandante das SU, para assegurar que estejam colocados em posição favorável para juntar-se às VBR no assalto ao objetivo.

(e) Sempre que possível, o Esc Atq avança em massa, sem parada. Contudo, forçado pela ação inimiga, pelo terreno ou fogos insuficientes da base de fogos, poderá ter que empregar a combinação do fogo e movimento.

(f) Em cada SU, a formação para o ataque deve permitir a coordenação e o apoio mútuo entre os elementos de VBR e Fuz Bld.

(g) A VBTP é concebida para proporcionar mobilidade tática e relativa proteção contra estilhaços e fogos de armas portáteis. Sua perda reduz sensivelmente a mobilidade dos Fuz Bld. O Cmt não deve, portanto, expô-las, desnecessariamente, aos fogos AC do inimigo.

(h) O Cmt da U deve regular a distância entre as VBR e Fuz Bld, antes de partir para o ataque. Esta distância será baseada, principalmente, nas seguintes considerações:

1) missão - se a missão exige rapidez, movimento cerradamente controlado e se uma interferência ponderável do inimigo não é previsível, os Fuz Bld poderão seguir as VBR mais próximos do que se fogos AC eficazes estiverem dirigidos às VBR;

2) tipo e possibilidades das armas AC do inimigo - se o inimigo estiver equipado com armas AC de curto alcance, os Fuz Bld poderão seguir as VBR mais próximos do que se o Ini possuir armas AC de grande calibre, longo alcance e alta velocidade;

3) tipo de terreno - se o terreno for ondulado e acidentado, fornecendo posições desenfiadas, os Fuz Bld poderão seguir as VBR mais próximos do que se o terreno for aberto e relativamente nivelado ou plano; e

4) ações do inimigo - a distância entre as VBR e Fuz Bld, dentro da formação, não deverá ser tão grande, que possa permitir que o inimigo interponha uma força considerável entre seus elementos, o que poderá conduzir a uma derrota por parte, tanto das VBR como dos Fuz Bld.

(i) Qualquer que seja o processo de ataque empregado, os Fuz Bld e as VBR deverão assaltar o objetivo juntos. Os Fuz Bld, em princípio, deverão assaltar o objetivo embarcados. A resistência remanescente na área do objetivo, o terreno e a premência de tempo devem ser considerados pelo Cmt SU ao decidir pelo assalto a pé ou embarcado.

1) Dar-se-á preferência a um assalto embarcado quando as resistências remanescentes na área do objetivo não signifiquem grande ameaça aos blindados. Neste caso as VBTP assaltarão no intervalo e à retaguarda das VBR.

2) A utilização deste processo permite o emprego de munição de tempo pela artilharia durante o assalto. Tão logo possível o combinado VBR - Fuz Bld buscará uma posição que lhe permita observação e fogos no compartimento seguinte. Os Fuz estarão aptos a participar, de imediato, da consolidação; enquanto parte deles faz a proteção aproximada das VBR, outra parte realiza a limpeza do objetivo.

3) Quando houver indícios de resistências remanescentes em condições de causar sérios danos aos blindados, ou na impossibilidade de visualizar toda a área do objetivo (matas, terreno acidentado, neblina ou áreas edificadas), os Fuz Bld deverão assaltar a pé, eliminando as resistências remanescentes e cerrando para junto das VBR na consolidação. Parte dos fuzileiros poderá receber a missão de executar uma limpeza mais detalhada da área do objetivo.

(j) A decisão sobre quando e onde devem desembarcar os Fuz Bld, se isto for necessário, cabe ao comandante da subunidade e é baseada na situação existente, levando sempre em consideração que o assalto embarcado é preferível ao desembarcado e, que o assalto pela retaguarda do objetivo é mais eficaz que o assalto frontal.

(2) Processos de ataque para VBR e Fuz Bld

(a) Há três processos gerais para o emprego combinado das VBR e Fuz Bld no ataque:

1) VBR e Fuz Bld numa mesma direção;

2) VBR e Fuz Bld em duas direções convergentes; e

3) as VBR somente apoiam pelo fogo.

(b) Durante o ataque, poderão ser empregados um ou mais desses processos. O Esc Atq e as SU que o integram devem ser capazes de mudar o seu processo de ataque, caso isto se torne necessário, com a evolução do combate.

(c) A escolha de um processo ou de uma combinação de processos de ataque deve atender às considerações a seguir descritas:

1) as VBR devem ser empregadas de modo que seja feita a máxima utilização de sua mobilidade tática, potência de fogo, relativa proteção blindada, velocidade e ação de choque;

2) a velocidade de progressão do ataque deve ser a máxima permitida pelo terreno e pela resistência do inimigo;

3) os Fuz Bld deverão permanecer embarcados o maior tempo possível, de modo que:

a) o Esc Atq possa progredir na velocidade das VBR e VBTP, para cerrar sobre o Ini e destruí-lo;

b) a mobilidade tática de ambos os elementos do combinado VBR - Fuz Bld seja mantida;

c) as baixas, em regiões batidas por fogos de artilharia e de armas portáteis, sejam minimizadas;

d) possa ser utilizada munição de tempo nos fogos de artilharia, em apoio ao escalão de ataque; e

e) não haja desgaste prematuro dos Fuz Bld, sendo sua energia conservada para a ocasião em que tiverem que ser empregados.

(d) Os Fuz Bld, normalmente, desembarcam quando se torna necessário:

1) evitar sua destruição por fogo AC inimigo;

2) abrir ou remover obstáculos que impeçam o movimento das VBR e VBTP para a frente;

3) cooperar na neutralização ou destruição das armas AC que detenham a progressão das VBR e VBTP;

4) participar de ataque através de regiões densamente matosas ou terreno muito acidentado ou cortado;

5) liderar um ataque através de cursos de água que não puderem ser atravessados pelas VBTP;

6) participar de ataques através de regiões fortificadas ou através de localidades e vilas que não puderem ser desviadas;

7) auxiliar a progressão das VBR sob certas condições de visibilidade restrita e campos de tiro reduzidos (escuridão, fumaça, neblina, bosques densos, terreno cortado); e

8) realizar a limpeza de um objetivo e auxiliar na sua consolidação.

(3) Ataque de VBR e Fuz Bld numa única direção

(a) Generalidades

1) No ataque numa única direção, todo o Esc Atg utiliza a mesma via de acesso para o objetivo. Os Fuz Bld operaram embarcados, usando formações variadas em sua progressão.

2) Este processo proporciona melhor coordenação e controle, uma vez que toda a força atacante se desloca numa única direção e sobre a mesma Via A. Comparando com outros processos, permite apoio mútuo mais cerrado entre os elementos da força atacante.

3) As condições que favorecem a adoção deste processo são:

4) Ataque em terreno limpo e plano, onde as VBTP tenham dificuldades para mascarar seu movimento; neste caso, as VBR proporcionarão proteção às VBTP.

5) Disponibilidade de apenas uma via de acesso.

6) O objetivo não pode ser flanqueado facilmente.

7) Necessidade de um maior controle de operação.

(b) VBR com Fuz Bld embarcados

1) O ataque de VBR e Fuz Bld embarcados poderá ser realizado combinando-se estes elementos em uma única formação. As posições dos elementos na formação estão subordinadas à situação tática. Normalmente, as VBR lideram, de modo a poderem utilizar melhor sua potência de fogo. As VBTP devem ser dispostas à retaguarda das VBR, de modo que suas metralhadoras orgânicas possam aumentar os fogos das VBR, sem que tal implique em excessiva exposição aos fogos AC do inimigo. Esta técnica somente poderá ser utilizada quando a posição inimiga não apresentar sistema de defesa anticarro

(DAC) eficiente.

2) Quando embarcados, os Fuz Bld podem seguir as VBR por lanços. Esta técnica contribui para o aumento da segurança das VBTP mas, acarreta redução da velocidade de progressão.

3) A distância entre as VBR e as VBTP não deve aumentar ao ponto de permitir que elementos inimigos possam infiltrar-se entre eles, acarretando a perda da possibilidade de apoio rápido às VBR pelos Fuz Bld.

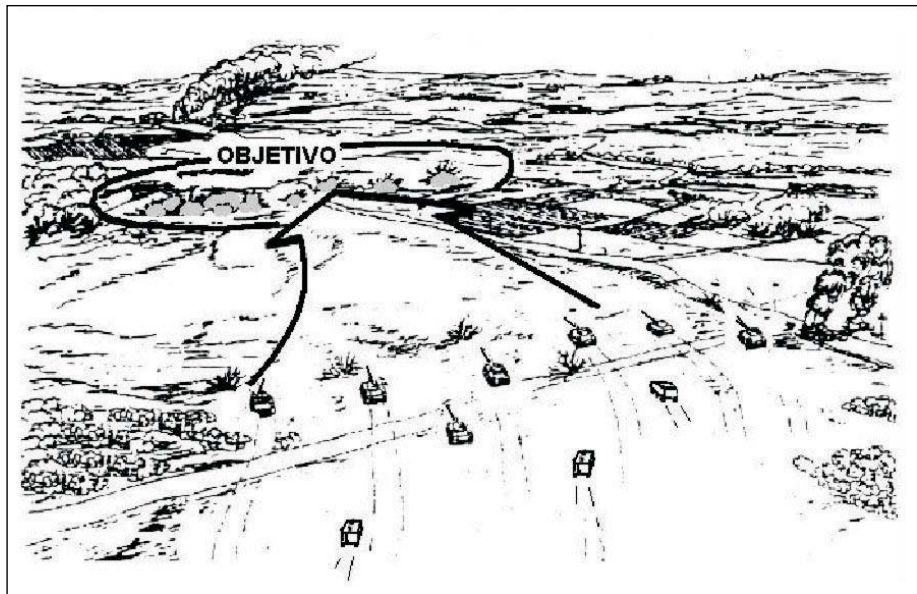



Fig 6-12. Ataque de VBR e Fuz embarcados em uma única via de acesso

4) Ao determinar as posições de VBR e VBTP nas formações blindadas, o Cmt deve avaliar continuamente a necessidade de contar com a disponibilidade do apoio dos Fuz Bld expondo as VBTP ao fogo eficaz do inimigo.

(c) VBR com Fuz Bld em movimentos por lanços

1) Os Fuz Bld seguem as VBR por lanços. Esta técnica de movimento aumenta a segurança dos Fuz Bld. Enquanto as VBR avançam continuamente de um para outro acidente do terreno, as VBTP devem deslocar-se rapidamente para posições desenfiadas à retaguarda dos sucessivos acidentes do terreno.

2) O controle deve ser exercido de modo a assegurar a execução coordenada do assalto, com as VBR precedendo os Fuz Bld no objetivo. Isto normalmente exigirá um aumento da velocidade das VBTP no final do movimento, de modo a cerrar sobre as VBR na abordagem do objetivo.

(d) VBR com Fuz Bld desembarcados

1) Este processo poderá ser empregado em situações de pouca visibilidade, como em bosques, localidades e neblina densa. Quando as VBR e Fuz Bld a pé progridem juntos, os Fuz Bld poderão se colocar entre as VBR ou

imediatamente a sua retaguarda. Durante a progressão, a posição relativa das VBR e Fuz Bld é ajustada de acordo com o terreno e a resistência inimiga. Durante o assalto, por exemplo, os Fuz Bld deslocar-se-ão, normalmente, à retaguarda imediata das VBR, de modo a permitir cerrado apoio mútuo, além de beneficiarem-se da proteção das VBR.

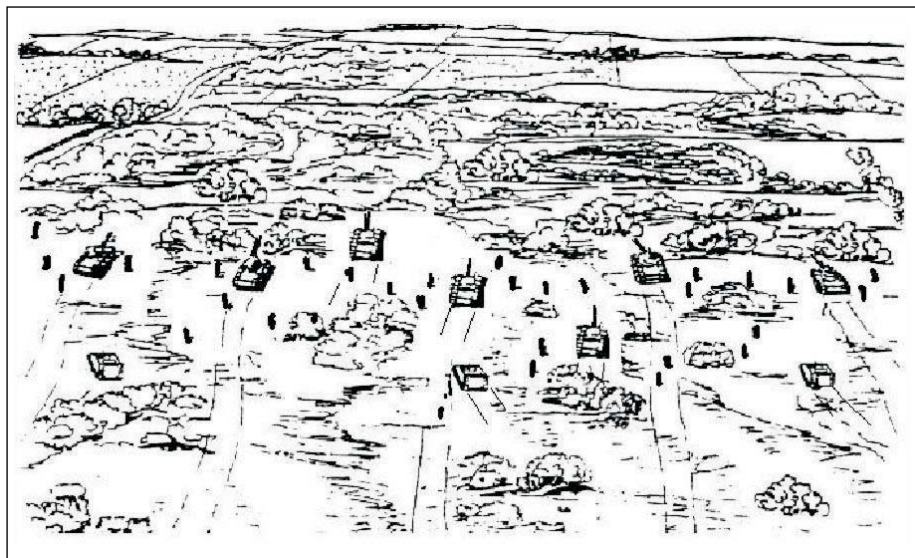



Fig 6-13. VBR e Fuz desembarcados progredindo juntos

2) Quando o terreno, obstáculos ou armas AC inimigas restringem ou detêm o movimento das VBR, mas permitem o dos Fuz Bld desembarcados, aquelas poderão, temporariamente, apoiar, pelo fogo, o avanço dos Fuz Bld. Quando o ataque dos Fuz Bld tiver progredido suficientemente ou tiver sido removido o obstáculo que detinha as VBR, estas deverão se deslocar para a frente, ultrapassar os Fuz Bld e voltar a liderar o ataque. Este tipo de ação não deve ser confundido com o processo em que as VBR somente apoiam pelo fogo, já que a intenção é que as VBR participem do assalto ao objetivo.

3) Quando as VBR assaltam sob proteção de munição de tempo de artilharia e morteiros, os Fuz Bld seguem à retaguarda numa distância de segurança dos arrebentamentos, eliminando ou capturando o pessoal inimigo remanescente.

4) As VBTP devem progredir logo atrás dos Fuz Bld desembarcados, para estarem prontamente disponíveis, quando necessárias, para prosseguir no ataque ou para auxiliar na consolidação do objetivo.

(4) Ataque das VBR e Fuz Bld em duas direções convergentes

(a) Generalidades

1) Normalmente serão empregados VBR e Fuz Bld em uma mesma direção. Poderão surgir situações em que seja necessário o emprego de Fuz Bld em uma direção e VBR em outra.

2) A coordenação do assalto é mais difícil do que em outros processos.

3) Este processo, normalmente, obtém o máximo efeito de surpresa. Proporciona oportunidade para a força atacante golpear os flancos ou retaguarda do inimigo, além de obrigá-lo a combater em duas direções. O emprego das VBR em ambas as direções, sujeita as viaturas blindadas inimigas a exporem seus flancos e retaguarda e, a serem destruídas.

4) As condições que favorecem o emprego deste processo são:

a) possibilidades de flanqueamento do objetivo;

b) possibilidade de manutenção do controle a despeito das dificuldades.

(b) VBR com Fuz Bld embarcados num mesmo eixo

1) Normalmente, uma SU com o Pel provisório com Fuz Bld embarcados é empregada em cada direção.

2) O ataque deverá ser coordenado de tal maneira que as SU cheguem ao objetivo simultaneamente, para assegurar o máximo de ação de choque.

3) O movimento das VBR e das VBTP será regido pelas mesmas considerações feitas para a atuação em uma única direção.

(c) VBR com Fuz Bld a pé por eixos diferentes

1) O movimento de VBR e Fuz Bld a pé obedece as mesmas considerações quanto ao emprego em um único eixo. Neste caso, parte ou totalidade dos exploradores pode ser utilizada em reforço aos Fuz Bld.

2) Quando o Esc Sp é detido por fogos ou obstáculos AC inimigos, os Fuz Bld a pé progridem utilizando via de acesso coberta, impraticável para as VBR e atacam o flanco do inimigo. Nesta situação, as VBR apoiam pelo fogo, deslocando-se logo que possível em direção ao objetivo.

3) As SU em cada Via A devem procurar a abordagem do objetivo simultaneamente. O ataque poderá ser coordenado de tal modo que as VBR cheguem primeiro ao objetivo e, os Fuz Bld posteriormente. Tal atitude permitirá o uso de tiros com munição de tempo da artilharia e de morteiros durante a fase do assalto à posição.

(d) VBR numa direção e Fuz Bld na outra - Este procedimento é empregado quando uma das Via A é adequada para as VBR, mas acarreta excessiva exposição dos Fuz Bld e suas viaturas, enquanto a outra poderá ser utilizada por Fuz Bld a pé, mas restringe ou impede o movimento das VBR. Este processo torna crítica a coordenação VBR - Fuz Bld para o assalto.

(5) As VBR somente apoiam pelo fogo

(a) Neste processo os Fuz Bld, a pé, reforçados ou não pelos exploradores, atacam para conquistar o objetivo e as VBR os apoiam somente pelo fogo. As condições que tornam necessária a utilização deste processo são:

1) a existência de obstáculos que impeçam o movimento das viaturas no ataque, obrigando a conquista de um objetivo para permitir a remoção dos obstáculos;

2) terreno impraticável para as VBR deve ser conquistado; e

3) disponibilidade de munição.

(b) Na transposição de cursos de água obstáculo às VBR, estás

viaturas deverão ocupar posições de tiro desenfiadas, de onde possam apoiar a travessia das VBTP dos Fuz.

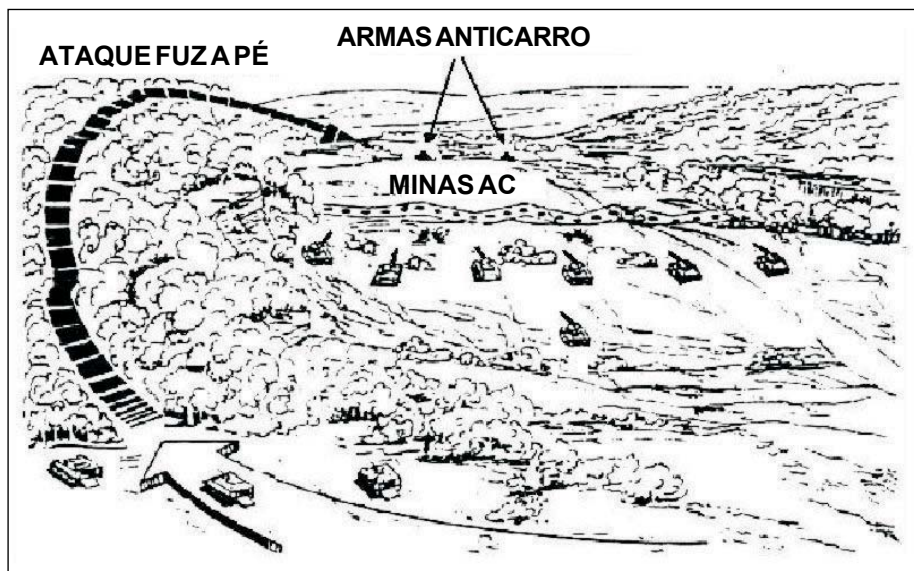



Fig 6-14. As VBR somente apoiando pelo fogo o ataque dos Fuz

6-14. EMPREGO DAS VIATURAS BLINDADAS DE RECONHECIMENTO E DOS FUZILEIROS BLINDADOS EM REGIÕES COM OBSTÁCULOS

a. Generalidades - Em combate, o R C Mec irá se deparar com uma grande variedade de obstáculos artificiais e naturais. Os obstáculos devem ser rapidamente ultrapassados para conservar a iniciativa e manter a impulsão do ataque. O comandante deve decidir rapidamente se irá desbordar, abrir uma passagem ou forçar a passagem através do obstáculo. A opção de se forçar a passagem em um obstáculo só deverá ser adotada se não for possível desbordá-lo ou abrir uma passagem, pois este processo acarretará uma grande quantidade de perdas em pessoal e material. A urgência no cumprimento da missão será fator decisivo na escolha do processo a ser adotado para se ultrapassar um obstáculo.

b. Desbordando o obstáculo

(1) Os obstáculos devem ser, sempre que possível, desbordados. Os fogos ajustados do inimigo poderão ser evitados, deslocando-se a tropa por itinerários cobertos e abrigados dos fogos diretos inimigos. A SU em contato será empregada para reconhecer os limites laterais do obstáculo, encontrar itinerários que possibilitem o desbordamento do obstáculo, localizar as armas do inimigo e seus itinerários de contra-ataque na área do obstáculo. Estes procedimentos devem fazer parte das NGA do regimento para se ganhar tempo e evitar confusão.

(2) Normalmente, a subunidade em contato estabelecerá uma proteção face ao obstáculo, manobrando para engajar o inimigo que bate o obstáculo pelo

fogo. Ao mesmo tempo, um de seus pelotões iniciará os reconhecimentos laterais procurando encontrar itinerários que possibilitem o desbordamento do obstáculo. Os Fuz Bld e os engenheiros reconhecem o obstáculo, para o caso do desbordamento não ser realizado.

(3) Os helicópteros da Av Ex e as aeronaves da F Ae podem ser empregados na localização de itinerários de desbordamento, na proteção da tropa no obstáculo e impedindo o reforço da posição inimiga ou a realização de contra-ataques.

c. Abrindo passagens nos obstáculos

(1) Generalidades

(a) Na defensiva, a doutrina enfatiza o emprego de obstáculos em profundidade, a fim de criar várias linhas de defesa e dar mais solidez à posição defensiva. A U poderá se deparar com obstáculos junto à linha de contato ou em profundidade. Normalmente, poderão ser encontrados num campo de batalha, obstáculos do tipo:

1) campo de minas;

2) obstáculos de troncos ou trilhos, como abatises, ouriços, estacas e muros;

3) fossos anticarro e crateras;

4) obstáculos de arame; e

5) obstáculos químicos (gás).

(b) As tropas Bld são as mais aptas para realizarem a abertura de brechas em obstáculos. A operação de abertura de brechas compreende o emprego de três forças com missões distintas:

1) Força de Apoio;

2) Força de Abertura de Brechas; e

3) Força de Proteção.

(c) O emprego do R C Mec, ou uma de suas SU, como força de abertura de brechas não é adequado porque a unidade não dispõe de equipamento especial (rolos e lâminas) para o teste da brecha e também porque as viaturas blindadas sobre rodas não são eficientes nesta tarefa.

(d) A missão de Força de Apoio pode ser atribuída ao regimento, ou a uma subunidade, com as restrições relativas à disponibilidade de munição, à possibilidade de remuniciamento, e à capacidade das VBR em emassar fogo suficiente para fixar, destruir ou neutralizar o inimigo, de acordo com a especificação da tarefa a cumprir.

(e) O R C Mec, ou uma de suas SU, atuando como Força de Assalto deverá atacar o inimigo que protege o obstáculo utilizando as subunidades formadas, na maioria das vezes, por Pel provisórios, ou mesmo, empregando subunidades provisórias, conforme a situação tática exigir. Deverão ser guardadas as restrições impostas para o emprego de Vtr sobre rodas.

ARTIGO V

APROVEITAMENTO DO ÊXITO

6-15. GENERALIDADES

a. Conceito

(1) Aproveitamento do êxito (Apvt Exi) é a operação que se segue a um ataque bem sucedido e que, normalmente, se inicia quando a força inimiga se acha, reconhecidamente, em dificuldades para manter suas posições. Caracterizada por um avanço contínuo e rápido das forças amigas com a finalidade de ampliar ao máximo as vantagens obtidas no ataque e destruir a capacidade do inimigo de reorganizar-se ou de realizar um movimento retrógrado ordenado.

(2) Constitui a fase decisiva da ofensiva. O sucesso da operação repousa na judiciosa exploração das vantagens iniciais conseguidas pelo ataque. Visa a destruir a capacidade do inimigo de reconstituir uma defesa organizada ou de conduzir, ordenadamente, um movimento retrógrado, em face de uma ameaça de destruição ou captura.

(3) A oportunidade para o início de uma operação de aproveitamento do êxito deve ser judiciosamente considerada. Constituem indícios capazes de justificá-la:

(a) visível diminuição da resistência inimiga em pontos importantes da sua defesa;

(b) aumento do número de prisioneiros de guerra e de material abandonado pelo inimigo;

(c) ultrapassagem de posições de artilharia e de instalações de comando e de suprimento.

(4) O R C Mec não realiza uma operação de Apvt Exi isoladamente, sendo participante da operação conduzida pelo escalão superior.

b. Grupamento de forças

(1) A operação de Apvt Exi comporta dois tipos de forças:

(a) a força de aproveitamento do êxito (F Apvt Exi); e

(b) a força de acompanhamento e apoio.

(2) Ambas as forças deverão possuir alta mobilidade e são subordinadas diretamente ao escalão que as lançou. Não há relação de comando entre ambas. Caso seja empregado, o R C Mec deverá participar como F Apvt Exi.

c. Missões

(1) Da força de aproveitamento do êxito

(a) Conquistar objetivos profundos na retaguarda inimiga.

(b) Cortar linhas de transporte e de suprimento inimigas.

(c) Barrar ou cortar eixos de retraimento da força cercada.

(d) Cercar e destruir forças inimigas.

(e) Desorganizar a capacidade de comando e de controle do inimigo.

(2) Da força de acompanhamento e apoio

(a) Manter aberta a brecha da penetração realizada pela força de

aproveitamento do êxito.

(b) Assegurar a posse de acidentes capitais de interesse para a operação.

(c) Limpar o terreno.

(d) Substituir elementos da força de Apvt Exi que tenham sido deixados à retaguarda.

(e) Auxiliar em atividades de assuntos civis e de prisioneiros de guerra.

(f) Proteger áreas e instalações à retaguarda da força de aproveitamento do êxito.

(g) Assegurar a liberação das vias de transporte.

(h) Bloquear o movimento das reservas inimigas para o interior da área.

d. Acidentes capitais - Em princípio são considerados acidentes capitais para uma operação de Apvt Exi:

(1) objetivos impostos;
(2) as passagens contínuas sobre rios e obstáculos;
(3) as passagens obrigatórias;
(4) as regiões dominantes;
(5) as regiões capazes de proporcionar segurança; e
(6) as regiões favoráveis à rocada de meios.

e. Vias de acesso - Em face da necessidade de rapidez, uma operação de aproveitamento do êxito deve utilizar o maior número possível de eixos disponíveis que demandem aos objetivos impostos, situados profundamente na retaguarda inimiga.

f. Inimigo - Quando o aproveitamento do êxito é iniciado, a situação do inimigo é de desorganização. A resistência inimiga consistirá, em princípio, de retardamento executado por pequenos elementos, em linhas descontínuas e sem profundidade. A desorganização inimiga tende a aumentar proporcionalmente aos sucessos obtidos pela força de aproveitamento do êxito.

g. Liberdade de ação

(1) A execução descentralizada e a adoção de um mínimo de medidas de controle, exigirão iniciativa por parte dos comandantes envolvidos neste tipo de operação, atribuindo-lhes acentuada liberdade de ação.

(2) A rapidez das ações implicará na adoção de decisões prontas e acertadas. Geralmente as missões serão atribuídas por suas finalidades.

h. Conduta

(1) A F Apvt Exi é organizada para destruir instalações ou posições inimigas que seus elementos surpreenderem ou que estiverem fracamente defendidas. As ordens são difundidas pelo rádio, após rápido reconhecimento, normalmente feito pela observação do objetivo e do terreno que interessem à ação a ser empreendida. Os elementos empregados atuam com o máximo de potência de fogo e ação de choque disponíveis.

(2) Caso a resistência inimiga seja de vulto, elementos com poder de

combate suficiente para realizar a manutenção do contato são deixados face àquela posição, enquanto os demais desbordam e prosseguem no cumprimento da missão. Caberá à força de acompanhamento e apoio a redução e limpeza dessas posições inimigas, ocasião em que os elementos deixados à retaguarda reagrupam-se à F Apvt Exi.

i. Características - Uma operação de Apvt Exi possui as seguintes características:

(1) planejamento centralizado e execução descentralizada;
(2) medidas de controle reduzidas ao mínimo;
(3) objetivos profundos;
(4) progressão rápida, contínua e em larga frente;
(5) ataques de oportunidade, por incursões rápidas, golpes de mão e desbordamentos, partindo da coluna de marcha;
(6) missões atribuídas pela finalidade;
(7) ampla utilização de meios aéreos para reconhecimento e apoio de fogo; e
(8) desbordamento e manutenção do contato em fortes pontos de resistência inimiga.

6-16. SEGURANÇA DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

a. Generalidades - Cada Cmt é responsável pela segurança de sua unidade. Um elemento mecanizado empregado no Apvt Exi, em virtude do seu aprofundamento no território inimigo, é particularmente vulnerável a ataques nos flancos e retaguarda e à inquietação por meio de pequenos bolsões de resistência e guerrilheiros. Em conseqüência, a segurança se torna acentuadamente importante.

b. Segurança durante o deslocamento

(1) Durante o deslocamento, a segurança é proporcionada:
(a) pelas forças de segurança;
(b) pelo reconhecimento e vigilância de combate, por meios terrestres e aéreos, à frente, nos flancos e à retaguarda;
(c) pela ligação com as unidades vizinhas; e
(d) pela formação da coluna.

(2) Os elementos de apoio na coluna são protegidos colocando-se elementos de combate próximos a eles. Dependendo da situação, a segurança da coluna poderá ser proporcionada pelo emprego de vanguarda, flancoguarda(s) e retaguarda.

c. Segurança durante os altos - Quando a testa da coluna faz alto, o restante da mesma continua em movimento, cerrando à frente em formação preestabelecida e em condições de ação instantânea em qualquer direção. Medidas de segurança e de defesa aérea passiva devem ser consideradas para a segurança contra ataques e observação aéreos.

6-17. COMPOSIÇÃO DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO

a. Generalidades

(1) No Apvt Exi, o R C Mec se organiza, normalmente, em 1º Escalão, 2º Escalão e Reserva.

(2) O 2º Escalão será constituído pelas peças de manobra com missão definida após determinado ponto do terreno, determinada fase da operação ou, após o estabelecimento do contato com resistências inimigas.

(3) A Reserva será constituída em fim de missão.

(4) Em princípio, esta organização por escalões será impositiva quando a U deslocar-se por um único E Prog. Caso a U se desloque em mais de um E Prog, o que é desejável, o 2º Escalão deverá deslocar-se pelo E Prog principal.

(5) O R C Mec, durante o aproveitamento do êxito, deve ser capaz de executar qualquer tipo de operação terrestre e de iniciar uma ação no menor tempo possível. Deverá ser organizado de modo que o comandante disponha de todos os elementos que possa precisar para o cumprimento da missão.

(6) A U deverá contar com o reforço de elementos de engenharia, de elementos de apoio logístico e, se possível, elementos de carros de combate.

(7) Os fogos de apoio deverão ser proporcionados pela Art, pelo Pel Mrt P e pelas demais armas orgânicas de tiro direto e indireto.

b. Mobilidade - A mobilidade se torna acentuadamente importante durante o aproveitamento do êxito. Os elementos de apoio ao combate e de apoio logístico devem ser altamente móveis.

c. Organização - A organização para o combate e a ordem de marcha são baseadas na consideração dos fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo). A ordem de marcha deve corresponder ao emprego previsto de cada um dos elementos da coluna.

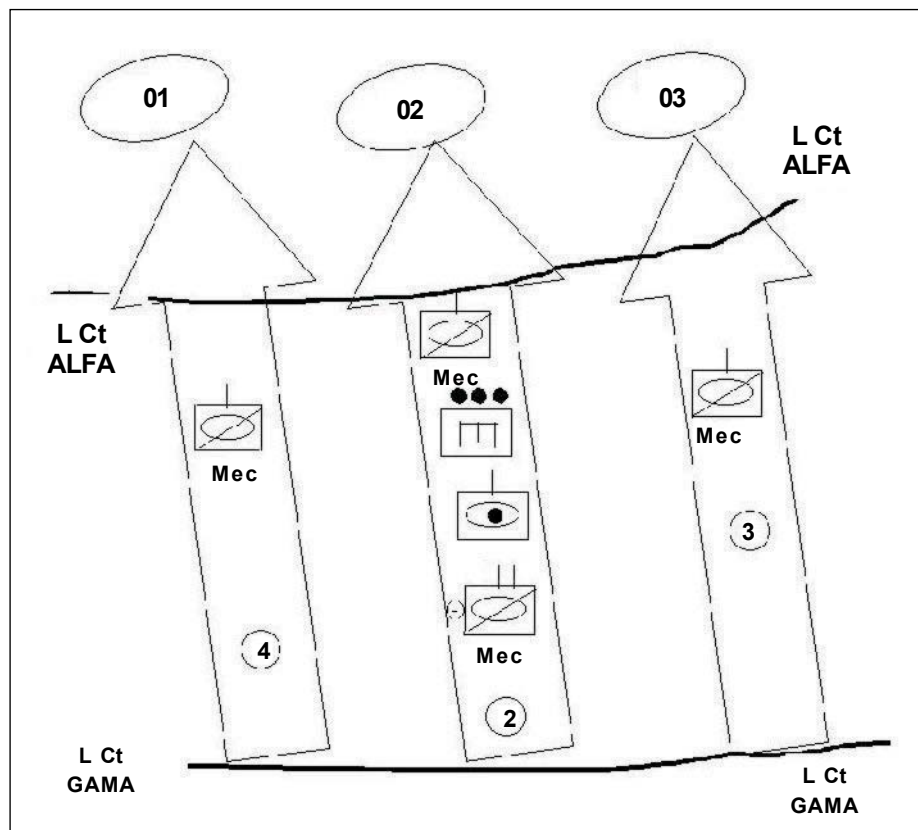



Fig 6-15. Dispositivo e organização do R C Mec para o aproveitamento do êxito

d. Esqd C Mec - Em princípio, serão reforçados por Elm de CC para liderar o movimento, particularmente no E Prog principal. Os CC, normalmente, serão empregados em primeiro escalão.

e. Posto de Comando Tático - O PCT (constituído normalmente do grupo de comando, de elementos de segurança e de comunicações) terá sua localização condicionada às necessidades do Cmt. Em princípio, o PC Tat marcha à retaguarda da subunidade que se desloca à testa do grosso, pelo eixo considerado mais importante. Isto permitirá uma maior rapidez na tomada de decisões e expedição de ordens.

f. Artilharia - A artilharia, em apoio ou em reforço, normalmente, progride por onde a U desloca a maioria de meios, até o momento em que seja encontrada uma resistência inimiga e seus fogos sejam necessários para reduzi-la, a fim de assegurar, do interior do dispositivo, um adequado apoio de fogo à frente. É essencial que elementos de combate precedam a artilharia, a fim de lhe proporcionarem segurança O Cmt da bateria de artilharia assessora o Cmt da U nas suas tomadas de decisões.

g. Equipe de controle aerotático (ECAT) - Esta equipe compõe-se essencialmente de um controlador aéreo avançado (CAA) e de elementos equipados com meios de comunicações capazes de permitirem a ligação terra - ar. Sua atribuição é a de orientar e controlar os ataques aéreos durante a execução do apoio aproximado, utilizando-se de postos de observação no solo ou no ar. Quando empregada no solo, a ECAT pode utilizar um veículo fornecido pela U ou sua viatura orgânica e, com freqüência, pode vir a integrar o PC Tat.

h. Morteiros - O Pel Mrt P, em princípio, progride à retaguarda de uma das SU empregadas em primeiro escalão. Quando a U progride por 2 (dois) eixos de progressão e possui artilharia em reforço ou apoio direto, esta se deslocará pelo eixo principal e o Pel Mrt P pelo secundário. O Cmt do Pel Mrt, apresenta sugestões ao S3 ou ao OAF (Adj S3) capazes de influírem em suas decisões.

i. Engenharia - O Rgt, normalmente, na execução do Apvt Exi, receberá um pelotão de engenharia em reforço. Desde que não haja facilidade de rocadas, o comandante do Pel Eng Cmb pode empregar grupos de engenharia em diferentes eixos de progressão, mantendo-os, em princípio, diretamente sob o seu controle. Nestes casos, quando os meios de engenharia tiverem que se locomover com freqüência, o Cmt da U deverá atribuir a mais alta prioridade de tráfego ao Pel Eng Cmb. Os grupos de engenharia progridem imediatamente à retaguarda dos elementos mais avançados das SU de primeiro escalão e são empregados para manter a impulsão dessas forças, realizando trabalhos de remoção de obstáculos, lançamento de pontes de pequena brecha, reparação de estradas e balizamento de itinerários alternativos e de vaus. Na realização destes trabalhos, os elementos de engenharia deverão contar com a proteção da força apoiada.

j. Trens - Os trens de combate, normalmente, se deslocam à retaguarda dos elementos que compõem a maioria de meios da U. Elementos de combate são designados para proverem a segurança dos trens, constituindo uma proteção de retaguarda.

l. Meios de defesa antiaérea - Caso a unidade receba meios de defesa antiaérea, deverá distribuí-los à bateria de obuses (Bia O) em apoio direto quando desdobrada, aos elementos de engenharia quando realizando trabalhos em pontos críticos do itinerário e pelos elementos que integram a sua maioria de meios, sem contudo pulverizá-los. Quando o regimento não receber elementos de AAAe em reforço, deverá dar elevada prioridade ao planejamento da autodefesa antiaérea, empregando seu armamento orgânico.

m. Coordenação e controle

(1) O estabelecimento de adequadas medidas de coordenação e controle torna possível a execução de ações altamente descentralizadas, permitindo unidade de esforços na consecução dos objetivos estabelecidos no planejamento centralizado elaborado pelo comando do R C Mec.

(2) Um mínimo de medidas restritivas de coordenação e controle deve ser estabelecido. A execução descentralizada e a rapidez das ações exigem o máximo desenvolvimento da iniciativa dos comandantes dos escalões subordinados.

(3) As medidas de coordenação e controle, normalmente estabelecidas em um aproveitamento do êxito, são eixos de progressão, objetivos, regiões de destino, pontos de ligação, linhas e pontos de controle.

6-18. CONDUTA DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO

a. O Apvt Exi se caracteriza por acentuada rapidez, carência de informações atualizadas sobre o inimigo e fluidez das ações o que contribui para a realização de freqüentes combates de encontro. Quando a F Apvt Exi encontra uma resistência inimiga, em princípio, procura desbordá-la (técnica de movimento). Caso isto não seja possível e um engajamento torne-se necessário para o prosseguimento da missão, a força busca reduzir rapidamente a resistência inimiga realizando um ataque.

b. A realização de ações sucessivas ou simultâneas contra resistências inimigas encontradas e que não possam ser desbordadas permite conduzir a operação com menor perda de tempo.

c. Os elementos aéreos, quando disponíveis, são empregados à frente, nos flancos ou à retaguarda do dispositivo da U, para alertá-lo sobre a aproximação ou resistência de forças inimigas, bem como, atuar sobre as mesmas.

d. Para completar o Apvt Exi, a progressão deve, em princípio, continuar durante a noite. De modo geral a progressão noturna é conduzida da mesma maneira que uma progressão diurna. Entretanto, as medidas de segurança devem ser aumentadas, diminuídas as distâncias entre as viaturas e ampliado o reforço de Fuz Bld aos elementos de VBR / CC no primeiro escalão. Durante a noite, há uma chance maior de obtenção da surpresa, porém a velocidade de progressão é menor e os fogos de apoio são menos eficientes. Quando a resistência inimiga é encontrada e o ataque for necessário, este será conduzido de acordo com os princípios estabelecidos para uma operação noturna.

e. Dentro da U pode ser alterada a composição das SU para o ataque a objetivos sucessivos. A operação começa com um ataque ao primeiro objetivo. Tão logo seja conquistado ou o comandante do R C Mec esteja certo de que o conquistará, dá ordem para que outra SU ataque o segundo objetivo, enquanto a operação de limpeza do primeiro está sendo concluída. De modo semelhante, uma terceira SU poderá atacar, desbordando ou ultrapassando a SU no segundo objetivo. O ataque de cada SU deve ser apoiado pelos fogos de outra SU.

ARTIGO VI

PERSEGUIÇÃO

6-19. GENERALIDADES

a. A perseguição (Prsg) é uma operação destinada a cercar e destruir uma força inimiga que tenta fugir. É normalmente, uma extensão do aproveitamento do êxito.

b. Na Prsg, normalmente, são constituídas:
(1) uma força de pressão direta; e
(2) uma força de cerco.

c. A missão de força de pressão direta é evitar o desengajamento do Ini e impedir que ele se reorganize e prepare novas defesas, infligindo-lhe o máximo de perdas. Os Elm de primeiro escalão da força de pressão direta progridem rapidamente ao longo de todas as estradas disponíveis, destruindo ou ultrapassando pequenos bolsões de resistência, enquanto que as resistências maiores são reduzidas pelas unidades de acompanhamento. A força de pressão direta desborda para atacar os flancos e retaguarda dos últimos Elm Ini, procurando atingir o seu grosso. Sua Mis final é a de servir de "martelo", quando da destruição das forças Ini.

d. A missão da força do cerco é atingir a retaguarda do inimigo e bloquear a sua fuga de forma que ele seja destruído entre a força de pressão direta e ela própria. A força avança por eixos paralelos aos eixos de retirada do inimigo. Se a força de cerco não puder ultrapassar o inimigo, ataca o flanco do seu grosso.

e. O RCB, por suas características, é o elemento com mais aptidão para constituir a força de cerco da Bda C Mec, quando esta conduz uma perseguição.

f. A força de cerco deve ter mobilidade igual ou superior a do inimigo e ser organizada para realizar uma operação semi - independente. A pequena capacidade de reação do inimigo reduz a necessidade de apoio mútuo.

g. O sucesso de uma Prsg impõe ininterrupta pressão contra o inimigo para impedir a sua reorganização, retirando-lhe condições de preparar novas posições defensivas. Isto exige das forças que a realizam, o emprego de intenso esforço, levado até o limite da capacidade de resistência de seus elementos e equipamentos. Os Cmt de todos os escalões localizam-se bem à frente de suas tropas, para manter o ímpeto do avanço. Maiores riscos podem ser admitidos nesta operação, desde que sejam obtidos resultados decisivos, razão pela qual a segurança não é um fator primordial.

h. Uma vez ordenada a Prsg, os comandantes dos diversos escalões, utilizando-se de todos os meios disponíveis, impulsionam o movimento e mantêm a sua continuidade. Defesas inimigas são desbordadas e bolsões de resistência isolados são ultrapassados ou destruídos pelo fogo. A permanente pressão

exercida pela força de pressão direta e as ações desenvolvidas pelo cerco impedem que as forças inimigas estabeleçam de uma defesa organizada.

i. Elementos de engenharia devem integrar as forças encarregadas da perseguição, a fim de contribuírem para que seja mantida uma continua progressão.

j. Os elementos de apoio de fogo são colocados o mais à frente possível, a fim de que o fogo possa ser desencadeado no interior das posições inimigas e sobre as suas colunas em retirada. O apoio aéreo aproximado é empregado para interditar vias de retraimento ou de reforços para as colunas inimigas.

l. Elementos aéreos de reconhecimento realizam uma contínua observação nas áreas vitais à retaguarda do inimigo, buscando levantar os eixos de retirada do inimigo, manter o contato com as colunas em retirada e localizar os movimentos dos reforços inimigos.

m. Planejamentos adequados devem ser feitos para atender o apoio logístico. O consumo de classe III é particularmente elevado. O transporte aéreo pode ser empregado para a entrega rápida de suprimentos às unidades avançadas. Deve ser feito o máximo emprego de materiais capturados ao inimigo, particularmente os relativos a meios de transporte e estoques de suprimento.

Fig 6-16. Ações da força de pressão direta e da força de cerco na perseguição

n. A velocidade do avanço, a incapacidade inimiga de reagir com eficiência e a dispersão das forças, contribuem para segurança das forças de perseguição (F Prsg).

o. A cobertura aérea é realizada, em grande parte, como na M Cmb.

p. O Cmt não deve restringir a liberdade de ação e a iniciativa de seus subordinados, empregando medidas de coordenação e controle restritivas, pois o sucesso da perseguição depende da velocidade e da agressividade. As medidas de coordenação e controle podem incluir, dentre outras, a determinação de um ou mais eixos de progressão, o estabelecimento de Z Aç, a designação de objetivos e a fixação de linhas ou pontos de controle. Na perseguição é decisivo o conhecimento da intenção do Cmt pelos comandantes subordinados.

6-20. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA PERSEGUIÇÃO

a. O R C Mec, durante uma operação de perseguição, pode receber missões de:

(1) segurança de um ou ambos os flancos da força de pressão direta ou força de cerco;

(2) reconhecimento, caso o inimigo tenha rompido o contato;

(3) constituir a força de pressão direta ou a força de cerco; e

(4) integrar uma força de maior valor encarregada de realizar uma operação de perseguição.

b. O R C Mec como força de pressão direta - constituindo ou integrando a força de pressão direta, o regimento progride sobre uma frente, a mais ampla possível, utilizando todos os eixos disponíveis. Realiza constantes ações ofensivas, durante o dia e durante a noite, sobre a força de segurança de retaguarda do inimigo e busca, sempre que possível, engajar o seu grosso. Uma inflexível pressão sobre o inimigo, além de impedir sua reorganização e a preparação de novas defesas, serve para facilitar as ações da força de cerco.

c. O R C Mec como força de cerco - o R C Mec pode ser empregado como força de cerco ou dela fazer parte. Quando o Esc Sp está realizando uma perseguição, o R C Mec é melhor empregado como parte da força de cerco. Nesta situação, o regimento progride ao longo de eixos paralelos às linhas do inimigo, para atingir o flanco do grosso das forças que se retiram ou, principalmente, para conquistar desfiladeiros, pontes e outros acidentes do terreno, com a finalidade de interceptar, o mais cedo possível, a fuga da força principal do inimigo. Uma vez isto conseguido, o inimigo é destruído entre a força de pressão e a de cerco. Ao atuar, isoladamente, como uma força de cerco, o R C Mec cumpre a missão de maneira idêntica a uma força independente quando em operações de Apvt Exi; porém, tendo em mente que a rapidez em atingir o flanco inimigo é decisiva para o sucesso da operação.

6-21. CONDUTA NA PERSEGUIÇÃO

a. A Bda inicia a Prsg deslocando-se rapidamente para estabelecer o contato com a força inimiga que se retira. O R C Mec que estabelece o contato com o inimigo torna-se, normalmente, a força de pressão direta. Esta força avança aproveitando ao máximo a rede de estradas disponível a fim de, sem perda de tempo, cerrar sobre as forças de retardamento inimigas. Rompidas estas forças, a força de pressão direta busca o contato com o grosso do inimigo e força-o a entrar em ação. Com isto, a força de cerco será auxiliada no cumprimento de sua missão, ou seja, a destruição do grosso do inimigo, pelo flanco ou pela retaguarda.

b. A Prsg é executada em uma frente tão larga quanto possível. As forças engajadas nas manobras de pressão direta e de cerco recebem direções de atuação, regiões do terreno que devem atingir (L Ct) ou objetivos profundos, missões atribuídas pela finalidade e um mínimo de medidas de coordenação e controle. O máximo de liberdade de ação deve ser permitida aos Cmt subordinados para o exercício de sua iniciativa.

c. As forças de pressão direta avançam ininterruptamente, enquanto as de cerco cortam as vias de retirada do inimigo. Não se deve permitir que as retaguardas ou forças inimigas em posições de flanco desviem a força principal da finalidade de sua missão, que é a destruição do inimigo.

d. Quando o grosso do inimigo tiver sido forçado a defender-se, a força de pressão direta continuará mantendo uma pressão constante sobre o inimigo através do fogo e do movimento. Freqüentemente, isto será melhor cumprido quando todos os elementos de primeiro escalão exercerem a pressão em suas próprias zonas de ação, ao invés da realização de um ataque a nível unidade.

e. A força de cerco manobra, rápida e continuamente, pelos flancos da força inimiga em retirada, progredindo por todos os eixos disponíveis, para blo-quear as vias de escape e ocupar posições defensivas capazes de servirem como “bigorna” na destruição do inimigo pressionado pela força de pressão direta.

f. O apoio aéreo é de grande importância na perseguição. Os elementos aéreos mantêm os comandantes informados sobre a localização e as atividades das forças inimigas. Os helicópteros armados e as aeronaves de apoio aéreo aproximado infligem o máximo de danos ao inimigo que se retira, concentrando-se as ações nas vias de retraimento, em suas colunas e em suas reservas.

g. Quando houver possibilidade de emprego de blindados inimigos, os elementos mecanizados de primeiro escalão deverão ser integrados com elementos de carros de combate.

h. O R C Mec, compondo a força de pressão direta, adota procedimentos semelhantes aos relativos a um ataque. Quando compondo a força de cerco, o planejamento e a execução são similares aos de uma operação de aproveitamento do êxito, levando-se em consideração que o planejamento deverá ser flexível o bastante para que a ação seja orientada pelo movimento do inimigo e não pelo terreno.

ARTIGO VII

OUTRAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

6-22. GENERALIDADES

a. Durante a realização de operações ofensivas, quaisquer que sejam o seu tipo ou forma, é comum a realização de outras operações que não caracterizam, necessariamente, novos tipos ou formas de operações ofensivas.

b. Essas ações ofensivas podem ocorrer em um ou mais tipos de operações ofensivas e podem mesmo, representar parte importante de seu desenvolvimento.

6-23. COMBATE DE ENCONTRO

a. Considerações gerais

(1) O combate de encontro é uma ação que ocorre quando uma força em movimento, incompletamente desdobrada para o combate, engaja-se com uma força inimiga, parada ou em movimento, a respeito da qual não dispõe de informações precisas ou não possui nenhuma informação. A ação deixa de ser um combate de encontro, quando a situação do inimigo tiver sido esclarecida e possam ser desencadeadas operações subseqüentes, planejadas e coordenadas.

(2) As principais características do combate de encontro são o conhecimento limitado do inimigo, rápidas evoluções de situação, um mínimo de tempo disponível para o comandante tomar conhecimento da situação e para formular e executar as ações necessárias.

b. Conduta R C Mec no combate de encontro

(1) Generalidades

(a) O princípio básico que rege a conduta de um combate de encontro é a conquista e a manutenção da iniciativa. Mantendo a iniciativa o Cmt pode, subseqüentemente, adotar a melhor LA para o cumprimento da missão.

(b) As atividades que permitem ao Cmt dispor de melhores condições para manter a iniciativa, quando da realização de um combate de encontro, são:

1) execução de rápido estudo de situação;

2) emissão de ordens fragmentárias; e

3) emprego de elementos aptos e com atuação planejada, a partir da coluna de marcha e atuando descentralizadamente.

(c) Em um combate de encontro, o Cmt da U se defronta com 3 (três) LA:

1) atacar parceladamente, partindo do dispositivo de marcha, tão logo as subunidades possam ser empregadas;

2) reconhecer e conter a força inimiga, retardando a ação decisiva até que o grosso de sua força possa ser empregado em uma operação coordenada, seja ofensiva, seja defensivamente;

3) desbordar (técnica de movimento) a força inimiga, desde que autorizado pelo Esc Sp, ocasião em que são deixados elementos adequados com

a missão de efetuarem a manutenção do contato com a mesma.

(d) Uma ação ofensiva desencadeada rápida e agressivamente propicia as melhores condições de um efetivo esclarecimento da situação inimiga. Manobras de desbordamento devem ser as preferidas, pois permitem revelar o dispositivo com maior rapidez e possuem condições de obtenção de uma maior surpresa tática e de resultados decisivos.

(e) Quando a U se defrontar com uma posição inimiga cujo valor venha a por em risco o cumprimento de sua missão, desde que autorizado pelo Esc Sp, a resistência inimiga deve ser desbordada. Neste caso, deixa um mínimo de elementos com a missão de manter o contato com a posição inimiga, os quais serão recuperados posteriormente, tão logo sejam substituídos por elementos encarregados de reduzi-la.

(f) Em princípio, quando a U se empenhar na destruição de uma posição inimiga, a mesma deve ser atacada por meio de manobra desbordante, a qual, além de permitir maior surpresa, possibilita determinar com rapidez a frente, a profundidade e o dispositivo das forças inimigas.

(g) Quando a força encontrar o inimigo em movimento, procura realizar ataques sobre seus flancos, com a finalidade de obter a surpresa, preservar a iniciativa das ações e revelar, o mais rápido possível, seu valor e dispositivo.

(h) Quando a U encontrar forças inimigas superiores, deve adotar, rapidamente, um dispositivo defensivo, capaz de proporcionar às demais forças amigas, tempo e espaço suficientes para preservarem sua liberdade de ação. Para tanto, imediatamente após o estabelecimento do contato com o inimigo, o Esc Sp deve ser informado.

(i) O sucesso em um combate de encontro, inicialmente, será definido pelo grau de adestramento da unidade em adotar a formação e o dispositivo de combate adequados, pela rapidez e precisão do esclarecimento da situação e pela tomada de decisões o mais rápida quanto possível.

(2) Ataque partindo da coluna de marcha contra fraca resistência - Há muitas ocasiões em que, tendo em vista a surpresa ou inferioridade de poder de combate, o inimigo não pode oferecer séria resistência. Colunas de viaturas, artilharia, elementos mecanizados em formação cerrada, bivaques, instalações de suprimentos e postos de comando são objetivos compensadores, que poderão ser atacados imediatamente, partindo da coluna de marcha.

(3) Ataque partindo da coluna de marcha contra forte resistência - Se a resistência inimiga é tão forte que os elementos de primeiro escalão realizam apenas um pequeno progresso em seu ataque, poderá se tornar necessário que eles contenham o inimigo até que reforços cheguem em seu auxílio.

(4) Redução de um bloqueio de estrada - Normalmente, os bloqueios de estrada estarão localizados em estreitos desfiladeiros onde a manobra se torna difícil e é de se esperar que estejam defendidos por armas AC, minas e armas automáticas. O Cmt Pel C Mec da testa faz um rápido estudo da situação e tenta desbordar a resistência, empregando o fogo e movimento. Todo fogo possível é colocado sobre o bloqueio. Se a manobra do Pel C Mec não for exeqüível, ele se desdobra, mantém o inimigo sob fogo cerrado e informa ao comandante da SU. Freqüentemente, o Cmt SU empregará fuzileiros juntamente com elementos de

engenharia para reduzir o bloqueio, apoiados pelos fogos das VBR. O apoio de fogo será solicitado. Nenhuma tentativa será feita para superar o obstáculo com as VBR, pois o mesmo poderá estar minado e conter armadilhas. Entretanto, uma vez iniciada a tarefa de remoção, as VBR poderão ser empregadas na remoção de material pesado, como por exemplo, troncos de árvores.

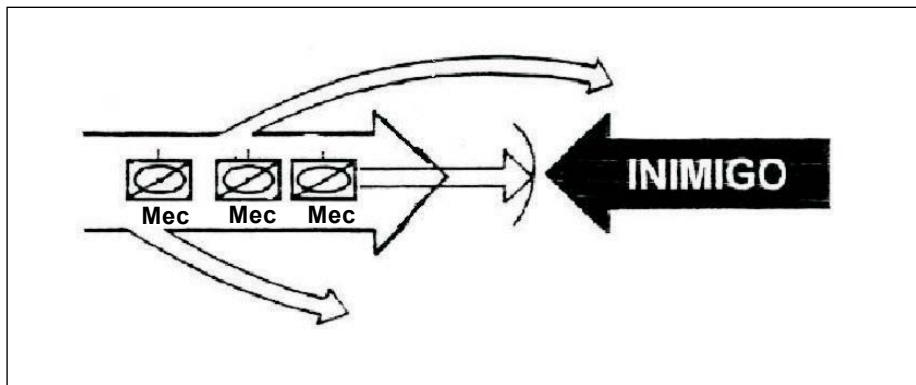



Fig 6-17. Combate de encontro - ambas as forças em movimento: ataque parcelado

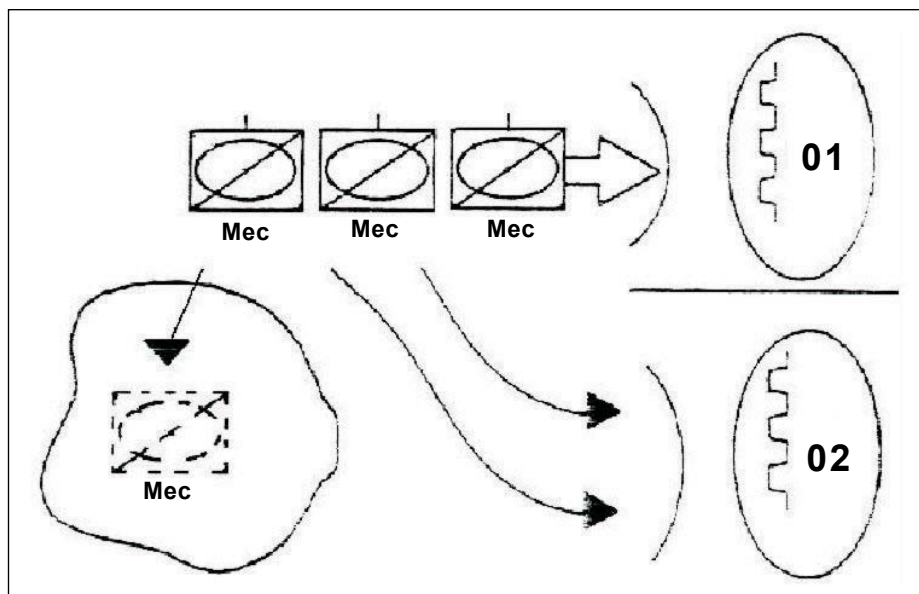



Fig 6-18. Combate de encontro - Inimigo em posição defensiva: ataque coordenado

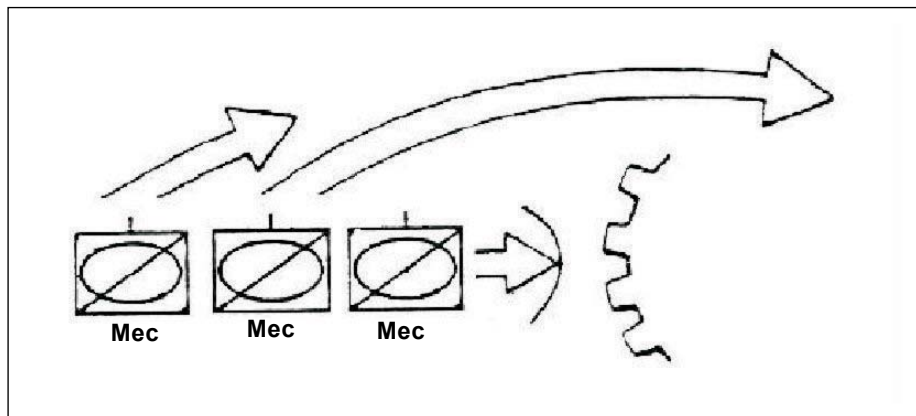



Fig 6-19. Combate de encontro - Inimigo em posição defensiva: desbordamento.

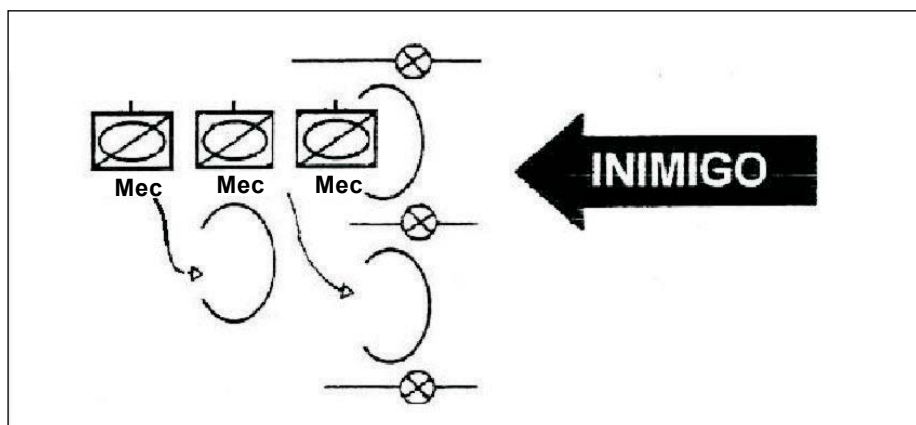



Fig 6-20. Combate de encontro - Ambas as forças em movimento, inimigo superior: atitude defensiva

6-24. INCURSÃO

a. Generalidades

(1) No combate não linear, particularmente em áreas operacionais do continente (AOC), poderão surgir no dispositivo inimigo brechas ou áreas fracamente defendidas.

(2) As incursões são operações típicas das OM blindadas, que pelas suas características de mobilidade, proteção blindada e potência de fogo de suas viaturas de lagartas poderão ser empregados para explorar estas oportunidades, realizando incursões na retaguarda inimiga e infligindo severos danos em seus sistemas de comando e controle, de apoio ao combate e logístico.

(3) Os R C Mec e Esqd CMec, em função das características de suas viaturas blindadas de rodas e de sua estrutura organizacional, não se constituem nos elementos mais indicados para a realização de incursão. Nessas operações, a mobilidade através do campo, a proteção blindada e o poder de fogo, aliadas à capacidade de realizar engajamentos e desengajamentos pelos próprios meios são fatores importantes para o sucesso de uma incursão. Caso seja possível, o R C Mec que for empregado numa incursão deverá ser reforçado com elementos CC e Fuz, formando uma FT R C Mec. Em virtude de possuir pequeno efetivo de fuzileiros e ser dotado de viaturas blindadas de rodas, o emprego do R C Mec na ação principal em uma incursão está condicionada ao terreno e ao inimigo. O terreno deve permitir o deslocamento através do campo e o inimigo deve ser compatível com o poder de combate dos R C Mec.

(4) Incursão é uma operação ofensiva, extremamente agressiva e de elevada mobilidade, realizada com a finalidade de obter um resultado específico no interior da posição inimiga. Normalmente de pequena ou média duração e sem nenhuma intenção de manter o terreno onde se realiza, termina num retraimento planejado.

(5) As ações de incursão estão baseadas na abordagem indireta do combate, onde os subsistemas de combate do inimigo são destruídos separadamente, tornando-o vulnerável.

(6) Uma situação favorável ao emprego de ações de incursão pelos R C Mec poderá surgir quando:

(a) existir espaço suficiente para a manobra;

(b) for identificada uma baixa densidade ou inexistência de forças inimigas em determinado local no campo de batalha, permitindo uma infiltração ou desbordamento do inimigo;

(c) os eixos de comunicações e suprimento do inimigo estiverem muito distendidos;

(d) houver disponibilidade de cobertura (F Ae) e apoio de fogo da artilharia; e

(e) a disponibilidade de informações sobre o inimigo e o terreno permitirem um planejamento detalhado e meticuloso da ação;

(7) São requisitos básicos para uma ação de incursão a surpresa, a dissimulação, a mobilidade, a existência de superioridade aérea local e de disponibilidade de apoio de fogo terrestre. Além do apoio de fogo orgânico do regimento deve-se reforçá-lo com elementos de artilharia.

(8) As incursões são realizadas durante o dia ou à noite, podendo ser conduzidas dentro ou fora da distância de apoio do escalão imediatamente superior às forças de incursão.

(9) A força que realiza uma incursão sempre retrai após o cumprimento de sua missão. O retraimento é a parte mais difícil da operação, devendo ser cuidadosamente planejado e conduzido.

(10) A segurança é vital neste tipo de operação, porque a força que incursiona fica exposta ao ataque do inimigo em todas as direções.

(11) As incursões são planejadas e executadas à semelhança de qualquer tipo de ataque, ressaltando a surpresa e a velocidade de execução como fatores de importância capital.

(12) Normalmente, as incursões são limitadas no tempo e no espaço, ficando o apoio logístico restrito ao que possa ser conduzido nas viaturas de combate e em reduzido número de viaturas logísticas, se possível blindadas, que poderão acompanhar a força incursora. Entretanto, planos alternativos devem ser elaborados para suprir o R C Mec se necessário, seja por ar ou por terra. O apoio de manutenção fica limitado aos pequenos reparos. A evacuação médica é feita nos veículos de combate ou pelo ar. A dificuldade em ressuprimentos e a pequena quantidade de suprimento classes III e V que podem ser transportados pelo R C Mec, são fatores altamente limitativos da operação.

(13) Neste tipo de operação, é necessária uma cuidadosa coordenação dos elementos que incursionam com os meios de apoio de fogo.

(14) Para cumprir uma missão de incursão, o R C Mec deve ser integrado de tal forma que possa ser tática e logisticamente auto-suficiente para o período de duração da missão, sendo capaz de sobreviver com reduzido apoio logístico e operar com elevada rapidez e letalidade . O Rgt deve ser reforçado por elementos de engenharia de combate e, se possível, por elemento de defesa antiaérea e Art Cmp. Toda a dotação de meios que se fizer necessária ao R C Mec para o cumprimento dessa missão não deverá comprometer os aspectos essenciais à incursão, quais sejam o sigilo e a surpresa.

(15) A força incursora deve ser de tal valor que constitua uma autêntica ameaça para o inimigo, forçando-o a destacar considerável parcela de suas forças para bloqueá-la, neutralizá-la, destruí-la ou persegui-la. O valor mínimo da tropa que executará este tipo de operação é a U.

b. Finalidade

(1) A principal finalidade de uma ação de incursão pelo Rgt é a destruição ou quebra da coesão do sistema de combate do inimigo, por meio da realização de violentas ações ofensivas em sua área de retaguarda, contra os seus subsistemas de comando e controle, apoio ao combate e logística, contribuindo para criar uma situação favorável para a destruição de suas forças de combate pelas Bda e DE.

(2) Uma ação de incursão poderá ser empreendida para:

(a) fixar as reservas do inimigo, impedindo que possam intervir no combate;

(b) impedir ou dificultar o desengajamento ou retraimento da força principal do inimigo, ocupando temporariamente posições importantes à retaguarda daquela força;

(c) realizar junção, apoiar, reforçar ou contribuir para a exfiltração de forças aeromóveis ou pára-quedistas;

(d) bloquear vias de acesso importantes no campo de batalha, à retaguarda ou flancos do inimigo, em profundidade, impedindo ou dificultando o movimento de suas reservas;

(e) cobrir o flanco de uma outra força blindada durante uma ação ofensiva de desbordamento ou envolvimento;

(f) iludir ou desgastar o poder de combate do inimigo;

(g) obter informações para o planejamento operacional do escalão superior;

(h) destruir instalações de comando e controle, logística, artilharia, defesa antiaérea, engenharia ou comunicações , na área de retaguarda do inimigo; e

(i) atuar contra os eixos de suprimento e de comunicações do inimigo.

c. Conduta da incursão

(1) A operação de incursão poderá comportar uma ultrapassagem. Esta ação deve ser cuidadosamente coordenada com a tropa a ser ultrapassada.

(2) Caso a incursão seja iniciada com uma infiltração, a operação deverá seguir as táticas e procedimentos normais para esta forma de manobra.

(3) No caso da incursão iniciada com um desbordamento ou envolvimento, os procedimentos a serem adotados pelo regimento serão os mesmos previstos para aquelas manobras de ala .

(4) O R C Mec deverá concentrar sua atuação sobre o objetivo que lhe foi atribuído, procurando explorar a surpresa e a velocidade e evitando qualquer tipo de engajamento desnecessário com o inimigo.

(5) Preferentemente, as incursões são executadas de forma a que a unidade inicie seu deslocamento através das linhas inimigas ao início do crepúsculo ou em condições de pouca visibilidade, o que limita a observação do inimigo e proporciona tempo suficiente para a infiltração ou desbordamento / envolvimento, concentração na área de retaguarda do inimigo e deslocamento para os objetivos iniciais .

(6) Quando a incursão é realizada durante o dia, na aproximação do objetivo, tanto quanto possível, deverão ser utilizados itinerários cobertos.

(7) Sob condições de visibilidade reduzida, quando é mais favorável obter-se a surpresa, destacamentos de vanguarda precedem o regimento, visando evitar a descoberta antecipada da ação de incursão e neutralizar destacamentos de segurança do inimigo.

(8) O itinerário de retraimento, em princípio, não deve ser o mesmo utilizado na aproximação do objetivo. Os nós rodoviários e os acidentes do terreno de importância, devem ser evitados. Destacamentos de segurança e fogos de proteção podem ser empregados para manter livres os itinerários de retraimento.

(9) Devem ser marcados pontos de reunião para a execução da incursão e para iniciar o retraimento, ao longo dos itinerários de progressão e retraimento, como medida de coordenação e, já em área amiga, para fim de missão.

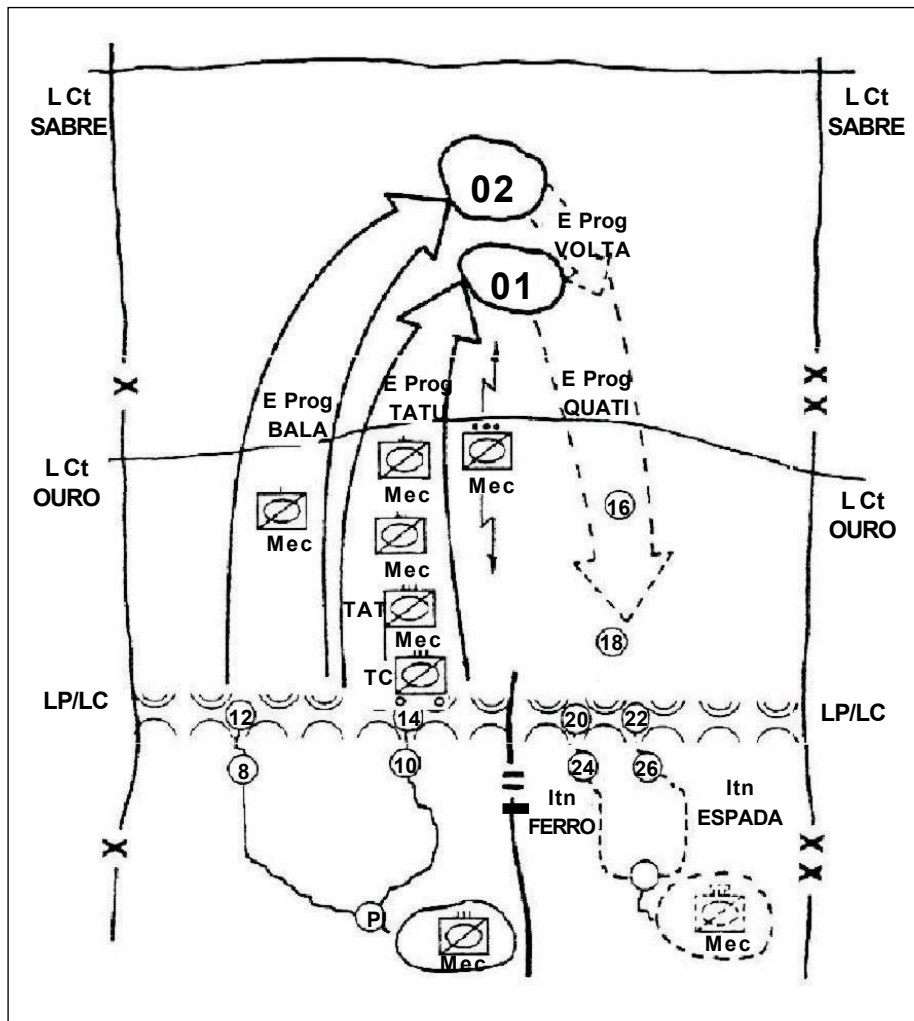



Fig 6-21. O R C Mec na Incursão

6-25. DISSIMULAÇÃO TÁTICA

a. Generalidades

(1) As operações de dissimulação tática são empregadas para induzir o inimigo a levantar de forma incorreta ou incompleta, o dispositivo das tropas amigas, suas possibilidades e intenções, de tal forma que reaja de uma maneira preestabelecida e específica, que lhe seja desvantajosa.

(2) Ataques secundários, incursões, fintas, demonstrações e dissimulação eletrônica, desde que destinadas a iludir ou enganar o inimigo, são algumas operações de dissimulação tática.

(3) A dissimulação tática contribui para a segurança e para a surpresa e aumenta a probabilidade de sucesso da operação. Ela pode ser usada para compensar um poder relativo de combate desfavorável e permitir o emprego judicioso de homens, material e tempo.

b. Finta

(1) Generalidades

(a) A finta é uma demonstração de força com a finalidade de iludir o inimigo e desviar sua atenção do ataque principal. Normalmente, consiste de um ataque pouco profundo, de objetivo limitado, executado por pequena parte da força que realiza uma operação.

(b) Uma finta deve influir sobre o desdobramento final da força inimiga. É mais eficiente quando o inimigo dispõe de grande reserva, quando há diversas linhas de ação exeqüíveis para o atacante e quando a força empregada tem valor adequado para provocar a desejada reação do inimigo.

(c) O planejamento e a execução das fintas são semelhantes aos das demais operações ofensivas, podendo variar de uma pequena incursão a um ataque secundário.

(2) O R C Mec na finta

(a) Finalidade

1) As fintas destinam-se a levar o inimigo a reagir de acordo com a vontade do atacante.

2) O atacante pode pretender que o inimigo reaja fisicamente, de forma que apresente as seguintes reações:

a) emprego inadequado da reserva;

b) desvio dos fogos de apoio direto do ataque principal;

c) revelação dos fogos defensivos; e

d) acostumá-lo a incursões e fintas tanto que, pequena ou nenhuma ação seja tomada quando for lançado o ataque principal.

(b) Oportunidade

1) As fintas podem ser executadas antes, durante ou após o Atq Pcp.

2) Uma finta antes do ataque principal pode provocar o movimento das reservas inimigas, atrair seus fogos de apoio, localizar as forças de sua artilharia ou confundi-lo.

3) Uma finta executada durante o ataque principal pode desviar a atenção do inimigo e, possivelmente, suas reservas, incluindo armas de apoio, para atuarem contra a finta. A dificuldade do comandante inimigo, em identificar o ataque principal, pode obrigá-lo a manter sua reserva nas posições, aguardando o desenvolvimento de ambos os ataques, até que seja demasiado tarde para interferir no combate.

4) Uma finta executada depois do desencadeamento do Atq Pcp tende a obrigar o inimigo a manter suas reservas em posição, pela nova ameaça e da incerteza quanto ao local do Atq Pcp.

5) A hora da operação deve ser selecionada levando-se em conta a oportunidade que mais favoreça o sucesso do Atq Pcp.

6) Na seleção da área para a execução de uma finta, os seguintes

aspectos são considerados:

a) a área deve ser de interesse para o inimigo;

b) evitar a interferência no Atq Pcp; e

c) quando a finalidade da finta é provocar o deslocamento das armas de apoio e das tropas inimigas, deve ser executada longe das unidades inimigas, para forçar o seu deslocamento.

c. Demonstração

(1) Generalidades

(a) Uma demonstração é uma operação em área onde não se procure obter uma decisão.

(b) A demonstração deve ser conduzida com suficiente realismo, a fim de iludir o inimigo.

(2) O R C Mec na demonstração

(a) Generalidades

1) As considerações técnicas básicas para o planejamento das fintas também se aplicam às demonstrações.

2) O R C Mec como um todo executa uma demonstração como participante de um ataque de DE ou Bda.

3) A demonstração difere da finta porque não há avanço contra o inimigo.

(b) Características das demonstrações

1) É necessário menor quantidade de tropa para uma demonstração do que para uma finta e as forças que a executam não precisam ser equilibradas em elementos de combate e de logística.

2) É possível o retraimento das forças de demonstração e o seu subseqüente emprego em outras áreas.

3) Exige grande disponibilidade de material para figurar a preparação da operação.

4) As forças de demonstração empregam fogos, fumaça e outros artifícios, com a finalidade de iludir o inimigo quanto às possibilidades das forças amigas.

(c) Emprego da demonstração - As demonstrações são particularmente eficientes quando o inimigo e as forças de demonstração estão separadas por um obstáculo. Podem ser usadas com vantagem para figurar a concentração para transposição de curso de água ou um ataque a áreas fortificadas.

ARTIGO VIII

ATAQUE NOTURNO

6-26. GENERALIDADES

a. Generalidades

(1) A ampla utilização de sofisticados equipamentos de visão noturna no combate moderno, ampliou consideravelmente as possibilidades táticas de atuação durante períodos de visibilidade restrita, acrescentando grande importân-

cia às ações noturnas, possibilitando a condução de combates continuados, mantendo constante pressão sobre o inimigo.

(2) A força que opera durante a noite com as mesmas possibilidades do combate diurno, estará apta o obter sucesso contra força inimiga não adestrada e equipada para este tipo de ação.

(3) Os veículos blindados equipados com dispositivo de visão noturna podem realizar o tiro e a manobra quase como de dia. As restrições ainda presentes no combate noturno dizem respeito à identificação e engajamento do alvo e ao alcance dos aparelhos de visão noturna. Contudo, uma unidade mecanizada poderá utilizar o combate noturno com mais liberdade de movimento e menor número de medidas de controle restritivas que no passado.

(4) Pela sua própria natureza, no entanto, as operações ofensivas noturnas necessitam de maior preparação e medidas de controle, cuidadosamente concebidas, que a maioria das operações diurnas.

b. Finalidade - O R C Mec poderá participar ou realizar um ataque noturno para:

(1) completar ou explorar um sucesso obtido em uma Op diurna e manter a impulsão do ataque;

(2) Conquista regiões de grande significação para o Pross do ataque, evitando-se as pesadas perdas que, provavelmente, ocorreriam em um Ataque diurno;

(3) obter a surpresa;

(4) beneficiar-se de condições psicológicas favoráveis;

(5) reduzir baixas quando do ataque a posições organizadas; e

(6) compensar uma inferioridade em relação ao Ini, particularmente em meios aéreos e viaturas blindadas.

c. Considerações

(1) O ataque noturno (Atq Not) caracteriza-se pelo decréscimo da eficácia do tiro sobre o inimigo e o correspondente aumento da importância do combate aproximado, bem como pela dificuldade dos movimentos, da ação de comando e do controle.

(2) O Atq Not exige maior tempo para o seu planejamento e tropas bem treinadas e experimentadas em operações noturnas, para a sua execução.

(3) O Atq Not pode ser iluminado (iluminação artificial) ou não iluminado. A iluminação do campo de batalha permite reduzir, em parte, as deficiências próprias do combate noturno, aumentando, com isso, a velocidade de progressão dos fuzileiros. O ataque não iluminado é realizado com mais lentidão, porém com maior probabilidade de obtenção da surpresa.

(4) Durante a execução do Atq Not, sobressaem as dificuldades relacionadas com o Cmdo e Ct, orientação, coordenação de fogos, avaliação de distâncias e identificação de forças amigas.

(5) Atualmente, o combate noturno não iluminado tornou-se muito mais exeqüível, com a utilização de equipamentos modernos de visão noturna, os quais minimizam em parte as restrições decorrentes da pouca visibilidade durante a noite.

(6) A iluminação artificial pode ser utilizada quando não houver disponibilidade suficiente de equipamentos de visão noturna ou quando o inimigo dispuser desse material.

(7) Quando disponíveis, os equipamentos passivos de visão noturna poderão diminuir sensivelmente os problemas decorrentes da escuridão. As distâncias de detecção e de engajamento, a amplitude dos lanços e a utilização de itinerários cobertos e abrigados sofrerão modificações obrigando a novos procedimentos.

(8) Ao Atq Not aplicam-se as mesmas considerações referentes ao ataque diurno: as mesmas formas de manobra, organização para o ataque e formações podem ser empregadas. Entretanto, é desejável que as tropas atacantes estejam mais familiarizadas com o terreno no qual atacarão. Quando possível, devem ser realizados ensaios nas condições que mais se aproximem das condições reais de ataque. Nos ataques iluminados, os Fuz Bld, dependendo de outras considerações, poderão deslocar-se embarcados em suas viaturas blindadas.

(9) A U, quando equipada com VBTP não dotadas com dispositivos veiculares de visão noturna, conduzirá, normalmente, um ataque noturno com os Fuz Bld desembarcados. As U de Inf Mtz ou de Inf leve podem infiltrar-se durante períodos de visibilidade limitada para apoiar uma junção e o ataque das U Mec ou destruir alvos selecionados que contribuam para o ataque dos R C Mec.

(10) As VBR poderão ser empregados em combinação com as VBTP, como no ataque diurno, desde que dotados de equipamentos de visão noturna ou com iluminação artificial do campo de batalha. Se esses equipamentos não estiverem disponíveis e o ataque não puder ser iluminado, as VBR serão empregados para apoiar os Fuz Bld apenas pelo fogo

(11) O Cmt decide por um ataque não iluminado quando atribui prioridade à obtenção da surpresa. No entanto, quando a posição inimiga é forte, dificilmente há possibilidade de obtenção de surpresa, sendo mais conveniente o ataque iluminado. A iluminação pode ser utilizada desde o início do ataque ou pode ser desencadeada a pedido da força atacante, quando o sigilo tenha sido quebrado. Os planos incluem diversos os meios de iluminação como granadas iluminativas de morteiros e da Art Cmp e meios de iluminação lançados de aeronaves.

(12) Os Atq Not favorecem psicologicamente o atacante que sabe da sua realização, enquanto que o defensor é assaltado por dúvidas, apreensão e medo do desconhecido.

(13) Os fatores acima tornam de máxima importância os princípios de simplicidade, sigilo e surpresa. Os Atq Not contra resistências organizadas exigem um planejamento cuidadoso e pormenorizado, assim como uma execução precisa e coordenada.

(14) O sigilo e a surpresa são essenciais para que o ataque noturno seja conduzido com um mínimo de baixas. A simplicidade do plano facilita a surpresa. Na eventualidade da perda da surpresa, o plano deverá proporcionar os fogos, a manobra e a ação de choque necessários à conquista do objetivo. Devido às dificuldades da reorganização à noite, não é aconselhável esperar-se de uma unidade a conquista de mais de um objetivo. O objetivo deverá ser facilmente identificável à noite e suficientemente pequeno para que possa ser conquistado

em um único assalto.

(15) As dificuldades do combate noturno aumentam com o efetivo da tropa. Quando duas ou mais unidades vizinhas devam executar ataques noturnos, seus objetivos deverão ser fixados de tal maneira que os ataques possam ser feitos, independentemente, pelas respectivas unidades.

(16) Durante o período de escuridão não deverá ser tentado nenhum plano de manobra que relacione a ação de uma unidade com a da outra.

d. Iluminação

(1) Ataque não iluminado

(a) Um Atq Not, não iluminado, é feito sob a proteção da escuridão, usando-se somente a luz natural e os equipamentos de visão noturna veiculares e individuais. Este ataque necessita de grande coordenação e de rigorosas medidas de manutenção do controle, do movimento e da segurança durante a escuridão.

(b) O objetivo designado sob essas condições poderá ser uma determinada zona ou acidente do terreno, junto à frente inimiga, e de tal largura e profundidade que possa ser conquistado em um simples assalto. Esse objetivo deverá ser bem definido e facilmente identificável à noite.

(c) É essencial a observação, durante o dia, do objetivo e do terreno à frente. A direção é mantida por acidentes existentes, tais como estradas, cercas, sebes e outros meios de fortuna, como fitas de demarcação, fios telefônicos ou artifícios eletrônicos. Os Atq Not não iluminados, não apoiados, são feitos quando as considerações de sigilo os imponham.

(2) Ataque iluminado

(a) Os ataques iluminados são empregados quando o fator sigilo não seja preponderante ou não se dispuser de equipamentos de visão noturna para a maioria do escalão de ataque.

(b) Num ataque iluminado são empregados na iluminação do campo de batalha artifícios iluminativos lançados por Mrt, Art Cmp e pela F Ae.

(c) Um Atq Not iluminado pode ter maior profundidade que um ataque não iluminado. O prosseguimento do ataque sobre objetivos sucessivos pode ser feito empregando-se a iluminação.

e. Apoio de fogo - Os Atq Not podem ser classificados, também, em apoiados e não apoiados.

(1) Um Atq Not apoiado é feito com o emprego de fogos de apoio antes, durante e depois do ataque. Estes ataques, quer sejam iluminados ou não, podem ser executados quando a possibilidade de surpresa seja remota. Os fogos de apoio da U e da Bda, normalmente, são empregados na preparação do ataque, durante sua execução e após a conquista do objetivo.

(2) Um Atq Not não apoiado é feito para permitir que a força de ataque avance até a distância de assalto, sem o auxílio dos fogos de apoio. Estes ataques noturnos, quer sejam ou não iluminados, podem ser executados quando houver probabilidade de obter-se completo sigilo e quando o escalão de ataque for constituído de fuzileiros a pé. Uma vez iniciado o assalto sobre o objetivo, os fogos de proteção planejados são empregados como em qualquer ataque noturno apoiado, para isolar o objetivo e evitar ou limitar os contra-ataques. Embora não

haja intenção de emprego, os fogos de apoio devem ser planejados, tendo em vista uma eventual necessidade de seu desencadeamento.

6-27. PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DE UM ATAQUE NOTURNO

a. O planejamento de um Atq Not deve começar o mais cedo possível, para permitir a preparação do ataque ainda com luz do dia.

b. Os Atq Not são planejados basicamente do mesmo modo que os ataques diurnos, e muitos princípios e técnicas para o ataque noturno são os mesmos aplicados para o ataque diurno sob condições de visibilidade reduzida.

c. Os preparativos feitos pelo comandante da U para um Atq Not compreendem:

(1) determinação da composição do escalão de ataque e a hora de início do ataque;

(2) a escolha de Z Reu e as providências para sua ocupação;

(3) imediata expedição de ordens;

(4) a determinação dos limites do objetivo e as Via A mais favoráveis;

(5) determinação do dispositivo do Esc Atq; localização das posições de ataque; da linha de partida; da provável linha de desenvolvimento; dos pontos de liberação de SU; dos limites laterais exatos de cada objetivo de subunidade e do limite de progressão;

(6) o reconhecimento e o balizamento dos itinerários entre a Z Reu e a posição de ataque;

(7) a coordenação com as tropas amigas nas vizinhanças da posição de ataque e na linha de partida; instruções para abertura de brechas à frente para a passagem de tropa;

(8) conclusão sobre o tipo de ataque; se iluminado ou não, se apoiado ou não;

(9) reconhecimento e planejamento para assegurar a imediata coordenação e execução de pormenores.

d. O número de manobras possíveis, durante o ataque, depende das dimensões e da acessibilidade do objetivo e da visibilidade.

e. Nos Atq Not não iluminados, ou com iluminação limitada, as dificuldades em controlar as mudanças de direção e a dificuldade de identificação restringem as possibilidades de manobra. Para contornar essas dificuldades, os ataques noturnos são feitos sem mudança de direção e com dispositivos relativamente cerrados.

f. O Esc Atq pode deslocar-se da Z Reu para uma posição de ataque segura, de onde o ataque sobre o ponto fraco do inimigo será facilitado. Depois de ultrapassada a LP, todos os deslocamentos na escuridão são feitos diretamente na direção dos objetivos, sem qualquer mudança na direção.

g. Ao elaborar seu plano de manobra o Cmt considera, além da amplitude e da localização do objetivo:

(1) hora de início do ataque;
(2) dispositivo;
(3) linha de partida;
(4) posição de ataque;
(5) pontos de liberação;
(6) processo e velocidade de deslocamento;
(7) provável linha de desenvolvimento;
(8) limite de progressão; e
(9) linhas de segurança para os tiros.

h. Devem ser previstos meios de identificação para todo o pessoal e viaturas. Podem ser usados braçais, botões e cintos luminosos e dispositivos eletrônicos de identificação. As viaturas devem ser marcadas na parte posterior.

i. O Atq Not a pé da U é, normalmente, conduzido em quatro fases: preparação, progressão, assalto e consolidação / reorganização

6-28. EXECUÇÃO DO ATAQUE NOTURNO

a. Ataque noturno a pé (VBR na base de fogos)

(1) Preparação - Esta fase inclui todas as atividades de reconhecimento. A preparação mais crítica do Atq Not a pé é o posicionamento dos elementos de apoio, que deverão desencadear os fogos de neutralização no local escolhido para o ataque.

(2) Progressão

(a) O Esqd C Mec com pelotões provisórios de fuzileiros e exploradores, desembarcados, desloca-se furtivamente, transpondo a linha de partida e progredindo na direção do inimigo em coluna, por ser este o dispositivo de mais fácil controle para o Cmt SU. Tal dispositivo é mantido até que seja atingido o ponto de liberação de pelotão ou seja forçado o desenvolvimento pela ação inimiga. A ordem de deslocamento deve ser o elemento de apoio, o elemento que fará a abertura da brecha na posição inimiga e por último o elemento que realizará o assalto. Se o objetivo estiver próximo da LP ou se for previsto um iminente contato com o inimigo, poderá ser conveniente a progressão, a partir da LP, com os pelotões justapostos, cada um deles em coluna. Ao ser atingida a linha de desenvolvimento, ou se o inimigo descobrir o ataque antes que ela seja alcançada, o assalto será iniciado.

(3) Assalto

(a) Os elementos de apoio estabelecem posições nos flancos da área onde serão abertas brechas na barreira de proteção do inimigo (minas esparsas), de onde possam isolar a área.

(b) Assim que esta segurança for estabelecida, os elementos que abrirão as brechas posicionam-se na borda do campo de minas. As brechas são abertas, as trilhas são marcadas e balizadas e os guias para os elementos que realizarão o assalto são providenciados.

(c) Os elementos do assalto deslocam-se rapidamente para a brecha, cruzando-a e explorando o rompimento da barreira inimiga.

(d) Os elementos de apoio desencadeiam seus fogos no interior da posição, impedindo que o inimigo possa deslocar forças para tamponar a brecha.

(e) Os elementos de assalto devem ser capazes de controlar os fogos de apoio, de forma a poder aplicá-los no local mais adequado. O planejamento da operação deverá incluir sinais luminosos para a identificação dos elementos de assalto e para a suspensão ou transporte dos fogos de apoio.

(f) O desenvolvimento pode ser forçado pela ação inimiga ou executado quando da chegada à linha de desenvolvimento. É feito, nesta linha, com rapidez e em silêncio; qualquer parada prolongada nesta fase do ataque aumenta a possibilidade de quebra do sigilo. Devem ser tomadas precauções para evitar um assalto prematuro, causado por tiros feitos a esmo pelo inimigo.

(g) Após o desenvolvimento, a progressão é retomada, até que seja encontrada resistência inimiga, quando o assalto será iniciado. Nesta fase, todas as frações assaltantes pressionam com a maior rapidez possível.

(h) Todo esforço deve ser feito para manter a formação em linha e evitar que se transforme em grupos isolados. Uma ação agressiva do comando é essencial nessa ocasião.

(i) O assalto, normalmente, é realizado com todos os pelotões de fuzileiros e exploradores em linha, para obter a máxima potência de fogo e ação de choque. Quando é mantida uma reserva, esta se desloca de acordo com a determinação do comandante da SU. Pode seguir de perto o escalão de ataque ou ser deixada atrás da linha de partida, para ser levada à frente por guias ou mediante um sinal convencionado; pode receber a missão de limpeza ou de apoio normal. Se, inicialmente, não houver uma reserva, imediatamente após a conquista do objetivo será designado um pelotão para constituí-la.

(j) As Viaturas Blindadas de Reconhecimento, devem ficar em condições de emprego logo após a conquista do objetivo. As armas de apoio que permitam o transporte a braço podem seguir o Esc Atq por lanços, porém, relativamente distanciadas para evitar que se envolvam no assalto.

(l) A decisão de como e quando deslocá-las depende da visibilidade, do terreno e da ação inimiga. Quando as condições são favoráveis a um deslocamento imediatamente atrás do escalão de ataque, os elementos de apoio podem ser deixados atrás da LP para serem conduzidos à frente por guias, após a conquista do objetivo. Em tais casos, se as armas de apoio são utilizadas para proporcionar fogos de proteção ao escalão de ataque, elas, normalmente, devem ser instaladas em posições convenientes, nos flancos da LP, de onde possam desencadear fogos de proteção dos flancos.

(m) A mudança de posição das armas de apoio, após a conquista do objetivo, pode ser feita a braço ou em viaturas. As medidas de controle desse deslocamento variam de acordo com a visibilidade, o terreno, o inimigo e a ausência ou neutralização de minas ou obstáculos anticarro.

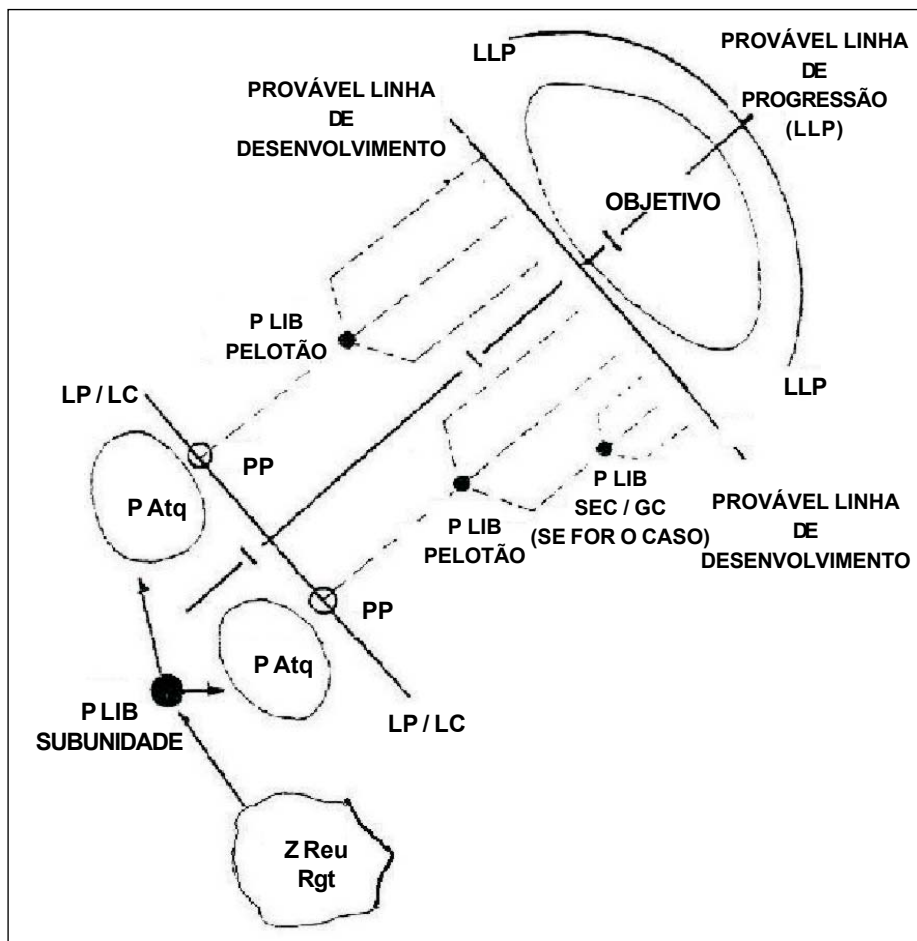



Fig 6-22. O regimento no ataque noturno

(4) Consolidação e reorganização

(a) A fase de consolidação e reorganização é semelhante à realizada no ataque diurno, necessitando, entretanto, de um planejamento mais detalhado.

(b) A consolidação começa logo que o objetivo tenha sido conquistado. Os Cmt de fração reúnem seus elementos e os dispõem em condições de enfrentar os contra-ataques inimigos. Os elementos de apoio de fogo de todos os escalões deslocam-se rapidamente, em condições de bater as prováveis vias de acesso do inimigo. As VBR cerram para o objetivo por itinerários balizados pelos Fuz. Os observadores de artilharia ajustam os fogos defensivos logo que cheguem ao objetivo. Ao amanhecer, todos os elementos deverão estar em posição. Os ajustes finais nas posições das armas de apoio são feitos quando houver luminosidade suficiente para se identificar os objetivos a serem batidos.

(c) Devem ser incluídos no planejamento do Atq Not à pé:
1) pontos de ligação entre unidades e sinais de reconhecimento;
2) guias para conduzir os carros de combate, as viaturas blindadas e os elementos de apoio através dos obstáculos para as suas posições finais na consolidação;
3) os itinerários de cada fração ou a ordem de deslocamento, caso sejam utilizados menor número de Itn que o de frações no assalto; e
4) limite para a progressão.

b. Ataque noturno embarcado

(1) Progressão

(a) A formação adotada pelos elementos de manobra da U será ditada pelo alcance de seus equipamentos de visão noturna veiculares, devendo permitir o controle e a coordenação do Esc Atq.

(b) Uma progressão cautelosa é essencial para o sigilo. Quando as frações de assalto atingem os pontos de liberação sucessivos, à retaguarda da linha de desenvolvimento, abandonam a formação adotada para o deslocamento entre a Z Reu e a Provável Linha de Desenvolvimento (PLD), normalmente a formação em coluna, adotando a formação escolhida para o ataque. Ao atingir a linha de desenvolvimento, normalmente, será adotada a formação em linha para o assalto. A linha de desenvolvimento poderá ser protegida por uma parte do escalão de ataque, que precederá as SU encarregadas do ataque. Os Cmt de coluna verificam constantemente a direção e a ligação.

(c) A ação das patrulhas ou postos de vigias inimigos podem forçar o desenvolvimento de todo ou parte do Esc Atq, antes da linha prevista.

(d) Se possível, os elementos que forem forçados a se desenvolver, retornam ao dispositivo previsto inicialmente para o ataque, após a resistência ter sido reduzida. O restante do Esc Atq faz alto durante esses períodos ou continua o deslocamento até a primeira parada prevista, onde aguarda ordens.

(e) Nos Esqd C Mec , a progressão poderá ser realizada com a(s) fração(ões) de VBR, em linha, seguidas pelos Fuz Bld, embarcados, com os Pel em linha.

(f) Os Fuz Bld permanecem embarcados até a posição de assalto, desembarcando durante a progressão, quando necessário, para apoiar as VBR na remoção de obstáculos ou na eliminação de armas AC inimigas. Nos Atq Not os Fuz Bld, normalmente, desembarcam das Vtr Bld antes do Objetivo.

(g) Os armamentos orgânicos das VBTP são empregados para aumentar os fogos das VBR.

(2) Assalto

(a) Quando os Fuz Bld desembarcam das VBTP torna-se difícil a manutenção do controle e a coordenação das diversas peças de manobra, exigindo dos Cmt Pel e de grupo um rígido controle sobre seus homens, uma preocupação constante com as medidas de coordenação e controle estabelecidas e a identificação amigo / inimigo, para evitar o fratricídio.

(b) O assalto ao objetivo é feito pelas VBR, seguidos pelos Fuz Bld desembarcados e pelas VBTP.

(c) A velocidade das VBR deverá ser regulada de modo a evitar um

excessivo afastamento dos Fuz Bld a pé. Normalmente, se estabelecerá um limite no terreno para a progressão com vistas a evitar a perda do controle quando o escalão de ataque ultrapassar o objetivo.

(d) No assalto, ruídos (sirene) e tiros traçantes podem ser empregados, com efeito psicológico desmoralizante sobre o inimigo. Todo esforço deve ser feito para manter a formação em linha e evitar que se transforme em grupos isolados. Uma ação agressiva do comando é essencial nessa ocasião.

(3) Ações após a conquista do objetivo

(a) Após a conquista do objetivo, são adotadas medidas similares àquelas empregadas no ataque diurno. Preferentemente, elementos de Fuz Bld apoiados por VBR ocupam posições à frente do objetivo conquistado.

(b) A consolidação começa logo que o objetivo tenha sido conquistado. Os Cmt de fração reúnem seus elementos e os dispõem em condições de enfrentar os contra-ataques inimigos. Os elementos de apoio de fogo de todos os escalões deslocam-se rapidamente, em condições de bater as prováveis vias de acesso do inimigo. Os observadores de artilharia ajustam os fogos defensivos logo que cheguem ao objetivo. Ao amanhecer, todos os elementos deverão estar em posição e são feitos ajustes finais nas posições das armas de apoio.

c. Ataque noturno em prosseguimento à ação diurna

(1) Nas operações de grande mobilidade, particularmente no Apvt Exi e na Prsg, uma ação iniciada durante a luz do dia, poderá continuar a noite.

(2) Nesta situação não será possível a realização de reconhecimentos diurnos da área de operações em que a U vai atuar.

(3) Considerando os riscos para a progressão das viaturas blindadas em terreno desconhecido, normalmente, a velocidade do ataque embarcado é reduzida e, se possível, são empregados elementos de segurança à frente, até próximo à posição de assalto, com a finalidade de identificar obstáculos que impeçam a progressão dos blindados.

(4) Para acelerar a progressão, os Fuz Bld deslocam-se embarcados.

(5) O assalto ao objetivo deverá ocorrer de acordo com o descrito na letra b. acima.

6-29. MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE NO ATAQUE NOTURNO

a. Linha provável de desenvolvimento - A linha provável de desenvolvimento é uma linha previamente escolhida onde é tomado um dispositivo de combate antes do assalto final. Deve ser apoiada em um acidente do terreno, facilmente identificável à noite, e situado dentro da distância de assalto do objetivo. Essa distância varia de acordo com a natureza da posição a ser assaltada, tipo e intensidade dos fogos de preparação, reação inimiga prevista e terreno. Deve ser suficientemente afastada, de modo a permitir a tomada do dispositivo em linha para o assalto sem ser descoberta, e suficientemente próxima para não perder o máximo de controle durante o assalto. Quando não se dispõe de linha nítida, uma outra pode ser balizada por meio de processos artificiais.

b. Limite da progressão - Para manter o controle e evitar que o escalão

de ataque seja atingido por fogos de proteção das tropas amigas, o Cmt deve estabelecer um limite de progressão, tanto em profundidade como nos flancos do objetivo, materializando-o por pontos característicos do terreno, identificáveis à noite.

c. Ponto de liberação de pelotão - O ponto de liberação de pelotão é o local onde o comandante da SU entrega aos Cmt Pel o controle do deslocamento para suas respectivas zonas de desenvolvimento. Normalmente, esse ponto fica localizado entre a linha de partida e a provável linha de desenvolvimento, sendo utilizado quando a subunidade se desloca em coluna. Quando a SU parte da posição de ataque com os pelotões justapostos, o ponto de liberação de Pel coincide com essa posição. Caso a ação inimiga obrigue o desenvolvimento antes do ponto de liberação, os pelotões combatem de acordo com a determinação do comandante da SU ou as exigências da situação.

CAPÍTULO 7

OPERAÇÕES DEFENSIVAS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

7-1. GENERALIDADES

a. As operações defensivas constituem-se em atitudes temporárias adotadas pela F Ter até que, criadas condições favoráveis, possa tomar ou retomar a ofensiva.

b. Os R C Mec, por suas características, são mais aptos ao emprego nas ações dinâmicas da defesa e nas operações de movimentos retrógrados. Eventualmente, poderão ser empregados na defesa de uma posição.

7-2. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA DEFESA

a. O comandante do R C Mec deve decidir onde irá defender-se do ataque inimigo baseando-se no estudo de situação da defensiva, na determinação das Via A, dos acidentes capitais do terreno e nas vulnerabilidades do inimigo. Com base neste estudo serão levantadas LA para determinar o melhor dispositivo defensivo para o R C Mec.

b. O R C Mec desdobra-se em subunidades, normalmente, para barrar Via A de valor U. No desdobramento das SU no terreno, o Cmt Rgt deve visualizar o posicionamento dos Pel de cada SU. Estas posições devem permitir o estabelecimento de um sistema defensivo integrado.

c. O planejamento da defesa, a organização das SU e a conduta da defesa baseiam-se na missão, no inimigo, no terreno, nos meios e no tempo disponí-

veis, nos fundamentos da defesa a seguir enumerados.

(1) Apropriada utilização do terreno - O terreno é o principal fator na seleção da posição defensiva e na localização e distribuição das forças defensivas. O defensor procura controlar acidentes do terreno essenciais à observação, às comunicações e à manobra da reserva, negando ao inimigo a utilização do que possa comprometer o sucesso da defesa. Toda vantagem deve ser tirada dos obstáculos naturais e artificiais, que aumentam o poder defensivo das posições, ou conduzem o inimigo para regiões favoráveis às ações de contra-ataques. Os obstáculos desempenham um forte apoio ao esquema defensivo, inclusive na distribuição das forças em posição e de reserva. Na avaliação das Via A do inimigo e dos acidentes capitais do terreno, baseia-se a distribuição das tropas, dos meios de vigilância de combate e do fogo. A análise do terreno deve considerar os seguintes aspectos:

(a) acidentes capitais;
(b) observação e campos de tiro;
(c) cobertas e abrigos;
(d) obstáculos; e
(e) vias de acesso.

(2) Segurança - Precauções devem ser tomadas para evitar a surpresa tática, uma vez que o atacante normalmente detém a iniciativa da hora, do local, da direção e da potência de ataque. Os Cmt devem providenciar a segurança em todas as direções para obter um alerta, o mais cedo possível, e informações seguras da aproximação das forças inimigas. Todos os escalões são responsáveis por sua própria segurança.

(3) Defesa em todas as direções - Embora a defesa seja organizada com vistas a barrar a via de acesso mais favorável ao atacante, o inimigo pode atuar por uma direção não esperada ou considerada viável, inclusive à retaguarda da posição defensiva, empregando um envolvimento ou por ação de guerrilha em larga escala. O defensor deve ser capaz de engajar-se em qualquer direção, não permitindo ao inimigo obter uma vantagem decisiva pela surpresa ou direção do ataque. A defesa em todas as direções é alcançada por um dispositivo defensivo inicial cuidadoso e pelos planejamentos de emprego da reserva e dos fogos de apoio para os eventuais engajamentos.

(4) Defesa em profundidade - A organização da posição defensiva em profundidade é essencial. Sendo admissível um sucesso inicial do inimigo, que lhe propicie uma penetração na área de defesa avançada, deve o defensor estar preparado para bloqueá-lo em sucessivas linhas do terreno à retaguarda. O desdobramento de forças em profundidade é obtido pela preparação de posição suplementares, pela manobra dos elementos avançados para posições alternativas e pelo emprego das reservas.

(5) Flexibilidade - A defesa deve ser organizada permitindo modificações no plano de emprego de forças e dos fogos, a fim de conter o ataque inimigo à medida que ele se desenvolva. Reservas móveis e fogos potentes, quando disponíveis, constituem um precioso instrumento para a condução da defesa.

(6) Dispersão - Em ambiente de guerra convencional, a dispersão decorre da precariedade dos meios em relação aos grandes espaços. O cumprimento da missão é primordial; é secundário o grau de risco em aceitar

uma menor dispersão. A dispersão em profundidade é preferível à dispersão em largura, pois evita que as frentes se tornem muito extensas para o defensor; proporciona mais meios para a reserva; evita movimentos laterais face a um ataque inimigo; facilita a descoberta e a destruição de elementos de infiltração e proporciona um melhor dispositivo de forças para a realização de contra-ataques. A dispersão em largura leva as unidades avançadas a se arriscarem a um isolamento e, em conseqüência, a serem batidas por partes, após a penetração inimiga. A distância entre as unidades deve ser compatível com a possibilidade de proporcionar massa suficiente para cumprir a missão da brigada e de fornecer uma força de manobra ofensiva em tempo oportuno.

(7) Máximo emprego da ação ofensiva - Na defesa, toda oportunidade deve ser aproveitada para tirar a iniciativa do inimigo e destruí-lo. A defesa deve ser preparada para a execução de ações ofensivas, sempre que a oportunidade para isto se apresentar. Os C Atq de desorganização são, freqüentemente, a chave do sucesso na defesa.

(8) Integração e coordenação das medidas defensivas - O plano de defesa como um todo abarca a integração e coordenação cuidadosa de todas as medidas defensivas.

(a) O planejamento dos fogos é conduzido e coordenado em todos os escalões, devendo proporcionar um contínuo apoio de fogo às forças da área de segurança, da área de defesa e da área de reserva. Os fogos são também planejados para controlar as brechas e cobrir as barreiras.

(b) Quando o tempo permitir, obstáculos naturais são suplementados por campos minados e outros obstáculos artificiais. As barreiras são organizadas para restringir o movimento inimigo, sem interferir, contudo, no planejamento da manobra defensiva, particularmente os contra-ataques.

(c) Todos os meios de vigilância de combate são coordenados intimamente e incorporados ao plano de defesa.

(9) Tempo - O tempo disponível para o planejamento, a preparação e a ocupação da posição defensiva é de capital importância e freqüentemente determina o tipo de defesa a ser usado.

(10) Apoio mútuo - A distribuição das forças e o planejamento dos fogos em largura e profundidade asseguram apoio mútuo entre as forças. O defensor organiza-se no terreno de modo a proporcionar apoio mútuo entre os diversos núcleos de defesa, a fim de permitir que qualquer um deles possa realizar fogos à frente e nos flancos dos que lhe são adjacentes. A observância deste princípio permite que o inimigo que conquiste um núcleo possa ser tomado pelos fogos de flanqueamento realizados pelos núcleos vizinhos. O apoio mútuo ainda permite que, submergindo um determinado núcleo, o inimigo possa ser contido pelos fogos dos elementos vizinhos e dos imediatamente à retaguarda.

d. Caso o R C Mec possa ser reforçado por elementos CC, eles constituirão a chave dos C Atq. Podem atirar em movimento, possuem elevada cadência de tiro e menor tempo de engajamento que os mísseis. Os CC devem ser utilizados, prioritariamente, nas Via A mais propícias ao emprego de CC pelo inimigo. A reserva deve ser organizada com base nos CC. Caso o R C Mec não seja reforçado por elementos CC, as VBR deverão ser utilizadas obedecendo os mesmos princípios de aplicação dos CC.

e. Nas operações defensivas, o Cmt Rgt deverá procurar maximizar o emprego das VBR / Fuz embarcados e dos fuzileiros desembarcados. As VBR devem ser empregadas para engajar e destruir os CC, os blindados leves inimigos e as Vtr não blindadas, a partir de espaldões nos núcleos de defesa ou como base de fogos, nos contra ataques. Os Fuz desembarcados são normalmente empregados para:

(1) defender os núcleos da posição defensiva contra o ataque da infantaria inimiga;

(2) realizar patrulhamento e ocupar P Obs / Postos de Escuta à frente da posição defensiva, a fim de obter informes sobre o inimigo;

(3) construir e defender os obstáculos do plano de barreiras da posição defensiva;

(4) realizar emboscadas anticarro com armamento anticarro portátil; e

(5) realizar a limpeza dos campos de tiro e de observação.

f. A Seção de Mísseis Anticarro (Pel Cmdo / Esqd C Ap) provê fogos de longo alcance, mas possuem reduzida cadência de tiro e longo tempo de vôo. As peças devem ser posicionadas onde possam ter maximizadas suas características, normalmente de posições de flanqueamento batendo áreas relativamente abertas. Na defensiva são, normalmente empregadas aprofundando o combate anticarro, reforçando as forças na área de segurança, a fim de destruir os elementos de reconhecimento do inimigo e bloqueando a penetração de CC inimigos nos flancos ou retaguarda da posição do Rgt.

7-3. TIPOS DE OPERAÇÕES DEFENSIVAS

a. As operações defensivas em seu sentido mais amplo, abrangem todas as ações que oferecem um determinado grau de resistência contra uma força atacante.

b. Compreendem dois tipos de operações:

(1) a defesa em posição; e

(2) movimentos retrógrados.

7-4. FORMAS DE DEFESA

a. Defesa em posição - Compreende duas formas:

(1) defesa de área;

(2) defesa móvel;

b. Movimentos retrógrados - As formas das operações de movimentos retrógrados são:

(1) ação retardadora;

(2) retraimento;

(3) retirada.

7-5. ESTUDO DE SITUAÇÃO NAS OPERAÇÔES DEFENSIVAS

Durante o estudo de situação o Cmt e seu EM consideram o terreno, o inimigo e as condições climáticas para determinarem e analisarem as prováveis Via A terrestres e aéreas para o inimigo. Estas considerações sobre as Via A devem incluir:

a. Determinação dos acidentes capitais do terreno e regiões de grande importância para a defesa. O EM deve identificar as Via A onde a velocidade de progressão e o desdobramento do inimigo são limitados e onde suas formações de ataque poderão ser bloqueadas e expostas a contra ataques. Os acidentes capitais do terreno deverão facilitar o bloqueio das Via A.

b. A determinação das Via A principais e secundárias e os corredores de mobilidade, onde as condições de trafegabilidade permitirão o emprego de tropas blindadas ou mecanizadas.

c. Determinação, SOB O PONTO DE VISTA DO INIMIGO, do:

(1) Espaço para a manobra - Considerando os pontos de estrangulamento e os obstáculos naturais, levantar quantas viaturas blindadas comportam as Via A e, em conseqüência, qual o valor das unidades blindadas inimigas que as Via A suportam.

(2) Cobertas e abrigos - Que partes do terreno permitem o movimento do inimigo a coberto das vistas do defensor. Considerar o inimigo aproximando-se em coluna antes de desdobrar-se para o ataque.

(3) Trafegabilidade - Quais as características de trafegabilidade do terreno, acidentes do terreno e condições climáticas e seus efeitos sobre o deslocamento de forças do inimigo, particularmente as blindadas e mecanizadas. Como as condições de visibilidade reduzida poderão afetar a trafegabilidade de viaturas ou tropas a pé.

(4) Campos de tiro e de observação - Que regiões da posição defensiva são vulneráveis aos fogos diretos de CC, mísseis anticarro, obuseiros autopropulsados e helicópteros de ataque do inimigo.

(5) Acidentes capitais do terreno - Que partes do terreno de posse do inimigo lhe darão decisiva vantagem sobre o defensor.

(6) Efeitos da visibilidade limitada - Fumaça, poeira, neblina e escuridão afetam todos os deslocamentos de tropa, particularmente as blindadas e mecanizadas. Durante estes períodos de baixa visibilidade as estradas, canais, valetas, linhas de crista e outras partes do terreno que facilitem a navegação, crescem de valor nas Via A.

(7) Vias de acesso aéreas para o inimigo - Por onde o inimigo poderá realizar assaltos aeromóveis, nos flancos ou retaguarda da posição defensiva.

d. Determinação das possibilidades do inimigo durante o desenrolar das operações.

e. Determinação e denominação de áreas de maior interesse para o inimigo e as áreas onde deverá haver maior concentração de seus fogos, a fim de facilitar o levantamento de seu “plano de ataque” e possibilitar rapidez na reação por parte das forças da defesa.

ARTIGO II

DEFESA MÓVEL

7-6. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA DEFESA MÓVEL

a. Generalidades

(1) A defesa móvel (Def Mv) é uma forma de defesa em posição que se baseia na destruição do inimigo por meio do fogo e do contra-ataque, no qual um mínimo de meios é empregado para as ações de alertar as forças de defesa e de canalizar, retardar ou bloquear o atacante, e uma forte reserva é empregada para contra-atacar e destruir no momento mais oportuno.

(2) Em princípio, uma Def Mv será conduzida pelo escalão DE ou Sp.

(3) Neste tipo de defesa o Rgt pode receber missões de integrar ou constituir a:

(a) força de segurança do escalão superior;

(b) força de fixação da área de defesa avançada; e

(c) força de choque (reserva).

b. R C Mec como força de segurança - Quando a Bda C Mec participa da defesa móvel do Esc Sp, pode receber a missão de força de cobertura divisionária. Em alguns casos, esta missão poderá ser atribuída ao R C Mec. Quando isto ocorrer, o Rgt deverá receber reforços de artilharia e de engenharia.

c. R C Mec como força de fixação

(1) O R C Mec, em princípio, não deve ser empregado como força de fixação, por não ser o emprego mais adequado e não permitir que explore corretamente suas características. Contudo, se os fatores da decisão assim o indicarem, o Rgt poderá integrar uma força de fixação conduzida pela DE.

(2) Como integrante de Bda empregada na defesa móvel conduzida por uma DE o R C Mec poderá receber as seguintes missões:

(a) cobrir o retraimento dos elementos de primeiro escalão;

(b) ocupar posições de bloqueio para apoiar o C Atq realizado pela força de choque do Esc Sp;

(c) integrar a força de choque do Esc Sp.

(3) O R C Mec como parte da força de fixação, conduz suas ações de acordo com as ordens recebidas do Cmt Bda a que pertence e dentro dos princípios que norteiam o tipo de missão a desempenhar, retardar ou defender.

(4) O Cmt Rgt, poderá organizar sua unidade para o combate, montando pelotões provisórios, de modo a colocar SU, fortes em VBR (ou CC recebidos em reforço), nas Z Aç mais favoráveis à aproximação de blindados inimigos e SU, fortes em Fuz Bld, nas Z Aç mais favoráveis ao inimigo a pé. Em determinadas situações poderão ser organizadas subunidades provisórias, a fim de possibilitar o cumprimento da missão recebida com maior eficiência, em face das características do terreno. O Pel Mrt P é empregado em ação de conjunto para proporcionar apoio de fogo em toda a frente do regimento e, no maior alcance possível.

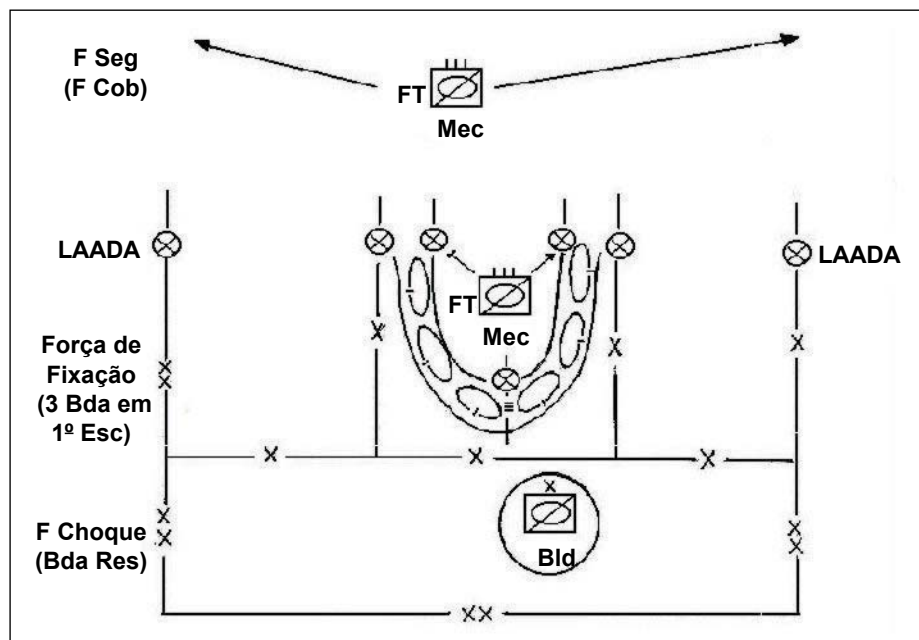



Fig 7-1. O R C Mec na Força de Fixação da Defesa Móvel

(5) A segurança não pode ser descurada durante a organização e preparação da posição defensiva. Elementos das SU da A DA estabelecem P Avç C à frente da posição defensiva. Estabelecem-se comunicações entre os P Obs e as SU de primeiro escalão. Patrulhas e P Obs são estabelecidos nos flancos, de acordo com as necessidades, para a segurança ao Rgt.

(6) Os planos de C Atq são desenvolvidos ao mesmo tempo que a organização das posições de bloqueio e os preparativos iniciais da defesa. Medidas de controle devem ser estabelecidas para cada plano.

(7) Certas posições de bloqueio podem ser usadas como posições suplementares, das quais o inimigo possa ser batido se ocorrerem penetrações na posição defensiva ou ataques de certas direções. O esquema de manobra também inclui posições de bloqueio, na região do aprofundamento do regimento, das quais os elementos que as ocupam possam apoiar pelo fogo ou realizar ataques a objetivos limitados contra forças inimigas que ameaçam uma outra posição.

(8) O PCP do Rgt fica localizado à retaguarda da área de defesa, onde se valerá da proteção dada pelo dispositivo tático das SU. Elementos de artilharia podem ser localizados dentro da Z Aç do regimento. Devem ser estabelecidas ligações com tais elementos e a localização das U de artilharia deve ser coordenada com o dispositivo das SU.

(9) Os P Obs conduzem os fogos de apoio sobre o inimigo para retardar ou deter o seu ataque. A F Ae poderá apoiar as unidades em contato e bater as forças blindadas e mecanizadas inimigas tão à frente do LAADA quanto

possível, reduzindo o número de viaturas blindadas que as forças terrestres devem destruir. Quando forçados pelo inimigo, os P Obs retraem para cumprir novas missões.

(10) Tão logo a força de ataque inimiga atinja a região dentro do alcance eficaz da defesa, os tiros das armas de apoio são realizados para causar-lhe o máximo de baixas. Logo que o contato é obtido, o Cmt do R C Mec inicia ações com a finalidade de deter, destruir, repelir e desorganizar o inimigo e, ainda, canalizá-lo para uma região favorável a sua destruição. O inimigo é mantido sob constante pressão e não lhe é dada oportunidade de estabelecer-se na Z Aç do regimento. Todo esforço é feito para desorganizar a formação do ataque inimigo, para dispersar seus elementos e para transtornar seu plano de ataque.

(11) Quando um ataque é dirigido contra a Z Aç do Rgt, o Cmt procura conservar a liberdade para manobrar seus meios para regiões críticas. Se algumas posições iniciais estiverem em perigo e na iminência de serem destruídas, o Cmt Rgt pode determinar aos elementos que a ocupam que retraiam para posições à retaguarda. Pode-se determinar às SU que apoiem posições de bloqueio que estejam sob grande pressão do inimigo. Isto é executado por um contra-ataque limitado, pelo apoio de fogo ou efetivo reforço aos elementos em posição.

(12) Quando o ataque aumentar em força e as posições iniciais das SU estiverem em perigo de serem destruídas, o Cmt R C Mec pode ser obrigado a executar um retraimento, utilizando as posições de bloqueio selecionadas em profundidade.

(13) Caso o ataque perca a impulsão o Rgt poderá, a partir das suas posições de bloqueio apoiar o C Atq da força de choque.

d. O R C Mec como força de choque

(1) Generalidades - O R C Mec poderá integrar a força de choque (reserva) em uma defesa móvel. Nesta situação, os aspectos a seguir descritos devem ser observados.

(2) Planos

(a) Quando o R C Mec integrar a força choque, seu Cmt prepara planos baseados nos planos de contra-ataque formulados pela Bda que realizar o C Atq. O R C Mec, ao estabelecer seu plano de C Atq, inclui medidas de controle, fogos de apoio e as coordenações necessárias. As medidas de coordenação e controle incluem:

1) linha de partida;

2) direção do movimento marcada por eixo de progressão ou direção de ataque, dependendo do grau de controle desejado;

3) objetivo(s); e

4) medidas de controle adicionais, as quais podem incluir posições de ataque, itinerários que conduzem a estas posições, limites e outras.

(b) A aprovação final dos planos de C Atq da força de choque deve ser dada pelo Cmt que executa a defesa móvel. Após a aprovação, os membros interessados na ação devem familiarizar-se com os planos, bem como reconhecer a região do ataque. A ação do inimigo raramente permitirá à reserva executar seu ataque exatamente como planejado. O Cmt Rgt deve estar pronto para

modificar, rapidamente, qualquer plano de C Atq, baseando-se na evolução dos acontecimentos e na conduta do inimigo.

(3) Reconhecimento - A formulação dos planos de C Atq deve ser precedida por um completo reconhecimento da região. O ataque da força de choque deve se desenrolar em terreno favorável, que permita ao atacante enfrentar o inimigo pelo flanco ou pela retaguarda e, preferencialmente, forçá-lo contra um obstáculo.

(4) Localização

(a) A localização da reserva é fixada pelo Esc Sp, em princípio numa região que facilite tanto o aprofundamento da defesa como o deslocamento para qualquer ponto da Z Aç.

(b) O Rgt normalmente recebe encargos de organizar posições de aprofundamento. Entretanto, a primeira prioridade é dada aos ensaios e aperfeiçoamentos dos seus planos de Z Atq.

(5) Execução de contra-ataques

(a) A execução de C Atq depende de ordem do comando superior. O contra-ataque tem que ser lançado no momento e local certos. Normalmente, é executado quando o inimigo, canalizado por elementos de retardamento, atinge uma região pré - estabelecida, detido pela ação da força de fixação, e antes que possa ganhar impulsão para prosseguir pelo reforço de sua reserva.

(b) Para a execução do C Atq o Rgt, normalmente, ultrapassa elementos da força de fixação. Cabe ao Rgt a responsabilidade pela área entre a LP e o objetivo.

(c) O Rgt recebe prioridade do apoio de fogo para realizar o C Atq. Em princípio, beneficia-se, também, dos efeitos do apoio aéreo aproximado, que é empregado para atacar concentrações inimigas e para evitar que o inimigo reforce suas forças.

(d) O planejamento do C Atq na defesa móvel é semelhante ao realizado numa defesa de área.

ARTIGO III

DEFESA DE ÁREA

7-7. GENERALIDADES

a. A defesa de área dá ênfase à manutenção ou ao controle de um terreno específico, por um determinado período de tempo. O defensor desdobra a maioria de seu poder de combate na área de defesa avançada para deter as forças inimigas à frente do limite anterior da área de defesa avançada. Conduz C Atq para expulsar ou destruir forças inimigas que penetrarem naquela área e para retomar o controle da mesma ou do terreno que a defesa deseja conservar. O defensor depende da potência dos fogos e das forças empregadas na área de defesa avançada para deter e repelir o atacante. A área de defesa avançada tem uma maior prioridade na distribuição dos meios de combate.

b. Na defesa de área, o defensor planeja aceitar um engajamento decisivo e cumprir sua missão pela destruição do atacante ao longo do limite anterior da área de defesa avançada, contando com um grande volume e variedade de fogos. O defensor pode não possuir capacidade para ocupar todos os acidentes capitais do terreno da posição defensiva; no entanto, emprega suficiente poder de combate à frente para dominar a área.

c. Na defesa de área, o R C Mec pode, ser empregado em um ou mais dos escalões de defesa: força de segurança, força da área de defesa avançada e reserva.

7-8. ESCALONAMENTO DA DEFESA

a. A defesa é escalonada em três áreas (Fig 7-2):
(1) área de segurança;
(2) área de defesa avançada; e
(3) área de reserva.

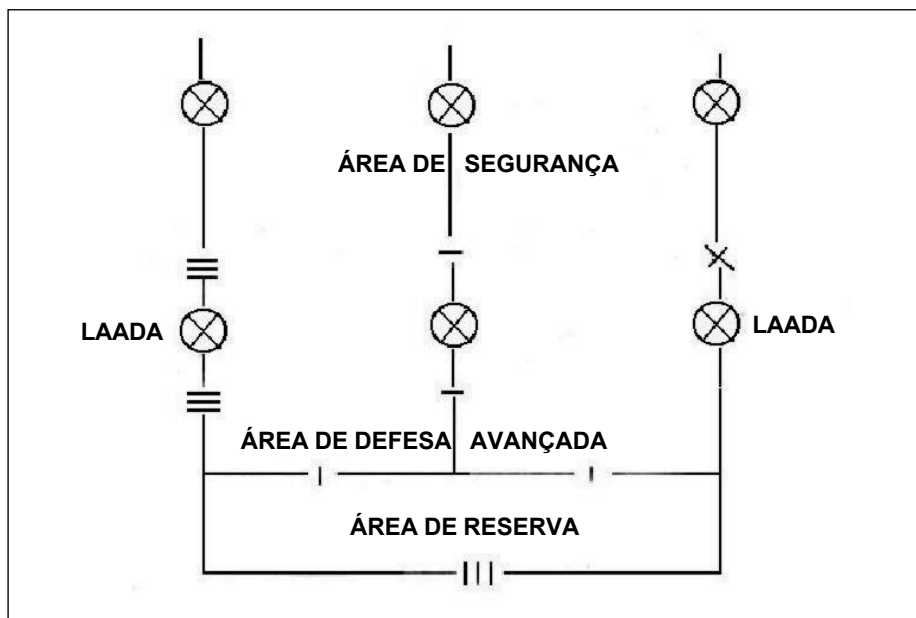



Fig 7-2. Escalonamento de um R C Mec na defesa de área

b. Área de segurança - É a que se estende à frente do limite anterior da área de defesa avançada (LAADA) até onde forem empregados os elementos de segurança estabelecidos pela U. As forças de segurança são compostas de elementos que alertam sobre a aproximação do inimigo, desorganizam-no e o iludem quanto à verdadeira localização da posição defensiva.

c. Área de defesa avançada (ADA) - A área de defesa avançada se estende do seu limite anterior (LAADA) para a retaguarda, englobando as posições ocupadas pelas SU de primeiro escalão. As forças da área de defesa avançada são compostas de elementos encarregados da defesa imediata dessa área.

d. Área de reserva - A área de reserva se estende da retaguarda das subunidades em primeiro escalão até o limite de retaguarda do Rgt. As forças de reserva ocupam regiões na área de reserva (área de retaguarda) e dão profundidade à posição defensiva. Estes elementos limitam e eliminam as penetrações ou podem reforçar as SU de primeiro escalão. A reserva é o principal meio de que dispõe o Cmt Rgt para influir no combate.

7-9. ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

a. Generalidades

(1) A organização para o combate é a combinação dos diversos meios disponíveis, sob uma estrutura de comando, a fim de prover o controle, a coordenação e o apoio necessários ao emprego das forças e de modo a obter superioridade sobre o inimigo.

(2) A disponibilidade de meios é confrontada com as necessidades, respectivamente, dos escalões de segurança, de defesa avançada e de reserva.

(3) O comando pode não dispor de meios suficientes para atender às necessidades de cada escalão. Quando isto acontecer, deve ajustar a distribuição das forças para cada escalão, de modo a obter a melhor organização possível para o combate, tendo em vista o cumprimento da missão.

b. Possibilidades dos elementos de combate

(1) As possibilidades dos Esqd C Mec e Pel C Mec, na defensiva, são:

(a) executar o reconhecimento e prover segurança;

(b) ser empregado nos P Avç C;

(c) manter o terreno com restrições pelo reduzido número de fuzileiros;

(d) contra-atacar;

(e) destruir viaturas blindadas Ini pelo fogo; e/ou

(f) integrar outras forças.

(2) Nas operações defensivas, os esquadrões e pelotões provisórios de fuzileiros têm as seguintes possibilidades:

(a) manter o terreno;

(b) repelir o assalto inimigo pelo fogo e combate aproximado;

(c) contra-atacar;

(d) manobrar, com restrições, em qualquer tipo de terreno e sob quaisquer condições climáticas; e/ou

(e) integrar outras forças.

(3) As possibilidades dos esquadrões fortes em VBR e pelotões provisórios de VBR na defensiva são:

(a) contra-atacar;

(b) destruir os blindados inimigos pelo fogo;
(c) apoiar os elementos de Fuz pelo fogo, manobra e ação de choque; e/ou
(d) integrar outras forças.
(4) As possibilidades dos esquadrões e pelotões provisórios de exploradores, na defensiva, são:
(a) ser empregados nos P Avç C;
(b) apoiar os elementos de Fuz pelo fogo;
(c) vigiar áreas passivas;
(d) com restrições: ocupar núcleos de defesa em Via A de Inf Mtz e manter o terreno, repelir o assalto inimigo pelo fogo e combate aproximado, contra-atacar e manobrar em qualquer tipo de terreno e sob quaisquer condições climáticas; e/ou
(e) integrar outras forças.

c. Organização dos elementos de manobra

(1) Os elementos de manobra são organizados para o combate visando ao cumprimento da missão recebida. A organização de subunidades e pelotões provisórios de Exp, Fuz Bld e VBR ou o emprego dos Esqd C Mec e Pel C Mec constituídos nos núcleos de defesa valor subunidade e pelotão obedecerá às conclusões do estudo de situação.
(2) O Esqd C Mec e o Pel C Mec são capazes de retardar e defender em boas condições forças de igual ou menor mobilidade.

7-10. PLANEJAMENTO DA DEFESA

a. Generalidades

(1) O plano de defesa será elaborado após o recebimento da ordem de defesa emitida pelo Esc Sp. Este plano compreenderá um esquema de manobra e um plano de apoio de fogo, os quais serão feitos simultaneamente e intimamente integrados. O plano de defesa abrangerá, também, o planejamento de contra-ataques, de segurança, de apoio logístico e o estabelecimento da rede de comunicações.
(2) A flexibilidade é obtida através da escolha de posições suplementares que permitam a defesa em todas as direções, pela manutenção de uma reserva adequada e pelo controle centralizado do apoio de fogo. Além destas medidas, o Cmt prepara planos alternativos para fazer face às situações previsíveis.

b. Medidas preparatórias

(1) Normalmente, ao receber a ordem de defesa, o Cmt Rgt emite uma ordem preparatória aos elementos subordinados, alertando-os da operação a ser executada. Os preparativos para a defesa de uma área compreendem: um plano inicial, o reconhecimento, o plano pormenorizado de defesa, a transmissão da ordem e a ocupação e organização da posição. A seqüência dessas medidas e a possibilidade que cada uma delas tem de ser realizada, integralmente, dependem, principalmente, de ter sido estabelecido o contato com o

inimigo e do tempo disponível. As decisões rápidas e as ações eficientes do estado-maior são necessárias para a pronta e ordenada ocupação da posição e sua organização posterior.

(2) Deslocamento da unidade - Se a tropa não estiver em posição, o Cmt Rgt providencia o seu deslocamento para a zona designada. Se a defesa a ser estabelecida tem em vista manter um objetivo conquistado, planeja a redistribuição de sua tropa na posição.

(3) Plano inicial de defesa - Após receber a ordem de defesa, o Cmt Rgt faz um breve estudo na carta para organizar o seu plano inicial de defesa. Este plano compreende: as medidas gerais de segurança, o dispositivo, as zonas de reunião e os eixos de suprimento. Os elementos essenciais do plano inicial são transmitidos imediatamente aos subordinados para que possam iniciar os preparativos indispensáveis à organização da posição.

c. Reconhecimento e coordenação

(1) Planejamento do reconhecimento - Antes de partir para o reconhecimento do terreno, o comandante do regimento prevê o emprego do tempo disponível. Fixa o tempo a ser despendido no reconhecimento, determina os locais que devam ser percorridos e examinados, escolhe os itinerários a serem seguidos e dá missões específicas aos oficiais de seu EM e Cmt subordinados. O S3 e o S2 trabalham na preparação da ordem de reconhecimento que abrangerá todos os aspectos necessários à condução do Rec e que será confeccionada no mesmo modelo da ordem de operações. O reconhecimento deve ser tão minucioso quanto a situação o permitir. Quando o Rgt deve estabelecer uma defesa sumária, partindo de um dispositivo de marcha ou de um dispositivo ofensivo, o comandante modifica o seu reconhecimento, para ajustá-lo à situação e, em alguns casos, limita-o a um simples estudo da carta. Se o contato com o inimigo não tiver sido estabelecido, poderá haver um reconhecimento pormenorizado.

(2) Coordenação e transmissão da ordem - O Cmt do R C Mec assegura a coordenação dos esforços com as unidades em reforço, em apoio e ~~e~~ vizinhas, transmite sua ordem de reconhecimento, alocando tempo suficiente aos elementos subordinados, que irão executar o Rec, para que possam executar sua preparação.

(3) Execução do reconhecimento - No reconhecimento, o comandante do regimento utiliza alguns oficiais para auxiliá-lo na elaboração do plano de defesa. Esses oficiais, normalmente são: o S2, o S3, o Cmt do Esqd C Ap e o O Lig Art. Outros oficiais podem receber ordem de executar reconhecimentos pormenorizados e apresentarem informes sobre determinadas áreas ou sugestões para a localização de armas e de instalações. Da mesma forma, o Cmt Rgt pode determinar às SU que enviem elementos C Mec para executarem o reconhecimento. Devem ser tomadas medidas para a segurança do reconhecimento. Durante o Rec, o Cmt do R C Mec, ou oficiais qualificados, examinam:

(a) as prováveis Via A para as tropas a pé, blindados e helicópteros inimigos.

(b) a área a ser ocupada pelo escalão de segurança;

(c) os acidentes capitais na área de defesa do Rgt;

(d) o terreno, à frente da posição, mais favorável à observação inimiga;
(e) o traçado geral do LAADA;
(f) os limites e pontos limites entre os elementos de primeiro escalão;
(g) a localização geral dos morteiros as zonas a serem batidas por seus fogos;
(h) os fogos defensivos a serem pedidos à artilharia de apoio;
(i) os obstáculos naturais imediatamente à frente da posição ou os acidentes do terreno que, rapidamente, possam ser transformados em obstáculos, caso necessário;
(j) a localização das armas AC e dos campos de minas;
(l) a localização das prováveis regiões de penetração na área de defesa;
(m) as regiões a serem organizadas pela reserva do regimento e sua zona de reunião;
(n) a localização dos postos de observação;
(o) a localização do posto de socorro, trens de combate e posto de comando; e
(p) a estrada principal de suprimento.

d. Elaboração do plano de defesa

(1) Esquema de manobra - O esquema de manobra é o plano para a localização e o deslocamento dos elementos de manobra orgânicos e em reforço, a fim de cumprir a missão. Na elaboração do esquema de manobra o comandante considera a missão, o inimigo, o terreno e as condições meteorológicas, os meios disponíveis e os respectivos efeitos sobre o plano de defesa.

(2) Seqüência - Na elaboração do esquema de manobra, o comandante e o estado-maior, normalmente, seguem uma seqüência lógica de planejamento, a seguir indicada.

(a) Determinação, análise e avaliação da Área de Operações.
(b) Processo das cinco fases:
1) determinação do grau de resistência desejável em cada via de acesso e seleção das regiões de bloqueio;
2) determinação do poder de combate a ser empregado na área de defesa avançada;
3) determinação do poder de combate da reserva e sua localização;
4) determinação do poder de combate das forças de segurança e sua localização; e
5) ajustamento das LA.
(c) Determinação das necessidades de Ap Log.
(d) Estabelecimento de planos alternativos para as contingências previsíveis.

(3) Outras considerações

(a) Alguns itens podem ser considerados em ordem diferente ou simultaneamente e outros podem ser revistos, à medida que o planejamento é executado. Nos estágios mais convenientes desta seqüência, o plano de apoio de fogo e os planos de C Atq são também considerados e elaborados.

(b) Ao montar as LA para a defesa de determinada área, o comandante do regimento considera que estas podem variar no(a):

1) traçado do LAADA;
2) dispositivo;
3) natureza e valor das SU; e
4) combinação destas alternativas.

7-11. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA DEFESA DE ÁREA

a. Análise da missão

(1) O primeiro estágio da elaboração do esquema de manobra é a completa análise da missão do Rgt e a consideração de todas as informações sobre as condições meteorológicas, o terreno, o inimigo e as forças amigas e o tempo disponível. O Cmt estuda a ordem recebida para assegurar a compreensão das ações impostas e deduzidas, que deve executar. Normalmente estas ações são definidas em termos de uma área específica a ser defendida.

(2) O comandante da brigada, normalmente, designa o traçado geral do LAADA e a localização inicial e missão dos P Avç C. Define a responsabilidade do regimento ao longo do LAADA (e, se for o caso, ao longo da linha dos P Avç C), estabelecendo os limites e pontos limites do R C Mec.

b. Processo das cinco fases

(1) Determinação do grau de resistência desejável em cada Via A e seleção das regiões de bloqueio.

(a) Baseado na forma de manobra e no terreno, o planejador deve selecionar, ao longo de cada via de acesso, os acidentes do terreno favoráveis ao bloqueio das penetrações inimigas, em regiões de alturas favoráveis às ações de defesa. No escalão U, são levantadas as Via A prováveis do inimigo, valor SU, para o interior da nossa posição defensiva. Para tal, visualizar:

1) regiões que bloqueiam as Via A no LAADA;
2) regiões que bloqueiam as Via A em profundidade, na ruptura e na penetração da posição defensiva;
3) traçado das penetrações máximas admitidas (PMA), para a determinação do grau de resistência admissível em cada Via A; e
4) determinação do grau de resistência desejável em cada Via A.

(b) O Cmt Rgt, auxiliado por seu EM e Cmt subordinados, realiza um reconhecimento pormenorizado da área, a pé, pelo ar ou em viatura. Com base neste reconhecimento e em outras informações obtidas, estuda a área de defesa, a fim de determinar quais os acidentes do terreno que devem ser mantidos para o cumprimento da missão. Se a conquista ou posse de um acidente proporciona uma vantagem marcante para qualquer dos contendores, este é considerado um acidente capital do terreno e deve ser controlado pelo defensor.

(c) Depois de levantar os acidentes capitais do terreno, o Cmt analisa as Via A para abordagem e progressão no interior da posição, provenientes de qualquer direção. Considera também as Via A que devem ser utilizadas nos C Atq. Analisa as condições de observação, os campos de tiro, as cobertas e abrigos, e os obstáculos existentes em sua área. Considera ainda a possibilidade de agravar os obstáculos e o emprego de barreiras para melhorar a defesa.

(d) Com base no estudo da área de defesa, determina como melhor utilizar o terreno, dentro dos recursos disponíveis, identificando os conjuntos topotáticos a serem defendidos pelos elementos subordinados. Na identificação destes conjuntos, o Cmt Rgt leva em consideração, particularmente:

1) as ligações topográficas dos diferentes acidentes capitais;

2) o número e o valor das Via A barradas pelos acidentes capitais;

3) as ligações táticas dos acidentes capitais, particularmente quanto ao apoio mútuo e possibilidades de barrar as vias de acesso à frente e em profundidade; e

4) o espaço adequado para o desdobramento, em largura e profundidade, do elemento subordinado.

(e) Penetração máxima admitida

1) Na defesa de área, embora a idéia seja deter o inimigo pelo fogo à frente da posição defensiva, é possível admitir uma penetração inimiga, desde que a mesma permita ao Rgt contra-atacar, com seus próprios meios, para restabelecer a posição, destruindo ou expulsando o inimigo. Tal penetração deve ser bloqueada na região da ruptura da posição defensiva (Fig 7-3).

2) A largura da PMA é baseada na amplitude da Via A considerada. No escalão unidade, considera-se a largura de uma Via A de SU.

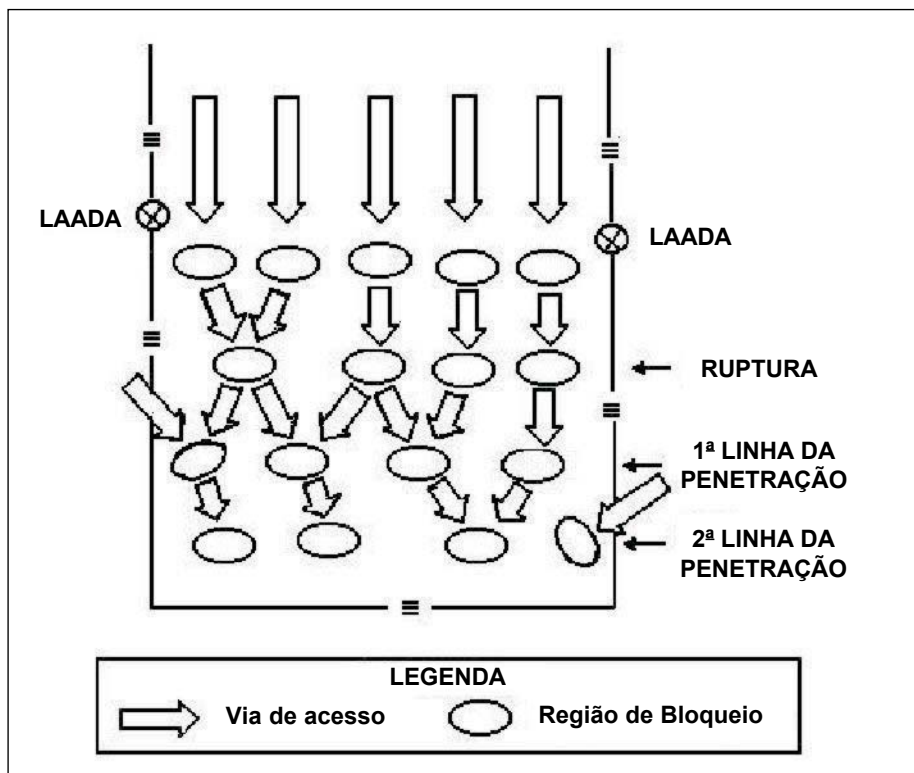



Fig 7-3. Seleção das regiões de bloqueio ao longo de cada Via A

3) A profundidade da PMA é baseada no terreno, particularmente os aspectos favoráveis à defesa, e no valor do inimigo no interior da penetração, que deve estar dentro das possibilidades de C Atq da reserva que se pretende manter (Fig 7-4).

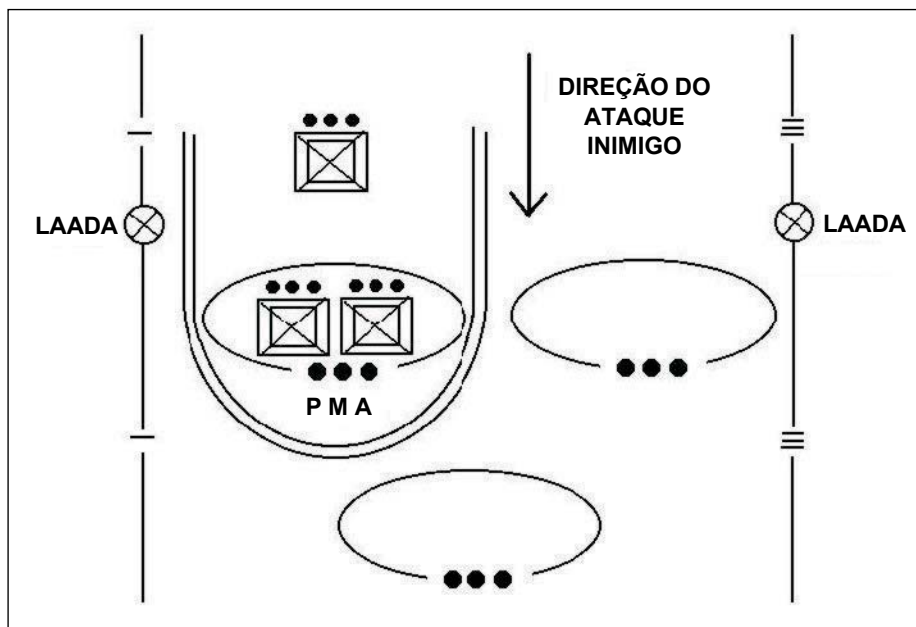



Fig 7-4. Traçado da penetração máxima admitida

(f) Graus de resistência - Três são os graus de resistência que podem ser empregados na área de defesa avançada, conforme o nível de engajamento admitido com o inimigo. São, do maior para o menor, respectivamente, defender, retardar e vigiar (Fig 7-5). No escalão Rgt, a ruptura e a penetração da posição defensiva devem ser defendidas:

1) Defender - Uma tropa que defende uma determinada Via A combate para conter um ataque inimigo, através do fogo e do combate aproximado. Para tanto, o defensor deve possuir um poder relativo de combate compatível, em função da amplitude da Via A e do valor do inimigo na mesma.

2) Retardar - Uma tropa que retarda o inimigo em determinada(s) Via A combate através do fogo, tendo em vista desorganizar o ataque inimigo, trocando o mínimo de espaço pelo máximo de tempo, sem se engajar decisivamente em combate. A tropa que retarda só deve retrair quando sob ameaça de engajamento decisivo e mediante ordem do Esc Sp. Para retardar, o defensor pode empregar menor poder de combate do que quando está defendendo, e ocupar núcleos defensivos de maiores proporções.

3) Vigiar - Uma tropa que vigia determinada(s) Via A cumpre sua missão, estabelecendo uma série de postos de vigilância complementados por patrulhas, para detectar a presença do inimigo. A força que vigia provê sua própria segurança e, se pressionada, baliza a progressão do atacante, mantendo permanente contato com o mesmo.

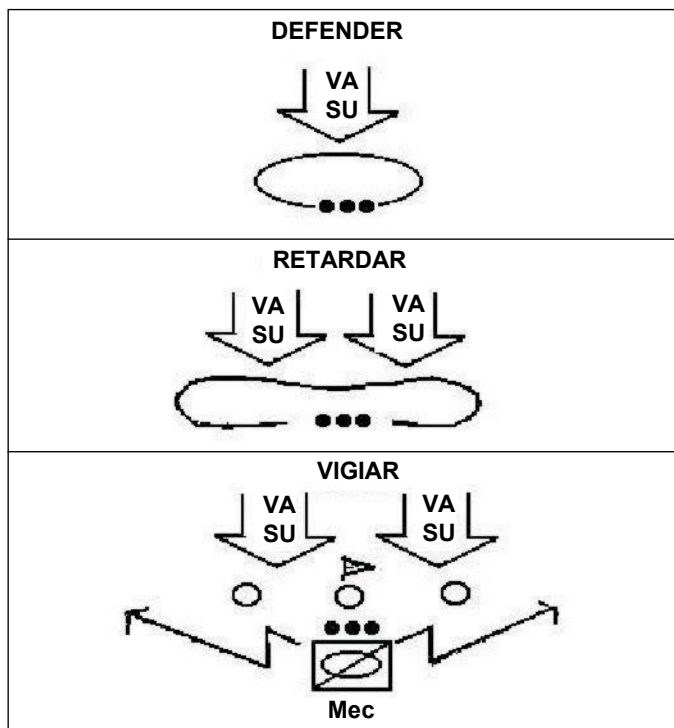



Fig 7-5. Graus de resistência

(g) Grau de Resistência Admissível - Em função do traçado das PMA, deve-se levantar os graus de resistência admissíveis em cada Via A.

1) 1º Caso - A penetração é admitida pelo defensor, quando:

a) existem regiões de bloqueio no contato e em profundidade, possibilitando o traçado da PMA;

b) não existe região de bloqueio no contato, mas sim em profundidade, possibilitando o traçado da PMA.

Nestas situações, pode-se admitir todos os graus de resistência, apesar de, na segunda situação, o "defender" e o "retardar" não serem nas condições ideais (Fig 7-6).

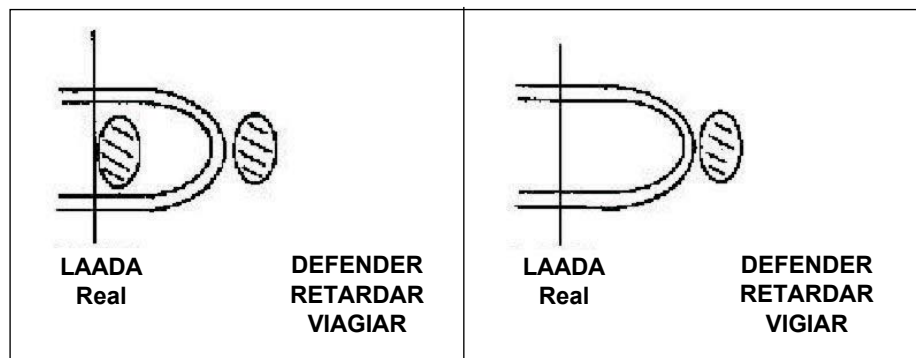



Fig 7-6. Penetrações admitidas

2) 2º Caso - A penetração não é admitida pelo defensor, quando:

a) existem regiões de bloqueio no contato e em profundidade, porém a uma distância tal que não possibilite o traçado da PMA;

b) não existe região de bloqueio no contato, mas sim em profundidade, porém a uma distância tal que não possibilite o traçado da PMA;

c) existe região de bloqueio no contato, mas não em profundidade;

d) não existem regiões de bloqueio no contato e em profundidade.

Nestas situações, normalmente, admite-se apenas o grau de resistência "defender", apesar de, em algumas situações, não ser nas condições ideais (Fig 7-7).

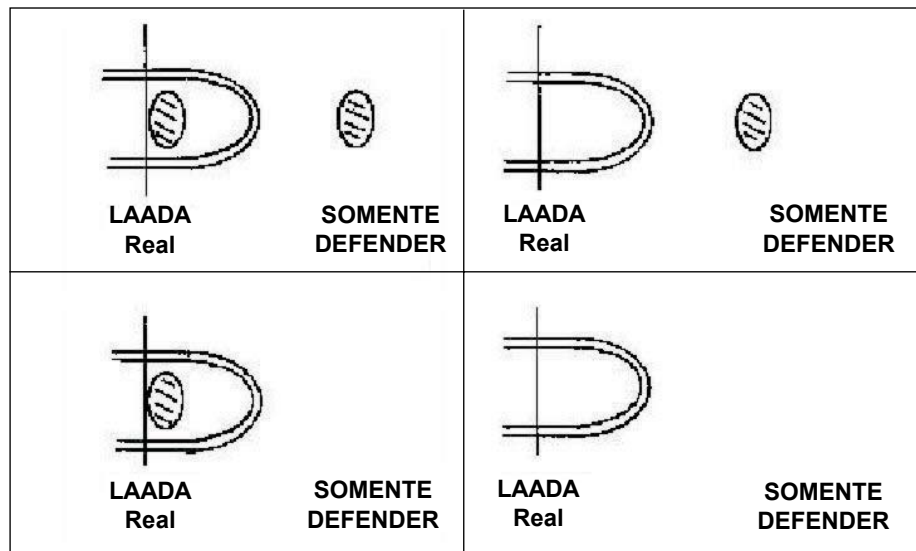



Fig 7-7. Penetrações não admitidas

(h) Grau de resistência desejável

1) O grau de resistência desejável é função da integração do grau de resistência admissível, do estudo do terreno e da disponibilidade de meios. A determinação do grau de resistência desejável é realizada em cada Via A.

2) Sempre que possível, a situação ideal é defender em todas as Via A, observando-se as características do terreno favoráveis às ações de defesa.

3) Nas Via A secundárias, ou seja, aquelas que tem o seu valor defensivo aumentado pela presença de obstáculos, pode-se retardar por economia de meios, desde que o terreno proporcione alturas favoráveis ao retardamento e boas condições de transitabilidade para o retraimento.

4) A defesa de salientes do LAADA não é recomendável, por falta de apoio mútuo lateral em ambos os flancos do defensor, sendo o grau de resistência “retardar” mais utilizado normalmente.

5) Em áreas passivas da posição defensiva, ou seja, as regiões do terreno cobertas por obstáculos naturais de vulto que restrinjam em muito a mobilidade do inimigo, como mata densa “obstáculo”, alagadiço “obstáculo” e outros, o grau de resistência “vigiar” é aceitável, porque o inimigo, normalmente, não atacará desdobrado no terreno, mas poderá utilizá-las como faixas de infiltração.

6) Em função de grande carência de meios, pode-se vigiar em vias de acesso não consideradas como áreas passivas, porém tal decisão revelará uma grande vulnerabilidade do dispositivo defensivo.

7) Na defesa móvel e na defesa elástica, os graus de resistência “retardar” e “vigiar” são utilizados para canalizar o inimigo para uma região favorável à sua destruição, respectivamente, pelo contra-ataque e pelo fogo.

(2) Determinação do poder de combate a ser empregado na área de defesa avançada (ADA)

(a) O número de SU a serem empregadas na ADA, a largura da frente a ser atribuída a cada uma e a localização específica das posições de aprofundamento selecionadas para preparação e ocupação (ou ocupação futura) dependem da missão, dimensões, transitabilidade e valor defensivo do terreno, das possibilidades do inimigo e dos meios disponíveis.

(b) À medida que o Cmt analisa o terreno, considera o valor da resistência que deseja opor ao inimigo em cada uma das vias de acesso, com base na visualização do que é necessário para manter o terreno (defender, retardar ou vigiar, de acordo com o grau de resistência desejado). Uma das técnicas utilizadas consiste em determinar o número de elementos de valor pelotão necessários para barrar o inimigo em cada Via A de valor subunidade e o número de Pel necessários para fechar os intervalos, dando continuidade à frente. Com base nesta avaliação, determina-se o número de SU necessárias. Deve ser considerado, também, o número de Pel necessários a dar profundidade às SU de primeiro escalão e o valor da reserva adequada ao Rgt.

(c) Caso as necessidades sejam maiores do que as disponibilidades, deve-se economizar meios, utilizando-se dos seguintes recursos:

1) afastar o LAADA real do LAADA geral até o limite do alcance de utilização do armamento individual, para explorar as convergências de Via A;

2) prever núcleos de Pel, preparados e não ocupados, na

ruptura da posição defensiva, sem privar, sempre que possível, os esquadrões de primeiro escalão de, pelo menos, um Pel em reserva;

3) admitir um menor grau de resistência nas Via A menos importantes.

(d) Frentes e profundidades

1) Ao determinar a frente e a profundidade de cada elemento de primeiro escalão, o comandante do Rgt considera a possibilidade das SU defenderem o LAADA e ainda disporem de meios para manter uma reserva adequada. Esta determinação envolve também a consideração do poder relativo de combate das forças amigas e inimigas e o valor defensivo do terreno.

2) As frentes atribuídas às SU no LAADA não devem exceder a sua capacidade de assegurar o apoio mútuo entre os Pel de primeiro escalão.

3) As limitações nos campos de tiro imporão uma redução das frentes das SU. A existência de reforços dados às SU exigirá uma ampliação das frentes a elas atribuídas.

4) Tanto quanto possível, deve-se evitar intervalos e brechas entre os elementos localizados no LAADA, nos escalões unidade e inferiores. Se isto for inevitável, é conveniente que os intervalos se localizem entre as unidades ou entre elementos do Esc Sp.

5) É conveniente designar-se frentes mais estreitas para os elementos que defendem a cavaleiro da Via A mais favorável ao inimigo. O Cmt Rgt deve evitar dividir a responsabilidade das Via A entre dois elementos. Em princípio, atribui a defesa de cada acidente capital no LAADA a uma subunidade.

6) A profundidade atribuída às SU de primeiro escalão deve incluir espaço suficiente para localizar as posições principal e de muda e o Pel de aprofundamento, possibilitar apoio mútuo com os pelotões do LAADA e limitar as penetrações inimigas na área de defesa. O espaço deve também ser suficiente para a instalação de posições suplementares, de onde o Pel reserva possa defender os flancos e a retaguarda da SU. A profundidade deve prover espaço para a instalação dos morteiros, posto de comando e trens da SU.

7) Na determinação da profundidade a ser atribuída às SU de primeiro escalão, o Cmt leva em consideração a localização das posições de aprofundamento da reserva do SU.

(d) Finalizando, são determinados os limites laterais entre as SU, levando-se em conta os conjuntos topotáticos.

(3) Determinação do poder de combate da reserva e sua localização

(a) À medida que o comandante do regimento levanta a necessidade das forças de primeiro escalão, considera, também, o valor e a localização da reserva. Atribui suficiente poder de combate à mesma, levando em conta a missão, o inimigo, o terreno, os meios e o tempo. As missões apropriadas para a reserva do R C Mec incluem:

1) guarnecer os postos avançados de combate (P Avç C) na frente que corresponde ao R C Mec, quando for o caso;

2) preparar e ocupar as posições de aprofundamento e limitar as penetrações inimigas na posição;

3) executar C Atq para expulsar o inimigo e restabelecer a posição;

4) apoiar ou reforçar as SU de primeiro escalão, pelo emprego de seus meios orgânicos de manobra e de apoio de fogo;

5) executar as missões de segurança de flanco e de área de retaguarda;

6) assumir, mediante ordem, a missão das SU de primeiro escalão;

7) executar patrulhamento; e

8) cobrir intervalos e brechas da frente.

(b) As posições principais, de muda e suplementares da reserva são escolhidas de modo a assegurar a defesa em profundidade e em todas as direções, bem como a flexibilidade. Situam-se nos acidentes capitais que barram, em profundidade, as principais vias de acesso e possam limitar as penetrações inimigas.

(c) Quando o Cmt Rgt determina que a reserva prepare posições de muda e suplementares, especifica a prioridade da preparação.

(d) Em princípio a reserva será de valor SU. Sempre que possível será organizada à base de VBR (ou carros de combate), elementos aptos à execução das ações dinâmicas da defesa.

(e) A reserva deve permanecer reunida, em local apropriado e em condições de emprego de acordo com as necessidades.

(f) Os planos de C Atq são estabelecidos em função das possíveis penetrações do inimigo. Objetivos, itinerários, linhas de partida e direções de ataque são selecionados para cada plano de C Atq. Todos os elementos de combate e apoio ao combate disponíveis devem ser empregados para a realização de C Atq. Os planos devem ser suficientemente flexíveis, de maneira a permitir, sempre que possível, que as reservas dos elementos de primeiro escalão participem dos C Atq.

(g) A reserva deverá ser localizada de onde melhor possa atender a conduta da defesa, levando-se em consideração, particularmente, a facilidade de movimento e a provável direção de orientação da maioria de meios do inimigo.

(h) Cabe a ela a preparação dos núcleos de aprofundamento do Rgt, para serem ocupados com a finalidade de bloquear o avanço inimigo e ainda permitir o cumprimento da missão.

(i) As ações ofensivas mais freqüentemente atribuídas à reserva na defesa são os C Atq de desorganização, para restabelecimento da posição e para destruir parte das forças inimigas.

1) O C Atq de desorganização é uma manobra tática com o fim de comprometer um ataque inimigo, enquanto este está em fase de organização. É normalmente realizado por elementos de VBR e VBTP, através de um ataque de varredura às zonas de reunião do inimigo e não recebe terreno a conquistar.

2) O C Atq para restabelecimento da posição é um ataque executado por parte da força de defesa contra uma força atacante inimiga com a finalidade específica de retomar o terreno perdido. É dirigido contra objetivos limitados no interior da posição e cuja conquista caracteriza o seu restabelecimento.

3) O C Atq para destruir parte das forças inimigas é um ataque executado com a finalidade de destruir os elementos inimigos que tenham penetrado ou se infiltrado na posição. O objetivo desta ação é a própria força inimiga.

(j) A reserva deve ser localizada de tal forma a proporcionar flexibilidade para o seu emprego. A reserva pode se encontrar em uma das seguintes situações:

1) centralizada (aprofundando desde já ou em zona de reunião);

2) descentralizada (articulada ou fracionada).

(k) A reserva estará centralizada, aprofundando desde já, quando seus pelotões ocuparem posições de aprofundamento, sob comando único. É a situação mais normal no escalão regimento. Deve ser empregada quando a frente for normal, existirem poucas posições de aprofundamento e a área de reserva se caracterizar por um ponto chave da defesa (Fig 7-8).

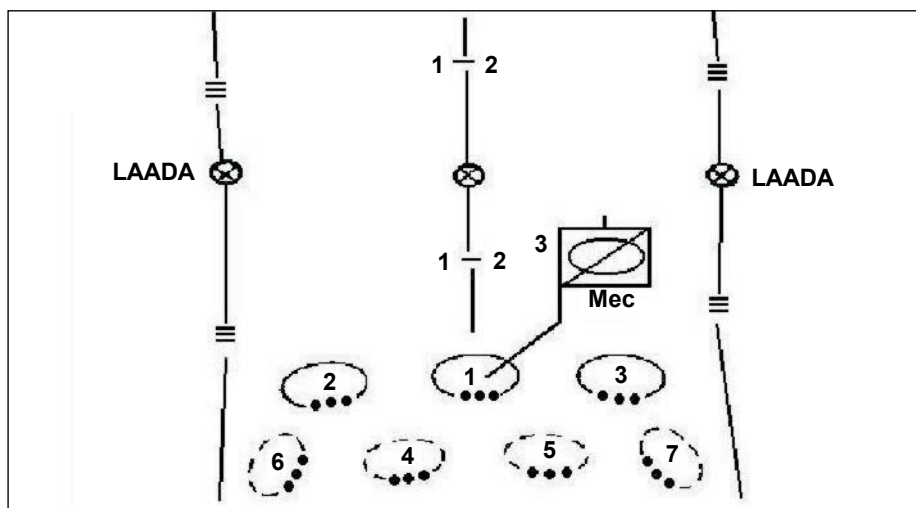



Fig 7-8. Reserva centralizada, aprofundando desde já.

(l) A reserva estará centralizada, em Z Reu, quando seus Pel ficarem reunidos num único local, sob comando único. Deve ser empregada quando a frente for mais larga do que o normal, existirem muitas posições de aprofundamento, a área de reserva se caracterizar por uma região capital de defesa extensa e as condições de transitabilidade permitirem o deslocamento da reserva para qualquer parte da frente (Fig 7-9).

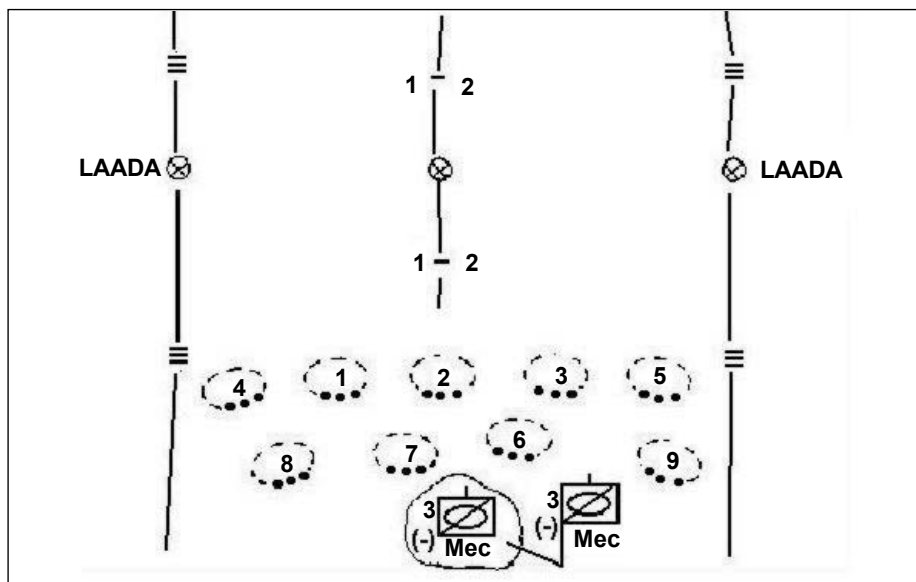



Fig 7-9. Reserva centralizada, em zona de reunião

(m) A reserva estará descentralizada, articulada, quando seus Pel ocuparem mais de uma Z Reu, ou parte deles se encontra em Z Reu e outra parte ocupa posições de aprofundamento, porém todos sob comando único. Deve ser empregada quando a frente for bastante larga ou existir um obstáculo dissociador na área de reserva, restringindo o movimento da reserva (Fig 7-10).

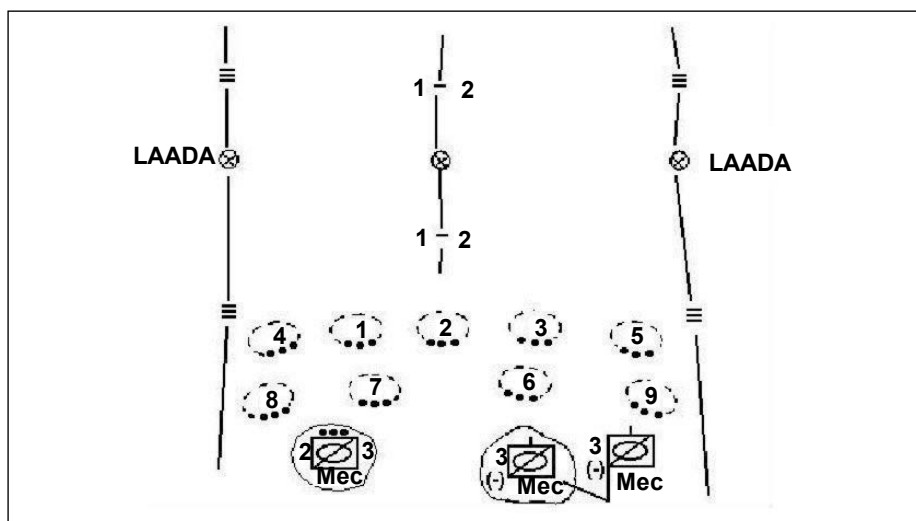



Fig 7-10. Reserva descentralizada articulada

(n) A reserva estará descentralizada, fracionada, quando seus Pel ocuparem mais de uma Z Reu, sob dois ou mais comandos dis-tintos. Deve ser empregada quando existir um obstáculo dissociador na área da reserva que impeça ao comandante da reserva exercer o controle, acompanhar a manobra e prestar o apoio necessário às suas peças de manobra (Fig 7-11)

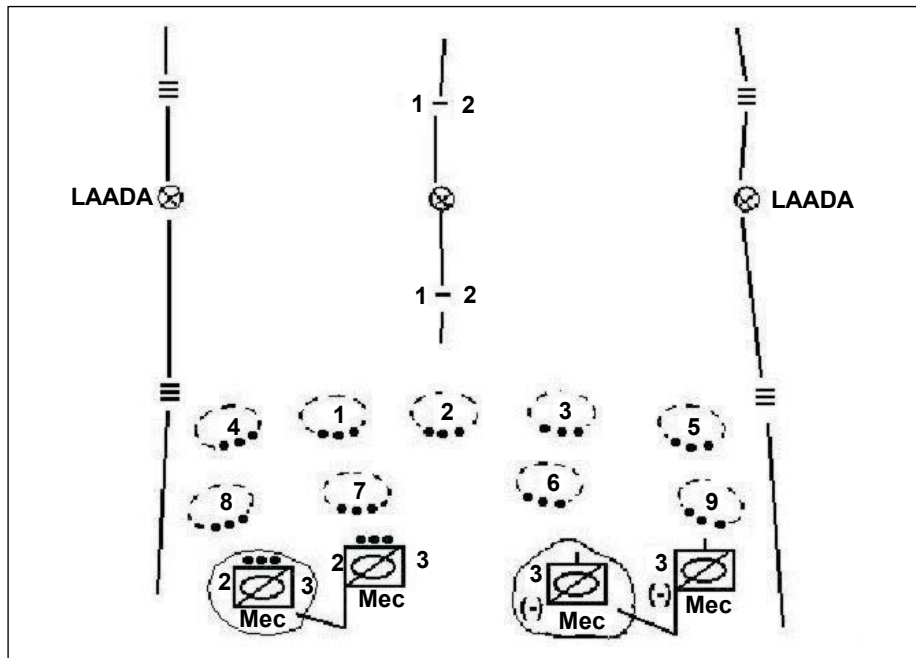



Fig 7-11. Reserva descentralizada fracionada

(o) Os núcleos a serem organizados pela reserva recebem uma prioridade de preparação, e não de ocupação, através de uma numeração em ordem crescente, atendendo à seguinte seqüência:

1) núcleos que aprofundam a defesa à retaguarda de graus de resistência “vigiar” e “retardar”, nesta ordem;

2) núcleos que aprofundam a defesa, na Z Reu das SU de primeiro escalão, o que não é normal, pois os esquadrões da ADA, em princípio, preparam os seus núcleos de aprofundamento;

3) núcleos que aprofundam a defesa, na área de reserva do regimento, e que conduzem à região capital de defesa, por linhas do terreno até a última linha de defesa, priorizando as melhores Via A; e

4) núcleos que barram as Via A de flanco, provenientes das zonas de ação vizinhas.

(4) Determinação do poder de combate a ser empregado na F Seg

(a) Os P Avç C constituem o elemento de segurança do Rgt, quando participando de um dispositivo definido, com missão na ADA.

(b) A missão principal dos P Avç C é proporcionar alerta oportuno sobre a aproximação do inimigo e impedi-lo de realizar a observação terrestre aproximada e os fogos diretos sobre o interior da área de defesa. Dentro de suas possibilidades, os P Avç C retardam e desorganizam o inimigo e se esforçam para iludi-lo sobre a verdadeira localização do LAADA.

(c) A localização dos P Avç C é normalmente prescrita pelo Cmt do escalão enquadrante. São, normalmente, guarnecidos e controlados pelas unidades de primeiro escalão.

(d) A linha dos P Avç C é localizada à frente do LAADA (normalmente de 800 a 2.000 metros), em acidentes do terreno de onde possam melhor cumprir sua missão. Os P Avç C, normalmente, são dispostos em um único escalão (dispositivo linear) com uma série de postos de vigilância. Estes postos de vigilância são estabelecidos em posições do terreno que devem:

1) proporcionar profundos campos de observação e de tiro;

2) proporcionar obstáculos na frente e nos flancos;

3) possuir itinerários de retraimento desenfiados das vistas e fogos inimigos;

4) possuir posições cobertas e abrigadas;

5) impedir a observação terrestre aproximada e os tiros inimigos diretos sobre o LAADA;

6) estar dentro da distância de apoio dos elementos do LAADA; e

7) controlar todas as Via A do inimigo.

(e) A composição pormenorizada dos P Avç C é prescrita pelo Cmt Rgt, dentro das limitações de efetivo impostas pelo Cmt Bda. Normalmente, os elementos da SU reserva guarnecem os P Avç C. A consideração dos fatores abaixo condiciona o emprego de elementos de primeiro escalão:

1) distância;

2) disponibilidade de itinerários de retraimento;

3) tempo disponível para a preparação das posições;

4) disponibilidade de meios e missões a cumprir; e

5) necessidade de reforços para a execução dos P Avç C.

(f) O valor dos P Avç C varia de um Pel até uma SU, por unidade de 1º escalão. Os P Avç C devem ser tão móveis quanto o permitam o terreno e os meios disponíveis.

(g) Quando receberem a missão de retardar o Ini os P Avç C devem ser providos de VBR. O apoio de artilharia e morteiros provém, normalmente, do interior da própria área de defesa. Quando isto não é possível, elementos destas armas podem ocupar posições à frente do LAADA.

(h) Quando o Cmt Rgt determinar que as SU de primeiro escalão guarneçam os P Avç C em seus respectivos setores, outros elementos de apoio podem ser dados em reforço a estas subunidades para as ações de P Avç C. Após o retraimento dos P Avç C, tais elementos retornam ao cumprimento de suas missões. Quando as SU de primeiro escalão guarnecem os P Avç C, o Cmt Rgt, normalmente, delega aos mesmos o controle e a autoridade para determinar o retraimento dos P Avç C. Elementos de reserva podem, também, reforçar as SU de primeiro escalão para as ações de P Avç C.

(i) Os Cmt SU informam, oportunamente, ao Cmt Rgt e aos comandantes das unidades vizinhas sobre os planos e a hora prevista para o retraimento. Para evitar sua captura ou destruição, a fração da SU que estiver guarnecendo os P Avç C, poderá retrair por iniciativa própria, após haver cumprido a sua missão. Todo esforço deverá ser feito para informar ao comandante da SU e aos comandantes dos elementos vizinhos sobre o retraimento, utilizando para isso, artifícios pirotécnicos e outros meios visuais para sinalização.

(j) Normalmente, elementos de segurança dos Esc Sp estão à frente da linha dos P Avç C. Os P Avç C, mantém contato com os elementos amigos à frente, caso a Bda não estabeleça esta ligação. Se não houver elementos amigos à frente, devem ser empregadas patrulhas avançadas para estabelecer e manter o contato com o inimigo.

(k) Os P Avç C retraem mediante ordem do Cmt, que controla suas ações e o fazem por itinerários previamente selecionados, que não interfiram nos fogos da posição defensiva.

(l) Segurança da área de retaguarda - No escalão Rgt não é estabelecida uma força especial para a segurança da área de retaguarda. Os elementos da reserva recebem, como uma de suas missões, o fornecimento de forças para esta segurança, sempre que necessário.

(m) Segurança aproximada e dos flancos - As subunidades e frações tomam medidas de segurança em benefício da própria proteção aproximada, para evitar surpresas e infiltrações em suas posições. Estas medidas são constituídas de vigias e postos de observação e de escuta, instalados nas vias de acesso que se dirigem para o interior da posição.

(n) Outras medidas de segurança

1) Devem ser estabelecidas medidas de defesa contra ataques aeroterrestres, ações de guerrilheiros, infiltrações e armas QBN. Patrulhas procuram localizar o inimigo e obter informes sobre as suas atividades. São empregadas à frente e no interior da área de defesa. Outros meios podem ser empregados para aumentar a segurança, tais como, os dispositivos eletrônicos de vigilância, os equipamentos de infravermelho, artifícios iluminativos, arame farpado e minas. Os elementos de reconhecimento, bem como a aviação de reconhecimento, são habitualmente empregados nas missões de segurança.

2) As medidas de segurança passiva são de grande importância. Deve ser dada particular atenção à camuflagem. As posições devem ser camufladas na medida em que o tempo permitir. As posições das armas devem ser providas de cobertura protetora contra os efeitos dos fogos inimigos.

(5) Ajustamento das linhas de ação

(a) Destina-se a um ajustamento do poder de combate e das áreas de responsabilidade atribuídas em cada LA. Como conclusão do estudo anterior, podem surgir conflitos entre as necessidades dos vários escalões de defesa e o poder de combate disponível, sendo necessário um ajustamento das LA.

(b) Nas etapas anteriores, foi levantado o valor do poder de combate necessário ou desejável, sem se ater ao número exato de subunidades e pelotões disponíveis. Este, que era apenas um guia inicialmente, torna-se um fator limitativo no ajustamento.

h. Medidas defensivas diversas

(1) Plano de barreiras - O Cmt Rgt planeja o emprego de obstáculos à frente e no interior de sua área de defesa, integrados no sistema de barreiras da brigada. Os obstáculos devem ser estabelecidos levando-se em conta a localização das posições defensivas e o efeito das barreiras sobre a mobilidade das forças amigas no interior da posição, particularmente nos C Atq.

(2) Defesa anticarro

(a) O planejamento da DAC acha-se intimamente ligado ao planejamento de barreiras. Os obstáculos naturais e os campos de minas AC facilitam a destruição dos blindados, canalizando-os para as regiões batidas pelas armas anticarro. A DAC deve ser estabelecida em largura e em profundidade e engloba o emprego de armas anticarro, minas, VBR, artilharia e armas QBN. Deve ser dada particular atenção às vias de acesso de blindados que apresentem ameaça à posição do regimento. Entretanto, nenhuma região deve ser desprezada no planejamento da DAC, uma vez que as forças blindadas podem ser empregadas, com êxito, em terrenos aparentemente desfavoráveis.

(b) A DAC deve ser planejada de modo que os blindados inimigos sejam batidos pelo fogo, logo que fiquem dentro do alcance eficaz das armas da defesa. Procura separar os blindados dos elementos a pé que os acompanham, para destruí-los à frente da área de defesa. Se os blindados inimigos atingirem ou penetrarem na área de defesa, procura-se canalizá-los para regiões onde sua destruição seja facilitada pela ação ofensiva de reservas blindadas e pelas armas anticarro que ocupam posições de aprofundamento. As armas anticarro das SU ficam sob controle direto do comandante da SU que coordena seu emprego com as armas anticarro do regimento. As VBR (e os CC, se disponíveis) são empregadas na DAC, normalmente aprofundando a defesa.

(3) Defesa contra ataques aeroterrestres, aeromóveis, ações de guerrilha e infiltrações - Devem ser tomadas medidas efetivas contra ameaças de forças inimigas aeroterrestres e aeromóveis, de guerrilha e de infiltração, de modo que a unidade possa concentrar-se na missão principal da defesa. Deve ser estabelecido um sistema de alarme, utilizando os elementos de segurança e de observação já instalados. Deve ser realizado um reconhecimento pormenorizado para localizar as prováveis zonas de lançamento e desembarque de forças inimigas. Quando necessário, podem ser empregadas patrulhas especiais, dispositivos de alarme, bloqueios de estrada e postos de observação e equipamento de radar, para cobrir a área. Deve ser preparado um plano de iluminação e tomadas medidas para prover segurança para os elementos administrativos na área. Quando uma força inimiga se infiltrar na área, toda ou parte da reserva recebe a missão de destruí-la e os fogos planejados apoiam a sua ação.

(4) Defesa contra ataques aéreos - As U de artilharia podem operar na área do Rgt, sob o controle de um comando superior. Neste caso, o Cmt R C Mec coordena a defesa contra ataques aéreos com o comando dessas unidades. As armas orgânicas do regimento podem ser particularmente eficazes contra os helicópteros e outras aeronaves de vôo lento. Os setores de tiro atribuídos e as condições de emprego das armas do Rgt devem ser definidos pelo comandante. As medidas de defesa antiaérea incluem:

(a) medidas passivas de proteção;
(b) estabelecimento de um sistema de alarme; e
(c) permissão (ou não) às unidades para atirar em todas as aeronaves seguramente identificadas como inimigas (mesmo quando não realizam ataque direto à unidade).

(5) Defesa durante os períodos de visibilidade reduzida

(a) Para as U equipadas com dispositivos passivos de visão, as operações defensivas noturnas diferem pouco daquelas realizadas durante o dia.

(b) A distância de emprego das armas de fogo direto é determinada pelo alcance eficaz dos dispositivos de visão passiva à disposição do defensor.

(c) A organização da posição defensiva à noite é semelhante àquela adotada de dia. No entanto, as possibilidades concedidas pelo uso de equipamentos passivos de visão permitem ao defensor a realização de movimentos na escuridão.

(d) A utilização de equipamentos potentes, com alcance superior àquele adotado pelo inimigo, poderá proporcionar vantagem decisiva ao defensor, permitindo o engajamento da força atacante antes que esta o possa fazer.

(e) O emprego de iluminação ativa somente deverá ser considerado quando não se dispõe de equipamentos passivos ou quando o nível de luz ambiental diminuir a eficiência destes equipamentos.

(f) O emprego dos meios ativos elimina a surpresa, alertando o inimigo sobre o combate iminente, revela a posição do defensor e permite ao atacante o emprego mais eficiente de seus equipamentos de visão por intensificação da luz residual.

(6) Simulação - Ao estabelecer o plano de defesa, o comandante do regimento considera o emprego das medidas de simulação que possam levar o atacante a dispersar meios ou orientar mal o seu esforço. As forças de segurança empregam a simulação para fazer com que o inimigo se desdobre prematuramente e retarde a execução de seus planos. Posições, equipamento e atividades simuladas podem favorecer a economia de forças e obrigar o inimigo a executar uma ação ofensiva desnecessária, tornando seus elementos vulneráveis a uma ação amiga. Os trabalhos simulados devem ficar localizados, no mínimo, a 200 metros de qualquer posição real, para que os fogos dirigidos contra eles não atinjam os locais efetivamente ocupados.

i. Medidas de coordenação e controle

(1) Limite anterior da área de defesa avançada (LAADA)

(a) O LAADA é a linha que liga a orla anterior dos núcleos de defesa de primeiro escalão. Destina-se a coordenar o dispositivo e os fogos de todas as armas e U de apoio.

(b) O LAADA é, normalmente, indicado aos elementos subordinados por meio de pontos limites localizados sobre os limites laterais destes elementos. É mais precisamente definido à medida que os comandos o designam, sucessivamente, para os respectivos elementos subordinados.

(c) Se necessário, o traçado do LAADA pode ser determinado com mais precisão pelo comando aos elementos subordinados, usando calcos de operações ou indicando, no terreno, os pontos limites e o traçado do LAADA.

(d) O traçado do LAADA deve ser irregular, a fim de facilitar a execução dos tiro de flanqueamento; entretanto, as grandes saliências e reentrâncias devem ser evitadas.

(e) A definição de traçado do LAADA, nos sucessivos escalões de comando, deve levar em conta as seguintes considerações:

1) observação na frente e nos flancos;

2) bons campos de tiro para os tiros rasantes e de flanqueamento das armas automáticas;

3) cobertas e abrigos para as tropas, as armas e os trabalhos de organização da posição;

4) existência de obstáculos naturais, particularmente anticarro;

5) terreno que facilite o deslocamento dos elementos de apoio logístico no interior da posição; e

6) dificultar a observação inimiga no interior da posição.

(f) Se o traçado geral do LAADA determinado pelo Esc Sp incluir elevações e linhas de cumeada que formem um compartimento transversal, o Cmt poderá localizar o LAADA numa das seguintes linhas:

1) na crista militar, que normalmente permite observação sobre a base da elevação e é o traçado mais comumente utilizado na defensiva; um traçado à frente da crista militar ou mesmo ao fundo dos vales pode ser necessário para dar maior profundidade à posição ou para obter melhores campos de tiro;

2) na crista topográfica, quando se tornarem necessários campos de observação e de tiro mais profundos que os obtidos pelos campos de observação e de tiro de um outro traçado;

3) na contra - encosta, quando for mais vantajosa do que qualquer outro traçado; o sucesso da defesa em contra - encosta reside em impedir ao inimigo a utilização da crista topográfica da elevação ocupada.

(2) Limites

(a) Os limites definem as áreas de responsabilidade dos elementos de 1º escalão. Dividem a frente do Rgt, levando em consideração o valor defensivo do terreno e a relativa importância das regiões a serem defendidas. São localizados de modo a deixar a um único elemento a defesa de um mesmo acidente capital e das vias de acesso que a ele se dirigem.

(b) Quando os P Avç C estiverem sob controle do regimento, os limites entre as SU de primeiro escalão se estendem até a linha dos P Avç C. Se os P Avç C estiverem sob o controle das SU, serão prolongados à frente da linha dos P Avç C, até o limite do alcance das armas de apoio ou limite da observação terrestre.

(c) Os extremos dos limites indicam a extensão da área de responsabilidade de cada elemento, à frente ou à retaguarda do LAADA.

(d) Os limites no interior da posição e imediatamente à sua frente devem ser situados em uma linha nos terços médio ou inferior das encostas, de modo a assegurar a U de comando ao longo das Via A que se dirijam aos acidentes capitais no interior da posição.

(e) O prolongamento dos limites à frente, tendo em vista o emprego dos fogos e a observação, importa em aproveitar o terreno de maneira diferente

da usada na defesa aproximada e no interior da posição. Neste caso, os limites serão traçados ao longo das cristas e partes elevadas do terreno, evitando a criação de ângulos mortos para os fogos e áreas desenfiadas à observação do defensor, bem como facilitando a identificação destes limites.

(f) As mesmas considerações serão aplicadas quando os compartimentos forem definidos por localidades e bosques. A responsabilidade de defesa destas regiões não deve ser dividida entre dois comandos.

(g) Os cursos de água, estradas, trilhas e obstáculos longitudinais, devem ser controlados por um único comando. Assim, os limites passarão em uma das margens ou orla do acidente, de tal forma que a responsabilidade pelo mesmo fique claramente definida.

(3) Pontos limites

(a) Os pontos limites fixam os locais onde o comandante do escalão superior deseja que os comandantes subordinados e vizinhos coordenem suas defesas. O Cmt Bda os designa sobre os limites das U, no LAADA e nas linhas dos P Avç C, se for o caso, normalmente por propostas dos comandantes dos regimento de primeiro escalão. O Cmt U designa pontos limites sobre os limites das suas SU, no LAADA e, quando às subunidades de primeiro escalão controlarem os P Avç C, na linha dos P Avç C. Os comandos vizinhos podem ajustar a exata localização dos pontos limites através de entendimento mútuo e mediante aprovação do Esc Sp.

(b) Os pontos limites devem ser localizados sobre ou nas proximidades de um acidente do terreno facilmente identificável, tanto no terreno como na carta. Os Cmt ou seus representantes fazem a coordenação nestes pontos e determinam-se os intervalos entre as suas unidades devem ser cobertos por fogos, barreiras, ocupação física ou pela combinação destes processos.

(4) Zona de reunião

(a) A Z Reu para a reserva do Rgt deve possuir as seguintes características:

1) desenfiamento;

2) cobertas e abrigos;

3) acesso fácil às posições de aprofundamento, considerando-se a prioridade de ocupação;

4) acesso fácil à prováveis posições de ataque, de onde os contra-ataques serão desencadeados;

5) área suficiente para permitir a necessária dispersão da tropa; e

6) obstáculos para a sua defesa anticarro.

(b) Dentro da Z Reu, a reserva adota o dispositivo para a defesa em todas as direções. Preparam-se posições e abrigos para a proteção contra tiros de artilharia e ataques aéreos.

(5) Posições de aprofundamento - As posições de aprofundamento são localizadas sobre os acidentes capitais que permitam limitar as penetrações inimigas no interior da posição. O Cmt Rgt estabelece a prioridade de preparação das posições de aprofundamento. Nos calcos de operações, esta prioridade é indicada numerando-se os núcleos segundo sua importância para a defesa, tomando o número “1“ o de mais alta prioridade.

j. Contra-ataque para restabelecimento da área de defesa

(1) Generalidades

(a) A finalidade do C Atq na defesa de área é restabelecer o LAADA pela destruição ou expulsão dos elementos inimigos que tenham penetrado numa determinada parte da área de defesa avançada (ADA).

(b) O C Atq deve ser apoiado por todas as armas disponíveis. As VBR participam ou apoiam o contra-ataque, dependendo das condições do terreno e do inimigo. Em princípio, o grosso das VBR, se o terreno permitir, deve ser empregado como elemento de contra-ataque.

(c) O inimigo expulso de uma penetração não deve ser perseguido além do LAADA, exceto pelo fogo.

(2) Considerações fundamentais

(a) O Cmt Rgt conduz um estudo de situação continuado para determinar a oportunidade de execução do C Atq. Para tanto, inicialmente, deve avaliar se a penetração inimiga é apenas parte de um ataque de maior vulto, o qual deverá ser detido pelo emprego de todos os meios da U, ou se é um ataque a ser barrado pelos elementos de primeiro escalão.

(b) Da mesma forma que o insucesso de um C Atq pode desequilibrar a defesa e criar o risco de ser batida por partes, o retardamento na execução do mesmo poderá permitir que o inimigo se reorganize e mantenha a iniciativa. Todas as considerações levadas em conta para um ataque se aplicam ao contra-ataque, com uma ênfase, entretanto, na determinação da hora de seu desencadeamento.

(c) É sempre desejável que o inimigo seja detido ou que tenha sua impulsão diminuída; entretanto, essa condição não é um requisito impositivo para o lançamento de um C Atq. A largura e profundidade da penetração bem como a velocidade de progressão, a direção do ataque inimigo e o seu valor no interior da penetração, devem ser determinados, a fim de que o comandante possa decidir pela sua execução. O C Atq deverá ser desencadeado no momento em que o inimigo for mais vulnerável e de modo a impedi-lo de retomar a progressão ou receber reforços.

(d) O C Atq deve ser executado pelos elementos da reserva com possibilidade de cumprir a missão. Na determinação da força de contra-ataque, deve ser considerado que o inimigo do interior da penetração está desgastado, em fase de reorganização e submetido aos fogos dos elementos que estão limitando a penetração. Assim, o valor mínimo para realizar um C Atq deverá ser igual aos dos núcleos submergidos, permitindo a reocupação da área. O emprego de uma força, apenas com este valor mínimo, deverá ser evitado, sempre que possível. O valor desejável será idêntico ao do inimigo no interior da penetração. O emprego parcelado da reserva poderá comprometer o sucesso do C Atq, que deve ser rápido e violento, empregando todos os meios necessários para assegurar o sucesso.

(e) A direção de C Atq deve ser escolhida de maneira a tirar a máxima vantagem do terreno e das vulnerabilidades do inimigo.

(f) A reserva do regimento deve ser capaz de executar C Atq à noite. A necessidade de conhecimento do terreno, do planejamento e dos treinamentos ganha importância nas execuções de ações noturnas. A escuridão encobre os

movimentos da reserva e dificulta a exploração do êxito por parte do inimigo, entretanto, aumenta os problemas de coordenação e controle. Desta forma, deve ser dada especial atenção às medidas de identificação das tropas amigas, à designação de objetivos nítidos e à coordenação dos elementos de C Atq.

(3) Planejamento do C Atq (Fig 7-12).

(a) Os planos de C Atq são preparados juntamente com os demais planos de defesa e visam a fazer face às possíveis penetrações na área de defesa. Os planos são elaborados levando-se em consideração:

1) a provável zona de penetração do inimigo;

2) se o inimigo, no interior da penetração, está detido ou perdendo a impulsão;

3) localização e disponibilidade da reserva.

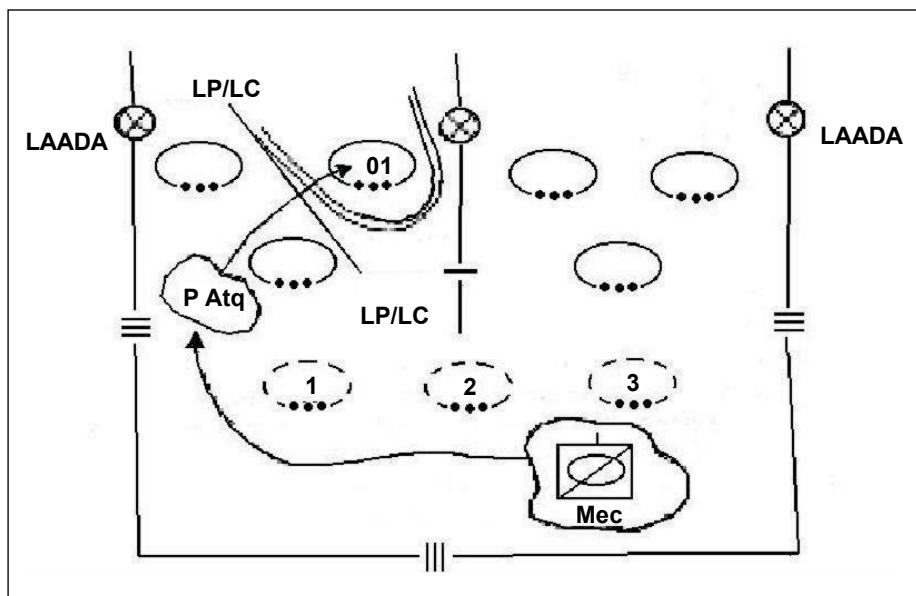



Fig 7-12. Plano de contra-ataque. Esquema de manobra.

(b) No escalão Rgt, o C Atq é, basicamente, um ataque limitado com a finalidade de restabelecer a área de defesa, destruindo ou expulsando o inimigo do interior da penetração.

(c) A reserva, normalmente, constitui a força de manobra, porém o plano de C Atq inclui nesta força outros elementos orgânicos, em reforço ou em apoio ao regimento. A força de manobra é apoiada pelas armas de apoio orgânicas, inclusive as armas dos esquadrões de primeiro escalão, quando possível.

(d) Para a elaboração dos planos de C Atq, o comandante estabelece uma prioridade baseada na possibilidade ou ameaça da perda de uma região decisiva da área de defesa. Os planos de C Atq são preparados com o conhecimento antecipado de que, freqüentemente, terão que ser adaptados às circunstâncias diferentes das consideradas na fase de planejamento.

(e) O planejamento da execução do C Atq (dispositivo, manobra, missão aos elementos subordinados, etc) é elaborado pelo comandante da reserva, em coordenação com o comando do Rgt e os comandantes dos elementos de apoio. Os planos de C Atq devem ser ensaiados tanto de dia quanto de noite, na medida em que o tempo disponível e a segurança permitirem. Entretanto, pelo menos o reconhecimento e um ensaio dos comandos subordinados é indispensável.

(f) O plano de C Atq deve dar especial atenção às considerações a seguir enumeradas.

1) Prováveis penetrações inimigas - O Cmt estima a largura e a profundidade da penetração que pode aceitar (Penetração Máxima Admitida - PMA). O Rgt deve ser capaz de eliminá-la pelo C Atq. Considera as perdas de terreno e de elementos de combate em relação ao valor provável do inimigo no interior da penetração, visualizando o valor remanescente do Rgt e suas possibilidades de intervir na ação.

2) Objetivo - O objetivo designado ao elemento de C Atq é, normalmente, um acidente capital, dentro da penetração, cuja conquista seja decisiva para destruir o inimigo e restaurar a área de defesa do Rgt.

3) Direção de C Atq - A direção de C Atq é selecionada de maneira a facilitar a unidade e concentração de esforços, a eficácia dos fogos de apoio, o controle e a segurança. Normalmente, a direção de C Atq é dirigida sobre o flanco da penetração, evitando passar por núcleos amigos.

4) Linha de partida - A linha de partida é planejada, entretanto, sua localização poderá ser modificada, posteriormente, para melhor atender à situação no momento da execução do C Atq. Normalmente, a linha de partida é a própria linha de contato (LC).

5) Hora de C Atq - Na fase de planejamento, a hora do C Atq não pode ser estabelecida. Entretanto, poderão ser estimados os prazos de que a reserva necessita para iniciar a sua execução após o recebimento da ordem (tempo de deslocamento, prazo para reunião e desdobramento de meios, etc).

6) Posição de ataque - A posição de ataque é selecionada, porém, só será utilizada se necessária à execução do C Atq, uma vez que a reunião prévia de tropa pode resultar em um retardo desnecessário.

7) Itinerário - Os itinerários para o deslocamento da reserva para a P Atq são selecionados de modo a serem os mais curtos possíveis, tirando partido das cobertas e abrigos.

8) Composição da força de manobra - Na execução do C Atq o Cmt emprega todos os meios disponíveis numa única e decisiva ação. O emprego parcelado da reserva poderá retardar a decisão ou comprometer a ação.

9) Limitação da penetração - Os elementos destinados a limitar a penetração inimiga são previstos no planejamento. Aqueles que estiverem situados dentro da Z Aç do elemento de C Atq, normalmente, o reforçam. Se o elemento subordinado, cuja área de defesa sofreu uma penetração, não tiver possibilidade de limitá-la, a reserva do Rgt é empregada para deter o inimigo e a responsabilidade de execução do C Atq se transfere para o Esc Sp.

10) Apoio de fogo - O apoio de fogo é proporcionado pelas armas orgânicas, em reforço e em apoio ao Rgt. O elemento de C Atq passa a ter prioridade de fogos.

11) Missões de defesa - O Cmt Rgt designa o elemento subordinado que assumirá a defesa da área penetrada, após a sua restauração.

12) Reserva temporária - Deve ser constituída uma reserva temporária durante o emprego da força de C Atq. Esta reserva é formada por qualquer elemento disponível, sendo designado um oficial para organizá-la e coordená-la. A reserva temporária deve ficar em condições de ocupar uma ou mais posições de aprofundamento.

13) Outras medidas de coordenação e controle - Algumas das medidas de coordenação e controle utilizadas em um ataque normal podem ser aplicadas às ações de contra-ataque: pontos e linhas de controle, limites, etc. Se necessário, o Cmt Rgt pode modificar os limites dos elementos subordinados de modo a facilitar a coordenação e controle, bem como prover suficiente espaço de manobra para o elemento que irá executar o C Atq.

(g) Em todas as fases do planejamento dos C Atq, o Cmt Rgt deve procurar a simplicidade e a flexibilidade, já que as penetrações efetivamente ocorridas durante o combate raramente corresponderão às previstas no planejamento.

(4) Execução do C Atq

(a) Apoio de fogos - Todas as armas que possam bater o inimigo no interior da penetração são empregadas para auxiliar o C Atq. Os fogos são orientados em duas direções:

1) para destruir ou neutralizar o inimigo no interior da penetração;

2) imediatamente à frente e na base da penetração, para isolá-la e impedir que o inimigo receba reforços.

(b) Manobra - Enquanto a reserva se desloca para a LP, os fogos de apoio ao C Atq são desencadeados e a reserva temporária ocupa, imediatamente, as posições de aprofundamento designadas de antemão. O escalão de ataque evita o movimento através das posições ocupadas pelos elementos que limitam a penetração, procurando passar pelos intervalos entre elas. Uma vez conquistado o objetivo, as VBR permanecem nas proximidades do LAADA enquanto os demais elementos completam a limpeza da área e reocupam a posição.

(5) Conduta após o C Atq

(a) Após o C Atq, o Cmt Rgt faz as modificações necessárias no dispositivo defensivo. Determina que as armas coletivas sejam reinstaladas na posição e designa os elementos que devem guarnecer e defender a área de defesa avançada bem como os que revertem à reserva. A nova reserva é, normalmente, organizada pelos remanescentes da área penetrada e por elementos da força de C Atq que não forem utilizados nas posições de primeiro escalão. A reserva temporária, após liberada, retoma as atividades normais.

(b) Se o C Atq fracassar e o inimigo não for expulso da penetração, a força executante se aferra ao terreno. O Esc Sp, imediatamente, será informado da situação criada em conseqüência do insucesso do C Atq.

l. Contra-ataque de desorganização

(1) C Atq de desorganização é uma ação ofensiva lançada para comprometer um ataque inimigo em fase de montagem ou de reunião de meios. É dirigido a um objetivo limitado, à frente do LAADA.

(2) O C Atq de desorganização pode ser executado com uma das seguintes finalidades:

(a) destruir uma parte da força inimiga;

(b) desorganizar o dispositivo inimigo e retardá-lo; e

(c) impedir a observação terrestre direta do inimigo sobre a área de defesa.

(3) O sucesso de um C Atq de desorganização depende de grande mobilidade e apoio de fogo. A decisão de executar um C Atq de desorganização deve ser cuidadosamente considerada, em função da possibilidade de perda parcelada do poder combativo da unidade, com vistas ao cumprimento de sua missão principal. O planejamento e a ordem de execução de um C Atq de desorganização é da competência da Bda ou Esc Sp.

m. Penetração nas áreas de defesa vizinha

(1) As penetrações nas áreas de defesa vizinhas são contidas e repelidas pelo emprego de toda ou parte da reserva, ocupando posições suplementares nos flancos, e pelos fogos dos elementos de primeiro escalão.

(2) A penetração a cavaleiro de um limite entre Rgt é enfrentada, inicialmente, pelo fogo coordenado das duas unidades. O C Atq necessário para expulsar o inimigo da penetração será coordenado pelo comando superior.

7-12. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA RESERVA DA BRIGADA NA DEFESA DE ÁREA

a. Missões - O Rgt reserva de Bda, em uma defesa de área, pode receber as missões a seguir enumeradas.

(1) Limitar penetrações - O Cmt Bda designa as posições de aprofundamento (normalmente de valor SU) das quais a reserva possa apoiar pelo fogo os regimento de primeiro escalão, deter penetrações, canalizar o ataque inimigo e completar a defesa em todas as direções.

(2) Proteger um flanco - Quando a Bda tem um flanco exposto ou fracamente defendido, ou quando há brechas entre os elementos de primeiro escalão, são designadas e preparadas posições das quais a reserva possa proteger os flancos.

(3) Contra-atacar - Baseado nos planos de C Atq da Bda, em função das possíveis penetrações inimigas, e tendo em vista reconquistar partes da área de defesa perdidas.

(4) Organizar uma segunda linha de defesa - A reserva prepara, na altura dos aprofundamentos da brigada, posição na qual possa conduzir uma defesa semelhante à das unidades de primeiro escalão.

(5) Estabelecer P Avç C ou participar dos PAG ou forças de segurança - A reserva poderá estabelecer ou guarnecer os P Avç C em lugar das U de primeiro escalão. Da mesma forma, de acordo com a determinação do escalão superior,

poderá integrar os PAG ou mesmo uma força de segurança.

(6) Substituir um dos elementos de primeiro escalão - As substituições podem ser decorrência do plano de rodízio da Bda ou para assumir a missão de uma unidade cujo poder combativo tenha sido comprometido durante a ação inimiga.

(7) Executar missões de segurança da área de retaguarda - Nessas missões se incluem a defesa contra ações aeroterrestres e aeromóveis, contra guerrilheiros e de infiltrações do inimigo.

(8) Participar da organização do terreno - A reserva participa, particularmente, da preparação das posições de aprofundamento, do aperfeiçoamento de obstáculos naturais, do lançamento de campos de minas no interior da posição, da preparação de itinerários e da construção de trabalhos simulados.

b. Dispositivo defensivo (Fig 7-13 e 7-14)

(1) O Cmt Bda prescreve a missão da reserva e as posições de aprofundamento a serem preparadas, bem como a prioridade de construção das mesmas.

(2) Normalmente, a reserva permanece em uma Z Reu, ou articulada em mais de uma, se a situação e o terreno o indicarem, em condições de ocupar as posições de aprofundamento ou contra-atacar no mais curto prazo.

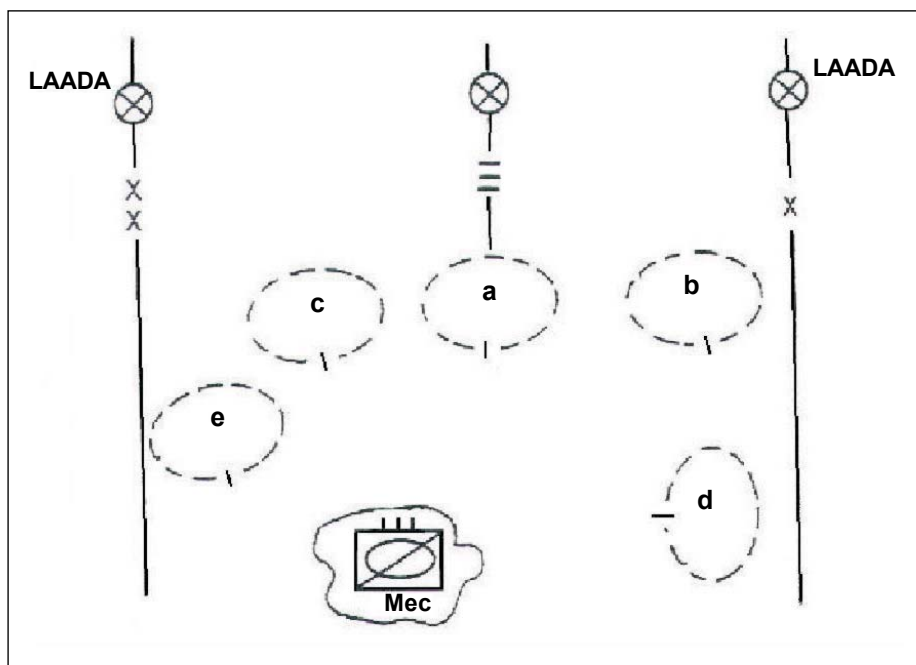



Fig 7-13. Dispositivo defensivo de uma Bda C Mec na Defesa de Área

(3) De posse do plano de defesa da Bda, o Cmt da reserva planeja o emprego dos elementos subordinados, considerando os aspectos a seguir enumerados:

(a) nucleamento (valor pelotão) das posições principais e suplementares de aprofundamento determinadas pela Bda, possibilitando sua preparação por qualquer elemento disponível.

(b) limite(s) e ponto(s) a entrarem em vigor, mediante ordem. Os limites são estendidos à frente e à retaguarda das áreas de defesa das U de primeiro escalão. Durante a conduta da defesa, os limites podem ser prolongados até o LAADA ou modificados de acordo com a situação.

(c) itinerários para ocupação das posições de aprofundamento.

(d) designação das SU que poderão vir a ocupar cada posição de aprofundamento.

(e) divisão da Z Reu do regimento pelos elementos subordinados e em reforço.

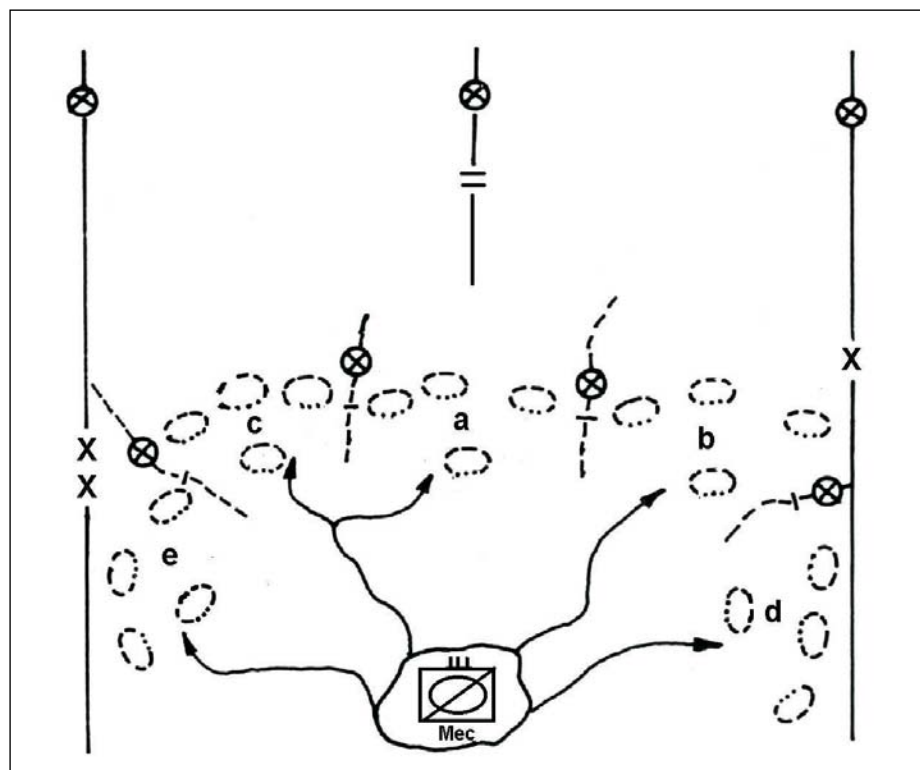



Fig 7-14. R C Mec como reserva na Defesa de Área. Planejamento

(4) As SU ocupam posições de aprofundamento, normalmente, adotando um dispositivo linear. São preparadas posições suplementares para completar a defesa em profundidade sobre as principais Via A no interior e nos flancos da posição e para proporcionar defesa em todas as direções. Quando não estiverem empenhados com o Ini, as SU aperfeiçoam as posições de aprofundamento à elas atribuídas.

c. Apoio de fogo

(1) No planejamento de fogos, a reserva dá prioridade aos fogos defensivos em apoio às próprias SU, ficando em condições de limitar as penetrações inimigas e criando condições para a Bda conduzir a defesa em uma segunda linha.

(2) Numa segunda prioridade, são planejados fogos longínquos para apoiar as U de primeiro escalão. Excepcionalmente, e mediante ordem do Esc Sp, os morteiros e outras armas orgânicas da reserva podem ocupar posições avançadas para a execução desse apoio. Neste caso, deverão retrair em tempo de proporcionar seu apoio à própria reserva, quando se tornar necessário.

d. Contra-ataque

(1) A ordem da Bda prescreve as possíveis penetrações contra as quais devam ser preparados planos de C Atq, bem como estabelece a prioridade neste planejamento. O Cmt Rgt reserva pode ser designado para elaborar estes planos que, depois de preparados e coordenados com os elementos de apoio, são levados ao Cmt Bda para aprovação. O C Atq não deve ser dirigido contra objetivos situados fora da área de defesa. Os Cmt vizinhos coordenam os planos para reduzir as penetrações que afetam simultaneamente suas respectivas áreas de defesa.

(2) Os planos de C Atq (Fig 7-15) a serem apresentados à consideração do Cmt Bda devem, basicamente, conter:

(a) posição inicial da reserva;

(b) itinerários para atingir a P Atq;

(c) P Lib;

(d) linha de partida (normalmente a própria linha de contato);

(e) direção de contra-ataque (normalmente dirigida no flanco da penetração);

(f) objetivo do C Atq;

(g) conduta após o C Atq;

(h) medidas de coordenação e controle;

(i) comando e constituição da reserva provisória;

(j) plano de apoio de fogo; e

(l) quando necessário, uma Z Reu avançada pode ser designada.

(3) Aprovados os planos propostos, ou recebidos os elaborados pela Bda, o Cmt da reserva passa à elaboração dos planos de execução nos quais pormenoriza a missão dos elementos subordinados. Em princípio, a reserva lança todos os meios em uma única e decisiva ação, não guardando uma reserva, cujo emprego raramente terá ocasião de fazer.

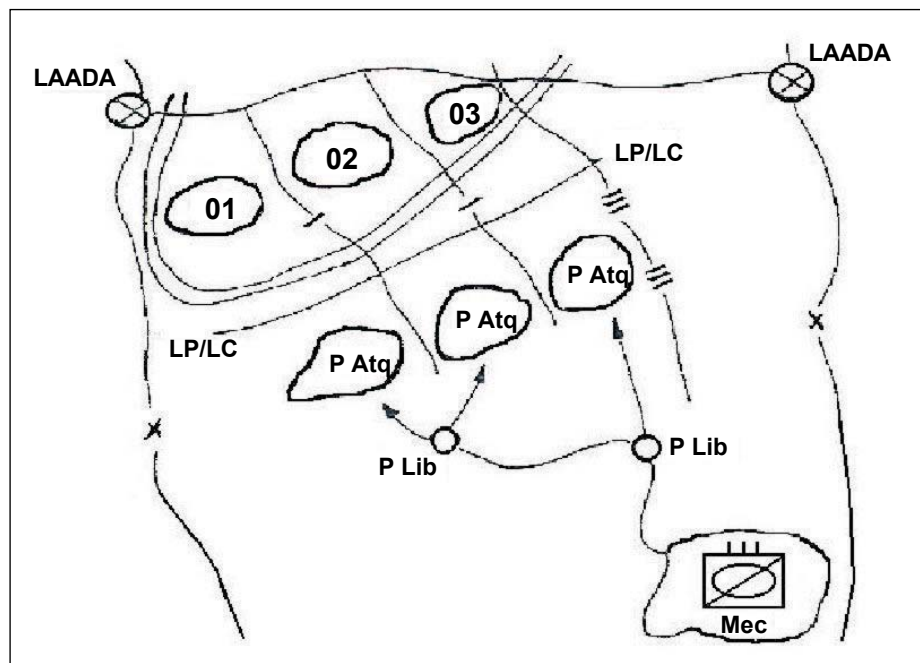



Fig 7-15. Esquema de manobra de um R C Mec Res, numa Defesa de Área. C Atq

7-13. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO EM MISSÃO DE POSTOS AVANÇADOS GERAIS (PAG)

a. A missão dos PAG é obter informes oportunos sobre a localização, valor e atividades do inimigo, desorganizar e retardar seu avanço e ocultar a verdadeira localização da posição defensiva.

b. Quando receber a missão de PAG, o Cmt Rgt, sempre que possível, faz pessoalmente um reconhecimento da posição, a fim de complementar seu estudo na carta ou fotografia aérea. Baseado na missão e no reconhecimento, ele estabelece seu plano, que inclui medidas de segurança, dispositivo e Z Aç dos elementos subordinados na posição dos PAG e em posições retardadoras vantajosas à retaguarda, organização e coordenação de fogos, organização do terreno, dissimulação da posição, medidas para desorganizar o inimigo durante a ação e deslocamento para as posições sucessivas à retaguarda. Quando as frentes são extensas aumenta-se o intervalo entre os elementos; estes intervalos são cobertos por observação e fogos.

c. As ações do Rgt neste tipo de missão são essencialmente as mesmas realizadas em uma ação retardadora. O retraimento para as posições subseqüentes deve ser iniciado, em princípio, quando o comando chega à conclusão de que uma força inimiga superior está pronta para atacar e há perigo iminente de engajamento decisivo da U ou de parte dela. Entretanto o R C Mec só retrai

com autorização do Esc Sp. A ação em cada posição sucessiva visa a forçar o inimigo a desdobrar-se o máximo possível. Neste tipo de missão raramente as SU terão meios suficientes para manter uma reserva.

d. A tropa com missão de PAG deve ser localizada em terreno favorável, batendo as Via A do inimigo desde o mais longe possível.

ARTIGO IV

TÁTICAS E TÉCNICAS ESPECIAIS NA DEFENSIVA

7-14. GENERALIDADES

a. Existem diversas variações possíveis entre as formas de manobra "defesa móvel" e "defesa de área". Em muitas situações, para tirar proveito de um determinado terreno ou para melhor explorar as características de sua tropa, o comandante de um R C Mec poderá adotar táticas e técnicas especiais da defensiva, como a "defesa elástica", a "defesa circular", a "defesa em pontos fortes", a "defesa em contra-encosta ", etc....

b. No C 2-20 serão abordadas apenas a defesa elástica e a defesa circular, por serem mais apropriadas às tropas mecanizadas. Outras táticas e técnicas especiais da defensiva são descritas nos manuais de campanha C 100-5 - OPERAÇÕES, C 7-30 - BRIGADAS DE INFANTARIA e C 7-20 - BATALHÃO DE INFANTARIA.

7-15. DEFESA ELÁSTICA

a. Generalidades

(1) A defesa elástica é uma técnica que permite uma penetração do inimigo em região selecionada para emboscá-lo e contra-atacá-lo ao longo de todo seu dispositivo. É a técnica de defesa mais ofensiva. A posição é ocupada por tropas em profundidade, para permitir o ataque em toda a extensão da formação inimiga.

(2) A adoção de uma defesa elástica esta condicionada, preponderantemente, às características do terreno. Ela é empregada quando o terreno dificultar repelir o ataque inimigo à frente do limite anterior da área de defesa avançada (LAADA), for suficientemente movimentado, permitindo a defesa em profundidade e o estabelecimento de áreas de engajamento (AE), sem contudo permitir a realização de uma defesa móvel.

(3) As dimensões das áreas de engajamento devem ser compatíveis com a força inimiga a ser destruída e a eficácia das armas dos núcleos de defesa.

(4) As forças-tarefas blindadas são mais aptas a conduzirem uma defesa elástica, porém, por sua grande mobilidade e potência de fogo o R C Mec também possui boas condições para realizar este tipo de operação.

b. Aspectos importantes de uma defesa elástica

(1) A defesa elástica é uma técnica de defesa onde se mesclam aspectos da defesa de área e da defesa móvel.

(2) Visa a destruir o inimigo no interior da posição defensiva, atacando-o pelo fogo em toda a profundidade de seu dispositivo.

(3) Busca separar a infantaria dos blindados inimigos, através do emprego de obstáculos AP, agentes químicos e etc.

(4) Necessita de grande poder de fogo, principalmente, do fogo de armas anticarro de médio e longo alcance.

(5) Tira o máximo proveito do terreno e da surpresa.

(6) Explora o combate em toda a profundidade da Área de Defesa Avançada (ADA).

(7) Consiste numa seqüência de defesas, deslocamentos e novas defesas.

(8) O inimigo deve ser canalizado para o interior da ADA, onde será destruído pelo fogo dos núcleos de defesa, em AE.

(9) Os contra-ataques têm a finalidade de impedir que a força inimiga rompa o dispositivo defensivo nos limites da AE ou desborde a posição defensiva.

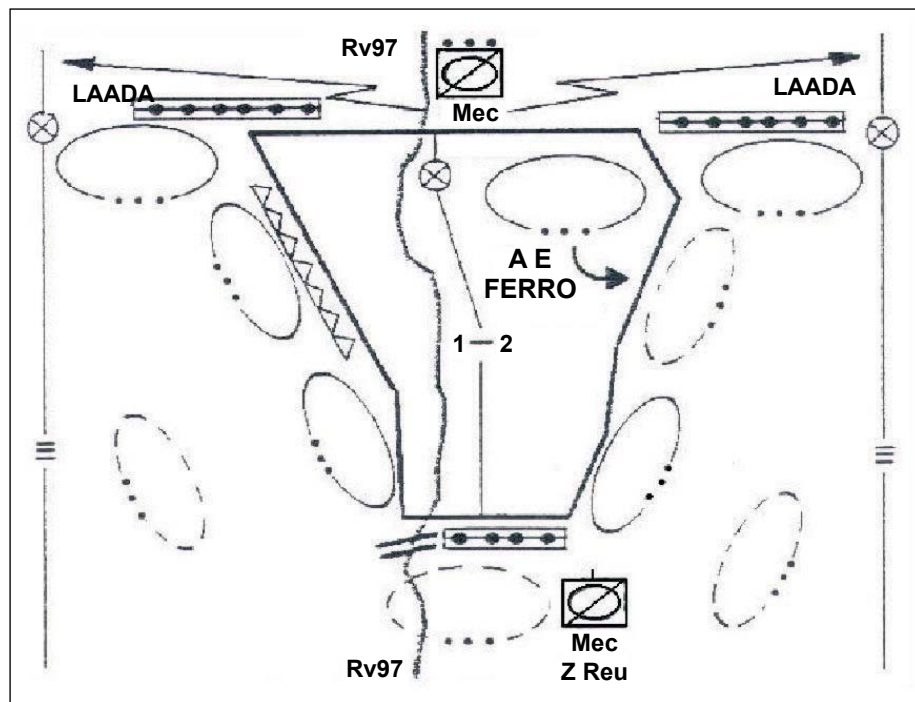



Fig 7-16. R C Mec numa Defesa Elástica

c. O R C Mec na defesa elástica

(1) A defesa elástica é conduzida, normalmente, na seguinte seqüência:

(a) acolhimento dos elementos da força de segurança (F Prot ou F Cob) e canalização da força inimiga para as AE;

(b) destruição da força inimiga nas AE; e

(c) contenção da força inimiga nas AE, através de contra-ataques, impedindo que rompa os dispositivos defensivos nos limites das áreas de engajamento ou desborde a posição defensiva.

(2) A posição defensiva deverá ser estabelecida de forma que o inimigo seja canalizado para o interior das AE. Esta canalização deverá ser obtida pelo emprego de campos de minas, pelo posicionamento dos núcleos de defesa ou, apoiando-se os limites da posição defensiva (P Def) em cursos d'água obstáculo.

(3) O posicionamento dos núcleos defensivos deverá permitir o bloqueio das AE e a penetração de força inimiga compatível com o poder de combate do Rgt.

(4) A destruição do inimigo será realizada pelos fogos dos próprios núcleos de defesa, pelos fogos indiretos da artilharia e dos morteiros e pelos fogos das aeronaves de apoio aerotático e helicópteros da aviação do exército sobre as áreas de engajamento. Na fase da destruição deverá ser buscada a maior profundidade possível no dispositivo inimigo.

(5) Os C Atq deverão ser realizados por força de grande mobilidade e poder de fogo, normalmente um Esqd C Mec, ou um Esqd provisório de VBR, mantido em reserva como força de C Atq. Esta força será empregada nos pontos em que o inimigo tentar romper o dispositivo defensivo, nos limites das AE obrigando-o a permanecer em seu interior ou, quando este tentar desbordar a P Def.

(6) O plano do Cmt Rgt deve prever o desgaste das forças inimigas à frente da ADA e a sua destruição quando penetrarem na P Def, no interior das AE.

(7) As SU empregadas na ADA terão por missão, além da contenção e canalização do inimigo, a destruição de seus elementos de comando e controle, de apoio ao combate e de logística, com a finalidade de retardar a sua progressão, enfraquecê-lo e desorganizar seu ataque, empregando várias ações de pequenas frações para esse fim.

(8) As SU desdobradas em profundidade ocupam núcleos de aprofundamento, para deter o ataque e destruir as forças remanescentes do inimigo.

(9) Os elementos de reconhecimento da Bda e das U são empregados, inicialmente, para vigiar à frente da Z Aç do Rgt, ocupando postos avançados gerais (PAG) ou postos avançados de combate (P Avç C), informando sobre a aproximação do inimigo, iludindo-o quanto à localização da P Def e ajustando os fogos de apoio. Após acolhidos, passam a integrar a reserva ou ocupam posições defensivas de onde possam contribuir para a contenção do inimigo nas AE, para a sua destruição ou para continuar a informar sobre o deslocamento de reservas, ajustar fogos de apoio, etc..

(10) As armas anticarro são, inicialmente, instaladas em posições avançadas, próximas ao LAADA, engajando o inimigo desde seu alcance

máximo e procurando retardá-lo, desorganizá-lo e forçar o desembarque dos fuzileiros blindados inimigos. O uso de obstáculos reforça a posição defensiva, canaliza o inimigo para as AE e assegura a máxima eficiência dos fogos anticarro. Mediante ordem, as armas anticarro deslocam-se para posições de onde participarão da destruição do inimigo no interior das AE.

(11) O Rgt deve tirar proveito do terreno compartimentado para reduzir a impulsão do inimigo. Este tipo de terreno o torna vulnerável a ataques múltiplos nos flancos, que o enfraquecem antes de chegar à área selecionada para a sua destruição. Esta técnica de defesa se assemelha a uma grande emboscada, onde a surpresa, os rápidos deslocamentos da força de defesa e os ataques violentos e com grande poder de destruição conduzirão o Rgt à vitória.

7-16. DEFESA CIRCULAR

a. Generalidades

(1) A defesa circular é uma variante da defesa de área, na qual a U é disposta de modo a fazer frente, simultaneamente, a um ataque inimigo proveniente de qualquer direção.

(2) A defesa circular pode ser empregada nas seguintes situações:

(a) missões independentes;

(b) defender posições isoladas no interior das linhas inimigas;

(c) constituição de pontos fortes na defesa móvel ou em larga frente;

(d) isolamento da unidade (cerco ou envolvimento) por ação do inimigo;

(e) sob restrições de terreno, tais como em terreno montanhoso, nas áreas de densa cobertura vegetal e nas regiões áridas, que impeçam a organização de um dispositivo de defesa clássico.

(3) Em princípio, o perímetro da posição defensiva circular do regimento será dividido em setores de subunidades, que podem ocupá-los de diversas formas.

(4) Normalmente, os elementos de comando, de apoio e de serviços são localizados no interior do perímetro.

(5) A defesa circular se caracteriza, particularmente, por:

(a) máxima potência de fogo à frente do LAADA;

(b) grande apoio mútuo; e

(c) pequeno espaço de manobra.

b. Planejamento - As considerações a serem levadas em conta no planejamento da defesa circular são idênticas às tomadas no planejamento de uma defesa de área.

(1) Área de segurança - A área de segurança é organizada de maneira idêntica à defesa de área. Os elementos de primeiro escalão estabelecem a segurança aproximada e o comando da unidade que conduz a defesa circular estabelece os P Avç C. Os elementos que guarnecem os P Avç C fornecem alerta oportuno da aproximação do inimigo, impedem sua observação direta sobre as posições e, dentro de suas possibilidades, retardam, causam baixas e desorganizam as forças inimigas. Os P Avç C são localizados em regiões que ofereçam

boa observação, impeçam a observação e tiros diretos do inimigo sobre a posição e que estejam dentro da distância de apoio do LAADA. As frações que guarnecem os P Avç C são localizadas de modo a cobrir as Via A que conduzem ao LAADA. Os intervalos entre os elementos dos P Avç C são cobertos por patrulhas, radar, observação terrestre e aérea e por fogos.

(2) Área de defesa avançada

(a) Na defesa circular, os elementos de primeiro escalão recebem a responsabilidade de organizar e defender uma parte específica do perímetro. A frente designada para cada elemento de primeiro escalão dependerá da missão, do terreno, do inimigo, dos meios e do tempo disponíveis. Quando o inimigo não for esperado de uma direção particular, o Cmt Rgt organiza a defesa através de uma distribuição homogênea dos elementos subordinados no perímetro. As armas de apoio ficam em condições de apoiar igualmente todo o perímetro defensivo. Quando for conhecida a direção provável do ataque inimigo ou quando parte do perímetro for particularmente perigosa para a defesa, o Cmt Rgt atribui frente mais estreita para o elemento que defende a via de acesso mais importante. Neste caso, procura dar maior profundidade ao dispositivo nesta parte do perímetro e as armas de apoio são, inicialmente, orientadas nesta direção.

(b) Como os intervalos entre os elementos de primeiro escalão devem ser evitados, particularmente em terreno coberto, as frentes e profundidades são grandemente reduzidas. Devido à pouca profundidade e falta de espaço de manobra, o Cmt Rgt procura evitar penetrações na posição. Deste modo, o grosso dos seus meios deve ser localizado no perímetro defensivo, restando uma pequena reserva.

(c) A figura 7-17 apresenta esquematicamente o dispositivo do Rgt na defesa circular. Este dispositivo pode variar de acordo com a definição da provável direção de ataque inimigo, o terreno e os planos para futuras operações.

(3) Área de reserva

(a) Os elementos de comando e apoio do Rgt são localizados na área de reserva.

(b) A reserva pode ser constituída por uma subunidade, por elementos das SU de primeiro escalão (reserva hipotecada) ou pela reunião, sob um comando organizado especificamente, de elementos de comando e de apoio do Rgt (reserva temporária).

(c) É conveniente a organização de uma reserva com grande mobilidade, em condições de atuar rapidamente em qualquer direção. Posições de aprofundamento devem ser preparadas para fazer face a um ataque a qualquer parte do perímetro. A reserva poderá ocupá-las desde logo, tendo em vista as direções mais perigosas para defesa.

(d) O emprego de todas as SU em primeiro escalão permitirá o máximo de poder de fogo no LAADA e melhores condições de apoio mútuo, entretanto, tal dispositivo resulta em deixar elementos de SU diferentes como reserva e sem um comando específico. A manutenção de uma reserva de valor SU garantirá unidade de comando, porém, pode não proporcionar espaço suficiente para emprego apropriado dos elementos de apoio e de serviços.

(e) As restrições impostas pelo terreno, aliadas à pequena profundidade do dispositivo, podem tornar necessária a localização de uma F C Atq fora do perímetro, desde que este elemento possua apoio de meios aéreos.

(4) Apoio de fogo

(a) O emprego das armas de apoio orgânicas e em reforço, bem como os equipamentos de vigilância são, de um modo geral, idênticos ao de uma defesa de área.

(b) As metralhadoras e lança-granadas são, normalmente, empregados de modo a cobrir todas as prováveis Via A do inimigo. As metralhadoras dos elementos em reserva podem ser empregadas no LAADA, reforçando a defesa.

(c) As armas anticarro, normalmente, batem alvos de diversas naturezas, reforçando os fogos das demais armas.

(d) As VBR podem ser mantidas em Z Reu, integrar a reserva ou serem colocados em posição de tiro no LAADA. Mesmo quando empregados como reserva, são preparadas posições de tiro (e itinerários para atingi-las), de modo a bater todas as Via A e facilitar a reunião para o apoio ou execução dos C Atq.

(e) As armas de tiro indireto devem bater o inimigo o mais longe possível do LAADA e em qualquer direção. Os fogos das armas de apoio localizadas fora do perímetro, devem ser coordenados e integrados no plano de defesa da U.

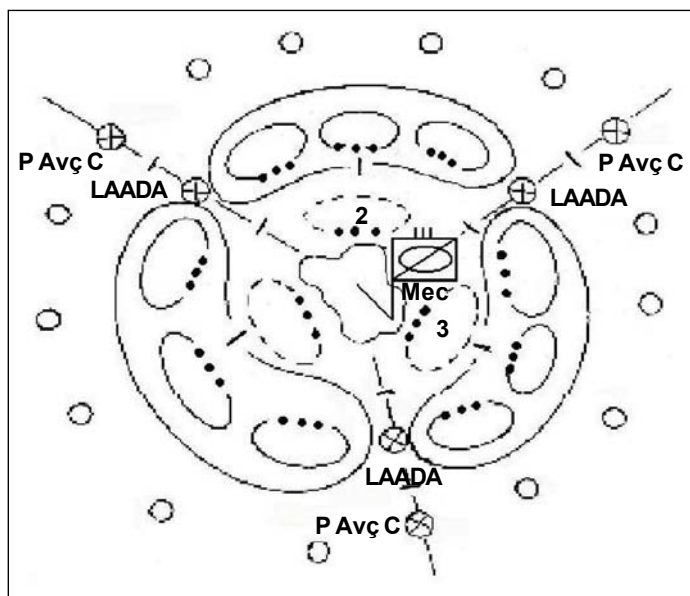



Fig 7-17. O R C Mec na defesa circular

(5) Apoio logístico - Na defesa circular, o suprimento, normalmente, é executado por transporte aéreo. A seleção ou construção de uma zona de aterragem (ou de lançamento) é uma necessidade prioritária na preparação da posição. A zona de aterragem deve ser protegida da observação e fogos do inimigo. Tendo em vista que o suprimento aéreo depende das condições meteorológicas e, freqüentemente, sofre a ação inimiga, deve ser dada atenção à economia e à construção de abrigos para os mesmos. Sempre que possível, deve-se utilizar o apoio de fogo das armas localizadas fora do perímetro, poupando a munição das armas no seu interior. Os planos de suprimento devem considerar o emprego de carga em fardos, preparados com antecedência para maior rapidez de entrega. Estes fardos devem ser de pequeno volume e peso para facilitar a imediata distribuição e o transporte a braço da zona de aterragem para áreas protegidas.

c. Conduta - A conduta da defesa circular é idêntica à de uma defesa de área, entretanto, deve-se dar especial atenção às considerações abaixo especificadas.

(1) Escalão de segurança - Postos avançados de combate devem ser estabelecidos de modo a cobrir as Via A, alertando sobre a aproximação do inimigo, conduzindo fogos de apoio, iludindo o inimigo quanto à localização da P Def e, dentro do possível, retardando a progressão da força inimiga.

(2) Escalão de defesa - Os elementos de primeiro escalão procuram obter o máximo apoio mútuo entre os núcleos. Estes elementos devem manter adequada disciplina, a fim de impedir a localização prematura do LAADA. A defesa procura evitar penetração nas posições, uma vez que os C Atq são de difícil execução.

(3) Escalão de reserva - Se o inimigo penetrar na posição, a reserva pode ser empregada para limitar a penetração ou para contra atacar, a fim de restabelecer a posição. Durante o emprego da reserva, uma reserva temporária deve ser organizada para fazer face a qualquer outra ameaça. Poderá ser necessário o emprego de elementos não engajados em outras partes do LAADA como força de C Atq. Neste caso, um elemento de valor adequado deve ser mantido nas posições de onde foram retirados os que executarão o contra-ataque. O emprego de reservas aeromóveis localizadas fora do perímetro exige estreita coordenação com os elementos em posição, incluindo medidas de controle, tais como: linha limite de progressão, linha de coordenação de apoio de fogo e Z Aç do elemento empregado.

ARTIGO V

MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

7-17. CONCEITO E FINALIDADES DOS MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

a. Generalidades - Movimento retrógrado (Mvt Rtg) é qualquer movimento organizado de uma força para a retaguarda ou para longe do inimigo, forçado por este ou executado voluntariamente. Um Mvt Rtg bem planejado e bem executado

pode proporcionar excelentes oportunidades para infligir consideráveis danos à tropa e ao material inimigo.

b. Finalidades - Os Mvt Rtg são conduzidos obedecendo a uma ou mais das seguintes finalidades:

(1) inquietar, desgastar, resistir, retardar e infligir baixas ao inimigo;
(2) conduzir o inimigo a uma situação desfavorável;
(3) permitir o emprego da força ou de uma parte da mesma em outro local;
(4) evitar o combate sob condições desfavoráveis;
(5) ganhar tempo, sem engajar-se decisivamente em combate;
(6) desengajar-se do combate;
(7) adaptar-se aos movimentos de outras tropas amigas; e
(8) encurtar as vias de transporte.

7-18. TIPOS DE MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

a. Os Mvt Rtg são classificados em três tipos: ação retardadora, retraimento e retirada.

b. Ação retardadora - É o tipo de Mvt Rtg no qual a força em contato troca espaço por tempo, procurando infligir o máximo de danos ao inimigo, sem se deixar engajar decisivamente. Nesta manobra o mínimo de espaço é trocado por um máximo de tempo.

c. Retraimento - É o tipo de Mvt Rtg no qual toda ou parte de uma força desdobrada rompe o contato com o inimigo e desloca-se para a retaguarda, porém mantendo o contato visual. Pode ser executado com ou sem pressão do Ini, durante o dia ou à noite. A despeito do tipo de retraimento que se realize, o contato, por meio da observação, é mantido com as forças inimigas, para possibilitar a tomada de medidas de segurança e dissimulação.

d. Retirada - É o tipo do Mvt Rtg no qual uma força, que não está em contato, desloca-se para longe do inimigo, segundo um plano bem definido, com a finalidade de evitar um combate decisivo em condições desfavoráveis. A retirada pode ser feita seguindo-se a um retraimento. Quando a retirada se segue a um retraimento, ela tem início logo que o grosso, depois de romper o contato, tenha formado as colunas de marcha. Normalmente, é executada para permitir que as operações futuras de combate sejam conduzidas sob condições mais favoráveis ou em local, ou oportunidade mais conveniente.

7-19. ESTUDO DO TERRENO E DAS CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

a. Terreno

(1) A utilização apropriada do terreno é vital à força que realiza um Mvt Rtg, por propiciar a oportunidade de causar grande retardamento a uma força inimiga e infligir-lhe danos consideráveis. Para o estudo do terreno devem ser considerados os seguintes aspectos:

(a) observação e campos de tiro;
(b) cobertas e abrigos;
(c) obstáculos;
(d) acidentes capitais; e
(e) vias de acesso.

(2) O terreno é selecionado, preferencialmente com uma compartimentação transversal ao movimento, buscando-se a observação e os campos de tiro profundos, bem como a máxima utilização de cobertas e abrigos, objetivando-se bater o inimigo desde o mais longe possível, porém negando-lhe a observação direta à posição, e obrigá-lo constantemente a se desdobrar para fazer face a sucessivas ameaças.

(3) Os obstáculos naturais devem ser intensamente explorados para retardar o avanço do inimigo, por não necessitarem de mão-de-obra. Os obstáculos artificiais são localizados de forma a tirar o máximo proveito dos obstáculos naturais, e, da mesma forma que estes, são empregados para retardar o movimento inimigo, nas Via A favoráveis, ou canalizar o seu movimento para aquelas que, de acordo com os interesses da manobra, o coloquem em condição desfavorável. Estes obstáculos devem ser localizados de forma a não interferir em operações futuras. Os obstáculos são utilizados ainda para proteger flancos expostos. Os melhores resultados são alcançados, com o menor trabalho possível e maior rapidez, através da utilização de campos de minas, de áreas minadas e de destruições.

(4) Conveniente rede de estradas e terreno de boa trafegabilidade facilitam o movimento da unidade, proporcionam rapidez aos deslocamentos, favorecem o controle da operação, permitem uma dispersão ampla, e apresentam melhores condições para manobra, quer na ocupação das posições de retardamento e no retraimento das mesmas, quer nas ações da reserva.

b. Condições meteorológicas

(1) Boas condições meteorológicas favorecem a observação e aumentam o efeito dos fogos e dos agentes químicos. A execução das manobras planejadas, bem como o apoio logístico, são facilitados.

(2) Condições meteorológicas desfavoráveis dificultam a observação, reduzem os efeitos dos fogos, limitam o movimento através do campo, diminuem a eficiência do pessoal e dos equipamentos e aumentam os problemas de comando e controle.

(3) A observação cuidadosa do início e fim do crepúsculo náutico, bem como das fases da lua, proporcionam os indicativos de luminosidade da zona de ação.

(4) A direção e velocidade dos ventos devem ser acompanhadas sistematicamente, considerando-se o continuado uso dos fumígenos neste tipo de operação.

(5) Deve-se levar em conta, entretanto, que nem sempre as melhores condições meteorológicas são as desejadas para a unidade empenhada num movimento retrógrado, porquanto o mau tempo reduz a liberdade de ação do atacante, aspecto que contribui para favorecer o defensor.

7-20. COORDENAÇÃO E CONTROLE

a. O Rgt realizando um Mvt Rtg, normalmente, será desdobrado em larga frente. Geralmente, os Mvt Rtg consistem de ações descentralizadas dentro do quadro geral da manobra; por isso mesmo, os comandos subordinados atuam com liberdade de ação para que possam explorar vantagens locais. Portanto cresce de importância a coordenação e o controle da operação, para evitar que o inimigo isole ou desborde elementos do regimento, ou realize penetrações que possam ameaçar o cumprimento da missão como um todo.

b. O rádio é o principal meio de comunicação empregado para o controle e a coordenação da manobra. Um planejamento cuidadoso das comunicações é essencial para se evitar a revelação prematura do Mvt Rtg. Eles podem ser empregados, também, para simular um tráfego de mensagens normal durante uma operação de retraimento ou retirada. Ao serem atribuídas missões às SU, devem ser consideradas as possibilidades dos equipamentos de comunicações.

c. É sumamente importante que os comandos subordinados estejam perfeitamente cientes do conceito da operação e da intenção do Cmt. Este tipo de operação exige um planejamento centralizado, o mais detalhado possível, e uma execução descentralizada.

d. As medidas de coordenação e controle usadas nos Mvt Rtg incluem:
(1) pontos - limite;
(2) posições de retardamento;
(3) pontos de controle;
(4) limites;
(5) pontos de ligação;
(6) linhas de controle intermediárias;
(7) itinerários de retraimento;
(8) zonas de reunião;
(9) itinerários de progressão;
(10) prazos de retardamento;
(11) pontos de passagem; e
(12) linha de acolhimento.

e. As normas para o controle do movimento de civis devem ser rígidas, de simples execução, facilmente entendidas e capazes de serem postas em execução com um mínimo das tropas de combate. Devem ser distribuídas o mais cedo possível.

7-21. RECONHECIMENTO E SEGURANÇA

a. Nos Mvt Rtg, missões específicas de reconhecimento podem ser atribuídas às U dentro de suas respectivas Z Aç.

b. O plano de busca do Rgt inclui elementos essenciais de informações, tais como:

(1) localização das posições de artilharia do inimigo;
(2) direção do movimento do inimigo;
(3) valor e composição de sua principal força de ataque;
(4) localização dos blindados inimigos;
(5) ações do inimigo para impedir ou bloquear o Mvt Rtg; e
(6) indícios de utilização de forças pára-quedistas ou aeromóveis, de ataque aéreo, de ação de guerrilha ou de infiltração, que possam interferir no Mvt Rtg.

c. Informações oportunas com relação aos movimentos do inimigo permitem o ajustamento dos planos.

d. Uma força que realizar um retraimento ou uma ação retardadora, planeja e executa ações ofensivas, explorando as informações disponíveis.

e. O inimigo empregará todos os seus meios de informações para determinar nossa localização, capacidade e intenção. É de se esperar que empregue o reconhecimento terrestre, fotografias e observação aéreas, reconhecimento aéreo, bem como atividades de espionagem. Desta forma, cabe ao Cmt Rgt atentar para a observação de todas as medidas de contra-informação apropriadas.

f. O emprego de fogos, combinado com ações ofensivas limitadas, proporciona segurança durante os Mvt Rtg.

g. Deve-se evitar ao máximo que o inimigo perceba nossa intenção de retrair, ocultando-se o movimento por meio de rigorosas medidas passivas de segurança e de simulação. Estas medidas podem incluir: o silêncio rádio para as subunidades que retraem da posição e a manutenção de padrões normais de utilização do rádio nos núcleos de primeiro escalão, a manutenção de fogos normais de artilharia e de outros meios de apoio de fogo, o deslocamento das subunidades durante períodos de escuridão ou sob condições de reduzida visibilidade e a manutenção de tropas suficientes na posição, para simular a presença da força como um todo.

h. O grau de disciplina da tropa e a efetiva liderança em todos os escalões, constituem medidas de segurança apropriadas contra a ação de agentes inimigos infiltrados na área de operações da U.

i. Devem ser tomadas medidas ativas e passivas para proporcionar segurança à frente, nos flancos e à retaguarda do grosso, bem como contra ataques aéreos.

j. Medidas de dissimulação possibilitam o mínimo de interferência do inimigo no retraimento do grosso e das F Seg.

7-22. APOIO AO COMBATE

a. Apoio aéreo

(1) As aeronaves da força aerotática são empregadas particularmente para o reconhecimento aéreo do inimigo e para proteger a tropa que retarda contra os ataques das aeronaves inimigas, retardar o avanço das forças terrestres inimigas, pela inquietação e a interdição em locais críticos e apoiar os C Atq.

(2) A linha de coordenação de apoio de fogo (LCAF) é localizada o mais próximo possível às unidades amigas e pode ser mudada mais freqüentemente do que nas operações ofensivas. Sucessivas LCAF podem ser prescritas nas ordens de operações.

(3) As aeronaves de reconhecimento proporcionam reconhecimento e informes longínquos sobre a localização e o dispositivo das forças inimigas. Estas aeronaves procuram descobrir qualquer tentativa do inimigo para desbordar nossas posições.

b. Artilharia - Nos Mvt Rtg, a Art Cmp é empregada para desencadear fogos sobre o inimigo a grandes distâncias, a fim de forçá-lo a desdobrar-se prematuramente, para interditar Via A do inimigo, desencadear fogos de inquietação, apoiar os C Atq e o rompimento do contato. A Art Cmp é preparada para prestar apoio contínuo durante todos os tipos de Mvt Cmp.

c. Defesa Antiaérea - Deve-se dar elevada prioridade de defesa às forças que retraem e aos pontos críticos no itinerário de retraimento.

d. Engenharia

(1) A engenharia pode ser empregada em apoio direto ou em reforço aos elementos de primeiro escalão. Os elementos em contato, normalmente, devem receber engenharia em reforço.

(2) Uma das mais importantes funções da engenharia é prestar auxílio e assistência na formulação e implementação do plano de barreiras. As barreiras são utilizadas pelo comando da força retardadora com a finalidade de retardar o inimigo ou canalizá-lo para destruí-lo com fogos. O emprego bem planejado de barreiras auxilia a ganhar tempo e dificulta o ataque inimigo. Os planos de barreira são coordenados com o escalão superior tendo em vista, particularmente, as operações futuras. O plano de barreiras é redigido como um anexo ao plano ou ordem de operações, e deve ser coordenado com o plano de apoio de fogos e com os planos de C Atq.

7-23. LIDERANÇA

a. O exercício da liderança é fundamental neste tipo de operação. Para que a liderança possa ser exercida com o máximo de iniciativa é necessário que os Cmt, em todos os níveis, conheçam a intenção do Cmt Rgt.

b. Os Mvt Rtg, devido à circunstância de serem um movimento em direção à retaguarda, exercem considerável influência no moral da tropa. Isto ressalta a importância da liderança em todos os escalões de comando.

c. Coragem pessoal e liderança agressiva são requisitos básicos para que seja mantido o espírito ofensivo.

d. A ação de liderança fica facilitada mantendo-se a tropa esclarecida quanto à finalidade da missão.

e. O espírito agressivo é mantido pela ação pessoal dos Cmt e pela ênfase que se der às oportunidades que possibilitem a destruição do inimigo.

f. É importante que todas as perspectivas de uma ação ofensiva bem sucedida sejam aproveitadas e seu sucesso divulgado.

7-24. PLANEJAMENTO DOS MOVIMENTOS RETRÓGRADOS

a. O planejamento de um Mvt Rtg deve ser meticuloso e completo.

b. Ao estabelecer as medidas de coordenação e controle, o comandante do regimento leva em consideração que restrições desnecessárias prejudicam a iniciativa e a flexibilidade por parte de seus Cmt SU. As medidas prescritas são as essenciais à segurança, à condução das fases do movimento e à manutenção da unidade de comando.

c. As medidas de coordenação e controle utilizadas em uma retirada são os itinerários de retraimento, as linhas de controle e os postos de controle e bloqueio de estradas (PBCE).

d. Em um retraimento, a situação em que ele é executado - com ou sem a pressão do inimigo - condiciona as medidas de controle e coordenação a serem utilizadas que, de acordo com a situação, serão menos ou mais restritivas.

e. A ação retardadora engloba, nas fases de seu desenvolvimento, os outros dois tipos de movimentos retrógrados - o retraimento entre as posições de retardamento e, caso seja empregado o processo de retardamento por posições alternadas, a retirada para a posição posterior, após ser acolhido na posição à sua retaguarda.

f. O Cmt, após receber a ordem do Esc Sp, realiza a análise da missão do regimento e apresenta suas diretrizes pessoais para o planejamento.

g. Baseado na diretriz do comandante, os chefes das diferentes seções do EM do Rgt realizam o planejamento da manobra na carta. As LA, resultantes do estudo de situação, são levadas à consideração do Cmt.

h. O Cmt e seu EM fazem uso de todos os meios possíveis (reconhecimento terrestre e aéreo) para retificarem ou complementarem, à luz do terreno, os planejamentos feitos na carta. Após o confronto com o terreno, o Cmt chega à sua decisão, transmitida aos elementos subordinados em ordem de operações.

i. Em função da previsão de atuação do inimigo, serão estabelecidos tantos planos alternativos quantos possíveis, constantes de um anexo à ordem de operações.

7-25. RETRAIMENTO

a. O R C Mec, em uma operação de retraimento, executa um movimento para longe do inimigo para preservar ou recuperar a liberdade de ação, seja cumprindo missão no quadro da manobra do escalão superior ou agindo isoladamente.

b. O retraimento poderá ser diurno ou noturno e executado com ou sem pressão do inimigo.

c. O retraimento diurno deve ser evitado, sempre que possível, para fugir aos fogos observados do inimigo e à atuação de sua F Ae, ambos capazes de causar pesadas baixas ou provocar a perda da liberdade de manobra.

d. Quando o retraimento diurno for imperioso, cresce a importância do emprego de minas, fogos de artilharia, fumígenos e apoio aerotático.

e. A relativa proteção blindada, a mobilidade, o poder de fogo e a ação de choque do regimento minimizam os inconvenientes do retraimento diurno, particularmente quando se faz necessária uma manobra para desaferrar os elementos em contato com o inimigo.

f. No planejamento de um retraimento noturno, o regimento deve estar adestrado nas operações sob iluminação artificial, que poderá ser empregada pelo Esc Sp, na eventualidade de perda do sigilo da operação, caso não possua dispositivos de visão noturna.

g. Em qualquer retraimento, todos os meios capazes de reduzir a observação inimiga (fumígenos, por exemplo) devem ser utilizados, particularmente quando houver perda do sigilo da operação.

h. Os retraimentos sem pressão do inimigo são vantajosos em relação aos executados sob pressão.

i. No planejamento de um retraimento devem ser previstos planos alternativos para os elementos subordinados, destinados ao atendimento de situações que impliquem em retraimentos com ou sem pressão do inimigo.

j. Em qualquer das situações em que o retraimento é executado, o contato pelo fogo e visual com o inimigo deve ser mantido, suficiente para proporcionar dissimulação, segurança e contribuir para evitar um rápido avanço do inimigo. Uma força provê segurança e dissimulação, para que as tropas em contato possam executar seu retraimento sem que o inimigo cerre rapidamente sobre as mesmas.

l. O retraimento pode ser facilitado pela execução de C Atq de objetivos limitados.

m. Os planos e ordens para um retraimento devem ser preparados pormenorizadamente.

n. Tempo suficiente deve ser proporcionado aos elementos subordinados, para executar um reconhecimento durante o dia.

o. Quando na reserva da Bda, o regimento pode ser empregado como F Seg da mesma, apoiando o retraimento do grosso.

7-26. RETRAIMENTO SEM PRESSÃO DO INIMIGO

a. Sempre que possível, o Rgt deve executar o retraimento sem pressão do inimigo e à noite. Este tipo é vantajoso porque o Cmt conserva a iniciativa e pode escolher o momento de iniciar o movimento. A dissimulação é facilitada e a eficiência dos fogos inimigos observados é reduzida, uma vez que a força que retrai pode beneficiar-se ao máximo das condições precárias de visibilidade. O sucesso de um retraimento sem pressão do inimigo depende, particularmente, da dissimulação.

b. Tão logo o conceito da operação seja formulado, o Cmt emite uma ordem preparatória com os pormenores necessários para que os comandos subordinados possam realizar seus reconhecimentos e planejamentos durante o dia.

c. O movimento inicia-se, efetivamente, após uma ordem, normalmente, via rádio, tipo código. A documentação concernente é confeccionada posteriormente, caso já não constasse de um plano alternativo.

d. É normal a hora do retraimento ser determinada pelo Esc Sp. O início do retraimento noturno, sempre que desejado, deve ser previsto de maneira que o movimento seja completado ainda antes do amanhecer.

e. A fim de assegurar um retraimento tão rápido quanto possível, os elementos não imprescindíveis à operação retraem antecipadamente, por infiltração, a fim de evitar um congestionamento desnecessário nos eixos rodoviários, quando o grosso da unidade retrair.

f. O R C Mec destaca parte de suas forças, inclusive elementos da reserva e de apoio, para permanecer em contato com o inimigo. Estas forças são chamadas destacamento de contato. Elas proporcionam segurança e protegem o retraimento do grosso.

g. O destacamento de contato tem por missões:

(1) manter a fisionomia da frente (comunicações, fogos e outras atividades);

(2) retardar e iludir o inimigo, de forma a evitar sua interferência durante o retraimento; e

(3) ficar em condições de atuar como retaguarda do grosso da força.

h. O planejamento, em geral, prevê o retraimento simultâneo da maioria dos elementos empregados em primeiro escalão. Quando o Cmt do escalão superior não tiver determinado, o comandante do Rgt especifica o valor, a composição e o dispositivo do destacamento de contato tomando por base os fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios e tempo).

i. A composição, normalmente, é de cerca de um terço dos elementos de manobra, inclusive a reserva, e de um terço à metade das armas de apoio orgânicas.

j. O destacamento de contato do Rgt deve ter um comando único. Em geral, o Sub Cmt da subunidade que defende a parte mais importante da frente assumirá o comando deste destacamento ou o comandante do regimento poderá designar um elemento do seu EM para este comando. O Cmt do destacamento deve controlar a operação e manter o tráfego de mensagens de comando semelhantes ao do regimento, como se ocupasse a posição com todo o seu efetivo (manutenção da fisionomia da frente).

l. Todo o esforço deve ser feito para que os elementos do destacamento de contato tenham mobilidade superior a do inimigo.

m. O retraimento dos elementos da frente, menos o destacamento de contato, é iniciado pelos trens e viaturas do PC. As SU, simultaneamente, se deslocam para a retaguarda, utilizando-se dos itinerários de retraimento previamente reconhecidos e da forma mais discreta possível.

n. Numa Z Reu, previamente selecionada e ocupada pelo menor espaço de tempo possível, é formada a coluna de marcha do Rgt. Esta Z Reu poderá não ser usada por todos elementos do Rgt, dependendo da missão futura e dos itinerários existentes.

o. Após formada a coluna de marcha, o movimento posterior é efetuado de maneira semelhante ao de uma retirada.

p. Após o retraimento dos elementos de 1º escalão, o destacamento de contato assume a responsabilidade total da Z Aç do Rgt.

q. O retraimento do destacamento de contato deve ser iniciado a tempo de não permitir que o movimento seja executado sob pressão do inimigo.

r. Ao iniciar o retraimento, o destacamento de contato atua como retaguarda do grosso que retrai. Este destacamento mantém o contato com o inimigo e combate, se necessário, até ser acolhido pelo grosso então numa nova posição de retardamento, ou pelo Esc Sp.

s. Se o retraimento for noturno, os fogos devem ser utilizados para abafar o ruído das lagartas e dos motores das viaturas.

t. Se o retraimento for descoberto pelo inimigo, o regimento passa a executá-lo utilizando as técnicas de um retraimento sob pressão. Para isto, todos os comandos subordinados devem ter conhecimento dos planos alternativos e da intenção do Cmt.

u. O retraimento sem pressão, em geral, é executado em três fases:

(1) 1ª fase - retraimento dos trens de estacionamento, dos trens de combate e do posto de comando (Fig 7-18);

(2) 2ª fase - retraimento das subunidades em primeiro escalão, menos o destacamento de contato (Fig 7-19); e

(3) 3ª fase - retraimento do destacamento de contato (Fig 7-20).

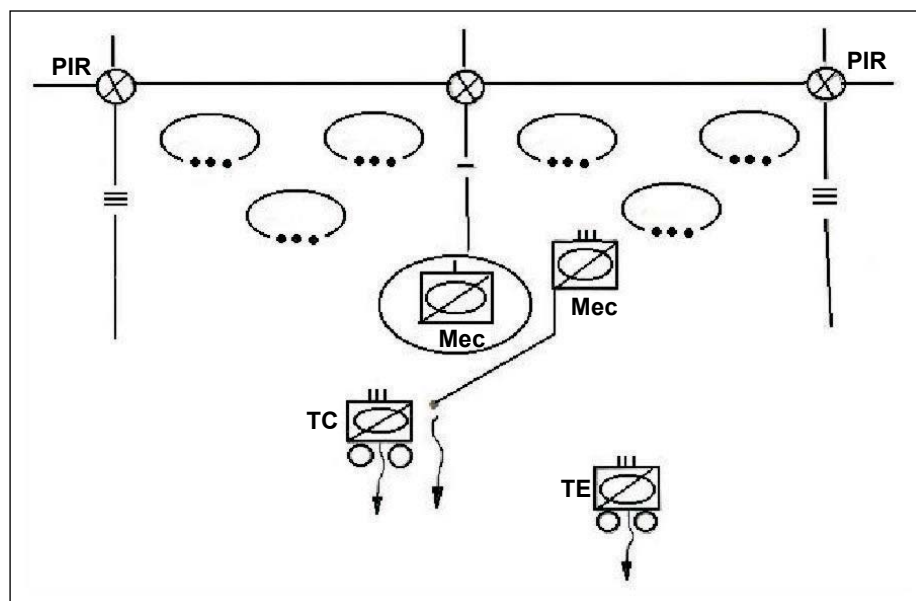



Fig 7-18. Retraimento sem pressão do inimigo (1ª fase)

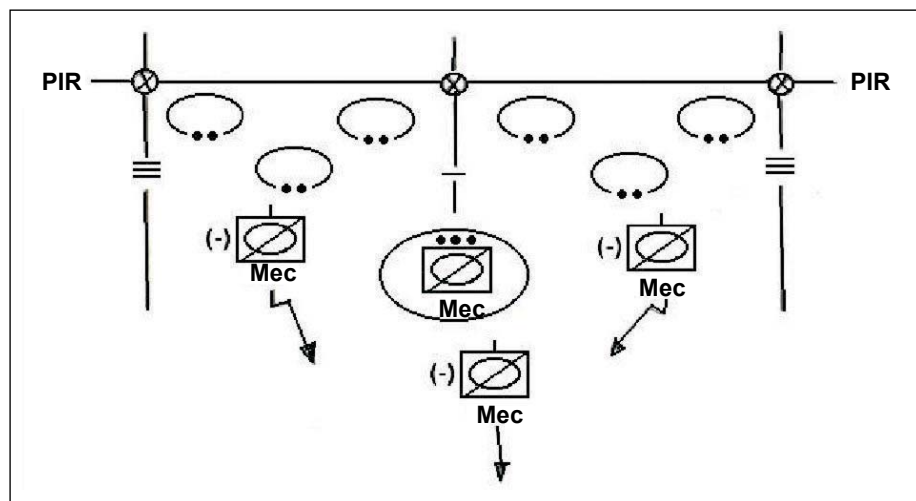



Fig 7-19. Retraimento sem pressão do inimigo (2ª fase)

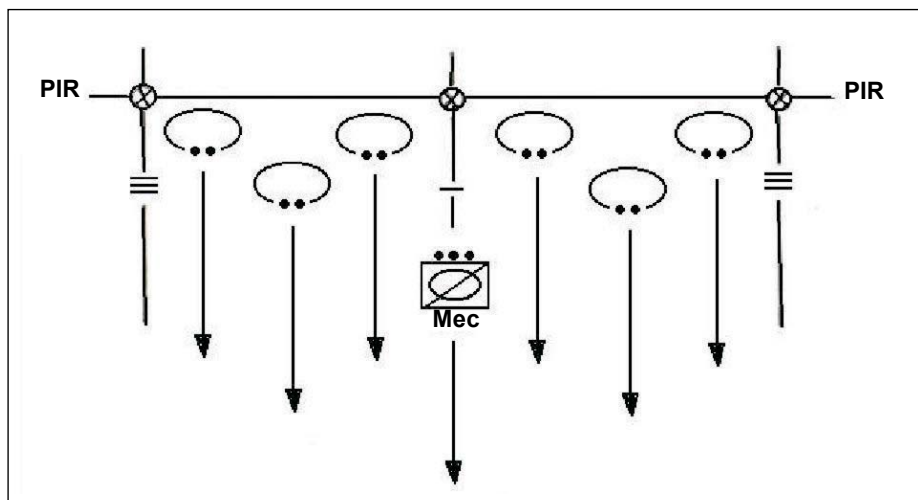



Fig 7-20. Retraimento sem pressão do inimigo (3ª fase)

v. O Rgt, quando constituir a reserva da Bda, em uma ação defensiva ou ação retardadora, na execução do retraimento sem pressão dos elementos em primeiro escalão, também deixa parte de seu efetivo, cerca de um terço, em posição, com a finalidade de simular atividades normais de uma reserva, bem como apoiar o retraimento dos destacamentos de contato dos elementos em primeiro escalão.

7-27. RETRAIMENTO SOB PRESSÃO DO INIMIGO

a. No retraimento sob pressão do inimigo, os elementos do Rgt retraem combatendo, utilizando táticas de retardamento. O Rgt é apto a executar retraimento sob pressão do inimigo, em razão de sua relativa proteção blindada, mobilidade e potência de fogo. Um alto grau de coordenação e uma criteriosa utilização do terreno e dos obstáculos são essenciais ao sucesso da operação.

b. Tão logo o conceito da operação seja formulado, o Cmt emite uma ordem preparatória com os pormenores necessários para que os comandos subordinados possam realizar seus reconhecimentos durante o dia.

c. O movimento inicia-se mediante ordem, normalmente, via rádio, codificada. A documentação concernente é confeccionada posteriormente, caso já não constasse de um plano alternativo.

d. Para a decisão de constituir ou não uma força de proteção com sua reserva, o Cmt Rgt deverá levar em conta o seguinte:

(1) forças disponíveis para constituir a força de proteção;
(2) tempo disponível para desdobrar essa força;
(3) aproveitamento do terreno;

(4) existência ou não de uma força de segurança da Bda;
(5) possibilidade do Ini; e
(6) duração da missão.

e. Caso o R C Mec tenha sido reforçado por elementos de CC, a força de proteção poderá ser constituída com estes elementos

f. Após o acolhimento pela força de proteção, se for o caso, o grosso do Rgt forma as colunas de marcha, por SU, em geral sem designação de Z Reu, e se desloca para a retaguarda, empregando a retirada .

g. Quando não for possível realizar um retraimento simultâneo de toda o regimento, o comando deve determinar a ordem de retraimento. Normalmente, os elementos menos engajados retrairão em primeiro lugar, observando-se intervalos curtos de tempo entre os elementos que retraem, de modo a se evitar o flanco exposto dentro do dispositivo. De qualquer maneira, a seqüência prevista para o retraimento deverá ter em vista preservar a integridade da unidade e o melhor cumprimento da missão.

h. A força de proteção assegura o movimento dos elementos avançados que retraem sem deixar elementos em contato. A estreita coordenação entre essas forças é um fator crítico na execução desse tipo de retraimento.

i. São missões da força de proteção:
(1) proteger o retraimento dos elementos do regimento que estejam engajados;
(2) retardar o inimigo e evitar a sua interferência no retraimento do grosso; e
(3) estar em condições de atuar como retaguarda da força principal.

j. Condições adversas, nesse tipo de retraimento, acarretam aumento no número de baixas. Por isso, é mais favorável sua realização à noite ou sob condições de pouca visibilidade. Um forte dispositivo de retardamento e um eficaz apoio de fogo podem permitir atrasar o retraimento até que as condições de visibilidade favoreçam a sua execução.

l. Para assegurar a rapidez do retraimento, os elementos não imprescindíveis à operação retraem antecipadamente, por infiltração, o que evita o congestionamento dos eixos rodoviários quando o grosso da unidade retrair.

m. Quando o Rgt participa de uma ação retardadora enquadrado pelo Esc Sp, normalmente, se desdobra em largas frentes e não tem condições de manter um segundo escalão. Neste caso, o retraimento poderá ser coberto por elementos de segurança do Esc Sp.

n. O retraimento sob pressão do inimigo pode ser realizado em três ou em duas fases, dependendo da existência ou não de uma força de proteção constituída pelo regimento:
(1) 1ª fase - retraimento dos trens de estacionamento, dos trens de combate e do posto de comando (menos o grupo de comando) (Fig 7-21);

(2) 2ª fase - retraimento dos Elm de primeiro escalão e do grupo de comando, iniciado pelos menos engajados até o acolhimento pela força de proteção (Fig 7-22); e

(3) 3ª fase - retraimento da força de proteção, utilizando técnicas de retardamento, após o acolhimento dos elementos de primeiro escalão (Fig 7-23).

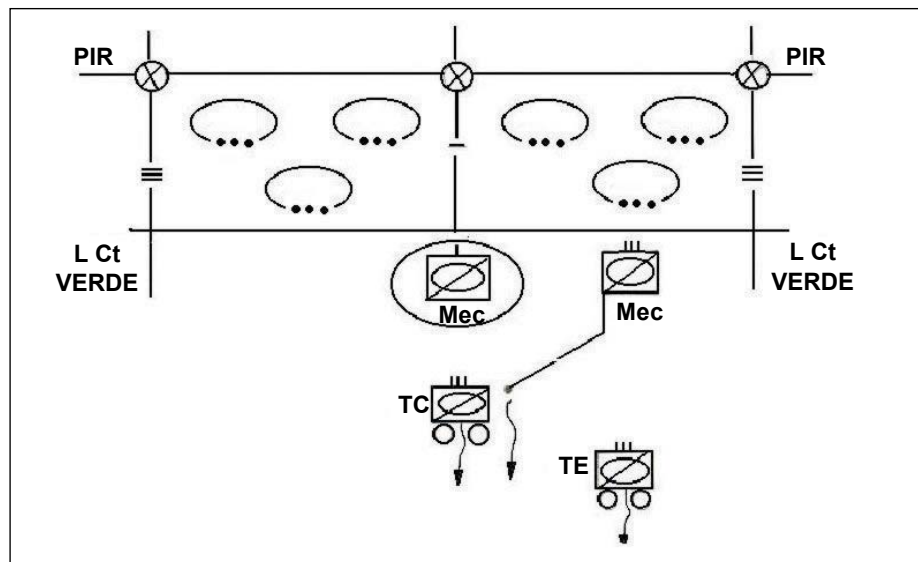



Fig 7-21. Retraimento sob pressão do inimigo (1ª fase)

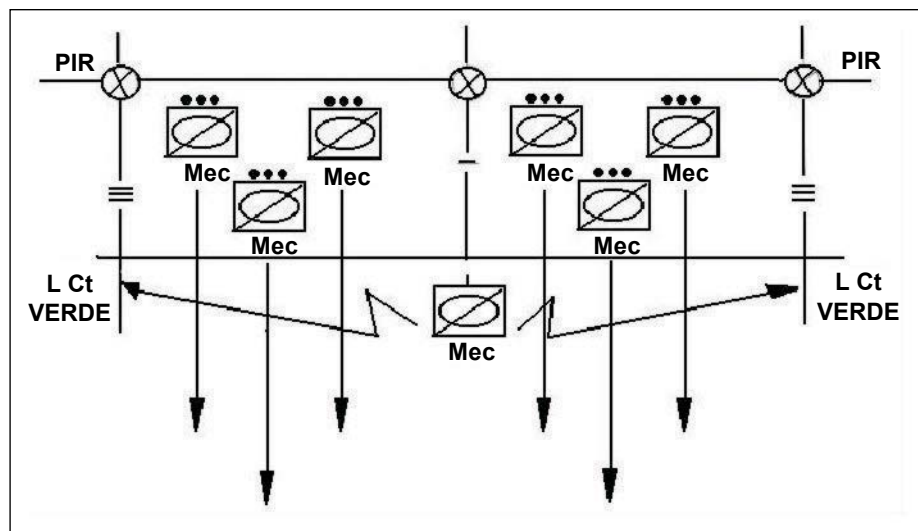



Fig 7-22. Retraimento sob pressão do inimigo (2ª fase)

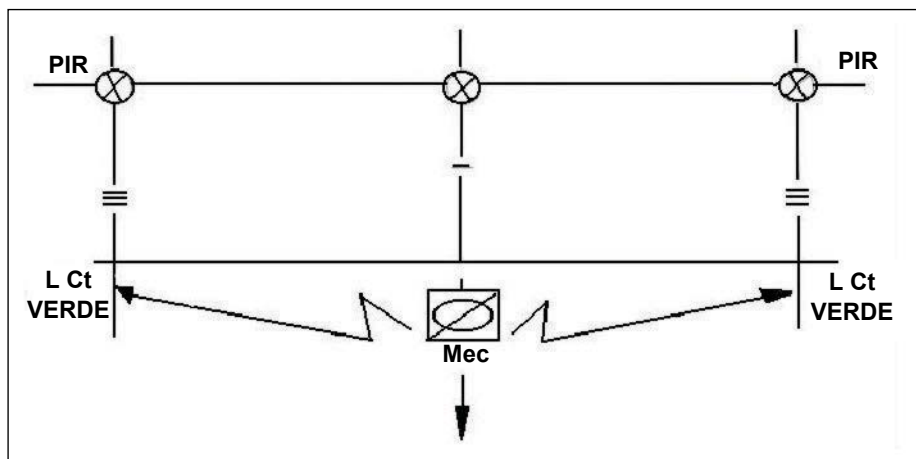



Fig 7-23. Retraimento sob pressão do inimigo (3ª fase)

7-28. RETIRADA

a. Generalidades - A retirada pode ser realizada com as seguintes finalidades:

(1) ampliar a distância entre o inimigo e a força amiga;
(2) reduzir a distância de apoio entre forças amigas;
(3) assegurar um terreno mais favorável;
(4) adaptar-se a um reajustamento de dispositivo do Esc Sp; e
(5) permitir o emprego da força em outro local.

b. Conduta

(1) Quando a retirada é precedida de um retraimento, as forças em contato (destacamento de contato e força de proteção) provêem a segurança à retaguarda).

(2) Na retirada, o Rgt se organiza de modo inverso ao da M Cmb. São designados itinerários e objetivos de marcha ou posições à retaguarda, para os elementos que marcham com o grosso. O controle deve ser descentralizado no estágio inicial da retirada, passando gradativamente à centralização, à medida que aumenta a distância do inimigo.

(3) A segurança do regimento é realizada de maneira semelhante à da M Cmb. Ela é proporcionada pela vanguarda, flancoguarda e retaguarda. A retaguarda emprega técnicas para retardar a progressão do inimigo e evitar a interferência do mesmo no movimento do grosso. O Cmt Rgt deve estar atento contra a tentativa de envolvimento de sua unidade por parte do inimigo.

7-29. AÇÃO RETARDADORA

a. Generalidades

(1) Uma ação retardadora exige, normalmente, o emprego dos princípios da defesa em cada posição de retardamento. Em sua execução, são conduzidas ações ofensivas e defensivas. A ação em cada posição deve obrigar o inimigo a desdobrar-se prematuramente e a perder tempo na preparação do seu ataque.

(2) O R C Mec, em virtude de suas características e possibilidades, é elemento apto para realizar uma ação retardadora.

(3) Normalmente, as posições de retardamento do regimento não são organizadas em profundidade. Utiliza-se o máximo poder de combate em primeiro escalão, sobre as prováveis vias de acesso do inimigo. O Rgt conduzindo uma ação retardadora é dividido, sempre que possível, em dois grandes escalões: a força retardadora e a reserva. Normalmente, as SU não designam reservas. O Cmt Rgt controla a ação pela atribuição de zonas de ação e linhas de controle às SU e pela designação de posições de retardamento para o Rgt.

b. Considerações - As seguintes considerações devem ser aplicadas na execução do planejamento e condução da ação retardadora.

(1) Controle centralizado e ação descentralizada - A ação retardadora é caracterizada por operações em larga frente, com o máximo de forças em contato e um mínimo em reserva. Disto resulta uma série de ações independentes ao longo da frente, nas quais os Cmt devem ter liberdade de ação para conduzi-las. Na conduta do retardamento, o movimento para a retaguarda deve ser coordenado meticulosamente. Isto assegura que o inimigo não ultrapasse, desborde ou envolva qualquer elemento da força de retardamento, ou obtenha uma penetração que possa comprometer o sucesso da missão de retardamento.

(2) Máximo aproveitamento do terreno - O máximo de aproveitamento do terreno deve ser feito durante as ações de retardamento, não permitindo que o inimigo avance grandes distâncias sem oposição. As posições de retardamento são selecionadas em regiões que permitam o domínio das prováveis Via A do inimigo e de forma a atingi-lo, pelos fogos, à maior distância. Preferencialmente, as linhas de retardamento deverão estar balizadas por rios obstáculos, pois os obstáculos naturais, eficazmente batidos por fogos, são os grandes responsáveis por causar um maior retardamento ao avanço do inimigo.

(3) Forçar o inimigo a desdobrar e a manobrar - O inimigo deve ser engajado no alcance máximo das armas de tiro indireto e ao alcance eficaz das armas de tiro direto. Esta ação obriga o inimigo a perder tempo em desdobramento, no esclarecimento da situação e em manobras para repelir a força de retardamento de sua posição. O repetido emprego desta técnica retardará a progressão do inimigo e trocará espaço por tempo.

(4) Máximo emprego de obstáculos - A utilização de destruições, minas e obstáculos naturais e artificiais é explorada ao máximo para retardar o inimigo. Os obstáculos são empregados para canalizar e retardar a progressão e para proporcionar segurança nos flancos. Para se obter a máxima eficiência, os obstáculos devem ser batidos por fogos.

(5) Manutenção do contato com o inimigo - Contínuos reconhecimentos

devem ser conduzidos para estabelecer e manter o contato com o inimigo. Forças inimigas, móveis e potentes, com freqüência, tentarão ultrapassar ou desbordar os flancos, ou penetrar entre unidades que estejam conduzindo o retardamento. Para evitar penetrações ou desbordamentos, o contato não pode ser perdido.

(6) Evitar o engajamento decisivo - Na ação retardadora, posições são ocupadas por determinados períodos de tempo para obrigar o inimigo a desdobrar seus meios, esclarecer a situação e manobrar para atacar cada posição. A tropa deve retrair para a posição de retardamento seguinte antes de tornar-se decisivamente engajada com o inimigo.

c. Processos de execução da ação retardadora

(1) A ação retardadora pode ser executada em posições sucessivas, posições alternadas ou pela combinação desses processos.

(2) Na ação retardadora em posições sucessivas (Fig 7-24) o Rgt oferece o máximo de resistência organizada na posição inicial de retardamento (PIR) e continua a oferecer resistência em cada uma das posições de retardamento sucessivas. Face às largas frentes que normalmente recebe, este é o tipo de ação retardadora adotado com mais freqüência pelo Rgt, por ser o que lhe permite concentrar o maior poder de combate à frente, em cada posição.

(3) Na ação retardadora em posições alternadas (Fig 7-25), o Rgt é dividido em dois grupamentos: o primeiro deles organiza e ocupa a PIR e conduz uma ação retardadora, enquanto o segundo organiza e ocupa a posição seguinte. O primeiro grupamento, retraindo, é acolhido pelo segundo grupamento e retira-se para a posição posterior. Assim este procedimento é repetido até o final da missão. O grupamento à retaguarda cumpre a finalidade de uma força de proteção para o grupamento à sua frente. Este tipo de ação retardadora tem a vantagem de proporcionar mais tempo para a preparação das posições, para manutenção do material e para descanso dos homens. Entretanto, como desvantagem, exige a repartição das forças, reduzindo, portanto, o poder de combate disponível para o retardamento em cada posição. O R C Mec, raramente opera em frente suficientemente estreita para permitir o retardamento em posições alternadas.

d. Planejamento

(1) Por ser o planejamento da ação retardadora centralizado, o regimento recebe as diretrizes básicas do escalão superior de forma pormenorizada.

(2) Quando constituir a reserva da brigada, o regimento será empregado nas três missões básicas de uma reserva nos movimentos retrógrados: contra-atacar para desaferrar elementos de peimeiro escalão ou para restabelecer posições de bloqueio conquistadas pelo inimigo, reforçar elementos de primeiro escalão e atuar como força de segurança para os elementos de primeiro escalão que retraem; podendo ainda ser empregada para bloquear ameaças surgidas nos flancos.

(3) As ordens dadas ao regimento, devem especificar, pelo menos:

(a) organização para o combate;

(b) localização geral da PIR;

(c) localização geral das posições de retardamento, principais e alternativas (linhas de controle intermediárias), particularmente quando o regimento é empregado enquadrado na missão de uma brigada. Caso o Rgt seja empregado isoladamente à frente como força de cobertura, o planejamento das posições de retardamento poderá ficar a cargo do próprio regimento;

(d) zonas de ação;

(e) prazos a ganhar durante a operação;

(f) pontos de ligação entre as forças de manobra;

(g) ações em final de missão; e

(h) limitações impostas à operação.

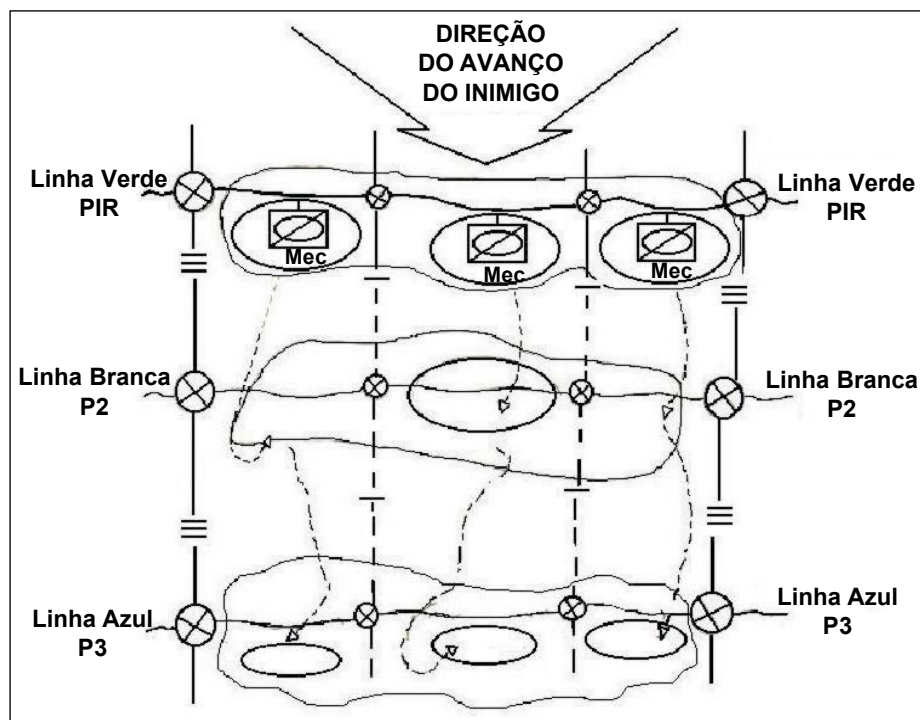



Fig 7-24. Aç Rtrd - R C Mec retardando em posições sucessivas

(4) O prazo a ganhar no decurso da missão é considerado entre a posição inicial de retardamento (PIR) e a última posição. Este prazo total deve ser repartido pelas posições de retardamento escolhidas, observando-se a compatibilidade dessas posições para ganhar o respectivo prazo, e procurando-se ganhar o prazo o mais à frente possível. Para efeito do planejamento inicial, o prazo a ganhar é sempre computado nas posições de retardamento principais: o prazo circunstancial ganho no retardamento entre as posições somente será considerado no planejamento para a tomada de decisões de conduta.

(5) O comandante do R C Mec não necessita atribuir itinerários de retraimento para seus elementos subordinados em suas respectivas zonas de ação, porém necessariamente deverá atribuí-los dentro da Z Aç da reserva desdobrada como força de proteção. Se houver itinerários disponíveis, deverá atribuir um para cada elemento subordinado, a fim de coordenar e facilitar o movimento; em caso de deficiência de itinerários, poderá haver itinerários comuns, devendo-se para isso estabelecer pontos de controle nos pontos de confluência e prioridades de passagem.

(6) O Cmt deve exercer controle e supervisão rigorosos sobre o retardamento, de modo a manter o horário prescrito nas diferentes zonas de ação das SU. O que determina o retraimento da posição de retardamento e a ordem do Esc Sp para tal e não simplesmente o cumprimento do prazo estabelecido para a posição.

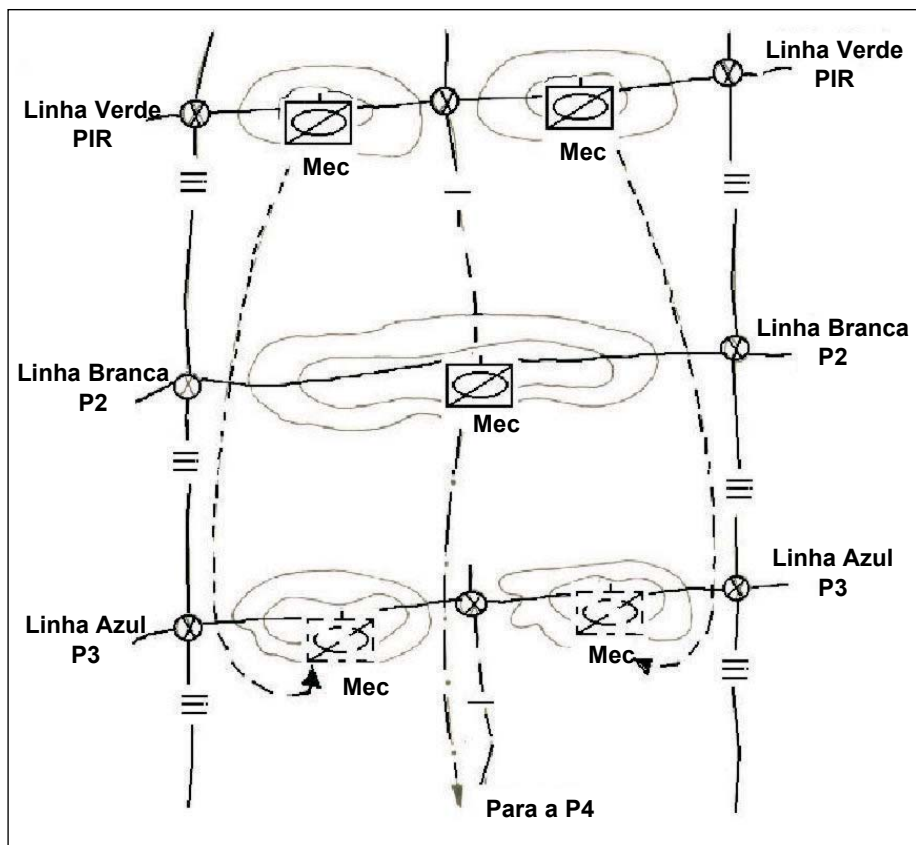



Fig 7-25. Aç Rtrd - R C Mec retardando em posições alternadas

(7) Se o retardamento incluir o acolhimento por forças amigas, deve ser feita íntima coordenação com essas forças. Os planos de acolhimento incluem

prescrições sobre o fornecimento de guias por parte da unidade que realizará o acolhimento, horários, sinais de reconhecimento, linha de acolhimento, pontos de ligação principais e alternativos, itinerários de retraimento, pontos de passagem e demais medidas de coordenação e controle que, circunstancialmente, se tornarem necessárias.

e. Escolha das posições de retardamento

(1) O terreno favorável a uma boa posição de retardamento deve oferecer uma ou mais das características abaixo indicadas, as quais permitem infligir grande número de perdas ao inimigo, além de retardar ao máximo a sua ação:

(a) linha de alturas perpendiculares à direção de atuação do inimigo;

(b) obstáculos à frente e nos flancos, principalmente rios obstáculos;

(c) elevações que permitam boas condições de observação e bons campos de tiro;

(d) itinerários desenfiados para os deslocamentos (retraimentos e rocadas); e

(e) boa rede de estradas e condições de transitabilidade através campo.

(2) O Cmt Rgt, ao elaborar seu esquema de manobra, pode selecionar novas posições de retardamento, caso se tornem necessárias, propondo ao Esc Sp a adoção das mesmas, de acordo com o prazo a ganhar. As posições de retardamento propostas poderão ser aprovadas ou não, em função dos demais elementos empregados. Elas poderão ser adequadas para o Rgt, porém inconvenientes no quadro geral da manobra.

(3) Linhas de controle são previstas para coordenação e controle do movimento, podendo transformar-se, em caso de necessidade, em posições de retardamento alternativas. Há a necessidade de ser levantada pelo menos uma linha de controle intermediária às posições de retardamento, o que dará flexibilidade à manobra.

(4) Se a profundidade da Z Aç permitir, é sempre conveniente que as posições de retardamento fiquem distanciadas, de modo a obrigar o inimigo a se reorganizar e montar um novo ataque em face de cada posição, considerando principalmente o alcance do grosso dos meios da Art Cmp Ini. Porém não deverá ceder ao inimigo grande faixa do terreno, deixando de ganhar um prazo maior.

f. Organização do terreno e limites

(1) No planejamento de uma ação retardadora, os limites entre as SU são estabelecidos em função dos seguintes fatores:

(a) largura da Z Aç;

(b) áreas consideradas passivas;

(c) frentes consideradas secundárias;

(d) número de Via A para o inimigo, que incidem nas posições de retardamento;

(e) prosseguimento das vias de acesso no interior da nossa Z Aç;

(f) obstáculos; e

(g) diretrizes do Esc Sp.

(2) Os limites devem se estender por toda a profundidade da Z Aç quando o Rgt não possuir uma reserva constituída ou hipotecada e não houver

a presença da reserva do Esc Sp em sua Z Aç. Ocorrendo estes referidos casos, os limites se estenderão até as linhas de controle intermediárias e, após as mesmas, serão levantados itinerários de retraimento até as posições subseqüentes.

(3) Os obstáculos naturais são agravados e obstáculos artificiais são construídos dentro das limitações do material disponível, do tempo e da mão-de-obra.

(4) Posições de bloqueio, valor pelotão, são organizadas nas posições de retardamento da mesma maneira que nas operações de segurança.

(5) A posição é organizada em largura e com pequena profundidade.

g. Dispositivo do Regimento

(1) O Cmt Rgt designa para as SU zonas de ação dividindo as Via A mais prováveis do inimigo, compatíveis com o poder de combate de cada elemento subordinado, considerando ainda a importância e profundidade dessas Via A. Cada Via A e o terreno que a domina são atribuídos a um mesmo elemento de manobra. Cada Z Aç de SU deverá incluir, sempre que possível, um itinerário de retraimento através de estrada, ainda que com pequenos trechos de interligação através do campo, em terreno firme.

(2) Se o Rgt possuir uma reserva constituída, ela deve estar localizada, inicialmente, em Z Reu à retaguarda da linha de controle intermediária, eixada com a Z Aç principal e próxima a rocadas que possibilitem o seu emprego nas demais frentes. Caso esta última condição não possa ser atingida, a reserva poderá ser articulada ou fracionada. A reserva deverá estar em condições de cumprir suas três missões básicas: contra-atacar e reforçar, particularmente na Z Aç principal, e atuar como força de proteção, desdobrando-se na linha de controle intermediária, particularmente face às Via A mais pressionadas.

(3) O PCP, sempre que possível, deve estar localizado bem à retaguarda, a fim de evitar freqüentes deslocamentos e interferência com as ações dos elementos de combate. Sua localização deve proporcionar condições para as ligações com os elementos subordinados, vizinhos e com o Esc Sp e estar próxima de estradas, as quais lhe facilitarão futuros deslocamentos. O PCT deve ser desdobrado bem à frente, com os elementos engajados, para que o Cmt possa controlar e intervir nas ações. O PC retrai, normalmente, ao final da 1ª fase do retraimento. O PCT mantém-se em permanente contato com o PCP do Rgt.

(4) Os TC, após prestarem o apoio necessário junto à PIR, são deslocados para a retaguarda da posição de retardamento seguinte, de onde possam apoiar eficientemente a operação de retraimento, o deslocamento para a nova posição de retardamento, bem como a ocupação da mesma. A ocasião mais oportuna para o deslocamento dos TC é determinada pelo S4 ou seu representante.

(5) Os TE, prestam o apoio necessário para a PIR e P2, a partir da linha de controle entre a P2 e a P3. A ocasião oportuna para o deslocamento dos TE é determinada pelo S4 ou seu representante.

h. Organização para o combate do regimento

(1) A organização das subunidades para o combate se baseia no estudo dos fatores da decisão (MITMT), conforme o recebimento ou não de elementos de CC e Fuz.

(2) O Pel Mrt P, normalmente, é mantido sob o controle do regimento, para atuar em proveito de toda a tropa. No cumprimento de sua missão, o pelotão assume posição de onde possa melhor apoiar as SU de primeiro escalão, particularmente a SU da zona de ação principal. Caso o Rgt disponha de apoio de Art, o Pel Mrt P pode ser empregado em outra Z Aç, que não a principal.

i. Segurança na ação retardadora

(1) Generalidades - Durante a ação retardadora, o inimigo fará o máximo esforço para desbordar ou destruir a força retardadora. O Cmt Rgt deve prestar particular atenção para que o inimigo não desborde seus flancos ou o surpreenda na posição. Um reconhecimento contínuo é uma das melhores maneiras de proporcionar segurança. O reconhecimento poderá ser ampliado por radares da Sec Vig Ter, aviões e helicópteros, quando disponíveis. Uma coordenação cerrada entre as U e SU vizinhas é essencial, de modo a evitar a apresentação de um flanco exposto ao inimigo.

(2) Segurança à frente - Se os elementos da força retardadora não estão em contato com o inimigo, devem ser tomadas precauções para se evitar a surpresa e para que o alerta da aproximação do inimigo seja dado o mais cedo possível. Durante o dia, postos de observação e patrulhas são estabelecidos à frente das posições de retardamento. À noite, são substituídos por postos de escuta. Os itinerários que conduzem das posições aos P Obs devem ser escolhidos cuidadosamente, a fim de evitar sua observação pelo inimigo.

(3) Segurança nos flancos - O regimento, numa posição de retardamento, deve estabelecer sua própria segurança de flanco pelo estabelecimento de observação em todas as direções, patrulhas e ligação com as unidades vizinhas. Um reconhecimento cuidadoso propiciará aos elementos da força retardadora o levantamento das vias de acesso mais favoráveis ao inimigo para desbordar a força retardadora. Os elementos da testa de qualquer força inimiga, tentando progredir por tais vias de acesso, poderão ser detidos ou emboscados.

j. Ocupação de uma posição de retardamento

(1) A ocupação de uma posição de retardamento pelo Rgt é planejada e conduzida de acordo com os princípios e fundamentos das ações da defesa. Entretanto, o Cmt dá maior ênfase ao engajamento do inimigo no maior alcance eficaz de seu armamento e na disposição de sua força no terreno de modo que possa executar o retraimento planejado para a próxima posição de retardamento.

(2) Os fatores básicos a serem considerados para a ocupação de uma posição de retardamento incluem:

(a) posições de tiro principais;
(b) posições de muda;
(c) posições suplementares;
(d) observação;
(e) campos de tiro longínquos;

(f) cobertas e abrigos;
(g) desenfiamento de torre e de couraça;
(h) preparação de roteiros de tiro;
(i) segurança (incluindo postos de observação, patrulhas e o emprego de Fuz Bld para a proteção aproximada das VBR);
(j) coordenação com outros elementos, incluindo os de apoio de fogo e engenharia;
(l) itinerários de retraimento; e
(k) existência de obstáculos.

(3) A preparação da posição prossegue enquanto o inimigo não for engajado. São selecionadas posições principais, de muda e suplementares para cumprimento das missões específicas do retardamento em posição. Os Cmt de VBR devem conhecer perfeitamente os caminhos para estas posições. As VBR são posicionadas, inicialmente, com desenfiamento de torre e devidamente cobertas, avançando para uma posição com desenfiamento de couraça no momento do tiro. Suas metralhadoras são integradas no plano de fogos das SU. Deve ser feito o máximo emprego das armas coletivas.

(4) As posições de tiro, normalmente, localizam-se próximas à crista topográfica das elevações, de modo a obter extensos campos de tiro. Deve-se observar também o fácil acesso destas posições aos itinerários de retraimento abrigados. Posteriormente, durante a ação, a VBR poderá utilizar as posições de tiro de muda e as posições suplementares.

(5) As viaturas não empregadas no retardamento são colocadas em local coberto e abrigado à retaguarda da posição. As viaturas PC, de manutenção e de saúde são, normalmente, colocadas à retaguarda da posição de retardamento posterior, para assegurar apoio contínuo durante o período crítico do retraimento da posição.

(6) As metralhadoras das VBTP podem ser desdobradas no terreno sobre os seus reparos terrestres, caso não possam ser empregadas embarcadas e não comprometam a presteza do retraimento.

7-30. CONDUTA DA AÇÃO RETARDADORA

a. Tão logo o inimigo entre no alcance máximo da artilharia e dos morteiros, os fogos são desencadeados. Ao cerrar sobre a posição, o inimigo é colocado sob o máximo volume de fogos de todas as armas da força retardadora, de modo a obrigá-lo a desdobrar-se, executar reconhecimentos e outras manobras que consumirão tempo. Os fogos aproximados devem bater os acidentes capitais e as Via A, com a maior eficácia possível.

b. O êxito da missão de retardamento depende, em grande parte, de uma judiciosa distribuição do tempo a ganhar. Esta distribuição do tempo resulta de um minucioso reconhecimento, de segurança apropriada e oportunos informes de combate. O escalão imediatamente superior deverá ser mantido informado da situação da força, de modo que seja assegurado o recebimento da ordem de retraimento antes que a força se torne decisivamente engajada. As SU não retraem sem autorização do Cmt Rgt.

c. Ao receber a ordem para iniciar o retraimento de uma posição, o regimento executa um retardamento contínuo até a próxima posição de retardamento ou até uma linha de acolhimento, ao retrair da última posição. Embora as subunidades tenham considerável liberdade de manobra dentro de suas Z Aç, o Cmt Rgt coordena seus movimentos, de modo que uma SU não seja colocada em perigo como conseqüência de um retraimento demasiadamente rápido de uma subunidade vizinha. Todo o terreno favorável deve ser aproveitado para infligir o máximo de danos ao inimigo e retardá-lo o maior tempo possível. Os elementos que já estiverem na posição de retardamento seguinte, à aproximação do grosso do Rgt, tomam o inimigo sob seus fogos, realizando tiros sobre a tropa amiga, caso não haja uma força de proteção atuando como retaguarda. Quando acolhidos na posição de retardamento, os elementos do grosso reorganizam a constituição das SU e passam a retardar nessa posição durante o prazo previsto.

d. O combate aproximado é, em princípio, evitado, sendo empregado somente quando for absolutamente necessário.

e. Na conduta da ação retardadora, são obedecidas todas as prescrições referentes ao retraimento e à retirada.

f. A reserva do Rgt é empregada para contra-atacar, para desengajar um elemento que se tornou decisivamente engajado, para eliminar uma penetração inimiga, bloquear uma ameaça à frente ou nos flancos, cobrir o retraimento dos elementos da força retardadora ou para reforçar um ou mais elementos da mesma. Quando um C Atq for executado para cooperar no retraimento de uma força decisivamente engajada, a ação consiste de um golpe contra um flanco do inimigo, justamente à retaguarda de seus elementos mais avançados. Esta operação não deverá ter um objetivo no terreno.

g. O comando, o controle e o horário para o desencadeamento do C Atq são fatores particularmente críticos. O comandante deve exercer cuidadosa vigilância, de modo a evitar que sua unidade venha a se tornar tão engajada com o inimigo que não possa romper o contato. C Atq para restabelecimento da posição são realizados visando à conquista de objetivos limitados e são apoiados por artilharia, morteiros, e elementos da força retardadora. Do mesmo modo, as SU poderão executar C Atq pelas mesmas razões, mas em escala mais limitada.

h. No planejamento inicial, os limites das Z Aç na PIR são definidas por linhas contínuas até o limite de retaguarda das SU de 1º Esc (aproximadamente 2 Km). A partir daí, são definidos por linhas descontínuas, pelas várias possibilidades do inimigo de atuar na frente e nos flancos da U, face à extensa frente e a grande profundidade da Z Aç, ocasionando freqüentes reformulações no planejamento inicial.

CAPÍTULO 8

AÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES BÁSICAS E OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

8-1. GENERALIDADES

a. Ações comuns às operações básicas - Estas ações correspondem àquelas que são realizadas, com grau de intensidade variável, no decorrer das operações ofensivas e defensivas.

b. Operações complementares - Estas operações destinam-se a apoiar as operações básicas e a contribuir para o incremento e a aplicação do poder de combate.

ARTIGO II

AÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES BÁSICAS

8-2. GENERALIDADES

Das ações relacionadas e classificadas como ações comuns às operações básicas, as que dizem respeito mais diretamente ao R C Mec são:

- vigilância de combate; e
- substituição.

8-3. VIGILÂNCIA DE COMBATE

A vigilância de combate compreende a observação sistemática e contínua de áreas, eixos ou locais, tais como cruzamentos, pontes, aeroportos e outros tipos de instalações específicas. Os fatores que influenciam a vigilância são: as condições de visibilidade, o terreno, as coberturas naturais ou artificiais, as possibilidades de defesa aérea do inimigo e os tipos de equipamentos de vigilância. A vigilância é conduzida por todas as unidades de combate e constitui-se em meio para detecção e localização de unidades, instalações e atividades do inimigo (Ini).

a. Tipos de Vigilância de combate

(1) Visual - A vigilância visual é realizada pelas unidades terrestres e aéreas, particularmente no cumprimento das missões de reconhecimento. A transmissão das observações é feita rapidamente, por meio dos canais de informações ou de comando, dependendo das ordens estabelecidas pelo escalão superior (Esc Sp).

(2) Eletrônica - É a vigilância realizada com a utilização de radares de vigilância terrestre e sensores orgânicos, equipamentos infravermelho, equipamentos de rádio-escuta e outros.

(3) Fotográfica - A cobertura fotográfica realizada pelo regimento no cumprimento das missões de vigilância é, normalmente, limitada ao emprego de equipamento manual. A cobertura fotográfica aérea é realizada pelas unidades da F Ae.

b. Missões de Vigilância de Combate - O R C Mec poderá receber as seguintes missões de vigilância de combate, enquanto conduz outras operações:

(1) determinação, por meio da observação, de atividades de valor militar (mesmo realizadas por civis) ou ausência dessas atividades, em determinadas áreas;

(2) localização de alvos para serem atacados pela força aérea, fogos de artilharia, agentes químicos, etc.;

(3) observação e controle dos fogos indiretos orgânicos e não orgânicos ou aéreos;

(4) avaliação de danos;

(5) localização e identificação de unidades inimigas, em movimento ou estacionadas, no interior da área de operações; e

(6) observação de Via A do inimigo e vias de transportes.

c. Planejamento e Conduta

(1) As unidades de cavalaria mecanizada são as mais aptas para a execução de missão de vigilância.

(2) Durante o planejamento das operações de vigilância, os fatores da decisão determinam a organização e o dispositivo das forças. Devido ao fato da vigilância consistir, normalmente, na observação sistemática e contínua de amplas áreas, longos eixos ou locais específicos, o regimento, normalmente, empregará suas subunidades como um todo, na execução de observação, enquanto retém uma pequena reserva, se possível com VBR para auxiliar os elementos que possam ser atacados pelas forças inimigas.

(3) Postos de observação, de escuta e patrulhas são estabelecidos para proporcionar observação contínua e sistemática. Uma força de vigilância não é constituída para oferecer uma forte resistência ao inimigo. Contudo, ela deve ser capaz de proteger-se a si mesma.

(4) A vigilância executada pelo R C Mec é menos eficiente à noite. O encargo de patrulhas e postos de observação deve ser aumentado. Na vigilância noturna deve ser feito o emprego intensivo de meios eletrônicos e fotográficos postos à disposição do Rgt.

(5) A unidade que realiza especificamente missão de vigilância de combate é responsável apenas pela sua própria segurança. Quando no desenrolar das operações for exigido o emprego de uma força de maior valor do que a necessária às ações de autoproteção, o comandante deve solicitar uma redução da frente anteriormente atribuída. O aumento progressivo das forças inimigas em contato pode obrigar a uma redução da Z Aç ou à execução de um retraimento.

(6) A tropa no desempenho da vigilância de combate deve prever a substituição periódica dos elementos nela engajados, variando frentes e missões.

(7) O R C Mec cumprindo missão de vigilância de combate, adota um dispositivo linear. O aumento progressivo das forças inimigas em contato pode obrigar à uma redução de frente ou à execução de um retraimento.

(8) A vigilância de combate é uma missão eminentemente passiva; no entanto, o Rgt pode, algumas vezes, receber pequenos encargos, como, por exemplo, bloqueio de estradas, desde que não o obrigue ao emprego permanente de parte de seu efetivo.

(9) É normal o emprego da vigilância de combate realizada por elementos infiltrados, em posições atrás das linhas inimigas.

8-4. SUBSTITUIÇÃO

a. Generalidades

(1) Quando as operações táticas continuam por um período prolongado de tempo, a conservação do poder de combate, a manutenção da eficiência e do plano tático podem exigir a substituição periódica de U empregada.

(2) A concentração de tropa, equipamento, viaturas resultante dessas operações requer que toda a precaução seja tomada para reduzir a vulnerabilidade das forças envolvidas às ações do ataque inimigo durante a operação. São essenciais uma estreita coordenação de planos e cerrada cooperação entre as U que executam a substituição, além de um planejamento criterioso e detalhado.

(3) O R C Mec pode conduzir operações de substituição por meio de uma ultrapassagem, substituição em posição ou acolhimento. O Rgt pode também participar de uma substituição ordenada pelo Esc Sp ou dirigir e controlar substituições de seus esquadrões.

b. O R C Mec na substituição em posição

(1) Generalidades

(a) A substituição em posição é uma operação de combate na qual, por ordem do Esc Sp, uma força ou parte dela, é substituída por outra em uma área de combate.

(b) As responsabilidades pela missão de combate e pela Z Aç da U substituída são assumidas pela U substituta. A U ou parte da U que substitui continua a operação conforme for determinado.

1) Quando a substituição é executada para continuar a defesa, deve ser feita na base de U por U, SU por SU, homem a homem, arma por arma. O Cmt U que substitui adota um dispositivo que se ajuste ao plano do Cmt da organização substituída. Podem ser introduzidas modificações no plano de defesa pelo Cmt substituto, após ter sido completada a substituição.

2) Quando é realizada uma substituição em posição para prosseguir ou retomar um ataque, o comandante substituto a procede somente em determinada(s) parte(s) da área, visto que sua missão principal é a de se preparar para o ataque e de dar prosseguimento ao mesmo. Assume, contudo, a responsabilidade pela segurança de toda a área, embora disponha suas forças para facilitar a retomada ou desencadeamento do ataque. Na maioria das vezes, adota um dispositivo que permita aos principais comandos subordinados executarem seus planos de ataque ou que permita uma mudança de direção do mesmo.

3) Em uma operação de Apv Exi em que, por razões logísticas ou por desgaste, a tropa que aproveita o êxito não possa prosseguir e o contato seja rompido, também poderá ser realizada a substituição em posição e a subseqüente retomada do Apvt Exi pela tropa que substitui.

4) A substituição em posição também poderá ocorrer dentro do quadro de operações de segurança. em uma flancoguarda fixa, por exemplo, em que haja contato com o inimigo, pode haver a necessidade de substituir a tropa que provê a segurança.

(2) Planejamento

(a) Generalidades

1) Quando o R C Mec realiza a substituição de outra U em posição, recebe, da força a ser substituída, uma ordem preparatória que deve especificar, no mínimo, a hora do início e do término da substituição e as prioridades para utilização das estradas e itinerários necessários aos deslocamentos. Comporta, ainda, a ordem preparatória, as condições de execução da substituição, quanto aos aspectos relacionados com a visibilidade e prazos. Deve ser proporcionado tempo adequado para o planejamento e o reconhecimento, o qual é essencial para a U substituta.

2) Após receber a ordem preparatória, o Cmt R C Mec, com seu EM, analisa a missão, expede ordens preparatórias e estabelece ligações com a unidade a ser substituída.

3) O Cmt R C Mec, normalmente, estabelecerá seu posto de comando nas vizinhanças do posto de comando da U a ser substituída.

4) Trabalhos conjuntos são executados entre os Cmt e EM do R C Mec e da U que será substituída, visando aos pormenores da ação e, o estabelecimento de critérios que não tenham sido definidos pelo Esc Sp.

(b) Coordenação

1) Troca de planos e de pessoal de ligação

a) Ao Cmt e EM do R C Mec devem ser fornecidas pela força substituída, todas as informações necessárias, inclusive, planos defensivos existentes, planos de fogos, de barreira e C Atq.

b) Para proporcionar maior eficiência na troca de informações, o R C Mec, quando substituindo outra unidade, receberá desta, elementos de ligação, distribuídos, normalmente, em cada posto de comando, a partir do escalão SU.

c) A permanência do pessoal de ligação com a unidade substituta varia com a situação e se estende, normalmente, até ao domínio da situação pela U substituta.

2) A seqüência da substituição (quando não especificada pelo comando que ordena a substituição), para estabelecer uma defesa mais forte durante a substituição, é executada por fases, da retaguarda para a frente ou da frente para a retaguarda. Ao determinar a seqüência da substituição, ambos os Cmt consideram:

a) a missão subseqüente atribuída à Bda que está executando a substituição;

b) características da região de operações;

c) o efetivo e a eficiência de combate da U substituída;

d) as possibilidades do inimigo descobrir a substituição e de reagir contra a mesma;

e) a necessidade de variar os padrões ou processo de substituição;

f) o valor e o tipo dos elementos envolvidos na substituição; e

g) a necessidade de manter o sigilo.

3) Ocasião da passagem do comando

a) A ocasião ou as circunstâncias, em que o Cmt que substitui assume a responsabilidade pela área são claramente estabelecidas, por acordo mútuo ou pelo Esc Sp.

b) Até que se realize a passagem do comando, o comando da U substituída é responsável pela área e pelo cumprimento da missão, e exerce o controle operacional sobre todos os elementos subordinados da U substituta que tenham completado sua parte na substituição. Durante este período, as subunidades que chegam devem se enquadrar aos planos de defesa do elemento que é substituído.

c) Normalmente, o Cmt R C Mec assume o comando quando os seus comandos subordinados tenham assumido as responsabilidades das subunidades da área de defesa avançada e quando tiverem sido estabelecidos meios adequados de comunicações para controlar toda a Z Aç. Após a passagem de comando, o Cmt que chega assume o controle operacional de todas as frações que devem sair e que não tenham ainda sido substituídas.

d) Deverá haver uma cerrada coordenação entre os EM e, notadamente, entre os O Com das unidades. A U substituta utilizará, após a assunção de comando, todos os sistemas de comunicações da U substituída, sem comprometimento da fisionomia da frente. Sempre que possível, o pessoal de comunicações deverá ser substituído antes dos elementos de combate.

4) Reconhecimento - Todo o esforço deve ser feito no intuito de um completo reconhecimento, diurno, pelo Cmt R C Mec, membros do seu EM e todos os Cmt de elementos operacionais envolvidos na substituição. Os reconhecimentos devem incluir:

a) o terreno à frente da posição;

b) as instalações defensivas;
c) os itinerários de substituição;
d) as zonas de reunião; e
e) as posições das armas coletivas.

5) Segurança - É feito o máximo esforço para impedir que o inimigo tome conhecimento da substituição. Além de executar a substituição à noite ou durante os períodos de visibilidade reduzida, são observadas algumas medidas de segurança:

a) as atividades normais na área de operações são mantidas durante a substituição. A U que substitui mantém os fogos de inquietação e interdição, patrulhas, tráfego de comunicações e movimentos anteriormente empregados pela U que sai.

b) são adotadas restrições quanto ao valor dos destacamentos avançados e dos de reconhecimento da U que substitui. Tais destacamentos deslocam-se para a área de operações por infiltração.

c) as redes de comunicações da U substituída são utilizadas até que a operação de substituição seja completada.

d) os registros e o repertório de tiros da U que substitui são coordenados pela U que é substituída, até que se realize a passagem do comando.

e) um plano integrado de dissimulação é executado, tanto pela U que substitui como pela U substituída.

f) a defesa antiaérea fica permanentemente em alerta e em condições de atuar durante a substituição.

6) Controle de movimento - A U substituta e a U substituída estabelecem um único comando de trânsito, para o controle das U que se deslocam para dentro e para fora da área. Isso inclui:

a) itinerários a serem utilizados e prioridades para seu uso;
b) responsabilidade pelo controle do trânsito;
c) localização de Z Reu;
d) fornecimento de guias para as unidades que substituem; e
e) utilização comum dos meios de transporte.

7) Informações - A U substituída transfere para a U que a substitui todas as informações relacionadas com o inimigo e com a área de operações e outras informações adicionais necessárias à U que substitui.

8) Troca de equipamentos

a) Em razão das dificuldades na colocação apropriada das armas durante a noite, o comandante da unidade substituída e do Rgt acertam a troca de armas que não podem ser facilmente removidas ou são necessárias para assegurar o emprego eficiente dos fogos.

b) Como alternativa, os reparos das metralhadoras pesadas e as placas - base dos morteiros podem ser trocados. A troca é na base de arma por arma. A autorização para estas trocas deve ser incluída na ordem de substituição do comandante do escalão imediatamente superior.

c) A U substituída deixa na posição os suprimentos volumosos e em excesso, tais como munições, materiais de fortificação de campanha, fios de telefone já lançados e outros suprimentos e equipamentos de difícil remoção.

9) Apoio logístico - Com relação ao Ap Loj as U substituta e substituída coordenam o seguinte:

a) transferência de suprimento;

b) uso das instalações;

c) transferência de prisioneiros de guerra;

d) controle de refugiados;

e) desdobramento dos órgãos de serviço;

f) uso dos meios de transporte; e

g) controle de trânsito.

(c) Planejamento simultâneo

1) O R C Mec e a unidade substituída expedem ordens de operações determinando as substituições de acordo com os procedimentos coordenados na fase de planejamento.

2) Antes da expedição de ordens de operações, são distribuídas ordens fragmentárias às subunidades subordinadas, para permitir o planejamento simultâneo em todos os escalões interessados.

3) Quando o R C Mec substitui unidades de natureza diferente (BI Mtz, FT BIB e FT RCC), o planejamento deve incluir a adaptação do dispositivo adotado pela U substituída aos meios disponíveis no R C Mec.

(3) Execução

(a) Seqüência da substituição

1) A substituição na posição é executada em etapas, para garantir a eficiência da defesa durante a operação.

2) As reservas podem ser substituídas em primeiro lugar, seguidas pela substituição dos elementos avançados, ou vice-versa.

3) Normalmente, quando a maioria das forças está desdobrada no limite anterior da área de defesa avançada (LAADA), a substituição é conduzida da frente para a retaguarda.

4) A possibilidade de o inimigo descobrir ou interferir na operação, aliada às características da região de operações e ao prazo disponível para execução da substituição, são os fatores que o Cmt Rgt considera na escolha do processo de substituição dos elementos desdobrados no LAADA.

5) O processo de substituição dos elementos desdobrados no LAADA poderá ser conduzido como a seguir se especifica:

a) quando duas SU estão desdobradas à frente, a substituição de uma delas deverá ser completada antes de se iniciar a substituição da seguinte;

b) quando três SU forem desdobradas à frente, a substituição das duas de flanco deve ser feita simultaneamente, seguida pela substituição da SU do centro. Dependendo das circunstâncias, poder-se-á inverter esta ordem;

c) substituição simultânea de todas as SU desdobradas à frente da posição.

(b) Conduta da substituição

1) As forças substituta e substituída são vulneráveis durante a execução da substituição. Medidas apropriadas de contra-informação são empregadas para evitar que a operação seja revelada, incluindo a continuidade de atividades normais tais como fogos de apoio, utilização do rádio, tráfego de veículos, o emprego do radar e outras.

2) Os fogos da unidade substituída e da unidade substituta devem assegurar o sucesso da operação e neutralizar a reação do inimigo, no caso da operação ser descoberta. Antes do início da operação, os fogos das armas de apoio (orgânicas das unidades ou da artilharia em apoio) deverão prosseguir na realização de suas missões de tiro de modo a não fornecer indícios ao inimigo das atividades que estão sendo executadas na substituição.

3) Um esquema cuidadoso das substituições a serem executadas pelas SU subordinadas deve ser elaborado pelo comandante do R C Mec, a fim de reduzir ao mínimo o movimento de tropas na área de operações.

4) A situação tática, normalmente, impõe o momento da substituição. Na maioria dos casos, deverá ser conduzida em período de escuridão.

5) As substituições durante as horas de luz são, sempre que possível, evitadas. Contudo, a fumaça pode ser empregada no local ou sobre observatórios inimigos para cobrir a visibilidade sobre a operação.

6) A substituição é conduzida tão rapidamente quanto possível, para assegurar o controle e o sigilo. A U substituída fornece segurança e vigilância durante a execução da operação.

7) A coordenação com as U vizinhas e de apoio é de responsabilidade da unidade substituta.

8) O R C Mec não designa Z Reu para escalões menores que subunidade. As Z Reu das SU são separadas o mais possível para diminuir a vulnerabilidade aos fogos inimigos. A Z Reu avançada do Rgt, e as Z Reu das SU podem ser substituídas por pontos de liberação das SU e por pontos de liberação dos Pel (Fig 8-1), respectivamente. A permanência excessiva dentro da Z Reu é evitada.

9) Os Fuz Bld, os exploradores e os elementos das peças de apoio desembarcam o mais à frente possível, assegurando-se não comprometer o sigilo da operação e deslocam-se a pé para ocupar as posições. As VBR deslocam-se para a frente após completada a substituição pelas tropas desembarcadas.

10) As VBR podem ser substituídas, individualmente ou por seções. Em razão das dificuldades na colocação apropriada das armas durante a noite, os Cmt U substituída e substituta acertam a troca de armas que não podem ser facilmente removidas ou necessárias para assegurar o emprego eficiente dos fogos. A troca a ser realizada é na base de arma por arma e a autorização para essas trocas deve ser incluída na ordem de substituição do comandante do escalão imediatamente superior.

11) Os R C Mec a serem substituídos poderão retrair suas VBR, por infiltração, antes da substituição, de modo que tais ações não comprometam a operação.

12) Durante a substituição, os Cmt de cada escalão justapõem os seus postos de comando ou postos de observação aos da força substituída.

13) Quando da passagem de comando, o comandante do RCMec substituto assume o controle de todas as subunidades no setor, inclusive daquelas que ainda não foram substituídas.

14) Se ocorrer um ataque, antes de o Cmt R C Mec ter assumido a responsabilidade do setor, os elementos da unidade já desdobrados passam ao

controle operacional da unidade a ser substituída, para fazer face à ação inimiga.

15) As mudanças na organização da defesa, desejadas pelo comandante do R C Mec que realiza a substituição, somente serão iniciadas após a troca de responsabilidades no setor.

16) A U substituída deixa na posição os suprimentos volumosos e em excesso, tais como munições, materiais de fortificação de campanha, fios de telefone e outros suprimentos e equipamentos de difícil remoção.

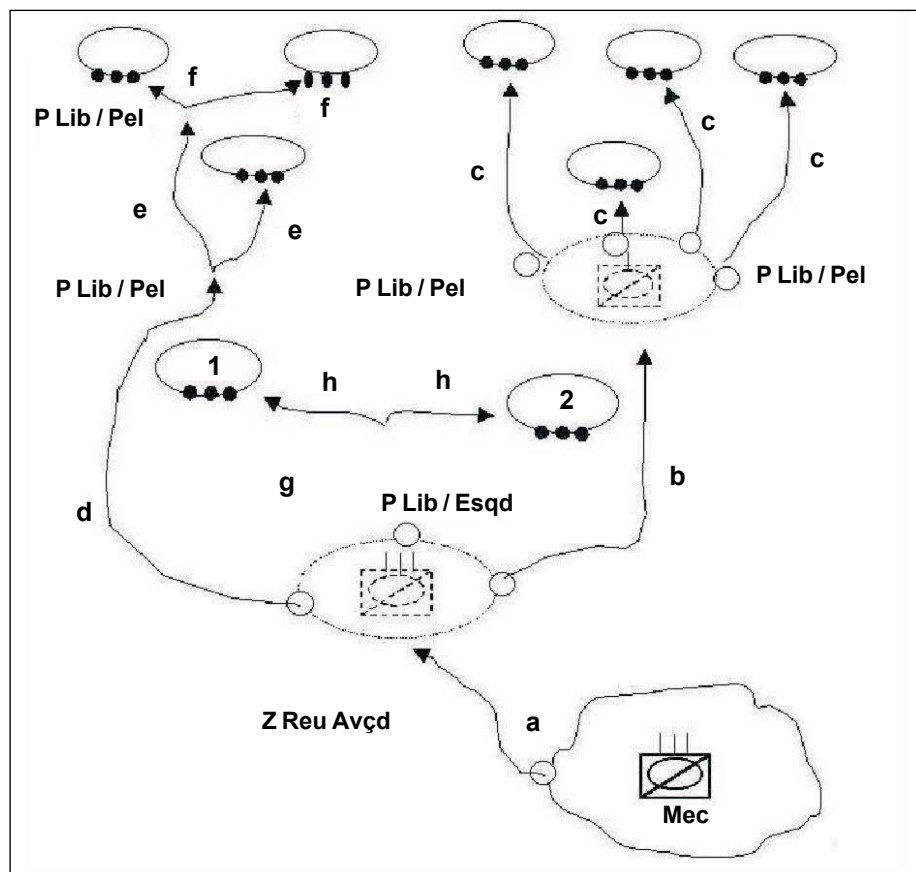



Fig 8-1. Substituição em posição executada pelo R C Mec

c. Transferência de responsabilidades dos campos minados

(1) A transferência de responsabilidade de um campo minado de um Cmt para outro é feita através de um relatório.

(2) O relatório de transferência deve ser assinado por ambos os Cmt e deve incluir um certificado onde o comandante do elemento substituto atesta que lhe foi mostrado no terreno, ou de outra maneira, todas as minas dentro de sua zona de responsabilidade, assumindo a completa responsabilidade pelas mesmas.

(3) Esta transferência inclui os campos de proteção local, bem como os campos de minas ordenados pelo Esc Sp.

(4) O relatório de transferência é remetido ao escalão imediatamente superior que tenha autoridade sobre ambos os comandantes das forças que participaram da substituição.

d. O R C Mec na ultrapassagem

(1) Generalidades

(a) Ultrapassagem é uma operação na qual uma U ataca através de outra que se encontra em contato com o inimigo.

(b) O R C Mec executa uma ultrapassagem para substituir uma unidade desgastada ou desfalcada, para prosseguir ou iniciar um ataque ou para mudar o ritmo de uma operação.

(c) A ultrapassagem pode ser necessária para manter a impulsão de um ataque ou para explorar uma vulnerabilidade da posição inimiga.

(d) A ultrapassagem exige planejamento cuidadoso e coordenação cerrada entre as U que participam da operação.

(e) Os elementos da U ultrapassada permanecem em posição e apoiam a U que ultrapassa até que seus fogos se tornem ineficazes. A U ultrapassada pode permanecer em posição ou ser empregada em outra ação.

(f) A U em contato provê todo o apoio possível ao R C Mec que vai ultrapassá-la.

(2) Planejamento

(a) Generalidades

1) As normas de planejamento de uma ultrapassagem são semelhantes às da substituição em posição.

2) O Cmt e o EM do R C Mec que recebe uma ordem preparatória para uma operação que exija ultrapassagem ligam-se, o mais cedo possível, com a U a ser ultrapassada.

3) O PC do Rgt deve ser estabelecido nas vizinhanças do PC da U a ser ultrapassada.

4) Imediatamente após o recebimento da ordem preparatória, os elementos que vão realizar a ultrapassagem e os que estão em contato organizam uma reunião de planejamento para acertarem os pormenores da operação.

(b) Coordenação - Durante o planejamento, os pormenores abaixo especificados devem ser coordenados pelos Cmt e EM das unidades envolvidas na operação.

1) Troca de informações - As U em contato fornecem todos os informes possíveis, do inimigo e do terreno, para a U que vai realizar a ultrapassagem. Estes informes devem incluir o valor, dispositivo, composição das forças inimigas e a localização dos blindados, armas anticarro e obstáculos inimigos.

2) Troca de planos táticos - São executadas entre as U participantes da operação, inclusive dos planos de comunicações.

3) Reconhecimento

a) Um completo reconhecimento deve ser feito pelo Cmt e EM, bem como pelos Cmt de SU e de Pel, da U que vai ultrapassar. O reconhecimento deve abranger os itinerários para os locais de ultrapassagem, o local em si mesmo e a localização das tropas em posição.

b) O Rec visual deve ser feito da área avançada da posição, podendo ser utilizadas aeronaves neste reconhecimento.

c) Durante o reconhecimento, deve-se tomar o cuidado de não alertar o inimigo, oferecendo indicações de que uma ultrapassagem será realizada. Para isto, pode ser necessário limitar o número e os efetivos do reconhecimento e empregar veículos terrestres e aeronaves das unidades em contato.

4) Segurança

a) Deve ser feito o máximo esforço para evitar que o inimigo tome conhecimento da ultrapassagem.

b) O movimento, através das posições, deve ser conduzido à noite, o que exige um estrito controle e reconhecimento antecipado, além da existência de guias até o escalão Pel.

c) O fogo de artilharia deve ser empregado, durante o movimento, para encobrir o barulho dos veículos.

d) Se o movimento através das posições for conduzido durante o dia, a fumaça pode ser empregada sobre os P Obs identificados e à frente das posições inimigas.

e) Enquanto a ultrapassagem está se realizando, a concentração de tropa apresenta um excelente alvo para o inimigo. Assim, a ultrapassagem deve ser realizada o mais rapidamente possível. Durante o período de concentração de tropa, medidas de defesa passiva contra ataques aéreos devem ser tomadas.

5) Seleção das áreas de ultrapassagem

a) Normalmente, as áreas selecionadas para ultrapassagem não devem estar ocupadas, mas localizadas entre os elementos da U em posição ou em seus flancos.

b) Este procedimento reduz a vulnerabilidade que se cria quando uma U ultrapassa diretamente através de posições ocupadas por outras tropas. A área de ultrapassagem nada mais é do que uma faixa de terreno a ser utilizada para a ultrapassagem, compatível com o escalão que ultrapassa e previamente reconhecida, na qual a tropa que ultrapassa o faz sem perda de tempo e sem ocupar a área. A área de ultrapassagem não exclui a posição de ataque.

c) Pode ser necessário que a U em contato reajuste seu dispositivo, a fim de permitir uma ultrapassagem mais satisfatória.

6) Prioridade para utilização de itinerários e áreas

a) O comando que dirige a ultrapassagem, normalmente, estabelece uma prioridade nas estradas e em determinadas áreas. Um plano de circulação e controle de trânsito, anexo ao plano de ultrapassagem, deve ser elaborado.

b) O R C Mec que vai ultrapassar deve ter prioridade para utilização de itinerários que conduzam à área da unidade que está sendo ultrapassada.

c) Informes completos sobre as estradas a serem utilizadas e áreas a serem ocupadas devem ser difundidos o mais cedo possível.

d) Os itinerários estabelecidos, para os deslocamentos através da posição, devem ser bem sinalizados e controlados. O ideal é que o R C Mec e a U em contato proporcionem guias até o escalão pelotão.

e) O controle do trânsito na área do elemento ultrapassado é da responsabilidade deste, até que a responsabilidade pela Z Aç seja transferida para o Rgt que ultrapassa.

7) Passagem do comando

a) A hora e as condições em que a responsabilidade pelo controle da zona de ação é transferida ao comandante do regimento que executa a ultrapassagem devem resultar de um acordo entre os dois comandantes interessados ou serem determinadas pelo Esc Sp.

b) Normalmente, o comandante do R C Mec que ultrapassa assume responsabilidade pela Z Aç na hora do ataque. A responsabilidade pela zona de ação pode ser transferida na ocasião do desencadeamento dos fogos de preparação, ou mais cedo, mediante ordem do comando que determinar a ultrapassagem ou acordo entre as Unidades.

c) Em princípio, o Cmt U em contato exerce o controle operacional sobre os elementos do R C Mec em sua Z Aç, até que a responsabilidade por essa área passe para o comandante que realiza a ultrapassagem. Nessa ocasião, o Cmt Rgt assume o controle das operações táticas de ambas as forças até que seja completada a ultrapassagem.

8) Apoio ao combate e logístico

a) O elemento em contato proporciona todo o apoio ao R C Mec, particularmente em relatórios de campos de minas, fornecimento de guias, apoio de fogo e outros apoios de combate.

b) Os elementos de apoio de fogo das U em contato são, normalmente, integrados no plano de apoio de fogo do Rgt que vai realizar a ultrapassagem.

c) O O Lig Art, os OA e o oficial de ligação aérea do regimento devem manter contato com seus correspondentes para a troca de informações e tomar conhecimento dos pormenores do plano de apoio de fogo.

d) Devido aos problemas de controle de segurança da tropa que ultrapassa, apenas os meios de fogos indiretos da U em contato devem ser empregados para apoiar a U que ultrapassa.

e) Dentro de suas possibilidades, a U que está sendo ultrapassada fornece o Ap Log para o regimento durante e imediatamente após a ultrapassagem. Este apoio pode incluir o serviço de saúde, a condução de prisioneiros de guerra, o controle de trânsito, o controle de extraviados e auxílio no manuseio de mortos mas, normalmente, não inclui o apoio de suprimentos de classes III e V.

f) Havendo necessidade, e dentro das possibilidades da U substituída em prestar apoio, áreas de reabastecimento, dentro e fora das posições, são reconhecidas pelo pessoal do R C Mec, auxiliado pelos guias fornecidos pelas U em contato.

9) Outras coordenações

a) Limpeza e marcação de brechas através de campos minados e obstáculos amigos, para permitir uma rápida ultrapassagem, são executados pela U que está sendo ultrapassada.

b) O R C Mec deve providenciar seu próprio pessoal de controle para as brechas ou desfiladeiros, a fim de fiscalizar cada SU.

c) Planos de dissimulação para manter o sigilo e facilitar a obtenção da surpresa, devem ser realizados entre as U envolvidas na ultrapassagem.

(3) Execução da ultrapassagem

(a) Os elementos do R C Mec iniciam seus deslocamentos da posição da retaguarda para a linha de partida na ocasião prevista. Cuidadosos cálculos de marcha devem ser feitos para que as subunidades ataquem na hora determinada, sem necessidade de usar posições de ataque. Este procedimento reduz ao mínimo o tempo durante o qual as duas unidades ficam concentradas na área avançada. Não se deve, contudo, abdicar das vantagens fornecidas pela adoção de P Atq sem um meticuloso planejamento, notadamente se a Ultr precede um Atq Coor.

(b) Em algumas situações, é preferível deslocar as reservas da unidade em contato para Z Reu à retaguarda, imediatamente antes do início da ultrapassagem, para reduzir a densidade de tropas durante a operação. Tal procedimento, normalmente, é prescrito pelo comando que ordena a ultrapassagem.

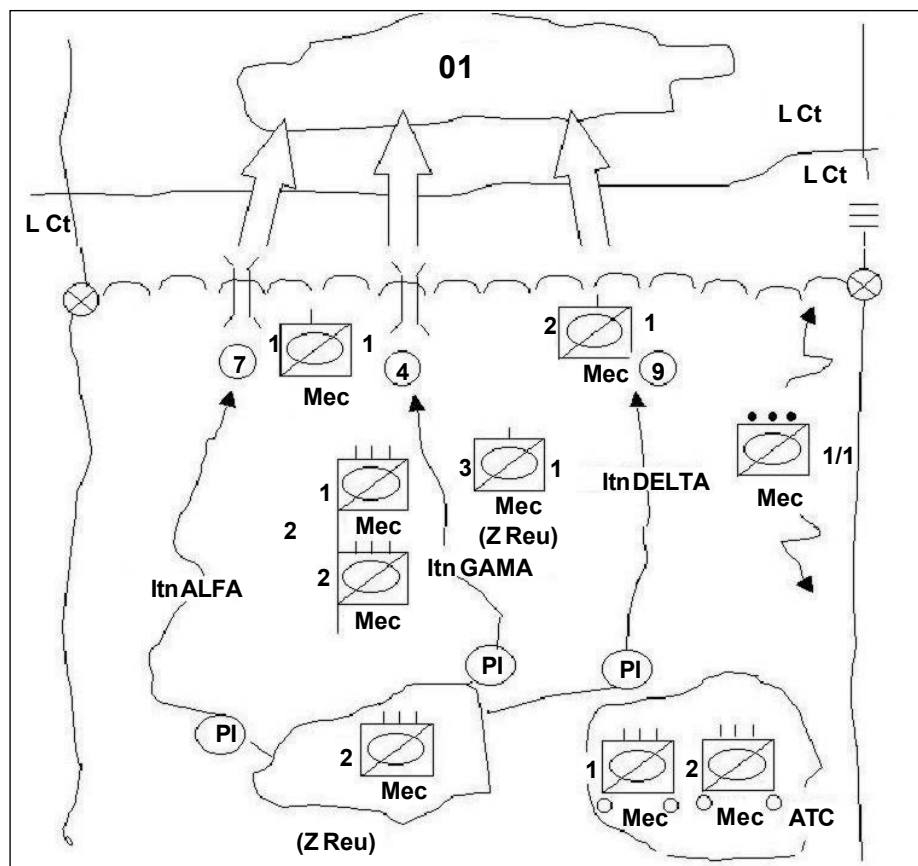



Fig 8-2. O R C Mec na ultrapassagem de outro R C Mec

e. O R C Mec no acolhimento

(1) Generalidades

(a) É a operação na qual uma força, em Mvt Rtg, passa através da Z Aç de outra que ocupa posição defensiva e/ou retardadora à sua retaguarda. A força acolhida, para tanto, realiza um retraimento através de uma posição.

(b) Esta operação é utilizada quando se deseja substituir uma força que esteja demasiadamente empenhada ou se encontra muito desfalcada. Pode também ocorrer como parte de um Mvt Rtg ou para permitir o retraimento de uma força que deva cumprir uma outra missão.

(c) O acolhimento pode ocorrer com ou sem contato com o inimigo. Quando conduzido em contato com o inimigo, o contato perdurará até que as forças que retraem se coloquem sob a proteção dos fogos do elemento que executa o acolhimento.

(d) Após acolhida, a U que retrai poderá:

1) deslocar-se para área de repouso, a fim de reorganizar-se ou passar por outro período de instrução;

2) cobrir o retraimento de outra unidade, quando integrando escalão que executa uma ação retardadora em posições alternadas;

3) deslocar-se para outra área, a fim de ser empregada em nova missão.

(e) Neste parágrafo, trata-se de um R C Mec como força acolhida. Considera-se que a força realiza, no quadro da operação de acolhimento, um retraimento através de uma posição.

(f) Os Cmt e as tropas que participam destas operações devem estar familiarizados com todos os pormenores do plano de operações.

(2) Planejamento

(a) Coordenação

1) Nenhum Cmt, seja o que retrai, seja o que se encontra em posição, exerce o comando sobre o outro, mas cada força pode apoiar a outra pelo fogo e pela manobra.

2) Após ter recebido a ordem preparatória, o comandante e o EM do Rgt estabelecem ligações com seus correspondentes da unidade em posição para coordenar o planejamento da operação. O pessoal de ligação é responsável direto pela coordenação dos pormenores da mesma. A troca de elementos de ligação é feita até o nível Pel.

3) Um plano pormenorizado de reconhecimento deve ser preparado e cuidadosamente coordenado entre a unidade a ser acolhida e a que se encontra em posição.

(b) Seleção das áreas de passagem

1) Sempre que possível, as áreas ou pontos selecionados para a passagem das tropas que retraem devem estar desocupados e localizados entre os elementos da U em posição, ou em flancos.

2) O dispositivo na posição defensiva, os planos de fogos, a segurança, a vulnerabilidade e a missão subseqüente do R C Mec devem ser levados em conta na seleção das áreas ou pontos de passagem.

3) A vulnerabilidade aos ataques do inimigo pode ser reduzida pela seleção de áreas ou de pontos que possibilitem ao Rgt passar pelos flancos,

ou áreas desocupadas da unidade em posição.

(c) Itinerário de retraimento

1) O R C Mec utiliza vários itinerários de retraimento e evita a utilização de Z Reu ou paradas no interior da posição da U que faz o acolhimento.

2) O Rgt deve ter prioridade nos itinerários e na utilização das instalações.

3) Quando possível, os itinerários de retraimento, particularmente para elementos de VBR, devem evitar locais organizados da posição defensiva (núcleos de defesa).

4) O Cmt Rgt é responsável pelo controle de tráfego à frente da posição defensiva. O Cmt F em posição é responsável pelo controle do tráfego à retaguarda de sua área.

(d) Assunção da zona de ação

1) A hora e as condições em que a responsabilidade pelo controle da Z Aç é transferida para o comandante da unidade em posição são determinadas por entendimentos entre os dois Cmt interessados ou fixadas pelo Esc Sp.

2) Na ação retardadora, a responsabilidade pela zona de ação, por parte do comandante da força que retrai, termina por ocasião de seu acolhimento na posição. A cooperação e a coordenação são essenciais para que o retraimento se processe em boas condições.

3) Normalmente, em um retraimento através de uma posição à retaguarda, o Cmt da U em posição assume a responsabilidade pelo controle da Z Aç no momento em que a tropa que retrai atinja uma linha de segurança de apoio de artilharia ou uma linha de controle designada. Pode ser também a uma hora pré-determinada, com a desvantagem de talvez se tornar uma vulnerabilidade devido às flutuações do combate.

(e) Apoio ao combate e apoio logístico

1) O R C Mec deve receber todo o apoio por parte da U em posição.

2) Os fogos devem ser coordenados entre as duas forças participantes das operações. O apoio de fogo prestado pela unidade em posição é de grande importância, especialmente com relação à cobertura a ser dada aos destacamentos deixados em contato com o inimigo.

3) Áreas de abastecimento devem ser escolhidas à retaguarda dos elementos que farão o acolhimento (Aclh), para proporcionar abastecimento de emergência, quando necessário. As prioridades devem ser previamente definidas; em princípio, a U acolhida deverá ter, após o Aclh, a oportunidade para ressuprimento em melhores condições (seja em Z Reu, seja em Inst do Esc Sp, para o caso de emprego imediato). A fim de acelerar a consecução do acolhimento (segurança) e preservar a U que acolhe e que passa para o primeiro escalão, para cumprir as missões subseqüentes, não é conveniente utilizar as Inst Log da U em posição, salvo para emergências (por exemplo Mnt Vtr).

4) Os Itn Ret devem ser selecionados de modo a permitir o emprego de todas as armas da P Def, nas melhores condições possíveis.

(3) Medidas de coordenação e controle

(a) Um rigoroso controle é necessário para seja possível a realização de um retraimento ordenado, através de uma posição.

(b) As medidas por meio das quais a operação deve ser controlada

e coordenada são previstas pelo escalão superior ou acertadas entre os Cmt interessados.

(c) Qualquer alteração das medidas de controle planejadas deve ser coordenada entre as unidades envolvidas e levadas ao conhecimento de todos os elementos interessados.

(d) As medidas de coordenação e controle, normalmente usadas, são: os pontos de ligação, os pontos de passagem, os itinerários de retraimento, a hora de passagem e os sinais de reconhecimento.

(e) Pontos de ligação

1) Neste tipo de operação, pontos de ligação são designados pelo comando que enquadra unidades ou por combinação entre os Cmt envolvidos na operação.

2) Para assegurar uma perfeita coordenação entre as duas unidades, um ponto de ligação principal e outro alternativo devem ser designados em cada setor de SU. Estes pontos são efetivados pelos elementos de ligação e são localizados dentro do alcance das armas do limite anterior da área de defesa avançada e/ou posição de retardamento, particularmente os canhões das VBR, Mrt, Mtr e Lç Gr.

3) Os elementos da área de defesa avançada ou posição de retardamento enviam uma patrulha de ligação, equipada com rádio, e guias para o ponto de ligação.

(f) Pontos de passagem

1) Estes pontos de controle específicos são localizados no limite anterior da área de defesa avançada ou posição de retardamento, e através deles as forças são acolhidas. Devem ser reconhecidos pelas forças que retraem.

2) Os pontos de passagem são também empregados para proporcionar um meio de referenciar locais específicos e informações para o controle das U.

3) Os guias das U que realizam o acolhimento, normalmente, encontrarão os elementos que executam o retraimento no ponto de ligação e os guiarão através dos pontos de passagem sobre o limite anterior da área de defesa avançada ou posição de retardamento, e daí para retaguarda da unidade.

4) Estas ações são coordenadas pelos elementos de ligação, patrulhas ou destacamentos de ligação (na base de uma esquadra por Itn Ret valor Pel), das duas U.

(g) Itinerários de retraimento

1) São caminhos designados através da posição à retaguarda e que facilitam um retraimento ordenado e contínuo. São necessários em função da existência de passagem ou brecha na zona de obstáculos à frente e no interior da P Def e Pos armas/ espaldões na ADA.

2) No interior da posição, é obrigatório que as tropas se mantenham sobre os itinerários prescritos.

(h) Hora da passagem

1) A hora da passagem é designada pelo Cmt que ordenou a operação. Horas específicas são designadas para cada SU.

2) Um representante da U que retrai, com rádio, precederá a U de marcha no ponto de passagem. Estes representantes informam à U o número de veículos que estão retraindo e a identificação do último veículo a retrair.

(i) Sinais de reconhecimento

1) São incluídos na ordem de operação e devem ser baseados nas instruções para a exploração das comunicações e eletrônica (IE Com Elt) e nas normas gerais de ação das U interessadas.

2) Os sinais de reconhecimento são acertados pelas duas U. Normalmente, os sinais de reconhecimento cobrem tanto o retraimento diurno quanto o noturno.

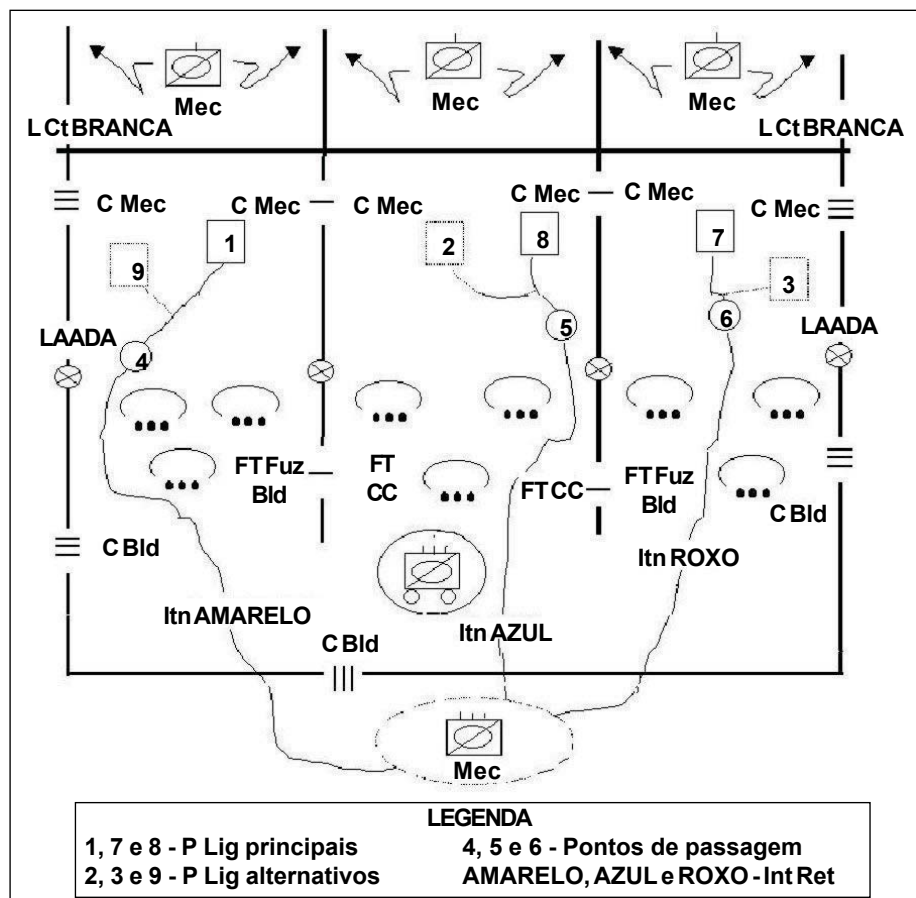



Fig 8-3. O R C Mec acolhido pelo RCB

(4) Execução do retraimento

(a) Na hora prevista, os elementos do R C Mec iniciam o deslocamento para retaguarda. Sempre que possível, o Rgt inicia e termina esse deslocamento durante períodos de visibilidade reduzida, evitando utilizar Z Reu, principalmente dentro da Z Aç da U que acolhe, e deter-se na área de retaguarda da U em posição, uma vez que isto provoca um desnecessário aumento de densidade de tropas na área de operação.

(b) O Cmt da U em posição designa e controla vários itinerários para obter a necessária dispersão e para acelerar o movimento do Rgt.

(c) O Cmt Rgt é responsável pela identificação do último elemento de sua organização a passar através da U em posição.

(d) A fim de reduzir a densidade de tropas durante o acolhimento, é conveniente retrair em primeiro lugar os elementos de apoio logístico, a reserva se houver, e os elementos de comando não essenciais e, posteriormente, os demais elementos de comando e de combate.

(e) No retraimento através de posição defensiva de um escalão imediatamente superior, o regimento é responsável pelo controle do trânsito à frente da área de segurança do escalão considerado; a U em posição é responsável pelo controle do trânsito da posição para a retaguarda; e o escalão superior, pelo controle de trânsito do regimento desde o limite de retaguarda da unidade em posição até a área de reunião ou nova posição da força-tarefa.

ARTIGO III

OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

8-5. GENERALIDADES

Das operações relacionadas e classificadas como operações complementares, a que diz respeito mais diretamente ao R C Mec é a operação de junção.

8-6. JUNÇÃO

a. Generalidades

(1) A operação de junção compreende o estabelecimento do contato físico entre duas forças terrestres amigas em operações. Tal encontro pode ocorrer em operações aeroterrestres, anfíbias ou aeromóveis, na substituição de uma unidade isolada, para estabelecer ligações com forças de infiltração, na ruptura de um cerco inimigo, para reunir forças divididas, na convergência de forças independentes ou no encontro com forças de guerrilha amigas.

(2) O R C Mec pode participar de operações de junção integrando uma força maior ou pode executá-la com seus próprios meios. É importante enfatizar, entretanto, que a tropa C Mec não é a mais apta a conduzir tal operação devido à impulsão ofensiva necessária que deve ter a tropa que realiza a junção, pois o fator tempo é, normalmente, crítico numa operação de junção.

b. O R C Mec na junção

(1) Generalidades

(a) O planejamento da operação deve assegurar estreita coordenação de esforços das forças envolvidas na junção. O planejamento é coordenado com antecedência, incluindo a troca de informações entre as duas forças.

(b) As seguintes considerações são de interesse no planejamento de operações de junção:

1) relações e responsabilidades de comando;
2) ligações de comando e de estado-maior;
3) sistema de reconhecimento;
4) coordenação dos esquemas de manobra;
5) medidas de coordenação de fogos;
6) coordenação dos planos de comunicações; e
7) ações que se seguem à junção.

(2) Relações e responsabilidades de comando

(a) O comando que dirige a junção estabelece as relações e as responsabilidades de comando das duas forças.

(b) As relações de comando das forças envolvidas na operação de junção devem ser estabelecidas antes da operação, com definição clara de responsabilidades.

(c) Após a junção, as duas forças podem se grupar e formar uma única, sob controle de um dos comandantes; ou ambas podem permanecer sob o controle de um comandante superior.

(3) Ligações de comando e de estado-maior

(a) As ligações de comando e de EM entre as duas forças são essenciais. Deve ser estabelecida, inicialmente, durante a fase de planejamento e mantida durante a operação.

(b) À medida que a junção se torna iminente, pessoal de ligação adicional é trocado. Isso assegura coordenação de fogos e de quaisquer modificações nos planos táticos.

(c) Quando a operação envolve a junção com forças aliadas ou guerrilhas amigas, devem ser feitas prescrições relativas a intérpretes ou oficiais de ligação com suficiente conhecimento da língua a ser utilizada.

(d) Os meios aéreos podem facilitar as ligações.

(4) Sistema de identificação mútua

(a) O plano de identificação mútua, estabelecido pela IEComElt da Op é estabelecido pormenorizadamente para evitar a possibilidade de hostilidades entre as forças amigas ou que uma seja atingida pelos fogos de outra.

(b) Este plano inclui, normalmente, o emprego de artifícios pirotécnicos, painéis, marcação de viaturas, dispositivos coloridos, fumaças coloridas, meios infravermelhos, radar, sinais por gestos, senhas e contra-senhas, tudo com a finalidade de determinar a identificação amigo-inimigo.

(c) O plano de comunicações inclui os canais para comunicação rádio entre as duas forças. Deve prescrever os procedimentos de identificação a serem usados durante o dia e à noite, ou durante condições de reduzida visibilidade, incluindo, principalmente, os meios alternativos.

(5) Coordenação dos esquemas de manobra

(a) Os esquemas de manobra devem ser permutados e medidas de controle estabelecidas com antecedência, pelas forças que participam da junção. Tais medidas compreendem, entre outras:

1) pontos de junção;
2) limites;
3) eixos de progressão; e
4) objetivos.

(b) Poderão ser empregadas, também, linhas de controle, para facilitar o controle e localização da força.

(6) Medidas de coordenação de fogos

(a) A coordenação de fogos é obtida pela troca de planos de apoio de fogo e pelo emprego de medidas de controle, tais como:

1) linha de segurança de apoio de artilharia (LSAA);

2) linha de coordenação de fogos (LCF);

3) linha de coordenação do apoio de fogo (LCAF).

(b) As medidas de coordenação de fogos são estabelecidas pelo comando que dirige a operação.

(c) Após a junção, a responsabilidade pela coordenação do apoio de fogo, para as forças como um todo, deve ser claramente estabelecida. A responsabilidade por tal coordenação é, normalmente, atribuída ao comandante mais graduado na área ou à força que tenha interesse principal nas operações que se seguem à junção. O comando que dirige a junção designará o comandante que assumirá essa responsabilidade.

(7) Ações que se seguem à junção

(a) Medidas a serem tomadas após a junção devem ser estabelecidas com antecedência.

(b) Realizada a junção com a força estacionária, a força de junção pode reforçar ou assumir a defesa da área, prosseguir no ataque em coordenação com a força estacionária, ultrapassar ou contornar essa força e continuar o ataque para objetivos mais distantes. Serão baixadas prescrições para a substituição ou ultrapassagem, sempre que necessárias.

(c) Planos alternativos são elaborados, consonantes com os elaborados pelo Esc Sp, tendo em vista a possibilidade de ficar a força de junção incapacitada de atingir a força estacionária no tempo determinado. Em tal contingência, os planos devem prever o apoio de fogo, cobertura (F Ae) e suprimento aéreo para a força estacionária.

(8) Junção de uma força em deslocamento com uma força estacionada

(a) Generalidades

1) A fase inicial de uma operação de junção é executada como uma operação ofensiva, começando, normalmente, por um Apvt Exi, a partir da Res do Esc Sp, a fim de preservar seu P Cmb e sua capacidade de cumprir a missão. A realização de um ataque, precedendo a operação de junção em si, pode não ser desejável no caso do R C Mec, que não é a tropa mais apta ao cumprimento de missão. Após o rompimento da posição inimiga, a força de junção lança-se em busca do contato com a força isolada.

2) Ao se aproximar o momento da junção das duas forças, a operação assume características peculiares, que a diferenciam das operações ofensivas normais. A coordenação e o controle são intensificados por meio de restrições impostas às forças atacantes.

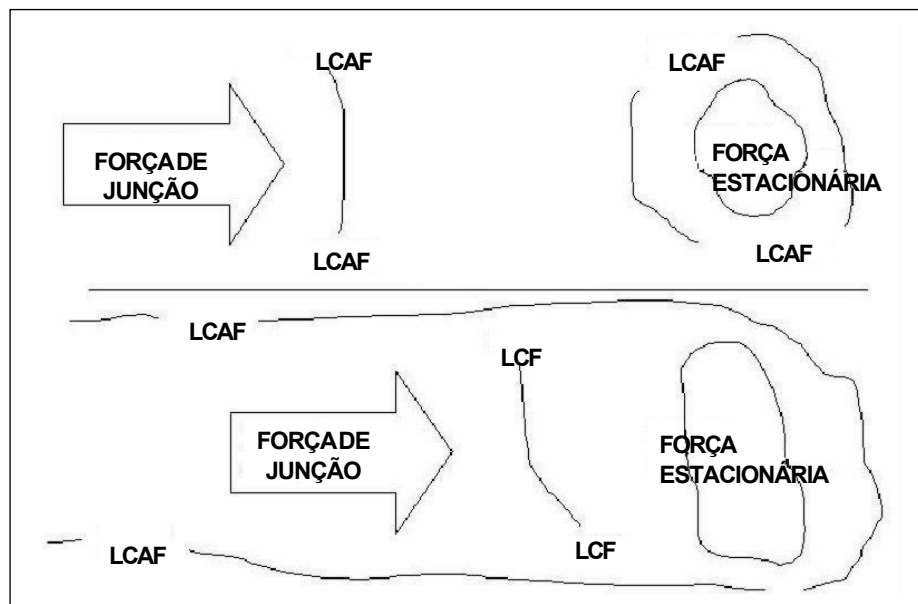



Fig 8-4. Fase inicial de uma junção

(b) Pontos de junção

1) Para evitar os riscos de um combate entre forças amigas, pontos de junção são selecionados. Neles o contato físico entre as forças deve ocorrer.

2) Os pontos de junção devem ser facilmente identificáveis por ambas as forças e em número suficiente para atender possíveis modificações na manobra, localizam-se onde os eixos de progressão da força de junção interceptam a linha ao longo da qual os elementos de segurança da força estacionária estão localizados.

3) Pontos alternativos devem ser estabelecidos, uma vez que a ação inimiga pode forçar a junção em locais diferentes dos planejados.

4) O número de pontos de junção estabelecidos depende da possibilidade da força estacionária, do número de itinerários utilizados pela força de junção, da natureza do terreno e das ameaças inimigas.

5) As tropas que guarnecem os pontos de junção, bem como os elementos que realizam o contato com as mesmas, devem estar familiarizadas com as normas para identificação mútua e com os planos para a rápida passagem da força em progressão.

(c) Junção propriamente dita

1) O apoio da força estacionária à força de junção, dentro do esquema de manobra, inclui o fornecimento de guias e a previsão de zonas de reuniões para a reorganização da força de junção.

2) São abertas trilhas e brechas através das barreiras.

3) Guias fornecidos pela força estacionária auxiliam o controle do

trânsito para o interior das posições de defesa.

4) A força de junção é informada sobre os campos de minas e outros obstáculos existentes.

(d) Linhas de coordenação de fogos e de coordenação do apoio de fogo.

1) Para evitar perdas nas forças amigas, a linha de coordenação de fogos é estabelecida, coordenando os fogos, tanto da força de junção como da força estacionária.

2) Nenhuma das forças pode desencadear fogos além das linhas estabelecidas, sem uma liberação prévia por parte da outra força.

3) À medida que a junção se torna iminente, a linha de coordenação de fogos é deslocada, a fim de permitir o máximo de liberdade de ação à força de junção.

4) O comando que dirige a operação estabelece linhas de coordenação de apoio de fogo para as forças. As linhas de coordenação do apoio de fogo são independentes, nos estágios iniciais; no entanto, à medida que a distância entre as duas forças diminui as linhas se aproximam e se transformam em uma linha de coordenação do apoio de fogo que atende a ambas as forças (Fig 9-2).

5) Ataques aéreos, na área entre as duas forças, são coordenados com as mesmas. Normalmente, a linha inicial de coordenação de fogos torna-se efetiva no momento em que uma linha comum de coordenação do apoio de fogo for estabelecida (Fig 9-2).

(e) Comunicações

1) Nas operações de junção, é comum o emprego de aeronaves (asa fixa ou rotativa) para transmitir sinais ou, num sentido mais amplo, ampliar o alcance dos meios de Com/GEl.

2) Sinais visuais, tais como artifícios de sinalização ou painéis, podem ser empregados durante o dia e artifícios de iluminação ou dispositivos de infravermelhos, podem ser empregados durante a noite.

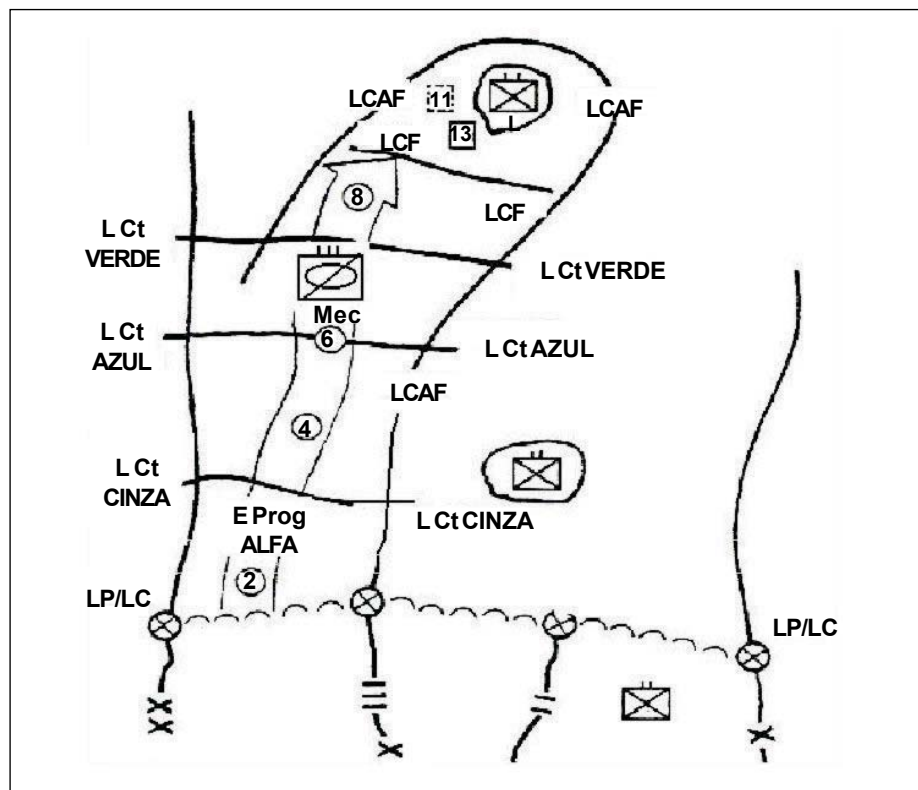



Fig 8-5. O R C Mec na operação de junção

(f) Ações após a junção

1) Quando a junção é feita, a força de junção pode reunir-se à força estacionada ou pode ultrapassá-la e prosseguir.

2) Se a força de junção continuar a operação em conjunto com a força estacionada, um Cmt único deve ser designado para esse Elm Cmb como um todo.

3) A força de junção pode passar através do perímetro da força estacionária e podem ser designados objetivos dentro do perímetro ou fora dele, dependendo da missão.

4) Se a missão e o terreno permitirem, é desejável que a força de junção desborde a força estacionária e os objetivos sejam designados fora do seu perímetro.

(9) Junção de duas forças em movimento - Quando duas forças em movimento realizam a junção, normalmente, algumas medidas de controle são prescritas, tais como, limites, linhas de coordenação de fogos, pontos de contato onde a junção deve ser feita. Realizada a junção, as forças continuam no cumprimento de suas missões.

ARTIGO IV

SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA

8-7. GENERALIDADES

a. A área de retaguarda é parte da Z Aç compreendida entre os limites de retaguarda do Esc subordinado e o limite de retaguarda da própria força.

b. Na área de retaguarda é realizada a maior parte das atividades logísticas. Normalmente, desdobram-se as reservas, as U de Ap Cmb e as instalações de comando da força considerada.

c. A SEGAR compreende todas as medidas adotadas para fazer face às ameaças inimigas na área de retaguarda, principalmente, contra as U, as instalações/Atv Ap Log e contra as vias de transporte.

d. As principais ameaças inimigas na área de retaguarda são:

(1) ações realizadas por sabotadores, guerrilheiros e elementos inimigos infiltrados;

(2) os bombardeios aéreos e de artilharia.

e. As medidas contrárias à ação de sabotadores, guerrilheiros e Elm infiltrados, constituem a defesa de área de retaguarda (DEFAR).

f. As medidas de defesa aérea, bem como as destinadas a enfrentar ameaças inimigas de vulto na área de retaguarda, como os desembarques aeroterrestres, aeromóveis e anfíbios de forças consideráveis, são parte da batalha principal e estão excluídas da DEFAR.

g. As medidas e o controle para reduzir os efeitos dos bombardeios inimigos e para assegurar a continuidade ou restabelecer o Ap Log, após esses bombardeios, constituem o controle de danos (CD), aplicam-se também no caso de grandes desastres ou de catástrofes da natureza, restabelecendo o controle, os primeiros socorros e a evacuação de feridos, o isolamento de áreas perigosas, o combate a incêndios e outras providências semelhantes.

h. As Atv de DEFAR e de CD são basicamente distintas. Os locais específicos, na área de retaguarda, onde ocorrem suas ações são normalmente diferentes. São também diferentes os critérios de responsabilidade de cada uma dessas Atv:

(1) as Atv de CD são orientadas para as instalações.

(2) as Atv de DEFAR são orientadas para o inimigo, cuja localização e destruição são procuradas antes que as mesmas possam atacar as U e instalações, sendo uma Atv freqüentemente executada visando à segurança do perímetro da área de retaguarda.

i. Na SEGAR o R C Mec, normalmente, participa das atividades de DEFAR.

8-8. RESPONSABILIDADES

a. Tanto para a DEFAR como para o CD, é essencial a unidade de comando, tendo em vista a existência de numerosas forças e instalações militares na área de retaguarda.

b. A responsabilidade geral pela segurança de área de retaguarda, pela defesa local e o controle de danos no âmbito de cada U cabe ao respectivo Cmt.

c. A responsabilidade territorial pela segurança da área de retaguarda normalmente é atribuída, pelos Cmt Bda e Esc Sp, a um determinado Cmt subordinado designado Controlador da Segurança de Área de Retaguarda, Ct SEGAR, a quem cabe estabelecer os planos e supervisionar a execução de todas as Op de DEFAR e de CD. Em cada subárea, o respectivo Cmt é o responsável pela DEFAR e pelo CD, cabendo-lhe integrar os planos locais com os planos gerais referentes a essas Atv.

d. O Cmt do R C Mec poderá ser designado como Ct SEGAR.

8-9. FORÇAS UTILIZADAS

a. As forças utilizadas na SEGAR compreendem:
(1) unidades de combate;
(2) unidades de apoio ao combate;
(3) unidades de apoio logístico;
(4) forças para-militares;
(5) forças policiais;
(6) elementos civis; e
(7) prisioneiros de guerra (excepcionalmente).

b. As U de combate e de apoio ao combate são utilizadas para as missões de DEFAR e, se as missões de defesa o permitirem, para auxiliar em missões de CD.

c. As forças para-militares, as forças policiais e Elm civis podem ser utilizados tanto na DEFAR como no CD.

d. Os prisioneiros de guerra podem ser utilizados como mão-de-obra nas atividades de CD (III Convenção de Genebra de 1949).

e. As U em reserva e as de recompletamento podem também ser utilizadas nas missões de DEFAR (em caso de emergência e sem prejuízo de sua missão principal).

8-10. FASES OPERACIONAIS

a. Fases operacionais

(1) Tanto as Op de DEFAR como as de CD compreendem duas fases, a saber:

(a) 1ª Fase - correspondendo às medidas adotadas para dissuadir o desencadeamento dos ataques inimigos (limitar os efeitos dos Atq, dos bombardeios, dos desastres ou das catástrofes da natureza).

(b) 2ª Fase - correspondendo às medidas adotadas durante ou após um ataque inimigo (bombardeios, desastre ou catástrofe da natureza).

b. A dispersão das instalações é a principal medida para reduzir a vulnerabilidade aos bombardeios inimigos, que por sua vez aumenta a vulnerabilidade das Op Log, devido à possibilidade de ataques terrestres inimigos. Assim, esses aspectos devem ser harmonizados em cada situação, o que exige que a decisão quanto à localização das instalações deva ser tomada por um Cmt que tenha responsabilidade tanto sobre a segurança da área de retaguarda quanto pelo Ap Log.

c. As medidas de SEGAR consistem em maximizar as possibilidades de defesa e apoio entre os Elm Ap Log e de Ap Cmb, sem que haja necessidade de emprego de efetivos consideráveis de elementos de combate em seu auxílio. O objetivo é evitar interrupções nas missões dos Elm de Ap Cmb e de Ap Log.

d. Dentro do Plano de Segurança Geral, o E4 da GU é o responsável pelo planejamento e execução de medidas de segurança na área de retaguarda.

e. Normalmente cabe ao R C Mec as missões de SEGAR, DEFAR e CD, no interior de uma subárea, cabendo a responsabilidade pelo planejamento e conduta das ações no seu interior ao Cmt Rgt.

8-11. DEFESA DA ÁREA DE RETAGUARDA (DEFAR)

a. As medidas de DEFAR são ações desenvolvidas para impedir ou neutralizar ameaças do inimigo às unidades, instalações e Atv na A Rg. Excetuam-se as operações de defesa aérea ativa ou as Op que possam comprometer as forças como um todo.

b. Cabe ao E4 da GU a responsabilidade pelo planejamento e execução das Atv de DEFAR que visem prevenir e neutralizar as ameaças inimigas. Constituindo-se em uma ameaça que possa comprometer a segurança da A Rg, colocando em risco a integridade das forças como um todo. Cabe ao E3 da GU a supervisão das ações a serem realizadas.

c. O objetivo da repartição da A Rg em subáreas é descentralizar as Atv iniciais de DEFAR e possibilitar imediata intervenção na ocorrência de ação inimiga. Cada Cmt é responsável pelas Op de DEFAR de sua subárea de responsabilidade.

d. Os principais tipos de ameaças inimigas são:

(1) desembarques aeroterrestres, aeromóveis e anfíbios de pequenos efetivos;

(2) elementos inimigos infiltrados por terra, por água e por ar; e

(3) ações realizadas por guerrilheiros e sabotadores.

e. A F DEFAR, dentro de cada subárea, executa as seguintes missões:

(1) segurança de eixos de suprimentos;

(2) proteção de instalações;

(3) segurança contra ataques de forças pára-quedistas, aeromóveis e de guerrilha; e

(4) localização, fixação e destruição do inimigo na área de retaguarda.

8-12. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO COMO F DEFAR

a. O Cmt R C Mec ao receber uma missão de DEFAR realiza o seu planejamento da seguinte forma:

(1) estuda a sua A Rspnl e a sua área de interesse, devendo concluir sobre:

(a) as características defensivas do terreno;

(b) as rede viária existente;

(c) corredores de mobilidade mais favoráveis para o Ini;

(d) instalações existentes;

(e) ZL, Loc Ater e R de homizios que possam interferir na segurança da área à defender; e

(f) R externas à Z Aç do regimento da qual a Art Ini possa intervir na A Rspnl do Rgt.

(g) reconhece, se possível, a sua Z Aç a fim de confirmar o estudo realizado;

(h) liga-se com os comandos vizinhos e com os existentes dentro da sua A Rspnl;

(2) baseado nos dados obtidos do reconhecimento realizado e no estudo dos fatores da decisão o comandante do regimento estabelece um plano de DEFAR. Os principais tópicos do plano de DEFAR:

(a) dispositivo de vigilância a ser instalado na área de responsabilidade;

(b) ações contra F Guer;

(c) controle da população civil (ligar-se com a 5ª Sec Esc Sp);

(d) proteção às instalações e aos eixos existentes;

(e) sistemas de alarme a serem instalados;

(f) planos de emprego para a reserva;

(g) diretrizes para o emprego da Sec Vig Ter; e

(h) planos alternativos.

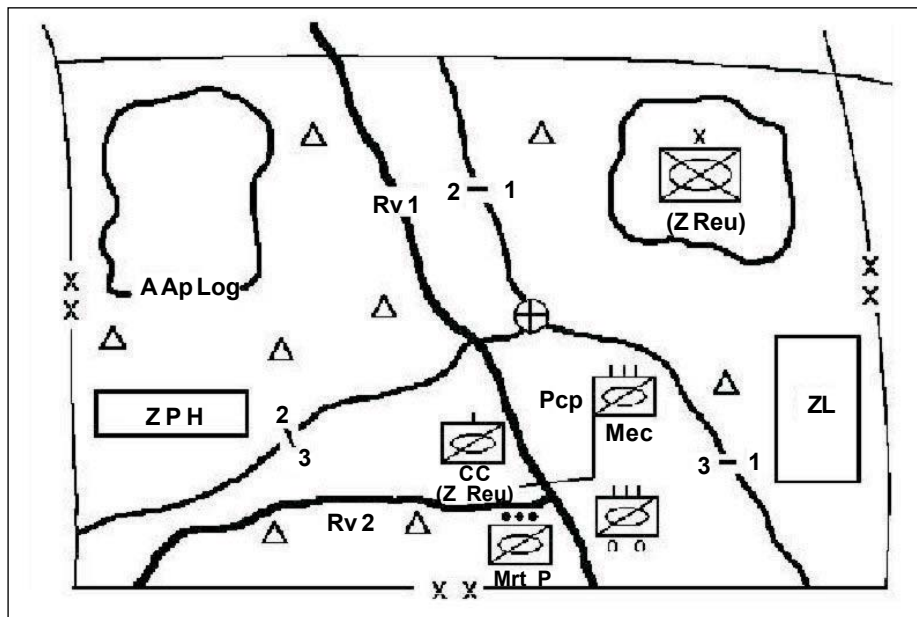



Fig 8-6. Eqm M do R C Mec como F DEFAR

b. Segurança de eixos de suprimento

(1) As técnicas de proteção dos E Sup variam de acordo com as fatores da decisão e com a extensão dos eixos. O R C Mec em uma missão de segurança de eixo realizará as seguintes atividades:

(a) patrulhamento ao longo do eixo e em pontos críticos a fim de manter o eixo trafegável;

(b) PBCE (Posto de Bloqueio e Controle de Estrada) ao longo do eixo e nas penetrantes vicinais a fim de controlar o acesso de pessoas e veículos ao E Sup; e

(c) estabelecimento de uma cortina de vigilância sobre o E Sup a fim de mantê-lo sobre constante observação.

(2) As vias de transporte podem ser protegidas pelo estabelecimento de uma série de P Obs e pelo patrulhamento de toda a sua extensão. A constituição de uma reserva altamente móvel, localizada em posição central, pronta para ser empregada, de acordo com as informações recebidas dos P Obs e das patrulhas, é fator indispensável ao êxito dessa segurança.

(3) Os processos que se seguem, formam a base para o planejamento do R C Mec na segurança dos E Sup:

(a) 1º Processo - Se os E Sup a serem guardados não forem longos o R C Mec designa áreas de responsabilidade para as subunidades subordinadas. Pequenas forças são colocadas em determinadas partes do terreno que dominam, pela vista, as vias de acesso do inimigo, ao longo de determinados eixos. O Cmt R C Mec mantém centralizada uma reserva altamente móvel para conter as ameaças inimigas que surgir.

(b) 2º Processo - Se os E Sup forem longos, ambos os flancos do eixo devem ser cobertos por uma série de P Obs. Estes P Obs alertam sobre a aproximação do inimigo. O restante do R C Mec será empregado para patrulhar os E Sup e escoltar os veículos que se deslocam através da área ou poderá constituir pequenas reservas localizadas ao longo dos E Sup. O Cmt Rgt controlará a reserva, grupando-a de tal forma que possa empregá-la por partes ou como um todo. Planos são preparados para o emprego da reserva nas prováveis áreas de atividades do inimigo.

(4) A escolta de comboio é realizada quando o R C Mec não dispuser de meios para assegurar uma segurança contínua à todo o E Sup. A força que tem a missão de escoltar um comboio realiza as seguintes atividades:

(a) reconhece a rota que o comboio utilizará;

(b) mantém a rota do comboio livre de obstáculos; e

(c) estabelece uma cortina de vigilância nos Fln a fim de alertar e prevenir a força da ação do Ini.

(5) O elemento que estiver escoltando um comboio, normalmente, será organizado da seguinte forma:

(a) elementos de reconhecimento - à frente da formação empregando técnicas de Rec E ou Zona;

(b) elementos de vigilância - localizados nos flancos e à retaguarda da força ;

(c) elementos de escolta - integrados ao dispositivo do comboio a fim de proporcionar a sua proteção aproximada; e

(d) força de reação - proporciona potência de fogo e ação de choque à escolta. Tem a missão de destruir o Elm Ini em Ctt.

(6) O valor do elemento que executará a escolta variará, principalmente, em função do número de viaturas e das possibilidades de atuação do inimigo no eixo.

c. Proteção de instalações

(1) O planejamento e a conduta deste tipo de operação é bastante similar ao da defesa circular.

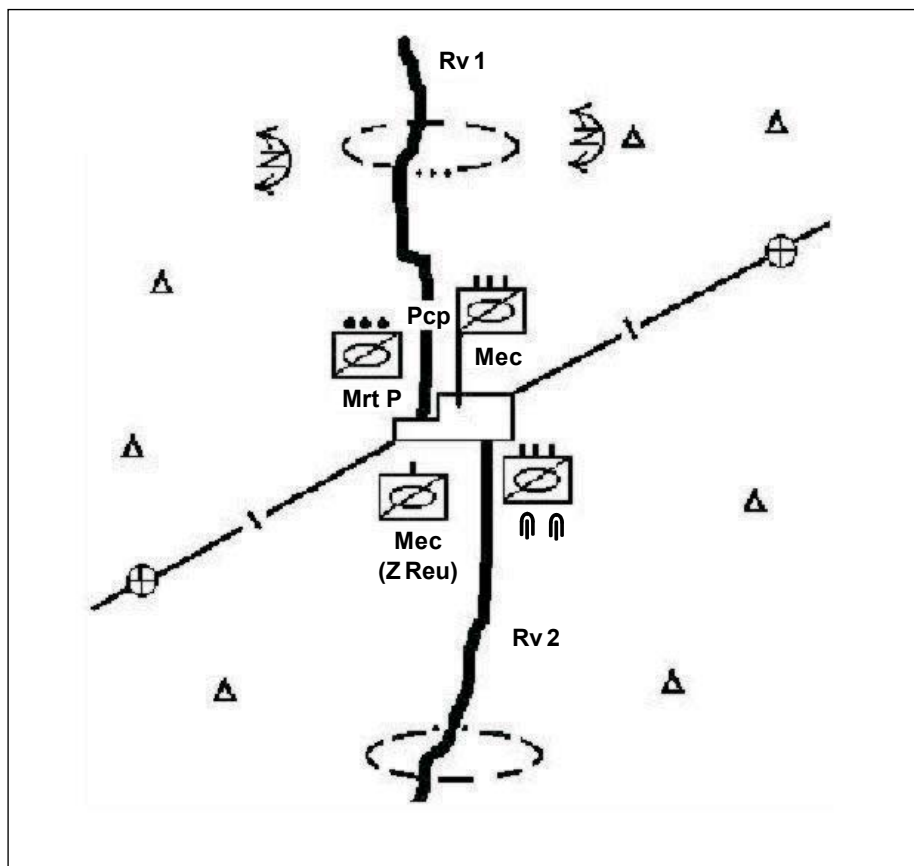



Fig 8-7. R C Mec protegendo Instalações

(2) Quando o R C Mec recebe a missão de proteger uma instalação, o Cmt, normalmente, designa setores para os esquadrões, constitui uma reserva com um valor mínimo de uma SU e adota um dispositivo circular ao redor da instalação. Os esquadrões ocupam ou apenas planejam P Blq que barrem as principais vias de acesso do inimigo.

d. Segurança contra forças pára-quedistas, aeromóveis e de guerrilha

(1) Nas ações de DEFAR contra F Amv, Pqdt e de Guer o comandante do R C Mec desdobra seus Elm Man estabelecendo uma série de P Obs próximos às prováveis áreas de lançamento, aterragem e regiões de homizio. Patrulhamento intensivo é realizado no restante da área. A reserva ocupará uma posição central, a fim de fazer frente a qualquer ameaça do inimigo. O PC do Rgt permanece na escuta da rede de alarme do Esc Sp para obter prontos informes sobre a atuação do inimigo.

(2) Se o Rgt for reforçado com subunidades blindadas o Cmt poderá usá-las como reserva.

(3) A chave do sucesso em ações contra guerrilheiros e contra F Amv e Pqdt é o rápido desdobramento da F DEFAR. A imediata reação é de tão primordial importância que as subunidades são, com freqüência, empregadas parceladamente com o máximo de fogos sobre o inimigo durante a fase de reorganização.

(4) Todos os meios disponíveis deverão ser empregados para infligir o máximo de danos ao inimigo durante a aproximação, aterragem e reorganização. Os deslocamentos para reforçar qualquer elemento engajado devem ser realizados com o máximo de rapidez.

(5) O Cmt da F DEFAR é responsável pela coordenação das operações com as unidades e instalações dentro sua área de responsabilidade. A estas caberá a responsabilidade pela segurança local.

(6) Deve ser mantida estreita ligação com estes comandos para mantê-los informados sobre o desenrolar das operações e obter deles as informações sobre as atividades inimigas em suas áreas.

CAPÍTULO 9

OPERAÇÕES EM CONDIÇÕES ESPECIAIS DE AMBIENTE

ARTIGO I

OPERAÇÕES EM REGIÕES DE SERRAS E TERRENOS MONTANHOSOS

9-1. GENERALIDADES

a. As características e as possibilidades do R C Mec e de suas viaturas blindadas, se exploradas adequadamente, poderão contribuir para o sucesso das operações nas regiões de serras e nos terrenos montanhosos, aumentando o poder de combate da tropa que opera neste tipo de ambiente.

b. O relevo compartimentado das regiões de serras e de montanhas dificultam a construção de estradas, limitam e retardam o movimento de tropas mecanizadas aos poucos eixos existentes, tornando os deslocamentos vulneráveis aos fogos de artilharia e aviação inimigos, bem como, às emboscadas e ataques de surpresa desencadeados por forças a pé e aeromóveis.

c. As regiões de serras e os terrenos montanhosos caracterizam-se, também, por mudanças rápidas e extremas da temperatura, acompanhadas por neblina ou chuvas, o que dificulta e restringe, ainda mais, a observação e os campos de tiro.

d. Nesse cenário crescem de valor como acidentes capitais as alturas que dominam as vias de transportes, as regiões de passagem entre as montanhas e as pontes.

9-2. CONDUTA DAS OPERAÇÕES NAS REGIÕES DE SERRAS E TERRENOS MONTANHOSOS

a. Tendo em vista as características dessas regiões, as operações a serem conduzidas por um R C Mec se restringem ao reconhecimento, à segurança e ao aproveitamento do êxito. As ações retardadoras poderão ser executadas a bom termo, desde que as posições de retardamento sejam servidas de itinerários de retraimento cobertos e abrigados. As demais operações, ofensivas e defensivas, são limitadas pelo terreno, porém poderão ser executadas, em caráter excepcional ou quando inseridas no contexto das demais missões.

b. As regiões de serras e montanhas, em virtude das restrições que impõem ao movimento, possibilitam a economia de meios, particularmente nas missões de reconhecimento e de retardamento.

c. O emprego das VBR como bases de fogos, também é restrita, tendo em vista que, na maioria das vezes, estas viaturas ficarão confinadas ao leito das estradas e trilhas. Em conseqüência, na constituição da SU (ou fração) testa ou vanguarda, deverá ser priorizado o emprego de fuzileiros em detrimento às VBR.

d. As serras e montanhas apresentam problemas para as comunicações. As comunicações rádio, particularmente as de pequeno alcance, são afetadas pelos obstáculos interpostos e pela diferença de altitudes entre as estações.

e. Tendo em vista as dificuldades de deslocamento e de coordenação, um excesso de medidas de coordenação e controle poderão acarretar atrasos desnecessários à operação. Estas medidas deverão ser restritas ao estritamente necessário, particularmente os pontos de ligação.

f. As pontes, por serem locais de passagem obrigatória, se reverterão em regiões de capital interesse para as operações, devendo ser objeto de especial atenção, tanto no reconhecimento, nas operações de segurança e no Apvt Exi, quanto na ação retardadora. Nas operações de cunho ofensivo, a transposição das pontes deverá ser precedida de um cuidadoso reconhecimento que abrangerá as regiões que retiram os tiros diretos e a observação, na segunda margem, sobre as mesmas. Na ação retardadora as regiões de pontes são utilizadas, normalmente, como obstáculos onde se apóiam as posições de retardamento.

ARTIGO II

OPERAÇÕES EM REGIÕES DE MATA DENSA E SELVA

9-3. GENERALIDADES

a. As características e possibilidades do R C Mec e de suas viaturas blindadas, se exploradas adequadamente, poderão contribuir para o sucesso das operações nas regiões de densa cobertura vegetal, como as regiões cobertas pela floresta amazônica, mata atlântica, mata de araucárias ou por

matas cultivadas (reflorestamento), as quais permitem o emprego de forças mecanizadas em determinadas em locais específicos, como as estradas e localidades, aumentando o poder de combate da tropa que opera nestas áreas.

b. Nas regiões de selva, particularmente na selva amazônica, a trafegabilidade normalmente restringe-se às estradas, às trilhas e aos rios existentes; as primeiras, em pequeno número e, quando de terra, dependentes dos períodos de estiagem; as trilhas, estreitas e primárias, só atendem ao homem a pé; enquanto os rios, apesar de abundantes e de se constituírem em excelentes vias de transporte, ao contrário das estradas, dependem da pluviosidade para a sua plena utilização. Deve-se, ainda, considerar que em determinados locais a trafegabilidade fica de tal maneira restrita pela vegetação, várzeas, igapós e lagos, que só é possível o deslocamento fluvial e, em terra, pelo homem a pé.

c. A selva e as regiões de matas densas caracterizam-se por árvores de grande porte, cujas copas são fechadas, dificultando a penetração da luz solar, e superpostas, diminuindo sensivelmente o alcance da observação, dificultando o movimento do homem a pé, impedindo o movimento de viaturas em seu interior, reduzindo os campos de tiros e restringindo a exploração das comunicações rádio.

d. Nas regiões tropicais as dificuldades impostas pela selva e pelas matas densas são agravadas pelo clima quente e úmido, que provoca uma acentuada fadiga física e moral ao combatente, além de propiciar um ambiente susceptível ao desenvolvimento de microorganismos e insetos transmissores de inúmeras doenças, muitas delas letais.

e. A vegetação da selva e das matas densas tropicais ou subtropicais, associada ao relevo ondulado e às chuvas, se por um lado dificultam o movimento, por outro, oferecem cobertura para a execução de incursões, infiltrações e envolvimento sobre tropas estacionadas ou em deslocamento, favorecendo a obtenção da surpresa.

f. Em função das peculiaridades do combate nas regiões de mata densa e de selva, o emprego de unidades mecanizadas ficará, em princípio, restrito aos eixos terrestres existentes na região, às localidades e às áreas desmatadas ou abertas que possam existir ao longo dos eixos.

9-4. CONDUTA DAS OPERAÇÕES NAS REGIÕES DE SELVA E DE MATAS DENSAS

a. Emprego do R C Mec em operações nas áreas de densa cobertura vegetal

(1) O emprego do Rgt nas áreas de mata densa e de selva dificultará a exploração de algumas de suas características e imporá a adoção de técnicas e processos de combate e de apoio logístico especiais. As principais modificações táticas e logísticas deverão ser:

(a) a grande redução na mobilidade das frações, restrita aos eixos e espaços abertos junto à estes e nas localidades;

(b) a redução dos campos de tiro e de observação;

(c) alterações nas técnicas e processo de deslocamento;

(d) permanente necessidade de segurança em todas as direções;

(e) maior dependência do apoio dos Fuz Bld ou à pé e da engenharia;

(f) maior importância das missões de defesa e segurança de áreas de retaguarda, como as de escolta de comboios, a defesa de pontos fortes e a segurança de pontos sensíveis;

(g) maior necessidade de manutenção de todos os equipamentos, armamentos e viaturas, e o conseqüente aumento do consumo de suprimentos classe III e IX;

(h) maior dificuldade na exploração das comunicações rádio;

(i) realização de maior número de missões desembarcadas, particularmente dos exploradores e Fuz Bld; e

(j) restrições ao emprego dos canhões das VBR e dos morteiros;

(2) As restrições impostas pelo terreno à manobra diminuem sensivelmente a possibilidade de emprego do R C Mec em operações ofensivas ou defensivas, condicionando-as àquelas relacionadas ao reconhecimento, à segurança e ao Apvt Exi, onde o terreno e a vegetação possibilitarem a sua atuação.

(3) O pequeno efetivo de Fuz do R C Mec, mesmo acrescido dos exploradores, e a dificuldade de emprego das VBR fora do leito das estradas e trilhas restringe o emprego da unidade nas ações ofensivas. A tropa mecanizada, em princípio, só deverá realizar operações ofensivas do tipo ataque, durante a execução de reconhecimentos, missões de segurança ou no aproveitamento do êxito, por ocasião dos combates de encontro, ataques de oportunidade e aos indispensáveis ao cumprimento dessas missões.

(4) O emprego do R C Mec nas operações defensivas só deverá ocorrer em situações excepcionais, em função das mesmas restrições para o emprego da unidade nas operações ofensivas, acrescidas da facilidade que a cobertura vegetal proporciona para a execução de incursões e infiltrações por parte do inimigo. A tropa mecanizada poderá ser empregada na defesa de pontos sensíveis ao longo dos eixos terrestres ou de grandes bases de combate nas regiões desmatadas, nas cidades ou nas áreas de retaguarda.

(5) Nas operações de reconhecimento e de segurança, a SU testa do Rgt, ou os Esqd C Mec atuando isolados, deverá deslocar-se executando lanços sucessivos de frações (Pel), como forma de evitar uma emboscada da tropa como um todo. Na iminência do contato, ou na possibilidade de transpor área sob o controle do inimigo, as VBR e VBTP deverão contar com a defesa aproximada de fuzileiros, podendo, inclusive, utilizar-se de exploradores para a execução dessa tarefa.

(6) Nas operações em áreas de densa cobertura vegetal deve ser considerada a utilização de agentes químicos, ou de outros meios, para produzir o desfolhamento, ou destruição, da vegetação ao longo das estradas, caminhos e trilhas, como precaução contra ataques inopinados do inimigo e para incrementar a observação e campos de tiro.

(7) Nas operações em áreas de matas densas ou de selva o alcance rádio será em muito reduzido, por causa do efeito do anteparo da vegetação densa e das escarpas íngremes. A eficiência do rádio depende de sua localização e das condições atmosféricas. O emprego de aeronaves, quando disponíveis, deverá ser considerado para a retransmissão rádio, principalmente nas situações críticas do combate.

b. Peculiaridades das operações do R C Mec em áreas de selva.

(1) Nas regiões de selva o emprego do R C Mec será, em princípio, restrito às missões de segurança e na defesa de bases de combate e pontos fortes nas localidades, ancoradouros, campos de pouso e ao longo das estradas; na escolta de comboios e como reserva móvel e potente no interior de bases de combate de maior porte e importância. Seu emprego em operações ofensivas será muito limitado e condicionado à características especiais do terreno, devendo, entretanto, ser realizado sempre que possível.

(2) Nestas regiões, as principais ações táticas serão realizadas ao longo dos eixos existentes, crescendo de importância os acidentes do terreno que permitam o controle da circulação, como as localidades, os nós rodoviários, os campos de pouso e os ancoradouros.

(3) Para as tropas que operam através de estradas, as pontes, balsas e vaus, as localidades ao longo dos eixos, as próprias vias e rios navegáveis transversais, crescem de valor como acidentes capitais, sendo a manutenção de seu domínio indispensáveis ao sucesso da operação.

(4) Dado o grande número de cursos d'água nas regiões de selvas, as tropas mecanizadas que nela operam deverão receber pequenas quantidades de botes e / ou embarcações leves diversas, de modo que possam executar reconhecimentos (golpes de sonda, inclusive), vigilância de combate e a própria segurança, em complemento às operações terrestres.

(5) Períodos chuvosos limitam ou impedem o emprego do R C Mec, devendo ser dado especial atenção para as precauções necessárias visando evitar que a U fique detida no terreno em decorrência das chuvas.

(6) As selvas tropicais, por suas características fisiográficas, exigem que o R C Mec, como as demais forças que não sejam desse ambiente operacional, esteja convenientemente aclimatado e familiarizado com as peculiaridades do combate na região onde vai operar, antes de ser empregado.

(7) A manutenção de viaturas, armamentos e equipamentos deve ser incrementada, objetivando combater a ferrugem, o mofo, o fungo nos equipamentos óticos e optrônicos e a sua deterioração causada pela excessiva umidade e pelas chuvas abundantes.

(8) O combate nesse tipo especial de ambiente exige uma maior ação de comando, particularmente na manutenção do moral da tropa e do estado de saúde dos combatentes.

c. Peculiaridades das operações do R C Mec em áreas de mata densa.

(1) Nas regiões de mata densa o R C Mec poderá conduzir, com restrições, operações defensivas e ofensivas e executar missões de reconhecimento e de segurança, limitadas aos eixos, às clareiras e localidades.

(2) O movimento do Rgt em área de mata densa será, em princípio, limitado às estradas existentes e à vegetação rala a cavaleiro das mesmas, em regiões de atividades da agropecuária ou da indústria madeireira. A formação mais indicada para o emprego da unidade em deslocamentos será a em coluna, podendo ocorrer derivações em locais onde o terreno permitir.

(3) Os Fuz Bld e exploradores serão empregados para estender a segurança da tropa no interior da mata, desbordar pontos fortes do inimigo e dificultar o cerco ou o desbordamento da unidade. As VBR sofrerão grande influência do meio ambiente para o seu emprego fora das estradas e trilhas existentes.

d. Operações do R C Mec em bosques

(1) Durante as operações de reconhecimento, segurança e Apvt Exi, havendo dúvida sobre a presença do inimigo e se a situação tática permitir, o acesso à região de bosques deverá ser precedida de um reconhecimento pelo fogo, visando testar o dispositivo do inimigo.

(2) Confirmada a presença do inimigo no interior do bosque, o ataque será executado em três fases:

(a) ataque e ocupação da orla anterior;

(b) progressão no interior; e

(c) desembocar na orla posterior.

(3) Ataque e ocupação da orla anterior.

(a) Será semelhante ao ataque a qualquer outra área defendida. A orla anterior é designada como objetivo, as VBR são empregadas na base de fogos e o assalto será realizado pelos fuzileiros e pelos exploradores que não forem empregados na segurança da tropa. Quando o escalão de ataque tiver que percorrer uma grande faixa do terreno exposta à observação e ao fogo do inimigo, ele deverá ser realizado durante as horas de escuridão ou coberto por fumaça. Os processos de ataque são os mesmos empregados contra uma posição organizada.

(b) Quando se conquista a orla do bosque, o escalão de assalto a consolida e a reorganiza. As distâncias e os intervalos entre as frações e as armas de apoio são reduzidas, para que o contato possa ser mantido durante o avanço através do bosque. Desde que a orla da mata seja um bom alvo para a aviação e a artilharia inimigas, a consolidação e a reorganização devem ser rápidas. As VBR e demais viaturas só deverão avançar após a consolidação do objetivo e constatado que não há mais inimigos na área.

(4) Progressão no interior do bosque.

(a) A tropa deverá ficar em condições de se contrapor a ataques do inimigo, particularmente às emboscadas, para tanto os deslocamentos deverão ser realizados por lanços e, dependendo da situação tática e da extensão dos bosques, com os fuzileiros, desembarcados, executando a defesa aproximada das VBR e VBTP;

(b) O bosque, por constituir-se em excelente referencial para os fogos de apoio do inimigo, deverá ser transposto com a máxima rapidez e por escalão, evitando-se assim uma permanência prolongada e a concentração de tropas no interior da área.

(5) Desembocar na orla posterior do bosque.

(a) O desembocar da orla posterior do bosque deve ser realizado com a máxima cautela, com os fuzileiros, apoiados pelas VBR, ocupando as posições de comandamento imediatamente a frente, que retiram o fogo direto e a observação da orla, de onde, por sua vez, apoiarão a aproximação das VBR para o prosseguimento da missão.

(b) Os fogos de artilharia e morteiros e o emprego de fumígenos deverão ser planejados para apoiar o desembocar da orla posterior.

ARTIGO III

OPERAÇÕES NA CAATINGA

9-5. GENERALIDADES

a. As áreas de caatinga possuem as seguintes características gerais: baixa pluviosidade, pouca umidade, altas temperaturas, grande diferença de temperatura entre o dia e a noite, rápida recuperação da vegetação à chegada das chuvas e dificuldade de movimentos fora das poucas estradas existentes, em determinados tipos de terreno. Estas características condicionarão a manobra e o apoio logístico do R C Mec.

b. O relevo é, normalmente, suave com amplos espaços que favorecem a manobra, porém a superfície pedregosa e a vegetação característica da região dificultam o deslocamento da tropa mecanizada.

c. As condições climáticas adversas dificultam as operações e a adaptação do homem devido às temperaturas elevadas, à poeira, ao solo pedregoso e a vegetação hostil.

9-6. CONDUTA DAS OPERAÇÕES EM REGIÕES DE CAATINGA

a. Nas regiões de caatinga as operações do regimento serão facilitadas pela existência de campos de tiro e observação amplos e profundos, apesar do movimento ser restrito às trilhas e estradas em determinadas áreas. A vegetação ressecada, os seixos e pedras do terreno poderão restringir o movimento de viaturas, exigir maior atenção por parte dos motoristas e maior trabalho das equipes de manutenção.

b. A doutrina prevista para as operações de reconhecimento e de segurança, ofensivas e defensivas aplica-se às operações na caatinga. As operações, no entanto, são influenciadas pelos seguintes fatores:

(1) campos de tiro extensos;
(2) menor restrição à manobra, porém maiores restrições quanto a localização e utilização das vias de transportes terrestres;
(3) aumento das necessidades de segurança e das medidas de dissimulação de combate, tendo em vista as dificuldades camuflagem para forças mecanizadas;
(4) maiores possibilidades de se obter a surpresa;
(5) aumento dos problemas de Ap Log; e
(6) elevadas necessidades de suprimento e manutenção para viaturas e equipamentos, motivadas pela poeira, rochas e variações de temperatura.

c. As ações de desbordamento e envolvimento são favorecidas possibilitando um melhor aproveitamento das características do R C Mec.

d. O Ap Log é difícil, crescendo de importância o controle das localidades e das fontes de víveres e água.

e. Preparação e apronto da tropa

(1) Operações nesse ambiente requerem um intensivo programa de preparação e apronto da tropa a fim de aclimatar os meios, humanos e materiais, e adaptar a doutrina às condições da área de emprego.
(2) A aclimatação da tropa deve focalizar a adaptação dos quadros às temperaturas extremas, à escassez de água e chuvas, à insolação, à poeira e ao equipamento individual utilizado pela unidade.
(3) Os elementos de saúde têm importância capital nessas atividades, determinando as enfermidades mais comuns e a resposta fisiológica da tropa quando em operações no ambiente árido. Deve ser implementado um programa de medicina preventiva a fim de evitar um elevado número de baixas durante o emprego.
(4) O material e equipamento individual e coletivo deve ser adaptado, garantindo maior durabilidade e conforto à tropa.

f. Operações de reconhecimento e segurança

(1) As operações de reconhecimento e segurança são valorizadas nesse tipo de ambiente, que possibilita movimentos amplos por parte das tropas em presença.
(2) Durante o reconhecimento deve ser buscado o máximo emprego dos meios aéreos que estiverem em apoio ao regimento, a fim de determinar a localização e a direção da força principal do oponente na Z Aç da unidade, particularmente nos flancos. Os Cmt devem ter cuidados especiais com a manutenção do sigilo devido à poeira levantada durante os deslocamentos das viaturas.
(3) Os informes a respeito dos recursos locais que possam facilitar o Ap Log devem ser incluídos nos elementos essenciais de informações dos reconhecimentos.
(4) Nas operações de segurança, a utilização de uma rede de vigilância dotada de meios móveis e de comunicações de grande alcance reduzem as dificuldades causadas pelos espaços amplos, economizando os meios disponí-

veis. As flancoguardas devem ser priorizadas, tendo em vista a facilidade de realização de manobras de flanco por parte do inimigo.

g. Operações ofensivas

(1) Nas operações ofensivas, os desbordamentos, realizados por forças móveis, são favorecidos em decorrência dos amplos espaços.

(2) A surpresa deve ser buscada pelo emprego das medidas de dissimulação, de comunicações e por deslocamentos rápidos realizados em período de visibilidade reduzida.

(3) Os objetivos dos ataques devem englobar concentrações de tropas inimigas, os entroncamentos das vias de transportes terrestres, as instalações de suprimentos, as fontes de água e recursos naturais e os pontos chave do terreno.

(4) Nos combates devem ser priorizadas as manobras de desbordamento e envolvimento, explorando as características do terreno.

h. Operações defensivas - De um modo geral, as operações defensivas são executadas de acordo com a doutrina prevista neste manual, levando-se em consideração as características da caatinga e seus efeitos sobre o combate.

ARTIGO IV

OPERAÇÕES EM REGIÕES CONTAMINADAS COM AGENTE QBN

9-7. GENERALIDADES

a. Quando o regimento tiver que operar em determinada região do campo de batalha contaminada por agente químico, biológico ou nuclear (QBN), a idéia da defesa e da proteção deve ser colocada em posição de destaque nos planejamentos operacionais.

b. Quando for levantada a possibilidade do R C Mec vir a sofrer um ataque QBN numa determinada operação, o Cmt deverá enfatizar a necessidade do preparo e a adequação do regimento aos materiais de proteção QBN. Esta preparação para a proteção deve envolver o indivíduo, as frações especializadas e restrições de ordem tática que serão impostas para as operações.

c. Em princípio, áreas contaminadas por agentes QBN devem ser evitadas. Sendo imprescindível a sua utilização, será necessário que a tropa tenha um rigoroso preparo na utilização dos materiais e equipamentos de defesa QBN, individuais e coletivos, além dos trabalhos de descontaminação após o contato físico com os agentes nas áreas contaminadas.

d. O manual de campanha C 3-40 - DEFESA CONTRA ATAQUES QUÍMICOS, BIOLÓGICOS E NUCLEARES trata do assunto com maiores detalhes.

9-8. CONDUTA DAS OPERAÇÕES DO R C Mec EM REGIÕES CONTAMINADAS COM AGENTES QBN

As operações de tropas mecanizadas sob as condições de contaminação QBN apresentam as seguintes restrições gerais:

a. utilização de equipamentos de proteção coletiva para as guarnições das viaturas blindadas;

b. necessidade de equipes especializadas em defesa QBN para os trabalhos de descontaminação;

c. emprego da tropa somente com a utilização de equipamentos especiais de defesa QBN, como máscaras contra gases e roupas protetoras;

d. necessidade se distribuir à tropa detetores de agentes químicos e nucleares, além de estojos de primeiros socorros individuais mais complexos, com vacinas e antídotos contra agentes biológicos;

e. maior grau de complexidade na operação do armamento e de equipamentos diversos, na condução de viaturas e na observação do campo de batalha, em função das restrições impostas pelos equipamentos individuais de proteção QBN;

f. redução no ritmo das operações e maior dificuldade na execução das ações táticas planejadas.

CAPÍTULO 10

OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

10-1. GENERALIDADES

As operações com características especiais correspondem àquelas que, por sua natureza, condições particulares em que podem ser conduzidas e características da área de operações, exigem cuidados especiais em seu planejamento e execução, ou ênfase particular sobre outras considerações relativas às técnicas, à tática ou ao material empregado.

ARTIGO II

TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

10-2. GENERALIDADES

a. Para maiores informações sobre as operações de transposição de curso de água, devem ser consultados os manuais de campanha C 31-60 - OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA e C 61-100 - A DIVISÃO DE EXÉRCITO.

b. A transposição de um curso de água obstáculo, que não dispõe de passagens utilizáveis e cuja segunda margem encontra-se defendida pelo inimigo, comporta, normalmente, a conquista e a manutenção de uma cabeça-de-ponte. Nesse caso, a travessia em si é apenas um meio para o prosseguimento das operações na segunda margem.

c. As travessias de oportunidade, tais como a captura de pontes intactas ou de vaus, resultam de uma rápida ação ofensiva e todo esforço deve ser feito para conseguí-las.

10-3. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA TRANSPOSIÇÃO DE CURSO DE ÁGUA

a. Considerações gerais

(1) O R C Mec participará de operações de transposição de curso de água enquadrado, normalmente, na Bda.

(2) O R C Mec divisionário realizará normalmente fintas e demonstrações na frente de travessia.

(3) Quando a Bda, no curso de um Apvt Exi, encontra um rio obstáculo, todos os esforços são realizados para prosseguir o avanço sem paradas ou concentrações de valor significativo em ambas as margens. A transposição deverá ser buscada nas regiões onde o inimigo possa oferecer menor resistência, desbordando-se a posição defensiva principal da força inimiga.

(4) O R C Mec será empregado para a conquista de regiões de passagens na zona de ação da brigada. A aproximação do rio deve ser feita com a máxima velocidade e em uma larga frente. Na impossibilidade da conquista de pontes intactas, será realizada uma transposição imediata em uma larga frente, tirando proveito, em particular, das características anfíbias das viaturas blindadas do R C Mec. A transposição imediata é caracterizada pela velocidade e pela surpresa. Todas as estradas que conduzem ao rio devem ser reconhecidas, mesmo aquelas que não conduzam diretamente aos locais de travessia, mas proporcionem alternativas para o planejamento. A preparação dos locais de travessia para a transposição é feita, normalmente, à noite, sob condições de visibilidade reduzida.

(5) Atuando no contexto da Bda, o Rgt poderá desempenhar as seguintes missões que contribuirão para o êxito e rapidez de uma operação de transposição de curso de água:

(a) reconhecimento de locais de travessia;

(b) tomada de pontes e locais de travessia intactos;

(c) conquista e Mnt de objetivos que dominem os locais de travessia;

(d) realização de fintas e demonstrações; e

(e) C Atq para neutralizar penetrações do inimigo no perímetro da cabeça-de-ponte.

(6) No intuito de preservar a iniciativa, através da rapidez e da surpresa, aspectos fundamentais para o sucesso, o Rgt deverá estar continuamente preparado para a participação numa operação de transposição de curso de água.

(7) O emprego das viaturas blindadas dos Pel C Mec numa transposição imediata, com os Fuz do GC e os exploradores do GE, poderá assegurar as condições mínimas indispensáveis para que a engenharia orgânica do Esc Sp lance e opere os meios descontínuos para a transposição de viaturas não anfíbias.

b. O emprego dos GC / Pel C Mec na transposição de curso de água

(1) Os fuzileiros dos GC são particularmente aptos para a transposição de cursos de água obstáculos, já que suas viaturas são anfíbias. Os exploradores também poderão se beneficiar das VBTP e, em levas posteriores, transporem o curso de água. Entretanto, necessitam dispor de pessoal habilitado a realizar o reconhecimento para permitir o uso adequado de suas possibilidades anfíbias.

(2) Uma vez que a área de travessia tenha sido selecionada, o Cmt determina o número de locais de travessia. Os primeiros elementos, ao se aproximarem do curso de água obstáculo, procuram determinar o valor e o dispositivo do inimigo e identificar os locais de travessia. O objetivo inicial é eliminar as posições inimigas na primeira margem. Quando se dispõe de pessoal para o reconhecimento subaquático, este fará parte da primeira força que atingir o curso de água.

(3) Em cursos de água fracamente defendidos, os fuzileiros e exploradores cruzam o rio e se apossam da segunda margem. As VBR e outras viaturas blindadas apóiam, pelo fogo direto, os reconhecimentos e as operações na cabeça-de-ponte. Após a engenharia cerrar e lançar seus meios de transposição de cursos d'água, as viaturas blindadas de reconhecimento e o restante do regimento cruzam o rio, reunindo-se aos fuzileiros e exploradores.

(4) Em cursos d'água fortemente defendidos, serão realizadas operações de transposição de cursos d'água coordenadas pelo escalão divisão de exército. O Rgt, em princípio, não será empregado inicialmente na conquista da cabeça-de-ponte. Seu emprego será feito após o lançamento das passagens sobre o rio (portadas ou pontes), com a missão de conquistar um objetivo de segurança, proteger um flanco ou outra ação que coopere com o alargamento da cabeça de ponte.

c. O emprego das VBR / Pel C Mec na transposição de curso d'água

(1) Numa operação de transposição de curso de água, normalmente, as VBR serão empregadas, inicialmente, como base de fogos, apoiando os elementos de fuzileiros que executam a transposição. (Fig 10-1)

(2) Deverão ser executados reconhecimentos, a fim de determinar quais as melhores posições para as VBR prestarem o apoio de fogo. Os fogos deverão ser coordenados de maneira que possam ser suspensos ou alongados conforme requeira a evolução da operação.

(3) Quando executarem esta missão, as VBR deverão receber suprimento de munição adicional, possibilitando serem empregadas posteriormente, na 2ª margem, com suas dotações completas.

(4) Após a conquista da 2ª margem e criadas condições para a transposição de curso de água, pela engenharia, as VBR reintegram-se ao escalão de assalto, a fim de prestarem o apoio necessário ao prosseguimento da operação.

(5) As VBR desempenharão importante missão na neutralização de penetrações inimigas no perímetro da cabeça-de-ponte e no aproveitamento do êxito da operação de transposição.

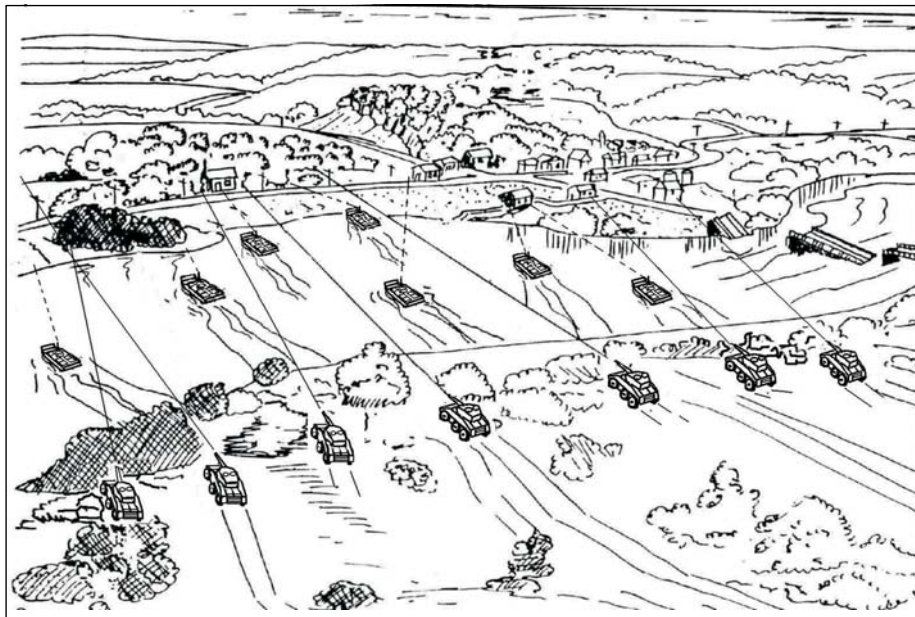



Fig 10-1. Transposição imediata de curso de água. VBR apoiando travessia dos Fuz

ARTIGO III

OPERAÇÕES EM ÁREAS FORTIFICADAS

10-4. GENERALIDADES

a. Uma área fortificada caracteriza-se por numerosos trabalhos defensivos e posições organizadas, dispostos em largura e em profundidade, que se apoiam mutuamente. Raramente um área fortificada é constituída por uma única posição fortemente organizada.

b. Nas áreas fortificadas os trabalhos defensivos podem ser constituídos de fortificações permanentes e de campanha, amplamente desenvolvidas e localizadas dentro de um extenso sistema de barreiras. As características de uma área fortificada incluem um forte sistema de postos avançados, uma bem desenvolvida rede de estradas, um amplo sistema de comunicações e uma reserva altamente móvel, localizada em posição central e provida de uma extensa rede de itinerários cobertos.

c. As forças de combate, normalmente, devem evitar o combate ofensivo em áreas fortificadas. Quando isto não for possível, devem procurar, com um mínimo de forças, fixar as posições fortificadas, enquanto a força principal continua o avanço para a conquista de objetivos mais distantes e decisivos. A redução de

uma área fortificada é, normalmente, uma operação de DE ou Bda e pode incluir um cerco ou um ataque pela retaguarda.

d. Quando realizando um ataque a uma área fortificada o Rgt deverá empregar, no escalão de ataque, desde que possível, pelotões provisórios de VBR, de exploradores e de fuzileiros. Nesta situação, deverá o R C Mec receber apoio de elementos de artilharia, engenharia e meios aéreos.

e. O emprego do R C Mec no ataque a uma posição fortificada é eventual. Quando ocorrer essa necessidade, seus meios orgânicos serão utilizados obedecendo às características peculiares a cada fração.

f. O R C Mec deve, em princípio, ser reforçado por elementos de CC e de apoio ao combate para o cumprimento deste tipo de missão.

10-5. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NO ATAQUE CONTRA POSIÇÃO FORTIFICADA

a. Planejamento do ataque

(1) Reconhecimento da posição fortificada - Um completo estudo de situação, planos e ordens pormenorizados são essenciais em um ataque contra uma posição fortificada. O estudo de situação é baseado em um intensivo reconhecimento. Este começa com um estudo preliminar na carta e aerofotogramétrico, após o qual todos os comandantes executam um reconhecimento pessoal. Postos de observação, patrulhas, interrogatórios de civis e aeronaves são empregados para obtenção de informes. O reconhecimento procura informes sobre:

(a) localização das fortificações, tais como posições de concreto para metralhadora;

(b) localização de obstáculos, tais como campos de minas, cercas de arame e trincheiras;

(c) pormenores das fortificações, tais como espessura do concreto e aço, entrada e saída, e organização subterrânea;

(d) localização e tipo de armas do inimigo;

(e) itinerários de aproximação desenfiados para a posição; e

(f) posições das quais o apoio de fogo direto pode ser fornecido para a força assaltante.

(2) Organização dos elementos de assalto - Os elementos de assalto são, normalmente, organizados em torno dos pelotões de fuzileiros e exploradores, com o apoio das VBR. O Elm Ass é dividido, normalmente, em um ou dois grupos de flanco, um grupo de assalto e um grupo de apoio. Cada grupo pode dispor de VBR em apoio. Cada homem e cada viatura recebe uma missão especial para executar. Deve ser assegurado o máximo de tempo possível para os ensaios e o reconhecimento dos Elm Ass. Normalmente, a cada subunidade é atribuída a missão de conquista apenas um abrigo fortificado de cimento armado, ou uma casamata, ou uma fortificação semelhante de cada vez.

(3) Emprego das viaturas blindadas de reconhecimento contra as fortificações - A VBR normalmente proporciona apoio de fogo direto para os

elementos de assalto. Elas atiram nas seteiras abertas e procuram destruir a fortificação. As VBR, normalmente, seguem outros elementos da SU, mas devem estar suficientemente cerradas para dar apoio direto em qualquer tempo.

(4) Emprego de lança-chamas contra fortificações - Os R C Mec não dispõem de lança-chamas em sua dotação de material. O lança-chamas é uma arma eficiente para os últimos momentos, a fim de proteger o homem após o assalto e limpar a fortificação assaltada. Em face das peculiaridades desse armamento e de seu valor neste tipo de operação, a unidade deverá receber, em reforço, equipes do Esc Sp dotadas de lança-chamas, que serão integrados aos Elm Ass.

(5) Emprego de fumígenos contra a fortificação - O fumígeno pode ser empregado para encobrir toda a frente, para cobrir os movimentos das tropas para a posição, para encobrir um ou ambos os flancos de uma brecha criada por um avanço desigual das unidades, para camuflar uma área fora da ação imediata, ou para cegar os postos de observação, e as fortificações que não podem ser neutralizadas por outras armas. Ainda que o ataque possa ser feito durante a noite, a fumaça pode conter o possível emprego, pelo inimigo, de artifícios de iluminação. O emprego da fumaça deve ser coordenado para assegurar que ele não interfira com as necessidades de fogos diretos sobre as fortificações e sobre a observação terrestre dos elementos de assalto. Se as condições são favoráveis, todo esforço deve ser feito para observar as fortificações que possam apoiar àquelas que estão sendo atacadas.

(6) Ordens de ataque às fortificações - As ordens para um ataque a uma posição fortificada, normalmente, são expedidas com o máximo de pormenores. O ataque a cada ponto forte defensivo é planejado separadamente e coordenado com os ataques às fortificações adjacentes. A ordem inclui instruções pormenorizadas para cada escalão de assalto, incluindo as posições, os itinerários que devem ser seguidos, a hora de abrir fogo, os tipos de fogos a serem empregados, as áreas nas quais os elementos podem atirar, a conduta geral e as ações de cada elemento de assalto.

(7) Emprego dos tratores e dos blindados da engenharia - Na fase inicial do ataque, os tratores ou os blindados da engenharia podem ser empregados para auxiliar na remoção de obstáculos. Tão logo o escalão de assalto cerre sobre a fortificação, esses equipamentos se movem para a frente, a fim de se colocarem em condições de cobrir as fortificações com terra. Este é um eficiente meio de imobilização das tropas inimigas que recusam render-se.

b. Conduta do ataque a áreas fortificadas

(1) O ataque, normalmente, começa com um intenso fogo de artilharia e com a colocação de uma cortina de fumaça, se as condições forem favoráveis. É aconselhável também um bombardeio aéreo às fortificações. Enquanto a artilharia está atirando, os itinerários são limpos das minas antipessoal, pelo emprego de granadas ou outros meios. Cargas explosivas direcionadas podem ser empregadas para destruir campos minados. Quando as passagens estiverem abertas, os elementos de assalto se deslocam para a frente, tão rapidamente quanto possível, cobertos pelos fogos de apoio.

(2) Os grupamentos de flanco dirigem seus fogos contra qualquer

posição nos flancos da fortificação. As VBR, metralhadoras e lança-granadas de todos os grupos de apoio atiram contra as seteiras para mantê-las fechadas. Se a fortificação está protegida por arame, uma passagem através da cerca deve ser feita pelas equipes de demolição ou pelas VBR. Se possível, o grupo de assalto avança sobre o terreno não batido pelos fogos das seteiras das fortificações. Os canhões das VBR cessam o fogo ao sinal do Cmt do elemento de assalto; as metralhadoras e lança-granadas, tanto das viaturas blindadas como dos elementos a pé cessam o fogo quando o fator segurança da tropa atacante o determinar. Os tiros de armas anticarro e lança-chamas, quando disponíveis, dirigido contra as seteiras dos abrigos podem ser empregados pelos elementos de assalto para auxiliar na proteção do avanço de uma equipe de demolição. Após o rompimento da fortificação, o grupo de assalto avança sobre a posição e com granadas de mão e lança-chamas portáteis destrói toda a resistência inimiga. Os grupos de apoio e de flanco se deslocam e cobrem rapidamente a reorganização dos elementos de assalto.

(3) Durante a fase de limpeza do terreno, as VBR devem ficar preparadas para atirar nas prováveis Via A de C Atq do inimigo. Elementos descansados avançam rapidamente para a frente, a fim de prosseguirem no aprofundamento e alargamento da brecha.

10-6. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA DEFESA DE UMA POSIÇÃO FORTIFICADA

a. Assim como no ataque, não é normal o emprego do R C Mec na defesa de uma posição fortificada.

b. As VBR fazem, normalmente, parte da reserva para o emprego em C Atq. Contudo, quando existem várias vias de acesso apropriadas aos blindados, as VBR podem ser dadas em reforço para as unidades avançadas de defesa, a fim de cobrirem as Via A críticas, por meio de posições desenfiadas de torre.

ARTIGO IV

OPERAÇÕES EM ÁREAS EDIFICADAS

10-7. GENERALIDADES

a. A doutrina básica para as operações em áreas encontra-se descrita nos capítulos relativos a essas operações, nos manuais C 31-50 - COMBATE EM ZONAS FORTIFICADAS E LOCALIDADES e C 100-5 - OPERAÇÕES. A natureza do ambiente reduz a velocidade com a qual as unidades mecanizadas, normalmente, conduzem suas operações.

b. As áreas edificadas sempre que possível devem ser evitadas, havendo, contudo ocasiões em que o R C Mec poderá ter que combater em localidade.

10-8. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NO ATAQUE EM ÁREA EDIFICADA

a. Generalidades

(1) O Rgt pode participar de uma ataque a uma localidade seja como força de isolamento, seja como força de investimento.

(2) No primeiro caso, o Rgt deve isolar a localidade em sua zona de ação, conquistando regiões que permitam destruir as forças inimigas que tentem entrar ou sair na localidade e apoiar a força de investimento.

(3) No R C Mec, as SU ou pelotões provisórios de fuzileiros e exploradores serão empregados, em princípio, como força de investimento. As subunidades ou pelotões de VBR, normalmente, integrarão a base de fogos.

(4) Durante a fase inicial do investimento da localidade, os fuzileiros, em princípio, deverão realizar o ataque desembarcados. Na progressão no interior da localidade, os fuzileiros devem avançar protegidos pelas VBTP e pelas VBR.

(5) Na progressão no interior da área edificada, as viaturas blindadas de reconhecimento devem atirar no segundo andar de casas e prédios, abrindo passagem para os fuzileiros e exploradores que, montando nas VBTP, podem acessar as edificações pelo segundo pavimento e realizar a limpeza das resistências inimigas. (Fig 10-2)

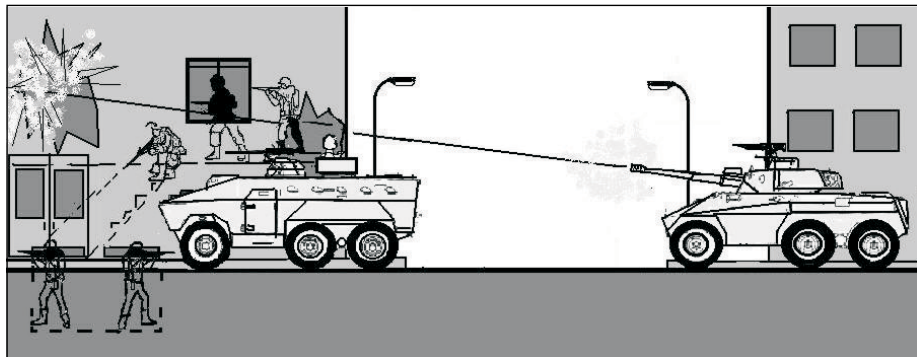



Fig 10-2. Progressão no interior da área edificada. Emprego das VBR e VBTP

b. Características gerais do combate em localidade - Em decorrência dos aspectos militares anteriormente enumerados, o combate no interior de uma localidade se reveste das seguintes características:

(1) observação limitada;

(2) campos de tiro reduzidos;

(3) dificuldades de controle e coordenação;

(4) descentralização máxima, até os mais baixos escalões de comando;

(5) dificuldade de localizar o inimigo (devido à pequena visibilidade e à ampliação e reflexão de som nas áreas edificadas);

(6) dificuldade de comunicações;

(7) predomínio do combate aproximado, estando os contendores separados, muitas vezes, apenas por um muro (ou parede);

(8) dificuldade de apoio cerrado de artilharia e aéreo (por ser pequena a margem de segurança, devido à proximidade do inimigo e às dificuldades de observação e de comunicações);

(9) emprego freqüente do tiro à queima-roupa, mesmo para canhões de tiro tenso;

(10) reduzida eficiência de tiro indireto;

(11) maiores necessidades de limpeza e de segurança em todas as direções, devido à extrema compartimentação das áreas edificadas;

(12) desenvolvimento do combate em três dimensões: frente, profundidade e altura;

(13) freqüência das ações noturnas, devido à dificuldade de atravessar áreas à luz do dia;

(14) canalização do movimento das viaturas pelas ruas longitudinais;

(15) plenitude dos obstáculos artificiais;

(16) lentidão das operações; e

(17) necessidade de controle de incêndio.

c. Fases do ataque a uma localidade

(1) O ataque a uma localidade se realiza em três fases:

(a) isolamento da localidade;

(b) conquista de uma área de apoio na periferia da localidade; e

(c) progressão no interior da localidade.

(2) A primeira fase destina-se a isolar a localidade pela posse dos acidentes capitais que dominam as Via A à mesma. O atacante ocupa posições fora da área edificada, de onde possa fornecer apoio de fogo à entrada dessa área e à progressão através dela.

(3) A segunda fase consiste na progressão das forças do escalão de ataque para a área edificada e a conquista de prédios ou áreas de apoio na orla anterior da localidade, para eliminar ou reduzir a observação terrestre e o tiro direto do defensor sobre as Via A à localidade. As cobertas e abrigos oferecidos por esses prédios conquistados na periferia da cidade (área de apoio) permitem ao atacante descentralizar o controle e deslocar para a frente as armas de apoio e as reservas.

(4) A terceira fase consiste na progressão sistemática, casa por casa, quarteirão por quarteirão, através da área edificada. Nesta fase, adquire particular importância a coordenação dos elementos empenhados, sendo necessário designar-se limites perfeitamente definidos e direções balizadas por pontos inconfundíveis, além de freqüentes linhas de controle. Ademais, é imprescindível que todos os prédios sejam completamente vasculhados, para que a progressão possa continuar sem focos de resistência à sua retaguarda.

d. Designação de objetivos

(1) Quando o regimento constituir ou integrar o elemento encarregado apenas da captura da localidade, enquanto outros elementos a desbordam ou isolam, receberá objetivos definidos e limitados no interior da localidade. Quando, entretanto, a localidade estiver contida por inteiro na sua Z Aç, ele poderá marcar objetivo para uma das subunidades, enquanto outros elementos a desbordam ou isolam - caso das pequenas localidades ou, para sua conquista,

terá de empregar mais de uma subunidade e, neste caso, terá de marcar objetivos no interior da localidade.

(2) Quanto à sua posição relativa, os objetivos marcados pelo regimento aos elementos subordinados podem estar situados:

(a) fora da localidade, em acidentes capitais dominantes das vias de acesso, para os elementos encarregados de desbordá-los ou isolá-la;

(b) nas orlas anterior e posterior da localidade e, às vezes, entre ambas as orlas, para os elementos encarregados da limpeza da área edificada.

(3) No interior da área edificada podem ser designados como objetivos:

(a) instalações de utilidade pública, tais como estações de estrada de ferro, usinas de energia elétrica, estações elevatórias ou de captação e tratamento de água, postos telefônicos, portos, aeródromos, pontes, etc;

(b) instalações militares, como quartéis ou fortificações;

(c) edifícios da administração pública;

(d) pontos dominantes; e

(e) edificações de importância para o cumprimento da missão da unidade.

(4) A forma geométrica da maioria da áreas edificadas facilita a designação de objetivos. O objetivo da orla anterior permite ao atacante reajustar seu dispositivo, cerrar à frente as armas de apoio e descentralizar o controle, tendo em vista a progressão no interior da localidade. O objetivo da orla posterior, caracterizando a ultimação da limpeza da localidade, possibilitará, se for o caso, o reajustamento e os reconhecimentos para o prosseguimento das operações. Os objetivos entre as orlas anterior e posterior atendem às necessidades de coordenação, limpeza e segurança.

e. Linhas de controle

(1) Em virtude da extrema compartimentação da área edificada e das conseqüentes dificuldades de observação e de ligação, o controle tende a descentralizar-se até os menores escalões de comando, como Pel e mesmo grupo de combate, transformando-se o combate em uma série de pequenas ações independentes que exigirão dos Cmt o máximo de iniciativa e entendimento dos objetivos da missão.

(2) O Rgt assegura o controle das operações, marcando linhas de controle, geralmente em ruas.

(3) As frações informam ao atingir uma linha de controle e, desta, só partirão para a seguinte, mediante ordem.

(4) As linhas de controle dispensam os objetivos marcados entre as orlas anterior e posterior da localidade com o propósito de coordenação. Têm papel preponderante no controle do ataque, particularmente, durante a terceira fase, e serão designadas pelos diversos comandos até o Esc Pel, inclusive.

f. Marcação de limites

(1) A observação restrita e as dificuldades de controle tornam necessário marcar limites até o escalão pelotão, inclusive. A marcação de limites evita que as tropas amigas se ataquem umas às outras (evitar o fratricídio), facilita o apoio mútuo e assegura o vasculhamento de todas as construções de áreas edificada.

(2) Nas zonas densamente construídas, os limites passarão, normalmente, por um dos lados da rua, ficando a área da rua incluída na Z Aç de um único elemento.

(3) Nas demais zonas da área edificada, os limites passam por dentro dos quarteirões, pelos quintais, de sorte que ambos os lados da rua ficam incluídos na zona de um mesmo elemento.

g. Conduta do ataque a uma localidade

(1) O ataque se desenvolve na seqüência das três fases que comporta o seu planejamento. Não há, quanto à execução, demora prolongada entre a segunda e terceira fases. Uma vez conquistada a área de apoio e cerrados os meios à frente, tem início a terceira fase, como natural prosseguimento da segunda.

(2) Um plano de ataque detalhado pode ser confeccionado com base em plantas atualizadas da cidade e por intermédio de informações complementares fornecidas por desertores e civis que tenham vivido na localidade.

(3) As operações em áreas edificadas podem tomar uma característica dimensional favorável ao atacante. Pode-se, algumas vezes, ultrapassar quarteirões fortemente defendidos, progredindo por baixo dos mesmos, utilizando galerias, redes de esgotos, metrôs ou outras passagens subterrâneas. Outras vezes poderão ser utilizados os tetos, terraços ou sótãos dos edifícios. O processo a utilizar varia em cada caso, pois se deve esperar que o defensor tome as medidas para bloquear Via A às suas posições.

(4) Conquista da área de apoio.

(a) Processa-se de maneira semelhante ao ataque a uma posição organizada em qualquer terreno.

(b) A fim de neutralizar as vantagens do defensor quanto à observação, campos de tiros e abrigos, a progressão para a orla da cidade se fará sob a proteção de fogos intensos de metralhadoras, lança-granadas, morteiros (pesados e médios), VBR, artilharia e fogos aéreos, se disponíveis. Empregam-se fumígenos com freqüência, seja para cegar observatórios, seja para encobrir movimentos em terrenos descobertos.

(c) Após a conquista da área de apoio, na orla, o escalão de ataque deve ser reorganizado, de sorte a permitir:

1) o reajustamento do dispositivo das pequenas unidades, particularmente no nível pelotão, visando a constituir as equipes de fuzileiros / exploradores - armas de apoio - viaturas blindadas;

2) deslocamentos das armas de apoio e das reservas para a orla da localidade;

3) reajustamento dos planos feitos para a terceira fase.

(d) A demora na área de apoio deve ser reduzida ao estritamente necessário a essa reorganização.

(5) Progressão no interior da localidade

(a) Nesta fase as ações se descentralizam para os comandos subalternos até o Esc Pel e, muitas vezes, grupo de combate ou similar.

(b) A progressão é lenta e coberta pelo fogo. Se possível, o escalão de ataque evita progredir pelas ruas, porque são batidas pelos fogos inimigos. Sua progressão será feita através dos quintais ou dos quarteirões, através dos

prédios, por brechas nas paredes, ou pelos telhados.

(c) As ruas transversais, mesmo que não tenham sido designadas como linhas de controle, apresentam, às pequenas unidades, uma ocasião de reajustamento do dispositivo, antes de prosseguir para a conquista do quarteirão seguinte. As reservas devem progredir o mais à frente possível para maior segurança do escalão de ataque, não apenas nos flancos mas, também, à retaguarda, ocupando prédios já conquistados, para impedir a sua retomada pelo inimigo.

(d) Esta fase oferece possibilidade de surpresa e de riscos para o atacante, não só pela existência de armas da defesa em locais imprevisíveis e difíceis de determinar, como, também pelo abundante emprego, por parte do defensor, de minas, armadilhas e demolições preparadas e ainda, pela utilização de vias de acesso subterrâneas, ao nível do solo, através dos andares dos prédios e, mesmo, pelos telhados.

(6) Limpeza da área edificada

(a) Nas localidades fortemente defendidas, a limpeza é feita casa a casa, quarteirão por quarteirão, pelo escalão de ataque, à medida que progride, permitindo, assim, que a reserva esteja em condições de emprego numa missão qualquer.

(b) Nas localidades fracamente defendidas, as subunidades de primeiro escalão progridem rapidamente através da área edificada para conquistar as saídas na orla posterior. As subunidades que seguem à retaguarda (reservas) tomam a seu cargo a limpeza da área.

(c) Quer se penetre num prédio pelo telhado, por um andar do edifício (através de brechas nas paredes, por exemplo) ou ao nível do solo, o vasculhamento deverá sempre se processar da parte mais alta da edificação para a mais baixa.

(7) Emprego da reserva

(a) O valor da reserva do regimento será função da Z Aç atribuída à U (se integrante de um comando maior), da expressão da localidade (se agindo isoladamente), da resistência que o inimigo possa oferecer e dos reforços recebidos, se for o caso.

(b) As restrições do combate no interior das cidades e as dificuldades de movimento, observação e comunicações, tornam maiores as necessidades de reservas no escalão SU do que no escalão U. Em conseqüência, a reserva do Rgt será, normalmente, menor que a do combate normal e poderá consistir de apenas um Pel. Pequenas reservas de SU são mantidas bem à frente e a reserva do Rgt segue as SU do escalão de ataque com um intervalo de um a três quarteirões.

(c) A reserva tem como missões básicas repelir C Atq e realizar a limpeza das resistências desbordadas, podendo, ainda, receber missão de:

1) proteger um flanco exposto;

2) atuar no flanco, sobre resistência inimiga que detenha uma subunidade do escalão de ataque, beneficiando-se da progressão da subunidade mais avançada;

3) substituir um elemento do escalão de ataque; e

4) corrigir erros de direção.

10-9. O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO NA DEFESA EM ÁREA EDIFICADA

a. Generalidades

(1) A defesa de uma área edificada é organizada em torno dos acidentes capitais que possibilitem a manutenção da integridade da defesa e proporcione facilidades ao movimento do defensor. Sistemas subterrâneos podem facilitar o movimento de forças a pé e proporcionar abrigos contra ataques aéreos. É feito o máximo emprego dos escombros e outros obstáculos e a defesa é organizada em profundidade. Eventualmente, o R C Mec receberá a missão de defender uma localidade.

(2) Quando recebe a missão de defender uma localidade, o regimento, sempre que possível, ocupa e mantém suas orlas com os fuzileiros e exploradores, empregando as VBR para realizar contra-ataques fora da área edificada.

(3) No âmbito da Bda C Mec, o RCB poderá ceder elementos de Fuz Bld para os R C Mec, que ficam responsáveis pela manutenção da localidade, passando o Rgt (-) a constituir-se na força de contra-ataque da Bda.

b. Missão dos fuzileiros e exploradores no combate de rua.

(1) Localização de alvos para o engajamento das armas das VBR.

(2) Neutralização e destruição de armas anticarro do inimigo.

(3) Assalto e redução de posições e limpeza dos edifícios, sob a proteção dos fogos das VBR.

(4) Proteção das VBR contra as medidas individuais anticarro.

(5) Realização da segurança e da defesa de área, uma vez limpa.

c. Missão das VBR, quando empregadas no combate de rua

(1) Neutralização das posições inimigas pelo fogo das metralhadoras para permitir aos fuzileiros e exploradores cerrarem sobre o inimigo e destruí-lo.

(2) Destruição de pontos fortes do inimigo pelo fogo dos canhões.

(3) Destruição das barricadas encontradas nas ruas.

(4) Abrir passagem nas edificações, facilitando aos fuzileiros e exploradores vasculharem seu interior, quando as passagens estiverem bloqueadas por entulhos, obstáculos ou fogo inimigo e permitindo seu acesso pelo segundo andar.

(5) Tomar sob seus fogos qualquer outro alvo indicado pelos fuzileiros e exploradores.

CAPÍTULO 11

LOGÍSTICA

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

11-1. GENERALIDADES

a. Sistema Logístico - Neste capítulo serão abordados aspectos do subsistema da Logística Operacional, particularmente no nível U, isto é, a Logística Operacional interna da OM.

b. Subsistema Logístico Operacional

(1) O subsistema logístico operacional tem por objetivo prever e prover os meios em pessoal, material e serviços em tempo de guerra, no Teatro de Operações (TO), realizando todas as atividades logísticas necessárias às operações da F Ter e, em tempo de paz, preparando-se para tal fim.

(2) Das atividades do subsistema logístico operacional, as seguintes são realizadas pelo R C Mec:

(a) saúde;
(b) suprimento;
(c) manutenção;
(d) transporte; e
(e) pessoal.

(3) Para maiores esclarecimentos, relativos às atividades logísticas, devem ser consultados os manuais de campanha que regulam o emprego do Batalhão Logístico, o apoio logístico na DE e na Bda e o manual de Logística Militar Terrestre.

ARTIGO II

LOGÍSTICA NO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

11-2. GENERALIDADES

a. No nível U, o gerenciamento das atividades logísticas é orientado para os objetos e objetivos básicos das funções logísticas.

b. As atividades relacionadas com o pessoal englobam todas as tarefas logísticas voltadas para o apoio aos efetivos, relacionadas com as seguintes funções logísticas:

(1) PESSOAL: o controle de efetivos, o recompletamento, o moral da tropa, o sepultamento, serviço postal, banho, lavanderia e mão de obra, se for o caso.

(2) SAÚDE: englobando todo o apoio prestado pelo Pel Sau da U e, todas as tarefas, ações e procedimentos referentes à atividade de saúde realizados nesta fração, inclusive a evacuação de feridos (exceto Sup Cl VIII, a cargo do S4).

c. As atividades relacionadas com o material englobam todas as tarefas logísticas centradas no material, relacionadas com as seguintes funções logísticas:

(1) SUPRIMENTO: pedidos, recebimentos, estocagem e distribuição às diversas frações ou locais onde serão processados, aplicados ou consumidos; verificando também a qualidade da alimentação da tropa e supervisionando a sua distribuição, bem como a da água;

(2) MANUTENÇÃO: de todo o material (viaturas, armamento, comunicações, equipamentos diversos), incluindo o processamento do suprimento para manutenção e a evacuação do material;

(3) TRANSPORTE: no escalão U, representa o controle dos meios para a realização dos deslocamentos da tropa, a distribuição de suprimentos (Sup), evacuação de material (Mnt), de mortos e de feridos (Pes).

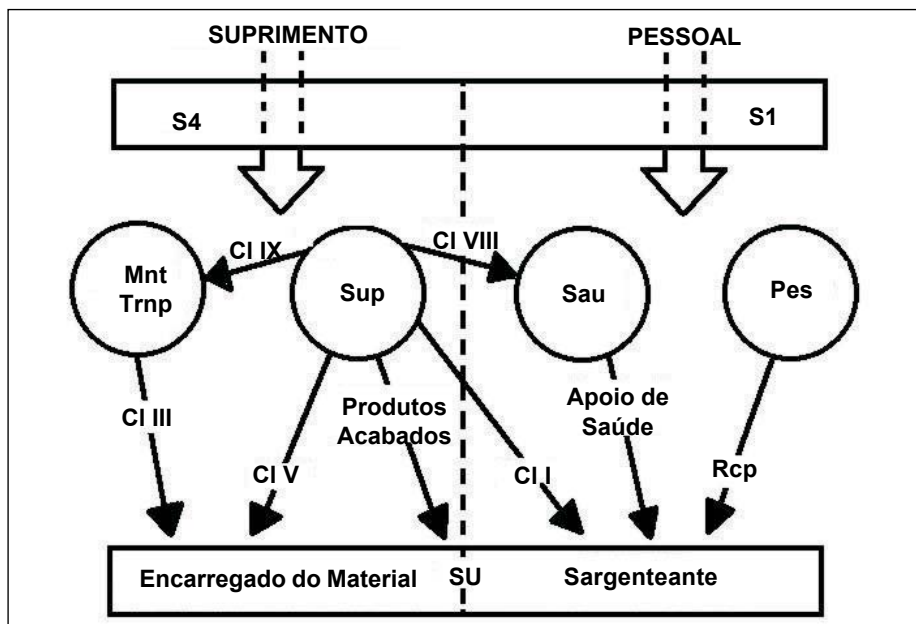



Fig 11-1. Apoio logístico ao combate no R C Mec

d. As 1ª e 4ª Seções do EM da U mobiliam o Centro de Operações Logísticas (no PCR do R C Mec), normalmente desdobrado na ATC. Desta instalação, o S4 e o S1, auxiliados pelos integrantes das 1ª e 4ª Seções e por meio dos elementos do Esqd C Ap, planejam, coordenam, sincronizam e conduzem a MANOBRA LOGÍSTICA do Rgt.

e. A Manobra Logística são todos os planejamentos, procedimentos, métodos e ações realizadas a fim de possibilitar o apoio ao pessoal e ao material, perfeitamente integrados e sincronizados, no espaço e no tempo, à manobra operacional definida pelo comandante do R C Mec.

f. No nível U, a MANOBRA LOGÍSTICA deve ser planejada e executada de modo a que todas as atividades logísticas desenvolvidas pelo Esqd C Ap sejam deslocadas em direção aos elementos de 1º escalão, de modo a liberar os Cmt Esqd C Mec para as atividades de combate, sobrecarregando-os o mínimo possível com preocupações logísticas e evitando, sempre que possível, que estas SU desloquem-se para a ATC ou ATE em busca de apoio logístico. O S1 e o S4 devem atuar de modo a colocar o suprimento, a manutenção e o apoio de saúde no momento e no local (ATSU ou posições de 1º escalão) que se fizerem necessários para apoiar as atividades de combate das SU.

g. Os encargos logísticos devem ser minimizados nas SU, tanto quanto possível, e colocados sob a responsabilidade e controle do Rgt, permitindo que os Cmt de SU concentrem-se nas atividades de combate e no acompanhamento da situação tática.

11-3. RESPONSABILIDADES

a. O Cmt Rgt é responsável pelo Ap Log na U. Ele deve assegurar-se que o apoio logístico está sendo prestado não somente à U, mas também a todos os elementos sob o seu controle operacional, em apoio ou em reforço.

b. O Sub Cmt é o principal responsável pela sincronização da manobra, do apoio ao combate e do apoio logístico.

c. O S4 é o coordenador da MANOBRA LOGÍSTICA da U, integrando e sincronizando os planejamentos da logística do pessoal e do material à manobra e ao apoio ao combate planejados no COT. O S4 deve antecipar-se às necessidades de apoio logístico, encaminhar os pedidos de apoio ao escalão superior com oportunidade, fiscalizar o apoio que é prestado à U e planejar, coordenar e sincronizar toda a logística interna do Rgt.

d. O S1 e o S4 são os assessores diretos do Cmt no que diz respeito às atividades logísticas. O S1, nas atividades da logística do pessoal, e o S4, nas atividades da logística do material. São responsáveis pelo planejamento logístico, controle e coordenação das atividades logísticas nos seus respectivos campos de atuação, de acordo com as ordens e diretrizes emanadas pelo Cmt Rgt.

e. Os Cmt SU são responsáveis pelo apoio logístico no âmbito das respectivas subunidades. Solicitam, controlam e coordenam a distribuição do suprimento, a manutenção de 1º escalão das viaturas e de todos os demais equipamentos, a manutenção de 1º escalão e 2º escalão do armamento, administram e controlam o efetivo da SU. Supervisionam as atividades de suprimento, manutenção e evacuação de feridos e mortos planejadas e controladas pelo estado-maior do regimento.

f. O S3, em princípio, é o principal assessor do Cmt na parte de assuntos civis. Em operações de segurança integrada, o R C Mec poderá contar com um oficial de assuntos civis (S5), a quem caberá assessorar o Cmt nestes assuntos.

11-4. ELEMENTOS DE APOIO LOGÍSTICO DO REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

a. Centro de Operações Logísticas

(1) O Centro de Operações Logísticas (COL) é a instalação do Posto de Comando Recuado (PCR) onde é planejada, coordenada, e sincronizada a Manobra Logística da U.

(2) O COL é mobiliado e operado por elementos dos Grupos de Pessoal e de Logística (Sec Cmdo) do Pel Cmdo e elementos do Pel Com.

b. Elementos de estado-maior

(1) S4 - Oficial de Logística - O S4 é o assessor do Cmt para as atividades da logística do material e o coordenador da Manobra Logística da U. Tem como auxiliares diretos o Adj do S4 e os elementos do grupo de logística (Gp Log) do Pel Cmdo, que compõem a 4ª seção da unidade. Suas principais atribuições são:

(a) coordenar a manobra logística da U;
(b) assistir e manter o Cmt informado sobre as atividades logísticas sob sua responsabilidade;
(c) planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades logísticas referentes ao material da U;
(d) coordenar com o Esc Sp e apoiar as SU em suas necessidades logísticas referentes ao material;
(e) coordenar e supervisionar as atividades e os deslocamentos dos trens de combate e de estacionamento;
(f) redigir o parágrafo 4º da ordem de operações, após ter realizado seu estudo de situação, recebendo do S1 a parte referente à logística do pessoal;
(g) fornecer relatórios de logística, quando solicitados; e
(h) outras determinadas pelo Cmt da U.

(2) S1 - Oficial de Pessoal - O S1 é o assessor do Cmt para as atividades da logística do pessoal. Tem como auxiliares diretos os elementos do grupo de pessoal (Gp Pes) do Pel Cmdo, que compõem a 1ª seção da unidade. Sua assistência ao comandante compreende:
(a) informações sobre a logística do pessoal, necessárias para o planejamento e a conduta das operações;
(b) estudo continuado da situação, para fins de planejamento;
(c) proposta de diretrizes e planos referentes à logística do pessoal;
(d) distribuição de ordens para a execução dos planos aprovados; e
(e) supervisão para garantir a execução correta das diretrizes e ordens do comandante.

1) São atribuições específicas do S1 o planejamento, a coordenação e a supervisão de todas as questões referentes aos diferentes aspectos da logística do pessoal, como o controle dos efetivos, os recompletamentos, o apoio de saúde, o moral da tropa, banho, lavanderia, serviço postal.

2) O S1 controla o efetivo do R C Mec através do recebimento das mensagens diárias de efetivo das SU e elementos em reforço, consolida no sumário diário de pessoal e o mapa da força. Elabora, também, outros registros e relatórios. Todos estes dados são transmitidos para o escalão superior.

(3) Têm ainda encargos e responsabilidades logísticas, nos respectivos setores funcionais, os seguintes oficiais do estado-maior especial:
(a) Cmt Esqd C Ap - Cmt da ATE;
(b) S Cmt Esqd C Ap - Cmt ATC;
(c) Cmt Pel Sup - Oficial de Suprimento, substituto eventual do Cmt ATE;
(d) Cmt Pel Mnt - Oficial de Manutenção, substituto eventual do Cmt ATC;
(e) Cmt Pel Com - Oficial de Comunicações;
(f) Cmt Pel Sau - Oficial de Saúde;
(g) S Cmt Pel Sup - Oficial Aprovisionador.

c. Pelotão de Suprimento

(1) O pelotão de suprimento é o principal órgão de apoio logístico da U.

(2) Sua organização inclui o pessoal e material necessários para

executar, no âmbito do regimento, as atividades de suprimento, com exceção das referentes aos suprimentos Cl VIII e de peças e conjuntos de reparação das classes I, II, IV, V(A), VI, VII, IX e X.

(3) São missões do pelotão de suprimento:

(a) receber e consolidar os pedidos de suprimento das SU, e encaminhar os pedidos da unidade ao batalhão logístico da Bda;

(b) receber, controlar, estocar quando necessário, repartir e distribuir os suprimentos às subunidades;

(c) evacuar os mortos.

(4) Normalmente o Pel instala e opera um posto de distribuição (P Distr) de suprimento classe I (P Distr Cl I), um posto de distribuição de suprimento classe III (P Distr Cl III) e um posto de remuniciamento (P Rem) na ATE. Conforme a situação tática o exigir, poderá desdobrar um P Distr Cl III Avçd e um P Rem Avçd na ATC, que ficarão ou não sob o controle do Pel Mnt.

(5) Quando as cozinhas estiverem centralizadas na ATC, poderá se tornar necessário desdobrar também os P Distr Cl I avançado (ATC) e recuado (ATE).

(6) O P Distr Cl I executa, eventualmente, a distribuição dos suprimentos de produto acabados das classes II, IV, V(A), VI, VII, IX e X.

(7) As cozinhas de campanha, em princípio, permanecem centralizadas na ATE ou na ATC. Quando determinado o consumo de ração R1 durante as operações de combate, as SU poderão receber as Turmas de Aprovisionamento em Ap Dto ou Ref.

d. Pelotão de Manutenção

(1) É o elemento encarregado de prestar apoio de manutenção orgânica de segundo escalão.

(2) Suas missões compreendem:

(a) executar a manutenção de segundo escalão das viaturas e do armamento do Rgt;

(b) executar a evacuação de viaturas no âmbito do Rgt;

(c) cooperar na evacuação e coleta de salvados e material capturado;

d) em caso de necessidade, estabelecer e operar um posto de coleta de salvados (P Col Slv);

(e) solicitar, controlar, estocar e quando necessário, fornecer peças e conjuntos de reparação necessários à manutenção do material, excetuando-se os de saúde e de comunicações; e

(f) instalar e operar o P Distr Cl III Avançado, na ATC, com elementos e material cedido pelo Pel Sup quando necessário;

e. Pelotão de Saúde

(1) É organizado com pessoal, equipamento e meios de transporte necessários para proporcionar tratamento médico de urgência e evacuação de feridos, doentes e acidentados no âmbito da unidade.

(2) São missões específicas do pelotão de saúde:

(a) instalar e operar o posto de socorro do regimento (PSR);

(b) preparar os doentes e feridos mais graves para evacuação para

a instalação de saúde do escalão superior;

(c) receber, estocar e distribuir a todos os elementos da U o suprimento de saúde.

f. Pelotão de Comunicações

(1) O pelotão de comunicações, normalmente, se desdobra na área do PCP, com a missão principal de proporcionar apoio de comunicações ao comando do Rgt.

(2) Suas missões logísticas compreendem:

(a) executar a manutenção orgânica do seu próprio material de comunicações e manutenção de segundo escalão do material de comunicações do regimento (exceto material criptográfico);

(b) solicitar, receber, estocar e aplicar, de acordo com as necessidades, peças e conjuntos de reparação (Sup Cl VII de comunicações); e

(c) evacuar para o escalão superior o material de comunicações que necessite manutenção além do segundo escalão.

g. Outros elementos ligados às atividades logísticas

(1) Subunidade

(a) O Sub Cmt SU é o principal assistente do Cmt SU no planejamento, coordenação e fiscalização da manobra logística a nível da subunidade. É o responsável pelos pedidos de suprimentos de classe I, III e V, bem como da água e de outros materiais necessários ao recompletamento da dotação do Esqd, supervisionando a distribuição desses suprimentos. É, também, o responsável pelas atividades de manutenção, saúde e pessoal. Essas atividades são exercidas sem prejuízo das atribuições táticas, tendo em vista que deve permanecer em condições de substituir o Cmt SU.

(b) O encarregado do material, o sargenteante e o furriel são os principais auxiliares e executantes do apoio logístico:

1) O encarregado do material desenvolve atividades relacionadas à logística do material no âmbito da SU. Controla as viaturas da SU e providencia todos os tipos de suprimento, exceto ração, água e de saúde. Controla, planeja e supervisiona o trabalho do Furriel, do sargenteante e do encarregado de viaturas. Fiscaliza, orienta e controla as atividades das frações e elementos de manutenção e suprimento recebidos em apoio ou reforço pela SU.

2) O sargenteante desenvolve atividades relacionadas à logística do pessoal no âmbito do regimento. É o encarregado de todas as atividades relacionadas ao controle de efetivos, evacuação de mortos e feridos. Fiscaliza, controla e orienta as atividades das frações e elementos de aprovisionamento e saúde recebidas em apoio ou reforço pela SU.

3) O furriel é o encarregado do recebimento e transporte de todo o suprimento no PIL, na ATC ou ATE. É o responsável pelo(a) remuniciamento da SU, elaboração dos pedidos de munição e da operação do P Rem SU, auxiliado pelo ajudante de mecânico de armamento. Realiza o transporte de água para a SU, a distribuição das rações às frações e o transporte dos mortos para o P Col Mortos do regimento.

(2) Pelotões - É da responsabilidade do Cmt Pel providenciar os

primeiros socorros aos seus homens e evacuar os feridos o mais rapidamente possível. Deve permanecer a par do nível de munição do Pel e providenciar a tempo os pedidos de remuniciamento. Deve ter perfeito conhecimento, também, do estado do material e do armamento do pelotão e solicitar o recompletamento da dotação logo que possível, esclarecendo se o material foi perdido, destruído ou encontra-se em mau estado. Solicita o suprimento de água sempre que necessário e, em operações defensivas, calcula e requisita o material de fortificação necessário para a organização do núcleo de defesa. No tocante às atividades de pessoal, o Cmt Pel deve dar especial atenção à manutenção da disciplina e moral da tropa, além do controle de efetivos. Em todas essas atividades é auxiliado pelo sargento adjunto.

11-5. PLANEJAMENTO DA MANOBRA LOGÍSTICA

a. Generalidades

(1) O planejamento da manobra logística deve assegurar o apoio logístico durante todas as fases de uma operação. Este planejamento deve ser realizado de forma coordenada e simultânea com o planejamento tático e o dos apoios ao combate.

(2) O planejamento logístico deve ser tão detalhado quanto o tempo disponível o permitir. O emprego de procedimentos padronizados e normas gerais de ação deverão facilitar o trabalho dos oficiais do EM no planejamento logístico. Para simplificar e agilizar a transmissão das ordens, somente o que não estiver previsto nas NGA deverá ser incluído nas ordens expedidas pelo Comandante do regimento.

b. Princípios

(1) As funções logísticas devem antecipar-se às necessidades do elemento apoiado e serem desdobradas o mais à frente possível.

(2) O apoio deve ser contínuo, utilizando-se imediatamente os meios disponíveis, conforme a situação tática o permitir.

(3) Munição, combustíveis, óleos, lubrificantes, peças e itens diversos, pessoal de manutenção e recompletamentos são conduzidos à frente pelo regimento, em direção aos elementos de 1º Escalão.

(4) O planejamento da manobra logística é uma atividade contínua. A coordenação entre o planejamento tático e os de apoio ao combate e logístico é essencial e deve enfocar todos os fatores que podem ter efeito significativo na missão tática.

(5) A constante avaliação da situação tática e o levantamento das necessidades para as futuras operações são atividades críticas para o planejamento da manobra logística.

(6) Os elementos de 1º escalão devem ser aliviados ao máximo de seus encargos logísticos.

c. Apoio às operações de combate

(1) Para assegurar um efetivo apoio, os elementos envolvidos com o planejamento e execução da manobra logística devem ter perfeito conhecimento da intenção do comandante e dos planejamentos táticos e de apoio ao

combate. É de fundamental importância que eles saibam:

(a) o que cada elemento apoiado irá fazer no cumprimento da missão;

(b) onde cada elemento apoiado estará, em cada fase e no final da missão; e

(c) como os elementos apoiados executarão a missão.

(2) Após analisar o conceito da operação, os planejadores da logística devem ser capazes de detalhar o apoio logístico que será necessário para a operação. Eles devem determinar:

(a) que tipo de apoio é necessário;

(b) que quantidade de apoio será necessária; e

(c) qual a prioridade de apoio por tipo e por subunidade.

(3) com base nas necessidades, as possibilidades da logística podem ser avaliadas:

(a) que recursos logísticos estão disponíveis (orgânicos, em apoio e das unidades vizinhas;

(b) onde estão os recursos logísticos e as instalações logísticas do escalão superior;

(c) quando os recursos logísticos estarão disponíveis para os elementos apoiados; e

(d) como os recursos logísticos podem ser disponibilizados.

(4) Baseado nesta análise, o planejamento da manobra logística poderá ser desenvolvido, reagindo-se a disponibilidades com as necessidades.

d. Estimativa logística no regimento

(1) A estimativa logística é uma análise dos fatores que podem afetar o cumprimento da missão. Os planejadores logísticos utilizam-se desta estimativa para a formulação de LA e para o planejamento da manobra logística em apoio às operações definidas pelo Cmt Rgt. A chave para esta estimativa é a situação do suprimento disponível, particularmente das Classes III, V e IV (defensiva) e a disponibilidade e situação das viaturas, particularmente as blindadas.

(2) No escalão Rgt o S1 e o S4 poderão formulá-la, utilizando planilhas de acompanhamento de combate. As seguintes perguntas serão pertinentes:

(a) qual a situação atual da manutenção. Suprimentos e dos transportes?

(b) quanto e o que é necessário para apoiar a operação?

(c) que tipo de apoio externo (Esc Sp) é necessário?

(d) as necessidades poderão ser atendidas por qual tipo de processo de suprimento?

(e) o que está faltando e qual o impacto desta falta na operação?

(f) que linha de ação deverá ser apoiada?

(g) onde estão os elementos a serem apoiados durante a operação?

11-6. TRENS

a. Generalidades

(1) Trens é a designação genérica dada ao conjunto dos elementos em pessoal, viaturas e equipamentos destinados a proporcionar apoio logístico a uma unidade.

(2) Os trens do Rgt podem ser empregados reunidos ou desdobrados em trens de combate (TC) e trens de estacionamento (TE). Esta última é a situação normal para o apoio às operações do Rgt. Os trens do regimento são instalados, mobiliados e operados pelo Esqd C Ap.(Fig 11-2)

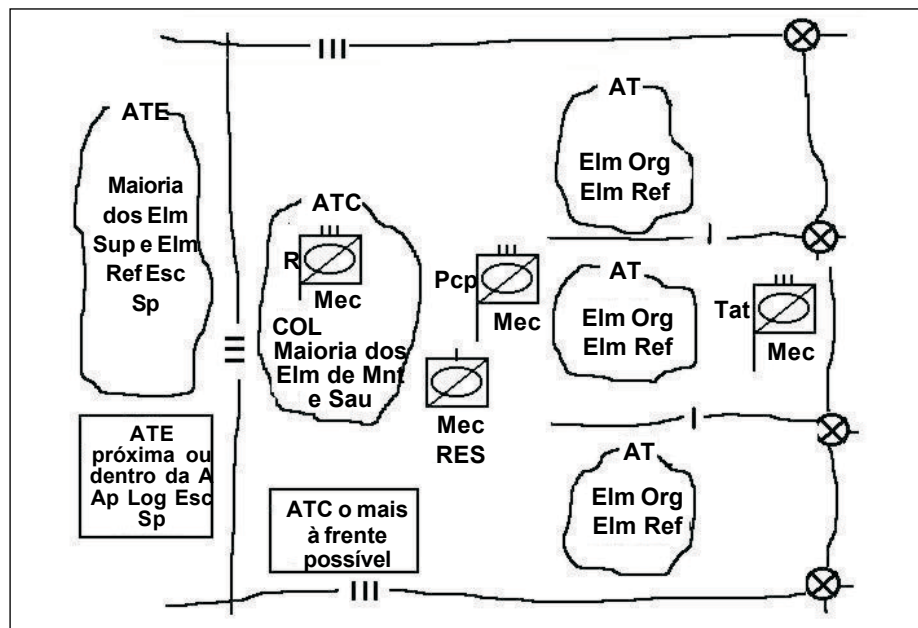



Fig 11-2. Desdobramento dos trens do R C Mec

(3) A repartição dos meios de apoio logístico do regimento entre os TC e TE varia com a missão, a situação tática, o terreno, os meios disponíveis, as condições meteorológicas, considerações de tempo e espaço e a manobra logística planejada pelo regimento.

(4) Área de trens de combate (ATC) é a região da Z Aç da U onde são reunidos os elementos logísticos necessários a um apoio mais cerrado às subunidades.

(5) Área de trens de estacionamento (ATE) é a região onde são reunidos os TE da unidade e onde poderão desdobrar-se instalações de apoio recebidas do escalão superior. Normalmente, se instala na ATE a seção leve de manutenção, recebida da Cia Log Mnt /B Log. De acordo com a situação, equipes desta seção poderão ser lançadas à frente, para assegurar o apoio cerrado às operações de combate.

(6) Área de trens de unidade (ATU) é a região onde os trens do R C Mec permanecem reunidos, normalmente, numa Z Reu.

b. Possibilidades - Os trens do R C Mec fornecem apoio logístico às subunidades e aos elementos em reforço, particularmente no que se refere a manutenção orgânica, todas as classes de suprimento, posto de socorro (inclusive evacuação de feridos das subunidades), transporte de suprimento, evacuação do material danificado, capturado e salvado e registro e evacuação de mortos.

c. Composição

(1) Trens de combate (TC)

(a) Os trens de combate são organizados para prestar apoio logístico imediato aos elementos empregados à frente, nas operações de combate.

(b) A composição dos TC é variável, dependendo das conclusões do estudo dos fatores da decisão. Em princípio, integrarão os TC a maioria dos meios de saúde e de manutenção do R C Mec e os elementos necessários para assegurar os suprimentos de classe III e V(M) às subunidades.

(c) Nas operações de grande mobilidade, tais como o aproveitamento do êxito, é aconselhável colocar nos TC o grosso dos elementos de apoio logístico orgânicos, para evitar que o aumento das distâncias torne problemática a distribuição diária de suprimentos aos elementos de combate.

(2) Trens de estacionamento (TE)

(a) Os TE compõem-se dos elementos de Ap log não incluídos nos TC, não necessários, portanto, para o apoio imediato às operações de combate.

(b) Geralmente os TE serão integrados pela maioria dos meios do pelotão de suprimento e pelos elementos de manutenção e de saúde indispensáveis ao apoio dos próprios integrantes dos TE.

d. Localização e deslocamentos

(1) Considerações gerais

(a) Em todas as situações, os trens são localizados e se deslocam de modo a prestar apoio oportuno e adequado em suprimentos, evacuação médica e manutenção aos elementos de combate. Os órgãos de apoio dos escalões superiores são orientados e se situam em consonância com a localização das unidades subordinadas.

(b) A localização dos trens é atribuição do S4 que, no caso da ATE, mantém estreito entendimento com o E4 da brigada.

(c) Para melhor atender à prestação do Ap Log, a análise da localização de uma área de trens deve considerar a manobra, o terreno, a segurança (do fluxo e das instalações) e a situação logística.

(2) Manobra

(a) Apoio cerrado - Avaliação da distância, medida por estrada até aos elementos a apoiar, considerando-se prioritária a Z Aç do elemento que realiza o esforço principal.

(b) Favorecimento do esforço da ação tática - Posição relativa da área de trens em face do ataque principal, na ofensiva, ou da maioria de meios, na defensiva, considerada a malha viária existente.

(c) Continuidade do apoio - Capacidade de apoiar a todos os elementos empregados até o fim da operação prevista, com o mínimo de mudanças de posição.

(d) Distância máxima de apoio - É a maior distância, medida por estrada, admitida entre a ATE e a ATSU mais afastada, passando pela ATC. Caso a ATE se localize no interior da área de apoio logístico do escalão superior, tomar-se-á como referência as respectivas áreas de trens de combate (ATC). Quando a localização das áreas de trens de subunidade não forem definidas, a referência será a LC ou o LAADA, na Z Aç dos elementos mais afastados a apoiar. Se, na Z Aç considerada, as rodovias existentes não atingem a LC ou o LAADA, buscar-se-á a maior distância de apoio possível, ou seja, o ponto mais afastado por estrada. A distancia máxima de apoio é função da velocidade e capacidade das viaturas disponíveis para apoiar os elementos de 1º escalão e a capacidade do regimento realizar o apoio necessário à noite.

(e) Interferência com a manobra - Possibilidade de dificultar ou impedir os deslocamentos das U em reserva e das unidades de apoio ao combate, ou, ainda, restringir o espaço necessário ao desdobramento de instalações de comando e elementos em Z Reu.

(3) Terreno

(a) Rede rodoviária compatível - Capacidade de tráfego que assegure ligações com o Esc Sp e elementos apoiados, e da disposição da malha viária, quando se refere à circulação no interior da área.

(b) Existência de construções - Quantidade, tipo e disposição no terreno das construções existentes e passíveis de serem aproveitadas para melhorar a prestação do apoio;

(c) Cobertas e abrigos - Existência de cobertas e abrigos naturais, capazes de proporcionar ocultação e/ou proteção às instalações;

(d) Obstáculos no interior da área - Obstáculos naturais ou artificiais, capazes de restringir ou impedir o movimento sobre uma via de circulação interna ou periférica, de dissociar uma parte da área ou de reduzir seu espaço aproveitável;

(e) Diminuição da responsabilidade territorial - Verificação, a partir da visualização do provável limite de retaguarda, da extensão dos encargos territoriais decorrentes da escolha desta ou daquela área. A importância da cada área cresce na razão inversa dos encargos por ela gerados;

(f) Solo consistente e existência de água - transitabilidade interna da área, condições do solo para as instalações logísticas e existência de fontes de água.

(4) Segurança

(a) Segurança do fluxo

1) Distância de apoio x possibilidades do inimigo - Quanto maior for a distância a percorrer para proporcionar o apoio, maior será a possibilidade de intervenção do inimigo sobre o fluxo.

2) Pontos críticos x possibilidades do inimigo - Um ponto crítico,

situado ao longo de uma via utilizada como E Sup Ev, oferece ao inimigo a possibilidade de interferir no fluxo, levando à sua restrição ou interrupção. Como pontos críticos, podem ser considerados viadutos, pontes, passagens de nível, desfiladeiros e outros.

3) E Sup Ev x possibilidades do inimigo - Quanto mais próximo o eixo de suprimento e evacuação passar por regiões adequadas ao homizio e interferência do inimigo, maior é a necessidade de proteção dos comboios e de patrulhamento de estradas;

4) E Sup Ev x flancos expostos - Quanto mais próximo o eixo de suprimento e evacuação estiver de flancos expostos às penetrações inimigas, maior ameaça existe à continuidade do fluxo de apoio.

(b) Segurança das instalações

1) Dispersão e apoio mútuo - As dimensões da área devem permitir adequada e suficiente dispersão das instalações, sem prejuízo para o apoio mútuo requerido entre os elementos que se desdobram dentro da área de trens. Essas dimensões podem variar em função, principalmente, do terreno e dos meios a desdobrar.

2) Facilidade para a defesa - As características do terreno devem facilitar a defesa do pessoal e das instalações. É propiciada pela existência de elevações que permitam a instalação de postos de vigilância, de cursos de água obstáculos, onde os limites da referida área possam se apoiar, ou a inexistência de faixas ou pontos favoráveis à infiltração inimiga.

3) Proximidade de tropa amiga - Considerar, particularmente, a proximidade de forças em reserva, que estejam justapostas à região considerada ou dela tão próximas que permita incluí-la, total ou parcialmente, no seu dispositivo de segurança.

4) Flancos expostos ou protegidos - Afastamento de uma área em relação a flancos expostos à penetração do inimigo ou de flanco seguramente protegido por tropas vizinhas ou por obstáculos de vulto;

5) Distância de segurança - É a menor distância, em linha reta, admitida entre a área de trens e a linha de contato (LAADA nas operações defensivas).

(5) Situação Logística

(a) Localização atual das instalações de apoio logístico do escalão superior - caracteriza-se pela orientação da (s) ligação (ões) rodoviária (s) existente (s).

(b) Localização atual da área de trens - baseia-se em que a mudança de posição implica em prejuízos às atividades logísticas e desgaste do pessoal e do material;

(c) Localização atual das ATSU dos elementos apoiados;

(d) Estrada principal de suprimento em uso e as previstas para serem usados no prosseguimento das ações;

(6) Outros aspectos - Devem ser considerados na escolha de regiões para o desdobramento da área de trens: sigilo das operações, otimização do transporte, limitações dos meios de transporte, atitude da população, prazos, duração das operações e flexibilidade.

e. Área de trens de combate - ATC

(1) A ATC localiza-se na Z Aç do Rgt e, sempre que possível, próximo ao PCP da U. (Fig 11-3)

(2) Com os TC desdobrados, as dimensões mínimas da ATC, face à necessidade de dispersão das viaturas e instalações, são de 500 X 600 m.

(3) Por motivos de segurança, a ATC não deve se localizar a menos de 1,5 km da LC/LP nas operações ofensivas e 2,5 km do LAADA em operações defensivas (o S4 deverá sempre levar em consideração o alcance da artilharia Ini, para fins de cálculo de distância mínima de segurança).

Fig 11-3. Área de Trens de Combate

(4) Poderão ser desdobradas na ATC as seguintes instalações:

(a) posto de remuniciamento avançado;

(b) posto de socorro do regimento;

(c) posto de coleta de mortos;

(d) posto de distribuição de Cl I avançado;

(e) posto de distribuição de Cl III avançado;

(f) área de manutenção de viaturas e armamento;

(g) área de cozinhas;

(h) área de estacionamento de viaturas; e

(i) outras instalações.

f. Área de trens de estacionamento - ATE

(1) A ATE, normalmente, se localiza na área de retaguarda da brigada, próxima da área de apoio logístico (A Ap Log) e fora desta.(Fig 11-4)

(2) Em algumas situações, quando haja necessidade de se adotar medidas de segurança mais acentuadas, os TE poderão localizar-se no interior

da A Ap Log da Bda, ocupando, neste caso, sua orla anterior. Isto ocorrerá, comumente, nas operações defensivas.

(3) No caso da Bda abrir uma subárea de apoio logístico (SA Ap Log) para apoiar o Rgt, será normal a localização da ATE junto a essa subárea.

(4) Tendo em vista as necessidades de dispersão dos trens, a ATE deve medir no mínimo 500 x 1.000 m.

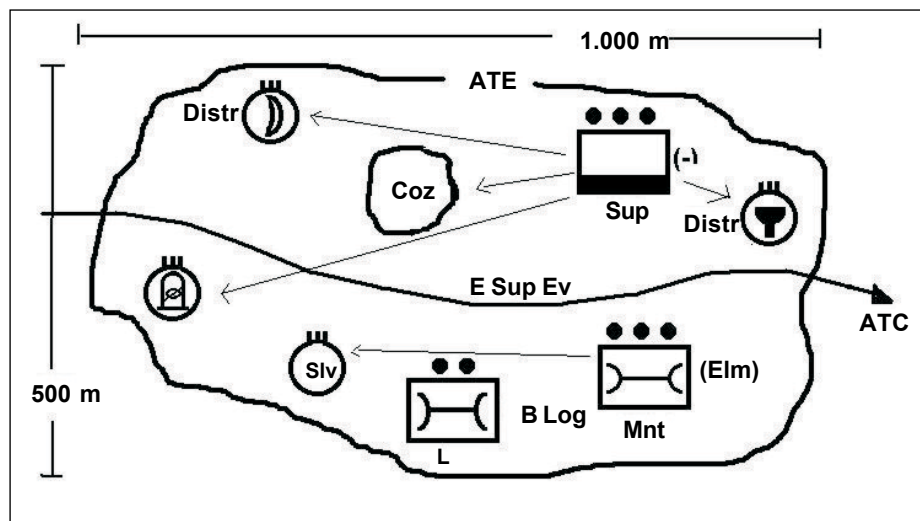



Fig 11-4. Área de Trens de Estacionamento

(5) Por motivos de segurança, a ATE não deve se localizar a menos de 3 km da LC/LP nas operações ofensivas e 6 km do LAADA nas operações defensivas.

(6) Normalmente são desdobradas na ATE as seguintes instalações:

(a) posto de remuniciamento recuado;

(b) posto de coleta de salvados (em caso de necessidade);

(c) posto de distribuição de Cl I recuado;

(d) posto de distribuição de Cl III recuado;

(e) área de cozinhas;

(f) área de estacionamento de viaturas; e

(g) outras instalações.

g. Controle

(1) O S4 é o responsável, perante o comandante, pelo controle dos trens da unidade. Ele estuda continuamente a situação, a fim de propor a oportunidade do deslocamento dos trens, de maneira a facilitar o apoio às operações futuras. As prováveis áreas de trens devem ser levantadas antecipadamente, a fim de agilizar a manobra logística.

(2) Após a decisão de realizar um deslocamento, o S4, em coordenação com o S3, aciona o reconhecimento dos itinerários e das novas áreas e expede a ordem de deslocamento, normalmente verbal.

(3) Em princípio, o comandante dos TE é o Cmt do Esqd C Ap e dos TC

é o Sub Cmt do Esqd C Ap, tendo como substitutos eventuais os Cmt dos Pel Sup e Mnt, respectivamente.

(4) A esses oficiais caberá determinar a localização específica de cada elemento na respectiva área de trens, bem como a responsabilidade pela execução dos deslocamentos, o controle e a segurança dos trens.

(5) Quando reunidos, os trens do regimento ficarão sob o controle direto do próprio comandante do Esqd C Ap.

h. Emprego dos TC

(1) Durante as operações de movimento rápido, torna-se necessário o deslocamento quase contínuo dos TC, para evitar que o aumento da distância dos elementos de combate impossibilite a execução oportuna do apoio. Entretanto, o movimento constante dos TC limita a eficiência dos elementos de apoio logístico, particularmente os de manutenção, pela falta de tempo e de condições adequadas de trabalho.

(2) Nas situações de movimentos mais lentos, os TC poderão permanecer estacionados por longos períodos, deslocando-se por lanços, quando a distância em relação aos elementos apoiados se tornar demasiadamente grande para permitir um apoio oportuno.

(3) Os elementos dos TC se encarregam da sua própria segurança aproximada. A segurança afastada, normalmente, é obtida pela localização dos TC próximos aos elementos de combate e da reserva. Entretanto, em situações de movimento rápido poderá ser necessário fornecer escolta aos TC ou enquadrá-los na própria formação de combate, para proporcionar-lhes segurança.

i. Trens das subunidades

(1) Os trens das subunidades (TSU) são constituídos pelos elementos da seção de comando, os elementos de saúde (socorro e evacuação) em reforço e os elementos de manutenção do Pel Mnt e as turmas de aprovisionamento do Pel Sup, quando distribuídos em Ref ou Ap Dto.

(2) No regimento, normalmente, os TSU permanecem com as respectivas SU. Todavia, uma parte deles, não necessária ao apoio imediato às operações da subunidade, pode se desdobrar à retaguarda, na ATC ou ATE do R C Mec.

(3) A área de trens de subunidade (ATSU) deve medir, no mínimo, 50 X 100 m, para permitir uma dispersão adequada.

11-7. EIXO DE SUPRIMENTO E EVACUAÇÃO (E Sup Ev)

a. E Sup Ev é a estrada ou, eventualmente, uma direção selecionada para, através dela, ser executado o grosso das atividades de suprimento e evacuação da responsabilidade do regimento.

b. O E Sup Ev se estende da ATE do R C Mec à ATSU da SU que realiza o esforço principal, passando pela ATC. Ramifica-se, de acordo com as necessidades, para os demais elementos de primeiro escalão.

c. O R C Mec é responsável pela segurança do seu E Sup Ev.

11-8. PACOTES LOGÍSTICOS

a. O sistema mais eficiente para o apoio aos elementos de 1º escalão é o executado através da entrega de PACOTES LOGÍSTICOS (Pac Log) às SU.

b. Os Pac Log são o conjunto de suprimentos necessários para uma subunidade, em determinado período de tempo, normalmente para uma jornada completa, e para determinada operação de combate, mais as viaturas logísticas do Esqd C Ap para transportá-los até os Esqd C Mec.

c. Os Pac Log são organizados na ATE pelo Cmt Pel Sup sob a orientação do Adj S4 ou, diretamente pelo S4. O R C Mec deve possuir pacotes logísticos PADRONIZADOS por SU e por tipo de operação de combate. Cada Pac Log padronizado deverá possuir o suprimento necessário (estimado) para uma SU em uma jornada. O emprego de Pac Log padronizados tem por finalidade agilizar os trabalhos na ATE.

d. De posse das informações transmitidas pelas subunidades, contendo suas necessidades para a operação ou para a jornada seguinte, o S4 e o Cmt Pel Sup introduzem as modificações necessárias nos Pac Log padronizados, adequando-os às necessidades de cada subunidade.

e. A entrega dos Pac Log nas subunidades dependerá, em princípio, da situação tática e logística existente. Poderão ser entregues a qualquer hora, conforme a urgência e a necessidade. Normalmente, os Pac Log são deslocados da ATE para a ATC, ou diretamente para o PIL (Ponto Intermediário Logístico), em uma única unidade de marcha, sob o controle do 2º Sgt Armz do Grupo de Comando do Pel Sup, no início da noite. A entrega do suprimento às subunidades deverá ser feita, em princípio, durante períodos de baixa visibilidade (noite e madrugada) a fim de aumentar a segurança do apoio logístico. Pac Log especiais poderão ser organizados e deslocados para a frente, a qualquer momento.

f. O planejamento e coordenação das operações de Pac Log no Rgt é realizado pelo S4. O Oficial de Logística do Rgt deve assegurar-se de que o suprimento dos Pac Log será suficiente para apoiar as SU, no período e na operação tática prevista.

g. As NGA do Rgt devem estabelecer a organização básica dos Pac Log (viaturas e pessoal). Um Pac Log de SU deverá, em princípio, incluir: (Fig 11-5)

(1) 01 (uma) Viatura de Suprimento Classe I: poderá ser previsto uma viatura para cada pacote logístico de SU ou uma única viatura para transportar o suprimento das SU, transferindo, no PIL, o suprimento de cada SU para as viaturas dos Sgt Furriéis. Esta viatura transporta basicamente as rações de combate ou o suprimento necessário à confecção das rações pelas Tu Aprov em Ap Dto. Caso seja previsto uma viatura por Pac Log de SU, ela poderá tracionar um reboque cisterna de 1.500 l de água, para realizar a troca pelo reboque da SU. Poderá transportar também outros tipos de suprimento, itens diversos, recompletamentos de pessoal e a correspondência individual dos integrantes da SU.

(2) 01 (uma) Viatura de Suprimento Classe III (Cisterna de Combustível): transportará o combustível necessário à SU.

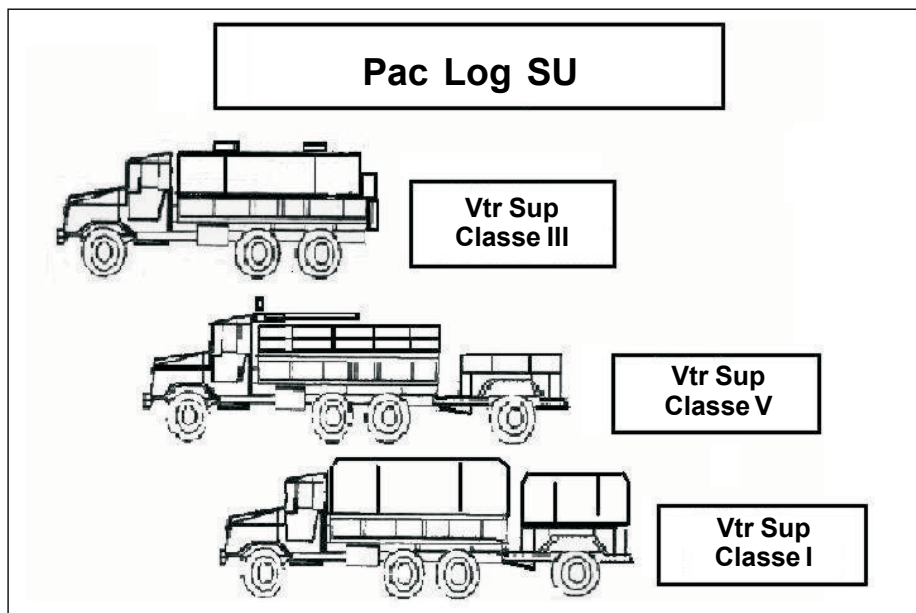



Fig 11-5. Pacote Logístico de SU

(3) 01 (uma) Viatura de Suprimento Classe V (Munição): esta viatura transporta o conjunto das munições necessárias aos sistemas de armas da SU. As NGA do regimento poderão estabelecer pacotes padronizados de munição, por SU e por tipo de operação / dia ou período considerado. Estes pacotes padronizados poderão ser modificados de acordo com a situação logística e a necessidade das subunidades.

h. Além das viaturas previstas para os Pac Log das SU, será prevista uma Viatura de Suprimento Geral. Esta viatura deverá transportar outros itens de suprimento não incluídos nas outras viaturas, como óleos, lubrificantes e outros. O 2º Sgt Armt do Pel Sup coordenará a unidade de marcha dos Pac Log desta viatura. No PIL, ou na ATC, o suprimento será repassado para as viaturas dos Sgt Fur. i. Um Pac Log para pelotão é normalmente transportado em uma única viatura. A água e o combustível serão transportados em tonéis de 200 l ou camburões de 20 l, na própria viatura ou em um reboque.

j. O comboio dos Pac Log das SU deve chegar no PIL na hora determinada pelo S4. Sua permanência neste local deverá ser regulada pelas NGA do Rgt, em princípio, deverá será o menor possível. As NGA deverão estabelecer também os procedimentos de segurança a serem adotados durante o deslocamento do Pac Log da ATE até o PIL e, neste local.

l. O S4 ou o Cmt Esqd C Ap (coordenador do Ap Log no PIL) e elementos da 1ª e da 4ª Seções (COL) deverão estar presentes no PIL, ou na ATC, durante a entrega dos Pac Log às SU. No PIL será estabelecido contato entre o Sgt Fur das SU e os elementos das 1ª e 4ª Seções e do Pel Sup. Neste contato deverá ser transmitido ou informado:

(1) mudança das necessidades logísticas em face da alteração da constituição das SU;

(2) a situação do efetivo, suprimento e manutenção das SU;

(3) as necessidades logísticas da SU para o período seguinte;

(4) entrega e recebimento de documentos e correspondências;

(5) uma atualização da situação logística da SU;

m. Após receberem seus Pac Log os Sgt Fur conduzem as viaturas de suprimento para a ATSU ou para o local determinado pelo Sub Cmt SU, onde será entregue o suprimento. Após a entrega do suprimento, o Sgt Furriel conduzirá as viaturas de suprimento até o PIL, ou ATC, liberando-as e entregando-as ao 2º Sgt Armz do Pel Sup.

n. As viaturas dos Pac Log das SU poderão ser reunidas, após a entrega do suprimento, no PIL ou na ATC, conforme planejamento do S4. Após recebidas todas estas viaturas, será organizada novamente a unidade de marcha sob o controle do Pel Sup, sendo deslocada imediatamente para a ATE, onde terão início os trabalhos de preparação e organização dos Pac Log da jornada seguinte.

o. A entrega de suprimentos necessários ao PCP / PCT, Pel Mrt P, instalações da ATC e da ATE e elementos em reforço ou apoio ao Rgt deverão ser objeto de planejamento específico do S4, sendo previstos na Manobra Logística os processos, a hora e o local de entrega do suprimento, bem como quem coordenará esta atividade.

11-9. PROCESSOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SUPRIMENTO

a. O Pac Log é o método usual para a distribuição de suprimento aos elementos subordinados do regimento. Conforme o estudo de situação do S4, poderão ser empregados os seguintes processos de distribuição de suprimento:

(1) Apoio nos Pontos Intermediários Logísticos (PIL) (Fig 11-6): são pontos de encontro entre os elementos apoiado e apoiador, previamente selecionados, onde se realizam atividades logísticas de suprimento, recompletamento, evacuação de material e mortos, recolhimentos e trocas diversas, visando assegurar a continuidade do apoio em determinada operação.

(a) A manobra logística do regimento poderá prever a localização do PIL, para cada operação de pacote logístico (Pac Log). A localização do PIL será determinada pelo S4, baseado no estudo da situação tática e logística e na necessidade de segurança para a operação de suprimento planejada (Pac Log).

(b) Em princípio, a manobra logística deverá estabelecer para o Ponto Intermediário Logístico:

1) Localização

a) O PIL deverá ser localizado entre a ATC e as ATSU dos elementos de 1º escalão, o mais à frente possível quanto a situação tática o permitir.

b) Sua localização deverá ser feita em local de fácil acesso e com dimensões que permitam a necessária dispersão das viaturas e a realização das atividades logísticas.

c) A localização do PIL deverá ser alterada constantemente, para cada operações de Pac Log ou período de operações, a fim de dificultar a sua localização pelo inimigo.

2) Hora / Horário

a) Deverá ser estabelecido a hora em que o comboio dos Pac Log chegará ao PIL e se desdobrará para a operação de entrega dos pacotes às SU.

b) O S4 estabelecerá, também a hora, ou horário, em que o Sgt Furriel de cada subunidade deverá chegar ao PIL. Poderá ser estabelecido uma hora única para que todos os furriéis estejam no PIL, a fim de que possam ser reunidos pelos elementos do COL para acertarem detalhes sobre a manobra logística, situação do pessoal, para a troca de informações, documentos e correspondência ou, poderá ser estabelecido um horário diferenciado para cada subunidade. A situação tática deverá determinar o processo a ser utilizado.

c) O processo de hora única reúne, em determinado momento, um maior número de viaturas e pessoal próximo à linha de frente, podendo constituir-se em alvo compensador para o inimigo, já o processo de horário específico para cada elemento apoiado reúne, por um período maior de tempo, as viaturas logísticas e o efetivo da operação de Pac Log num local muito próximo da frente de combate, facilitando a sua localização pelo inimigo.

3) PIL Alternativo - Deverá ser previsto para cada operação de Pac Log um (ou mais de um) PIL Alternativo para, caso a situação tática evolua ou a atuação do inimigo torne o local do PIL Principal inseguro para as atividades logísticas, os meios e o efetivo envolvido possam ser transferidos para um local onde a operação possa ser realizada com segurança.

4) Coordenador da Operação de Pac Log no PIL

a) O S4 estabelecerá, na manobra logística, quem será o coordenador das atividades no PIL. Em princípio, o Cmt SU C Ap será o coordenador destas atividades.

b) O coordenador do PIL deverá possuir autoridade para cancelar, transferir ou alterar a operação e modificar procedimentos e medidas de segurança previstas na NGA ou na manobra logística, conforme a situação o exigir.

c) O próprio S4, seu Adjunto e o S1 poderão, eventualmente, coordenar as atividades no PIL.

5) Segurança

a) Se as NGA do regimento não estabelecerem, o S4 deverá prever na manobra logística as medidas de segurança e os procedimentos necessários para a proteção do PIL durante seu funcionamento.

b) O S4 poderá empregar um Pel C Mec para a segurança aproximada do PIL, durante a realização das atividades logísticas naquele local. Para isto, deverá coordenar o emprego deste pelotão com o S2 e o S3.

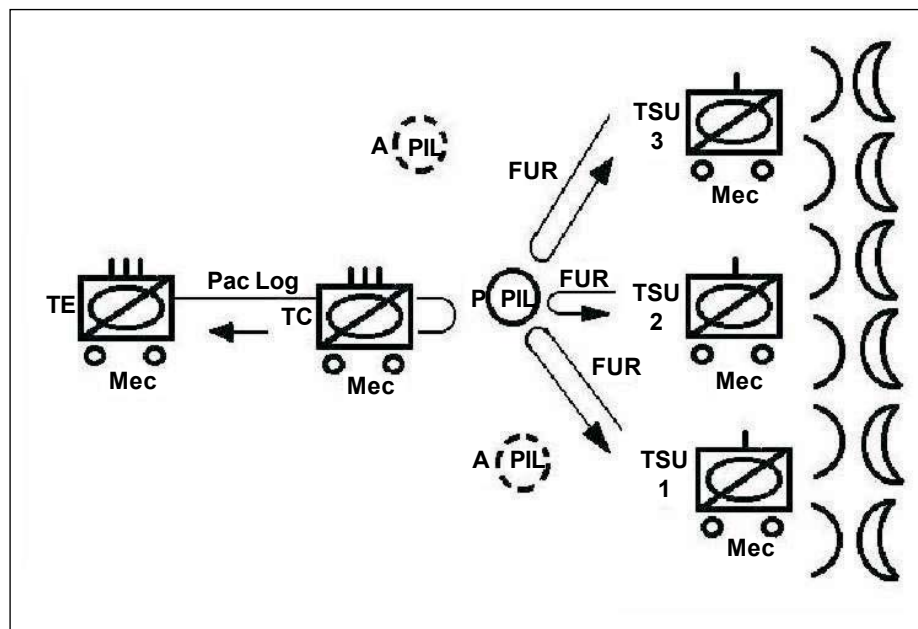



Fig 11-6. Ponto Intermediário Logístico

(2) Apoio nos Trens de Combate: a ATC possui uma limitada quantidade de suprimento de Classe III e V para situações de emergência (reserva tática do regimento). O S4 poderá determinar que elementos da ATC realizem a entrega deste suprimento na ATSU (distribuição na SU) ou, que elementos das SU recebam o suprimento diretamente na ATC (distribuição na instalação de suprimento).Caso seja efetuado o suprimento dos trens de combate os Pac Log deverão ser deslocados da ATE para a ATC diariamente para que as SU possam ser ressupridas.

(3) Suprimento pré-posicionado: este processo especial de suprimento poderá ser utilizado, principalmente na defensiva e nos movimentos retrógrados. O suprimento (Pac Log) necessário a determinada posição defensiva, ou de retardamento de uma SU, poderá ser pré-posicionado no campo de batalha, para agilizar o apoio logístico ou, por medidas de segurança.

(4) Reserva Móvel de Suprimento: este processo especial de suprimento poderá ser utilizado nas operações ofensivas de grande mobilidade, quando o eixo de suprimento e evacuação do regimento tende a ficar demasiadamente estendido. Viaturas de suprimento, normalmente as do Pac Log padronizado, são entregues em reforço, colocando todo o suprimento necessário a determinada operação ou fase da operação, junto à SU.

(5) Suprimento Aéreo: indicado para operações profundas que exijam grandes e rápidos deslocamentos, quando não há rede viária adequada ou os meios de transporte terrestres são restritos. Confere rapidez às operações do Regimento, mas é extremamente dependente da disponibilidade de meios e de

condições meteorológicas favoráveis. Os processos de desembarque do suprimento são o descarregamento e o lançamento por pára-quedas ou em queda livre.

b. O suprimento na ATSU - Após receber os Pac Log, o suprimento poderá ser entregue na posição dos Pel ou os mesmos poderão pegá-lo, por faxina, na ATSU, de acordo com os fatores da decisão.

11-10. ATIVIDADE DE SUPRIMENTO

a. Generalidades

(1) Nas Bda Mec é utilizado, em princípio, o processo de distribuição de suprimento na U. Entretanto, também, poderá ser realizada a distribuição em instalação de suprimento, combinando-se assim o emprego dos meios de transporte do B Log e do Rgt.

(2) Eventualmente, em função das características da operação ou das condições da região de operações, o R C Mec poderá receber os seus suprimentos através de processos especiais de distribuição de suprimento, como: comboio especial de suprimento, posto de suprimento móvel, reserva móvel e suprimento por via aérea. Maiores detalhes sobre os processos especiais de suprimento são encontrados no manual que regula a Logística Militar Terrestre.

(3) Para fins de planejamento e administração o material é grupado em dez classes de suprimento abaixo discriminadas:

(a) Classe I - Material de subsistência.

(b) Classe II - Material de intendência.

(c) Classe III - Combustíveis e lubrificantes.

(d) Classe IV - Material de construção.

(e) Classe V - Armamento e munição (inclusive químico, biológico e nuclear).

Classe V (A) - Armamento.

Classe V (M) - Munições, minas e explosivos.

(f) Classe VI - Material de engenharia e cartografia.

(g) Classe VII - Material de comunicações, eletrônica e informática.

(h) Classe VIII - Material de saúde.

(i) Classe IX - Material de motomecanização e aviação.

(j) Classe X - Material não incluído nas outras classes:

b. Suprimento Classe I

(1) Ração

(a) Ração é a quantidade de alimentos necessários para manter um homem durante um dia.

(b) As rações, normalmente utilizadas pelo Rgt são as seguintes: R-1A, R-1B, R-2A, R-2B, R-3 e AE.

(c) Durante o combate, as rações a serem consumidas pelos elementos de 1º Escalão serão as rações de combate (R-2 A e R-2 B). As rações R-1 A e R-1 B será consumida, sempre que possível, nas Z Reu ou nas situações

estáticas do combate.

(d) A distribuição de rações R-1 A e R-1 B à tropa dependerá da situação tática, da disponibilidade de água tratada para a sua confecção e de ordem do escalão superior.

(e) Compete ao S4 o planejamento e a supervisão do preparo das rações e o planejamento de sua distribuição à tropa (assessorado pelo Of Aprov).

(2) Escalonamento das rações

(a) Com o homem - Cada homem transporta uma alimentação de emergência (AE), que só é consumida mediante ordem. A alimentação de emergência não faz parte da reserva orgânica do regimento e, quando houver necessidade de se fazer um pedido, o mesmo é feito considerando-se o efetivo existente.

(b) Com as SU e o Rgt - De acordo com o quadro abaixo:

ELEMENTO	TRANSPORTE	RAÇÃO	QUANTIDADE
SU (Tu Aprv em Rfr ou Ap Dto)	Nas cozinhas	A prevista para a Op (consumo imediato)	2/3 a 1 2/3 de ração para o efetivo existente na subunidade.
	Nas viaturas	R-2A ou R-3	1 ração para o efetivo previsto na SU.
Regimento	Pel Sup / Esqd C Ap	R-2A ou R-3	1 ração para o efetivo previsto no regimento.

(c) Reserva orgânica de suprimento Classe I - É a quantidade de suprimento desta classe existente e que não esteja destinado para consumo imediato. O escalonamento referido no subparágrafo anterior indica a existência de duas rações (R-2A ou R-3) não destinadas ao consumo imediato e que constituem, portanto, a reserva orgânica de Sup Cl I do RCMec. A reserva orgânica é consumida quando necessário, sem que se peça autorização ao escalão superior. Logo após ser consumida, o regimento participa tal fato a Bda e pede a reposição do Sup ao B Log.

(d) Suprimento automático ou a pedido

1) Sempre que possível não haverá pedido de Sup Cl I, pois o Sup será automático entre o escalão superior e o escalão subordinado.

2) O suprimento automático compreende as rações necessárias para o consumo imediato. Baseia-se no efetivo existente, informado a partir do sumário diário de pessoal.

3) O Rgt fará um pedido eventual nas seguintes situações:

a) necessidades de recomposição de sua reserva orgânica, quando for atingido o nível mínimo previsto nos planos e ordens de Ap Log;

b) necessidades de recomposição do número de AE, com base no efetivo existente;

c) quando o tipo de ração a ser consumida em cada uma das três refeições de um ciclo de ração não for a prevista;

d) quando o excesso de rações comprometer a capacidade de transporte ou a mobilidade; e

e) quando for julgado, por outras razões, estritamente necessário.

4) Por ocasião dos pedidos eventuais serão feitos os reajustamentos necessários para a recomposição dos níveis previstos.

3) Recebimento - ATE fora da A Ap Log da Bda - O Rgt recebe as rações solicitadas em seu P Distr Cl I na ATE, cabendo a responsabilidade pela entrega ao B Log da Bda. É a situação mais normal.

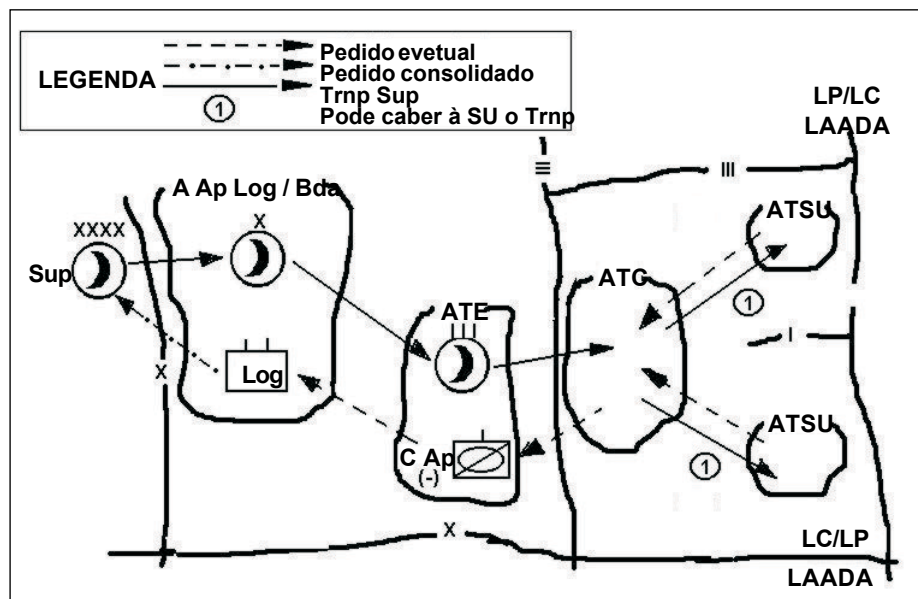



Fig 11-7. Fluxo de suprimento classe I

(3) ATE na A Ap Log da Bda - Neste caso, é normal que a Bda utilize o processo de distribuição em instalação de suprimento, cabendo ao Rgt ir receber as rações, com seus próprios meios, no P Distr Cl I instalado pelo B Log.

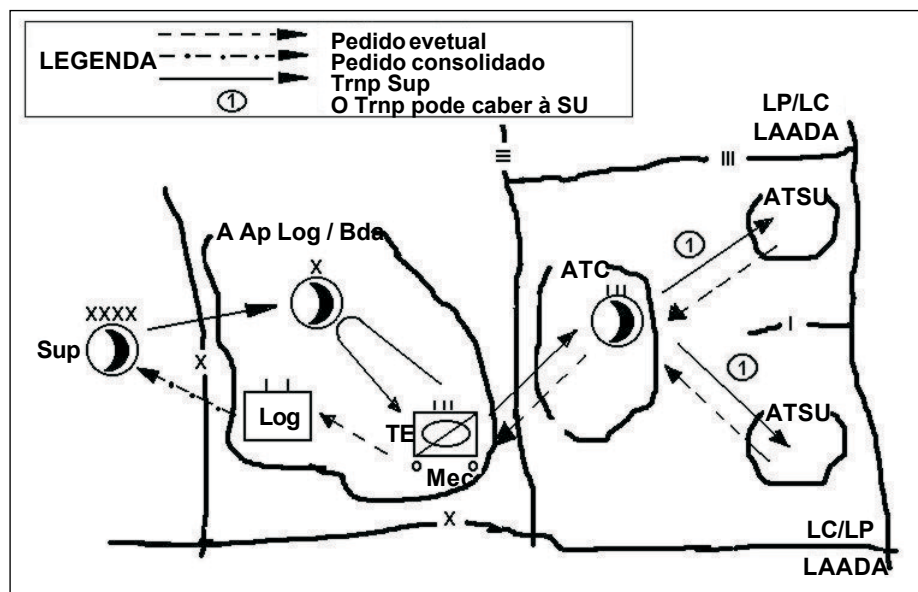



Fig 11-8. Fluxo de suprimento classe I (alternativo)

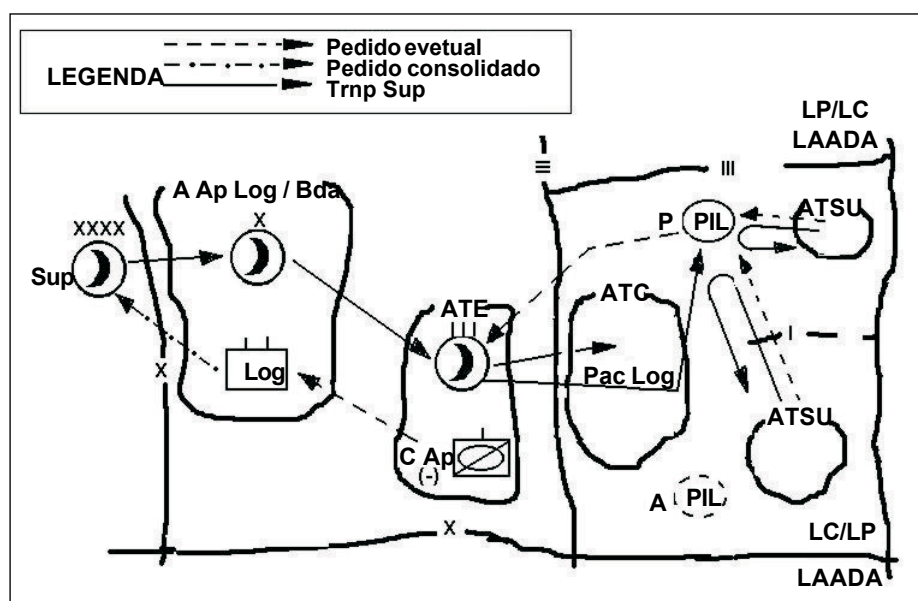



Fig 11-9. Fluxo de suprimento classe I (PIL)

(4) Preparo e distribuição das refeições - As cozinhas de campanha, em princípio, ficarão centralizadas no Pel Sup. Quando determinado o consumo de ração normal, as SU poderão receber em Ap Dto ou em Ref as Tu Aprov do Pel Sup. As rações poderão, também, ser preparadas na ATC/ATE e distribuídas às SU nas ATSU.

c. Suprimento Classe III

(1) Pedido

(a) O R C Mec envia à Bda um relatório diário da situação de Sup Cl III, que tem efeito de pedido.

(b) Esse relatório é elaborado na Sec Sup do Pel de Sup, pelo Gp Sup Cl III e dele constam, basicamente, duas informações:

1) quantidade de combustível existente nas cisternas da unidade, sem incluir o combustível já utilizado no abastecimento das viaturas;

2) estimativa das necessidades para o período seguinte (normalmente 24 horas)

(c) Com base no relatório diário de situação, a Bda abre um crédito para o regimento. O crédito de Sup Cl III não consumido no período considerado não é acumulado para o período seguinte.

(2) Recebimento

(a) O regimento se supre no P Distr Cl III da A Ap Log da Bda.

(b) O reabastecimento de combustível é feito, normalmente, por troca ou recompletamento da viatura cisterna ou de vasilhames.

(c) No que diz respeito a graxas e lubrificantes, o Gp de Mnt de Vtr do Pel Mnt, que opera o P Distr Cl III, ao esvaziar um ou mais recipientes de graxas e lubrificantes, envia-os ao P Distr Cl III da Bda, onde o ressuprimento é feito pela simples troca dos recipientes vazios pelos cheios.

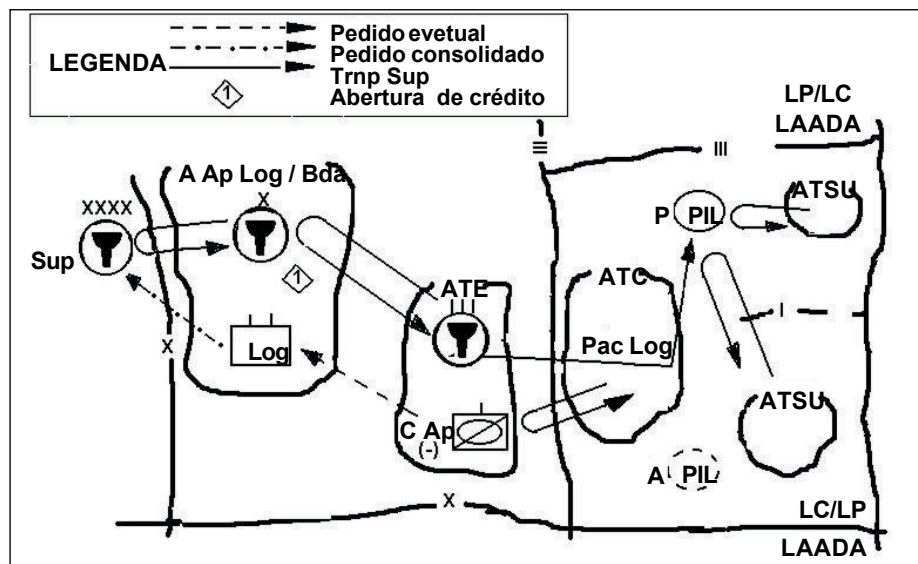



Fig 11-10. Fluxo de suprimento classe III (PIL)

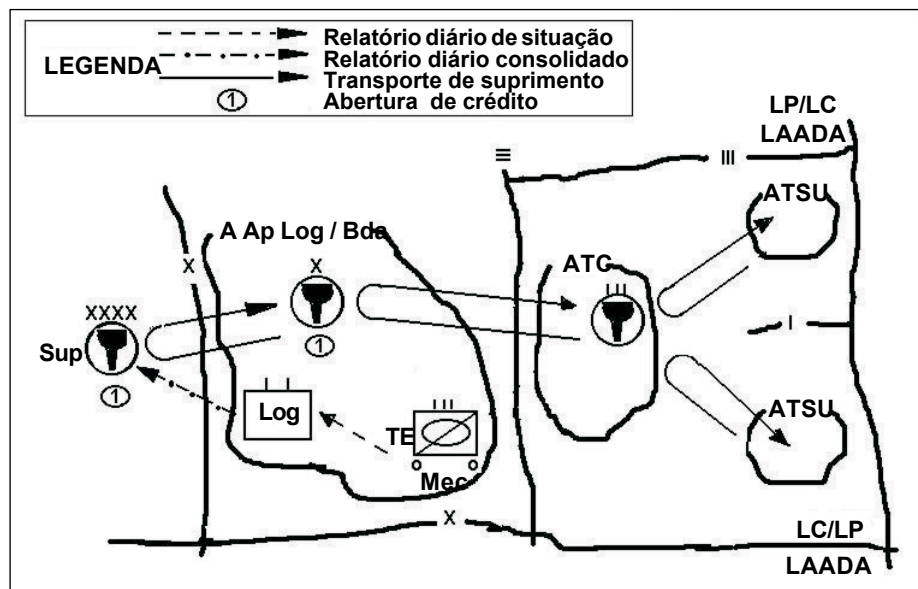



Fig 11-11. Fluxo de suprimento classe III (ATE na A Ap Log)

(3) Distribuição às subunidades

(a) O reabastecimento das viaturas será feito, em princípio, à noite. No Ponto Intermediário Logístico(PIL) ou na ATC, os Pac Log serão entregues aos Sgt Furriéis de cada SU, que deslocarão os comboios para as Z Aç das SU.

(b) Em princípio, a distribuição do suprimento classe III será feita nas ATSU ou em local próximo a ela. Dependendo da situação tática, a distribuição do Sup Cl III poderá ser feita em local imediatamente à retaguarda das posições dos Pel C Mec ou nas posições das viaturas.

(c) As viaturas cisternas de combustível deverão avançar o mais à frente possível. As frações constituídas ou viaturas isoladas, deslocam-se de suas posições até o local determinado para o abastecimento, onde receberão o combustível previsto.

(4) Nível de segurança - No planejamento da Manobra Logística, o S4 estabelecerá um NÍVEL DE SEGURANÇA para o regimento, por viatura, referente ao Sup Cl III, em função do apoio do Esc Sp e do tipo da operação a ser desenvolvida. Este Nível de Segurança deverá ser, em princípio, de 1/3 da capacidade do tanque de combustível da viatura considerada. Ao atingir este nível, a viatura deverá ter recompletado o seu tanque de combustível na primeira oportunidade.

(5) Posto de Distribuição de Suprimento Classe III (P Dist Cl III) - Normalmente, o regimento instala dois P Dist Cl III: um avançado, na ATC(para situações de emergência) e um recuado, na ATE.

d. Suprimento Classe V

(1) Pedido

(a) O pedido desta classe de suprimento é feito por intermédio da "Ordem de Transporte", da qual constam a quantidade e o tipo da munição desejada.

(b) A Ordem de Transporte é preenchida na Sec Sup do Pel Sup, pelo Gp Sup Cl V, sob a responsabilidade do oficial de munições do regimento.

(c) Em princípio, o regimento pede a munição de que necessita para completar sua dotação orgânica (DO).

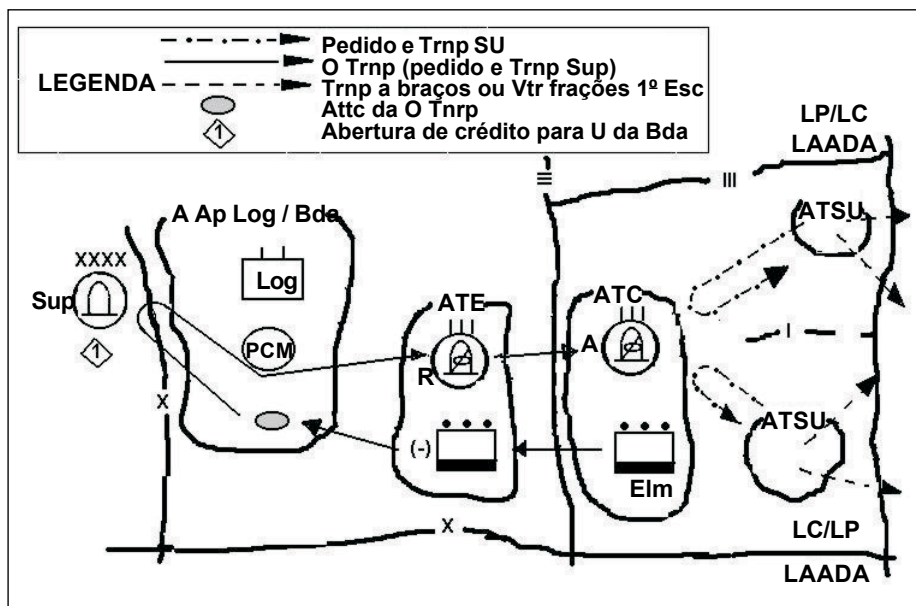



Fig 11-12. Fluxo de suprimento classe V

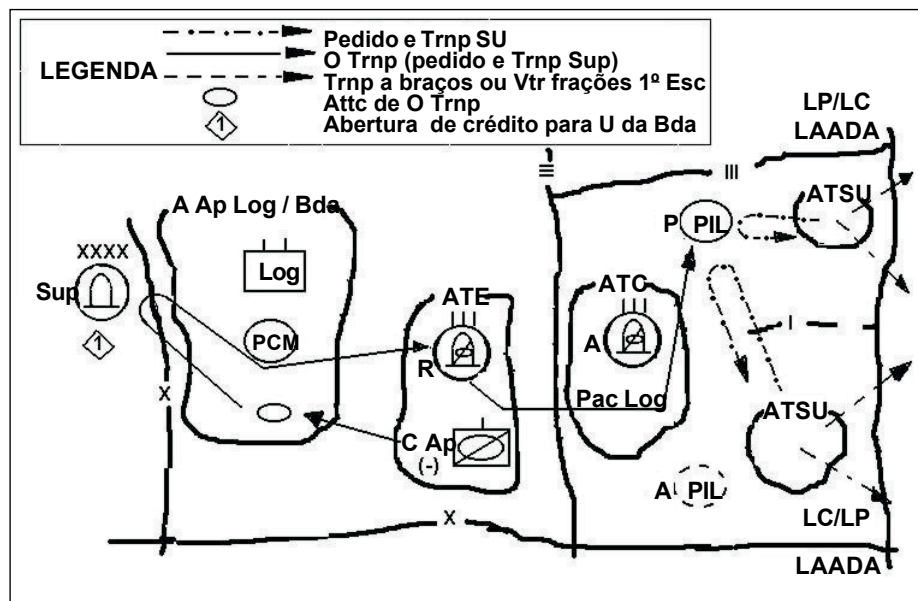



Fig 11-13. Fluxo de suprimento classe V (PIL)

(2) Recebimento

(a) Enquanto houver suprimento classe V (M) disponível, dentro do crédito autorizado, o regimento recebe a munição de que necessita no posto de suprimento de Classe V (P Sup Cl V) do Ex Cmp, ali apresentando a Ordem de Transporte.

(b) A(s) viatura(s) de munição do regimento, ao se dirigirem ao P Sup Cl V do Ex Cmp, devem passar pelo posto de controle de munição (PCM) da Bda, operado pelo Pel Sup/Cia Log Sup/B Log, a fim de que seja autenticada a Ordem de Transporte.

(3) Distribuição às subunidades

(a) O remuniciamento das SU será feito, em princípio, à noite. No ponto intermediário logístico (PIL) ou na ATC, os Pac Log serão entregues aos Sgt Furriéis de cada SU, que deslocarão os comboios para as Z Aç das SU

(b) Em princípio, a distribuição do suprimento classe V será feita nas ATSU ou em local próximo à ela. Dependendo da situação tática, a distribuição do Sup Cl V poderá ser feita em local imediatamente à retaguarda das posições dos Pel C Mec ou nas posições das viaturas.

(c) As viaturas de munição deverão avançar o mais à frente possível. As frações constituídas ou viaturas isoladas, deslocam-se de suas posições até o local determinado para o remuniciamento, onde receberão a munição prevista.

(4) Posto de Remuniciamento (P Rem)

(a) Normalmente, o regimento instala dois P Rem: um avançado, na ATC(para situações de emergência) e um recuado, na ATE.

(b) Em princípio, os P Rem funcionam sobre rodas, particularmente, na ATC.

e. Suprimento Classe VIII

(1) Pedido - As SU pedem Sup de saúde, inclusive peças e conjuntos de reparação, ao posto de socorro do regimento (PSR), através dos elementos de saúde localizados na ATC. O PSR atende, sempre que possível e providencia para recompletar seu estoque, apresentando pedidos (informais) ao P Distr Cl VIII da Bda, na A Ap Log.

(2) Distribuição

(a) A distribuição de suprimento Cl VIII, em combate não obedece a processos pré-estabelecidos. É feita informalmente, através dos elementos de saúde dos diferentes escalões aproveitando, quando for o caso, o movimento das ambulâncias ou através dos Pac Log.

(b) O Posto de Socorro do Rgt, recebe do Pel Sup e mantém, em princípio, pequenos estoques de suprimento de saúde, adequados ao nível de apoio prestado. Estes estoques constituem a reserva orgânica de Sup Cl VIII.

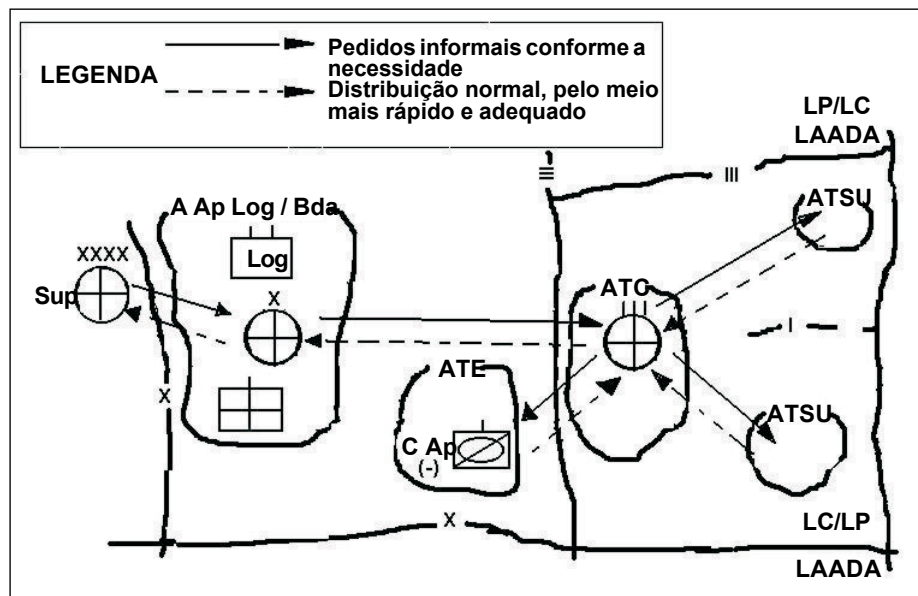



Fig 11-14. Fluxo de suprimento classe VIII

h. Suprimento de peças e conjuntos de reparação

(1) Pedido

(a) Geralmente, os pedidos são informais e, sempre que possível, devem ser substituídos pela troca direta do material danificado por material em condições de uso.

(b) A Sec Mnt do Pel Mnt utiliza peças do seu estoque e faz pedidos informais à Sec L Mnt em apoio ao regimento, normalmente desdobrado na ATE.

(c) A Sec L Mnt, por sua vez, providencia o recompletamento do seu estoque, através de pedido ao P Distr MB, operado pela Cia Log Mnt (Pel Sup Ev), na A Ap Log.

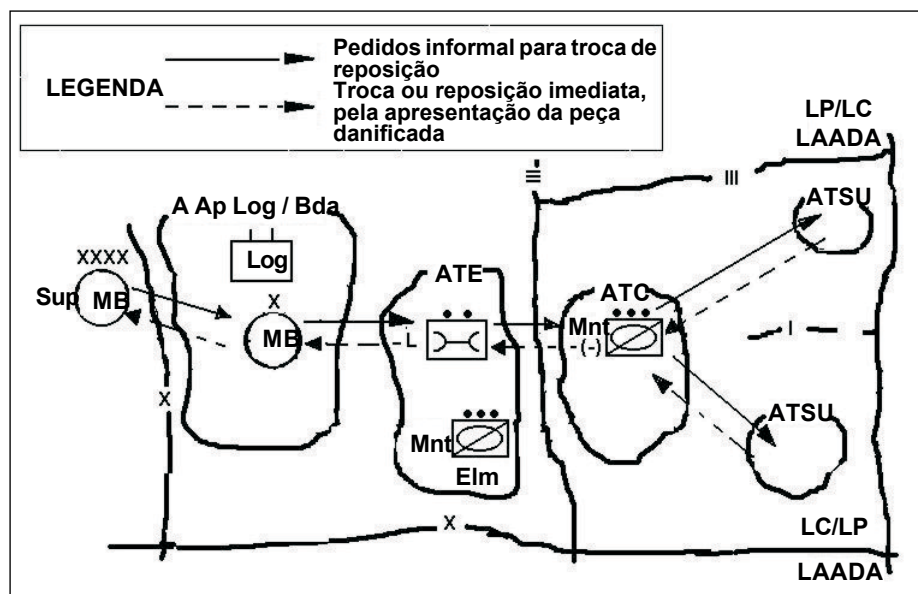



Fig 11-15. Fluxo de suprimento de MB, peças e conjuntos de reposição das classes II, IV, V (A), VI, VIII, IX e X. O suprimento classe VII é pedido pelo Pel Com

(2) Reserva de suprimento - A fim de atender as necessidades do regimento, o Pel Mnt mantém um estoque adequado de peças e conjuntos de reparação, o qual constitui a reserva orgânica do regimento. Cabe ao Cmt Pel Mnt o processamento da administração do suprimento referente a peças e conjuntos de reparação. Se conveniente, o suprimento de comunicações poderá ser processado pelo Pel Com.

i. Suprimento de produtos acabados de pequeno vulto - Estes suprimentos são reunidos em um só grupo, para maior simplicidade, considerando que o seu consumo é relativamente baixo e o seu tratamento praticamente o mesmo. Os esquadrões apresentam pedidos ao comando do regimento, de acordo com suas necessidades. Cabe ao Cmt Pel Sup o processamento dos pedidos, e administração destes suprimentos.

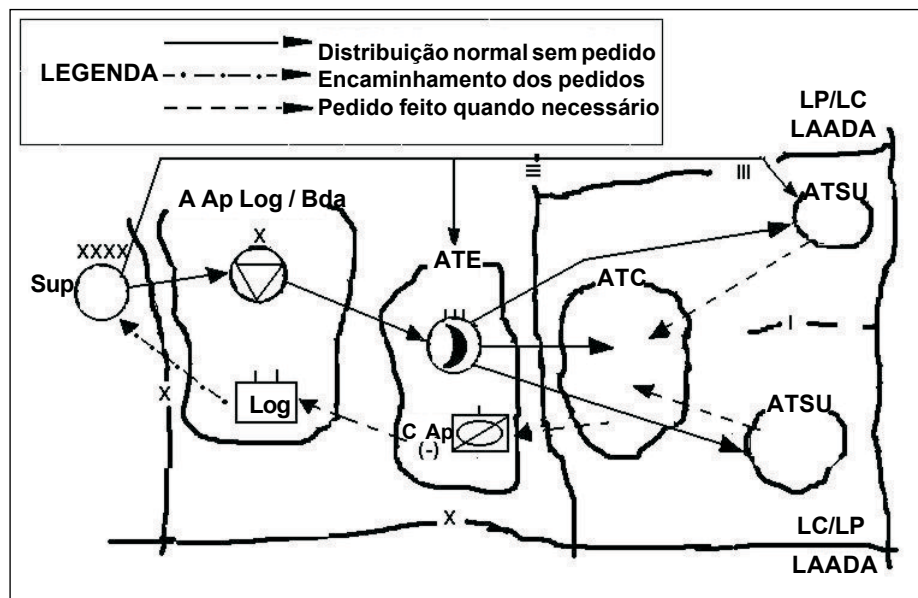



Fig 11-16. Fluxo de suprimento Outras Classes (II, IV, V (A), VI, VII, IX e X) - Produtos acabados.

j. Suprimento Classe X

(1) Suprimento de água

(a) A distribuição do suprimento de água no âmbito da brigada será definida no planejamento de apoio da GU e é assegurado por um posto de suprimento de água (P Sup Água) instalado e operado pelo batalhão logístico (B Log) da Bda.

(b) O R C Mec se abastece no P Sup Água usando camburões para água de 20 l, tonéis de 200 l, viatura cisterna para água ou reboques cisternas de 1500 l.

(c) Normalmente, o recebimento será feito à noite, podendo, conforme a necessidade, ser feito a qualquer hora. Entretanto, o regimento poderá receber um horário para reabastecer-se, particularmente quando o suprimento é limitado, ou a procura é excessiva.

(d) A distribuição de água às subunidades é feita, em princípio, junto com a distribuição de suprimento Cl I. Entretanto, as subunidades poderão ressuprir-se de água a qualquer momento, junto à viatura cisterna para água do R C Mec.

(2) Cartas

(a) A distribuição de cartas na brigada é feita pelo B Log, sob a supervisão do E2. No âmbito da Bda não há pedidos de cartas.

(b) Cabe ao S2 coordenar e supervisionar, no âmbito do regimento, todas as atividades referentes ao suprimento de cartas, incluindo o recebimento e a distribuição aos elementos subordinados e, eventualmente, o pedido.

(3) Impressos e publicações (exceto cartas e mapas) - Os impressos e publicações, quando não forem fornecidos automaticamente pelo Esc Sp, serão solicitadas ao B Log da Bda.

l. Artigos controlados e regulados - Os pedidos de suprimento de qualquer classe de artigos regulados e controlados seguem os canais de comando para aprovação. Após aprovados pelo comandante com autoridade para decidir sobre o atendimento, o suprimento, no âmbito da Bda, é fornecido para o Rgt pelo B Log.

m. Material salvado e capturado

(1) Material salvado

(a) O material salvado constitui valiosa fonte de suprimento. O R C Mec é responsável pela evacuação de salvados para o posto de coleta de salvados da A Ap Log ou para o seu E Sup Ev. Neste mister pode ser auxiliada por elementos da Cia Log Mnt, particularmente quando se tratar de material volumoso e/ou pesado.

(b) O material salvado, quando evacuado pelo regimento para o seu E Sup Ev, é coletado pela Cia Log Mnt e levado para o posto de coleta de salvados da A Ap Log.

(c) Todo o material salvado que necessitar de apoio de manutenção é atendido, inicialmente e sempre que possível, por elementos da seção leve de manutenção, normalmente desdobrados na ATE do R C Mec. Se recuperado e mediante as normas em vigor, pode voltar à cadeia de suprimento, sendo entregue às unidades de origem ou àquelas que estiverem mais necessitadas. O que não puder ser reparado no nível regimento é evacuado para o posto de coleta de salvados da A Ap Log. Nesta instalação, o que for recuperado volta à cadeia de suprimento através do sistema de suprimento ou de manutenção da brigada. O que não puder ser aproveitado é evacuado pelo Esc Sp, caso seja compensadora tal evacuação.

(2) Material capturado

(a) Com o material capturado ao inimigo procede-se da mesma forma que para o material salvado, exceto no que se refere às amostras de materiais novos, que devem ser imediatamente encaminhadas, após o conhecimento do S2, aos órgãos técnicos do Esc Sp.

(b) Evacuação do material capturado

1) O material capturado é evacuado para o P Col Slv mais próximo, seja para o da Bda ou o do Rgt.

2) Quando se der o recebimento em um P Col Slv de materiais com características desconhecidas ou modificadas, torna-se necessário informar, no mais curto prazo, ao S2 do RCMec, que deve entrar em contato com o E2 da Bda quanto ao destino a ser dado ao referido material.

3) Munição e outros artigos cujo manuseio por pessoal não habilitado possa oferecer perigo, não devem ser deslocados; devem ser mantidos sob vigilância, se praticável, e o oficial de munições do Rgt é notificado o mais cedo possível.

4) O material em condições de utilização pode ser distribuído através dos canais de suprimento, mediante aprovação do Cmt Bda. Equipa-

mentos, combustíveis, lubrificantes e munições devem ser examinados e aprovados antes de serem utilizados.

5) Suprimentos de saúde são manuseados de acordo com a Convenção de Genebra, sendo entregues às instalações de saúde, para inspeção, antes de sua redistribuição ou uso. Esses suprimentos são de especial valor para uso pelos prisioneiros de guerra, no tratamento de seus doentes e feridos, bem como no atendimento de civis.

11-11. ATIVIDADE DE SAÚDE

a. Generalidades

(1) O atendimento médico adequado é uma responsabilidade do comando, em todos os escalões. Ele visa a conservação dos efetivos e a preservação da eficiência e do moral da tropa.

(2) O apoio de saúde é planejado, coordenado e controlado pelo S1, auxiliado pelo Cmt Pel Sau. Deve ser planejado e executado de modo a ajustar-se ao plano tático.

(3) O Rgt não tem encargos de hospitalização. Cabe ao serviço de saúde da U, representado pelo seu pelotão de saúde (Pel Sau), realizar o tratamento médico de emergência e, quando necessário, a evacuação de feridos, doentes e acidentados, no âmbito do Rgt.

b. Posto de Socorro do Regimento (PSR)

(1) É uma instalação para assistência aos feridos e doentes, estabelecida sob condições de combate, pelo Pel Sau, através de seu grupo de triagem. Constitui o elo mais avançado da cadeia de evacuação do serviço de saúde. Do PSR, o paciente é evacuado pelo pelotão de ambulâncias do batalhão logístico da Bda diretamente para o posto de triagem (P Trg) da Bda ou para o posto cirúrgico móvel (P Cir Mv) que apóia a Bda.

(2) Funções do Posto de Socorro

(a) Receber e fichar os pacientes.

(b) Examinar e classificar os pacientes, fazendo voltar ao serviço os considerados aptos e preparar, para a evacuação, os demais.

(c) Fazer o tratamento limitado ao necessário para salvar a vida ou um membro e preparar, para a evacuação, os demais.

(d) Fazer a profilaxia e o tratamento inicial do choque.

(e) Providenciar abrigo temporário para os feridos e doentes.

(f) Reunir os mortos, durante a evacuação, no necrotério do PS para posterior evacuação ou recolhimento para o P Col Mortos / Bda.

c. Desdobramento do apoio de saúde no regimento

(1) O Cmt Pel Sau, (oficial de saúde do Rgt), é o principal responsável pela execução do apoio de saúde no âmbito da unidade. Incumbe-lhe, através do S1, o assessorar o comando sobre quaisquer problemas relacionados com a saúde, incluindo a higiene em campanha e a prevenção contra doenças.

(2) O Pel Sau instala e opera na ATC o PSR, que é a principal instalação logística de saúde da unidade.

(3) As SU, quando necessário, estabelecem refúgio de feridos, instalações muito sumárias, situadas em locais abrigados, para os quais são conduzidos, se preciso for, os homens feridos.

(4) Logo que a unidade entra em combate, ou mesmo antes, cada SU recebe, normalmente, uma turma de evacuação, composta de elementos de saúde que atuarão no tratamento de urgência e na evacuação de feridos.

(5) Quando o PSR se desloca, os feridos que não possam se locomover são deixados, em grupos, que serão recolhidos por elementos do B Log. Se necessário, um atendente permanecerá com os feridos.

e. Emprego dos elementos do Pel Sau

(1) O Pel Sau envia para as subunidades uma turma de evacuação (Tu Ev), composta de um auxiliar de saúde, um atendente/padioleiro e um motorista, numa viatura ambulância. Estas turmas se deslocam com os trens das subunidades, seguindo imediatamente à retaguarda dos elementos de combate.

(2) Quando necessário, o Pel Sau poderá enviar mais de uma Tu Ev para uma determinada SU ou reforçar a Tu Ev distribuída com, no mínimo, mais um atendente para operar o ponto de refúgio da subunidade.

(3) Os elementos restantes do Pel exercem suas atividades no PSR.

f. Tratamento e evacuação de feridos

(1) Quando um homem é ferido, os primeiros socorros, em princípio, são prestados por um companheiro. Em seguida, os feridos que possam se locomover serão encaminhados ao posto de refúgio por seus próprios meios. Aqueles que não tiverem condições de locomoção serão evacuados para o refúgio de feridos (Refu Fer) pelos integrantes de sua fração, por outros elementos designados pela SU ou serão assinalados no terreno e esperarão a evacuação pela da Tu Evac.

(2) No Refu Fer, o ferido é preparado para a evacuação, se esta for necessária.

(3) A evacuação dos feridos para o PSR é feita pela turma de evacuação, a partir do refúgio de feridos, ou mesmo, diretamente do local em que o homem foi ferido.

(4) O PSR é a primeira instalação da cadeia de evacuação onde existe atendimento médico. Aí os pacientes são separados de acordo com o tipo e a gravidade dos respectivos casos.

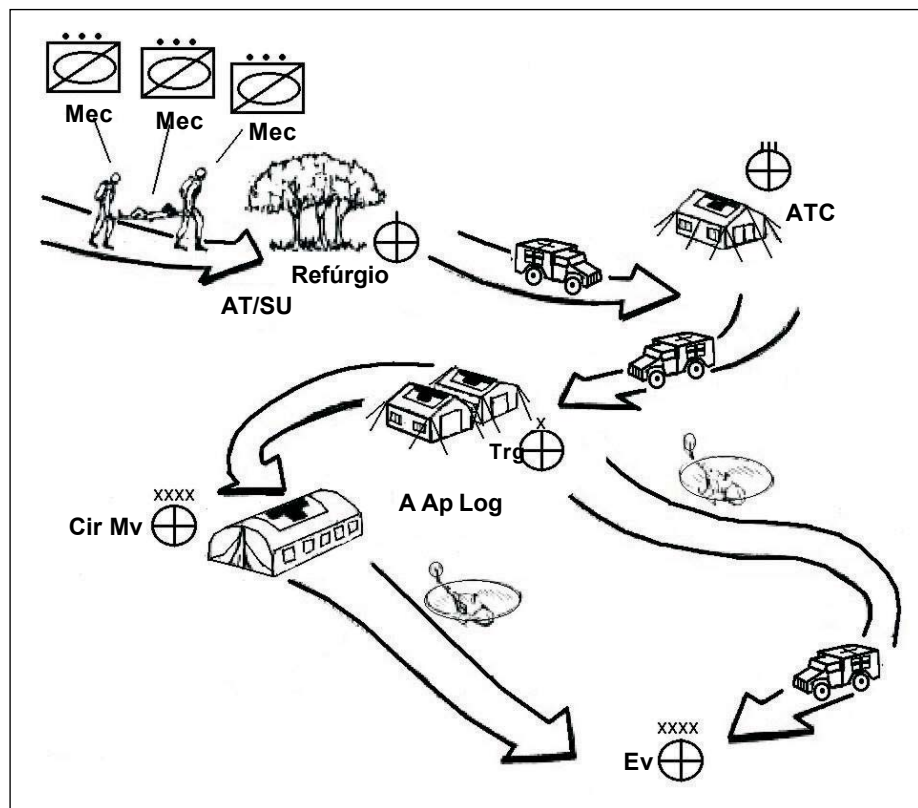



Fig 11 -17. Evacuação de feridos

(5) Os feridos que puderem voltar ao combate, em curto prazo, são mantidos no PSR ou nas suas proximidades, caso a situação tática o permita. Logo que aptos, retornam às suas SU. Aqueles que não tiverem condições de retornar à frente de combate são preparados para a evacuação, que será feita em viaturas ambulância, a cargo do pelotão de ambulâncias, da Cia Log Sau do B Log.

(6) Para os feridos graves, poderá ser solicitada a evacuação aeromédica (EVAM). Para isto, normalmente, é utilizada a rede logística da Bda, podendo também, em caso de necessidade, ser utilizada a própria rede de comando.

11-12. ATIVIDADE DE MANUTENÇÃO

a. Generalidades

(1) A manutenção é uma responsabilidade de comando. Os Cmt, em todos os escalões são responsáveis pela manutenção adequada de todo o seu equipamento.

(2) Esta responsabilidade inclui as providências para a pronta recuperação do material danificado ou em pane, visando ao seu retorno ao serviço o mais rapidamente possível.

(3) Em princípio, a manutenção deve ser executada tão à frente quanto o permitirem a situação tática e a disponibilidade de tempo e recursos. Muitas vezes é preferível a ida do pessoal de manutenção ao encontro do material do que proceder em sentido inverso, reduzindo a necessidade de evacuação.

b. Funcionamento da manutenção

(1) Material motomecanizado

(a) A manutenção no Rgt é executada pelo (a):

1) Motorista ou guarnição: elemento base da cadeia de manutenção; é responsável pela manutenção de primeiro escalão.

2) Grupo de manutenção (Gp Mnt) das SU: proporciona apoio aos pelotões, coordenando, assistindo e ampliando o trabalho das guarnições; localiza-se na ATSU; realiza o levantamento das necessidades de Mnt de 2º Esc da SU; inicia a Mnt de 2º Esc das Vtr da SU.

3) Tu Mnt / Sec Ap Dto / Pel Mnt do regimento: realiza a manutenção de 2º escalão que puder ser feita na Z Aç das SU. Normalmente são distribuídas às mesmas SU, a fim de proporcionar um maior conhecimento das Vtr das frações da SU. As Vtr que não puderem ser reparadas pela Tu Mnt serão evacuadas para a ATC. Cada SU poderá receber uma ou mais Tu Mnt em Ref ou Ap Dto, conforme previsto na Manobra Logística do S4. Localiza-se na ATSU.

4) Gp de Mnt Vtr / Sec Mnt / Pel Mnt: é o principal elemento de apoio de manutenção do regimento, incumbindo-lhe, basicamente, a execução da Mnt de segundo escalão que não puder ser feita na Z Aç das SU e inicia a Mnt de terceiro escalão, quando autorizado pelo B Log. O Pel Mnt desdobra-se na ATC de onde presta apoio aos esquadrões.

(b) Além dos meios orgânicos, o R C Mec, em princípio, conta com o apoio do escalão superior proporcionado pela Cia Log Mnt do B Log que desdobra, normalmente, uma seção leve de manutenção, do Pel L Mnt, na ATE do regimento, a fim de prestar apoio de 3º escalão de manutenção à U.

(c) O Pel Mnt do regimento e a seção leve de manutenção, da Cia Log Mnt do B Log, normalmente, realizam a manutenção na ATC e ATE, respectivamente. Entretanto, poderão fazê-lo também no local, quando tal procedimento for conveniente, sobretudo no caso de viaturas blindadas, cuja evacuação se torna uma operação mais complexa.

(d) Principalmente nas operações de alta mobilidade, o apoio de manutenção toma sentido mais ativo. Equipes de manutenção são lançadas à frente para prestar apoio no próprio local em que houve a pane, inclusive de Elm da Cia Log Mnt do B Log, visando apoiar o movimento do regimento.

(e) Quando não conseguirem recuperar uma viatura indisponível, os diferentes elementos de manutenção, em princípio, solicitarão o auxílio do escalão imediatamente superior. Além dessa providência, o Pel Mnt poderá evacuar a viatura, no mínimo, até o E Sup Ev do Rgt e a Sec L Mnt Ap Dto procurará evacuar a viatura, no mínimo, para a EPS da Bda.

(2) Armamento e instrumentos

(a) A manutenção do armamento e dos instrumentos óticos e de direção de tiro (IODT) é executada no Rgt pelo (a):

1) Usuário do armamento / IODT ou guarnição: são os responsáveis pela manutenção de 1º escalão.

2) Grupo de manutenção (Gp Mnt) das SU: através do Cb Aj Mec Armt L e do Sd Aj Mec Armt P, realiza a manutenção de 2º escalão do armamento e dos IODT, proporciona apoio à manutenção de 1º escalão dos pelotões, coordenando, assistindo e ampliando o trabalho das guarnições.

3) Grupo de Manutenção de Armamento (Sec Mnt / Pel Mnt): apoia a execução da manutenção de 2º escalão do armamento leve realizada pelas subunidades e realiza a Mnt de 2º Esc do armamento pesado.

(b) Além dos meios orgânicos, o regimento, em princípio, conta com o apoio do escalão superior proporcionado pela Cia Log Mnt do B Log que desdobra uma seção leve de manutenção (Pel L Mnt), na ATE do Rgt, a fim de prestar apoio de 3º escalão de manutenção à U.

(3) Material de comunicações

(a) A manutenção do material de comunicações do regimento é feita pelos radioperadores (primeiro escalão) e por elementos especializados do Pel Com, que executam o segundo escalão.

(b) Estes elementos poderão passar à disposição do Pel Mnt para a execução da manutenção do material eletrônico e de comunicações das viaturas.

(c) Se for conveniente para a realização da manobra logística, o S4 poderá coordenar a atividade de manutenção e suprimento do material de comunicações, centralizando-a sob coordenação do Of Mnt do Rgt.

(d) Todo o material que necessite manutenção além do segundo escalão é evacuado para a Cia Log Mnt do B Log.

(4) Material de saúde

(a) O Pel Sau executa apenas a manutenção de primeiro escalão.

(b) Todo o material que necessitar manutenção de segundo escalão ou de escalões mais elevados que não puder ser atendido pelo pessoal e ferramental disponível no Pel Mnt do regimento, será evacuado para a Cia Log Sau / B Log, pelos canais de manutenção.

11-13. ATIVIDADE DE TRANSPORTE

a. As atividades de transporte, no Rgt, são de pequena monta, resumindo-se, praticamente, ao transporte de suprimentos, à evacuação de feridos (S1) e ao controle da(s) coluna(s) de marcha da unidade.

b. No Esc Rgt, o controle de trânsito é implementado pela sinalização das estradas e pelo controle operacional sobre os comboios do R C Mec. Geralmente o Pel PE, orgânico da Bda, auxilia no controle de trânsito.

c. As responsabilidades quanto a transportes no Rgt estão afetas ao S4, no tocante à coordenação geral e ao planejamento e supervisão do transporte de suprimentos e evacuação de material. O Cmt do Esqd C Ap é o responsável pela execução dos transportes.

d. O S3 é responsável pelo planejamento, controle e supervisão dos movimentos táticos, inclusive a elaboração das ordens de marcha (O Op), devendo efetuar a necessária coordenação com o S4.

11-14. PESSOAL

a. Generalidades

(1) Pessoal é a atividade da função logística operacional que tem a seu cargo planejar, integrar e controlar as tarefas de controle de efetivos, recompletamento, repouso, recuperação e recreação, sepultamento, suprimento reembolsável, serviço postal, banho, lavanderia e mão-de-obra. Tem por finalidade prever, prover e apoiar o pessoal, contribuindo para manter elevado o moral das forças terrestres em operações.

(2) As demais atividades referentes a pessoal, como disciplina e justiça militar, apoio religioso, finanças, prisioneiros de guerra e assuntos civis, realizadas no TO, não fazem parte da logística, embora sejam do Sistema de Pessoal ou do Sistema de Comando.

(3) A importância do indivíduo para o exército deve ser bem compreendida por todos os comandantes. Os cinco princípios básicos que se impõem para a eficiência da atividade de pessoal são: colocar o homem indicado na função apropriada, explorar as possibilidades do indivíduo (desenvolvendo-as pela instrução), estimular o desejo de produzir, assegurar o progresso profissional e utilizar o indivíduo inteiramente nas funções essenciais.

b. Controle de efetivos

(1) Para o controle de efetivos é essencial a existência de um fluxo de informações sobre pessoal através de relatórios e o seu conseqüente registro em todos os escalões da força terrestre no TO.

(2) Dentre estes, destacam-se os cadernos de trabalho, o diário da unidade, o quadro de necessidades de recompletamento, relatório periódico de pessoal, relatório de perdas, sumário diário de pessoal, mensagem diária de efetivos e o mapa da força

(a) Registros

Os registros são indispensáveis ao S1 para a elaboração dos relatórios determinados pelo Esc Sp, para a consolidação da experiência de combate do regimento, para a reunião de dados necessários aos estudos de situação e ao planejamento de uma forma geral.

No Rgt, procura-se reduzir ao mínimo os registros, sem contudo omitir os realmente necessários. Dentre estes, destacam-se os cadernos de trabalho e o diário da U.

1) Caderno de trabalho

a) O S1 mantém em sua seção um caderno de trabalho constituído de folhas amovíveis.

b) No caderno de trabalho são registrados e convenientemente classificados os dados que interessam à 1ª seção, extraídos de mensagens, entendimento pessoais, decisões e diretrizes do Cmt, ordens recebidas do Esc Sp e observações pessoais sobre a experiência da unidade. Trata-se de um

registro temporário; os apontamentos e as folhas vão sendo eliminados à medida que não se tornem mais necessários.

c) Os índices de assuntos, para classificação dos dados a registrar, dependem do método de trabalho de quem elabora o caderno.

2) Diário da U - O diário da U é o registro, mantido pelo S1, que contém o resumo cronológico dos acontecimentos, incluindo a referência aos seus próprios documentos (mensagens, ordens, etc) que são reunidos no arquivo do diário para consulta. Funciona como um protocolo de entrada e saída de documentos.

3) Quadro de necessidades de recompletamento - O quadro de necessidades de recompletamento é um registro do S1 que lhe serve para, a qualquer momento, saber as necessidades em recompletamento do Rgt. O quadro de necessidades de recompletamento deve ser enviado ao Esc Sp, anexo ao relatório de perdas.

(b) Relatórios

O Rgt envia ao Esc Sp o relatório de comando, além de outros que forem solicitados. Os relatórios de comando não têm modelo pré-estabelecido; ordinariamente são apresentados na forma de ofício, com duas partes distintas: uma descritiva das atividades mais importantes do regimento e a outra conclusiva, onde são apresentadas, além das conclusões, as sugestões e propostas do comando.

Geralmente, o relatório de comando é enviado no fim de cada mês de atividade. É preparado pelos oficiais do EM.

O S1 elabora, entre outros, o relatório periódico de pessoal e o relatório de perdas, e confecciona o sumário diário de pessoal e o mapa da força.

1) Relatório periódico de pessoal - O relatório periódico de pessoal é elaborado pela 1ª seção e, geralmente, contém os itens do caderno de trabalho do S1. O período abrangido e a freqüência de remessa, normalmente, são previstos em NGA ou ordens e diretrizes do escalão superior.

2) Relatório de perdas - O S1 é o responsável, perante o Cmt, por todos os assuntos que dizem respeito ao recompletamento. No regimento, o pedido de recompletamentos tem por base a abertura de claros e não a estimativa de perdas prováveis. O S1 envia ao Esc Sp o relatório de perdas que, acompanhado do quadro de necessidades de recompletamento, tem força de pedido de recompletamento junto ao Esc Sp.

3) Sumário diário de pessoal

a) É um relatório geral e diário sobre os efetivos de pessoal do Rgt, destinado a atualizar os dados sobre os seus efetivos.

b) É preparado, referindo-se ao término da jornada, com dados fornecidos pelos elementos orgânicos e em reforço, remetidos através das mensagens diárias de efetivo e contendo informações sobre: efetivos, perdas, inclusões e prisioneiros de guerra (as normas gerais de ação devem fixar a hora e outros pormenores relativos ao preparo do sumário).

c) O sumário diário de pessoal será usado pelo S1 no seu estudo de situação, mantendo o Cmt e o EM informados sobre a situação dos efetivos.

d) As informações contidas no sumário são transmitidas, diariamente, em código, ao E1 do Esc Sp, através da mensagem diária de efetivos, em horário estabelecido por ele.

e) Convém que o S1, constantemente, confronte os dados do seu sumário com os registros mantidos pelas demais seções do Rgt, para verificar a sua exatidão e ajustar as discrepâncias. É igualmente importante que o S1 ajuste os totais acumulados à medida que receba retificações das informações.

f) No Esc Sp, o acompanhamento dos dados enviados com base no sumário diário de pessoal serve para o comando acompanhar a situação dos efetivos das unidades subordinadas. Este acompanhamento permite à Bda ou Div de exército interferir junto ao Ex Cmp para solicitar uma maior urgência ou prioridade no recebimento de recompletamentos

4) Mensagem diária de efetivos

a) Os dados colhidos do Sumário Diário do Pessoal são transmitidos, diariamente, ao E1, através da Mensagem Diária de Efetivo, utilizando as letras do código adotado no Sumário.

b) Sua confecção obedece a um código freqüentemente mudado e normalmente abrange as alterações ocorridas no período compreendido entre 1800 h de um dia e 1800 h do dia seguinte.

c) Nas Msg devem constar as seguintes informações básicas: perdas, aquisições, movimento de PG e escrituração da Msg.

d) Esta Msg não é escrita por extenso. Empregam-se letras código para significar cada elemento a ser citado, separando Of e Pr por um hífen.

e) Ela leva, assim, ao E1 esses dados sob a forma simplificada, incluindo apenas as quantidades e as letras correspondentes à categoria da alteração. Por exemplo, uma SU que tenha de informar o estado de seus efetivos ao regimento, remeterá uma mensagem do tipo abaixo:

1º Esqd CC PT DA 1 - 3 VG EV 2 - 6 VG FB 1- 3 PT

- As duas letras representam a categoria da perda ou inclusão, como por exemplo: DA - mortos em ação; EV - capturados pelo inimigo; FB - recompletamentos recebidos.
- o primeiro número, que segue as letras, indica a quantidade de oficiais e o segundo número a quantidade de praças.
- Se não ocorrer alterações em uma das categorias, a Msg omitirá as letras indicativas do aspecto.
- A Msg Diária não serve como pedido de recompletamento por não conter a QM dos militares.

f) Para que o S1 possa consolidar o seu sumário, diariamente, as SU do Rgt preparam suas mensagens diárias de efetivo e as transmitem, em código, ao S1 do regimento, conforme orientação deste.

5) Mapa da Força

a) É um relatório sintético da situação de pessoal em um determinado momento; ele discrimina o pessoal orgânico e em reforço, os indivíduos prontos para o serviço e os ausentes, no período compreendido entre 0000 e 24 horas.

b) Conforme seja necessário, poderá conter outros dados de interesse.

c) Normalmente, refere-se apenas à situação de pessoal, sendo confeccionado pelas SU e U.

d) As NGA da U regulam as oportunidades em que é confeccionado o Mapa da Força, e geralmente é ele remetido ao Esc Sp até 0900 h do dia subseqüente.

e) A responsabilidade pela confecção do Mapa da Força cabe:

- nos Pel, ao Sgt Adjunto;
- nas SU, ao sargenteante;
- no Rgt, ao Sgt Aj, chefe do grupo do S1.

c. Perdas

(1) Generalidades

(a) Uma perda em pessoal é representada por qualquer redução do efetivo de uma U. Tais perdas são ocasionadas principalmente pela ação do inimigo, doenças, acidentes e fatores de ordem administrativa.

(b) As perdas têm duplo interesse para o S1:

1) afetam o moral e a combatividade da tropa; e

2) ocasionam claros a preencher.

(c) As percentagens de perdas variam com a natureza do TO, o clima, o terreno, o grau de instrução da tropa, o tipo de operação, o inimigo e numerosos outros fatores.

d) A média de perdas varia segundo o tempo em que a tropa é exposta às causas produtoras de baixa.

(2) Categoria de perdas - As perdas em pessoal podem ser grupadas em três grandes categorias:

(a) Perdas de combate - São todas devidas à ação do inimigo, incluindo:

1) mortos em ação ou em conseqüência de ferimentos ou de acidentes sofridos em ação;

2) feridos em combate ou em acidentes em ação, ou doentes em ação (efeitos radiológicos);

3) desaparecidos em ação; e

4) capturados pelo inimigo.

(b) Perdas fora de combate - São as que ocorrem sem ligação direta ou indireta com o combate:

1) mortos fora de combate;

2) desaparecidos fora de combate;

3) doentes; e

4) acidentes fora de combate.

(c) Perdas administrativas - Incluem:

1) transferidos para outras U, prisões, etc;

2) ausentes (até 48 horas) e desertores;

3) submetidos a rodízio (para repouso); e

4) transferidos para a reserva.

d. Claros

(1) Chama-se claro a diferença entre o efetivo do QO e o existente no momento considerado.

(2) Uma U, de acordo com o número de claros, apresenta um percentual de efetivo, que exprimirá o estado operacional da mesma.

(3) Assim sendo, de acordo com o percentual do efetivo, podemos considerar que uma U:

(a) Para ações ofensivas

1) com até 80%, inclusive, do efetivo, cumpre qualquer missão;

2) entre 80% e 70%, inclusive, pode atacar posições inimigas fracamente defendidas; e

3) abaixo de 70% do efetivo, perde a capacidade ofensiva.

(b) Para ações defensivas

1) com até 80%, inclusive, do efetivo, cumpre qualquer missão;

2) entre 80% e 70%, inclusive, conduz defesa de área em posição, pelo menos, sumariamente organizada;

3) entre 70% e 50%, inclusive, conduz defesa de área em posição organizada; e

4) abaixo de 50% do efetivo, pode, apenas, participar de ações dinâmicas da defesa.

e. Recompletamento

(1) Generalidades

(a) Recompletamento consiste no restabelecimento do efetivo, ou seja, completar os claros abertos com as perdas. É também, o indivíduo disponível em condições de preencher um claro. O recompletamento objetiva manter a eficiência combativa das U.

(b) Nas U, o pedido de recompletamento tem por base a abertura de claros e não a estimativa de perdas.

(c) O S1 do Rgt é o responsável perante seu Cmt, por todos os assuntos que dizem respeito ao recompletamento. A ele compete pedir, receber, providenciar alimentação, distribuir e encaminhar os recompletamentos que forem entregues a sua U.

(2) Processamento

(a) O S1 controla as necessidades de recompletamento por meio do quadro de necessidades de recompletamento, registro que mantém atualizado e envia à Bda o relatório de perdas, que tem força de pedido de recompletamento, desde que acompanhado do quadro de necessidades de recompletamento.

(b) Periodicamente, são feitos os pedidos pela Bda ao Ex Cmp, em prazos relativamente curtos, de modo que os recompletamentos recebidos, não sendo muito numerosos, possam ser facilmente enquadrados pelas U.

(c) A Bda, tendo os recompletamentos disponíveis, decide sobre a oportunidade de sua distribuição às U.

(d) O Rgt é informado, normalmente com 48 horas de antecedência, sobre a DATA, HORA, LOCAL e RECOMPLETAMENTOS a serem recebidos.

(3) Oportunidade - A melhor ocasião para se efetuar o recompletamento da U é quando a mesma chega a uma área de recuperação, após a sua substituição na frente de combate. Sempre que possível, deve-se dar ao

recompletamento a oportunidade de ambientar-se, antes de ser empregado em combate.

(4) Planejamento - De posse dos dados recebidos, o S1 se entende com o S4 sobre meios de transporte e estuda com o S3 as prioridades, caso o efetivo seja inferior ao necessário, para a distribuição dos recompletamentos às SU; submete à aprovação do Cmt e, após, realiza a distribuição quantitativa por posto ou graduação, QM e função. Para isso, informa às SU interessadas sobre os recompletamentos que lhes cabem, bem como a hora e local da entrega.

(5) Recebimento e distribuição

(a) No dia marcado pela Bda, o S1 (ou seu representante) comparece ao local designado e recebe do E1 os recompletamentos e a respectiva relação nominal. Desloca, então, o comboio, para o local onde deverá entregar os homens às SU e procede, aí, à distribuição nominal dos homens de acordo com a previsão feita. É importante que os homens sejam convenientemente orientados e se sintam bem-vindos e úteis, antes de chegarem à SU.

(b) Os recompletamentos são entregues a oficiais designados pelos Esqd e podem ser alimentados no próprio local de distribuição ou seguirem logo a destino.

(c) A distribuição de recompletamentos deve ser objeto de estudo cuidadoso, em virtude da repercussão sobre o moral da U.

(6) Processos de distribuição - Os Rcp podem ser distribuídos obedecendo-se a um dos seguintes critérios:

(a) Eqüitativo - cada SU recebe um mesmo número de Rcp.

(b) Proporcional aos claros.

(c) De igualar os claros - após a distribuição dos recompletamentos as SU ficarão com o mesmo número de claros.

(d) Atendimento às determinações específicas (manobra tática, unidade em reserva, etc).

(e) De acordo com a diretriz do Cmt.

f. Sepultamento

(1) As atividades de sepultamento atendem à dupla finalidade: preservar as condições sanitárias no campo de batalha e manter o moral da tropa. A pronta remoção dos cadáveres, amigos e inimigos, corresponde à primeira finalidade, enquanto que a certeza de um tratamento cuidadoso e reverente aos que tombam na luta é fator importante para o moral dos soldados, no TO, e dos civis, na Z I.

(2) Os mortos inimigos recebem tratamento idêntico aos nossos; não é permitido, entretanto, misturar amigos e inimigos.

(3) No âmbito do Rgt, o planejamento, a coordenação e a supervisão de todas as atividades relacionadas aos mortos cabem ao S1. Considerando sempre as diretrizes da Bda e entendendo-se com os demais membros do EM e os comandantes dos elementos subordinados, ele planeja a evacuação dos mortos.

(4) No Rgt, as atividades de sepultamento compreendem:

(a) coleta dos mortos;

(b) identificação e registro (nome, posto e graduação, número de

registro, subunidade, hora e local da morte); e

(c) evacuação, até o posto de coleta da brigada, na A Ap Log Bda.

(5) Normalmente, as próprias subunidades recolhem os mortos nas respectivas Z Aç e os evacuam para o posto de coleta do Rgt. Quando a situação o exige, designam-se meios especiais para este fim.

(6) No Esc Rgt não há sepultamento. Um soldado morto no âmbito do Pel deve, se houver oportunidade, ser imediatamente identificado por seu Cmt de grupo, VBR, adjunto de pelotão ou ainda pelo Cmt Pel. Tal identificação é sumária e consta apenas do nome do soldado, função e identidade (consta da placa de identificação). A seguir o cadáver é evacuado, por seus companheiros ou por elementos da reserva, para um local próximo ao P Rem/Esqd. Este local deve estar oculto das vistas daqueles que transitam na área do P Rem. Se o pelotão não pode identificar o morto, o comando do Esqd deve providenciar sua identificação. As viaturas que vão à retaguarda para fazer o suprimento de Cl V (M) evacuam os mortos para o P Col Mor do Rgt. Em nenhuma hipótese, os mortos devem ser evacuados em ambulâncias ou viaturas que fazem o suprimento de Cl I.

(7) O P Col Mor do Rgt se situa nas proximidades do P Rem regimento, em local oculto das vistas dos elementos que transitam na área ou nas estradas que o cortam. Este local é operado por elementos do grupo do S1 do Pel Cmdo. Estes elementos registram os mortos em sua documentação e são encarregados de embalar os corpos ou prepará-los para a evacuação para o P Col Mor da Bda, instalado na Área de Apoio Logístico da Brigada. Após registrados, os mortos são evacuados na primeira viatura do trem de munição que vá para a retaguarda a fim de fazer o remuniciamento.

(8) A permanência dos mortos no âmbito do regimento deve ser a mais curta possível. Todos os pertences e objetos que se encontram com o cadáver são evacuados com ele para o P Col Mor da Bda. O armamento do morto é evacuado pelo Esqd através do S4/ regimento, caso não haja falta desse armamento na SU. Neste caso, o Cmdo SU apenas participa que deixa de evacuá-lo porque dele necessita para suprir lacuna de outro armamento destruído (ou perdido) por ação do inimigo.

g. Repouso, recuperação e recreação

(1) Repouso, recuperação e recreação são tarefas da atividade pessoal da função logística operacional que tratam do pessoal, individualmente ou por unidades, permitindo que se refaça do desgaste físico, mental e emocional provocado por longos períodos de combate, de trabalho extenuante e sob pressão. A execução bem dosada dessas tarefas contribui para a conservação do potencial humano.

(2) Essas tarefas são realizadas em três tipos de instalações: áreas de repouso, áreas de recuperação e centros de recreação.

(3) O Rgt é usuário dessas instalações. O S1, que é também o oficial do serviço especial da unidade e tem atribuições de organizar e superintender as atividades desportivas e recreativas no regimento, assessora o Cmt na concessão de licenças e permissões, particularmente no que diz respeito ao aproveitamento dessas instalações.

h. Suprimento reembolsável

(1) Os artigos reembolsáveis, incluídos na Cl X, material de higiene, refrigerantes, revistas e outros itens que contribuem para o conforto individual, são oferecidos por meio de cantinas móveis, deslocadas pelo Ex Cmp para as A Ap Log das Bda e DE e para as U.

(2) Particularmente na Z Cmb, quando se torna inviável o funcionamento de cantinas, pode ser autorizada a distribuição de determinados artigos essenciais, como parte das rações.

i. Serviço postal - No Esc Sp abrange a correspondência e a remessa de impressos, encomendas e valores.

l. Banho e lavanderia

(1) O B Log instala e opera um posto de lavanderia (P Lav) na A Ap Log, com meios próprios ou recebidos do Esc Sp. Eventualmente poderá apoiar o regimento na ATE ou realizar o apoio de fardamento, por troca, através do fluxo de Sup Cl I.

(2) Cabe ao S1 planejar e supervisionar a execução da atividade de banho, seja centralizada no Pel Sup do Esqd C Ap ou nas SU. A freqüência e a oportunidade deste apoio será condicionada pela situação tática e pela disponibilidade de água tratada fornecida pelo Esc Sp.

(3) A Cia Log Pes do B Log poderá instalar e operar um posto de banho (P Ban) na A Ap Log, em complemento às atividades de banho realizadas pelas OM da Bda. Este apoio de banho do B Log será controlado pelo E1 / Bda, que determinará em seu planejamento as condições de sua execução.

(4) A brigada deverá distribuir à suas unidades subordinadas o planejamento do apoio de água tratada no B Log, para as atividades de banho das OM.

(5) O Cmt Rgt, o S4 e o S1 deverão sempre considerar no planejamento logístico do Rgt que a atividade de banho é fator importante na manutenção das condições de higiene e do moral da tropa.

m. Mão-de-obra - No Rgt são muito raras as atividades com respeito ao aproveitamento de civis. Porém, quando a Bda autoriza o emprego de mão-de-obra local, o S1 representa o Cmt Rgt nas relações com os civis.

11-15. TAREFAS REFERENTES A PESSOAL INTEGRADAS AO SISTEMA COMANDO

Embora não façam parte da função logística operacional, algumas tarefas referentes a pessoal integradas ao Sistema Comando são de grande interesse a nível Rgt.

a. Justiça e Disciplina

(1) Sob este aspecto, a atividade de pessoal no regimento está particularmente ligada à manutenção da disciplina.

(2) Conquanto todo o EM se interesse pelo assunto, compete especificamente ao S1 informar ao Cmt tudo que possa influir no estado disciplinar da tropa. São indícios comuns de afrouxamento da disciplina:

(a) número excessivo de ausentes e desertores;
(b) numerosos pedidos de transferência;
(c) aumento dos crimes, em número e gravidade;
(d) muitas prisões por violações às leis civis;
(e) aumento do número de doenças venéreas;
(f) desleixo com o asseio pessoal e a limpeza dos alojamentos;
(g) descuido com o uniforme e a atitude militar; e
(h) negligência no cumprimento de ordens e instruções.

(3) Além de informar ao Cmt, o S1 planeja medidas preventivas e corretivas para a manutenção da disciplina e supervisiona sua execução.

(4) As medidas preventivas incentivam a obediência e o respeito à autoridade, eliminando causas reais ou potenciais de transgressão. Compreendem:

(a) aplicação dos princípios de chefia em todos os escalões;
(b) instrução oportuna sobre os direitos e deveres do soldado;
(c) realização de cerimônias e festividades que desenvolvam o espírito militar, o espírito de corpo, a correção no uso dos uniformes e o sentimento do valor pessoal;
(d) ajustamento das medidas disciplinares às condições locais;
(e) orientação e conselhos adequados nas pequenas faltas que não sejam reincidências; e
(f) atenção às reclamações do pessoal, apoiando-as quando justificadas.

(5) As medidas corretivas visam coibir transgressões, quando falham as medidas preventivas. Compreendem o emprego de patrulhas com missão policial, a prisão de transgressores, etc.

b. Prisioneiros de Guerra

(1) O planejamento, a coordenação e a supervisão de tudo que se refere a PG compete ao S1. Sem perder de vista as diretrizes do escalão superior e entendendo-se com os demais membros do estado-maior e com os comandantes dos elementos subordinados, ele planeja as ações que se seguem à captura dos prisioneiros até sua evacuação para o P Col PG / Bda. O mais cedo possível, após a captura, são os prisioneiros desarmados e grupados para evacuação, separando-se oficiais, graduados, desertores, civis e mulheres. Esta separação tem por objetivos principais:

(a) dissociar os prisioneiros, evitando tentativa de fuga coletiva;
(b) impedir que oficiais e graduados imponham silêncio aos soldados, prejudicando os interrogatórios;

(2) O tratamento a ser dispensado aos prisioneiros é regulado pela Convenção de GENEBRA de 1949. As principais prescrições, no que interessa ao regimento, são:

(a) não se permitem atos de violência nem medidas de represália;
(b) a pessoa e a honra dos prisioneiros devem ser respeitadas;
(c) a evacuação deve ser pronta, para não expor os prisioneiros a perigos desnecessários;
(d) nos interrogatórios, os prisioneiros apenas são obrigados a

declarar nome, posto ou graduação, número de identidade e idade;

(e) só se permite a discriminação baseada na consideração de posto ou graduação, condições físicas e mentais, qualificações profissionais e sexo;

(f) o posto e a antigüidade dos oficiais devem ser convenientemente respeitados;

(g) a alimentação dos prisioneiros será igual à das tropas amigas em valor nutritivo; e

(h) os prisioneiros não podem ser empregados em trabalhos diretamente ligados às operações de guerra, particularmente no manuseio e no transporte de material para as unidades combatentes.

(3) A pé ou transportados, aproveitando viaturas vazias, os prisioneiros são evacuados da frente até o P Col PG / Bda. Os esquadrões os evacuam até os postos de coleta do regimento, onde demoram o estritamente necessário para um ligeiro interrogatório sobre a situação tática. Do P Col PG / regimento para o P Col PG / Bda a responsabilidade de evacuação é do Pel PE / Bda.

(4) Durante a evacuação dos prisioneiros, não se permite conversa, sendo também vedado distribuir-lhes alimentos, cigarros ou água antes do interrogatório, exceto se o intervalo entre a captura e o interrogatório tornar-se muito grande.

(5) No desempenho de suas atribuições referentes a PG, o S1 mantém as seguintes relações no âmbito do Rgt:

(a) com o S2, sobre interrogatório e estimativa de captura.

(b) com o S4, sobre meios de transportes e alimentação.

(c) com o médico, sobre assistência e evacuação dos feridos.

(d) com o Cmt Esqd C Ap, sobre a instalação de postos de coleta e a guarda dos prisioneiros de guerra, até que sejam entregues à Bda.

11-16. APOIO LOGÍSTICO DURANTE AS OPERAÇÕES

a. Durante as marchas

(1) Posição dos trens do regimento nas marchas - Nas marchas, os trens, normalmente, são colocados como um todo (trens da unidade), nas proximidades da retaguarda da formação.

(2) Suprimento Classe III

(a) O abastecimento das viaturas do Rgt, nas marchas, é executado durante os altos programados. Para esta operação, é(são) utilizada(s) a(s) viatura cisterna(s) do Pel Sup além de uma viatura para lubrificantes. Durante os altos, a viatura de lubrificantes percorrerá a coluna, entregando o lubrificante necessário a cada viatura da formação enquanto que a(s) viatura cisterna(s) fará o abastecimento de combustível diretamente às viaturas da coluna ou poderá constituir um P Distr fixo.

(b) Em marchas prolongadas nas áreas de retaguarda, as viaturas de combustível e lubrificantes vazias abastecem-se nos P Distr Cl III, normalmente, estabelecidos pelo escalão superior (B Log da Bda), ao longo dos eixos de marcha. Freqüentemente, é aconselhável que as viaturas de abastecimento vazias precedam a coluna nestes postos.

(3) Refeições - Os altos para alimentação deverão, se possível, coincidir com os altos programados. Se a situação tática permitir, as cozinhas dos esquadrões poderão se deslocar com o destacamento precursor, de modo que as refeições possam ser preparadas antes da chegada do regimento a um local predeterminado. Se a situação tática não permitir a distribuição de rações quentes durante a marcha, usar-se-ão rações de combate.

(4) Tratamento médico e evacuação - O PSR, normalmente, marcha próximo à retaguarda da formação. Entretanto, caso a situação tática permita, poderá marchar com o PC. O grupo de evacuação coloca uma turma em apoio a cada SU. A turma de socorro e evacuação, utilizando-se de uma ambulância, marcha próxima à retaguarda da coluna do Esqd e fica em condições de realizar a evacuação das baixas para o PSR. Se necessário, as ambulâncias evacuarão os baixados do PSR para a retaguarda, caso o escalão superior não se encarregue desta providência. A máxima utilização dos meios de evacuação aeromédica (EVAM) deve ser planejada e executada durante as marchas, uma vez que o apoio médico dos elementos orgânicos é limitado.

(5) Manutenção e evacuação de viaturas

(a) Quando a ordem preparatória é recebida, as viaturas que não puderem ser reparadas antes da marcha são evacuadas para a U de apoio de manutenção, antes do deslocamento. Se o tempo não permitir a evacuação e se as viaturas não puderem ser movimentadas, sua localização e condições são informadas à unidade de apoio de manutenção (Cia Log Mnt do B Log da brigada).

(b) O Pel Mnt marcha próximo à retaguarda da formação do Rgt. As turmas de manutenção das SU deslocam-se com as mesmas.

(c) As viaturas indisponíveis são deslocadas para o lado da estrada, de modo a não interferir na passagem do restante da coluna. O pessoal das Tu Mnt das SU tentará a reparação das viaturas em pane. Caso o reparo não possa ser realizado, rebocará as viaturas até o destino. Entretanto, se a viatura não puder ser reparada ou rebocada, deve ser deixada para ser reparada ou evacuada pelo Pel Mnt. Se este não puder realizar o reparo ou evacuação, as viaturas sobre rodas são deixadas com seus motoristas e as blindadas com mais um dos membros de suas guarnições, além dos seus motoristas. Neste caso, a localização e condições das viaturas são informadas à Cia Log Mnt do B Log ou Sec L Mnt que opera junto aos TE do regimento.

b. Apoio logístico nas zonas de reunião - Nas Z Reu as operações de apoio logístico são realizadas de acordo com o tempo disponível e a situação tática. É a situação mais favorável para o apoio, pois as SU estarão próximas e desenvolvendo atividades logísticas voltadas para o cumprimento da missão futura.

(1) Suprimento

(a) A sistemática de suprimento com o regimento em Z Reu é normal.

(b) Os suprimentos e equipamentos (bem como seus instrumentos de controle) são inspecionados. Devem estar disponíveis, em boas condições e os estoques autorizados completos.

(2) Tratamento médico e evacuação - Normalmente, o pessoal recebe apenas o tratamento de primeiros socorros na Z Reu. Aqueles que necessitarem cuidados adicionais são evacuados pelas ambulâncias para o P Trg da Bda.

(3) Manutenção - Deve-se aproveitar ao máximo o tempo disponível nas zonas de reunião para executar os trabalhos de manutenção. Os motoristas e pessoal de manutenção devem ter em mente que uma vez deixada a zona de reunião, as oportunidades para a execução adequada da manutenção serão limitadas. Todos os comandantes, as guarnições das viaturas e o pessoal de manutenção farão o máximo esforço possível para assegurar a eficiência operacional do equipamento, bem como para a execução dos reparos e inspeções que não puderem ser realizados convenientemente durante os períodos de combate. Todo o equipamento deverá ser inspecionado, limpo e deixado nas melhores condições possíveis. O Cmt poderá solicitar auxílio do B Log. O material que o Rgt não puder reparar será evacuado ou entregue, no próprio local, à Cia Log Mnt. Nesta situação (Z Reu), o Rgt procura centralizar seus meios para obter maior eficiência nos trabalhos.

c. Apoio logístico no ataque coordenado

(1) Durante uma ação ofensiva que esteja se desenrolando lentamente, os TC deslocam-se para frente por lanços, protegidos pelos elementos de combate. O movimento deverá ser oculto da observação inimiga. Se a rede de estradas é limitada, a localização dos TC deve ser feita num ponto tal que possa fornecer um pronto apoio aos elementos de 1º escalão.

(2) O consumo de munição, combustíveis e lubrificantes (Sup Cl III e V) em operações ofensivas lentas é alto.

(3) O número de baixas é normalmente alto durante este tipo de operação ofensiva, necessitando rápida evacuação pelas turmas de evacuação dos Rgt, até o PSR. Quando é realizada uma ultrapassagem de tropa amiga, o médico do regimento entra em ligação com o chefe do Sv de saúde da tropa ultrapassada, para que esta receba as baixas das SU que realizam o ataque. Esta providência aumentará a velocidade de evacuação da zona de combate para uma instalação de saúde e auxiliará o PSR da U que realiza o ataque a manter a mobilidade.

(4) As perdas em viaturas, provavelmente, serão altas. Em conseqüência, é necessário um apoio de manutenção contínuo e cerrado.

d. Apoio logístico no aproveitamento de êxito e na perseguição

(1) No Apvt Exi e na perseguição, os TC do Rgt deslocam-se com o R C Mec e, normalmente, próximos ao fim da formação, onde se beneficiarão da segurança proporcionada pela localização entre os elementos avançados de combate e a retaguarda. Quando o Rgt se engaja em combate, os TC se deslocam para uma região que lhe proporcione coberta e abrigo e um certo grau de segurança em face da proximidade dos elementos de combate.

(2) No Apvt Exi, as linhas de suprimento se tornam mais extensas. A superação dos problemas resultantes do fornecimento dos suprimentos a grandes distâncias exige um planejamento pormenorizado. O fornecimento de suprimento poderá tornar necessário um reforço adicional de viaturas de transporte do Esc Sp, bem como a utilização de meio aéreos. Poderá ser

necessária uma proteção maior aos comboios de suprimento e trens. Em algumas situações, será conveniente que o Rgt disponha de estoques ampliados, particularmente, no que diz respeito a suprimentos de Classe III.

(3) O consumo de munição durante um Apvt Exi é usualmente pequeno, enquanto que o de combustíveis e lubrificantes é consideravelmente aumentado.

(4) Cada viatura deverá transportar um suprimento adicional de rações de combate, de acordo com as possibilidades.

(5) O número de baixas de combate normalmente diminui, mas a distância para evacuação aumenta. Quando disponíveis, meios aéreos são utilizados para evacuação das baixas.

(6) Durante o Apvt Exi, a percentagem de perdas de viaturas em combate diminui em relação a outras operações. Entretanto, a percentagem de perdas por falhas técnicas aumenta. O Pel Mnt, deste modo, dirige seus esforços para executar pequenos reparos em maior número de viaturas, do que grandes reparos em número restrito. As viaturas que não puderem ser reparadas pelo Pel Mnt são rebocadas para a estrada principal de suprimento da Bda e suas localizações e condições são informadas à Cia Log Mnt/B Log ou à Sec L Mnt em apoio ao Rgt.

e. Apoio logístico nas operações de reconhecimento

(1) Nas operações de reconhecimento, a localização dos trens se caracteriza pela escolha de regiões de destino (R Dstn) a apoiar diversas fases da manobra. Além de serem consideradas os fatores normais (manobra, terreno, segurança do fluxo e instalações e situação logística), deve ser levado em consideração a necessidade de:

(a) atender a cada uma das medidas de coordenação e controle traçadas para controlar o movimento da operação (L Ct ou P Ct);

(b) possuir rocadas para atender toda a Z Aç, para cada fase da operação;

(c) estar eixada com o esforço principal, se possível em posição central da Z Aç;

(d) manter-se dentro de uma distância de segurança de 3 Km da L Ct a apoiar.

(2) A distância máxima de apoio dos trens de estacionamento (TE) do Rgt depende da qualidade das estradas, capacidade dos motoristas, agilidade na montagem e carregamento dos Pac Log. Porém, como dado médio podemos considerar 60 Km por estradas, ou 20 Km através campo. Em qualquer caso deverá apoiar toda a Z Aç, e não apenas na direção da maioria dos meios. Os TC devem ficar o mais a frente possível, caso não seja utilizado o PIL, respeitando-se a distância mínima de segurança (1,5 Km da L Ct).

(3) Nas operações de reconhecimento os TC podem ser deslocados segundo as maneiras abaixo descritas.

(a) Quando o Rgt realizar uma marcha tática, os TC se deslocam na própria coluna, valendo-se da segurança que os elementos de combate podem lhes proporcionar e apoiando a unidade durante as paradas. Se o regimento se deslocar por vários eixos, os TC devem, por lanços, se colocar em posições

centrais de maneira que possam apoiar em melhores condições na direção da maioria dos meios. Os lanços são previstos para regiões de destino de onde, através de rocadas, possam atingir qualquer ponto das Z Aç dos esquadrões. As regiões de destino só devem ser ocupadas se necessário o emprego desdobrado dos TC. Em caso contrário, devem se deslocar com o esquadrão do centro e permanecer sobre rodas.

(b) Os TC, em operações de reconhecimento, além de suprimento Cl I devem ser bem dotados de manutenção e, também, porém em menor escala, de suprimento Cl V e de elementos de saúde para atendimentos imediatos e normais. Em face da rapidez da operação e o possível alongamento das distâncias de apoio, deve ser planejada e executada a máxima utilização da evacuação aeromédica (EVAM).

(4) Quando o Rgt atuar em reconhecimento de vários eixos, em que o Ap Log poderá tornar-se difícil, haverá necessidade de dotar os trens de subunidades de maior quantidade de suprimento Cl III e de elementos de manutenção em reforço. É normal o regimento receber o reforço de viaturas cisternas como complementação ao apoio (Res Mv).

(5) Durante os deslocamentos, os mortos são identificados e deixados à margem da estrada em locais, se possível, não visível pela tropa que se desloca a retaguarda. O local é sinalizado e, na passagem dos TC, os elementos que operam o P Col Mor registram os mortos, ensacam e sinalizam para que a Bda possa evacuá-los.

f. Apoio logístico nas operações de segurança - Uma F Seg realiza contínuo reconhecimento, e quando pressionada executa uma ação retardadora até seu acolhimento pela força em proveito da qual opera. Portanto, são válidas as observações relativas as operações de reconhecimento, devendo haver uma flexibilidade no planejamento da manobra logística, pois há possibilidade de mudança na atitude da tropa (Ofs para Def) durante a Op, alterando as características do Ap Log.

g. Apoio logístico nas operações defensivas

(1) O Ap Log do Rgt deve ser suficientemente flexível para apoiar uma operação defensiva e permitir uma mudança imediata para apoiar uma operação ofensiva. Esta flexibilidade é especialmente importante na defesa móvel. As operações defensivas são, normalmente, caracterizadas por um consumo relativamente grande de munição e pequeno de combustíveis e lubrificantes. Entretanto, na defesa móvel, o consumo de combustíveis e lubrificantes poderá se tornar grande, em virtude das características de movimentação da operação.

(2) Apoio logístico na defesa móvel

(a) O planejamento logístico para a defesa móvel deverá prever métodos alternativos de suprimento e evacuação médica para assegurar um adequado apoio e evitar interferência com a manobra tática, bem como uma rápida manutenção e evacuação do equipamento. O apoio logístico da força de segurança, da força de fixação e da reserva deve adaptar-se tanto para operações defensivas como para ofensivas. São usados meios aéreos de suprimento e evacuação para completar os meios terrestres normais. São planejadas localizações alternativas, de onde os TC possam apoiar o Rgt, tanto

em manobras ofensivas como defensivas.

(b) Apoio logístico para a força de segurança - o Ap Log para a força de segurança é semelhante ao prestado a uma tropa numa ação retardadora. Os trens do regimento poderão ser aumentados de modo que possam transportar suprimentos adicionais, para a hipótese da unidade ficar isolada pela ação do inimigo. Devem ser preparados planos para suprimento por meio de aeronaves. As baixas são normalmente evacuadas por meios aéreos. As viaturas em pane deverão ser evacuadas rapidamente. Para o apoio à evacuação de viaturas da força de segurança, como da força de fixação e da reserva, será necessário estabelecer, freqüentemente, pontos de coleta de MB sucessivos, em profundidade, ao longo da EPS. Quando a captura de material aguardando reparação, nos pontos de coleta de MB, é iminente, este deverá ser destruído.

(c) Apoio logístico para a força de fixação - deverão ser elaborados planos pormenorizados para o Ap Log a cada posição defensiva, incluindo múltiplos eixos e meios alternativos de suprimento e evacuação. O Ap Log para os elementos da força de fixação é, essencialmente, o mesmo utilizado para uma defesa de área. Os TC são reduzidos a elementos de manutenção e saúde. Viaturas com suprimentos classes III e V são colocadas nos TE, fora do alcance da artilharia leve inimiga.

(d) Apoio logístico para a reserva - as viaturas socorro e ambulâncias acompanham os elementos de manutenção, durante as fases iniciais do contra-ataque. Estabilizada a situação, outros elementos dos TC poder-se-ão deslocar para a frente. Considerando que o contra-ataque é feito em alta velocidade, mas a uma distância relativamente pequena, a ação é freqüentemente concluída antes que o grosso dos trens da força de choque se desloque. O S4 deverá ter planos minuciosos formulados e viaturas de suprimento em número suficiente para o ressuprimento das subunidades.

(e) Necessidade de pessoal para o apoio logístico - na defesa móvel, o pessoal de manutenção e de suprimento, tendo que trabalhar em áreas inseguras e vulneráveis a ataques inimigos, deverá adaptar-se rapidamente às mudanças, para acompanhar as operações.

(3) Apoio logístico na defesa de área

(a) Os TC do regimento, normalmente, contém apenas o Pel Sau (menos as turmas de evacuação dadas aos esquadrões) e o grosso do Pel Mnt. Viaturas de combustíveis e lubrificantes, normalmente, não são necessárias na frente, em virtude do pequeno consumo destes suprimentos. O consumo de munição é muito elevado, exigindo a estocagem de grandes quantidades para atender aos elementos de segurança à frente da posição, aos elementos dispostos na ADA e ao apoio às ações dinâmicas da defesa. Após o contato com o inimigo, torna-se difícil o ressuprimento. Isso, por sua vez, impõe a estocagem da munição, além da dotação orgânica, junto aos núcleos de defesa para atender, no mínimo, ao consumo até o anoitecer. Assume grande importância, também, a manutenção das dotações completas, particularmente para atender a sustentação do combate durante as prováveis interrupções do fluxo de suprimento.

(b) As viaturas de suprimento, sempre que possível, deslocam-se da área dos TE, beneficiando-se da escuridão e a eles retornam antes do clarear.

(c) As turmas de evacuação do Pel Sau, equipadas com ambulâncias, evacuam as baixas das subunidades para o PSR. Padioleiros a pé são necessários em alguns casos. As baixas são evacuadas dos PSR por elementos da Cia Log Sau do B Log.

(d) O pessoal do Pel Mnt do regimento repara ou evacua as viaturas indispensáveis dos esquadrões para a área do Pel, utilizando-se da sua viatura socorro. Viaturas em pane que não puderem ser reparadas pelo Pel Mnt do regimento nem pela seção leve de manutenção, deverão ser evacuadas para o P Tec MB, da Cia Log Mnt/B Log, pelas viaturas socorro do Rgt. Quando necessário o B Log reforçará os meios de evacuação do regimento.

h. Apoio logístico nos movimentos retrógrados

(1) As operações retrógradas são caracterizadas pelo alto consumo de combustíveis e lubrificantes. A natureza da operação poderá exigir um consumo igualmente alto de munição. Sempre que possível, os suprimentos de todas as classes são previamente colocados em posições determinadas de modo a assegurar um apoio contínuo aos elementos de combate, uma vez que o eixo de suprimento e evacuação é vulnerável a ataques do inimigo. O movimento das viaturas de suprimento é, normalmente, executado durante períodos de reduzida visibilidade, em virtude da superioridade inimiga em poder de combate. A manutenção e o reparo do equipamento danificado tornam-se difíceis, uma vez que são executados, normalmente, sob fogo do inimigo.

(2) Apoio logístico na ação retardadora

(a) Na ação retardadora, o controle e a segurança dos elementos do apoio logístico são de vital importância. O planejamento da operação deverá prever um adequado apoio logístico durante o deslocamento para cada posição de retardamento e na ocupação da mesma. O valor dos TC do regimento deverá ser reduzido ao mínimo possível.

(b) O suprimento dos elementos de combate é executado imediatamente após sua chegada às novas posições de retardamento. Tão logo julgar conveniente, o S4, ou seu representante, dirige o movimento dos TC do regimento para a retaguarda imediata da próxima posição de retardamento, de onde poderão apoiar eficientemente a operação.

(c) A evacuação dos baixados é, de um modo geral, a mesma das operações ofensivas e defensivas. O PSR opera na área dos TC do Rgt. Se as turmas de evacuação dadas aos esquadrões não puderem evacuar todas as baixas, poderá ser necessária a utilização de viaturas das próprias SU e as demais ambulâncias do Pel Sau. Planos devem ser elaborados para a evacuação aeromédica do pessoal com ferimentos graves.

(d) Nos movimentos retrógrados, quatro linhas de ação existem para o destino das viaturas indisponíveis. Deve-se dar ênfase a uma delas, embora duas ou mais possam ser empregadas simultaneamente. Estas linhas são:

1) evacuar, normalmente, as viaturas para a manutenção do escalão superior;

2) realizar o máximo de manutenção no local utilizando equipes de trabalho dos elementos orgânicos, em reforço e de apoio;

3) rebocar as viaturas indisponíveis com outras viaturas que não sejam as viaturas socorro; e

4) em última instância, destruir as viaturas indisponíveis.

(e) As duas últimas linhas de ação são as mais usadas quando de um retraimento sob pressão do inimigo.

(3) Apoio logístico no retraimento

(a) Os planos de apoio logístico no retraimento prevêem o apoio ao grosso e à força de segurança em contato com o inimigo. O Ap Log para o grosso é semelhante ao prestado para uma unidade realizando uma marcha. O apoio logístico para a força de segurança no retraimento é semelhante ao executado para a força numa ação retardadora. Os trens do regimento poderão ser aumentados de modo que possam transportar suprimentos adicionais, para a hipótese de a unidade ficar isolada pela ação do inimigo. Devem ser preparados planos para suprimento por meio de aeronaves. As baixas são, normalmente, evacuadas por meios aéreos. A manutenção fica restrita a pequenos reparos. Freqüentemente, o tempo não permitirá a reparação de viaturas em pane, que deverão ser evacuadas rapidamente. Será necessário, freqüentemente, estabelecer P Col Slv sucessivos, em profundidade, ao longo da EPS. Quando a captura do material aguardando reparação, nos P Col Slv, é iminente, este deverá ser destruído.

(b) Os planos de apoio logístico prevêem a evacuação ou destruição dos excessos de suprimento e equipamento, exceto material médico, de modo a não comprometer o retraimento. Os equipamentos e suprimento de saúde não devem ser intencionalmente destruídos.

11-17. APOIO LOGÍSTICO NA ORGANIZAÇÃO DE FT SU E NO REFORÇO A OUTRAS UNIDADES

a. Organização e constituição de subunidades reforçadas no âmbito do regimento

(1) Quando da organização e constituição de SU reforçada, no âmbito do R C Mec, devem ser previstas medidas visando adequar as Tu Mnt Ap Dto do Pel Mnt e os Gp Mnt das Sec Cmdo das SU às viaturas blindadas que passarão a integrar a FT SU, particularmente no que se refere a ferramental e suprimento.

(2) Os Pac Log devem ser reestruturados, de forma a permitir o apoio logístico à SU(+), particularmente no que se refere ao suprimento de classe III e V.

b. Reforço de Subunidades ou FTSU a outras U - Quando uma SU passar a integrar outra U é necessário apoiar esta U com um destacamento logístico. Este destacamento deve ser organizado pelo S4 com base na natureza da SU que reforçará a outra OM e, de acordo com a capacidade logística daquela U / FT. Em princípio deverá ser integrado por:

(1) uma Turma de Manutenção de Apoio Direto do Pelotão de Manutenção;

(2) uma Turma de Evacuação do Pelotão de Saúde;

(3) uma Turma de Aprovisionamento do Pelotão de Suprimento;
(4) uma viatura de suprimento de classe III;
(5) uma viatura de suprimento de classe V.

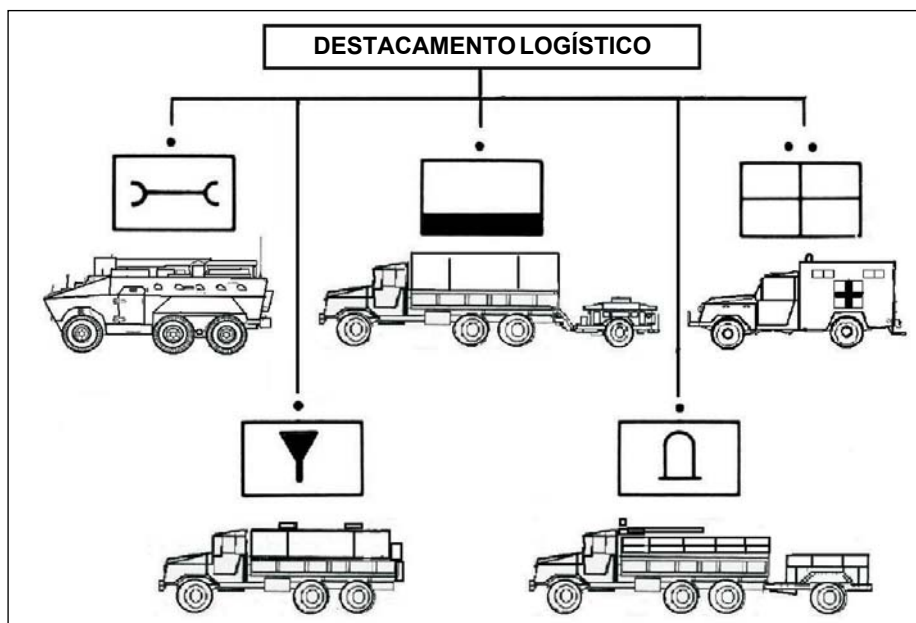



Fig 11-18. Destacamento Logístico para apoiar uma SU do regimento que irá integrar outra Unidade

ANEXO A

OPERAÇÕES COM FUMÍGENOS

A-1. GENERALIDADES

a. Utiliza-se agentes fumígenos nas operações de combate para ocultar a observação do inimigo as atividades das forças amigas, dificultar ao inimigo a observação do campo de batalha e a condução dos jogos observados, dissimular as intenções das forças amigas, assinalar alvos e objetivos no terreno e isolar elementos visualmente do dispositivo inimigo, facilitando ações sobre outros elementos.

b. Fumígenos são agentes químicos que produzem fumaça por queima, hidrólise ou condensação. Subdividem-se em dois grupos:

(1) fumígenos de cobertura: empregados, normalmente, para cobrir com fumaça atividades de tropas, pontos vitais e instalações importantes, interferindo na observação e reduzindo a eficácia dos fogos do inimigo; e

(2) fumígenos de sinalização: representados pelas fumaças coloridas, sendo utilizados na marcação de alvos e objetivos.

c. Os agentes fumígenos podem ter efeitos psicológicos e fisiológicos sobre os indivíduos e podem impedir ou dificultar o emprego de dispositivos de visão óticos ou eletro-óticos e telêmetros a laser. Os fumígenos podem romper o sistema de comando e controle e a manobra de unidades de combate, particularmente as blindadas. O Cmt Rgt e os de SU devem sempre considerar o emprego de agentes fumígenos em apoio à manobra planejada. Devem também estar preparados para enfrentar os agentes fumígenos lançados pelo inimigo.

d. O assunto é detalhadamente abordado no manual de campanha que regula as Operações Químicas, Biológicas e Nucleares.

A-2. FONTES GERADORAS DE FUMAÇA

a. As fontes geradoras de fumaça variam desde equipamentos simples existentes nas viaturas blindadas até os geradores de fumaça existentes no Esc Ex Cmp, Div de Ex e Bda. Quanto maior for a necessidade de fumaça para apoiar a operação, maiores serão as necessidades em meios, planejamento e coordenação.

b. Fontes geradoras de fumaça disponíveis para apoiar as operações do Rgt:

(1) Lançadores de granadas fumígenas existentes nas viaturas blindadas - Estes equipamentos são empregados para a proteção da viatura blindada, permitindo que saia rapidamente da linha de visada do inimigo, retraindo de sua atual posição a fim de deslocar-se para uma posição de tiro melhor ou mais segura. As granadas lançadas dos tubos fumígenos das viaturas blindadas formam uma densa nuvem de fumaça, a cerca de 50 m da viatura. Este equipamento é empregado no nível guarnição de viatura blindada, independente do planejamento do regimento;

(2) Granadas fumígenas de mão - As granadas são lançadas manualmente para a sinalização de alvos, objetivos, limites e posições da tropa. Elas produzem uma pequena nuvem de fumaça, que pode ser utilizada para fins táticos (manobra) no nível pelotão. A fumaça produzida por essas granadas não afeta os equipamentos de visão térmica;

(3) Tubos fumígenos portáteis - Os tubos produzem uma grande quantidade de fumaça em pouco tempo e são suficientemente pequenos, podendo ser transportados em viaturas. São utilizados no escalão Su ou superiores, em uma grande variedade de missões. Este é o único sistema que flutua em água, embora sua fumaça tenha pouco efeito sobre os equipamentos de visão térmica.

(4) Granadas fumígenas de canhões de VBR - As granadas lançadas por estas armas geram uma boa quantidade de fumaça, a distâncias até 2.000 m, possibilitando seu emprego tático no nível pelotão, subunidade e regimento. Necessitam planejamento e coordenação para seu emprego.

(5) Granadas fumígenas lançadas por morteiros e pela artilharia - Estas granadas possibilitam a formação de uma densa nuvem de fumaça, a distâncias consideráveis, sendo o meio de geração de fumaça mais eficiente disponível para as operações do R C Mec. São empregadas, normalmente, para cegar os postos de observação do inimigo, facilitando a manobra, encobrindo retraimentos, mudanças de posição e outros deslocamentos táticos. As granadas que utilizam fósforo branco (WP) podem degradar a eficiência dos equipamentos de visão térmica, já as granadas com hexacloroetano (HC) tem menos efeito sobre estes equipamentos. Os morteiros do Pel Mrt P são o meio mais eficaz para o lançamento inopinado de fumígenos com que o regimento conta. A Art Cmp pode não estar disponível se o emprego não tiver sido planejado e coordenado com antecedência;

(6) Geradores de fumaça mecânicos - São equipamentos disponíveis a partir do escalão brigada. Estes equipamentos podem ser instalados em viaturas próprias ou em reboques, dotando-os de grande mobilidade e permitin-

do sua rápida entrada em posição. Poderão ser empregados pelo R C Mec (no quadro de uma operação divisionária), normalmente, nas fintas e demonstrações, com a finalidade de enganar o inimigo, produzindo uma falsa situação de combate. A fumaça destes geradores, normalmente, não afeta a eficiência dos equipamentos de visão térmica.

A-3. EMPREGOS TÍPICOS DA FUMAÇA

a. São quatro as formas típicas de emprego dos fumígenos, em apoio às operações do R C Mec:

(1) cortina de fumaça;
(2) obscurecimento;
(3) finta; e
(4) sinalização.

b. As cortinas de fumaça são empregadas nas Z Aç do regimento ou entre este e o inimigo, com a finalidade de evitar a observação aérea ou terrestre sobre o deslocamento terrestre, as zonas de reunião, as áreas de trens, pontos importantes do terreno, instalações ou eixos de suprimento, furtando-os da observação inimiga (terrestre e aérea). O inimigo poderá ter o conhecimento da presença do regimento, mas não deverá ser capaz de concluir sobre suas reais ações e intenções. Há três tipos de cortina de fumaça:

(1) Tipo cortina, propriamente dita - É uma densa nuvem vertical de fumaça, lançada entre o inimigo e o regimento, normalmente, à frente ou nos flancos da unidade. A cortina de fumaça visa impedir a observação terrestre do inimigo, não interferindo no deslocamento do regimento;

(2) Tipo cobertura - É uma formação horizontal de fumaça, muito densa e pesada, que cobre todo o regimento ou determinadas instalações e áreas do terreno. É utilizada para impedir a observação terrestre e aérea do inimigo. A visibilidade dentro da área coberta é de aproximadamente 50 m, interferindo nos deslocamentos ou na manobra do R C Mec;

(3) Tipo névoa - É uma formação semelhante à cobertura, porém com menor densidade de fumaça. A visibilidade no interior da névoa é de aproximadamente 150 m, não escondendo por completo o regimento, permitindo deslocamentos táticos com restrições e dificultando a observação terrestre e aérea do inimigo.

c. A forma de emprego de fumígenos tipo obscurecimento é empregada sobre a tropa inimiga, para obrigar que reduza sua velocidade, mude de direção, cesse seu deslocamento ou se desdobre prematuramente. Além disso, o obscurecimento é utilizado para neutralizar a capacidade inimiga de engajamento de alvos ou para isolar parte das formações inimigas.

d. A finta é o emprego dos fumígenos, com a finalidade de dissimular as reais intenções do Rgt. Ela deve ser prevista em todos os planejamentos operacionais, pela vantagem tática que dá para quem a utiliza. A finta deve chamar a atenção do inimigo para uma área não importante da zona de ação, fazendo com que ele empregue seu poder de fogo em local onde não há tropa

amiga. Numa operação do tipo finta, o Rgt pode ser apoiado por elementos da divisão de exército com geradores de fumaça mecânicos. Para a execução da finta deve-se levar em consideração sua possível eficácia e a quantidade de munição disponível.

e. Os fumígenos podem também ser utilizados para sinalização de alvos, objetivos, tropa amiga, limites, evacuação aeromédica, recuperação de viaturas em pane, na regulação da manobra e no controle dos fogos.

A-4. CONSIDERAÇÕES NO PLANEJAMENTO DE EMPREGO DE FUMÍGENOS

a. O emprego de fumígenos deve ser planejado em todas as operações com tropas mecanizadas, ficando seu emprego condicionado à situação tática e às condições meteorológicas. É preferível que o R C Mec disponha de um planejamento antecipado do emprego de fumígenos, para fazer face às contingências do combate e em apoio à manobra planejada, do que ser surpreendido durante a execução de manobras de elevada mobilidade e grande rapidez.

b. Os geradores de fumaça mecânicos são meios que raramente estarão disponíveis para emprego com o regimento. Sua utilização, normalmente, será feita no âmbito da manobra divisionária. A disponibilidade de granadas fumígenas para os canhões das VBR e para as armas de tiro curvo será sempre limitada, devendo a dotação destas munições ser preservada para situações onde seu emprego for decisivo. Portanto, o emprego de fumígenos pelo regimento deve ser alvo de minuciosa análise pelo EM, sendo utilizados somente quando necessário, nunca indiscriminadamente.

c. O emprego de cortina de fumaça ou de obscurecimento serão inúteis, a menos que se empregue a quantidade necessária de fumígenos. A nuvem de fumaça deve ser grande e densa o bastante para atender às necessidades da missão.

d. A efetividade do emprego de fumígenos depende das condições de tempo e da direção e velocidade do vento. Se as condições meteorológicas não forem vantajosas, poderão impedir o uso efetivo de fumígenos. Estas condições podem também impor mudanças no tipo de fumaça planejado para a operação.

e. O S3 do regimento é o elemento responsável pela integração dos fumígenos com o esquema de manobra da força-tarefa. O Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear (Cmt Pel Cmdo) tem a responsabilidade funcional de assessorar o S3 quanto ao emprego de fumígenos. No planejamento do emprego de fumaça, deve ser analisada a relação de custo e benefício entre a degradação da eficiência de combate do inimigo e a possível degradação do poder de combate do Rgt, bem como seus reflexos sobre o sistema de comando e controle. O impacto do emprego de fumígenos em unidades amigas vizinhas e, particularmente, sobre a aviação do exército, deve ser considerado e coordenado com estas unidades.

f. O emprego de fumígenos deve ser considerado também para os períodos de visibilidade reduzida, pois a fumaça afeta a maioria dos equipamentos de visão noturna. A fumaça originada de agentes químicos incendiários pode bloquear ou reduzir a eficiência dos equipamentos de visão termal.

g. O emprego de fumígenos deve estar intimamente sincronizado com o planejamento dos fogos indiretos de apoio. Durante uma operação com emprego de fumígenos, deve ser feito um acompanhamento contínuo da mudança das condições de vento, para que os ajustes necessários possam ser feitos a tempo.

h. A fumaça, freqüentemente, estará presente no campo de batalha como um subproduto natural do combate. O Cmt e o EM do regimento, bem como os comandantes de subunidades, devem tirar proveito deste obscurecimento natural produzido pelo combate, para preservar sua dotação de fumígenos.

A-5. EMPREGO DE FUMÍGENOS EM APOIO ÀS OPERAÇÕES DE COMBATE

a. Um das características chaves do campo de batalha moderno é o uso intensivo de fumaça.

b. O uso de fumígenos durante as operações de combate deve ser controlado cuidadosamente pelo comandante do R C Mec. A fumaça é um indício para o inimigo de que algo está acontecendo, podendo levá-lo a aumentar suas ações de segurança e de reconhecimento. A surpresa mantida até aquele momento é perdida com o lançamento dos fumígenos. As NGA do regimento e das subunidades deverão estabelecer medidas que restrinjam o uso indiscriminado ou inadvertido de fumígenos. A autorização do Cmt Rgt ou da SU (conforme o caso) deve ser necessária para o uso de fumígenos, quando não anteriormente planejados.

c. A fumaça é um multiplicador do poder de combate significativo para o regimento durante as operações ofensivas, defensivas, de reconhecimento e de segurança. Seu emprego deve ser planejado como parte da operação durante o estudo de situação. A degradação da eficiência dos sistemas de combate, a quebra do planejamento inicial e das formações de combate e outros efeitos que o emprego de fumígenos pode causar sobre o inimigo fazem destes agentes químicos valiosas ferramentas para o regimento.

d. O emprego de fumígenos durante as operações de combate pode ser feito para:

(1) cegar os postos de observação do inimigo;

(2) apoiar o deslocamento de uma força, cobrindo-a da observação dos atiradores e observadores inimigos;

(3) isolar parte da força inimiga para destruí-la em uma área de engajamento;

(4) cobrir uma operação de abertura de brechas nas posições inimigas;

(5) cobrir uma ultrapassagem;

(6) apoiar um ataque de oportunidade;

(7) desorientar o inimigo em suas posições defensivas;

(8) desorientar armamento com munição guiada para localização de sistemas;

(9) cobrir um desbordamento ou envolvimento;

(10) apoiar uma finta ou dissimulação;

(11) apoiar operações de travessia de cursos d'água;

(12) marcar alvos ou posições inimigas;

(13) separar ou isolar o escalão de reconhecimento inimigo do grosso de suas forças;

(14) reduzir a velocidade de progressão das formações inimigas;

(15) cobrir obstáculos, dificultando sua remoção pelo inimigo (se for o caso);

(16) iludir o inimigo sobre o valor e dispositivo da força amiga;

(17) apoiar o desengajamento do combate de forças amigas;

(18) reduzir a eficiência dos elementos de reconhecimento ou de vigilância do inimigo;

(19) reduzir a eficiência dos fogos de apoio do inimigo;

(20) ocultar a concentração e o deslocamento do regimento ou de suas subunidades;

(21) cobrir um contra-ataque;

(22) identificação de unidades ou limites entre peças de manobra;

(23) solicitar evacuação aeromédica, sinalizar viatura em pane;

(24) iniciar ou cessar uma operação;

(25) marcar o deslocamento de uma força; e

(26) obscurecer núcleos de defesa ou formações inimigas.

e. As figuras A-1 até A-3 ilustram situações de emprego da fumaça por forças mecanizadas.

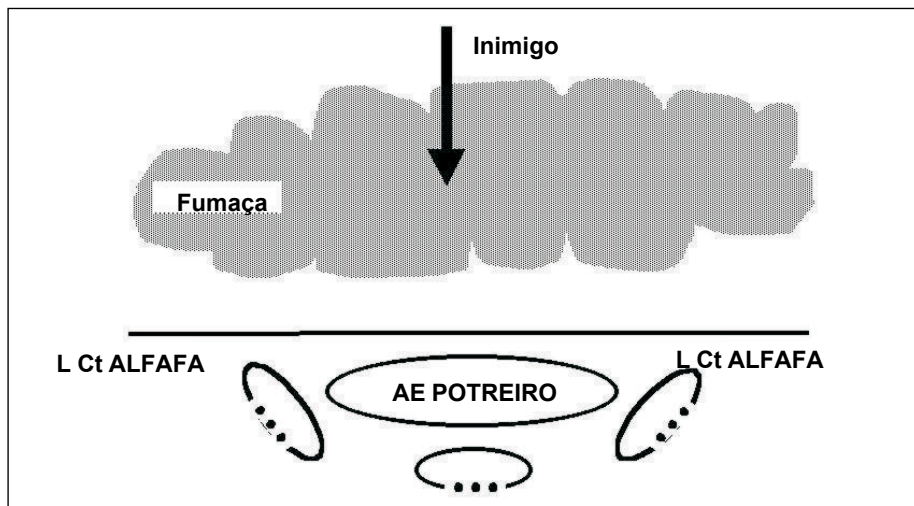



Fig A-1. Emprego de fumígeno sob a forma de obscurecimento, visando quebrar as formações de um ataque inimigo, romper seu sistema de comando e controle durante um ataque e canalizá-lo para uma área de engajamento

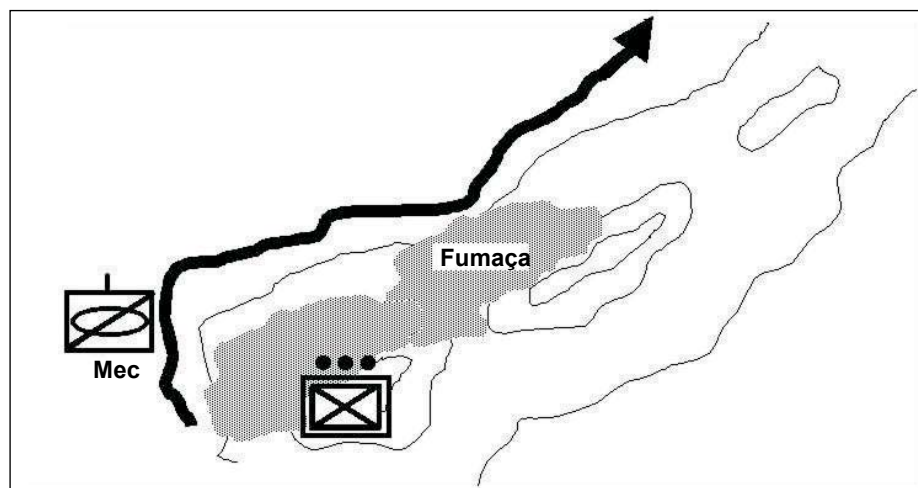



Fig A-2. Cortina de fumaça empregada para encobrir um desbordamento

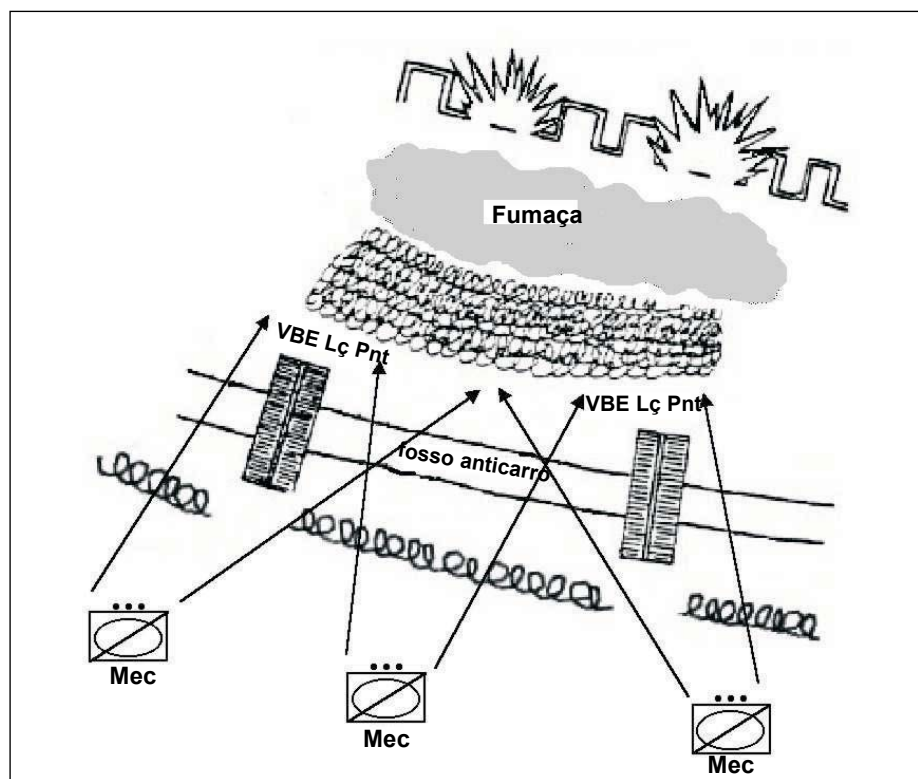



Fig A-3. Cortina de fumaça empregada para cobrir a abertura de uma brecha

f. Considerações táticas sobre o emprego de fumígenos

(1) Condições climáticas - A direção e a velocidade do vento, a umidade do ar e a cobertura de nuvem são considerações importantes no emprego de fumígenos. Se o vento é forte ou vem da direção desfavorável, poderá ser impossível estabelecer-se uma efetiva cortina de fumaça. As cortinas de fumaça se formam mais rapidamente e duram mais quando a umidade do ar é elevada e a cobertura de nuvens for grande. O melhor momento para se empregar uma cortina de fumaça é quando o solo está mais frio que o ar.

(2) Tipo de fumígeno a ser empregado - Certos tipos de fumígenos degradam a eficiência de equipamentos de visão infravermelha e térmica. O equipamento de que dispõe o inimigo e o efeito desejado da fumaça determinarão o fumígeno a ser utilizado. É importante observar que mesmo os fumígenos que não afetam os equipamentos de visão térmica podem impedir ou dificultar o emprego dos telêmetros laser dos carros de combate, fazendo com que os sistemas balísticos da viatura forneçam dados de tiro imprecisos. Tal fato deverá condicionar as guarnições de VBR, quando atuando sob efeito de fumígenos inimigos, a não confiar em dados de tiro como faixa de alcance, alcance estimado e visada / pontaria.

(3) Navegação - Os equipamentos do tipo GPS e de visão térmica auxiliam os Cmt das frações mecanizadas a se deslocarem no interior de áreas sob efeito de fumígenos, possibilitando a manutenção de suas formações de combate e da impulsão. Sob estas condições, devem ser diminuídos os intervalos entre as viaturas da fração, a fim de facilitar o comando e controle.

(4) Manobra

(a) Operações Ofensivas - O inimigo, ocupando uma posição defensiva, pode empregar fumígenos para confundir e desorientar o atacante. Sempre que o R C Mec ou suas peças de manobra estiverem deslocando-se por áreas cobertas por fumaça, os comandantes de todos os escalões devem lembrar-se que suas viaturas blindadas terão suas silhuetas destacadas quando emergirem da fumaça. Esta consideração é crítica e uma solução para o problema é tentar-se fazer com que todas as viaturas saiam ao mesmo tempo da área coberta pela fumaça, dificultando a atuação dos atiradores inimigos. Por outro lado, o R C Mec também poderá empregar fumígenos para isolar ou obscurecer núcleos de defesa enquanto manobra para atacar o flanco do dispositivo inimigo.

(b) Operações Defensivas - Durante um ataque inimigo, podem ser lançados fumígenos sobre as posições defensivas do regimento e de suas peças de manobra. A ação desta fumaça pode degradar a eficiência dos equipamentos de visão e de telemetria das viaturas blindadas de reconhecimento e dos demais blindados, levando os computadores balísticos a fornecerem dados de tiro imprecisos para as guarnições. Uma solução para este problema é a ocupação de posições defensivas “alternativas“ (núcleos de defesa) que não estejam sob a ação de fumígenos, planejadas antecipadamente, permitindo cumprir em melhores condições a missão da fração ou da peça de manobra (Fig A-4). Se a fumaça não incapacitar o equipamento de visão térmica mas afetar os telêmetros laser, os comandantes das viaturas blindadas de reconhecimento podem utilizar os roteiros de tiro para calcular o alcance desejado. O uso de

fumígenos durante o ataque inimigo pelo R C Mec, pode proporcionar o isolamento das formações de ataque, a canalização para áreas de engajamento e obstáculos, a desorientação de seu ataque e o encobrimento do movimento das reservas do Rgt, criando condições para as ações de contra-ataque.

(c) Operações de Reconhecimento e Segurança - Os fumígenos terão seu emprego determinado pela necessidade de impedir ou dificultar ao inimigo a observação de movimentos ou posições ocupadas pelo R C Mec. Em princípio, o R C Mec fará uso de fumígenos após ter sido identificado pelo inimigo, quando houver necessidade de dissimular movimentos ou posições ocupadas ou durante a realização de ataques de oportunidade.

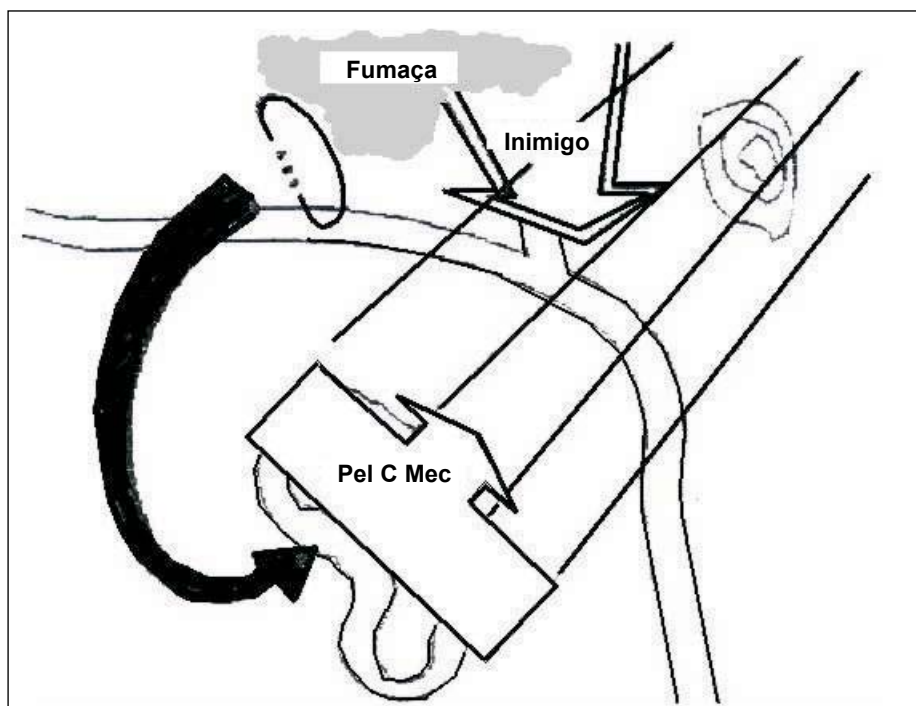



Fig A-4. Ocupação de uma posição de retardamento ou defensiva alternativa, não atingida por fumígenos

ANEXO B

PREVENÇÃO DE FRATRICÍDIO

B-1. GENERALIDADES

O fratricídio é tão velho quanto a guerra; é um problema complexo que desafia soluções simples. O fratricídio pode ser definido amplamente como o emprego de armas amigas, com o intento de matar o inimigo, destruir seu equipamento ou suas instalações, que resultam em morte imprevista e não intencional ou dano a pessoal amigo.

B-2. O RISCO DE FRATRICÍDIO NO COMBATE MODERNO

a. O campo de batalha moderno é mais letal que qualquer um da história conhecida. O ritmo das operações é muito rápido e a natureza não-linear do campo de batalha cria desafios para o comando e controle das unidades.

b. A precisão e a letalidade das armas modernas tornaram possível o engajamento e a destruição de objetivos a grandes distancias. Porém, ao mesmo tempo que a tropa possui uma grande capacidade para adquirir alvos com equipamentos de imagem térmica e outros sistemas de visão sofisticados, ela ainda não tem condições de, com precisão, identificar estes alvos como amigo ou inimigo. Em conseqüência, forças amigas podem ser engajadas e destruídas sem querer, em segundos, e sem que a tropa se aperceba de seu engano.

c. Soma-se a isto o problema do obscurecimento do campo de batalha, em função da destruição de viaturas e da queima de combustível, das explosões de granadas e o uso de fumígenos, o que se torna um fator crítico sempre que equipamentos de visão térmica são empregados na localização e identificação de alvos. A chuva, a poeira, a névoa e a fumaça também degradam a capacidade de identificação, reduzindo a intensidade das imagens térmicas.

d. No campo de batalha moderno, a identificação visual não pode ser o critério de comprovação exclusivo de alvos em alcances superiores a 1.000 m, sob o risco da tropa se envolver em um incidente de fratricídio. O conhecimento da situação é a chave para se evitar este tipo de incidente.

B-3. IDENTIFICAÇÃO DO RISCO DE FRATRICÍDIO E MEDIDAS PREVENTIVAS

a. A redução do risco de fratricídio começa durante a fase de planejamento de uma operação e continua ao longo de sua preparação e na execução. A identificação do risco de fratricídio deve ser preocupação em todos os escalões, durante cada fase da operação. Os riscos identificados devem ser comunicados claramente à cadeia de comando, de forma que a taxa de risco da operação possa ser minimizada.

b. Serão abordadas, a seguir, algumas considerações que influenciam na identificação do risco e algumas medidas que o comandante pode implementar para que o processo de identificação do risco possa ser mais efetivo e ajude a impedir que os incidentes de fogo amigo aconteçam em sua unidade.

(1) Na fase de planejamento e preparação

(a) Quando o planejamento completo da operação é bem compreendido pelo Rgt, o risco de ocorrer fratricídio é minimizado. As seguintes considerações indicarão ao Cmt o potencial de fratricídio em uma determinada operação:

1) o esclarecimento da situação inimiga;

2) o esclarecimento da situação amiga;

3) a intenção clara do comandante do regimento e seu conhecimento por todos os escalões de comando (Esqd, Pel, etc);

4) a complexidade da operação e o grau de sincronização atingido; e

5) o tempo de planejamento disponível para cada escalão.

(b) Os esquemas de manobra são as ferramentas básicas que os Cmt de todos os escalões utilizam para esclarecer a sua intenção. Estes documentos devem representar claramente o conceito da operação, utilizando convenções gráficas e medidas de coordenação e controle regulamentares, de forma que os subordinados possam compreendê-las corretamente. Como tal, os esquemas de manobra podem ser uma ferramenta muito útil na redução do risco de fratricídio.

(c) Os seguintes fatores podem contribuir para diminuir o risco de fratricídio durante o processo de preparação:

1) quantidade e tipo de ensaios realizados;

2) nível de treinamento e de eficiência em combate das peças de manobra e de seus integrantes;

3) a existência de laços táticos e de relacionamento habitual entre as subunidades e frações que realizarão a operação; e

4) o grau de resistência a esforços físicos intensos e prolongados das tropas que realizarão a operação.

(d) Reuniões de coordenação, de sincronização e ensaios são ferramentas primordiais na identificação e na redução do risco de fratricídio. As seguintes observações devem ser consideradas:

1) utilizar ordens claras e concisas nas reuniões de coordenação/sincronização e nos ensaios, para assegurar que os subordinados saibam onde estão os riscos de fratricídio e o que fazer para reduzí-los ou eliminá-los;

2) realizar reuniões com os comandantes subordinados para assegurar que eles compreendam a intenção do comandante do R C Mec. Destacar, durante as reuniões, as áreas onde poderão confundir-se, detalhar as partes que julgar complexas, ou que possam gerar erros nos seus planejamentos; o conhecimento da intenção do comandante é necessária também para os escalões mais baixos, como Pel e Sec;

3) a quantidade e o tipo de ensaios que a unidade conduzirá podem determinar a identificação, ou não, de riscos de fratricídio;

4) os ensaios devem estender-se a todos os escalões de comando e envolver, no mínimo, todos os elementos chave da operação.

(2) Fase de execução

(a) Durante a execução da operação, a capacidade de rapidamente analisar o risco de fratricídio e intervir para impedi-lo são fundamentais para enfrentar situações imprevistas. Os seguintes fatores devem ser considerados na avaliação do risco de fratricídio, após o início da operação :

1) visibilidade entre unidades vizinhas;

2) o nível de obscurecimento do campo de batalha;

3) a habilidade ou inabilidade para identificar corretamente os alvos;

4) as semelhanças e as diferenças de equipamento, veículos e uniformes entre as forças amigas e o inimigo;

5) densidade de veículos no campo de batalha;

6) o ritmo do combate; e

7) a validade das medidas de coordenação e controle estabelecidas e sua identificação no terreno.

(b) O perfeito acompanhamento da situação do combate e a informação contínua da evolução desta situação, para todos os escalões envolvidos na operação, são fatores chaves na redução do risco de fratricídio. Devem constar das NGA do Rgt medidas para auxiliar os Cmt, de todos os escalões e das viaturas blindadas, neste processo de acompanhamento da situação do combate. Estas medidas podem incluir :

1) permanente escuta da rede do Esc Sp;

2) comunicação rádio entre subunidades e frações vizinhas;

3) conhecimento preciso da localização de todas as peças de manobra no campo de batalha;

4) troca constante de elementos de ligação com as unidades vizinhas e o escalão superior e, entre o comando do R C Mec e as peças de manobra, quando for o caso; e

5) permanente atualização das planilhas de combate, cartas de situação e outros documentos.

B-4. AVALIAÇÃO DA TAXA DE RISCO DE UMA OPERAÇÃO

a. A Taxa de Risco de uma operação deve ser administrada sempre que forem identificados fatores de risco de fratricídio. Esta preocupação deve ser de todos os escalões, durante cada uma das fases da operação. Os fatores de risco identificados devem ser informados a todos os escalões, de modo que medidas para a redução do fratricídio possam ser desenvolvidas e implementadas com oportunidade.

b. A tabela abaixo deve ser utilizada para a avaliação da taxa de risco de fratricídio de uma operação. Nesta tabela, são avaliados seis fatores que influenciam no risco de fratricídio. O comandante deve avaliar o risco potencial em cada um dos fatores, atribuindo um conceito e um valor numérico a esta avaliação parcial: baixo (um ponto), médio (dois pontos) ou alto (três pontos). Por exemplo, a intenção do comandante pode variar de clara, não muito clara e nebulosa. Se ela for clara receberá do avaliador 01 ponto, se não está muito clara receberá 02 pontos e se for nebulosa receberá 03 pontos. Somando-se as avaliações parciais, chegar-se-á a um parâmetro (percentual) para estimar a taxa de fratricídio global. Esta taxa de risco resultante só deve ser utilizada como um guia. A taxa global deve ser fundamentada em fatores de risco observáveis como os da tabela e no “sentimento“ do comandante para os fatores intangíveis que podem afetar a operação. Deve-se notar que, na tabela, somente estão listados os valores (conceitos) extremos nas colunas referentes ao baixo e alto risco de fratricídio. A avaliação do comandante irá determinar qual a interpolação a ser feita e qual a gradação a ser atribuída a cada fator na coluna do risco médio.

FATORES	BAIXO (1)	MÉDIO (2)	ALTO (3)
1. COMPREENSÃO DO PLANEJAMENTO			
- A intenção do comandante	clara	....	nebulosa
- Complexidade do plano	simples	....	complexo
- Situação do inimigo	conhecida	....	desconhecida
- Situação das forças amigas	clara	....	obscura
2. AMBIENTE			
- Visibilidade entre OM vizinhas	boa	....	ruim
- Obscurecimento	nulo	....	total
- Ritmo do combate	lento	....	rápido
- Identificação das forças amigas	100%	....	0%
3. MEDIDAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE			
- Relações de Comando	orgânico	....	conjunto / combinado
- Comunicações (áudio)	alto / claro	....	fraco
- Visuais	fácil visualização	....	obscurecida
- Esquema de Manobra	padrão	....	não compreendido
- NGA	padrão	....	não existe

FATORES	BAIXO (1)	MÉDIO (2)	ALTO (3)
- Oficiais (elementos) de Ligação - Conhecimento da localização das peças de manobra	eficientes preciso	....	não treinados vago
4. EQUIPAMENTO (em relação ao Rgt) - Forças amigas - Inimigo	 semelhante diferente		 diferente semelhante
5. TREINAMENTO - Eficiência individual - Eficiência das unidades - Ensaios - Laços táticos - Estado físico da tropa	 adestrado adestrada realistas sim bom		 não adestrado não adestrada nenhum não desgastado
6. TEMPO DE PLANEJAMENTO (regra do 1/3 para o Plj do Esc Sp e 2/3 para o Plj do Esc Subrd) - Escalão superior - Escalão avaliador (R C Mec) - Elementos subordinados	adequado adequado adequado	....	inadequado inadequado inadequado
TAXA DE FRATRICÍDIO GLOBAL	26 - 46 pontos *	42 - 62 pontos *	58 - 78 pontos *
* A soma total dos pontos pode não refletir o risco de fratricídio com precisão, porém deve servir como base de referência na avaliação do risco real pelo Cmt do Rgt.			

B-5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O RISCO DE FRATRICÍDIO

No questionário abaixo, é traçado um paralelo entre os cinco parágrafos de uma Ordem de Operações, analisando fatores chaves e considerações importantes para a redução do fratricídio, relacionados a cada parágrafo e item da O Op. Este questionário, como sugestão, deveria ser utilizado pelo estado-maior do regimento, por ocasião da confecção das ordens de operações, alertando o comando e o EM para o risco de fratricídio da operação considerada.

PARÁGRAFO	ITEM	QUESTIONAMENTO
1. SITUAÇÃO	a. Forças inimigas	(1) Há semelhanças com o equipamento e o uniforme do inimigo que poderiam conduzir para um fratricídio? (2) Que idioma falam as forças inimigas? Este idioma é tão semelhante ao nosso que poderia contribuir para o risco de um fratricídio? (3) Qual é capacidade de dissimulação do inimigo? Há registro de atividades anteriores de dissimulação? (4) Nós sabemos com precisão a localização das forças inimigas?
	b. Forças amigas	(1) Entre as forças amigas há diferenças (ou semelhanças) com as forças inimigas em idioma, uniforme e equipamentos, que poderiam aumentar o risco de fratricídio durante as operações? (2) Durante operações conjuntas e combinadas, as diferenças em equipamento e uniformes entre nossas forças armadas podem aumentar o risco de fratricídio. (3) Quais diferenças em equipamento e uniformes, de nossas forças e de forças amigas, devem ser ressaltadas para a tropa, a fim de se prevenir o fratricídio? (4) Qual é o plano de dissimulação de nossas forças amigas (e vizinhas)? (5) Qual a localização exata de nossas forças vizinhas (esquerda, direita, à retaguarda e à frente)? (6) Existem grupos neutros, de não combatentes, civis refugiados ou outros em nossa zona de ação ou próxima dela? Qual a localização exata desses grupos? (7) Qual é o nível de desgaste, eficiência e confiança do equipamento e armamento das forças amigas.
	c. Nossas forças	(1) Qual é o nível de adestramento do Rgt e das demais OM de nossa brigada, dos elementos em reforço ou em apoio? Qual o nível de adestramento de nossas guarnições de viaturas? Nossa tropa possui experiência de combate? Qual a eficiência em combate de nossa tropa e a de nossa brigada? (2) Qual o nível de desgaste e de fadiga do Rgt? Existe um plano eficaz de "sono" (descanso) em execução no regimento?

<table>
<tr><th>PARÁGRAFO</th><th>ITEM</th><th>QUESTIONAMENTO</th></tr>
<tr><td rowspan="4">1. SITUAÇÃO</td><td>c. Nossas forças</td><td>(3) O Rgt e as forças amigas estão aclimatadas à esta região? Possuem uniforme adequado?
(4) Qual é o nível de desgaste, eficiência e confiança de nosso equipamento e armamento? Foi distribuído recentemente algum equipamento novo ao regimento? Qual a situação do adestramento da tropa com este novo equipamento?</td></tr>
<tr><td>d. Meios recebidos e retirados</td><td>(1) Os elementos recebidos possuem completo conhecimento da situação, equipamento, uniforme e demais informações sobre as forças amigas e inimigas?
(2) Os elementos retirados receberam informações corretas sobre a força que passarão a integrar?</td></tr>
<tr><td>e. Condições climáticas</td><td>(1) Quais são as condições de visibilidade esperadas para a operação (dados sobre luminosidade e chuva)?
(2) Que efeitos terão o calor, o frio ou a chuva sobre os soldados, o equipamento, o armamento e as viaturas?</td></tr>
<tr><td>f. Informações sobre o terreno</td><td>(1) Nós conhecemos perfeitamente a topografia e a vegetação da área onde iremos operar (áreas urbanas, regiões pantanosas ou alagadiças, campos, cerrados, áreas de mata e de mata densa, regiões de bosques, cursos d'água, represas e lagos?
(2) Avaliamos corretamente o terreno com base nos fatores: obstáculos, campos de tiro e de observação, cobertas e abrigos, acidentes capitais e vias de acesso?
(3) Possuímos informações corretas e atualizadas sobre a trafegabilidade do terreno onde nossas viaturas irão operar?</td></tr>
<tr><td>2. MISSÃO</td><td colspan="2">Nossa missão, bem como todas as tarefas a executar, as responsabilidades logísticas, de apoio de fogo, de apoio da engenharia e de outros sistemas operacionais estão claramente compreendidas? A intenção do Cmt é do conhecimento de todos no Rgt ?</td></tr>
</table>

PARÁGRAFO	ITEM	QUESTIONAMENTO
3. EXECUÇÃO	a. Organização do R C Mec	(1) As SU orgânicas de outras OM e que estão reforçando ou integrando ao Rgt, já trabalharam conosco em alguma operação de combate? (2) As NGA da nossa OM são compatíveis com as NGA das OM de origem das subunidades que integram o Rgt ? Estas subunidades já foram instruídas sobre a nossa NGA? (3) São necessárias marcas ou símbolos especiais para a identificação das viaturas, uniformes ou equipamentos do Rgt (tipo sinais representativos das SU, painéis, código de letras e números nas viaturas, faixas ou sinais afixados nos uniformes)? (4) Serão empregados na operação novas viaturas, equipamentos ou armamentos? Eles se parecem com o equipamento do inimigo?
	b. Conceito da Operação	(1) Manobra (a) Foram identificados riscos de fratricídio nas zonas de ação das subunidades que realizarão a ação principal e as ações secundárias? (b) A tropa tem consciência destes riscos e foram tomadas medidas para evitá-los? (2) Fogos (diretos e indiretos) (a) As prioridades de fogos estão bem identificadas? (b) Foram confeccionadas listas de alvos? (c) Os procedimentos para desencadeamento dos fogos são do conhecimento de todos? (d) As áreas restritas foram identificadas e são do conhecimento das subunidades (campos de minas, áreas com restrições de fogos e outras)? (e) Existe previsão de apoio aerotático ou da aviação do exército para a operação do regimento? Os objetivos das aeronaves estão claramente definidos? As viaturas e instalações possuem sinais de identificação? - Existe coordenação do espaço aéreo sobre a Z Aç do Rgt? (f) O apoio de fogo foi sincronizado com a manobra? (g) As regras de engajamento são de conhecimento de todos?

PARÁGRAFO	ITEM	QUESTIONAMENTO
3. EXECUÇÃO	b. Conceito da Operação	(h) Os limites de cada zona de ação foram identificados pelas subunidades? (i) As subunidades possuem observadores avançados da artilharia e dos morteiros pesados? Estes OA foram reunidos pelo Adj S3 (OAF) para um ensaio do sistema apoio de fogo com o O Lig da artilharia, no CCAF? (j) As comunicações OA - O Lig - CCAF foram testadas? Existem meios alternativos para as comunicações entre os elementos do sistema apoio de fogo?
	c. Missões das Subunidades	As missões das SU são compatíveis com suas possibilidades?
	d. Engenharia	(1) O apoio de engenharia é suficiente para apoiar a manobra do regimento? (2) Foram estabelecidas missões e prioridades de apoio para o elemento de engenharia? (3) Os obstáculos e campos de minas lançados pelo inimigo foram identificados? Há um plano para a abertura de brechas? (4) Foi estimado o tempo necessário para a abertura de brechas nos obstáculos identificados?
	e. Prescrições diversas	(1) Está prevista a reunião de sincronização, coordenada pelo subcomandante do Rgt, com a participação de todos os comandantes de subunidades, chefes de seções do e EM e comandantes de frações de apoio de fogo e Ap Log, para o ensaio da sincronização da manobra, do apoio ao combate e o Ap Log? (2) Serão realizados ensaios? Será realizada a sincronização do ensaio? O Cmt Rgt expediu suas diretrizes após assitir o ensaio? (3) As guarnições de viaturas praticaram os exercícios de identificação de alvos (silhuetas características e particularidades dos blindados e viaturas inimigas e amigas)? (4) As SU e suas frações conhecem perfeitamente os procedimentos a serem realizados caso sejam surpreendidas por fogo amigo? Conhecem os sinais visuais, rádio ou pirotécnicos para sinalização de ""CESSAR FOGO"" e ""SOMOS AMIGOS""? Estes procedimentos foram ensaiados?

<table>
<tr><th>PARÁGRAFO</th><th>ITEM</th><th>QUESTIONAMENTO</th></tr>
<tr><td>4. LOGÍSTICA</td><td colspan="2">a. A localização das ATSU, dos PIL, dos eixos de suprimento e evacuação e das zonas de ação de cada subunidade são do conhecimento das frações de apoio logístico e dos elementos encarregados da execução da manobra logística?
b. Os sinais de reconhecimento foram difundidos a todos os elementos encarregados de executar o Ap Log.
c. A localização dos postos de refúgio das subunidades e do posto de socorro do regimento são do conhecimento de todos?</td></tr>
<tr><td rowspan="2">5. COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA</td><td>a. Postos de Comando</td><td>(1) Onde estarão o Cmt, o EM e os elementos chave do regimento durante a operação?
(2) A cadeia de comando é do conhecimento de todos? Quem assumirá as funções chave de comando e controle, apoio ao combate e Ap Log no impedimento dos titulares destas funções?</td></tr>
<tr><td>b. Comunicações</td><td>(1) As IECom incluem palavras código e sinais visuais para as situações de emergência?
(2) Constam das IECom os sinais e códigos para identificação de aeronaves e forças amigas?
(3) Todos os elementos que se utilizam do rádio ou necessitam conhecer sinais e códigos de identificação de forças amigas, possuem cópia das IECom ou foram instruídos sobre este assunto?</td></tr>
</table>

B-6. MEDIDAS PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE FRATRICÍDIO

a. As medidas citadas abaixo proporcionam para o Rgt um guia para a redução do risco de fratricídio. Elas não são medidas impositivas, nem se pretende que restrinjam a iniciativa dos Cmt. Devem ser aplicadas com base no estudo da situação tática e nos fatores da decisão (MITM - T).

b. A redução do fratricídio passa, normalmente, pela aplicação das seguintes medidas básicas:

(1) identificação e avaliação o risco real de fratricídio durante o estudo da situação. Este risco deve ser expresso na Ordem de Operação ou nas Ordens Fragmentárias.

(2) manter-se constantemente informado sobre a evolução da situação tática. Analisar o campo de batalha com informações reais e atualizadas: localização das peças de manobra, localização de áreas restritas (minas, obstáculos, fogos), áreas contaminadas por agentes químicos (gás e fumaça) e alterações nos fatores da decisão (MITMT).

(3) assegurar a correta identificação dos alvos. A tropa deve ter perfeito conhecimento das características, assinaturas térmicas e silhuetas das viaturas e principais armamentos do inimigo e das forças amigas, em particular as guarnições de carros de combate. É importante saber a que distância é possível a identificação correta das viaturas blindadas do inimigo, considerando o tipo de terreno e as condições climáticas.

(4) manter o efetivo controle de fogo. Assegurar que os comandos de fogo das armas coletivas e das VBR são precisos, concisos e claros. Incluir nas NGA da OM, como conduta obrigatória, que as guarnições de armas coletivas e das VBR, quando não entenderem com clareza todo o comando de tiro, solicitem a repetição completa do mesmo. Enfatizar a importância da cadeia de comando no processo de controle de fogo. Os atiradores de VBR e das armas coletivas de tiro tenso devem ter o hábito de solicitar a confirmação do reconhecimento do alvo e a permissão para realizarem o tiro aos seus Cmt VBR e Ch Pç, antes de engajarem um alvo que presumam seja inimigo.

(5) estabelecer um clima de comando, em todos os níveis, que enfatize a prevenção de fratricídio. Determinar que as medidas de proteção contra o fratricídio sejam colocadas em prática, conforme previstas nas NGA. Assegurar que a execução das ordens seja supervisionada pelos comandantes de todos os escalões, os quais devem verificar, constantemente, se o desempenho individual e o das frações está conforme a padronização da OM, a fim de evitar que os efeitos do combate, a tensão emocional e o desgaste físico possam comprometer a segurança da tropa. Quanto menor a experiência de combate do Rgt, maior atenção deve ser dada aos desvios de conduta por tensão emocional e fadiga de combate.

(6) reconhecer os sinais de tensão do campo de batalha. Manter a coesão da unidade, atuando rápida e efetivamente para aliviar a tensão.

(7) programar instruções individuais, coletivas e para Cmt de frações sobre conscientização do risco de fratricídio, identificação e reconhecimento de alvos e disciplina de fogo.

(8) estabelecer um plano de operações simples, claro e coerente com as possibilidades do Rgt e de suas SU.

(9) ordens expedidas devem ser concisas e claras.

(10) utilizar a NGA da OM, para simplificar a expedição de ordens. Periodicamente determinar uma atualização das NGA, verificando sua coerência com a doutrina em vigor, se adota as normas, símbolos e convenções cartográficas regulamentares, e se está de acordo com as ordens emanadas pelo Esc Sp.

(11) buscar o máximo de tempo para o planejamento do Cmdo Rgt e seus subordinados.

(12) utilizar vocabulário corrente e de fácil entendimento pela tropa, terminologia correta e prevista na doutrina e medidas de coordenação e controle padronizadas.

(13) perfeita compreensão de todos escalões envolvidos, da intenção do Cmt e do planejamento expedido para a operação.

(14) planejamento de emprego das comunicações correto e claro, com previsão da duplicação dos meios de comunicações para situações de emergência, principalmente na ligação OA - O Lig - CCAF.

(15) planejar a localização do PC Tat onde o comandante do regimento possa efetivamente intervir na condução do combate.

(16) designar e empregar oficiais / elementos de ligação, quando necessário para a condução da operação.

(17) estabelecer objetivos claros e compatíveis com o valor da tropa que deverá conquistá-los.

(18) realizar ensaios sempre que o tempo disponível o permitir.

(19) durante o combate, manter-se informado da localização correta de sua posição, de seus elementos subordinados e a dos elementos vizinhos. Manter o deslocamento tático de suas peças de manobra sempre sincronizado. No caso de desorientação durante o combate, solicitar imediatamente a ajuda de seus auxiliares ou de seu Esc Sp.

(20) discutir os incidentes de fratricídio nas críticas após o combate, explorando as experiências de seus subordinados e colhendo ensinamentos para operações futuras.

(21) incluir o risco de fratricídio como fator chave na análise do terreno, durante o estudo de situação.

B-7. ENFRENTANDO UM INCIDENTE DE FOGO AMIGO

a. O regimento ou seus elementos Cmb, Ap Cmb ou Ap Log podem ser envolvidos em um incidente de fogo amigo de vários modos: como vítima do fogo amigo, como elemento executante do fogo ou como um observador que intervém em um ataque de um elemento amigo sobre outro.

b. Medidas recomendadas para a tropa que for vítima de fogo amigo:

(1) reagir ao fogo até que ele seja reconhecido como fogo amigo;

(2) cessar fogo;

(3) executar ações imediatas para proteger os soldados e as viaturas;

(4) utilizar os sinais convencionados para o reconhecimento visual, na direção da tropa que realiza os disparos, na tentativa de fazê-la cessar fogo; e

(5) informar ao Esc Sp, detalhando:

(a) que sua tropa está recebendo fogo amigo;

(b) a localização e a direção dos veículos ou da tropa que realiza os disparos; e

(c) se já foi identificada a tropa que está atirando.

c. Medidas a serem adotadas quando a tropa engaja pelo fogo uma força amiga:

(1) cessar fogo;

(2) informar o fato ao escalão superior, detalhando:

(a) identificar a força amiga engajada (se não for identificada, informe o seu valor, o tipo de viaturas e outras informações pertinentes);

(b) a localização da sua tropa e a da força amiga engajada;

(c) a direção e distância dos elementos engajados;

(d) o tipo de fogo realizado; e

(e) o efeito dos fogos nos alvos atingidos.

d. Ações recomendadas para uma força que observa um incidente de fogo amigo:

(1) buscar cobertura e proteção para sua tropa;

(2) usar o sinal de reconhecimento visual “ cessar fogo “,na direção da unidade que dispara;

(3) informar o fato ao Esc Sp:

(a) a identificação da força amiga comprometida (se não for identificada, informe o tipo e a quantidade de veículos e outras informações pertinentes);

(b) a localização do incidente;

(c) a direção e a distância da unidade engajada e da força que atira;

(d) o tipo de fogo; e

(e) o efeito dos fogos nos alvos atingidos.

(4) providenciar auxílio se necessário (quando a sua tropa já estiver em segurança).

e. Responsabilidades dos comandantes - Em todas as situações que envolvem o risco de fratricídio e de fogo amigo, os comandantes de todos os escalões devem estar preparados para entrar em ação imediatamente, a fim de prevenir vítimas como também danos ou destruição do equipamento. As seguintes ações são recomendadas em situações de fratricídio:

(1) identificar o incidente e ordenar às partes envolvidas que cessem o fogo;

(2) avaliar a taxa de risco da situação rapidamente;

(3) identificar e implementar as medidas para impedir que o incidente se repita.

ANEXO C

OPERAÇÕES CONTINUADAS

C-1. GENERALIDADES

a. As operações continuadas são executadas para manter pressão constante sobre o inimigo, sem levar em conta a visibilidade, o terreno, e as condições meteorológicas. A habilidade para efetivamente sustentar esta pressão é freqüentemente a chave do sucesso no campo de batalha.

b. Este tipo de operação será, sem dúvida, o desafio mais difícil que uma unidade mecanizada enfrentará. Nas operações continuadas, as guarnições das viaturas do Pel C Mec, os elementos dos sistemas de comando e controle, apoio ao combate e apoio logístico, as viaturas e o equipamento em geral são colocados sob enorme tensão e desgaste. Os Cmt de todos os escalões devem estar emocional e fisicamente preparados para conduzirem seus soldados à vitória. Somente através de uma liderança forte, um sistema de comando e controle eficiente e um treinamento adequado para este tipo de operação, o Rgt poderá ser bem sucedida no combate.

C-2. EFEITOS DO COMBATE CONTINUADO SOBRE A TROPA

a. A fadiga é provavelmente a primeira causa da degradação do desempenho individual em combate. A performance e a eficiência individuais começam a deteriorar-se após 14 a 18 horas de combate contínuo e alcançam um nível muito baixo após 22 a 24 horas ininterruptas de combate. A maioria das tarefas que envolvem habilidades de percepção começa a mostrar uma degradação de desempenho depois de 36 a 48 horas sem sono. O desempenho individual é ineficaz após 72 horas sem sono. A natureza do combate embarcado, principalmente das guarnições de VBR e VBTP, agrava a fadiga e a tensão emocional inerente ao combate pelo confinamento dos homens durante longos períodos de tempo no interior das viaturas blindadas. No caso das VBR, pela natureza das tarefas que executam (por ser cada função imprescindível à operação da VBR),

exigindo atenção e concentração, sem ter quem substitua os elementos da guarnição, nem possibilite descanso, o problema é agravado.

b. Os comandantes de todos os escalões devem saber reconhecer os sinais de perda de sono ou degradação do desempenho individual de seus comandados. Estes efeitos são caracterizados pelos seguintes sintomas:

(1) tempo de reação mais lento;

(2) aumento do tempo necessário para a realização de uma tarefa conhecida e de rotina;

(3) decréscimo da memória de fatos ocorridos recentemente;

(4) deterioração da velocidade de aprendizagem;

(5) erros em omissão;

(6) lapsos de atenção;

(7) irritabilidade;

(8) depressão; e

(9) desempenho irregular.

c. O ciclo de dia / noite tem um efeito significativo sobre o desempenho individual. Quando os soldados estão acostumados a um determinado padrão de trabalho e a períodos de descanso, eles se tornam fisiologicamente adaptados a este horário. Qualquer modificação neste horário resultará em decréscimo de desempenho. A adaptação fisiológica para determinado ritmo ou horários de trabalho e descanso podem durar de 20 a 30 dias.

d. Um plano de sono rígido e obrigatório será vital para o desempenho coletivo do R C Mec e deve ser colocado em prática sempre que possível. Em operações continuadas, cada soldado deve dormir durante quatro horas ininterruptas, pelo menos a cada 24 horas (cinco horas se o sono for interrompido). Este ritmo, de quatro horas de sono a cada 24 horas, não pode ser mantido por mais de duas semanas, sem antes recuperar-se o descanso da tropa.

e. Outro aspecto de perda de sono que deve ser considerado é o tempo que o indivíduo leva para recuperar-se dos efeitos da perda de sono. Depois de uma operação continuada de 36 a 48 horas, sem sono, são exigidas, normalmente, 12 horas de sono ou descanso para devolver-se aos soldados a eficiência e o desempenho normal de suas funções. Entretanto, o estado de fadiga pode demorar até três dias, em determinados elementos. Depois de 72 ou mais horas sem sono, os soldados precisam, normalmente, de dois ou três dias de descanso para recuperar seu desempenho normal.

f. Para minimizar os efeitos de perda de sono, o comandante tem várias opções. Possivelmente, a melhor solução para o pessoal são os intervalos periódicos durante o trabalho e a realização de exercício moderados, diariamente. Esta solução é válida, normalmente, para os elementos dos sistemas de comando e controle, apoio de fogo e logístico do Rgt, sendo de difícil aplicação nos elementos de combate. Para as peças de manobra do Rgt poderá ser realizado, em função da situação tática, um revezamento de frações mais desgastadas dos elementos em 1º escalão com frações similares da Reserva, ou mesmo, substituindo-se uma SU inteira da linha de frente pela SU da Reserva.

g. Nas guarnições das viaturas blindadas, dependendo do nível de adestramento da tropa, para minimizar o problema da perda de sono, pode ser realizado um revezamento de funções individuais, permitindo assim uma diminuição da fadiga pela mudança de tarefas a executar. Esta rotação de funções só terá efeito sobre o estado de fadiga individual, se as novas tarefas incluírem exigências diferentes, como por exemplo, o atirador de carro de combate passa a ser o motorista, durante períodos de menor intensidade ou mais estáticos do combate.

h. Existem dois tipos de militares que tendem a apresentar mais rapidamente os sinais de fadiga, o primeiro é o soldado imaturo e jovem, que não está seguro de si e o segundo, o soldado mais velho, já temperado em combate, em quem os outros confiam e que os tem sustentado, com prejuízo para si próprio. Outros militares que devem merecer atenção de todos são os comandantes, em todos os escalões, que se consideram, freqüentemente, como sendo invulneráveis à fadiga. Por suas tarefas exigirem grande responsabilidade, reação rápida, razoável complexidade e planejando detalhado, os comandantes são os militares mais vulneráveis à privação do sono e do descanso diário. As demonstrações de abnegação, de autocontrole e resistência à fadiga, normalmente realizadas pelos Cmt, são extremamente contraproducentes e de alto risco para a suas unidades ou frações.

i. No que se refere à substituição de unidade ou SU nesse tipo de operação, deve-se considerar que o desgaste e a fadiga acarretados pelo combate continuado trarão conseqüências para todos os sistemas do Rgt e não apenas para o de manobra.

j. Ao se planejar a substituição de um Rgt desgastado pela permanência em um combate continuado, deve ser prevista a substituição de todas as suas estruturas de manobra, comando e controle, apoio ao combate e apoio logístico. Substituir somente os elementos de combate desgastados, ou reforçar o Rgt com mais uma peça de manobra, poderá representar um aumento de seu poder de combate, mas não significará um aumento no rendimento da unidade como um todo, pois os demais sistemas continuarão com sua eficiência prejudicada.

l. Particularmente as missões de segurança do tipo F Cob Avçd em operações continuadas, o desgaste dos elementos de combate e de todos os demais sistemas de um R C Mec deverá ser, em princípio, muito grande, criando situações em que a realização de uma operação de substituição se torne necessária.

m. Esta solução, apesar de necessária, dificilmente poderá ser realizada, considerando-se a realidade das operações em AOC. O Esc Sp nem sempre contará com os meios necessários para atender às necessidades de recompletamento ou substituição do Rgt, como um todo ou de suas peças de manobra, a não ser na substituição por acolhimento nas operações defensivas ou por ultrapassagens, nas operações defensivas ou por ultrapassagem, nas operações ofensivas.

C-3. ASPECTOS A CONSIDERAR NO PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO PARA O COMBATE CONTINUADO

a. A administração do tempo é a chave do sucesso nas operações continuadas. Durante as fases de planejamento e de preparação para a operação, o comandante do Rgt deve elaborar um plano rígido com as prioridades de trabalho, de descanso e de segurança da tropa, do estado-maior e para si próprio. Estas prioridades, juntamente com os NÍVEIS DE PRONTIDÃO do regimento, possibilitarão ao estado-maior desenvolver um Quadro Horário que permita uma adequada preparação do Rgt para o combate. Com base nestas prioridades do comandante, nos procedimentos - padrão para aprestamento e prontidão da OM (níveis de prontidão), nas NGA da Unidade e no Quadro Horário estabelecido, a tropa desenvolverá seu aprestamento para o combate.

b. Os procedimentos - padrão para o aprestamento e prontidão da tropa, são níveis de prontidão a serem atingidos, semelhantes ao planejamento existente em tempo de paz para as situações extraordinárias da tropa e para as situações de apronto operacional e ordem de marcha, que permitem à FT dar respostas rápidas à situações diversas e asseguram a conclusão dos trabalhos de aprestamento e planejamento no prazo determinado. O Cmt Rgt utiliza os níveis de prontidão (NP) como uma forma padronizada para, rapidamente, colocar a U em condições de entrar em combate.

c. A seguir, serão exemplificados os níveis de prontidão de um R C Mec, que os Rgt deverão adaptar conforme a situação do combate, o seu nível de adestramento e de organização:

(1) NP - 1: é o nível de prontidão utilizado para ALERTA TOTAL; o Rgt está pronto para deslocamento e para entrar em combate. O R C Mec poderá adotar dois tipos de NP - 1: as viaturas com os motores em funcionamento ou com os motores desligados.

(a) A tropa está alimentada, as viaturas foram reabastecidas, as armas foram remuniciadas, os suprimentos necessários à operação foram distribuídos ou estão acondicionados nas viaturas de suprimento.

(b) O sistema de alarme do Rgt está em funcionamento (vigias a postos e os sensores disponíveis estão ligados), todos receberam suas ordens e estão em condições de executá-las.

(c) A tropa está embarcada nas viaturas, com o armamento pronto para emprego e as redes-rádio em funcionamento.

(d) As viaturas estão com motores ligados (ou desligados, variação da NP-1).

(e) O Rgt está pronto para deslocar-se imediatamente.

(2) NP - 2: é o nível de prontidão empregado para ALERTA; o Rgt está pronto para entrar em combate.

(a) Todo o equipamento e suprimento estão embarcados nas viaturas.

(b) A verificação antes do combate foi realizada pelos comandantes de todos os escalões conforme previsto na NGA (tropa alimentada, equipamento pronto, armas municiadas, viaturas abastecidas, ordens e planos distribuídos e

compreendidos por todos);

(c) Tropa embarcada nas viaturas, armamento guarnecido.

(d) As redes-rádio foram testadas e estão em condições de operar.

(e) O Rgt está em condições de deslocar-se no prazo de 15 minutos, após receber a ordem de deslocamento.

OBSERVAÇÃO: dependendo da situação tática o comandante poderá determinar que os PO permaneçam em funcionamento e a segurança aproximada da tropa, desembarcada, continue ativada.

(3) NP - 3: é o nível de prontidão empregado para ALERTA REDUZIDO.

(a) Cinqüenta por cento do Rgt está empenhado no planejamento da operação e no aprestamento das subunidades e frações.

(b) Os demais elementos do Rgt executam o plano de segurança. Com base nas determinações do comandante e na situação tática, algum elementos que executam a segurança da tropa poderão ser desviados para realizarem tarefas referentes ao aprestamento do regimento.

(c) O R C Mec está em condições de deslocar-se dentro de 30 minutos, após receber a ordem para deslocamento.

(4) NP - 4: é o nível de prontidão empregado para ALERTA MÍNIMO.

(a) Os postos de observação e de segurança estão guarnecidos.

(b) Um homem por pelotão está guarnecendo a torre de uma das VBR, em condições de operar o armamento coletivo da viatura e monitorando o rádio veicular (escuta).

(c) O Rgt está pronto para deslocar-se em uma hora, após receber a ordem de deslocamento.

d. Cada seção do EM, subunidade e fração do Rgt deve desenvolver um plano de trabalho, a fim de facilitar seu aprestamento para o combate. De posse da orientação do Cmt Rgt, do quadro horário elaborado pelo EM, do nível de prontidão determinado e das NGA da OM, o plano de trabalho de cada fração / seção / subunidade é elaborado pelo seu respectivo comandante, de modo a permitir o esforço coordenado de todos na manutenção das viaturas e do equipamento, na realização das atividades logísticas e no trabalho de comando exigido para a operação.

e. Em princípio, um plano de trabalho das peças de manobra deve conter:

(1) execução de reconhecimentos, caso seja possível;

(2) expedições de ordens preparatórias à tropa;

(3) ensaios e treinamentos específicos;

(4) manutenção das viaturas, armamentos e demais equipamentos;.

(5) preparação das viaturas de combate (camuflagem, água, alinhamento e teste do armamento, teste do equipamento rádio, verificação e teste dos demais equipamentos);

(6) preparação individual das guarnições das viaturas blindadas e do restante da tropa (treinamentos, ordens, ensaios);

(7) ressuprimento(classes I, III, e V);

(8) preparação das posições de combate (defensiva e ação retardadora);

(9) melhoramento e reforço dos obstáculos em sua Z Aç (defensiva e

ação retardadora);

(10) expedição da ordem de operações; e

(11) aprestamento e inspeção da fração.

f. O planejamento do trabalho as ser realizado pelo R C Mec, seções, subunidades e frações deve permitir que uma parte da tropa possa dormir enquanto outros executam as prioridades de trabalho estabelecidas pelo comandante e mantenham a segurança. Para ser eficiente em um combate continuado, um soldado deve ter, pelo menos, de 4 a 6 horas de sono ininterrupto, num período de 24 horas. Menos do que 4 horas de sono, antes de uma operação desta natureza, pode comprometer significativamente o desempenho da tropa em combate.

g. Planejar e decidir são as atividades que ficam dramaticamente comprometidas quando os soldados não podem descansar e ter um período mínimo de sono. As NGA (da U e das SU) tem que prever uma divisão adequada do trabalho, para permitir que a tropa e os Cmt de todos os escalões (inclusive o do Rgt) possam dormir e descansar antes de um combate continuado. Esta divisão do trabalho exigirá que se acumulem as funções durante determinado período (comandante / subcomandante, S1/S4, S2/S3, etc...). Quando os soldados estão cansados, o planejamento de atividades simples, a expedição de ordens e a execução de tarefas normalmente realizadas com facilidade, ficam críticas e passíveis de erros que comprometerão o desempenho coletivo.

h. Para as SU, sustentar operações continuadas é uma tarefa crítica, em função do desgaste físico e psicológico das guarnições de viaturas blindadas. Nas situações estáticas do combate, os Fuz Bld e os exploradores devem assumir parte das missões de segurança das guarnições de VBR, como a segurança aproximada das viaturas e o patrulhamento no intervalo das frações durante os períodos de baixa visibilidade, permitindo um relativo descanso àquelas guarnições.

C-4. SEGURANÇA

a. As Operações de Segurança englobam todas as medidas executadas para se negar ao inimigo, informações sobre as ações e intenções do Rgt e das forças amigas. As medidas de segurança normalmente adotadas pelo Rgt incluem ações para impedir o reconhecimento inimigo (contra-reconhecimento, segurança das informações, segurança das comunicações e segurança física (tropa, viaturas e instalações).

b. As ações de contra-reconhecimento do Rgt são executadas para protegê-lo contra surpresa, observação e infiltração. As seguintes considerações e procedimentos auxiliarão as subunidades e frações do R C Mec na execução do contra-reconhecimento:

(1) disciplina de luzes e ruídos;

(2) camuflagem;

(3) tropa sempre coberta das vistas inimigas; e

(4) rígido controle das senhas, contra-senhas e sinais de reconhecimento (maiores informações sobre o contra-reconhecimento no Capítulo 4 - Reconhecimento e Segurança).

c. A Segurança das Informações é a proteção de todos os dados, documentos, assuntos e equipamentos que necessitem, ou não, receber uma classificação sigilosa, a fim de proteger o Rgt das operações de inteligência do inimigo.

d. A Segurança das Comunicações aborda todas as medidas, procedimentos e ações que visem estabelecer e manter a segurança das comunicações do Rgt, protegendo-as das operações de inteligência e guerra eletrônica do inimigo. Este assunto é abordado pelas instruções para emprego das comunicações utilizadas pelo R C Mec e deve ser acompanhado e fiscalizado pelo S2 e pelo O Com do Rgt.

e. A Segurança Física é a proteção de material e equipamento do Rgt. Deverão ser estabelecidos sistemas de alarme, postos de observação, postos avançados de combate, patrulhamento e as medidas previstas para o nível de prontidão estabelecido para o Rgt, a fim de impedir a infiltração do inimigo ou de civis na zona de ação (ou Z Reu) do Rgt.

C-5. ASPECTOS DAS OPERAÇÕES SOB CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE LIMITADAS NO COMBATE CONTINUADO

a. A escuridão obviamente limita a visibilidade no campo de batalha, mas há outras condições que também restringem a visibilidade: poeira, fumaça, e outros fatores de obscurecimento causados por armas de fogo e deslocamento de viaturas, como também chuva, névoa, neblina e outras condições de tempo. A utilização de equipamentos de elevada tecnologia, como os de visão térmica e os de navegação terrestre, aliados ao perfeito domínio das operações básicas de combate são fundamentais para que os R C Mec possam conduzir operações continuadas e destruir o inimigo. As unidades mecanizadas devem ser capazes de combater sob quaisquer condições de visibilidade. Para atingir este nível operacional, o Rgt deve dominar primeiro a execução de missões sob condições de boa visibilidade, passando progressivamente à situações de baixa visibilidade e maior complexidade.

b. Os comandantes de fração devem utilizar, para a navegação terrestre sob condições de baixa visibilidade, o GPS (se disponível), a associação carta militar / terreno, a bússola e o odômetro das viaturas. Dependendo da situação tática, o emprego de granadas iluminativas de morteiros e da Art Cmp também podem auxiliar no deslocamento terrestre, sob condições de visibilidade limitada.

c. A capacidade de identificar as viaturas amigas sob condições de visibilidade limitada é fator crucial para os R C Mec conduzirem operações continuadas. Os comandantes de frações devem ser capazes de distinguir as

viaturas de suas frações, as de suas subunidades e outras viaturas amigas, das viaturas do inimigo. A NGA do Rgt deve prever para estas situações, a colocação de sinalização visual bem nítida em suas viaturas de combate, como, por exemplo, a colocação na lateral das viaturas ou na torre das VBR de barras brancas na horizontal, vertical e inclinadas (—, I, II, /, \), ou a letra “ V “ colocada de forma normal, invertida, como sinal matemático de maior ou menor (V, >, <) identificando as subunidades ou as frações de uma subunidade, como por exemplo:

(1) 1º Pel C Mec do 1º Esqd C Mec: < I;

(2) 3º Pel C Mec do 2º Esqd C Mec: > III.

d. Além destas marcas visuais, as NGA do Rgt podem prever também a utilização de listas refletivas coloridas ou luminescentes (químicas) nas partes traseiras das viaturas ou das torres.

ANEXO D

CASO ESQUEMÁTICO DE UM ATAQUE DE OPORTUNIDADE

D-1. 1ª SITUAÇÃO PARTICULAR

O Cmt da 42ª Bda Inf Bld (+12º R C Mec), em curso de Ops Ofs, transmitiu as seguintes Info ao Cmt da FT 12º R C Mec (12º R C Mec + FT 4º/423º RCC):

a. Proteger o Fln NE da Bda;

b. Receber, desde já, em Cmdo Op a FT 4º/423º RCC e a 1ª/42º GAC 105 AP em Ap Dto;

c. Em final de Mis, Conq as Altu que por N dominam a Loc de IJUÌ;

d. Área de responsabilidade da F Ptç: da Rg da U testa, FT 423º RCC, à Rg da FT 421º BIB, ambas Dsloc pelo E Prog BRIDÃO;

e. A Bda conta com o 42º Agpt Gp (42º GAC 105 AP + 122º GAC 155 AP) em AP G.

D-2. EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

a. Em D+2/0730 h a situação é a seguinte:

(1) A 42ª Bda Inf Bld ficou detida ao S da Pnt sobre o Rio VERMELHO. A sua Rg, FT 421º BIB , encontra-se na Loc de SAQUITEL.

(2) O 1º Esqd C Mec, Vgd da FT 12º RC Mec, encontra-se na seguinte situação:

(a) O 1º Pel C Mec após responder aos fogos recebidos e tentar prosseguir sobre o E Prog URCO, realizando um combate de encontro, informou estar detido face à Aprx 2 Pel Ini.

(b) O 2º Pel C Mec solicita a autorização para desfazer a ligação no P Lig 3.

(c) O Esqd (-) está na altura do P Ct 6.

(3) O 2º Esqd C Mec encontra-se na R ao N do P Ct 2.

(4) O 3º Esqd C Mec encontra-se na R ao S do P Ct 2. O seu 1º Pel C Mec, após autorizado, desfez o Ctt com a Rg da Bda no P Lig 1.

(5) A FT 4º/423º RCC encontra-se na R de P Ct 4.

(6) A 1ª/42º GAC 105 AP encontra-se a Rg da FT 4º/423º RCC.

b. A FAe Azul Info o Dsloc de 01 (uma) Cln Bld Ini, valor provável de 01 (um) RCC, na Dire G E-W, a 60 Km da P Blq BOI.

c. Após o combate de encontro entre o 1º Esqd C Mec e a SU Mec Ini, o Cmt da FT 12º R C Mec, em face dos fatores da decisão, decidiu realizar um ataque de oportunidade com a FT, a fim de destruir o inimigo e ficar ECD proteger o Fln E do grosso.

d. A necessidade de realizar um ataque para cumprir a missão de proteção, na situação em que o grosso está estacionado, com o mínimo de tempo disponível para planejamento e com o mínimo de reserva possível para beneficiar a alocação de maior poder de combate para a ação ofensiva, indicou a realização de um ataque de oportunidade.

D-3. DECISÃO DO COMANDANTE DA FT 12º R C Mec

a. MANOBRA

(1) Realizar um ataque de oportunidade com duas SU do Rgt Mdt O.

(2) Manter uma SU com a missão de Vgd da FT.

(3) Ocupar a P Blq BOI com uma SU após o Atq.

(4) Ocupar as P Blq CAMARÃO e SAPO com uma SU desde já.

b. ORDEM AOS ELEMENTOS SUBORDINADOS

(1) FT 4º/423º RCC:

(a) atacar, Mdt O, para destruir o Ini localizado na P Blq BOI, utilizando o E Prog ESPORA.

(b) ocupar e Mnt a P Blq BOI após o ataque.

(2) 1º Esqd C Mec:

(a) fixar o Ini localizado na R da P Blq BOI;

(b) receber, em Ct Op, o 1º/2º Esqd C Mec para as ações do Atq;

(c) passar o 2º Pel ao Cmdo do 2º Esqd C Mec desde já;

(d) passar à reserva da FT após o Atq.

(3) 2º Esqd C Mec:

(a) passar o 1º Pel C Mec ao Ct Op do 1º Esqd C Mec para as ações do Atq;

(b) desbordar pelo Itn Prog Altn CHARLIE a resistência Ini encontrada, assumindo a Mis de Vgd do Rgt, ocupando a linha de alturas entre o P Lig 3 e a P Blq BOI, ao N da Rv do ABLU;

(c) receber o 2º/1º Esqd C Mec desde já.

(4) 3º Esqd C Mec:

(a) ocupar, desde já, as P Blq SAPO e CAMARÃO.

(b) hipotecar o seu 1º Pel à Res da FT para as ações de Atq.

(5) Pel Mrt P - executar uma cortina de fumaça ao S da posição inimiga a fim de permitir o deslocamento da FT 4º/423º RCC.

c. PRIORIDADE DE APOIO DE FOGO

(1) Para o Atq - FT 4º/423º RCC.

(2) Após o Atq - 1º Esqd C Mec.

d. RESERVA

(1) Para o Atq - 1º/3º Esqd C Mec (hipotecado).

(2) Após o Atq - 2º Esqd C Mec.

e. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

(1) Solicitar à 1ª/42º GAC 105 AP que realize fogos para cooperar na fixação e posterior destruição do inimigo.

(2) Ficar em condições de realizar fogos de barragem, sobre a VA balizada pela Rv do ABLU.

(3) O Atq será realizado tão logo as SU estejam prontas.

(4) Info o Cmt da Bda.

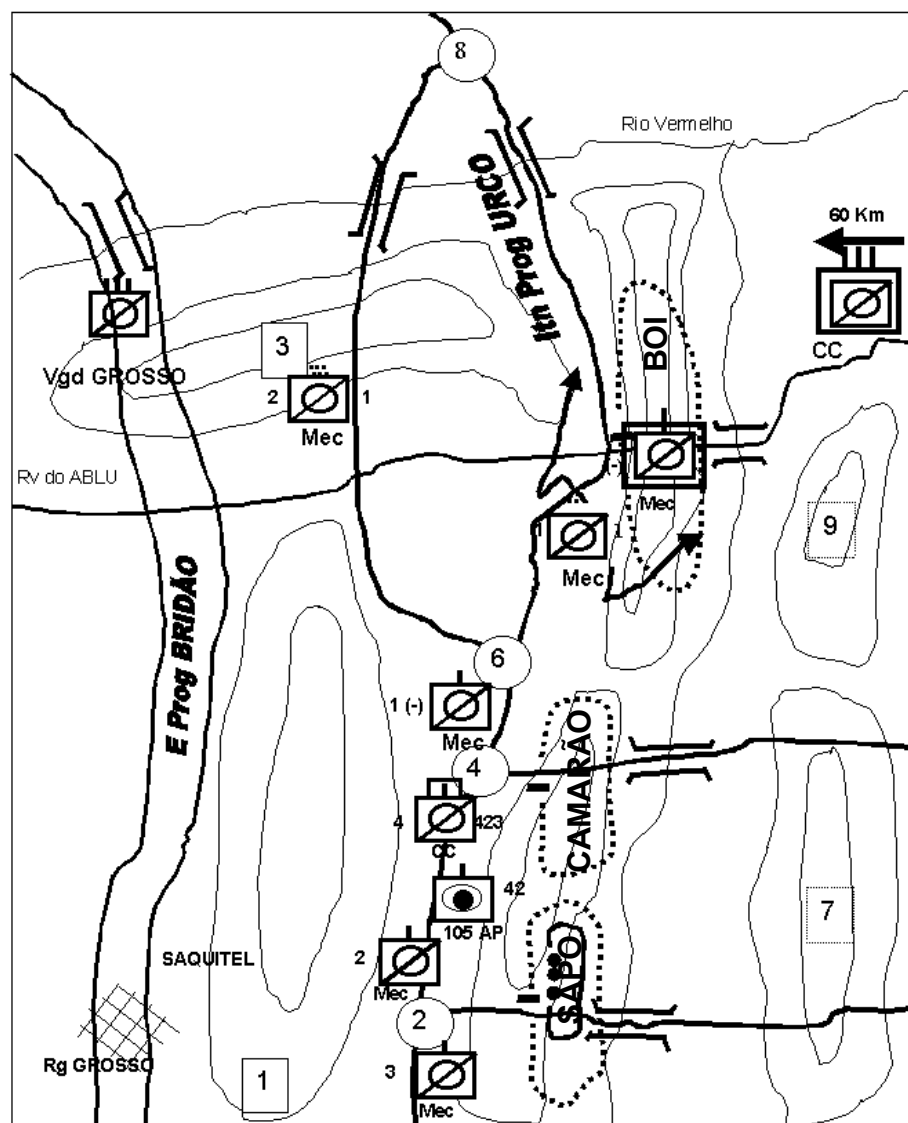
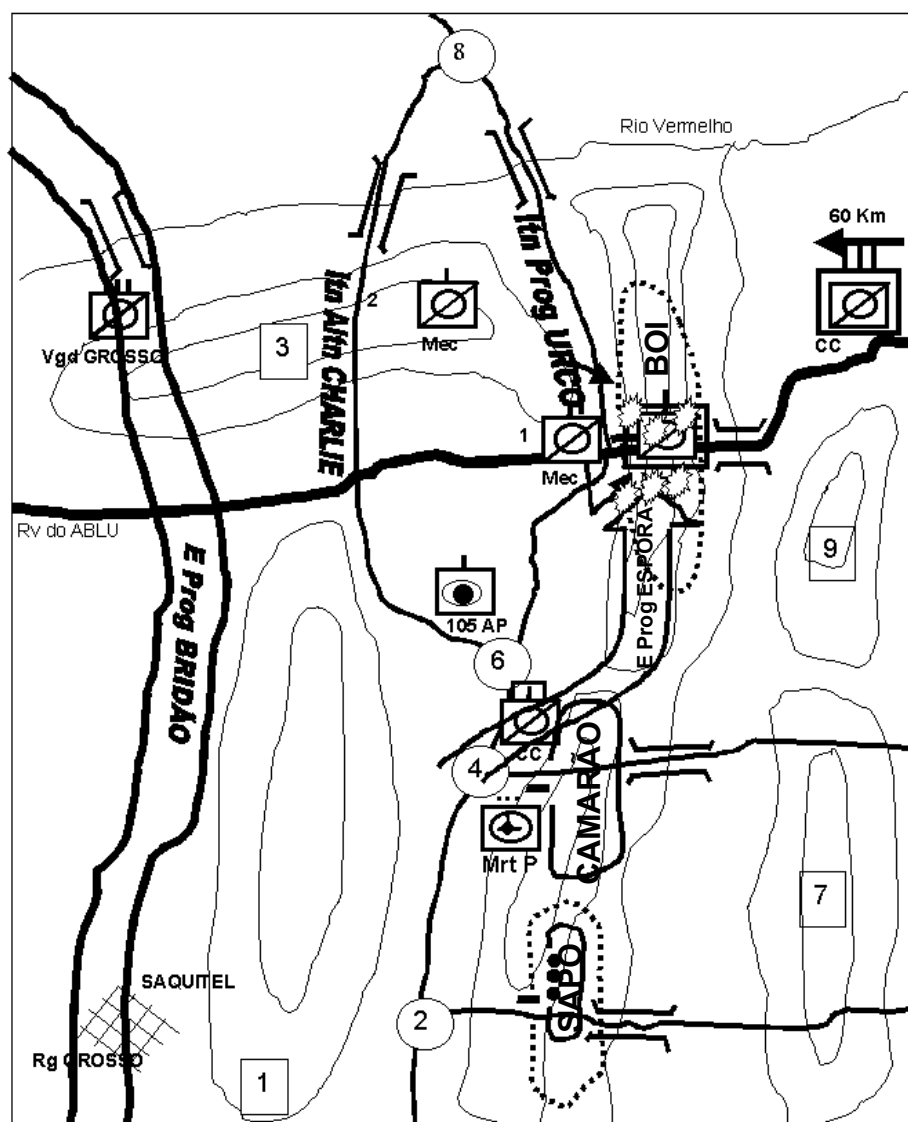
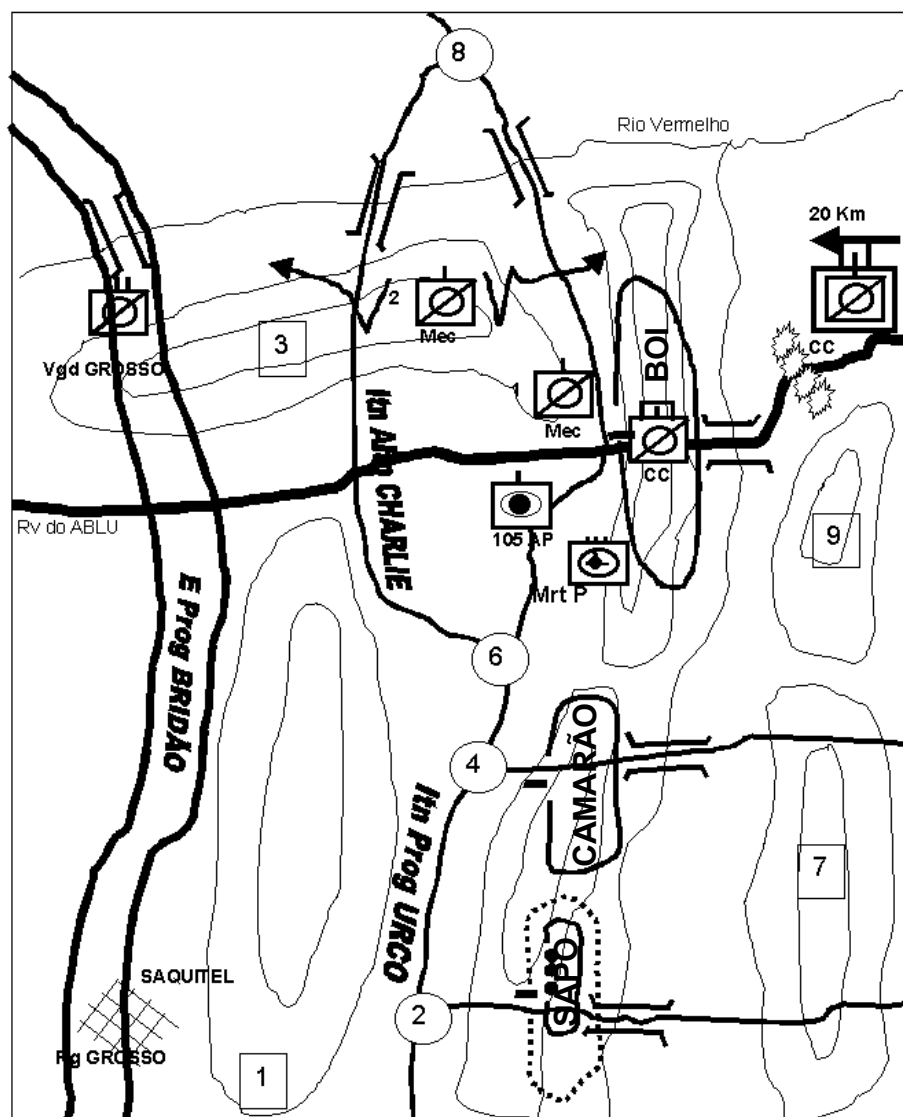
D-4. ESBOÇOS

Esboço Nr 01

Esboço Nr 02

8
Rio Vermelho
60 Km
Itn Prog URCO
Itn Alfm CHARLIE
2
Mec
3
Vgd GROSSO
CC
BOI
1
Mec
Rv do ABLU
E Prog ESPORA
9
E Prog BRIDÃO
105 AP
6
CC
4
CAMARÃO
Mrt P
7
SAPO
SAQUITEL
2
Rg GROSSO
1

Esboço Nr 03

8
Rio Vermelho
20 Km
2
Mec
3
Vgd GROSSO
1
Mec
BOI
CC
CC
Itn Aprox CHARLIE
Rv do ABLU
105 AP
9
Mrt P
E Prog BRIDÃO
6
CAMARÃO
4
Itn Prog URCO
7
SAPO
SAQUITEL
2
Rg GROSSO
1

ANEXO E

MEMENTOS DE DECISÃO

E-1. MEMENTO DE DECISÃO DE R C Mec NA MARCHA PARA O COMBATE

A fim de estabelecer o contato com o inimigo, o ....R C Mec vai realizar uma marcha para o combate, a partir de ....(grupo data-hora), devendo para isso:

a. empregar até o P Ct 5, como vanguarda, o 1º Esqd C Mec e a partir deste P Ct empregar, como vanguardas, o 1º Esqd C Mec e o 2º Esqd C Mec, respectivamente, pelo eixos de progressão BRANCO e AZUL, para conquistarem, 01 e 02;

b. proteger o flanco E com 3º/2º Esqd C Mec;

c. deslocar o 2º escalão pelo Itn Prog CINZA, ocupando as regiões de destino constantes do calco de operações;

d. em 01 e 02, ficar ECD prosseguir para o norte ou de manter para apoiar uma ultrapassagem.

E-2. MEMENTO DE DECISÃO DE R C Mec NO ATAQUE COORDENADO

A fim de cooperar com a 21ª Bda C Mec na conquista de seus objetivos, o R C Mec vai ultrapassar elementos do 10º BI Mtz e realizar um ataque de penetração, em... (data-hora), na direção geral ...., com o 1º Esqd C Mec a W, realizando o ataque principal, para conquistar 01, e o 2º Esqd C Mec a E, para fixar o inimigo em sua zona de ação e conquistar o 02.

a. a partir de 01 e 02, atacar com um Esqd C Mec para conquistar e manter 03;

b. proteger o seu flanco E, a partir da região ...., com o 1º/3º Pel C Mec;

c. em 03, ficar em condições de prosseguir para o N ou de manter para apoiar a ultrapassagem de elementos da 25º Bda C Bld;

d. ligar-se a W com o ....;

e. prioridade de fogos, inicialmente, para o 1º Esqd C Mec e, posteriormente, para o Esqd que atacar 03;

f. manter em reserva, inicialmente, o 3º Esqd C Mec e, posteriormente, uma SU.

E-3. MEMENTO DE DECISÃO DE FT R C Mec NO APROVEITAMENTO DO ÊXITO

A fim de cooperar com a .... Bda C Mec na sua missão de Conq as alturas que pelo norte dominam o corte do Rio................................a F.................. vai:

a. ultrapassar elementos do .... BI Mtz e , a partir da L Ct ALFA, aproveitar o êxito, Mdt O, na direção geral...................................., empregando a FT.................. pelo E Prog GAMA e a FT................ pelo E Prog TRAÇO, ambos em 1º escalão, para Conq 01 e 02, respectivamente;

b. deslocar em 2º Esc a.......................... pelo E Prog ALFA;

c. deslocar o restante dos meios pelo E Prog ALFA, devendo ocupar, Mdt O, as R Dstn constantes do calco de operações;

d. ligar-se a N com a FT 253º BIB nos P Lig 10, 12 e 14;

e. ligar-se a S com o 13º R C Mec nos P Lig 2, 4 e 6, empregando a SU em 2º Esc no E Prog ALFA;

f. dar prioridade de fogos para o 1º Esqd C Mec;

g. deslocar o Pel Mrt P pelo e prog ALFA;

h. manter em Res, para a Conq dos Obj finais o 3º Esqd C Mec na R P Ct 35.

E-4. MEMENTO DE DECISÃO DE R C Mec NA COBERTURA DE FLANCO

A fim de cobrir da 12ª DE a E da L Ct VERDE, o .... R C Mec, Mdt O, vai:

a. atuar na direção geral balisada pelas L Ct VERDE e AMARELA;

b. empregar como Vg o 1º Esqd C Mec para reconhecer o terreno e o inimigo entre a L Ct VERDE E O Itn Prog CINZA;

c. a partir do P Ct..................... , Mdt O, empregar 2º Esqd C Mec e o 3º Esqd C Mec, para conquistarem a região das posições de bloqueio ''a'', ''b'', ''c'' e ''d'' e mantê-las;

d. deslocar os demais elementos do R C Mec pelo Itn Prog CINZA, devendo ocupar as regiões de destino constantes do calco de operações;

e. ligar-se com elementos da 12ª DE;

f. proteger o grosso de ações inimigas capazes de surpreendê-lo;

E-5. MEMENTO DE DECISÕES DO R C Mec NO RECONHECIMENTO

a. Reconhecimento de eixo

(1) O ....R C Mec, a partir de ....(grupo data-hora), vai reconhecer os eixos.................................(definir os eixos claramente) entre as L Ct ....(L Ct designam o início e o término de missão), devendo informar sobre....................................... (por exemplo: ''a adequabilidade dos eixos para a brigada''; 'o dispositivo, valor, a composição e a atitude do inimigo sobre os eixos''), devendo para isso,empregar os......................................(designar os elementos subordinados que cumprirão a missão) em primeiro escalão para reconhecer respectivamente os eixos...(definir claramente os eixos que caberão a cada elemento subordinado).

(2) Deverá atingir a L Ct........................ (que baliza o fim da missão) até ....(grupo data-hora do fim de missão), devendo em final de missão (especificar exatamente o que fazer em fim de missão).

EXEMPLOS:

1) "Ficar ECD prosseguir para E".

2) ''Conquistar 01, 02 e 03, respectivamente, com os 1º, 2º 3º. Esqd C Mec, e ficar ECD Ap Ultr da brigada''.

3) Manter em reserva, hipotecados , ao comando do R C Mec, 01 (um) Pel C Mec por Esqd em primeiro escalão, ou 01 (um) Pel C Mec de tal SU (citar o Pel e e a SU)", caso não haja condições de manter uma reserva constituída.

4) "Deslocar o 2º Esc pelo ....(especificar o itinerário a ser seguido pelo regimento), devendo atingir as seguintes R Dstn (ou as R Dstn constantes do calco, caso a decisão seja acompanhada de calco)".

5) Prio Ap F para (citar a SU que deverá receber a Prio Ap F).

6) Citar outras ordens, necessárias, para as demais Fr do Rgt.

b. Reconhecimento de zona

(1) O................................ R C Mec, a partir de ....(grupo data-hora) vai reconhecer a sua zona de ação, entre as L Ct ....(L Ct que designam o início e término de missão), devendo informar sobre .... (por exemplo: '' os múltiplos eixos existentes e as condições de trafegabilidade através do campo '', '' o

inimigo em sua zona de ação’’), devendo para isso empregar os...(designar os elementos subordinados que cumprirão a missão em primeiro escalão) para reconhecer, respectivamente, as Z Aç de .... (citar de norte para sul, ou outra direção).

(2) Demais aspectos, ver mementos de reconhecimento de eixo.

c. Reconhecimento de área

(1) O............................. R C Mec, a partir .... (grupo data-hora) vai reconhecer a área de (o)..(especificar a área a ser reconhecida) devendo informar sobre ....(por exemplo: todas as passagens existentes no rio SALOBRO’’, a existência de forças inimigas e a atitude da população civil na localidade de DELMIRO GOUVEIA’’ ou “a possibilidade de trafegabilidade da Bda na área boscosa, ao norte de PEDRA DO BOI’’), devendo para isso:

(2) realizar uma marcha em Cln Tat, da sua atual zona de reunião até a L Ct ....(L Ct que baliza o início da área a ser reconhecida) com os .... (citar as SU em primeiro escalão).

(3) reconhecer entre a L Ct .... (L Ct que baliza o início da área ser reconhecid) e até a L Ct .... (L Ct que baliza o fim da área a ser reconhecida) a área (citar a área) com os ....(citar as SU em 1º escalão. A unidade como um todo realiza reconhecimento de área; as peças de manobra, na área considerada, realizam reconhecimento de zona).

(4) Demais aspectos, ver memento de reconhecimento de eixo.

d. Reconhecimento combinado

(1) .... R C Mec, a partir de .... (grupo data-hora), vai realizar um Rec combinado de eixo e zona (ou área) entre as L Ct..............................(indicar as L Ct que designam o início e o término da missão como um todo), devendo para isso:

(2) “citar as diversas ações táticas a serem executadas pelo Rgt, na sua ordem de execução”. Estas ações podem ser faseadas, por exemplo:

1ª FASE: - ....

2ª FASE: - ....

(o estabelecimento de uma fase é condicionado, normalmente, pela mudança de tipo de reconhecimento e pela variação de peças de manobra em primeiro escalão).

(3) Para cada fase deve ser determinado:

(a) início e término da fase, normalmente L Ct;

(b) tipo de reconhecimento;

(c) designação de peças de manobra em primeiro escalão;

(4) Demais aspectos, ver memento de reconhecimento de eixo.

ANEXO F

EMPREGO DA AVIAÇÃO DO EXÉRCITO EM APOIO ÀS OPERAÇÕES DO R C Mec

F-1. GENERALIDADES

a. A Aviação do Exército é o componente aéreo do Exército Brasileiro. Ela foi concebida para proporcionar aeromobilidade à força como um todo de maneira cerrada, contribuindo com a manobra dos elementos terrestres. Cumpre sua destinação realizando um variado rol de missões de combate, apoio ao combate e logísticas.

b. Cumpre missões independentemente ou constituindo grupamentos temporários de forças (Forças-Tarefas) com elementos de combate terrestre.

c. Os manuais de campanha que regulam as operações aeromóveis e o emprego da Aviação do Exército tratam do assunto com maior profundidade.

F-2. POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES NO APOIO AO R C Mec

a. O emprego da Av Ex carece de um acurado planejamento a fim de maximizar suas potencialidades, de modo a explorar eficazmente suas possibilidades e, dessa forma, diminuir os efeitos de suas limitações e vulnerabilidades.

b. Possibilidades da Av Ex em apoio ao R C Mec

(1) atacar o inimigo em qualquer direção em áreas de difícil acesso;

(2) contribuir para o Rtrd de uma força inimiga sem se engajar decisivamente;

(3) conduzir operações profundas no território inimigo;

(4) concentrar-se, dispersar-se ou desdobrar-se para aumentar a área de influência;

(5) proporcionar rápida reação em qualquer parte da frente de combate;

(6) obter a surpresa tática, atuando sobre o inimigo em regiões onde não é esperado; e

(7) prover economia de forças, por meio de operações de segurança aeromóvel, em áreas não prioritárias.

c. Limitações da Av Ex em apoio ao R C Mec

(1) Dependência das condições meteorológicas.
(2) Alto consumo de combustível de aviação.
(3) Sensibilidade a vetores de defesas antiaéreas de qualquer ordem.
(4) Sensibilidade à intercepção eletrônica e interferência.
(5) Necessidade elevada de manutenção especializada.
(6) Elevado desgaste das tripulações em operações continuadas.

F-3. EMPREGO TÁTICO

Em proveito do R C Mec a Av Ex, preferencialmente, cumprirá missões de ataque, reconhecimento e de segurança aeromóvel. Poderá, também, cumprir missões de apoio ao combate e logísticas.

F-4. RECONHECIMENTO AEROMÓVEL

a. A Av Ex realiza, como o R C Mec, três tipos de reconhecimento: Eixo, Área e Zona.

b. Apoiando um R C Mec, a Av Ex pode realizar suas missões de Rec de maneira isolada ou em conjunto com o Rgt.

c. Atuando em proveito do R C Mec, a Av Ex maximiza as capacidades operacionais da unidade, multiplicando seu poder de combate, aumentando sua flexibilidade de emprego e proporcionando melhores condições para que a força cumpra adequadamente sua missão de modo mais eficaz.

d. Ao operar em proveito de um R C Mec, a Av Ex pode ser empregada na mesma zona de ação da unidade ou não. Caso venha a operar na mesma zona de ação, há necessidades de que medidas comuns de coordenação sejam adotadas pelos elementos envolvidos, visando, principalmente, diminuir o risco de fratricídio. Um sistema comum de comando e controle deve coordenar as ações dos elementos envolvidos. A relação de subordinação, especificada nas missões táticas, geralmente determinam as responsabilidades dos escalões envolvidos na operação.

e. Para efeitos de planejamento, pode-se apresentar o seguinte quadro referente às frações da Av Ex, comparando-as com o R C Mec:

TABELA DE DADOS DE PLANEJAMENTO				
Av Ex e RCMec	**Rec Zona**		**Rec Eixo**	
	Frente	**Velocidade**	**Eixos**	**Velocidade**
Pel C Mec	4 Km	8 a 12 Km/h	1	15 Km/h
Esqd C Mec	8 a 12 Km	8 a 12 Km/h	1 a 3	15 Km/h
R C Mec	16 a 36 Km	8 a 12 Km/h	3 a 9	15 Km/h
Pel Helcp Rec	40 Km	15 Km/h	2	40 Km/h
Esqda Rec Atq	80 a 120 Km	15 Km/h	6	40 Km/h

f. Analisando-se os dados do quadro acima, verifica-se que, caso haja previsão de emprego conjunto de tropas de aviação e elementos de superfície em missões de Rec, deve haver um minucioso planejamento integrado entre os envolvidos, a fim de alcançar-se uma adequada sincronização, principalmente por serem meios com características de emprego diferentes e por estarem atuando na mesma zona de ação.

g. Missões que os elementos de aviação podem cumprir em benefício do R C Mec:

(1) Rec A profundas sob influência do Ini, Loc o seu esforço seu principal;

(2) atuar como Vg do Rgt, reconhecendo o terreno e o Ini que possam interferir na missão do Rgt;

(3) Rec R secundárias, liberando meios terrestres para atuar na frente principal do esforço amigo;

(4) Rec A de concentração de tropa e auxiliar o Rgt durante a condução dos fogos diretos;

(5) Rec Itn e eixos secundários.

F-5. ATAQUE AEROMÓVEL

a. O Atq Amv é uma Op eminentemente Ofs realizada pela Av Ex. Sendo assim, não há, em princípio, a constituição de FT entre o R C Mec e os meios da Av Ex. Mesmo sem constituir FT, a força de helicóptero deve estar intimamente integrada à manobra do escalão considerado.

b. O Atq Amv concede ao R C Mec um aumento significativo de seu poder de letalidade, proporcionando-lhe capacidade de atuar profundamente no campo de batalha, aumentado, assim, sua área de influência.

c. Atuando em conjunto com o R C Mec, a Av Ex pode realizar ações em vários tipos de alvos; porém, considerando os meios da força de helicópteros, os alvos selecionados devem respeitar a seguinte ordem de preferência:

(1) comboios em movimento;
(2) instalações de comando e controle;
(3) instalações de equipamento de comunicações e interferência eletrônica;
(4) depósito de combustíveis;
(5) depósito de munição;
(6) zona de reunião de helicópteros; e
(7) formações de forças blindadas em movimento.

d. Ao visualizar-se a execução da Man de Atq Amv, é fundamental que seja atingida a surpresa, a fim de maximizar os efeitos do ataque e evitar perdas provocadas pela resposta imediata ao prévia do inimigo.

e. A Av Ex, através da realização de Atq Amv, pode contribuir com a missão do R C Mec de várias formas. A seguir, como exemplo, são apresentadas algumas missões nas quais a Av Ex pode ser empregada em benefício do R C Mec:

(1) engajar alvos em profundidade que ameacem os elementos de primeiro escalão;
(2) auxiliar a liberação de eixos objetivo de informações ocupados pelo inimigo;
(3) provocar desgaste em força inimiga antes que a mesma possa atingir regiões que são de interesse do escalão considerado;
(4) atuar nos flancos do dispositivo inimigo, provocando o desdobramento antecipado de suas reservas;
(5) realizar destruições e neutralizações na retaguarda imediata do inimigo, causando embaraços em seu sistema logístico e de comando e controle;
(6) atacar o Ini de modo a contribuir para o desengajamento de elementos terrestres;
(7) impedir que o Ini receba reforços, mantendo-o isolado no campo de batalha.

f. Por ocasião da realização de um Atq Amv em Z Aç de responsabilidade do RCMec, deve haver uma estreita coordenação entre os envolvidos, de modo a minimizar ao máximo a possibilidade de existência de fratricídio.

F-6. SEGURANÇA AEROMÓVEL

a. A segurança aeromóvel visa possibilitar alerta preciso e oportuno ao elemento terrestre em benefício do qual a segurança é estabelecida.

b. A Av Ex poderá cumprir a missão de segurança aeromóvel constituindo um grupamento temporário com o R C Mec.

c. Na maioria dos casos, a Av Ex não possui condições para o cumprimento das missões de cobertura e proteção, pois estas implicam em responsabilidade territorial. Sua participação no cumprimento de missões de segurança fica, assim, restrita à missão de vigilância.

d. A missão de vigilância aeromóvel é cumprida através de uma cortina de vigilância, onde a F Vig estabelece uma linha de postos de observação, sendo estes compulsórios ou temporários.

e. Os P Obs compulsórios devem ser mobiliados durante todo o tempo previsto para a operação, pois guarnecem setores importantes da zona de ação a ser vigiada. Os P Obs temporários, por sua vez, devem ser mobiliados esporadicamente, uma vez que guarnecem setores secundários da zona de vigilância.

f. Um judicioso estudo de situação deve ser realizado para que seja atribuída a missão de segurança aeromóvel a uma força de helicópteros. A eficiência da vigilância fornecida por um elemento aéreo é consideravelmente menor ante a vigilância fornecida por tropas terrestres. Embora os meios aéreos tenham a possibilidade de vigiar extensas áreas, há que se pesar acuradamente o emprego destes meios em missões que não decisivas.

F-7. DADOS GERAIS DE PLANEJAMENTO

a. Anv HA-1 (Esquilo ou Fenec)

(1) Veloc cruzeiro: 200 Km/h.

(2) Velocidade durante o vôo de combate: de 80 a 110 Km/h (conforme a Mis).

(3) Armamento:

(a) lançador de foguetes SBAT 70 mm;

(b) metralhadora .50; e

(c) mista: 1 lançador de foguete (com 7 foguetes) e 1 casulo de metralhadora.

(4) Autonomia de vôo: 3 horas de vôo (2h 30 min quando configurada com Armto).

(5) Capacidade de transporte: 3 passageiros (não realiza transporte de passageiros ao realizar missões com Helcp armado).

b. Anv HM-1 (Pantera)

(1) Velocidade cruzeiro: 230 Km/h.

(2) Velocidade durante o vôo de combate: 80 a 110 Km/h (conforme a Mis).

(3) Autonomia: 3 horas de vôo (sem tanque de translado).

(4) capacidade de transporte: 08 Fuz equipados.

c. Anv HM-2 (Black Hawk)

(1) Velocidade cruzeiro: 250 km/h.

(2) Velocidade durante o vôo de combate: 80 a 110 km/h (conforme a Mis).

(3) Autonomia: 2h 20min (sem tanque de traslado).

(4) Capacidade de transporte: 14 Fuz equipados.

d. Anv HM-3 (Cougar)

(1) Velocidade cruzeiro: 250 km/h.

(2) Velocidade durante o vôo de combate: 80 a 110 km/h (conforme a Mis).
(3) Autonomia: 3 horas (sem tanque de traslado).
(4) Capacidade de transporte: 20 Fuz equipados.

e. Quadro de consumo de combustível de aviação

HM-1 (kg)	HDV
125	0,5
250	1,0
375	1,5
500	2,0
625	2,5
750	3,0

HA-1 (%)	LITROS
15	84
30	168
45	252
60	336
75	420
90	504

f. Nos planejamentos onde visualiza-se o emprego da Av Ex, os limites operacionais devem ser respeitados, contribuindo, assim, para que a segurança de vôo seja atingida e reduzida a margem de risco da operação.

g. Usualmente o consumo de combustível é fator determinante nos planejamentos onde a aviação deve ser empregada. As frações de Helcp, guardam, como segurança operacional, normalmente, 30 minutos de vôo que não são utilizados para efeitos de planejamento.

h. A capacidade máxima do reservatório de combustível da Anv Pantera é de 856 Kg (1.084 litros) e da Anv Esquilo é de 450 Kg (570 litros).

i. Carga Externa
(1) A Anv Esquilo tem a capacidade de transportar um peso de 750 Kg como carga externa, enquanto que a Anv Pantera pode transportar uma carga externa de até 1.600 Kg.
(2) Ao planejar-se missões onde as Anv devem realizar manobras de transporte carga externa, o planejador deve considerar que, quanto mais peso a ser transportado menor será a autonomia das aeronaves, por conseguinte, seu raio de ação será diminuído e, dependendo da missão, será acrescida a necessidade de combustível - fator crítico quando do emprego de meios aéreos.

ANEXO G

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS NO C 2-20 - REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

A

AAAe .... Artilharia antiaérea
Abg .... Abrigo
A Ap Log .... Área de Apoio Logístico
AC .... Anticarro
Aç Ci .... Ação de Conjunto
Aç Rtrd .... Ação Retardadora
Aç Chq .... Ação de Choque
Acs .... Acesso
Aç Tat .... Ação Tática
Acdt Cpt .... Acidente Capital
ADA .... Area de Defesa Avançada
Adj .... Adjunto
AE .... Área de Engajamento
AOC .... Área Operacional do Continente
Ap .... Apoio
Ap Dto .... Apoio Direto
Apvt Exi .... Aproveitamento do Êxito
ARA .... Apoio de Reconhecimento Aéreo
Ap F .... Apoio de Fogo
Ass .... Assalto
Armt .... Armamento
Art .... Artilharia
AT .... Área de Trens
ATC .... Área de Trens de Combate
ATE .... Área de Trens de Estacionamento
Atq .... Ataque
Atq Pcp .... Ataque Principal

Atq Sec .... Ataque Secundário
Av Ex .... Aviação do Exército

B

B Log .... Batalhão Logístico
Bda .... Brigada
Bda C Bld .... Brigada de Cavalaria Blindada
Bda C Mec .... Brigada de Cavalaria Mecanizada
Bld .... Blindado
Btl .... Batalhão

C

C Atq .... Contra-ataque
C Com Cmdo .... Centro de Comunicações de Comando
C Msg .... Centro de Mensagens C2 Comando e Controle
CAA .... Controlador Aéreo Avançado
CAAD .... Centro de Apoio Aéreo Direto
CAF .... Coordenador de Apoio de Fogo
Can .... Canhão
Cav .... Cavalaria
CC .... Carro de Combate
CCAF .... Centro de Coordenação de Apoio de Fogo
CCSCom .... Centro de controle do sistema de comunicações
Cmb .... Combate
Cmt .... Comandante
COAAe .... Centro de Operações Antiaéreas
COAT .... Centro de Operações Aerotáticas
Cob .... Cobertura (da F Ae ou Força Terrestre)
COL .... Centro de Operações Logísticas
COT .... Centro de Operações Táticas
Ct .... Controle

D

DAAe .... Defesa antiaérea
DAC .... Defesa Anticarro
DE .... Divisão de Exército
Dire .... Direção
DQBN .... Defesa Química Biológica e Nuclear

E

E Prog .... Eixo de Progressão
E Sup Ev .... Eixo de Suprimento e Evacuação
ECAT .... Equipe de Controle Aerotático
Elm .... Elemento
EM .... Estado-Maior
Eng .... Engenharia

EPS .... Estrada Principal de Suprimento
Esc Cmb .... Escalão de Combate
Esc Rec .... Escalão de Reconhecimento
Esc Sp .... Escalão Superior
Esqd C Ap .... Esquadrão de Comando e Apoio
Esqd C Mec .... Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
Esqd CC .... Esquadrão de Carros de Combate
Esqd Fuz Bld .... Esquadrão de Fuzileiros Blindados
EVAM .... Evacuação Aeromédica
Ex Cmp .... Exército de Campanha

F

F Ae .... Força Aérea
F Cob .... Força de Cobertura
F Cob Avçd .... Força de Cobertura Avançada
F Cob Fl .... Força de Cobertura de Flanco
F Ptç .... Força de Proteção
F Seg .... Força de Segurança
FAT .... Força Aerotática
Fg .... Flancoguarda
FT .... Força-Tarefa
FT SU .... Força-Tarefa Subunidade
Fuz Bld .... Fuzileiro Blindado

G

GAC .... Grupo de Artilharia de Campanha
Gp Cmdo .... Grupo de Comando
Gp Mnt .... Grupo de Manutenção
GPPB .... Grupo de Pontes de Pequenas Brechas
GPS .... Sistema de Posicionamento Global (Global Positioning System
Gr Fum .... Granada Fumígena
GU .... Grande Unidade

I

I E Com Elt .... Instruções para Exploração das Comunicações e Eletrônica
IOCT .... Instrumentos óticos e de Direção de Tiro
Itn .... Itinerário

L

LA .... Linha de Ação
L Ct .... Linha de Controle
LAADA .... Limite Avançado da Área de Defesa Avançada
LC .... Linha de Contato
LCAF .... Linha de Coordenação de Apoio de Fogo
LCF .... Linha de Coordenação de Fogos
LP .... Linha de Partida

Log .... Logístico
LSAA .... Linha de Segurança do Apoio de Artilharia

M

MITM-T .... Missão, Inimigo, Terreno, Meios e Tempo
Mrt .... Morteiro
Msl .... Míssil
Mtr .... Metralhadora
Mvt .... Movimento

N

NGA .... Normas Gerais de Ação
NP .... Nível de Prontidão

O

O Com .... Oficial de Comunicações
ODAAe .... Oficial de defesa antiaérea
O Exp .... Oficial Explorador
O Lig .... Oficial de Ligação
OA .... Observador Avançado
OAF .... Oficial de Apoio de Fogo
Of Aprov .... Oficial Aprovisionador
Of DQBN .... Oficial de Defesa Química, Biológica e Nuclear
Of Mnt .... Oficial de Manutenção
Of Mun .... Oficial de Munições
O Op .... Ordem de operações
Of Sau .... Oficial de Saúde
OM .... Organização Militar

P

P Atq .... Posição de Ataque
P Ban .... Posto de Banho
P Cir Mv .... Pelotão Cirúrgico Móvel
P Col PG .... Posto de Coleta de Prisioneiros de Guerra
P Col Slv .... Posto de Coleta de Salvados
P Ct .... Ponto de Controle
P Def .... Posição Defensiva
P Distr .... Posto de Distribuição
P Lav .... Posto de Lavanderia
P Lib .... Ponto de Liberação
P Rem .... Posto de Remuniciamento
P Sup .... Posto de Suprimento
P Trg .... Posto de Triagem
P Avç C .... Postos Avançados de Combate
Pac Log .... Pacote Logístico
PAG .... Postos Avançados Gerais

PC .... Posto de Comando
PCP .... Posto de Comando Principal
PCR .... Posto de Comando Recuado
PCT .... Posto de Comando Tático
Pel AC .... Pelotão Anticarro
Pel CC .... Pelotão de Carros de Combate
Pel Cmdo .... Pelotão de Comando
Pes .... Pessoal
Pel Com .... Pelotão de Comunicações
Pel E Cmb .... Pelotão de Engenharia de Combate
Pel Expl .... Pelotão de Exploradores
Pel Fuz Bld .... Pelotão de Fuzileiros Blindados
Pel Mnt .... Pelotão de Manutenção
Pel Mrt P .... Pelotão de Morteiros Pesados
Pel Sau .... Pelotão de Saúde
Pel Sup .... Pelotão de Suprimentos
Pes .... Pessoal
PFA .... Plano de Fogos de Artilharia
PFAe .... Plano de Fogos Aéreos
PG .... Prisioneiro de Guerra
PIL .... Ponto Intermediário Logístico
PIR .... Posição Inicial de Retardamento
P Obs .... Posto de Observação
Pos .... Posição
PPB .... Ponte de Pequenas Brechas
PSR .... Posto de Saúde do Regimento

Q

QBN .... Químico, Biológico e Nuclear

R

R .... Região
R Dstn .... Região de Destino
Rad .... Rádio
Rdr .... Radar
Rdr Vig Ter .... Radar de Vigilância Terrestre
RCB .... Regimento de Cavalaria Blindado
RCC .... Regimento de Carros de Combate
R C Mec .... Regimento de Cavalaria Mecanizado
Rec .... Reconhecimento
Rec F .... Reconhecimento em Força
Rec A .... Reconhecimento de Área
Rec E .... Reconhecimento de Eixo
Rec Zona .... Reconhecimento de Zona
Rda .... Retirada
Ret .... Retraimento

Rcp ....Recompletamento
Ref .... Reforçado
Rem ....Remuniciamento
Res .... Reserva
Rg .... Retaguarda
Rgt .... Regimento
Roc .... Rocada
Rtrd .... Retardadora
Rv .... Rodovia

S

Scd .... Secundário
Sec .... Seção
SFC .... Se for o caso
Sec AC .... Seção Anticarro
SEGAR .... Segurança de Área de Retaguarda
Sgt .... Sargento
Sist Vig .... Sistema de Vigilância
SR .... Sem Recuo
SU .... Subunidade
Sub Cmt .... Subcomandante
Sup .... Suprimento
Sp .... Superior

T

TC .... Trens de Combate
TE .... Trens de Estacionamento
Tu Aprov .... Turma de Aprovisionamento

U

U .... Unidade
Ultr .... Ultrapassagem

V

Via A .... Via de Acesso
VBR .... Viatura Blindada de Reconhecimento
VBTP .... Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
VBE L Pnt .... Viatura Blindada Especializada Lança Pontes
Vg .... Vanguarda

Z

Z Aç .... Zona de Ação
Z Reu .... Zona de Reunião
ZC .... Zona de Combate

ÍNDICE ALFABÉTICO

D

DISTRIBUIÇÃO

1. ÓRGÃOS

Ministério da Defesa	03
Gabinete do Comandante do Exército	01
Estado-Maior do Exército	15
DGP, DEP, D Log, DEC, SEF, SCT, STI	01
DEE, DFA, DEPA	02
SGEx, CIE, C Com SEx	01
DMCEI, CITEx, CDS	01
DS, D Mnt, DFR	01

2. GRANDES COMANDOS E GRANDES UNIDADES

COTer	03
CMS, CMO/9ª DE	05
CML, CMP, CMA, CMSE, CMNE	02
Região Militar	01
RM/DE	01
Divisão de Exército	02
3ª DE e 6ª DE	04
Brigada	01
Bda Cav Mec/Bld	05
Grupamento de Engenharia	01
Artilharia Divisionária	01
CAvEx	01

3. UNIDADES

Infantaria 01
Cavalaria de Guarda 02
Cavalaria (R Esc) 01
Cavalaria (Mec, Bld, CC) 06
Artilharia (9º GAC, 19º GAC, 22º GAC, 25º GAC) 04
Artilharia 01
Base de Mnt Armamento 01
Base de AvEx 01
Engenharia 01
Comunicações 01
Logística 01
Suprimento 01
Depósito de Munição 01
Depósito Central de Armamento 01
Depósito de Suprimento 01
Forças Especiais 01
DOMPSA 01

4. SUBUNIDADES (autônomas ou semi-autônomas)

Cavalaria (Mec / Pqdt) 02
Artilharia (2ª, 3ª, 21ª Bia AAAe) 02
Engenharia (1ª, 2ª, 3ª, 14ª Cia E Cmb Mec) 02
Comunicações (11ª, 12ª, 13ª, 14ª Cia Com) 02
Defesa QBN 01
Pel C Mec 01
Esqd Av 01

5. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

ECEME 100
EsAO 100
AMAN 100
EsSA 50
CPOR Cav (SP, RJ, POA) 08
NPOR Cav 02
EsSE, EsCom, EsACosAAe, EsIE, EsMB, EsAEx, CIGS, CI Av Ex,
CI Pqdt GPB, CIGE, EsPCEx, EsSAS, CAAEx 01
CI Bld 15

6. OUTRAS ORGANIZAÇÕES

ADIEx/Paraguai 01
Arq Ex 01
Bibliex 01
C Doc Ex 01
C F N 01
EAO (FAB) 01
ECEMAR 01
Es G N 01
E M Aer 01
E M A 01
Arquivo Histórico do Exército 01

Este Manual foi elaborado com base em anteprojeto apresentado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).